



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Cláudio Amaral Overné

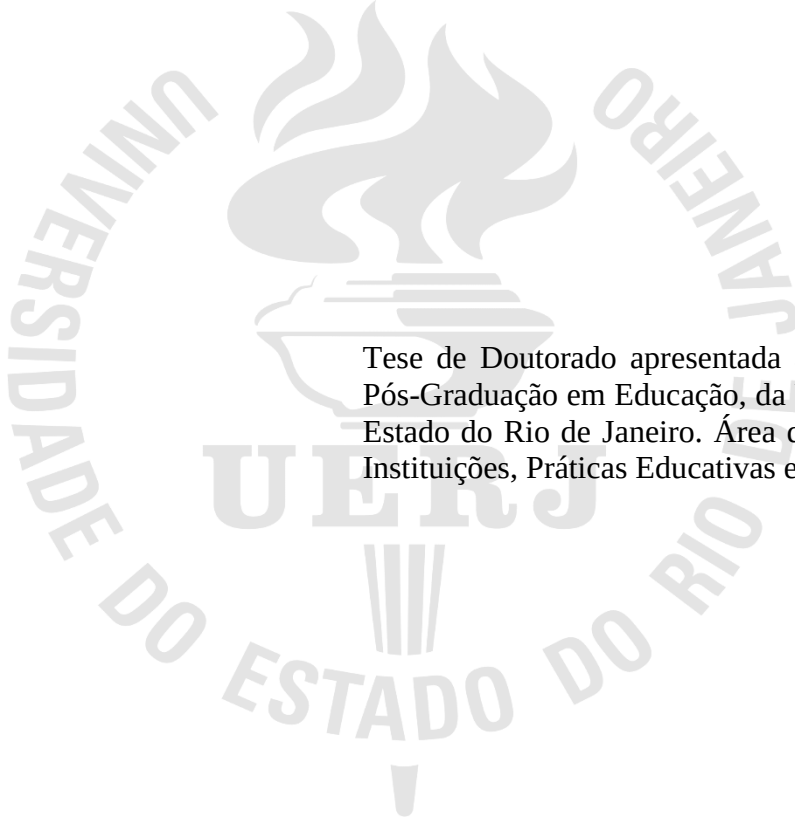
O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)

Rio de Janeiro

2019

Cláudio Amaral Overné

O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)



Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sônia Camara

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

O96

Overné, Cláudio Amaral

O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945) / Cláudio Amaral Overné. – 2019.
339 f.

Orientadora: Sônia Camara.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1.Educação – Teses. 2. Departamento Nacional da Criança – Teses. 3. Infância – Teses. I. Camara, Sônia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cláudio Amaral Overné

O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Sônia Camara (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Gisele Porto Sanglard
Fundação Oswaldo Cruz -- FIOCRUZ

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Ligia Maria M. L. Leão de Aquino
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Zélia Maia Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Rio de Janeiro

2019

À minha Andréia, pelo seu amor e inspiração para vencer!

AGRADECIMENTO

Agradeço ao *El Shaday*, O Todo Poderoso, que diuturnamente, sua palavra foi lâmpada para os meus pés, e luz para o meu caminho.

A vida e os projetos que abraçamos são construídos não com duas mãos, mas com muitas mãos, ou seja com o apoio, a compreensão e os conselhos recebidos de muitas pessoas, aos quais foram de extrema importância para eu chegar até aqui. Desta forma, quando há quatro anos eu começava a percorrer o caminho deste doutorado, não havia alcançado as dimensões do desafio que estavam por vir, e sinceramente não imaginava que poderia contar com o apoio de tantas pessoas. Agradeço a todos aqueles envolvidos, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização dessa Tese. Assim, a estes, dedico meu reconhecimento.

Em princípio, agradeço o acolhimento, o apoio e a dedicação da Professora Dra. Sônia Camara, orientadora firme, atenta e paciente. Sou imensamente grato às suas críticas e recomendações acertadas e ao contínuo estímulo, que com olhar acurado apontou caminhos para a construção e escrita desta história, em meu processo formativo. Acreditou na competência intelectual e acadêmica de seu aluno mantendo o rigor e a perícia e partilhando comigo suas concepções de história e de infância.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que contribui com o maior bem em minha trajetória, o conhecimento.

A todos os professores e professoras que participaram da qualificação e da defesa dessa Tese, apontando deficiências e percursos para a pesquisa, sem os quais, a caminhada teria sido mais difícil e a realização do trabalho enfrentaria dificuldades.

Ao professor Jorge Antônio Rangel, o querido “Fidel”, por enriquecer minhas reflexões iniciais na jornada acadêmica.

Ao professor Luiz Otávio Ferreira, por contribuições elucidativas no exame de qualificação.

À professora Gisele Porto Sanglard, que além de participar do exame de qualificação favoreceu um percurso seguro para seguir em frente. Sou grato às suas críticas e sugestões. E, por fim, nos concedeu a honra de estar presente na Banca de Defesa enriquecendo minhas reflexões.

Ao professor José Gonçalves Gondra, que com olhar arguto ofereceu contribuições oportunas para o desenvolvimento desse trabalho.

À professora Ligia Maria M. L. Leão de Aquino, por ter aceitado o convite de compor a Banca de Defesa.

À professora Maria Zélia Maia Souza, por contribuir com minhas reflexões.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por atenderem sempre com paciência e delicadeza.

Aos colegas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Histórica em Educação e Infância, da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, companheiros da jornada acadêmica, celeiro de reflexões profícuas da história da educação.

À professora Lyvia Nahu, pela revisão atenta e primorosa.

À minha esposa, Andréia Cristini, que acompanha cada um dos meus passos e divide comigo sonhos e testemunha minhas realizações. Grato pelo incentivo constante, apoio e compreensão no momento da produção, quase sempre marcado por ocasiões de solidão intelectual. Obrigado por azeitar com amor esses momentos, por vezes, tão causticantes e exaustivos, amparando e confiando incondicionalmente em cada um dos meus projetos.

Aos meus pais e irmãos, minha gratidão e eterno amor.

Esse percurso, mesmo não tendo sido fácil, ocasionou crescimento e muitas alegrias, e, quando volto os olhos para trás, e me recordo como precisei superar minhas limitações pessoais, posso assegurar que todo o esforço foi válido para a concretização desse projeto.

Qualquer criança é sempre, um grande ponto de interrogação, mas, na sua essência, também existe o eterno germe, a luminosa sementeira do futuro, do amanhã, para os homens e para a Pátria.

Vida Doméstica - RJ, outubro de 1945, ano XXVI, n.331, p.67

RESUMO

OVERNÉ, Cláudio Amaral. *O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)*. 2019. 339 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese objetiva investigar o Departamento Nacional da Criança (DNCr), focalizando analisar as condições históricas de sua fundação e implantação nos anos de 1940 a 1945. A perspectiva é pensar o primeiro quinquênio da instituição, durante a administração e a gestão do médico Olímpio Olinto de Oliveira, a partir da promulgação do Decreto-Lei 2024 de 1940. Para tanto, considerar-se-á dois importantes aspectos: as ideias científicas em circulação sob o viés da puericultura, e, as ações assistenciais e educacionais destinadas a produção e conformação das representações da infância no país. Quanto aos procedimentos metodológicos acionados, pautamos nosso exame na análise das medidas assistencialistas e educacionais destinadas à infância no DNCr. Entre as fontes selecionadas, ganha proeminência o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, periódico que circulou de 1940 a 1953. Foram utilizados outros impressos, como jornais e revistas médicas especializadas. O exame desse conjunto de fontes bem como dos relatórios que dão conta do funcionamento do Departamento favoreceu indagar sobre o lugar e o papel do DNCr em procedimentos educativos higienistas voltados preferencialmente às normalistas, às professoras, às mães e demais mulheres da sociedade brasileira. Ainda possibilitou questionar em que medida a criação do Departamento Nacional da Criança contribuiu na ideia de cultivo da infância higienizada e civilizada favorecendo a produção de um novo homem adequado aos moldes de modernidade, como o *homo hygienicus civilizatus*, ou seja, o homem higiênico civilizado do amanhã.

Palavras-chave: Departamento Nacional da Criança. Infância. Assistência. Educação higiênica.

ABSTRACT

OVERNÉ, Cláudio Amaral. *The National Childrens's Bureau, Olímpio Olinto de Oliveira administration, "the art of cultivating the childhood, the country's seedfed"* (1940-1945). 2019. 339 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The purpose of this thesis is to examine the National Children's Bureau (NCB), bringing to light the historical background of its foundation and establishment in the years 1940-1945). It is a perspective survey of the first five years of this institution during the physician dr. Olímpio Olinto de Oliveira administration, after the Decree-law 2024/1940 had been promulgated. For this purpose, two aspects will be considered: first the circulating scientific ideas at that time apropos of child care, secondly the actions in social welfare and in education that intended to create and mould a new portrait of the childhood in the country. As for the methodological procedures that were used, our examination policies of the national children's Bureau in favour of the childhood. Regarding the select sources, the NCB there-monthly bulletin was given prominence: a cyclic periodical that circulated from 1940 to 1953. Other printed materials were used such as specialized medical journals and magazines. The examination of this compilation of data together with some reports about the NCB operation favoured first the research of the place and the role of the NCB as regards educational hygienic procedures; these were chiefly intended to the trainee elementary school teachers, mothers and other women of the Brazilian society. Secondly, they made it possible to question to what extent did the National Children's Bureau contribute to that idea of "cultivating the childhood" and to the "making of a new man", that would fit in with the patterns of modernity, namely the "*homo higienicus civilizatus*", that is "the civilized and hygienic citizen" of tomorrow.

Key-words: National Children's Bureau. Children. Assistance. Hygienic education.

RESUMÉ

OVERNÉ, Cláudio Amaral. *Bureau National pour les Enfants, l'administration d'Olinpo Olinto de Oliveira, "l'art de cultiver l'enfance, le lit dessenis de la nation"* (1940-1945). 2019. 339 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Cette thèse a pour but réaliser une enquête sur le Bureau National pour les Enfants, et on mettra en évidence l'examen du contexte historique lors de sa foundation et établissement pendant les années 1940-1945. La perspective de cette enquête est de réfléchir à l'époque des cinq premières années de cette organisation pendant l'administration du Dr. Olinpo Olinto de Oliveira, Médecin, dès la promulgation du Décret-loi 2024 de 1940. À et égard on va considérer deux importants aspects: tout d'abord les idées scientifiques qui circulaient au sujet de la Puériculture et puis les actions sociales et éducatives destinées à créer et modeler un nouveau portrait de l'enfance au pays. Quant aux aspects méthodologiques utilisés, on a fait l'examen par l'analyse des politiques sociales parmi les sources choisies on a donné la prééminence au *Bulletin Trimestriel du Bureau National pour les Enfants*, un périodique qui circulait dans la période de 1940 à 1953. On a utilisé d'autres matériels imprimés comme des journaux et revues médicales, spécialisées. L'examen de cette collecte d'informations avec les rapports sur le fonctionnement du Bureau National. Il a également permis de s'interroger sur la mesure dans laquelle la création du Bureau National pour les Enfants a contribué à l'idée de la culture de l'enfance et de la production d'un nouvel homme adapté au moule de la modernité, comme "*l'homo hygienicus civilizatus*", c'est-à-dire l'homme hygiénique civilisé de demain.

Mots-clés: Bureau National pour les Enfants. Enfance. Assistance. Éducation hygiénique.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BTDNCr	Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DAMI	Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância
DECr	Departamento Estadual da Criança
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DPMI	Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância
DPSI	Divisão de Proteção Social da Infância
IHI	Inspetoria de Higiene Infantil
INP	Instituto Nacional de Puericultura
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LBA	Legião Brasileira de Assistência
NIPHEI	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Histórica em Educação e Infância
MÊS	Ministério da Educação e Saúde
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SOS	Serviço de Obras Sociais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Olímpio Olinto de Oliveira	33
Imagem 2 -	Olímpio Olinto de Oliveira e sua família - 1939	34
Imagem 3 -	Antigas instalações da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre - 1900	66
Imagem 4 -	Olinto de Oliveira e Carlos Barbosa Gonçalves no lançamento da pedra fundamental da nova propriedade da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia - 1911	67
Imagem 5 -	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	68
Imagem 6 -	Instituto Oswaldo Cruz de Porto Alegre - 1911.....	70
Imagem 7-	Homenagem prestada a Olinto de Oliveira, professor Honorário da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre -1918.....	71
Imagem 8 -	Cerimônia do “Concurso de Robustez” promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro -1923.....	85
Imagem 9 –	Olinto de Oliveira, o jurado e as crianças vencedoras do “Concurso de Robustez”, promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro - 1923	86
Imagem 10 -	Olímpio Olinto de Oliveira à frente da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância-1935	111
Imagem 11-	Almerinda Farias Gama, única mulher negra na eleição dos representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934.....	156
Imagem 12 -	“A obra federal de proteção à infância” - Prédio do Departamento Nacional da Criança -1942.....	185
Imagem 13 -	Reunião de puericultores da Junta de Infância no Distrito Federal, Rio de Janeiro -1944.....	197
Imagem 14 -	Cartaz “Missões da Infância Feliz”	255
Imagem 15 -	“Associação Cristã de Moços – Aderindo às comemorações da Semana da Criança, realizou a entrega dos certificados às moças que terminaram o Curso de Puericultura de 1943. Aspecto das novas Puericultoras”.	257
Imagem 16 -	Cartazes de estímulo ao aleitamento materno e a adoção de prática ao ar livre com as crianças	259
Imagem 17-	Lourenço Filho, Olinto de Oliveira, Raul Leitão da Cunha e outros na Associação Brasileira de Educação - 1934	267

Imagem 18-	A professora Conceição Calmon e um grupo de alunas manuseando um bebê de celuloide na ABE -1934	270
Imagem 19 -	Solenidade de entrega de diplomas do curso da “Escola de Mãezinhas” - 1941.....	277
Imagem 20-	Olinto de Oliveira, Gustavo Capanema e outros na cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança- 1944.....	281
Imagem 21-	Cartaz de divulgação do Posto de Puericultura.....	282
Imagem 22 -	“A mão que embala o berço, governa o mundo”	286
Imagem 23 -	Posto de Puericultura em São João Del Rei- Minas Gerais	288
Imagem 24-	Clube das Mães - Departamento Nacional da Criança: Brejões, BA- s.d..	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Organograma da Inspeção de Higiene Infantil - 1928.....	105
Quadro 2-	Organograma da Departamento Nacional de Saúde - 1937	115
Quadro 3 -	Semelhanças de funções entre o Children's Bureau e o Departamento Nacional da Criança	126
Quadro 4 -	Organograma do Departamento Nacional da Criança- 1940	165
Quadro 5 -	Distribuição de Auxílio Federal	170
Quadro 6 -	Levantamento dos Redatores do <i>Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança</i> (1940-1945).....	202
Quadro 7 -	Autores do Boletim do Departamento Nacional da Criança (1940-1945).....	203
Quadro 8 -	O número de alunos matriculados no Curso de Puericultura (1936-1941).....	258
Quadro 9 -	Quadro demonstrativo de Postos de Puericultura no Brasil - 1940 e 1945.....	283
Quadro 10 -	Distribuição numérica de Postos de Puericultura pelas unidades da federação - 1952	284

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	O INTELLECTUAL OLÍMPIO OLINTO DE OLIVEIRA E SUA TRAJETÓRIA COM A INFÂNCIA	32
1.1	Nasce um intelectual, a vida e o itinerário de atuação profissional	32
1.2	Olímpio Olinto de Oliveira, o homem dos Rio's	56
1.3	A questão da infância e a filantropia no pensamento do intelectual	74
2	DA INSPETORIA DE HIGIENE À DIVISÃO DE AMPARO À INFÂNCIA	94
2.1	A Inspetoria de Higiene Infantil.....	94
2.2	A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância	108
2.3	Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância	114
2.4	Projeto de assistência à infância, questão de caráter internacional, o modelo europeu e a influência norte-americana	118
3	O PROJETO CRIADOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA E A QUESTÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL (1940- 1945).....	151
3.1	O projeto criador do DNCr: locus de racionalidade científica	151
3.2	Normas e funcionamento do Departamento	192
3.3	<i>O Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança</i>	200
4	A PUERICULTURA NO DNCr, “EDUCAR PARA MODELAR A ALMA DA INFÂNCIA”.....	216
4.1	O Departamento da Criança e o Departamento Nacional da Criança: similitudes e distanciamentos.....	216
4.2	Ecos da “Semana da Criança” e da Campanha Nacional de Alimentação Infantil	230
4.3	Os cursos de Puericultura: formar a mulher que assiste e educa a infância do amanhã	261
4.4	A construção de petizes hígidos, o <i>homo hygienicus civilizatus</i>	292
	CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	315
	REFERÊNCIAS.....	322
	APÊNDICE A - Artigos publicados por Olinto de Oliveira	337

INTRODUÇÃO

A temática da infância¹ e sua emergência histórica tornaram-se objeto de minha atenção a partir de 2014. Na verdade, fora no decurso das leituras e discussões promovidas inicialmente no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Histórica em Educação e Infância (NIPHEI)², na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A proposta inicial da pesquisa apresentada, quando da seleção para o Doutorado, tinha o objetivo de analisar as representações sociais acerca da infância, a partir das práticas higienistas encetadas por médicos pediatras no Distrito Federal, Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Contudo importa salientar que as orientações durante o Doutorado, frente à angustiosa inquietação quanto à definição mais precisa do objeto de pesquisa e do recorte temporal que se apresentava extenso, foram determinantes no florescimento da possibilidade de se investigar o Departamento Nacional da Criança (DNCr). Acreditamos que o Departamento com todas as suas nuances que apresentava, merece estudos mais sistemáticos e aprofundados.

Este Departamento foi criado no início de 1940 e funcionou até 1969, com o propósito de se constituir uma instância centralizadora e coordenadora das políticas de assistência e proteção destinada à infância especialmente a empobrecida, do país, sem deixar de atentar que essa instituição era uma entre outras instâncias erguidas para enfrentar a questão social da infância durante o período do Estado Novo³ (1937-1945). A infância que foi foco do

¹ A construção quanto ao entendimento do termo infância na construção dessa tese é concorde com Gondra (2000, p.102), Gondra e Garcia (2004, p.69) e Freitas e Kuhlmann Junior (2002, p.8), em que a infância pode ser compreendida como um termo polissêmico e de ampla abrangência, compreendendo diferentes percepções, tais como “ciclos, etapas, períodos, idades, níveis, estágios e tempos”. A confluência desses substantivos, muito embora conservem distinções entre si, contribuem na construção da compreensão da vida marcada por divisões e fases. O entendimento de infância vem sendo pesquisado, estabelecido e construído assinalando que o entendimento da infância como concepção a ser perspectivada ou representada, como uma das fases ou etapas da existência humana, um período de vivência marcado por meio da fragilidade e falta de autonomia. A infância vem desde o meado do século XIX, sendo objeto de intervenção, correção e conservação através da ciência da higiene ganhando proeminência no campo médico-social. Para Rocha e Gouvêa (2010, p.187) a experiência histórica da infância, compreendida em seu sentido plural, desde o final do império têm revelado modificações em seu contexto na vida social do país indicia que a infância encampada nas produções discursivas científicas, políticas e pedagógicas passou a ser objeto de intervenção sob o signo da ordem e do progresso.

² O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), fundado em 2007, pelos professores Sônia Camara e Jorge Antônio Rangel, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que gentilmente convidaram-me a estudar e participar o grupo de pesquisa. O NIPHEI foi criado com a intenção de promover estudos, pesquisas no campo da História da Educação e da Infância.

³ Segundo Diniz (1999, p.18), o primeiro governo Vargas (1930-1945) pode ser dividido em três fases. A primeira fase compreendia, como do Governo Provisório (1930-1934), caracterizado por grandes instabilidades, mas marcado por reformas políticas de envergadura, como a introdução do voto secreto, a

Departamento Nacional da Criança era essencialmente a pobre. Muito embora, houvesse a intenção no plano das ideias, desse órgão em estender a proteção, o cuidado e suas orientações higiênicas à infância brasileira como um todo (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, junho, p.7).

A justificativa da escolha do título adotado para essa tese se fundamenta no que falou Olímpio Olinto de Oliveira⁴, editado no primeiro Boletim do Departamento Nacional da Criança, em 1940. Conduzido por intermédio do princípio do higienismo⁵, perspectivou sobre a infância o futuro da nação. Através do “cultivo da infância, a sementeira da pátria”, Olinto de Oliveira apoiou o projeto em curso, no Brasil, de construir uma nação forte, como maneira de assegurar a defesa da raça e o aperfeiçoamento de suas qualidades (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, junho, p.5). Em analogia ao cultivo da lavoura, a infância era erigida como semente a ser cuidadosamente lavrada, sob noções claras da puericultura. A partir de pressupostos higiênicos foi projetado sobre a infância o desejo de crescimento harmonioso que alcançasse o porte da planta saudável, do *homo hygienicus civilizatus*, ou seja, o homem higiênico civilizado contribuindo na construção de o *novel* cidadão, em concordância com a proposta de identidade e a consolidação dos ideais nacionalistas.

As formas e os processos de intervenção e controle da esfera pública, dirigidos à infância, remontam à segunda metade do século XIX, com o advento das especialidades médicas e jurídicas (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI, 1997; CAMARA, 2010) e, em especial, na virada do século XX, com a combinação das discussões acerca das mazelas que achacavam a

criação de um tribunal destinado a tratar especificamente das causas eleitorais, o reconhecimento do voto feminino entre outras coisas. A segunda fase, do Governo Constitucional (1934-1937), período de profundas disputas entre tendências contraditórias e diferentes, comportando valores liberais e autoritários, ocasião que Vargas foi eleito presidente por meio da via indireta, marcado com intervenções sobre a ordem econômica e social. A terceira fase, implantada por meio do golpe, em novembro de 1937, de feições caracteristicamente autoritárias, foi denominado de Estado Novo (1937-1945). Nessa ocasião Getúlio Vargas concretizou propostas políticas em pauta desde 1930. Assim, Vargas agiu centralizando todos os espaços governamentais, afirmando a presença de um governo forte nas instâncias mais mezinhas da sociedade brasileira, determinando o fim da experiência turbulenta do breve momento democrático de 1934-1937.

⁴ Quanto ao seu nome há cinco versões: Olímpio Olinto de Oliveira - Olympio Olinto de Oliveira - Olympio Olintho de Oliveira – Olympio Olyntho de Oliveira e Olímpio Olintho de Oliveira. Para a escrita dessa tese optamos por manter a grafia de Olímpio Olinto de Oliveira, conforme aparece no *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* e em jornais publicados a partir dos anos de 1930. Em boa parte dos impressos, do final do século XIX, o seu nome aparecia com “y”, e às vezes com “th”, como o jornal *A Federação*; *Anuario Médico Brasileiro*; *Revista dos Cursos Práticos e Theóricos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, *O Brasil Médico* e *União Médica*.

⁵ O higienismo foi um movimento de característica internacional, tendo se consolidado entre a segunda metade do século XIX e o princípio do século XX, marcado preponderantemente por um ambiente em ebulição, com profundas alterações sociais. Entre as preocupações mobilizadas por esse movimento residia a intenção de ensinar novos hábitos à sociedade intervindo e regulando a realidade dos indivíduos, das famílias, através de orientações higiênicas e alimentícias. As ações desse movimento buscavam instruir e modificar as condutas que beneficiassem o desenvolvimento pleno das crianças. Tais medidas foram calculadas no esforço de refrear as epidemias e combater a mortalidade (VIÑAO FRAGO, 2000, p.13).

infância, correlacionando-a problemas sociais, como o aumento das epidemias, o aumento do desemprego, o crescimento acelerado das cidades, a insalubridade urbana.

O Estado Novo foi instituído a partir de 1937, resultando de uma série de acontecimentos históricos que propiciaram sua instauração. Assim, entre os anos de 1920 a 1930, houve a sinalização de um processo de desmonte das teorias liberais no ocidente e abriu caminho para outras soluções, pois o país se encontrava mergulhado numa profunda crise social, política e econômica. Era consenso, entre boa parte dos intelectuais, a necessidade da instauração de um governo forte, interventor e centralizador. Esses eventos comungados serviram para pavimentar o caminho e garantir a chegada do governo autoritário de Getúlio Vargas, em 1937 a 1945 (FAUSTO, 1999, p.19).

O período do Estado Novo foi circunspeto através do intervencionismo estatal, por meio do aprofundamento e implementação de políticas públicas em diversas áreas sociais. Destacam-se a produção da legislação trabalhista e previdenciária, a prática de medidas de assistência às populações carentes, as reformas educacionais e culturais, com vistas a forjar o sentimento de identidade nacional que garantisse a ideia do Estado nacional forte (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.83).

Afora a criação do Departamento Nacional da Criança (1940), outras importantes instituições surgiram no âmbito da assistência à infância como a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI) (1934), sendo ainda extinta no Governo Constitucional. A partir do período do Estado Novo (1937-1945) surgiram outros órgãos dirigidos à infância, como a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI), em 1937, criada no lugar da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e substituída, posteriormente, por meio do Departamento Nacional da Criança (DNCr) (1940). O DNCr estava subordinado diretamente ao Ministério de Educação e Saúde. No ano de 1938, foram criados o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), a Fundação Darcy Vargas (1938), instituição privada criada por iniciativa de Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. O Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e, em conexão com o Juízo de Menores do Distrito Federal, em 1942, relacionada entre duas pastas, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (PEREIRA, 1999; IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

O objetivo desse estudo está em investigar o Departamento Nacional da Criança (DNCr), focando analisar as condições históricas de sua fundação e implantação nos anos de 1940 a 1945, e suas políticas de assistência, proteção e educação destinados à infância. Busca-

se, assim, compreender o sentido do projeto criador conferido à fundação do Departamento Nacional da Criança, que buscou imprimir feições higiênicas dirigidas à infância, na perspectiva de instituição oficial, considerando dois aspectos: a conjugação da influência de ideias do ambiente científico, sob o viés da puericultura⁶ e as ações assistenciais e educacionais. Assim, interessa-nos compreender a atuação do médico Olinto de Oliveira (1940-1945), no pensamento do intelectual, a questão da infância e da filantropia articulada em sua gestão no Departamento Nacional da Criança no primeiro quinquênio da existência dessa instituição, 1940 a 1945. Para tanto, procuramos movimentar as lentes da pesquisa e focalizar na criação do Departamento Nacional da Criança, considerando o Decreto-Lei 2.024, de 17 de fevereiro de 1940⁷. Como órgão do Ministério da Educação e Saúde⁸.

A história recorta o tempo em períodos, o que permite pensar, a um só tempo, a continuidade e a ruptura. O exercício de periodização efetuado através do historiador não é neutro, comporta sempre boa parcela de arbitrariedade e busca identificar interstícios, pois os períodos, ao se sucederem, não se repetem (PROST, 2015, p.107). O movimento de aproximar a lente, em micro perspectiva, do objeto de pesquisa, o Departamento Nacional da Criança, permite capturar as singularidades próprias de uma instituição longaeva. A designação de realidades associa uma descrição com um feixe de relações, as modalidades de aquisição e transmissão de ofícios, seus modos e maneiras de viver como ferramentas indispensáveis ao historiador e que devem ser pensadas simultaneamente, de maneira sincrônica e diacrônica, conforme a linha das questões suscitadas (2015, p.129).

Para a análise da criação do Departamento Nacional da Criança, a utilização dos jogos de escala na pesquisa histórica, de acordo com Lepetit (1998, p.89), possibilita um elenco de variações no ângulo de mira e de acomodação da óptica, como resultado das múltiplas situações particulares assinalando que o ponto eleito para análise se constitui apenas num ponto de vista de conhecimento. Atentar para as mudanças do movimento em suas ações ajuda na identificação

⁶ Maiores detalhes podem ser verificados no capítulo IV.

⁷ Legislação informatizada e com livre acesso on-line através da página da Câmara dos Deputados sob a denominação de Decreto-Lei n. 2024, de 17 de fevereiro de 1940, conforme a publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

⁸ No decurso da administração do Ministro Gustavo Capanema, no princípio do Estado Novo, em 1937, foi conferida nova organização e novo título ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), passando a denominar-se Ministério da Educação e da Saúde (MES) na intenção de realçar a capacidade de intervenção e coordenação do governo no âmbito territorial (CAMPOS, 2006, p.256). Assim, importa dizer que em 1930, por meio do Decreto n. 19.402, de 14 de novembro, no início do Governo Provisório (1930-1934), foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e sua alteração ocorreu através da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Maiores detalhes, conferir o Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 no site institucional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

dos sistemas de situações nas quais se inscrevem e se movimentam os jogos sociais e institucionais. Sob essa lógica, o olhar deve ser atento e interessado, afim de não ser induzido a imaginar que a questão da infância é um fenômeno novo. A utilização dos jogos de escala concorre para que se encontre e se delineie, em sua multiplicidade, um conjunto de mapas atribuídos aos vários territórios sociais, composto por imagens e representações, podendo ser entendido como um constructo social, útil para acompanhar os significados e os usos atribuídos por sujeitos e instituições.

No estudo do período investigado, 1940 a 1945, os jogos de escala, movimentaram a lente em diferentes posições, pois o “jogo entre as escalas permite dominar a imagem global e coerente do objeto” (LEPETIT, 1998, p.94). Tal fato permite a compreensão de que o movimento efetuado é uma forma de graduação existindo uma relação entre dimensões ou distâncias marcadas sobre um plano possibilitando efetuar um recorte, um lugar de parada, ou seja, a escolha da direção temporal em que o pesquisador haverá de projetar seu olhar. Ao movimentar as lentes, vistas sob a ótica da criação do Departamento Nacional da Criança, é possível observar a fundação, as políticas encetadas no planejamento e na organização dos projetos que poderiam resultar em medidas efetivas de proteção, assistência e educação à infância. Tal perspectiva contribui no entendimento de que o Departamento Nacional da Criança tinha ambições de se constituir, em âmbito nacional, como o centro orientador, difusor e promotor das medidas de assistência e educação à infância, sendo criado na vigência do Estado Novo, como questão prioritária capaz de alçar a nação à condição de moderna (COSTA, 1940, p.3).

Para a realização dessa pesquisa ganhou proeminência a presença da figura de Olímpio Olinto de Oliveira, médico pediatra, conhecido por seus contemporâneos sob a alcunha de professor Olinto de Oliveira. Segundo Sampaio (2016, p.77) o médico pediatra Olímpio Olinto de Oliveira (1866-1956) tinha uma vida consagrada ao ensino, na formação de novos médicos, na assistência à infância e à pesquisa. Dessa forma, entendemos que haveria dificuldades em separar a instituição do intelectual, parecendo ambos fundidos numa mesma existência simbiótica. O Departamento Nacional da Criança, em última análise, era o resultado, em boa medida, do esforço de intelectuais mobilizados em torno da infância, que foi somado a antigas solicitações da presença de um Estado forte.

Nessa direção, pretendemos questionar o sentido e o modelo de educação e assistência durante os primeiros anos de funcionamento do Departamento Nacional da Criança. Junto a essas inquiuições, agregam-se as dúvidas que surgiram durante o exame das fontes, levando-nos a indagar: Em que medida a criação do Departamento Nacional da Criança contribuiu no

“cultivo” de uma infância higienizada e civilizada no país? Que infância se pretendia produzir na sociedade brasileira por meio da educação e das práticas higiênicas no Departamento? Que projeto o Departamento se constituiu na construção do novo homem brasileiro?

O conjunto de informações relativo ao Departamento Nacional da Criança contribuiu na construção das hipóteses dessa pesquisa: Será que o Departamento Nacional da Criança, em seus cinco primeiros anos de existência, conseguiu favorecer o “cultivo” de uma infância higienizada e instituir formas educativas, acerca do cuidado com a infância? A criação do Departamento e a condução de suas políticas na promoção de medidas educativas higienizadoras foi capaz de produzir uma infância adequada aos anseios da modernidade do país?

Há de se considerar que, em boa medida, a par das dificuldades experimentadas em seu decurso, o Departamento Nacional da Criança emergiu como a possível materialização daquilo que os médicos-filantropos propunham enquanto política de assistência à infância. Sob essa lógica, a criação do Departamento Nacional da Criança conjugou ações científicas, sob a lógica da puericultura, não apenas influenciando a produção de políticas públicas em favor da infância, mas atuando no *front* civilizacional ao propor medidas educacionais por meio dos profissionais, em especial, médicos pediatras e puericultores, que atuaram em seus quadros. Sob esta lógica, é possível que por intermédio do Departamento Nacional da Criança e de suas instâncias, foram desenvolvido e executado processos educativos higienizadores na conformação e na edificação de representações de infâncias para a composição de um país de raça forte.

Com base nas hipóteses, a Tese, a criação do Departamento Nacional da Criança favoreceu e difundiu práticas fundamentadas na puericultura, com vistas a se constituírem em proposta de perspectiva universal nas formas educativas e no cultivo da infância higienizada no país. As ações instituídas através do DNCr visaram não só modificar as concepções assistencialistas dirigidas à infância, mas criar uma consciência social higiênica e, acima de tudo, torná-las higienicamente educadas. Ressalte-se, ainda, que o Departamento Nacional da Criança, como instância oficial, burocratizada, era parte de um conjunto de políticas acionadas no Estado Novo, que não só subsidiou, como coordenou e centralizou as medidas privadas e públicas. Assim, buscou-se conferir à infância a *persona* higiênica e civilizada, as virtudes de uma raça harmônica à modernidade desejada. Em suma, as políticas acionadas no Departamento intervieram determinando a construção da imagem da infância a ser higienicamente cultivada, modelada e educada, que se constituiria como semente do porvir da nação.

Sobre a operação historiográfica, Bloch (2002, p.27) assevera que é imputado ao ofício de historiador não se esquecer de efetuar um processo de questionamento qualificado dirigido

às fontes, pois, por meio das interrogações lançadas a estas, é que se podem formular possíveis respostas. Logo o historiador, como um homem de ofício, deve procurar compreender o passado através do presente. Pois desconsiderar o passado além de prejudicar a compreensão do presente dificulta a ação sobre este. O historiador não deve ignorar a grande massa de testemunhos escritos e não escritos, ciente de que suas inquirições podem não dar conta de apreender os acontecimentos do passado. Por intermédio dos vestígios, o historiador, busca reconstruir o passado e elaborar suas perguntas, pois os documentos e os testemunhos “só falam quando sabemos interrogá-los” (2002, p.27).

Tomando como referência essas reflexões, a metodologia realizada na pesquisa efetuou-se através do exame das fontes documentais encontradas nas instituições arquivistas, como Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas- C.P.D.O.C./F.G.V., a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. As fontes encontradas nessas instituições forneceram subsídios para o exame das medidas assistencialistas e educacionais destinadas à infância, adotadas e implementadas por meio do Departamento Nacional da Criança. Assim, o *corpus documental* que fora utilizado como fonte para essa pesquisa historiográfica relaciona-se às publicações do Periódico *Boletim*⁹ *Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (BTDNCR) (1940-1945) articulando com a gestão de Olinto de Oliveira, por congregar muitas informações relativas aos primeiros anos de funcionamento da instituição e também por ser uma fonte pouco explorada. O *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* serviu de veículo de comunicação interna e tinha como prerrogativas, constituir-se num canal de interlocução entre estados e municípios, as instituições privadas ou públicas, religiosas ou laicas de assistência à infância, buscando alcançar a abrangência nacional. Assim, buscava-se propalar os conhecimentos, difundindo a educação higiênica e a assistência fundamentada na puericultura, sob os auspícios da ciência (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, p.9).

As fontes pesquisadas, entre as quais, os boletins do Departamento Nacional da Criança e alguns periódicos de época como os jornais *A Noite* e *A Manhã*¹⁰, porta-vozes do Estado Novo

⁹ Desde o primeiro *Boletim*, o Departamento tinha como preocupação educar e orientar por meio de publicações próprias ou recomendadas por este. Portanto, todo *Boletim* ao final trazia uma lista com indicações de publicações que poderiam ser solicitadas ao Departamento. Apesar da lista de publicações do Departamento Nacional da Criança ser consideravelmente extensa, apenas alguns títulos foram encontrados como: “Um inquérito sobre quinhentos menores” e “A infância e a recreação”.

¹⁰ Em 1939, no Estado Novo, fora surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), que em 1940, os jornais *A Manhã* e *A Noite*, como forma de garantir e difundir os feitos do Governo Vargas, além de poder vir a angariar a simpatia dos partidários dos movimentos de direita e de esquerda. Os jornais, como veículos de comunicação de massa significavam o estreitamento de contato entre o governo e o povo. Estes jornais junto

canais promotores dos feitos governamentais; o jornal *A Federação*¹¹ como fonte útil para acompanharmos a trajetória do intelectual Olímpio Olinto de Oliveira em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em ações de filantropia, artes e como docente; *Anuario Médico Brasileiro*¹²; *Revista dos Cursos Práticos e Theóricos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*¹³; *O Brasil Médico*¹⁴; e *União Médica*¹⁵; o *Jornal do Commercio*¹⁶; *O Correio da Manhã*¹⁷, a *Gazeta*

da Rádio Nacional eram parte das formas de comunicação acionados por meio do Estado Novo, e, alçados a condição de porta-vozes do governo na instrução, na formação da opinião pública e na divulgação das ideias à serem implementadas (OLIVEIRA, 2001, p.47).

- ¹¹ O jornal *A Federação* começou a circular a partir 1884, criado e conduzido por Venâncio Ayres, Ramiro Barcellos, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos, com a intenção de se constituir numa instância de defesa do Partido Republicano Rio-Grandense tendo sua publicação interrompida no início do Estado Novo, em 1937 (ARMANI; RIBEIRO, 2012, p.854).
- ¹² *Anuario Médico Brasileiro*: movimento científico médico brasileiro, dirigido por Carlos Costa fundado em 1886, Rio de Janeiro, publicado anualmente pela Serafim José Alves, que desejava ser uma continuação das ideias manifestas da Exposição de Medicina Brasileira de 1884 divulgando as ideias, pesquisas fruto da produção médica, theses, monografias e trabalhos médicos nacionais e internacionais (*Anuario Médico Brasileiro: movimento científico médico brasileiro*, 1886, ano I, p.7).
- ¹³ *Revista dos Cursos Práticos e Theóricos* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1884, na cidade do Rio de Janeiro, redigida por professores da Faculdade Hilário de Gouvêa, Cypriano de Freitas, Eurico Coelho, J.C. Lima e Castro e D.A Martins Costa, editada através da Tipografia Nacional, buscava publicar trabalhos realizados nos laboratórios da Faculdade, observações clínicas e as lições mais salutares ministradas por meio dos professores, de forma a explicitar o avanço dos estudos médicos (*Revista dos Cursos Práticos e Theóricos*, 1884, ano I, n.1, dezembro, p.3).
- ¹⁴ *O Brasil-Médico*, criado em 1887, Rio de Janeiro, tinha como diretor e redator principal A. A. de Azevedo Sodré. Pretendeu ser um periódico semanal publicando trabalhos originais, registros clínicos produzidos nos hospitais da cidade, contando com a seção de clínica terapêutica composta por artigos que noticiassem os modernos avanços médicos e terapêuticos e sua aplicação clínica. Procurava divulgar os interesses científicos, práticos e profissionais da classe médica brasileira (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de medicina e Cirurgia*, fev., ano I, n. 1, 1887, p.1).
- ¹⁵ *União Médica*, periódico publicado a partir de 1881, no Rio de Janeiro, tinha em vista se constituir um marco durável na divulgação científica médica brasileira, figurando como uma espécie de memória da produção médica brasileira contribuindo para o progresso da mesma sob a direção de quatro médicos como redatores, Julio Moura, Moncorvo, Moura Brasil e Silva Araujo (*União Médica*, 15/01/1881, n.1, p.2).
- ¹⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, teve seu primeiro número publicado em outubro de 1827. Foi o segundo periódico diário mais antigo do Brasil. Estava preocupado em divulgar todo tipo de negócios e mercadorias mantendo os interessados informados acerca de embarques e desembarques de mercadorias e sua circulação no país. Além de noticiar propaganda de produtos e mesmo atendimentos de toda ordem, inclusive médicos (*Jornal do Commercio*, 02/10/1827, v. 1, p.1).
- ¹⁷ *Correio da Manhã*, publicado no Rio de Janeiro, estabelecido em meado de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto no início da segunda metade de 1974. Ganhou notoriedade ao longo de sua existência entre os principais órgãos da imprensa brasileira, por ser um “jornal de opinião”. Durante o Governo Provisório, inicialmente o *Correio da Manhã* apoiou o governo de Vargas em oposição às oligarquias, mas depois manteve-se numa posição ambígua. Durante o Estado Novo se posicionou contrário ao governo, e por vezes teve suas matérias censuradas chegando mesmo a ser ameaçado de fechar suas oficinas (LEAL, 2001, p.1628).

de *Notícias*¹⁸ e *A Ordem*¹⁹, se constituíram em fontes úteis para entender o processo formativo inicial do médico em questão. Estas fontes permitiram investigar a criação e o lugar do Departamento Nacional da Criança e questionando o seu papel, como órgão oficial, o lugar e os procedimentos educativos higienistas dirigidos preferencialmente às normalistas, às professoras e às mães e demais mulheres brasileiras.

O uso e a eleição desses jornais se deram partir das publicações de matérias encontradas referentes ao tema da pesquisa em questão. Tais fontes foram úteis no esforço em acompanhar o percurso de Olinto de Oliveira através do Departamento Nacional da Criança, e sua passagem nos órgãos que antecederam à sua criação. Elas permitiram construir um mapa da trajetória e circulação deste intelectual, principiando no Rio Grande do Sul, oferecendo vestígios acerca da atuação como médico pediatra, na cultura envolvendo as letras, as artes e a música. O itinerário de Olímpio Olinto de Oliveira incluiu a passagem no Rio de Janeiro, inicialmente no momento de sua formação, e, anos mais tarde com a sua mudança definitiva para a Capital do país, envolvendo a sua adesão para compor o corpo técnico do Estado. Assim ele circulou por diversos órgãos oficiais, na Inspetoria de Higiene Infantil (IHI) (1930), a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI) (1934), a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI) (1937) e por fim no Departamento Nacional da Criança (DNCr) (1940). Neste último, analisamos a sua fundação e o papel exercido na educação higienista destinada à infância.

No conjunto das fontes selecionadas ganhou destaque o Periódico *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (BTDNCr). No que tange aos procedimentos adotados para o exame do periódico em questão, buscou-se efetuar a apreciação dos artigos redigidos por diferentes atores do Departamento Nacional da Criança e publicados no *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (BTDNCr). Tal análise implicou reunir os 23 números

¹⁸ *Gazeta de Notícias*, fundado no início da segunda metade de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo, se constituiu um dos primeiros jornais popular e barato de publicação diária no Rio de Janeiro. O periódico nasceu com a intenção de batalhar pela abolição da escravatura e a proclamação da República. Por ele passaram os mais diferentes intelectuais do final do século XIX e início do século XX. Foi responsável por inovações no parque gráfico brasileiro, como o uso do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, figurando entre os jornais mais importantes do Distrito Federal durante a República. O jornal fez a opção de posicionar a favor de Getúlio e de suas ideias, de 1934 a 1945 (LEAL, 2001).

¹⁹ *A Ordem* trata-se de uma Revista de orientação Católica do norte-rio-grandense, editado e dirigido por meio do Centro de Imprensa Dom Vital, de circulação nacional, fundado em julho de 1935, por 12 clérigos da Congregação Mariana dos Moços. Tinha o propósito de acompanhar as mudanças em curso do país buscando se apresentar como porta voz oficial da Igreja na esfera nacional. Dessa forma, *A Ordem* se propôs ser um jornal não somente para o ambiente eclesialístico, mas com a intenção precípua de colaborar na formação da ordem da família, da escola, das corporações, da economia da política, da ciência, na arte, no direito, na sociedade e na fé. Todos estes itens do programa de atuação da Revista estavam conformados como os ensinamentos da Igreja Católica (*A Ordem*, ano I, n. 1, 14/07/1935, p.1).

editados²⁰, no decurso dos cinco primeiros anos de existência desse impresso, perfazendo um total de 874 páginas. O *Boletim* teve oficialmente a sua publicação iniciada em junho de 1940 e conseguimos encontrar alguns exemplares avulsos até o ano de 1953, mas sem o conjunto completo.

Vale salientar que o conceito de infância não é fixo nem invariável, frente às consultas das fontes, foi preciso questionarem-se certezas e pontos de vista adquiridos quanto às suas elaborações. Segundo Camara (2010, p.121), as representações da infância estão relacionadas a uma injunção normativa que objetiva a construção da nação a partir da prescrição, ordenamento e regulação da infância. Dessa maneira, a infância não constitui realidade homogênea, vivida ou representada no singular.

No esforço de se conhecer a produção relacionada ao Departamento Nacional da Criança e quais as lacunas que podiam vir a ser preenchidas, efetuei o mapeamento da literatura pertinente ao assunto. A partir das leituras empreendidas desse material coletado procuramos compreender as apropriações e representações elaboradas acerca da criação do Departamento Nacional da Criança e suas ações. Apesar da extensa bibliografia existente sobre a temática da infância e as formas de assistência e proteção, há espaços por completar, em especial relacionados com a criação do Departamento Nacional da Criança, em seu primeiro quinquênio de existência. Dessa forma procuramos localizar o que havia e estava depositado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o que se mostrou pouco eficaz.

Considerando que os resultados apresentados na busca da BDTD se apresentaram limitados, ampliamos o leque procurando verificar, entre os bancos de teses e dissertações dos programas das instituições do sudeste²¹, o que poderia ser localizado. Nesse percurso, deparamo-nos com o fato de que algumas teses não constavam no banco de dados das instituições, sem mencionar o fato de que boa parte dos trabalhos não considerava o

²⁰ O *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* foi encontrado no acervo da Biblioteca Nacional (BN), ainda em bom estado, apesar da degradação do tempo, mas é um daqueles documentos que não figuram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Importa ressaltar que empreendemos visitas ao Centro de Pesquisa e Documentos da Fundação Getúlio Vargas buscando vestígios no Arquivo Capanema, em que constavam apenas dois números de 1943, já existentes na BN. Não satisfeito, busquei informações junto ao Instituto Fernandes Figueira, bem como no antigo prédio do Ministério da Saúde, hoje prédio da Fundação Oswaldo Cruz, em especial na Casa Oswaldo Cruz, onde não havia exemplares do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. A partir de 1953 não há indicativos explícitos quanto a suspensão ou cessação de suas publicações. No interior de suas publicações inexistia qualquer forma de sinalização quanto a tal fato. Nas bases arquivísticas não foram encontrados outros números posteriores ao ano de 1953, além de não haver qualquer tipo de vestígio sobre o seu término e as razões para tal, ficando, portanto, descontinuada a sua publicação.

²¹ A escolha do sudeste ocorreu por ser esta a região que congrega o maior número de programas, e, por conseguinte de trabalhos produzidos. Isso não significou a exclusão de outros programas.

Departamento Nacional da Criança como objeto de pesquisa ou o tratavam de maneira aligeirada ou aleatória.

Entre as bases de repositórios de teses pesquisadas destacamos: O Repositório Institucional da Universidade Federal de São Carlos, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ, o Pantheon Repositório Institucional da UFRJ; o Sistema Maxwell e as ETDs da PUC- RJ; o Repositório Institucional da UFF; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás; Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe; Repositório Institucional – Arca da FIOCRUZ; Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp; o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações – TEDE da PUC- SP; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG; o Repositório Institucional da UFES (RiUfes) e o Repositório Digital Institucional da UFPR. Nessas bases de dados dos repositórios buscamos, entre as fontes, principalmente teses para subsidiar a produção e a escrita da pesquisa.

De acordo com Prost (2015, p.14), os historiadores que escrevem sobre a história “[...] estariam condenados a se situarem em relação a seus predecessores e seus contemporâneos da mesma disciplina, mas também em relação às corporações científicas semelhantes [...]”. Desta forma, toda pesquisa empreendida sempre há de considerar e partir do que já foi produzido sobre a temática eleita. Então consideramos que uma nuvem de intelectuais nos acompanhou na seara da presente pesquisa, na análise do Departamento Nacional da Criança e suas medidas de assistência e educação dirigidas à infância, implicando considerar os estudos empreendidos acerca da história da infância, da história da educação e da ciência.

Entre os procedimentos metodológicos adotados para pesquisa do tema, efetuamos a busca tendo como base dados de diferentes repositórios de teses e dissertações, utilizando como descritor “Departamento Nacional da Criança²²”. Assim, acompanhando a produção acadêmica referente ao descritor “Departamento Nacional da Criança”, localizamos dez registros, conforme a pesquisa empreendida nos diferentes repositórios, entre os quais está a localização de 4 teses e 6 dissertações, distribuídas geograficamente nas seguintes regiões do país: no sudeste seis (6), sul duas (2) e nordeste duas (2). As 04 (quatro) teses localizadas foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação da região sudeste como: da Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos-SP, 02 (duas); da Universidade do Estado do Rio de

²² Importa dizer que a não utilização das aspas duplas na busca de tal descritor e, portanto, o lançamento livre apontou para centenas de resultados que, de forma superficial ou muito insipiente, falavam sobre o Departamento Nacional da Criança. Em contrapartida, a utilização das aspas duplas para o termo em questão significou uma redução drástica, mas expressiva, da produção relativa ao objeto da pesquisa em questão.

Janeiro, 01 (uma) e da Universidade Federal de Curitiba-PR, 01 (uma). Frente ao exposto, as 4 (quatro) teses e 6 (seis) dissertações encontradas que versavam em seu resumo, ou que se ocupavam com um ou mais capítulo sobre a referida instituição, foram dispostas aqui em ordem cronológica de produção.

Dessa forma, no bojo das teses produzidas²³ e encontradas que versavam sobre o assunto em tela, emergiu o trabalho de Irene Bulcão (2006) intitulado: “Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância: Psicologia e ações do Estado”, que busca estabelecer um traçado histórico sobre as políticas de assistência e proteção do Estado à infância, fazendo uma análise de 1923 a 1945, entrecruzando com as ações próprias do campo da psicologia desenvolvidas no ambiente jurídico até aquelas promovidas no Departamento Nacional da Criança e no Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.). Com enfoque destinado à educação especial no Brasil, Heulalia Charalo Rafante (2011) investigou a ação e a atuação de Helena Antipoff na Sociedade Pestalozzi, sem deixar de analisar sua passagem no Departamento Nacional da Criança. A tese produzida por Michele Varotto Machado (2015) em “A Educação das Crianças Menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon de Andrade Filho: Uma análise de suas Ideias Pedagógicas (1934-1971)” buscou examinar como as concepções de John Dewey afetaram o pensar na Educação Infantil Brasileira entre 1934 e 1971, procurando, a partir do material levantado, perceber a circularidade das ideias presentes na vida e na produção dos quatro autores selecionados como objeto de estudo. Além disso, procurou estabelecer a relação direta com órgãos governamentais criados no período investigado com a intenção de prover o amparo, proteção e propostas educativas para a infância no Brasil. Dentre os órgãos pesquisados, destaca-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr). O trabalho de Giane Lucelia Grotti (2016), em “História da Assistência à Criança Pobre em Rio Branco-Acre: Instituições, Sujeitos e Ações na Década de 1940”, analisou a história da assistência à criança pobre em Rio Branco, Acre, observando o problema da infância, as ações promovidas na década de 1940, com vistas a instituir um padrão de sociedade moderna, civilizada símbolo do progresso. Para tanto,

²³ Importa considerar que há trabalhos que não constavam no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e nem mesmo no repositório da instituição (USP), como o da professora Sônia Oliveira Camara Rangel de 2006. Em alguns casos houve impedimentos de acesso ao original, nas bases de dados dos repositórios das instituições, pois o autor pode solicitar que seu trabalho não esteja disponível, considerando a possibilidade futura de publicação na forma de livro, compêndio etc. Vários documentos foram encontrados quando lançamos aleatoriamente o nome do pesquisador e do título de trabalho no Google Acadêmico, que quase sempre conduzia a pesquisa até a base de repositórios de teses e dissertações dos Programas, onde estavam depositados os documentos.

examinou instituições como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas.

Além das teses, localizamos, entre os trabalhos de mestrado estritamente relacionados com o objeto de pesquisa, ou seja, o Departamento Nacional da Criança, seis (6) dissertações. No conjunto desses trabalhos se encontra o de Gustamara Freitas Vieira (2003), que procurou entender como a educação, a saúde e a assistência foram empregadas no Departamento Nacional da Criança, no período do Estado Novo, como veículo de conexão entre a infância e os futuros trabalhadores do país. Jussara Maria Viana Silveira (2008) procurou reconstruir historicamente, através da abordagem biográfica, o caminho percorrido através do médico João Cardoso Nascimento Júnior, durante o período de 1945 a 1983, analisando sua atuação na saúde e na educação, como médico puericultor do Departamento Nacional da Criança em Sergipe. A dissertação desenvolvida por Zélia Maria Carvalho e Silva (2008) teve, como intenção, reconstituir a história e a memória da educação infantil em Teresina, entre 1968 e 1996. Ela observou que o estabelecimento da educação infantil resultava da conjugação de forças da Igreja Católica e do Departamento Nacional da Criança, afora as instâncias estaduais e municipais de saúde, voltando-se, principalmente, para o atendimento à infância pobre. Quanto ao trabalho de Helber Renato Feydit de Medeiros²⁴ (2010), só temos a indicação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES do seu título: “Cuidando da criança, trabalhando pela pátria: puericultura e políticas públicas na assistência à saúde infantil no Brasil (1930 1945)”. A dissertação produzida por Michele Tupich Barbosa (2012), em “Sobre mães e filhos: as políticas públicas de proteção à maternidade e à infância em Guarapuava (1940 a 1960)”, examina a implementação da primeira política pública de proteção à maternidade e à infância no Brasil, por meio do estabelecimento do Departamento Nacional da Criança durante o Estado Novo e suas repercussões no Estado do Paraná por intermédio do Departamento Estadual da Criança. A dissertação de Thiago da Costa Lopes (2012) que se preocupou em investigar os processos de circulação e recepção de ideias sociológicas estrangeiras no país. Isto foi feito através da produção intelectual do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos durante o seu pertencimento aos quadros do Departamento Nacional da Criança, quando atuou em estados e municípios na defesa da proteção materno-infantil e, principalmente, como professor na formação dos médicos puericultores nessa instituição, no período de 1943 à 1948.

Todos esses trabalhos elencados tinham, em seu resumo, a menção ao Departamento Nacional da Criança, ou haviam se ocupado com a referida instituição. Dessa forma, o

²⁴ Esse trabalho ou o seu resumo não constam na base de dados do Banco de Teses e Dissertações da Capes, e, nem na base do repositório de teses e dissertações do Programa em que foi produzido.

inventário dos textos produzidos indicia a reflexão, apontando a existência de um número pequeno de trabalhos, com centralidade ou de forma parcial, sobre as medidas educativas promovidas através do Departamento Nacional da Criança.

A temática da infância figura em diferentes recortes temáticos é vista de diferentes perspectivas do conhecimento, o que assinala o crescente interesse em distintas pesquisas que são produzidas no campo da História da Educação, buscando dar conta da problematização das infâncias, caracterizadas como delinquentes e deserdadas da sorte (CAMARA, 2010, p.30). Assim, desde o final da década de 1980, assistentes sociais, educadores, historiadores, psicólogos, sociólogos, antropólogos, médicos, cientistas políticos interpelaram a questão da infância. São documentos que têm oferecido relevantes contribuições para a ampliação do entendimento do tema, de um modo geral e de forma particular para essa pesquisa em curso, constituindo-se em trabalhos seminais, quando se pensa e se pesquisa acerca de instituições e agências governamentais destinadas a assistência e educação da infância. Tais trabalhos favorecem uma melhor compreensão do que já foi pesquisado e do que pode ainda ser feito, ao envolverem a matização das condições sociais e políticas de assistência, proteção e educação à infância, elaboradas no decurso do tempo.

Entre os trabalhos pesquisados, como artigos e livros, encontra-se o texto de Maria Rosilene Barbosa Alvim e Lícia do Prado Valadares (1988), ao discutir em a literatura que versava sobre a infância e sociedade no Brasil; de Irene e Irma Rizzini (2004), ao se debruçar sobre a análise da construção da assistência pública à infância no Brasil estabelecendo seu percurso até a era Vargas (1930-1945). Cabe enunciar as pesquisas desenvolvidas por Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (1999), ao estudarem a infância no sótão, além de dedicarem esforços em historicizar a experiência do Instituto João Pinheiro, abarcando República, o trabalho e a educação. E, por fim, a pesquisa de Sônia Camara (2010) apresentada como tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2006, e posteriormente transformada em livro²⁵. Nessa obra Camara investiga e problematiza as iniciativas produzidas através do poder público dirigido à infância e as transformações decorrentes na década de 1920, que perspectivaram uma infância judicializada e tutelada no Estado, por meio de um conjunto inaugural de aparatos legais, como o Código de Menores de 1927. Em interlocução com essas produções, essa tese coloca-se numa tentativa de contribuir com tais estudos, e situa-se na área de conhecimento histórico e educacional. Estes trabalhos permitem compreender a noção de infância e a maneira como são construídas nos discursos e

²⁵ *Sob a Guarda da República*, a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

por eles, assim como nas práticas, procurando esquadriñar o conhecimento produzido acerca do enten de infância.

Por meio do levantamento dos documentos relacionados, ao tema e de sua análise, cerca de dezesseis, podemos observar que a questão da assistência à infância tem suscitado o interesse dos pesquisadores de diferentes áreas como: educação, história, história das ciências, psicologia social, sociologia e direito, em diferentes períodos históricos. Contudo o Departamento Nacional da Criança e suas medidas de educação à infância, vistos sob a ótica de objeto potencial de estudo, apesar da sua longevidade institucional, vêm alcançando parca centralidade nas pesquisas de doutorado e poucas vezes se constituiu em objeto de estudo. Fica evidente a necessidade de se ampliarem as pesquisas relativas à assistência e a educação dirigidas à infância, por meio do Departamento Nacional da Criança, fruto das políticas públicas do Estado que, astuciosamente, encampou as discussões em torno da infância, movido pela efervescência da intelectualidade brasileira.

Com este intento a tese foi organizada em quatro capítulos. No Capítulo I – “O intelectual Olímpio Olinto de Oliveira e sua trajetória com a infância” - Buscamos realizar a análise a trajetória do homem Olímpio Olinto de Oliveira, sua origem social e familiar, seu processo formativo na cidade do Rio de Janeiro. No decurso de seus itinerários procuramos acompanhar o estabelecimento de redes sociais do intelectual Olinto de Oliveira e seu retorno para a cidade natal, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Desde o final do século XIX, após a sua formatura, atuou na Santa Casa de Misericórdia até 1906, em sua estadia no Rio Grande do Sul. Investigamos a atuação deste intelectual, circulando desde ambientes promotores da cultura, passando por entre a filantropia e a ciência, a medicina (1887-1919).

A partir de 1919, Olímpio Olinto de Oliveira deixou de navegar, ou seja, viver no Rio Grande do Sul e passou a singrar através do Rio de Janeiro, Distrito Federal (1919-1945). Buscamos perquirir a sua trajetória no Rio de Janeiro e seu itinerário entre as instituições privadas e públicas dirigidas à infância. Olinto de Oliveira, em seu impulso criador e mediador, de práticas culturais e saberes científicos, procurou aproximar-se de diferentes organizações e associações médicas, colaborando na organização e fundação da Associação Médica Brasileira, da Sociedade Brasileira de Pediatria e foi afiliado do Conselho Nacional de Serviço Social, além de ter participado ativamente na criação de diversos periódicos, preocupados em estudar cientificamente a infância, no país e fora dele.

No Capítulo II – “Da Inspeção de Higiene à Divisão de Amparo à Infância” - Procuramos analisar o processo de institucionalização da assistência infantil, acompanhado a trajetória do intelectual Olinto de Oliveira no Rio de Janeiro e sua circulação entre a Inspeção

de Higiene Infantil, os percalços enfrentados na relação com o Departamento Nacional da Saúde, dificuldade que foi se arrastando ao longo de dez anos de sua passagem por órgãos oficiais. Após verificamos a instituição Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e sua Campanha Nacional de Alimentação. Outro órgão que examinamos foi a Divisão de Amparo à Maternidade, a predecessora do Departamento Nacional da Criança. Efetuamos um exame sincrônico do Departamento Nacional da Criança, atentando que a criação desse órgão no Brasil não se constituía em particularidade nossa, mas estava inserido num contexto mais amplo das formas de atendimento à infância promovida internacionalmente, dedicando especial atenção ao modelo europeu e as influências norte-americanas.

No Capítulo III – “O projeto criador: o Departamento Nacional da Criança e a questão da infância no Brasil (1940-1945)” - Analisamos a criação do Departamento Nacional da Criança e as medidas assistencialistas à infância no Brasil, subsumidas num panorama histórico das ações de assistência à infância no Brasil (1920-1940). Verificamos que a criação do Departamento Nacional da Criança era parte da atuação progressiva do Estado, que culminou em formas de intervenção no planejamento, na coordenação das medidas privadas e públicas e na produção de políticas públicas destinadas à infância. Sob essa lógica, apresentamos o DNCr como parte do projeto do Estado Novo (1937-1945), frente às demandas sociais emergentes do país, balizadas sob a égide da racionalidade científica. Assim, o Departamento Nacional da Criança procurou instituir, na sociedade, cuidados à infância à luz dos princípios da puericultura. Outro elemento levado em conta foi a publicação do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. O mesmo foi utilizado na promoção da educação e na vulgarização dos conhecimentos higiênicos entre grupos especializados, os médicos, mas também numa perspectiva mais ampla entre a população.

No Capítulo IV – “A puericultura no DNCr, ‘educar para modelar a alma da infância’” – Investigamos a forma como os fundamentos da puericultura influenciaram o Departamento Nacional da Criança em suas proposições educativas, na promoção de cursos dirigidos às mulheres e na formação e aperfeiçoamento da raça com a intenção de elevar a infância à condição de ser humano higienicamente civilizado. Consideramos que o Departamento Nacional da Criança, em suas ações, manteve maneiras de assistir à infância que, em certa medida, lembravam o seu predecessor, o Departamento da Criança, criado por Moncorvo Filho. Esse aspecto nos levou a analisarmos as similitudes e distanciamentos entre o Departamento da Criança de Moncorvo Filho e o Departamento Nacional da Criança, considerando que estas instituições atuaram na assistência à infância no país, ainda que em tempos diferentes. A seguir apontamos os desdobramentos das influências da puericultura nas ações do Departamento

Nacional da Criança, entre elas, a criação institucional de espaços higienizados para o cultivo e educação da criança. Na sequência apontamos a instituição dos cursos de puericultura por meio do DNCR, na intenção de formar a mulher que assistia e educava a criança. Assim examinamos as ações acionadas através do Departamento Nacional da Criança dirigida à infância, a "sementeira" do futuro do país. Entre as ações agenciadas no DNCR estava a "Semana da Criança". A "Semana da Criança" foi uma importante ação desenvolvida por intermédio do DNCR como forma de chamar atenção da sociedade brasileira e de seus governantes para a causa da infância. Entre as instâncias estava à criação dos Postos de Puericultura, das Creches, dos Jardins de Infância e da Casa da Criança. Por fim, analisamos como o Departamento Nacional da Criança com suas medidas destinadas à infância desenvolveu medidas fundamentadas à luz das ciências médicas, atuando na modelação e no aperfeiçoamento da infância. Estas medidas visavam intervir na produção da infância com a intenção de criar o novo cidadão higiênico e civilizado.

1 O INTELLECTUAL OLÍMPIO OLINTO DE OLIVEIRA E SUA TRAJETÓRIA COM A INFÂNCIA

1.1 Nasce um intelectual, a vida e o itinerário de atuação profissional

O Higienista Olímpio Olinto de Oliveira, em sua prática, atuou empenhando-se, de maneira formal e informal, como agente educador, na difusão e na socialização de saberes específicos. Sob essa lógica emergiu a possibilidade do vislumbre de práticas, dos produtos, de variedades de formas de atuar deste intelectual em contextos sociais e políticos. Demarcando nossa abordagem, as práticas aqui aludidas dizem respeito àquelas elaboradas por sujeitos históricos nomeados como intelectuais, “intelectuais mediadores” (GOMES; HANSEN, 2016, p.9). Certamente que os termos escolhidos e utilizados pelo historiador não possuem neutralidade e são empregados para delinear e analisar práticas que se inscrevem por sua especificidade na mediação cultural, tais como: negociação, circularidade, apropriação, representação, recepção e outras.

O intelectual Olímpio Olinto de Oliveira contribuiu na produção de identidades culturais de indivíduos e da sociedade, com arquivos de documentos e guias institucionais que favorecessem a instituição do novo brasileiro. No entendimento de Gomes e Hansen (2016, p.10) o conceito intelectual conserva contornos fluídos. A palavra “intelectual” relaciona-se ao ambiente francês, como um neologismo que emergiu no manifesto Émile Édouard Charles Antoine Zola²⁶, no caso do Capitão Dreyfus, em 14 de janeiro de 1898. Este manifesto mobilizou a sociedade francesa, sendo firmado especialmente por escritores e universitários, e foi publicado no periódico *L'Aurore* com o título: “Manifesto dos intelectuais”. Estudos relacionados à temática, como os de Sirinelli (1996, p.250), Francis Wolff (2006, p.46), Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p.10), são concordes em afirmar que o aparecimento remonta ao final do século XIX.

Tal fato salienta a importância de se definir, no âmbito do itinerário de Olinto de Oliveira, o que era ser um intelectual. Sirinelli (1996, p.242) adverte que a noção do termo intelectual conserva caráter polissêmico, seu ambiente de ação é polimorfo, apresentando

²⁶ O Caso Dreyfus diz respeito a um oficial judeu do exército francês que fora acusado injustamente de traição, de atuar como espião a favor dos alemães. As acusações levantadas contra o Capitão Dreyfus não se sustentavam na concepção de Zola, pois faltavam provas. Tal situação mobilizou escritores e pensadores da época que se posicionaram a favor de Dreyfus e acabaram sendo nominados por Maurice Barrès, antidreyfusista, de antintelectuais. Nessa época o termo intelectual surgia com conotação pejorativa. Conferir ZOLA, Émile (1840-1902). *Zola / Rui Barbosa Eu acuso! O Processo do Capitão Dreyfus*. Org. e trad. Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra, 2007. p.35 a 53.

dificuldades no estabelecimento de critérios apropriados na definição da palavra, pois seu entendimento foi se modificando com a sociedade francesa. Mas dois sentidos podem ser atribuídos, um alargado e de viés sociocultural, envolvendo os criadores e os mediadores culturais, estritamente vinculados à notoriedade e prestígio adquiridos por meio do intelectual em função de sua formação reconhecida por intermédio da sociedade, como especialista legitimado por seus pares apto ao discurso público. E, o outro, de percepção mais acanhada, firma-se na noção de engajamento em que o intelectual age através da assinatura de manifestos e como testemunha. Os intelectuais encampavam um grupo social de contornos imprecisos, eram atores políticos e situavam-se entre aqueles que não apenas refletem sobre assuntos no debate da arena pública, mas atuavam fundamentalmente na publicidade das grandes questões e “inscrevia obrigatoriamente sua ação no tempo curto do debate cívico” (SIRINELLI, 1996, p.235).

O pediatra e puericultor Olímpio Olinto de Oliveira era gaúcho, natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nascido em cinco de janeiro de 1866, e faleceu em 22 de maio de 1956, aos 90 anos no Rio de Janeiro. No inventário das atividades desenvolvidas por meio do médico em Porto Alegre, constava a fundação da Associação de Proteção à Infância, a criação da primeira creche instituída no Brasil, o Dispensário de Crianças, o Instituto Pasteur e o Instituto Oswaldo Cruz (*Jornal do Brasil*, ano LXVI, n.119, 24/05/1956, p.8).

Imagem 1 - Olímpio Olinto de Oliveira



Fonte: Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, v.6, 22 de junho de 1956, p.189.

Olímpio Olinto de Oliveira era filho de João Olinto de Oliveira e Joana Olinto das Chagas. Seu pai tinha sido 1º oficial e diretor da 4ª seção na secretaria do governo na Província do Rio Grande Sul. Após ter sido reformado, foi graduado a capitão, em 1887, talvez por coincidência veio a trabalhar no ano seguinte como escrivão interno na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, na mesma instituição em que o filho (Olímpio Olinto de Oliveira) era diretor-médico do Dispensário de Crianças (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS* -31/03/1891, ano VIII, n.75, p.2).

O clã Olinto de Oliveira, no Rio Grande do Sul, era consideravelmente numeroso, com presença de não pouca expressão na medicina, considerando que Olímpio Olinto de Oliveira e dois de seus filhos, Mario e Décio, afora o seu irmão Plínio Olinto de Oliveira, atuavam no campo médico. Olímpio Olinto de Oliveira tinha como irmãos Plínio Olinto de Oliveira, que por meio de concurso público atuou como médico psiquiatra do Hospital Nacional dos Alienados (*A Opinião Pública* - RS, n.133, 15/06/1910, p.1). Eram ainda seus irmãos Clara Olinto de Oliveira; Francisco Olinto de Oliveira; Ana Olinto de Oliveira e Maria Adilis Olinto de Oliveira. Olímpio Olinto de Oliveira era casado com Maria Emília Batista da Silva Pereira, a Dona Nhãzinha, patriarca de uma família numerosa como muitos de seu tempo, contando com treze netos e sete bisnetos (*Jornal do Brasil*, ano LXVI, n.119, 24/05/1956, p.8).

Imagem 2 - Olímpio Olinto de Oliveira e sua família - 1939



Fonte: *Vida Doméstica -RJ*, junho de 1939, ano XIX, n.255, p.43

Olímpio Olinto de Oliveira tinha como filhos Paulo Olinto de Oliveira; Mario Olinto de Oliveira (médico); Décio Olinto de Oliveira (médico); Sílvio Olinto de Oliveira (engenheiro),

Jorge Olinto de Oliveira (embaixador) e Esther Olinto de Oliveira (professora). Entre seus filhos, dois seguiram os passos do pai e se tornaram médicos. Mário Olinto de Oliveira, médico pediatra, atuou como diretor do Abrigo Hospital Arthur Bernardes e como diretor do Instituto Nacional de Puericultura, ambos ligados ao Departamento Nacional da Criança. Esses seus filhos médicos, Mário e Décio, publicaram artigos para revistas nacionais e internacionais (HILTON, 1948, p.178). Décio Olinto de Oliveira ainda integrou o corpo do Conselho Regional de Medicina do antigo Estado da Guanabara (*Correio da Manhã* - RJ, 15/05/1966, p.5).

A família Olinto de Oliveira experimentava certo regalo na sociedade do Rio Grande do Sul, era numerosa, com 7 filhos e 9 criados, à exemplo da utilização dos meios de transportes mais modernos à época em viagens - o vapor Itapuã, em 1888. Seu pai, João Olinto de Oliveira, envolvido com as atividades culturais da sociedade, em especial as de natureza carnavalesca. Além de membro foi diretor (1888) da sociedade carnavalesca Esmeralda²⁷ (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* – RS, 15/02/1890, ano VII, N.37, p.2).

Em 1881, Olímpio Olinto de Oliveira deixava o Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro, para dar início ao seu curso na Faculdade de Medicina, no Distrito Federal (*Gazeta de Notícias*, 14/12/1881, p.2). No período de sua formação médica se especializou em pediatria atuando como estagiário na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, sob a direção de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo. A criação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro ocorreu em 10 de dezembro de 1881, a “Policlínica Geral do Rio de Janeiro, e com ela a Pediatria do Brasil, no dizer de Fernandes Figueira”, o primeiro Curso livre de Pediatria²⁸, nas partes baixas de um antigo edifício da rua dos Ourives, em 1 de agosto de 1882, começou seus serviços efetivamente. Ali Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, o Moncorvo Pae, criou com outros médicos e alunos um núcleo de estudos e pesquisas em torno da temática da infância. Seus alunos, à guisa de discípulos, levaram adiante suas ideias, alcançando projeção nacional, entre os quais o seu filho Carlos Arthur Moncorvo Filho, Fernandes Figueira, Olímpio Olinto de

²⁷ Por vários anos 1890, 1891, 1892, o pai do Olímpio Olinto de Oliveira, João Olinto de Oliveira sediou em sua casa o baile burlesco de despedida do carnaval, O baile, em reunião privada à socialite, ocorria em trajes de fantasia (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* – RS, 15/02/1890, ano VII, N.37, p.2).

²⁸ Vale ressaltar que Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo havia sido convidado por Rodolpho Epiphany de Souza Dantas, Ministro do Império, a criar e ocupar a Cadeira de Moléstias das Crianças, até então inexistente na Faculdade Medicina do Rio de Janeiro. Todavia, por conta de conflitos de interesse naquele momento, a cadeira chegou a ser criada na referida instituição, mas o Ministro do Império não ficou em seu posto, caiu, não conseguindo dar prosseguimento à nomeação de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, Moncorvo Pae. Segundo a determinação do novo Ministro a ocupação da nova cadeira de professor, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, só seria feita mediante concurso, o que em verdade, contrariou os propósitos de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, que se considerava plenamente habilitado para tal cargo, sem a necessidade de enfrentar um concurso (*Jornal do Commercio* - RJ, 02/08/1932, ano 105, n.182, p.4).

Oliveira, Clemente Ferreira, Viera de Mello, Luiz Barbosa, Nascimento Gurgel, Ribeiro da Silva, Olympio Portugal, Eduardo Meirelles e outros (*Jornal do Commercio* -RJ, 02/08/1932, ano 105, n.182, p.4).

Até o final do século XIX, no Brasil havia apenas duas Faculdades de Medicina, a do Rio de Janeiro e a da Bahia, era de praxe a publicação anual dos alunos matriculados em cada ano. Dessa forma, através de diversos jornais (*A Federação-RS*, *Gazeta de Notícias-RJ*, *Jornal do Comércio-RJ*), foi possível acompanhar o processo de formação de Olímpio Olinto de Oliveira (*Gazeta de Notícias*, 23/11/1883, p.2; *Jornal do Comércio*, 23/11/1883, p.1). Assim, anualmente a imprensa escrita informava a sociedade, em suas páginas, além da situação da inscrição dos alunos, veiculavam informações relativas ao andamento da formação dos acadêmicos, nos cursos de medicina e farmácia da Faculdade de Medicina do Rio. Por exemplo, no ano de 1883, por ocasião do terceiro ano do curso de medicina, o nome de Olinto de Oliveira figurava, entre outros nomes de alunos regularmente matriculados, com o de Antônio Fernandes Figueira, inscritos na mesma turma. Caso modelar dessa situação foi a publicação dos nomes desses acadêmicos como plenamente aprovados em todas as matérias (*Jornal do Comercio*, 07/11/1883, p.1). Esses elementos indiciam que o processo formativo dos futuros médicos era acompanhado com expectativa no país. Em uma última publicação, no jornal *Gazeta de Notícias* (18/11/1886, p.2), sobre o processo formativo dos acadêmicos de medicina, no ano de 1886, os nomes de Olímpio Olinto de Oliveira e Antônio Fernandes Figueira aparecem inscritos na lista da 6ª série do curso de medicina indicando que haveriam de realizar a prova prática de higiene. Os exames dos alunos aconteciam quase sempre na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Santa Casa de Misericórdia.

As defesas das teses ocorreram no final de 1886, a de Olinto de Oliveira ocorreu no dia 31 de dezembro, às 11 horas, no pavilhão de física da Faculdade de Medicina (*Gazeta de Notícias*, 31/12/1886, p.2). A relação de todas as teses defendidas durante o ano de 1886 foi publicada no ano seguinte, conforme data de colação de grau dos acadêmicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre as quais a de Olímpio Olinto de Oliveira, intitulada, *Das paralisias na infância: formas clínicas e anatomopatológicas*, publicado através da Imprensa Nacional (*Anuario Médico Brasileiro: movimento científico médico brasileiro*, 1887, p.142; *Revista dos Cursos Práticos e Theóricos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, fev. n.3, 1887, p.242; *O Brasil-Médico: Revista Semanal de medicina e Cirurgia*, fev., n. 4-7, 1887, p.32).

A tese de Olinto de Oliveira deixava explicitar a preocupação e interesse com a questão da saúde da infância. No ano seguinte à sua formatura, 1888, publicou um artigo denominado

*Nota sobre um caso de cepheleatoma duplo*²⁹, por intermédio do periódico médico *União Médica* (1888, abr., n.4, p.156), dando indícios de que estava por se desenvolver uma vida futura acadêmica profícua na pediatria. Após a sua formação em medicina no Rio de Janeiro, retornou à sua cidade natal, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

No ano de 1887, em 13 de janeiro, às 11 horas e 15 minutos, colava grau de doutor em medicina, Olímpio Olinto de Oliveira, Antônio Fernandes Figueira e mais 71 pessoas³⁰, no externato do Imperial Colégio de Pedro II, na presença do Imperador Dom Pedro II, do presidente do conselho, ministro do Império, ministro da Marinha, almirante Visconde de Tamandaré, camarista de Sua Majestade, afora senhoras e cavalheiros. O quantitativo de formados, além de ser expressivo, deixa entrever a presença majoritária de pessoas do sudeste

²⁹ O artigo de autoria de Olímpio Olinto de Oliveira versava sobre um caso raro verificado em uma criança de 19 dias de nascido, do sexo masculino, de origem italiana, no Rio Grande do Sul. Olinto de Oliveira chega a mencionar que o fato era tão incomum que mesmo nas Policlínicas do Rio de Janeiro, Henoch e Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo não haviam efetuado nenhum registro do gênero. Apenas um caso da forma simples da doença fora observado num universo de 300 crianças que frequentaram a sua Policlínica de 1881 a 1886. Maiores informações podem ser obtidas em *União Médica* (1888, abr., n.4, p.156-158).

³⁰ Foi matéria da primeira página do jornal *Gazeta de Notícias* (13/01/1887, p.1) a relação completa dos 73 acadêmicos que receberam o grau de doutor em medicina: Antônio Constantino da Silva Castro- sem indicação de lugar; Alberto Xavier de Sá – Bahia; João de Assis Lopes Martins – Província do Rio de Janeiro; Franklin de Faria – Rio de Janeiro; Manuel Duarte Pimentel Junior – Ceará; Olegário Ribeiro da Silva – Minas Gerais; Theophilo Tavares Paes Junior – Província do Rio de Janeiro; Caetano Furquim Werneck de Almeida – Rio de Janeiro; José Coelho dos Santos - Província do Espírito Santo; Henrique de Toledo Dodsworth – São Paulo; Alexandre Augusto de Almeida Camilo – Rio de Janeiro; Arthur da Silva Vargas - Rio de Janeiro; José Moreira Gomes- Espírito Santo; José Nogueira Nunes- Minas Gerais; Joaquim Marciano Loures - Minas Gerais; Jose Marciano Loures- Minas Gerais; Luiz da França Marques de Faria – Rio de Janeiro; Thiago Rodrigues da Costa – Rio de Janeiro; Jorge Luiz Gustavo Street- Rio de Janeiro; Duarte de Abreu – Minas Gerais; Honório Luiz de Vargas – Rio de Janeiro; Antônio Fernandes Figueira – Rio de Janeiro; Eloy dos Reis e Silva – Minas Gerais; Luiz Carlos Duque Estrada- Rio de Janeiro; Manuel Vieira de Andrade – Minas Gerais; Cincinato Henrique da Silva – Paraíba do Norte; Domingos Augusto da Silva – Rio Grande do Sul; Luiz Augusto Botto- Rio de Janeiro; Eduardo Ferreira França- Rio de Janeiro; Olympio Olinto De Oliveira – Rio Grande do Sul; Mathias Arthur da Motta Andrade – Rio de Janeiro; Alberto das Chagas Leite – Rio de Janeiro; Antônio Rodrigues Guião – Rio de Janeiro; Alfredo Zaquim de Figueiredo Neves – Minas Gerais; Mario de Souza Ferreira – Rio de Janeiro; Christiano Goulart Villela – Minas Gerais; Jorge Alberto Leite Pinto – Rio de Janeiro; Emílio Emiliano Gomes- Rio Grande do Sul; João Lobo Vianna- São Paulo; Tibério Burlamaqui de Moura – Piauí; Arthur Joaquim da Silva – Rio de Janeiro; Olympio Viriato Portugal- Rio de Janeiro; Jorge da Rocha Miranda – Rio de Janeiro; Francisco Pires Machado – Pernambuco; Francisco Isidoro Duos Júnior – Rio de Janeiro; Antonio Constantino da Silva Castro – São Paulo; João Dutra- Rio Grande do Sul; Aristides da Silveira Lobo Sobrinho – Pernambuco; Octávio Marcondes Machado – São Paulo; Francisco de Paula Amarante – Rio Grande do Sul; João da Cunha Lima Júnior – Rio de Janeiro; Alfredo Augusto de Castro Medeiros – Rio Grande do Norte; Antônio do O de Almeida Filho – Pará; Theóphilo de Almeida Torres- Rio de Janeiro; Joaquim Ribeiro de Castro – Rio de Janeiro; Edmundo Augusto de Lacerda – Rio de Janeiro; Domingos Alberto Niobey- Rio de Janeiro; Evaristo Ferreira Veiga Sobrinho – Minas Gerais; Alberto Rodrigues Silva – Rio de Janeiro; Antônio Francisco da Rocha Júnior – Rio Grande do Sul; Rodolpho Galvão- Paraíba do Norte; Adolpho Frederico de Luna Freire – Pernambuco; Romualdo Herculano Monteiro de Barros – Minas Gerais; Canuto Ribeiro do Val – Bélgica; José Chardinal D’Arpenans- São Paulo; Virgínio Rolemberg Bhering- Minas Gerais; Guilherme Tell- Maranhão; Victor Custódio Ferreira – Minas Gerais; Jayme Sylvado – Pará; Francisco Dias Martins – Ceará; Bernardo Ribeiro de Magalhães – São Paulo, Alfredo de Aquino- Pernambuco e Deocleciano Patrício Azambuja- Rio Grande do Sul .

(45), especialmente do Rio de Janeiro, em seguida vem um segundo grupo representativo do nordeste (12), apesar da existência da Faculdade de Medicina da Bahia desde 1808, e, por fim, um terceiro grupo representando o sul (7), com destaque para o Rio Grande do Sul (*Gazeta de Notícias*, 13/01/1887, p.13). *A posteriore*, a imprensa escrita local, sob orientação da Diretoria de Higiene de cada Estado, tratava de divulgar, na sociedade, os nomes das pessoas que haviam completado seus cursos de medicina, farmácia, odontologia e de parteiras, no intuito de coibir a ação de profissionais que não fossem possuidores de formação em instituição oficial. Boa parte dos nomes veiculados eram oriundos dos bancos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, 01/08/1895, p.3).

A trajetória profissional de Olímpio Olinto de Oliveira foi marcada pela prática da Pediatria, mas, também através da docência na Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre³¹. Nessa instituição atuou como professor de Anatomia Patológica (1903-1905), Química Biológica³² e de Clínica Pediátrica (1899-1917), interinamente³³ foi lente na cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica (1900) e foi diretor da instituição (*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial – RJ*, 1910, ano LXVII, p.20). Sob sua gestão lançou a pedra participou do lançamento da pedra fundamental com a intenção de se construir as novas instalações da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em um novo espaço, no Campo da Redenção junto ao Instituto Eletrotécnico da Escola de Engenharia. A intenção seria congregar naquele local todas as sedes dos institutos científicos porto-alegrenses possibilitando o nascimento de uma universidade (*A Opinião Pública - RS*, n.219, 26/09/1911, p.1).

Vale dizer, que por algum tempo, Olímpio Olinto de Oliveira, atuou no Colégio Ivo Affonso Corseuil³⁴, à rua Marechal Floriano, 196, ministrou aulas em sua residência de física, química e ciências naturais nas terças, quintas e sábados (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, 06/03/1895, p.2). Olímpio Olinto de Oliveira foi integrante efetivo da Academia Rio-Grandense de Letras (*Almanak Litterário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul*,

³¹ A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, fundada em 25 de julho de 1898, era constituída por cursos de medicina, farmácia, odontologia, obstetrícia e química industrial. Maiores informações conferir em: WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, V.3, p.583-601, nov. 1998- fev. 1999.

³² Estando no Rio Grande do Sul, fora convocado através da intendência da prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, para submeter a exame bacteriológico no laboratório de biologia da capital as águas que abasteciam a população daquela capital (*A Federação: Orgam do Partido Republicano - RS*, 10/03/1893, p.2).

³³ O professor responsável pela cadeira, Alfredo Leal se encontrava em tratamento de saúde (*A Notícia*, ano I, 19/07/1899, p.2).

³⁴ Esse colégio oferecia cursos de primários e secundários para meninos, afora os preparatórios.

Pelotas: Typografia da Livraria Americana, 1904, p.33). Ele veio a ser indicado para a *American Academy of Pediatrics* (USA), como associado honorário. Quando da sua eleição, foi felicitado através de *O Jornal de Pediatria* (1942, ano VIII, fascículos 1 e 2, p.55). Foi conselheiro de redação desse periódico especializado. A sua filiação em outras sociedades internacionais médicas de pediatria, como a *Société de Pédiatrie*, Paris³⁵ (correspondente estrangeiro), *Pan American Institute of Child Welfare* (conselheiro honorário) (HILTON, 1948, p.178) ajudaram Olímpio Olinto de Oliveira a compor suas redes de sociabilidade no plano internacional estava. Em 13 de dezembro de 1922 foi eleito, em reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, como membro honorário (*O Paiz*, 13/12/1922, p.12).

Em 1942, Olímpio Olinto de Oliveira recebeu o título de sócio honorário da Sociedade de Pediatria de Nova York e de professor Emérito da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, além de receber uma nova distinção, por iniciativa dos médicos argentinos. Além disso, a Confederação Sul-Americana de Pediatria, por meio de Gregorio Aráoz Alfaro propôs que fosse conferido a Olinto de Oliveira o título de decano dos pediatras sul-americanos. Essa proposta foi aprovada com aclamação (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 28/11/1942, ano LVI, n.47 e 48, p.36).

Em 1893, o jornal *Cidade do Rio* (RJ) (05/09/1893, ano IX, p.242) dava conta do aparecimento, em Porto Alegre, do boletim mensal da Sociedade de Medicina, a *Revista Médica*, que tinha à frente como redatores os médicos Sebastião de Leão, Adolpho e Olímpio Olinto de Oliveira. Anos mais tarde, Olinto de Oliveira unido, a Azevedo Sodré e Marco Filho, estiveram na direção da Revista Semanal de Medicina e Cirurgia em 1904 (LOPES, 2001, p.113). Em 1905, Olinto de Oliveira e Fernandes Figueira, representando o Brasil, associados com outros médicos pediatras latinos como Luis Morquio³⁶, do Uruguai, e Gregorio Aráoz Alfaro³⁷, da Argentina, conscientes da importância da divulgação de conhecimentos sobre a pediatria e a puericultura, se lançaram num audacioso projeto de envergadura latino-americana. A intenção desses intelectuais era poder colaborar no desenvolvimento de políticas públicas

³⁵ *Bulletins de la Société de Pédiatrie de Paris*. Masson et Cie, Éditeurs. Libraires de L'académie de Médecine. Paris, France. Tome vingt- huitième, 1930, p.13.

³⁶ Considerado na América Latina, professor de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina Montevideu, fundador e primeiro presidente da Sociedade Uruguia de Pediatria e criador do Instituto Interamericano da Criança, considerado um dos maiores pensadores da área na América Latina (SANGULARD, 2016, p.18).

³⁷ Professor da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, diretor de Serviço do Hospital San Roque e presidente da Sociedade Argentina de Pediatria. Maiores detalhes *Revista de Sanidad Escolar*, ano I, n. 1, junho, 1956. p.49. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/monitor/Rev_Sanidad_Escolar/1956A1No1-2.pdf#page=53. Acesso em 10/10/2018.

dirigidas à infância na região³⁸ e criaram um canal de comunicação impresso, pioneiro na América Latina, o *Archivos Latino-Americanos de Pediatría*, em Montevideu (MOLL; O'LEARY, 1943, p.7).

O *Archivos Latino-Americanos de Pediatría*, em seu percurso como impresso escrito, chegou a completar 40 anos de fundação. Vale ressaltar que os médicos pediatras Olinto de Oliveira, Fernandes Figueira, Luis Morquio e Gregorio Aráoz Alfaro, em suas trajetórias coletivas e em suas práticas particularizadas, foram promotores ativos e articuladores de eventos, como os Congressos Americanos da Criança. Esses, em suas instâncias de atuação, fossem espaços públicos ou privados, estavam envolvidos com a militância em prol da resolução dos problemas afetos à causa da infância, na América Latina e em seus países, individualmente. Os *Archivos Latino Americanos de Pediatría*, dedicados à imprensa médica, vieram à compreender a maior parte da bibliografia pediátrica da América Latina e serviu de tronco para um vigoroso broto vir a despontar, os *Archivos Argentinos de Pediatría* (*Archivos Argentinos de Pediatría*, v.113, n.2, p.98, abril, 2015).

As fontes dão indícios da existência da revista científica, *Revista dos Cursos* da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, destinada a publicar as observações relativas à clínica médica e cirúrgica de química biológica, que Olinto de Oliveira compunha na comissão científica do periódico, ao lado de Fabio de Barros e Alberto, entre 1911 e 1914 (*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* – RJ, 1914, v. II, ano LXX, p.4019). A *Revista dos Cursos* da Faculdade de Medicina de Porto Alegre foi importante impresso que teve circulação publicada no período de 1915 a 1936, em formato impresso. Olímpio Olinto de Oliveira colaborou e dirigiu, na sua primeira fase, os *Archivos Brasileiros de Pediatría* (1929), e foi conselheiro da redação do *Jornal de Pediatría*, de 1934 a 1950 (MOREIRA, 1956, p.193). Fez parte do Conselho Executivo, em 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934 e 1935 do *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, ao lado de Juliano Moreira, Henrique Roxo, Gustavo Ridel, Maurício de Medeiros, F. Esposel, Heitor Carrilho, Renato Kehl, Helion Póvoa, Adaulito Botelho, Murillo de Campos e F.L. Mac-Dowell (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*³⁹, 1935, janeiro - setembro, ano VIII, n.1-3, p.169).

³⁸ Atividades relacionadas a saúde, educação e políticas de bem estar na América Latina não só eram acompanhadas por meio do governo norte americano, mas eram razão de elaboração de dados e documentos como o *Index-Catalogue*, com mais de 120 mil referências relacionando as publicações produzidas no decurso do século XIX, até o meado do século XX (ROGERS, 1961, p.181). Aspectos relacionados à proteção da infância, bem como o controle e influência de órgãos internacionais sobre a América Latina, em especial o Brasil, ainda carecem de maiores pesquisas.

³⁹ Documento localizado na página da Biblioteca de Arquivos do Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia (GEPHE) <http://www.ppi.uem.br/gephe>

Olinto de Oliveira participou dos estudos promovidos na seção de Puericultura e Higiene Infantil⁴⁰ desde 1925, e em 1929 foi responsável em conduzir os estudos dessa seção na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) ao lado de Nascimento Gurgel, Fernandes Figueira, Moncorvo Filho, Pedro da Cunha, Mello Leitão, Alcino Rangel, J.P. Fontenelle, Queiroz Barros e Jorge Sant'Anna. No X Congresso Brasileiro de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1929, a seção de medicina e da higiene infantil⁴¹ foi presidida por Olinto de Oliveira e contou com Adamastor Barbosa, secretário geral da seção (*Archives de Médecine des Enfants*, janvier de 1929, Tome XXXII, p.369).

A seção jornais e revistas do Jornal *Á Noite* (n.6077, 18/10/1928, p.8), anunciava o aparecimento dessa interessante revista de pediatria, que em seu número inaugural fazia homenagem ao pediatra brasileiro Fernandes Figueira. Contando a edição com vários colaboradores, o seu sumário apresentava um elenco de assuntos pertinentes dirigidos à infância. O sumário do primeiro número foi publicado com a participação de: Olímpio Olinto de Oliveira - "A pediatria no Brasil, breve esboço histórico"; Fernandes Figueira - "Aspectos da Pediatria no Rio de Janeiro"; Martinho da Rocha Junior - "Estenose mitral, Coração Bovino"; Adamastor Barbosa - "Tuberculose num recém-nascido; Mario Olinto de Oliveira - "Anginas de Plaut-Vincent"; Hugo Fortes - "Pediatria Prática, pyuria" (*Á Noite*, n.6077, 18/10/1928, p.8).

Em 1931, o *Diário de Notícias* (ano II, n.214, 9/01/1931, p.7) anunciava a circulação do periódico *Archivos de Pediatria*, revista de clínica médica e higiene infantil e puericultura sob a direção de Olímpio Olinto de Oliveira, contando com a colaboração dos médicos da especialidade. A revista era dirigida não apenas à classe médica, mas ambicionava alcançar pais e professores, pessoas diretamente envolvidas nos assuntos relativos à saúde e à vida da infância. Ele participou da criação desse periódico, a primeira edição foi publicada em outubro de 1928, no Rio de Janeiro (*Pan America Sanitary Bureau - Medical and Public Health Journals of Latin America*, Whashington, D.C., n.152, august, 1940, p.29). A publicação dos *Archivos de Pediatria* foi celebrada por intermédio da imprensa não especializada.

⁴⁰ Durante vários anos esteve ao lado de Fernandes Figueira na Liga Brasileira de Higiene Mental. Afora esses médicos, essa seção, contou com Nascimento Gurgel, Pedro da Cunha, Mello Leitão, Jorge Sant'Anna, J.P. Fontenelle, Alcino Rangel, Moncorvo Filho e Queiros Barros (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1925, março, ano I, n.1, p.232).

⁴¹ Outros médicos estiveram atuando X Congresso Brasileiro de Medicina, em 1929, na seção de Higiene como Martinho da Rocha Junior, secretário da sub-seção de Pediatria Médica; Joachim Nicolau, secretário da sub-seção de Higiene Infantil; Aresky Amorim, secretário da sub-seção de Cirurgia Infantil e Ortopedia; Edgar Filgueiras, Hugo Frotas e Mario Olinto de Oliveira, secretários auxiliares (*Archives de Médecine des Enfants* (1929, Tome XXXII, Janvier, p.369)

Em torno do corpo editorial do *Archivos de Pediatría* foram agregados vários pediatras⁴², entre os quais: Américo Augusto de Carvalho como diretor responsável (assistente de clínica pediátrica da Faculdade Fluminense de Medicina), reunindo em seu corpo de redatores: Mario Olinto de Oliveira (diretor do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes); Adamastor Barboza (médico do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes); Hugo Fortes (médico da Assistência à Infância de Ribeirão Preto); Leonel Gonzaga (livre docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro); Martinho da Rocha (livre docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro); Waldemar Ribeiro (médico do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes) (*Archivos de Pediatría-Revista Mensal de Clínica e Higiene Infantis e Puericultura*, ano IV, Fasc. 39, dezembro, 1931, p.68). Atuado em diferentes frentes criando, como redator de revistas especializadas no plano internacional, foi condecorado com o título de Decano dos Pediatras Sul-Americanos na reunião conjunta das Sociedades Americanas de Pediatría, realizada em Buenos Aires, em setembro de 1942. Na ocasião comemorativa do 40º aniversário da fundação dos *Archivos Latino-Americanos de Pediatría*, dado o prestígio alcançado entre seus pares, recebeu uma placa enviada de Montevideu a qual foi entregue por ocasião da sessão solene no Instituto Nacional de Puericultura, do Departamento Nacional da Criança (MOREIRA, 1956, p.193).

Olímpio Olinto de Oliveira escreveu diversos artigos científicos, seus textos foram utilizados por seus pares e mobilizados pela intelectualidade médica na primeira metade do século XX. Ele escreveu para revistas nacionais e europeias, como *Archives de Médecine des Enfants* (Paris), *Monatsschrift für Kinderheilkunde* (Leipzig), *Jahrbuch für Kinderheilkunde und Physische Erziehung* (Berlim). A imprensa escrita, com matéria intitulada “ilustre cientista rio-grandense”, felicitava a indicação do intelectual Olímpio Olinto de Oliveira para representar o Rio Grande do Sul no Congresso Médico, que seria realizado no Rio de Janeiro. Segundo o redator, “o professor Olinto de Oliveira não era apenas uma cultura. É um erudito. [...] Mais de uma vez foi o seu nome citado nas revistas científicas francesas (*Mascara* - RS, ano 1, n.30, 31/08/1918, p.24).

Na seção Bibliografia, o periódico especializado *O Brasil- Médico* (ano XVII, n. 21-24, junho de 1903, p.208) relatava o recebimento de um número de revista de pediatria alemã,

⁴² Vale considerar que o *Archivos de Pediatría* congregou colaboradores nacionais e internacionais, tais como: Pierre Andre Noubécourt (catedrático de pediatria da Universidade de Paris); Luiz Barbosa; Américo Augusto; Aureliano Brandão; Aleixo de Vasconcellos; Carlos de Abreu; Calazans Luz, Edgar Filgueiras, Iracema de Freitas; Israel França; José Martinho da Rocha; Luiz Magalhães; Massilon Saboia; Orlando Goés; Rocha Braga; Martagão Gesteira; Leoncio de Queiroz; Leite Bastos; Margarido Filho; Olindo Chiafarelli; Vicente Baptista; Mello Teixeira; Gonçalves Carneiro; Raul Moreira; Florencio Ygartua (*Archivos de Pediatría-Revista mensal de Clínica e Higiene Infantis e Puericultura*, ano IV, Fasc. 39, dezembro, 1931, p.69).

Monatsschrift für Kinderheilkunde, cujos redatores eram Czerny, Johannessen e Marfan, sob a chefia de Arthur Keller. O periódico médico brasileiro, *O Brasil - Médico* saudava a gentileza da nomeação de Olinto Oliveira como correspondente da revista europeia.

O levantamento das fontes permitiu coligir um pouco da produção de Olímpio Olinto de Oliveira, em que localizamos a sua tese, dois livretos e nove artigos em publicação nacional e 23 artigos publicados em periódicos especializados internacionais⁴³. O inventariado indicou que as suas participações em congressos científicos e as muitas filiações desse intelectual às diferentes agremiações, sociedades, institutos e outras instâncias científicas nacionais e internacionais serviram de plataforma para construção de uma teia de sociabilidade consistente, favoreceram a circulação de suas ideias e de seus projetos voltados à infância. Ademais, o agenciamento das redes de sociabilidade cooperou na afirmação pessoal da sua imagem e autoridade, como criador e mediador de práticas culturais.

As ações, de base racional, desenvolvidas por meio do médico pediatra puericultor progressivamente ganhavam o respeito e a confiança da sociedade para cuidar de seus petizes.

Em dezembro de 1945, Olímpio Olinto de Oliveira, aos 79 anos, com uma folha repleta de atividades e serviços prestados à infância, à ciência e ao país, foi aposentado⁴⁴ de suas funções deixando um rastro iluminado de uma vida inteira dedicada à questão social da infância, marcada no exercício da filantropia e por uma vasta folha de serviços prestado ao Estado (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 5 e 12/01/1946, ano LX, n.1 e 2, p.34).

A produção de conhecimento, em que Olinto de Oliveira estava inserido, não se constituiu em ato independente e nem meramente abstrato, mas sua gênese se encontrava situada como processo de construção no ambiente da *intelligentsia*, que instrumentalizava a sociedade através de uma interpretação de mundo. Sob essa lógica a constituição da educação higiênica acompanhou “as variações de interesse e da atuação dos intelectuais envolvidos com a produção do conhecimento” (MANNHEIM, 1972 apud LIMA, 2000, p.28).

Olímpio Olinto de Oliveira, em interface com a realidade de seu tempo, estava inserido no conjunto das alterações em curso da estrutura social brasileira, e situado numa ampla rede de sociabilidade. Essa extensa rede de sociabilidade cultivada por Olinto de Oliveira em sua trajetória se constituía em importante capital social. O entendimento do capital social implica atentar para a estrutura objetiva das posições ocupadas pelos atores e as lutas estabelecidas no

⁴³ Conforme Apêndice A - Artigos publicados por Olinto de Oliveira.

⁴⁴ Ele foi aposentado em cargo de comissão, na condição de Diretor-Geral do Departamento Nacional da Criança, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde (Decreto-Lei n. 8.591, em janeiro de 1946), sendo homenageado no auditório do Ministério da Educação e Saúde (*Gazeta de Notícias*, 03/01/1946, p.7).

interior do campo. A ideia de campo proposta por Bourdieu (1989, p. 64) envolve a existência de capital e a luta por suas apropriações. O campo é um espaço de tensões, conflitos e competições em torno da monopolização de determinado capital. Os atores que atuam no campo têm sua presença e posição determinada segundo a quantidade de capital de que é detentor. Entre os tipos de capital como o econômico, o social e o cultural. Entre essas formas econômicas, o capital social se distingue por significar o conjunto de redes relacionais que o ator social é capaz de estabelecer e contatar. Essas redes de natureza social explicitam as relações, os contatos e o prestígio angariados no interior do campo por intermédio do ator social.

Cada ator social participa de redes de sociabilidade, que não ocorrem sem disputas, lutas de interesses. O intelectual, ou o ator social, tece os pontos, costura as relações, estabelece os links sociais procurando deles participar. Assim, o capital social é acumulado, construído, não está dado. O capital social deve ser pensado relacionalmente às unidades sociais em questão, como as suas propriedades. Para Bourdieu (1989, p.30) o ator social “pode manter laços afetivos, positivos ou negativos”, como produto de investimentos realizados por ele nas redes relacionais.

As redes de sociabilidade de que participam o intelectual ocorrem em meio as oposições e concorrências na disputa por prestígio, mas também em busca do apoio ao seu projeto. O intelectual, como ator social cultiva as redes de sociabilidades. A amplitude das redes relacionais construídas por Olímpio Olinto de Oliveira pode ser constatada nos numerosas conferências e congressos de que participou, nacionais e internacionais. Nos diversos espaços em que atuou como no campo das artes, das letras, da música e com maior ênfase na saúde da infância. Nos cargos exercidos, em espaços privados e públicos. Essa rede tinha em seu conjunto a inscrição e participação em instituições, instituições de ensino como a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, a imprensa, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Academia Brasileira de Medicina, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; Associação Médica Brasileira; a Liga Brasileira contra a Tuberculose, a Liga Brasileira de Higiene Mental, o Rotary Club do Brasil, o Jockey Club do Brasil, a Igreja Católica, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional do Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço de Assistência ao Menor, a Associação Cristã de Moços, Associação Brasileira de Educação, a Associação de Professores Primários do Distrito Federal. Importa considerar o conjunto de instituições internacionais de pediatria em Olinto de Oliveira participava, tais como: *Association Internationale de Pédiatrie*; *Société de Pédiatrie de Paris*; *Société Française de Pédiatrie*; a *American Academy of Pediatrics* (USA) e a *Pan American Institute of Child Welfare*.

Na compreensão do conhecimento se deve levar em conta, que a sua produção ocorre na presença de zonas de opacidade que explicitam manifestações de imparcialidade e deformações do conhecimento construído, sem deixar de considerar as condições e os interesses sociais delimitadores da atuação do intelectual. Para o historiador conhecer a gênese e a constituição da educação higiênica implica empreender que o trabalho histórico intenciona tornar inteligível o procedimento histórico e “[...] esta inteligibilidade conduz ao reconhecimento da regularidade na evolução histórica [...] estas regularidades devem ser reconhecidas primeiro no interior de cada série estudada pelo historiador, que a torna inteligível, descobrindo nela uma lógica, um sistema” (LE GOFF, 1994, p.44 apud LIMA, 2000, p.36).

Com residência fixa no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Olinto de Oliveira pode atuar como médico pediatra. Assim, em 1923, com outros médicos participou da organização da Associação Médica Brasileira. Para esta Associação foi eleito como um dos três vice-presidentes, figurando entre Clementino Fraga e Nascimento Gurgel, tendo como secretário-geral Arthur de Vasconcellos e diretor Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* – RJ, v.1, ano LXXX, 1924, p. 754).

Há indícios de que Olímpio Olinto de Oliveira mantinha boa relação com seus pares, um bom exemplo foi a apresentação de resumos de alguns médicos da época como Oswaldo Cruz, Moncorvo Filho e Fernandes Figueira publicados em 1902⁴⁵, 1903⁴⁶ e 1904⁴⁷, na Revista

⁴⁵ EIRAS, F. Da educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas. *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.352, Februar, 1902.; CRUZ, Oswaldo. Dos acidentes em sóroterapia. (*Brazil Medico*, Nr.29, 30, 31). *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.385, Februar, 1902.; BANDI, Ivo. Sulla preparazione di un siero antidiftérico antibacterico, suo valore profilattico e curativo. *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.386, Februar, 1902.; BARBOSA, Placido. A diagnose da difteria (Rev. de Med. Nr. 15) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.387, Februar, 1902; MONCORVO FILHO. Perversão sexual em uma criança de 19 meses. (*Rev. da Sociedade de Medicina e Cirurgia* do Rio de Janeiro. Nr.1) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.406, Februar, 1902.; FIGUEIRA, Fernandes. Semiotica das convulsões na infância (*Brazil Medico*, Nr.12) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.407, Februar, 1902.; BARATA, C. Um caso de talha hypogastrica. (Rev. de Med. Nr.17) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.414, Februar, 1902.; PORTELLA, Pinto. Pathogenia e tratamento das luxações congênitas da anca (*Revista de Medicina*, Rio de Janeiro, Nr.7) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band I, Nr.5, p.420, Februar, 1902.

⁴⁶ GUIMARAES, Modesto. Notas clínicas sobre a gripe infantil. *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.6, p.264, September, 1903.

⁴⁷ MACHADO, O. Um caso de bocio congenito. (*Brasil Med.*, Nr. 38) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.744, März, 1904.; OLIVEIRA, Ramiro. Las vegetações adenoids, seu valor clinico, e da necessidade de uma intervenção radical. (*Gazeta Med. da Bahia*, Nr. 5) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.745, März, 1904.; MATTOSO, Gueirós. Febre typhoid cerebro-espinal infantil (*Revista de Medicina* de S. Paulo, Nr. 22) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.750, März, 1904.; GUIMARÃES, A. O chlorureto de ethyla na cirurgia infantil. (*Brasil Médico*, Nr. 25.) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.778, März, 1904.; VIEIRA, S. Accidentes ocasionados nas creanças pelo chlorureto de ethyla como anestesico geral. (*Revista de Medicina* de S. Paulo, Nr. 12.) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.778, März, 1904.

médica alemã *Monatsschrift für Kinderheilkund*. Essas conexões agenciadas por Olímpio Olinto de Oliveira, principalmente com Fernandes Figueira e Oswaldo Cruz, apontam para o grupo que deu andamento à reforma da saúde pública encaminhada por Carlos Chagas em 1921.

Em 5 de Janeiro de 1904, durante o governo de Rodrigues Alves, por meio do Decreto n. 1151, foram reconhecidos, por Oswaldo Cruz, os serviços nacionais de Saúde com a criação da Diretoria Geral da Saúde Pública destinada a exercer suas atividades na capital do Brasil, nos principais portos marítimos e fluviais e regiões adjacentes do país. Segundo Soares (1939, p.347) em 3 de janeiro de 1914, após ter sido vencida a febre amarela, a antiga Inspetoria de Isolamento e Desinfecção foi transformada em Serviços Profiláticos. Em 1919, foi instalado o Serviço Profilático Rural, com autonomia ampla em todo o país, com o objetivo de combater a necrose, a malária, a boubá e outras doenças endêmicas que vitimaram as populações rurais do território nacional. Em 2 de janeiro de 1920, Carlos Chagas, através do Decreto n. 3987, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública, com um corpo de enfermeiros. Em 1927, J.P. Fontenelle⁴⁸ organizou e dirigiu o serviço distrital descentralizado, em Inhaúma (Rio de Janeiro) o qual era a célula Matriz do regime sanitário difundido em todo o Brasil.

No início de 1930, como um dos atos inaugurais do Governo Provisório de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que teve como primeiro ministro, o mineiro, Francisco Campos. Através do Decreto n. 24.438, foi organizado o plano geral de serviços de saúde Pública e assistência médica e social, coordenados por meio do Departamento Nacional de Saúde Pública, assistência médica e social, composta por intermédio do Departamento de Defesa Sanitária Internacional, Departamento de Defesa da Capital da República, Serviços Sanitários dos Estados, Serviços de Proteção à Maternidade e à Infância, assistência ao psicopata e serviços profiláticos mentais, e Serviços de Assistência Médica. Francisco Campos permaneceu até 1932 sendo substituído por Washington Pires. A partir de 1934, Gustavo Capanema foi empossado na pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública (SOARES, 1939, p.347).

O itinerário dos intelectuais é atravessado por estruturas de sociabilidade, que, segundo Sirinelli (2003, p.248), não devem ser ignoradas pelo historiador. As estruturas de sociabilidade, conhecidas também como “redes”, operam na vida do intelectual estabelecendo códigos de conduta, costumes, mas, acima de tudo, laços que proporcionam reconhecimento e autorização de suas práticas. Do contrário, os laços, uma espécie de elo social, se desfazem e resultam no imaginário social em desautorização dos projetos do intelectual. Os laços podem

⁴⁸ Foi docente efetivo de Higiene da Escola Norma do Distrito Federal. Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene. Membro efetivo da seção de Puericultura e Higiene Infantil da Liga Brasileira de Higiene Mental. Presidente da seção de Higiene da Associação Brasileira de Educação. Inspetor Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1925, ano I, n.1, p.8).

ser atados em instâncias, por exemplo, ao redor da redação de revistas, no conselho editorial e em torno de um projeto comum em benefício da pátria.

Na concepção de Bourdieu, o termo intelectual define agentes⁴⁹ de um campo, que em sua plêiade de funções científicas, tem pretensões de universalidade, destacando-se como figura de poder, por sua postura de dominação simbólica (não falam de si mesmos, mas em nome de ideias, ideais e projetos) detendo certo capital⁵⁰ cultural e social. Para Bourdieu (2001a, p.296) os intelectuais, grupo detentor de um saber universal, podem participar da consolidação dos poderes de dominação, mas também atuam fazendo oposição ao poder instituído.

Os intelectuais, geralmente estão comprometidos com as circunstâncias políticas de seu tempo. O que o intelectual deve ser ou fazer não se constitui em elemento dado, mas depende das relações de força entre os outros agentes, de sua relação com outros campos de atuação, implicando diretamente no estado do campo do intelectual que é marcado por disputas em torno do prestígio, com a finalidade de garantir o monopólio da competência científica, assegurando a sua autoridade⁵¹ diante do campo. Os campos comportam as relações de força e dominação. A existência do campo pressupõe a existência de capital e a luta pela apropriação desse capital, por exemplo: campo econômico, político, artístico, educativo, científico entre outros. A inserção no campo não é feita sem imposições ou mesmo a isenção de solicitações de tributos aos agentes sociais (BOURDIEU, 2001b, p.20).

O prestígio atua como processo de canonização, ou seja, de consagração conferida ao intelectual em função do conhecimento, via titulação, e do reconhecimento⁵² social. Ele mantém afinidade com a mutualidade indiciando que a sua existência pressupõe anuência nas partes envolvidas de uma relação social, que resulta no reconhecimento. Tal elemento ocorre por meio

⁴⁹ Bourdieu ao fazer uso do termo “agentes” faz referência aos indivíduos, às instituições, grupos, classes sociais em luta no campo. Esse termo se refere aos indivíduos que atuam em função da apropriação do *habitus* relacionados diretamente com a sua trajetória e a origem social. Os agentes podem se encontrar na posição de dominantes ou dominados dentro do campo. No entanto, estes agentes não são autômatos que estejam livres das regulações e condicionamentos do campo (2001b, p.28).

⁵⁰ Cada campo é definido de acordo com o tipo de capital que o caracteriza. Sob essa lógica há três formas de capital: o econômico (em sua perspectiva clássica), o social (que diz respeito as relações de que os agentes participam envolvendo prestígio e seus contatos) e o cultural (que se relacionam aos conhecimentos e as habilidades adquiridas em instituições escolares) (BOURDIEU, 2001a, p.295). O capital simbólico é um tipo de capital que engloba três formas de capitais utilizados por Bourdieu (econômico, social e cultural) e implica na capacidade de desobstruir, ou mesmo anular, o caráter arbitrário da distribuição do capital envolvendo notoriedade e respeitabilidade (BOURDIEU, 2001a, p.296).

⁵¹ A autoridade tem uma dimensão prática, mas também conserva uma perspectiva de natureza simbólica. A autoridade concedida ao intelectual serve como ato de investidura, de justificação através do rito institucional com vistas a legitimar o agente consagrado a ser o que é, entregando-se de corpo e alma à sua função. Essa autoridade serve como elemento de superação a qualquer ato performático social de qualquer profissional, conferindo-lhe legitimidade (BOURDIEU, 2001a, p.297).

⁵² Como mantinha um bom renome na sociedade porto-alegrense, e vida modelar, Olinto de Oliveira por diversas vezes, entre os anos de 1897 e 1913 participou integrando o corpo de jurados do tribunal do júri estadual e do federal (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.54, 04/03/1908, p.2).

da incorporação de códigos de conduta que leva a honra social. A honra supõe a ideia de um indivíduo que sempre se vê através dos olhos da alteridade, a pessoa sente-se honrada porque a imagem que tem de si espelha aquela apresentada a ele por outras pessoas (SENNETT, 2004, p.72).

Nessa direção, Olinto de Oliveira, no periódico *O Brasil- Médico* (ano XVII, n. 21-24, junho, 1903, p.208) recebe menção acerca da sua significativa contribuição na divulgação da ciência produzida no Brasil, na ajuda oferecida na tradução para o alemão e o francês de trabalhos de médicos brasileiros como correspondente da revista pediatria alemã *Monatsschrift für Kinderheilkunde*. Esses foram indícios do que foi ser inscrição no campo social, pode lhe assegurar o prestígio e a honra do exercício profissional junto aos seus pares.

Os intelectuais, na trilha histórica, não devem ser reduzidos e simplificados como pura manifestação de oposição ou protesto, antes ocupam posições de privilégio no exercício do magistério de opinião, mediando a produção e a atribuição de significados dos bens e das práticas oriundas de suas atividades, num exercício de mediação dos conhecimentos difundidos e da sua intervenção, consubstanciada na prática social, não se distinguindo de sua perspectiva criadora, sendo este intelectual mediador e criador (GOMES; HANSEN, 2016, p.18). Sob essa lógica, entendemos Olímpio Olinto de Oliveira como intelectual mediador e criador. Ele é mediador na medida em que fez circular conhecimentos, atividades e práticas culturais, possibilitando a sua apropriação por grupos específicos, como os seus pares, técnicos e especialistas, ou por grupos ampliados, como um público não especializado alcançando por práticas educativas higiênica, formado de vastas parcelas da sociedade.

Segundo Gomes e Hansen (2016, p.10), numa acepção ampliada, o intelectual é homem possuidor de uma dada *expertise* na ciência, atuando na fabricação de conhecimentos, na difusão de ideias, direta ou indiretamente ligado à intervenção político-social. Sob essa perspectiva, tal ator social adquire relevância estratégica na instância cultural e política que se entrecruzam. O entrecruzamento dessas instâncias desenrola-se em contexto de profunda disputa de significados, marcado por conflitos, mas com distinção, mesmo que ocupem historicamente posições de *status* mutável na vida social. Os intelectuais, como grupo social, não estão descolados da existência de instituições e do próprio Estado, pois, por vezes, também laboram em suas repartições e no planejamento, na elaboração de formas racionais de execução de políticas públicas. O intelectual, por ocupar posições consideradas estratégicas em repartições culturais, científicas, públicas e privadas, em associação ou organização política, pode vir a protagonizar projetos de mediação cultural e científica de avantajado impacto político social (GOMES; HANSEN, 2016, p.19).

A ideia de intelectual compreendida, para efeitos de estudo e compreensão de Olímpio Olinto de Oliveira, implica em que há diferentes concepções produzidas acerca do termo e que estão em trânsito. Dessa forma, entendemos que o intelectual é construído, forjado em seu tempo, é mediador cultural (GOMES; HANSEN, 2016) que estabelece redes relacionais (BOURDIEU, 2001; SIRINELLI, 2003) na realização de seus projetos. Compreendemos o termo como polimorfo, sem definição fixa, mantendo estreita vinculação com as redes relacionais que faz parte, podendo delas experimentar o respeito e o reconhecimento por conta do domínio de determinados saberes. Assim, optamos por compreender o intelectual numa concepção alargada, como um sujeito histórico que se envolve na produção cultural de bens simbólicos, reconhecido e autorizado por seus pares, atuando como mediador na difusão e transmissão de ideias e conhecimentos. Esses aspectos assinalam a amplitude do termo intelectual. Isso conferia a Olímpio de Oliveira, o conhecido e o reconhecido, uma forma de autoridade conferida aos projetos e atos deste intelectual.

Olímpio de Oliveira procurou se posicionar no debate público em defesa da infância e conduzia a operação de projetos alicerçados em ideais universais, ou seja, como ideias de valor para o bem comum, como a proposta de assistir e amparar a infância e elevá-la a condição de semente a ser cultivada em função do devir da nação. A nossa proposta de intelectual implica em compreendê-lo em seu papel histórico. Assim, Olímpio de Oliveira em suas funções desempenhadas foi literato, educador, médico, cientista. A função social do intelectual está muito relacionada ao seu tempo, podendo adquirir diferentes tonalidades conforme o contexto histórico. Ele, como intelectual, apesar de ser depositário de capital cultural, mantinha uma relação complexa com o Estado, por fazer parte de seus quadros e viver sob suas expensas. O ofício do intelectual não se restringia à escrita de artigos, participação em manifestações públicas ou protestos, na posição de militância e de engajamento e em influir sobre a sociedade, atuando no acontecimento.

A atuação de Olímpio de Oliveira foi motivo de enaltecimento entre seus pares, elemento que corroborava a consolidação e reconhecimento de sua autoridade intelectual. A redação do periódico *O Brasil- Médico* registrava que Olímpio de Oliveira prestava importante papel, e aquele presente número da *Monatsschrift für Kinderheilkunde* continha notícias e publicações originais de patrícios. Assinalavam que a medicina nacional, diante daquele fato, só teria a lucrar em ser conhecida na Alemanha, onde, por falta de idôneas informações, se haviam estabelecido juízos errôneos sobre o valor dos indivíduos e fatos científicos brasileiros (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XVII, n. 21-24, junho, 1903, p.208).

Por proposta de Pierre Nobécourt e Antoine Bernard-Jean Marfan, pediatras franceses, Olímpio Olinto de Oliveira, que se encontrava na França, fora recomendado e empossado como integrante efetivo da Société Française de Pédiatrie, a Sociedade de Pediatria de Paris, conforme o impresso escrito *Archives de Médecine des Enfants*⁵³. No Brasil a classe médica festeja a distinção conferidas ao pediatra brasileiro, que “era, há muito credor desta honraria, desde os tempos acadêmicos se dedicou à especialidade, sua tese de doutorado já versava sobre Pediatria” (*O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XLIV, n.5, fevereiro de 1930, p.142). Esse fato foi comemorado entre a classe médica rio-grandense que se sentia orgulhosa em ver seu insigne mestre da ciência como “alvo de elevada distinção, nos centros científicos estrangeiros, o ilustre cientista” (GALVÃO, 1930, p.1).

O periódico *Archivos Rio-Grandenses de Medicina* solenemente homenageou Olinto de Oliveira, que havia militado por tantos anos na cátedra de pediatria da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, enchendo de orgulho seus compatriotas. Fato que ganhou destaque também na *Revista dos Cursos* da Faculdade de Medicina de Porto Alegre ao ser considerado “nome glorioso da medicina pátria, mormente no que tange aos palpitantes estudos de pediatria” (MOREIRA, 1930, p.47).

Os intelectuais, à semelhança do farol, teriam, como tarefa social, de efetuar a leitura de seu tempo e apontar uma a direção específica, imprimindo ao país a marcha civilizatória ajustada ao mundo moderno. Para tanto, progredir implicava em assumir atitude resoluta de investir na ciência, tomando-a como balizadora das esperanças do desenvolvimento da nação (BRANDÃO, 2010, p.81). A percepção dos intelectuais, quanto a importância dada à ciência como alavanca promotora do desenvolvimento, podia ser verificada no discurso de Anísio Teixeira, quando esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, 1932. Em seu relatório ele dizia:

O que caracteriza a civilização moderna é o esforço pertinaz da ciência na transformação dos meios naturais da vida. [...] Tornou-se, portanto, necessidade imprescindível de cada país, a formação de capitães da ciência, capazes de o habilitarem à exploração dos próprios recursos, de modo tão perfeito que o seu lugar no páreo internacional não venha a ser prejudicado. [...] O que distingue um povo civilizado e forte de um povo bárbaro e fraco é tão somente a maior capacidade de seus técnicos e dos seus homens de ciência. Não só a força, mas a própria independência dos povos se tornou função da ciência que, por ventura, possuam (TEIXEIRA, 1932 apud BRANDÃO, 2010, p.61).

⁵³ Nesse impresso Olímpio Olinto de Oliveira publicou diversas vezes artigos originais em francês. Localizamos sete artigos desse intelectual publicados entre 1902 e 1905, na revista francesa *Archives de Médecine des Enfants*.

Anísio Teixeira compreendia a importância da ciência como elemento transformador da realidade. Ele assinalava que cada país deveria fazer de seus intelectuais capitães da ciência, de todas as áreas possíveis, a atuarem no desenvolvimento e no processo de civilização deste. Os intelectuais respondiam às demandas de um determinado contexto histórico. Exteriorizando em forma de ações, conjugando os saberes especializados com saberes práticos. A distinção entre a evolução e atraso estaria fundamentada na capacidade técnica e dos chamados homens da ciência. Os capitães da ciência, os intelectuais, se constituiriam nas pessoas habilitadas a criar e produzir a cultura que atendesse às necessidades civilizacionais. A cultura sob essa lógica conservava consigo um aspecto prospectivo, de avanço.

Outro aspecto a ser considerado foi que a circulação das ideias de Olinto de Oliveira, em periódicos internacionais especializados, sinalizava o conhecimento e o domínio no uso de línguas estrangeiras, como francês e alemão, considerados aspectos de lustração e esclarecimento e compondo o perfil do homem da ciência. Olinto de Oliveira conduzia e ensinava a fé no progresso, na ciência fundamentada nas faculdades da razão (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.268, 22/11/1911, p.2).

Caso exemplar de disputas de ideias, entre os intelectuais, acerca de questões do positivismo e sua influência sobre a prática médica pode ser percebida em matéria publicada no *Correio do Povo* (20/10/1898 apud WEBER, 1999, s.p.), Olinto de Oliveira procurava ao mesmo tempo dar clareza de seus pensamentos e persuadir seus pares e demais pessoas a prestarem atenção ao que considerava influência nociva do positivismo, de Augusto Comte, sobre os estudos médicos e sua prática. Assim, Olinto de Oliveira asseverava aos leitores do *Correio do Povo* quanto ao perigo da dependência cega e irrefletida, típica de alguns seguidores do pensamento Comtiano, que resultava em manifestações de intransigência e se constituíam em obstáculo para o avanço da sociedade porto-alegrense. O posicionamento firme de Olímpio Olinto de Oliveira contra as influências positivistas nefastas, especialmente no ambiente médico e no seu exercício, lhe rendeu algumas rugas. Os desentendimentos ocorreram com membros do Apostolado Positivista no Rio Grande do Sul e, na Sociedade de Medicina, como Protásio Alves, diretor da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, onde Olinto de Oliveira atuava como docente.

No ambiente da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia e do Instituto Livre de Bellas Artes, ambos de Porto Alegre, instituições de que Olímpio Olinto de Oliveira participava ativamente, havia uma querela quanto à fundamentação, de viés positivista, influenciando o pensamento médico, com resultados concretos verificados na perspectiva pragmática destes. Vale ressaltar que estas instituições que fundamentaram o nascimento do ensino superior no

Rio Grande do Sul, compondo parte do projeto civilizatório republicano, em curso naquela região. Esse projeto contava com intelectuais de matizes distintas quanto à percepção da realidade, como o grupo hegemônico conduzido por intermédio do viés positivista, mas havia aderentes que faziam franca oposição ao positivismo, como Olímpio Olinto de Oliveira, ambos dedicados a promoção da ciência e da cultura. Muito embora discordassem no campo das ideias, eram concordes quanto à premente necessidade de resolverem-se problemas sociais e à promoção do desenvolvimento social no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2016, p.23).

Olímpio Olinto de Oliveira, como intelectual, era homem de seu tempo e em seu ofício, vivia às voltas entre a contradição da particularidade e do universal. Sua função transitaria entre as incoerências de exigências universalistas de sua profissão e as da órbita particularista da classe dominante, sendo instado ao engajamento em desvelar a verdade. Na busca de compreender a sociedade, deveria compreender a si mesmo como produto de seu tempo, para modificar e resolver suas contradições, possibilitando o desvelamento do ser e dos seus conflitos. A sua atuação, marcada por métodos rigorosos, lhe garantiria a especialidade técnica e o saber prático. Dessa forma, a especialidade conferiu ao intelectual Olinto de Oliveira caminhos para atuar livremente em suas pesquisas e nas contestações dos problemas do real. O saber prático lhe seria útil no alcance da universalidade dos resultados adquiridos de seus projetos.

O sucesso na implementação dos projetos dos intelectuais numa sociedade ou país estava diretamente relacionado, a dois aspectos: à chancela de seus pares e à representação que dele era produzido pela sociedade. Os seus pares é quem podiam informar se a pessoa era capaz e suficientemente competente. Diante da sociedade precisava ser imaginado e figurar como indivíduo exemplar. Assim, de ambos depreendiam o prestígio que era comutado em legitimação da autoridade intelectual, de seu poder para a consecução de seus projetos, como guardião das ideias. Raimundo Gonçalves Vianna, em homenagem aos fundadores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, publicada nos *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, como ex-aluno e amigo de mais de quarenta anos de Olímpio Olinto de Oliveira, fez menção à sua carreira, caracterizando-o como homem

Educado no *ancien regime*, no espírito romântico de um lar austero de trabalho e de nobres atividades nos domínios da formação moral. Trouxe ele para o ninho adorado das suas mais íntimas afeições românticas, o sagrado ideal da família, a cujos ternos e suaves estímulos, sem demora se haveria de tornar, o festejado clínico, o sumo professor, o pediatra eminente, o cidadão modelar, uma legítima expressão da inteligência e da cultura brasileira (*Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.8, 25/07/1948, p.55).

Menções como essas foram efetuadas em diversas ocasiões, desde a saída de Olinto de Oliveira da Faculdade Medicina e Farmácia de Porto Alegre, quase sempre por seus ex-alunos, entre estes Antônio Bottini, Annes Dias, Luis Guedes; Thomáz Mariante, Guerra Blessmann, Raul Moreira, estes dois últimos se tornaram professores da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. Eles o consideravam um exemplo a ser seguido, como professor de vida modelar que coligava a ciência e o coração, na missão de salvar a infância no país (*A Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.6, n.6, 1920).

Olímpio Olinto de Oliveira não só refletia sobre as questões pertinentes ao campo da medicina, mas procurou, na medida do possível, criar instrumentos que atenuassem ou melhorassem o tratamento dos pacientes. Já morando no Rio de Janeiro, em 1919, ministrou conferência na Biblioteca Nacional, *O fetichismo terapêutico*, aos estudantes do curso médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*O Paiz*, 09/09/1919, p.4). No ano de 1920, Olímpio Olinto de Oliveira esteve em Buenos Aires, na Argentina, onde, em visita ao Hospital Ramos Mejia, ministrou conferencia aos alunos sobre clínica infantil. Ainda esteve na Associação Médica Argentina dissertando sobre a asfixia no Tratamento do Crupe. Nessa ocasião, apresentou um novo aparelho, objeto de sua invenção, uma espécie de taqueômetro, que prometia facilitar a traqueotomia. No mesmo ano, em fins do mês de abril de 1920, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ele além de falar aos jovens acadêmicos de medicina fez a demonstração de sua criação para estes, o taqueômetro (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, 17/05/1920, p.6).

Sob essa lógica podemos pensar na construção da trajetória de Olímpio Olinto de Oliveira em cotejo com as posições ocupadas e as relações estabelecidas com outros agentes sociais em diferentes instituições, marcadas por disputas e as permanentes modificações a que estava sujeito. As suas ideias circularam na imprensa brasileira, entre seus pares, e suas descobertas médicas ganhavam reconhecimento, como foi o caso de Cândido Firmino de Mello Leitão⁵⁴ ao escrever seu artigo, *Fragellate dysentery in children*, publicado em jornal britânico, citando-o por três vezes ao longo de seu texto. Além disso, o prestígio e a utilização das ideias de Olímpio Olinto de Oliveira ocorreram também na Europa, ao figurar nos escritos especializados internacionais diversas vezes, à exemplo do livro de Pierre Nobécourt⁵⁵: *Précis de Médecine Infantile*, com a primeira edição de 1907, alcançando a 38ª edição ampliada em

⁵⁴ MELLO LEITÃO, Cândido Firmino de. *Fragellate dysentery in children*. *The British Journal of Children's Diseases*. London: Adlard and Son, Bartholomew Press, V. X, n. 110, february, p. 60, 62, 64, 1913.

⁵⁵ NOBÉCOURT, Pierre. *Précis de Médecine Infantile*. Paris: Masson et Cie, Editeurs, Libraires de Académie de Médecine, p.190-194, p.231, p.389, 1907.

1920. Pierre Nobécourt ao tecer comentários acerca das moléstias infantis, mas detidamente sobre a disenteria amebiática, angicolites e causas determinantes de acessos asmáticos em situações de abcessos do fígado fazendo referência ao pensamento e descobertas do brasileiro Olinto de Oliveira por mais de quatro vezes. Outro intelectual que veio a fazer referência as suas ideias e escritos foi Jules Comby⁵⁶, *Traité des maladies de l'enfance*, ao falar da disenteria e das doenças infecciosas e contagiosas entre as crianças. Meton de Alencar Neto (1943, p.224), conforme registro nos *Arquivos do Serviço de Assistência a Menores*, reconhecia o empreendedorismo científico de Olinto de Oliveira indicando que ele era “[...] homem de ciências, cuja obra, divulgada no estrangeiro e no país, atesta os méritos que o governo percebeu em seu espírito, ao escolhê-lo para tão grande cargo. Dotado de grande senso científico [...]”.

Olinto de Oliveira dedicou sua trajetória a questão da infância, neste momento objetivou colaborar na construção do que considerava ser uma nação melhor. Ele não teve dúvidas de que, para a realização desta obra, precisava de bons aliados, e entre esses, a imprensa. Ter a imprensa como aliada para esse intelectual pode ter significado o acionamento de uma complexa rede de sociabilidades, empresários do capitalismo editorial, diretores, redatores e políticos. A imprensa era utilizada como promotora das ideias dos intelectuais. Assim, ao divulgar as ideias desses sujeitos, em paralelo, ela servia-lhes de afiançadora de seus projetos, proporcionando, em sua justeza, o prestígio e o reconhecimento a serem fabricados no imaginário social. Portanto a imprensa, para os intelectuais, atuaria como uma espécie de guia luminoso na publicação de suas ideias, iluminando, através da ciência, o caminho da sociedade, retirando esta última da escuridão da ignorância e do desconhecimento, favorecendo o alcance do progresso a uma “nação que desejasse ser moderna” (GOMES; KODAMA; FONSECA, 2018, p.596).

Importa problematizar o papel desempenhado por intermédio da imprensa no período do Estado Novo, que estava coagida, pressionada e tutelada por meio do Departamento de Informações e Propaganda (DIP) em grande parte. As informações difundidas pela imprensa e controladas por interferência do DIP ocorriam efetuando um apelo a todos os brasileiros a tomar parte no movimento, que não era apenas um dever patriótico, mas uma questão de natureza humanitária. A atitude autoritária estado-novista residia no emprego de maneiras de ação política, como forma de modelar e civilizar as faixas empobrecidas da sociedade, por intermédio de instrumentos dotados de poder de difusão, mas também de modelação e inculcação de novas ideias, através do DIP, alcançando os meios de maior comunicação, o rádio

⁵⁶ COMBY, Jules. *Traité des maladies de l'enfance*. Médecin de L'hôpital des Enfants Malades. Sixième édition, Paris: Vigot Frères, Éditeurs, 1920. p.413.

e o cinema (ORTIZ, 1991). Segundo D' Araujo (1999, p.195) o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi criado em 1939, como porta-voz autorizado do Estado Novo, encarregado de centralizar, controlar e censurar toda forma de comunicação veiculada por todos os meios de imprensa.

As ideias e ideais do intelectual Olinto de Oliveira transitaram entre a projeção proporcionada, por intermédio da imprensa, e a imaginação social dele produzida, sempre sujeita a amnésias, e a sua materialização através da concretude alcançada por seus projetos dirigidos à infância na nação. Assim, os periódicos em suas diferentes modalidades, entre os quais arquivos, revistas, boletins e jornais exerceram papel de extrema relevância na trajetória de Olinto de Oliveira. Esse intelectual operou em diferentes frentes, desde a criação de periódicos especializados, nacionais e internacionais, em redações e conselhos científicos, e, por fim, como escritor, sempre fazendo uso dos serviços da imprensa na divulgação de conhecimentos, que em sua opinião deveriam estar por toda parte do país - a puericultura, na afirmação de ideias e maneiras que se consubstanciassem na produção do novel cidadão adequado aos padrões de modernidade, conforme o que ponderava como ideal para o país. Sob esse aspecto, o papel da imprensa foi preponderante como meio técnico ideal para fazer representar o tipo de infância imaginada e defendida por meio do intelectual Olinto de Oliveira, comungando com as propostas higienizadoras em curso, que culminassem, em última análise, na produção de uma infância hígida.

Como intelectual Olímpio Olinto de Oliveira transitou pela academia, nos congressos, na imprensa, junto aos seus pares, e efetuando um movimento por meio de cursos e conferências públicas como modo de fortalecer sua imagem social e nutrir suas redes de sociabilidade. Essas relações e os trânsitos efetuados em diferentes ambientes, formais e não formais, foram significativos para o entendimento do poder de alcance do projeto deste médico, na divulgação de suas ideias e na consolidação de seus ideais. Certamente a sua trajetória não foi linear, antes marcada por altos e baixos, esteve sujeita aos possíveis apagamentos que podiam se estabelecer. Esteve, também como de tantos outros, entremeada de disputas, intrigas e silenciamentos que, à luz da serenidade, eram enfrentados buscando fortalecer suas redes de sociabilidade e, por conseguinte, seus projetos.

Essas redes de sociabilidade conferiram a Olímpio Olinto de Oliveira a autoridade e o respeito no campo. Munido de tais atributos estaria aí garantido o seu passaporte que o permitiria chegar a alcançar a expectativa de ser indicado aos cargos públicos ou privado, espaços em que fossem possíveis a mediação cultural e a instauração do seu projeto criador junto à infância. Os diferentes tipos de impressos, sua circulação e articulação com o debate

público em que estava inserido, bem como sua capacidade de construir em torno de si redes de sociabilidades, desempenharam papel salutar na projeção da imagem da infância que desejou erguer, na circulação e vulgarização de suas ideias, na promoção de seus projetos com pretensões de alcance nacional, compreendidos numa dupla acepção: política e cultural.

A relação de Olímpio Olinto de Oliveira como intelectual e o projeto criador devem ser auscultados sem deixar de se considerarem os elementos capazes de interferirem na produção e que estão fora do campo deste intelectual, como a opinião pública. Tais elementos devem ser sopesados à luz da distinção entre o que o intelectual faz e a recepção da obra de acordo com o público. Tal análise possibilita inquirir como se dá a relação do intelectual com o ambiente em que está inserido. Como imaginar esse intelectual nas relações que se instituem? Apesar da vinculação estreita deste intelectual com as instituições e o Estado, como campos específicos de sua atuação, este carece de certa margem de liberdade em sua prática para a implementação de seus projetos criadores, embora possam ser coagidos por forças externas. O intelectual, dotado de alguma independência, pode transcender formas planificadas e rígidas da estrutura estatal. O projeto criador está sujeito ao jogo que se projeta, se idealiza e se concretiza.

A recepção social tem a ver com o conceito do reconhecimento do intelectual e de suas ideias. O intelectual, ao ocupar posições e cargos na vida política, está sujeito, portanto, a relações de pressão no jogo em que ele se localiza para fazer e produzir seu campo intelectual e científico, observando as particularidades do campo, pois o campo não está isolado. E, se assim for, há de levar em conta a questão do possível exercício de autonomia do intelectual Olímpio Olinto de Oliveira, que pode ser relativa. Por sua forma independente, os intelectuais mediam formas de pensar a realidade, produzindo uma mentalidade ativa e criadora, e são capazes de exporem, a mera reprodução ou engessamento típico das estruturas burocratizadas do Estado. Com sua vida Olímpio Olinto de Oliveira atuou em dois ambientes distintos, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, e em ambos, inserido no campo, esteve sempre num processo de afirmação de suas ideias e projetos.

1.2 Olímpio Olinto de Oliveira, o homem dos Rio's

O intelectual Olímpio Olinto de Oliveira, com uma vida inteira devotada à infância, aliou a ciência e a arte em sua trajetória, desenvolveu um misto de sábio e de artista. O sábio, como aquele que, nas abstrações, reflete sobre problemas essenciais e, como artista, se deixou envolver pela sensibilidade, vivendo no êxtase da beleza. Desde a mocidade Olinto de Oliveira, um leitor ávido, manteve lastros com a arte e com a música, sendo seu exímio apreciador, a

ponto de Fernandes Figueira dizer um dia: "Olinto de Oliveira, já quando estudante, lia música como nós *lemos* português". Os grandes homens não têm suas vidas circunscritas apenas a seu ofício, na técnica; seu olhar e seu conhecimento se estendem através dos horizontes da existência estética da vida e de suas belezas. "Esteve o nosso mestre sempre envolvido no movimento musical de Porto Alegre, ao lado de Araujo Viana, Murilo Furtado, Luchesi, Olinta Braga, Murilo Carvalho e tantos outros" (BLESSMANN; MOREIRA, 1956, p.195).

Olímpio Olinto de Oliveira destacava-se por ser homem de formação densa, de cultura vasta e diversificada, colaborando na implantação e organização da Academia Rio-Grandense de Letras, em 1901, chegando a assumir um de seus assentos, a cadeira 26. Ainda foi militante na criação do Instituto Livre de Bellas Artes, em Porto Alegre. Nas horas vagas exercia o ofício de escritor, mantendo uma coluna no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, com o pseudônimo de Maurício Bohn (SAMPAIO, 2016, p.78). Ele foi um dos fundadores da Academia Rio-Grandense de Letras, criada em 1º de dezembro de 1901, e seu primeiro presidente (*A Federação: Orgam do Partido Republicano - RS*, n.186, 17/08/1936, p.1). Segundo as fontes consultadas, durante a comemoração do 20º aniversário da instalação da primeira Academia Rio-Grandense de Letras, Olinto de Oliveira regressou da viagem ao Rio de Janeiro e participou dos festejos da Academia, ainda na condição de presidente desta (*A Federação: Orgam do Partido Republicano - RS*, n.109, 12/05/1922, p.5).

Segundo Lopes (2001, p.113), Olímpio Olinto de Oliveira era musicista e crítico de arte, havia sido fundador do Club Haydn em Porto Alegre em 1897. Olinto de Oliveira, em 1902, foi eleito como presidente honorário do Club Haydn e diretor do departamento de Harmonia junto de Fr. Köhling e João Schwarz Filho. Com uma vasta folha de atuação intelectual, Olinto de Oliveira atuou escrevendo crônicas musicais, que semanalmente eram publicados no jornal *A Federação* (n.283, 05/12/1907, p.2). A redação do jornal *Mascara* enalteceu a figura do intelectual, Olinto de Oliveira, natural da terra, salientava que, afora o fato de ser cientificamente ilustrado, era diretor da Escola de Bellas Artes da capital do Rio Grande do Sul. Ao seu respeito enunciavam "[...]e não apenas é um medalhão. Todos conhecem as altas qualidades de esteta e de profundo conhecedor das artes" (*Mascara*, ano I, n.30, 31/08/1918, p.24).

A inclinação e apreciação das artes levaram Olinto de Oliveira a colaborar na fundação do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul, inaugurada em 05 de julho de 1909, em Porto Alegre, instituição da qual foi presidente de 1909 a 1914, conforme relato das fontes (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, n.297, 16/12/1914, p.4). O Instituto de Bellas Artes tinha por finalidade o ensino sistemático, teórico e prático, das belas artes e era

constituídos de duas seções distintas, a Escola ou Conservatório de Música e a Escola de Artes. A primeira compreendia a teoria da música, a composição e a música vocal e instrumental. E a segunda, a Escola de Artes encampava a pintura, a escultura, a arquitetura e as artes de aplicação industrial (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.281, 07/12/1928, p.2). Olinto de Oliveira chegou a participar da banca examinadora, como um dos juízes do concurso público do Instituto, na admissão de novos docentes (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.271, 25/11/1911, p.4).

Em minucioso relatório enviado ao presidente da província do Rio Grande do Sul, Olinto de Oliveira relatava que, apesar das muitas vicissitudes de ordem financeira o Instituto Livre de Bellas Artes vinha funcionando com regularidade, e seus cursos de música, canto e desenho estavam em plena atividade. A matrícula geral, desde 1909, havia sido de 321 alunos, em sua grande maioria do sexo feminino. O resultado obtido através dos docentes era bem alentador, evidenciando bom aproveitamento, entre os quais poderiam se distinguir alguns talentos que haveriam de desabrochar na sociedade porto-alegrense. Havia indícios de que, sem a existência do Instituto de Bellas Artes, muitas jovens deixariam de ter a oportunidade de contribuir culturalmente para o enriquecimento do Estado, pois ali o ensino era ministrado gratuitamente (*Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* - RS, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 20/09/1912, p.18).

Após ter completado o seu curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1887, Olinto de Oliveira regressou à Porto Alegre, em tenra idade, 21 anos de idade, assumiu com competência e firmeza a causa da infância em sua trajetória. A tenacidade com que dedicou a sua carreira à infância colaborou para que, rapidamente, o médico Olinto de Oliveira acertasse o “passo no exercício da Pediatria, em cujos domínios o tempo bem depressa haveria de sagrá-lo como especialista do mais alto valor, [...] o médico-pediatra completo, dominando todos os setores da Pediatria, encarnando, como exemplo à posteridade, um conjunto harmonioso de ação útil e de moral inapagável” (BLESSMANN; MOREIRA, 1956, p.192).

Em Porto Alegre, desde a sua chegada, Olímpio Olinto de Oliveira, em sua atuação como médico, fez do exercício prático a consolidação de sua especialidade, a pediatria. Inicialmente a sua atuação esteve circunscrita ao ambiente do consultório, que funcionava em sua casa, conforme o registro de movimento de prescrições médicas aviadas que chegavam à Pharmacia Providência (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, 04/12/1889, ano VI, n.278, p.3). A atuação na Província dependia, não somente do indivíduo ser diplomado, mas de autorização governamental por intermédio de seu órgão responsável, a Inspeção de

Higiene, que tornava público a relação dos médicos, farmacêuticos, parteiras, dentistas e farmacêuticos práticos habilitados a exercerem legalmente seu ofício na sociedade do Rio Grande do Sul (*A Federação: Orgam do Partido Republicano*, RS - 31/01/1890, ano VII, n.26, p.3).

Para suprir essa lacuna, o recém-chegado e formado, Olímpio Olinto de Oliveira, aos 21 anos de idade, teve sua trajetória profissional iniciada como médico, indicado através do governador da Província para assumir o posto de diretor-médico do Hospício São Pedro⁵⁷, hoje Hospital Psiquiátrico São Pedro, no período de março de 1888 a dezembro de 1889, sendo o segundo diretor dessa instituição de asilo de alienados (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, 09/02/1891, ano VIII, n.34, p.2). Carlos Lisboa, 26 anos, jovem médico, formado em 1881, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro diretor-médico do Hospício São Pedro, acometido por uma otite que se complicara e desencadeou um quadro complexo de saúde, levando a um abscesso cerebral e, por fim, a um óbito inesperado. Assim ficava desamparada a instituição que, por quatro anos, havia sido conduzida através de Carlos Lisboa (PICCININI, 2007, s.p.). Veio ocupar esta lacuna por conta do adoecimento de Olinto de Oliveira.

O Hospício de São Pedro fora inaugurado em 29 de junho de 1884. Estava situado num ambiente calmo, a uma légua aproximadamente da cidade de Porto Alegre e era destinado à reclusão a ao tratamento dos alienados de toda a Província do Rio Grande do Sul. Começou com 49 alienados em um edifício ainda em fase de construção e, no ano de 1888, comportava, em suas instalações, perto de 200 asilados. O Hospício era subvencionado por intermédio do governo da Província através de loterias e créditos especiais concedidos (*Almanak Litterário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul*, Pelotas: Typografia da Livraria Americana, 1890, p.295).

Após a curta experiência no Hospício São Pedro, Olímpio Olinto de Oliveira foi convidado a trabalhar no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Consultório Geral. A entrada de Olinto de Oliveira para o Hospital de Caridade inaugurava oficialmente um novo capítulo em sua trajetória, a de filantropo, podendo colocar suas competências profissionais de pediatra na defesa da frágil infância pobre. Nesse espaço encarou seu primeiro desafio vencer as enfermidades e a mortalidade⁵⁸ que solapavam a infância pobre do Rio Grande e do país. Em fins da década de 80, do século XIX, os médicos higienistas

⁵⁷ Maiores detalhes podem ser conferidos em PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria, um pouco da história do Hospital Psiquiátrico São Pedro. *Psychiatry on line Brasil*. V.12, n.6, junho, 2007.

⁵⁸ Não foram localizados dados específicos do Rio Grande do Sul dessa época.

denunciavam o descaso no Brasil com a questão da mortalidade infantil que se apresentava avultadíssima e proporcionalmente mais elevada do que a da Europa. Apenas no quadriênio de 1873 a 1876, dentre 27.410 crianças nascidas no Rio de Janeiro, houve 13,861 falecimentos (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano I, n.8, 28/02/1887, p.57).

Olinto de Oliveira atuava não só no atendimento de crianças pobres, mas também abastadas, enfrentando o inimigo comum destas, a enfermidade. Tal era a sua preocupação com os petizes, dos quais alguns pais, em manifestação de gratidão pela recuperação de seus filhos, como é o caso de um casal que, na seção livre do jornal *A Federação*, assim o fizeram: “Antônio Silva e sua senhora vêm significar, por entre a singeleza d’estas linhas, os seus agradecimentos ao digno facultativo Olinto de Oliveira que, através da dedicação e interesse que dispensou à enfermidade do nosso filhinho Custódio, fez jus aos nossos alevantados encômios” (*A Federação: Orgam do Partido Republicano – RS*, 15/12/1891, ano VIII, n.289, p.3).

Frente a esta situação, Olímpio Olinto de Oliveira, atento ao grande número de consultantes dos dois grupos que diariamente concorriam à mesma sala, propôs subdividir o Consultório Geral do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, possibilitando atender em separado as crianças e os adultos. O lugar destinado ao atendimento infantil passou a ser denominado “Dispensário de Crianças”, instância dependente do Hospital de Caridade. Essa nova repartição destinada especialmente ao público infantil teve a sua fundação, em 28 de julho de 1891. Tal iniciativa contava com espaço apertado e ainda pouco adequado aos ideários compreendidos e defendidos pelo médico (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.311).

A fundação do um dispensário para crianças pobres na Santa Casa da Misericórdia, em Porto Alegre era uma prova de que o professor e médico pediatra Olímpio Olinto de Oliveira preocupado com a causa da infância, havia atuado de forma engajada na implementação de políticas públicas de proteção da infância e na liderança em uma "campanha para a nutrição infantil" (MOLL; O’LEARY, 1942, p.452). No “Dispensário de Crianças” clinicou nas instâncias do Serviço de Crianças da Santa Casa da Misericórdia. Acompanhando o pensamento médico de seu tempo, do final do século XIX, entendia o exercício da prática médica como uma “arte, sujeita ao subjetivismo e à sensibilidade humana” (SAMPAIO, 2016, p.78).

A atuação ilustrada de Olímpio Olinto de Oliveira na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o Hospital de Caridade, acompanhava o movimento de aspecto médico-social filantrópico constituindo de alguma forma, naquilo que se vislumbrou em princípios e meados do século XX, em alguma espécie de desdobramento ou evolução das práticas produzidas e reformuladas no ambiente das Santas Casas de Misericórdias. Aquele ambiente foi propício

para a acolhida e fazer valer as suas práticas balizadas nas ciências da higiene, a puericultura, dirigidas à infância.

Com a conquista de um novo espaço para atender à infância pobre, Olímpio Olinto de Oliveira solicitou licença do Hospital de Caridade e se dirigiu para a Europa, num navio a vapor, no desejo de acompanhar os estudos de Robert Koch⁵⁹, no Congresso Internacional da Tuberculose, em Londres, e em seguida percorreu os hospitais de crianças das grandes cidades desse país (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, 09/02/1891, ano VIII, n.34, p.2). Considerando o espaço diminuto e as condições limitadas do Dispensário de crianças. Somente após dois anos, contando com auxílio de donativos, foi possível alguma melhora no espaço do Dispensário

Atualmente consta o Dispensário de 3 salas, dando para um pátio interno do Hospital de Caridade, e de uma enfermaria. A sala maior é a de espera. Mede 14 metros de comprimento sobre 3 de largura, e é apenas provida de bancos longos, em número suficiente para acomodar 60 pessoas, de algumas escarradeiras e de uma estufa para o inverno. Anexa a esta sala há uma latrina. A sala der consultas é um pouco menor (7m. por 3,5) e largamente iluminada por uma grande janela e uma porta envidraçadas, além de uma claraboia. Acham-se nesta sala mesas e cadeiras para os médicos consultantes, bancos para os doentes, mesa para exames e operações, lavatório de esgoto com torneira movida pelo pé, armário para instrumental e peças de curativos, suspensor de Sayre, estufa, etc. Na terceira sala, de menor tamanho e também provido de larga janela envidraçada, está instalado o laboratório de Serviço, com instrumental abundante para pesquisas clínicas, microscópios e bacteriológicas, dois microscópios (um de Zeiss e outro de Leitz), diversas estufas de incubação e de esterilização, autoclave, balanças, vidraria, reativos, móveis, etc. (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.311).

Nas novas instalações, Olímpio Olinto de Oliveira, buscando sistematizar o atendimento em vista do progressivo desenvolvimento do serviço a partir de 1895, pode contar com o assentimento de outros médicos. Esses outros médicos eram seus pares na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Manoel Gonçalves Carneiro, professor de Bacteriologia, o qual dedicava no Dispensário, atenção as questões de otologia e laringologia, e Eduardo Sarmento Leite da Fonseca, que era cirurgião do Hospital de Caridade e professor de Anatomia na Faculdade e no Dispensário envolviam-se nos assuntos relacionados às intervenções operatórias de alta complexidade. Olinto de Oliveira atuava como pediatra, era professor de Clínica Pediátrica na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul e, por fim, atuava como assistente o Nogueira Flores. O atendimento realizado por intermédio do Dispensário ocorria diariamente

⁵⁹ Robert Koch, médico e cientista de nacionalidade alemã, colaborou com suas pesquisas a consolidar o critério científico em fins do século XIX, efetuando importantes descobertas entre os agentes bacterianos transmissores do carbúnculo e o bacilo da tuberculose e a sua relação entre aspectos higiênicos e difusão de epidemias (VILLANUEVA-MEYER, Marco. História de la medicina: Robert Koch (1843-1910): El médico e investigador cuyos descubrimientos ayudaron a millones. *Galenus. Revista para los médicos de Puerto Rico*. v.6, n.8, ano 5, p.56-58, abril, 2012).

na parte da manhã, de 8 às 10 horas, com uma média de 30 crianças atendidas conforme a chegada, ainda eram fornecidos gratuitamente os medicamentos necessários através da farmácia do Hospital (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.311).

No registro dos dados estatísticos do Dispensário de Crianças, Olímpio Olinto de Oliveira explicitava o projeto de assistência à infância que veio a permear sua atuação nas diferentes instituições privadas e públicas em que transitou. A experiência de dez anos (1890-1900) do médico no Dispensário de Crianças foi traduzida em longo relatório de mais de 12⁶⁰ laudas publicados em três números subsequentes do periódico *O Brasil Médico* no ano de 1901, denominado: *Estatística do Dispensário de Crianças de Porto Alegre durante o ano de 1900*. A clientela atendida através do Dispensário de Crianças era composta por crianças oriundas das “classes ínfimas da população, onde os cuidados de higiene não fazem parte dos costumes” (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.38, 08/10/1901, p.373).

No relatório estatístico, que Olímpio Olinto de Oliveira escreveu sobre o Dispensário de Crianças de Porto Alegre, com base no ano de 1900, ele registrou que naquele ano foram atendidas 2.889 crianças compreendidas da seguinte forma: 1418 eram do sexo masculino e 1421 do feminino. Quanto à faixa etária, o grupo se subdividia assim: de 0 a 5 anos era o grupo majoritário, cerca de 2182 crianças; até três meses de vida, 212 crianças; de 3 meses a um ano, em torno de 753 crianças; de 1 a 2 anos, cerca de 576 crianças; de 2 a 5 anos eram 641 crianças; 5 a 10 anos eram 457 e, por fim, de 10 a 15 anos, eram 200 crianças. Entre essas crianças foram efetuadas 11.300 consultas e um conjunto de cerca de 500 cuidados médicos de diferente natureza como: aplicações de aparelho, curativos, cauterizações, injeções hipodérmicas, avulsão de dentes, extrações de corpos estranhos, abertura de abcessos. As crianças apresentavam um quadro clínico bem variado e foram consideradas a partir dos grupos nosológicos: moléstias gerais agudas infecciosas; moléstias gerais crônicas, distúrbios do aparelho digestivo; afecções do aparelho respiratório, problemas do sistema nervoso; afecções dos aparelhos genito-urinários, moléstias da pele e afecções cirúrgicas (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.312).

O levantamento estatístico, uma espécie de parecer ser naquele momento, produzido por Olímpio Olinto de Oliveira, depois de 14 anos de formado, acerca do Dispensário de Crianças da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre era um retrato do crescimento de sua experiência com a saúde infantil. O mesmo veio ganhar sua versão francesa, *Statistique du dispensaire*

⁶⁰ Em seu original, possuía formato de um livro, com cerca de 50 páginas.

d'enfants de Porto Alegre pour l'année 1900, publicado na seção de análises de teses e livros dos *Archives de Médecine des Enfants* (1902, 1ª Série, Tome cinquième, Avril, p.123). Esse texto foi divulgado por outro periódico parisiense, *Annales de Medecine et Chirurgie Infantiles* (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de medicina e Cirurgia*, 22/08/1902, ano XVI, n.9, p.100).

Em toda patologia infantil Olímpio Olinto de Oliveira considerava as questões das moléstias gastrointestinais de alta gravidade, que atingia mais de um terço das crianças atendidas. Tal amplitude de crianças acometidas por esta moléstia, segundo o médico, relacionava-se diretamente aos aspectos profundamente rudimentares de ausência de higiene, principalmente entre as classes mais desfavorecidas economicamente, mas com negligências flagrantes verificados entre as classes consideradas cultas. Diante desse quadro, o médico ao escrever sobre o assunto para *O Brasil Médico*, lamentava o fato de não poder apresentar nenhum dado estatístico preciso sobre a questão dos índices de mortalidade infantil e nem mesmo os identificadores dos resultados obtidos. Olímpio Olinto de Oliveira salientava que os pacientes atendidos em ambulatórios raramente retornavam para notificar ao médico se o tratamento fora exitoso ou não, e em várias situações acabavam procurando auxílio nas mãos de curandeiros (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.312).

Processualmente a imagem pública do médico, criador e escritor Olímpio Olinto de Oliveira começava a ser tecida por intermédio da imprensa. No decurso do ano de 1892, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, um grupo de médicos locais, entre eles Olímpio Olinto de Oliveira tiveram a iniciativa de criar a Sociedade de Medicina de Porto Alegre, com estatuto próprio que tinha como intenção cuidar dos interesses da classe médica sob o ponto de vista científico, moral e profissional, atuando como uma espécie de tribunal das causas dos médicos (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, jun., n. 21-24,1893, p.198).

No período em que Olinto de Oliveira foi o 1º secretário da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, verificou a existência de uma escalada de suicídios na sociedade porto-alegrense. Ele e outros médicos, mobilizados por essa questão, em nome da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, se dirigiram à redação de diversos veículos de comunicação impresso da época. De acordo com as fontes localizadas, o assunto pareceu não interessar à imprensa, mas houve resposta exitosa do jornal *A Federação*, que atendeu à solene solicitação de não publicação de informações relativas a eventos de suicídio, para o bem do público. Consideravam que a veiculação de informações do gênero poderiam servir de estímulo outras pessoas virem a praticar o mesmo ato contra a própria vida (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, 07/01/1895, p.1).

Posturas como essas indiciavam o caminhar da Sociedade de Medicina de Porto Alegre que, acompanhando o movimento da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, dava indicativos da posição assumida pela medicina de feição social. Era cada vez mais firme, o aspecto nitidamente social adotado através da Sociedade de Medicina de Porto Alegre na oferta de soluções como a assistência médica aos indigentes, a proteção à infância, a profilaxia das doenças crônicas. Considerava-se que a medicina, por meio da órbita científica, poderia processar mudanças e transformações e que a fisiologia haveria de se sobrepor a anatomia patológica (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, n.96, 24/04/1925, p.5).

Olímpio Olinto de Oliveira atuou junto de outros intelectuais, que também eram médicos de Porto Alegre, Protásio Antônio Alves, Eduardo Sarmento Leite da Fonseca, João Dias Campos, Vitor de Brito, Freire de Figueiredo e Serapião Mariante, na fundação da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, em 25 de julho de 1898, nome que foi conservado até 1911. A fundação dessa instituição contou com o assentimento de Júlio Prates de Castilhos, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Em sua origem ela nasceu da união da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, que encampou o Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (*A Federação: Orgam do Partido Republicano - RS*, n.121, 31/10/1935, p.7).

A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, em âmbito nacional, figurou como a terceira Faculdade Médica do país, considerando que esta era a primeira instituição do gênero criada no período republicano, ao lado das faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, no início do século XX (MANFROI, 2011, p.21). A Faculdade de Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre só veio a ser efetivamente inaugurada no princípio do século XX, em 1903, alguns anos depois alcançou o status de paridade com as instituições oficiais. Nesse espaço, Olímpio Olinto de Oliveira dedicou-se ao ensino, objetivando a formação de pediatras, e “lecionou química, biologia, anatomia, fisiologia, anatomia patológica, clínica médica, ortopedia pediátrica e clínica pediátrica” (SAMPAIO, 2016, p.77).

Em seu funcionamento inicial a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia oferecia cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Química Industrial. Em 1899 a Faculdade contava com um corpo discente expressivo, com 67 alunos matriculados, dos quais dezoito alunos eram do curso de Medicina; quarenta e um aluno do curso de Farmácia; três alunos de Odontologia e cinco alunos do curso de Obstetrícia (BOTTINI, 1948, p.62). Ainda nesse período, a Faculdade se viu premida através da exigência de adequação curricular. Em 1 de setembro de 1900 a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, atendendo as

solicitações do governo federal, foi alçada e equiparada às congêneres federais - Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdade Medicina da Bahia (BLESSMANN, 1948, p.50).

Na Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, Olinto de Oliveira foi o quinto diretor no período de 1909 a 1911. A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre teve como seu primeiro diretor Protásio Antônio Alves (1898-1907); o segundo, Dioclécio Pereira (1907-1909); o quarto, Sarmiento Leite (1907-1909). A Faculdade possuía três Institutos anexos, o Instituto Anatômico⁶¹, que funcionava em edifício próprio, o Instituto Pasteur e o Instituto Oswaldo Cruz (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.52, 25/07/1927, p.4). Os Institutos que compunham a Faculdade de Medicina e Farmácia estavam ligados por meio da identidade dos fins, o cultivo da ciência e a formação de profissionais. Compunha Faculdade Livre de Medicina e Farmácia o Instituto Oswaldo Cruz, O Instituto Pasteur e o Instituto Anatômico. A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia estava orientada através do Decreto 8.659 – 1911, a Lei Orgânica Rivadávia Correia e a Reforma Rivadávia⁶², e tinha o seu funcionamento baseado no livre ensino, sem o jugo dos programas curriculares oficiais. Tal proposta possibilitou que o ensino não só estivesse ao alcance das famílias mais abastadas, mas que a convivesse com a presença dos menos afortunados em suas salas de aula (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.106, 08/05/1913, p.1).

As instalações da Faculdade de Medicina e Farmácia eram bem acanhadas, estavam organizadas num pequeno edifício, dificultando o alcance de melhores resultados no ensino e no desenvolvimento dos ramos da ciência ali cultivada.

⁶¹ Não foi localizada nenhuma fonte que pudesse oferecer maiores informações quanto ao Instituto Anatômico. Apenas que por este o Sarmiento Leite esteve à frente como diretor (*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* –RJ, v. 2, ano LXXIII, 1917, p. 3680).

⁶² A Reforma Rivadávia ao tratar da organização do ensino, as bases da autonomia didática e administrativa, dos Institutos de ensino superior e fundamental em seus dois primeiros artigos deixavam explicitar o seu caráter, em que no “Art. 1º. A instrução superior e fundamental, difundidas por meio dos institutos criados através da União, não gozarão de privilégio de qualquer espécie; e no Art. 2º. Os institutos, até agora subordinados ao Ministério do Interior, serão de agora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como do administrativo” (BRASIL, 1911, p.3983). Maiores detalhes podem ser conferidos em: BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, 06 abr. 1911. Seção 1, p. 3983. Disponível em:http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%208659%20%201911%20lei%20org%E2nica%20rivad%E1via%20correia.htm. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

Imagem 3 - Antigas instalações da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre - 1900



Prédio situado na rua Mal. Floriano (Líceu), onde funcionaram os primeiros cursos médico-cirúrgicos. Neste mesmo local, encontra-se hoje instalado o Gabinete de Identificação da R. C. P.

Fonte: Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, v.8, 1948, p.169

O antigo prédio da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, situado na rua Marechal Floriano, onde funcionaram os primeiros cursos médicos-cirúrgicos. As dificuldades não se restringiam à questão de espaço, mas o mobiliário também era deficiente, parco e bem gasto em todas as alas da Faculdade, compreendendo os Institutos que ali estavam organizados. Várias eram as memórias científicas originais produzidas por Olinto de Oliveira, oriundas de seus estudos e cuidadosa observação de clínico e experimentador. Ressalte-se, naquele tempo, em Porto Alegre, que os recursos hospitalares e laboratoriais eram precários. Mesmo diante de um quadro pouco auspicioso, segundo Moreira (1956, p.192), um de seus alunos e discípulo da Faculdade, suas aulas eram admiráveis. Ele as proferia no velho e pobre ambulatório do hospital, reunindo casos curiosos de Clínica pediátrica, dando as suas descrições um brilho invulgar e penetrante. Dois de seus alunos, em alusão a carreira de Olímpio Olinto de Oliveira e sua passagem através da Faculdade Medicina de Porto Alegre, indicavam que as suas aulas eram realizadas com energia, marcadas por meio do calor do entusiasmo à causa maior da vida, à infância, a razão do futuro, sempre preocupado com a higidez dos petizes (BLESSMANN; MOREIRA, 1956, p.196).

A descrição das instalações do antigo prédio da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, conforme reportagem do jornal *A Federação*:

Casa humilde, mobiliário tosco, instalações modestas e insuficientes, mas um núcleo de resistência de lentes que prestam os seus serviços gratuitamente e ainda solicitam favores para a Escola, alçando um pequeno auxílio aqui, outro maior ali; eis a primeira e a mais honrosa página da história das Escolas de Engenharia, Direito e Medicina (*A Federação: Organ do Partido Republicano -RS*, n.106, 08/05/1913, p.1).

Apesar da pobreza atestada no mobiliário e na arquitetura, não se podia negar a dedicação e a boa vontade dos professores que ali atuavam, esforçando-se no ensino da Faculdade e de seus Institutos. Tratava-se de uma plêiade de espíritos amantes da ciência dotados de corações patriotas. As limitações econômicas não eram obstáculo para o desejo de erguer um espaço à altura das mentes esclarecidas que pela Faculdade Medicina e Farmácia de Porto Alegre circulavam. Era necessária uma nova propriedade, capaz de abrigar os sonhos daqueles mestres das ciências que ali trabalhavam. Através de sucessivas visitas à sede do governo do Estado marcadas por conversas com governantes e muitos diálogos com empresários, damas da sociedade, enfim a elite que se mostrava interessado no desenvolvimento e progresso do Rio Grande do Sul, foi concedida, por intermédio do Governo de Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Rio Grande do Sul, de uma boa propriedade no Campo da Redenção (BOTTINI, 1948, p.65).

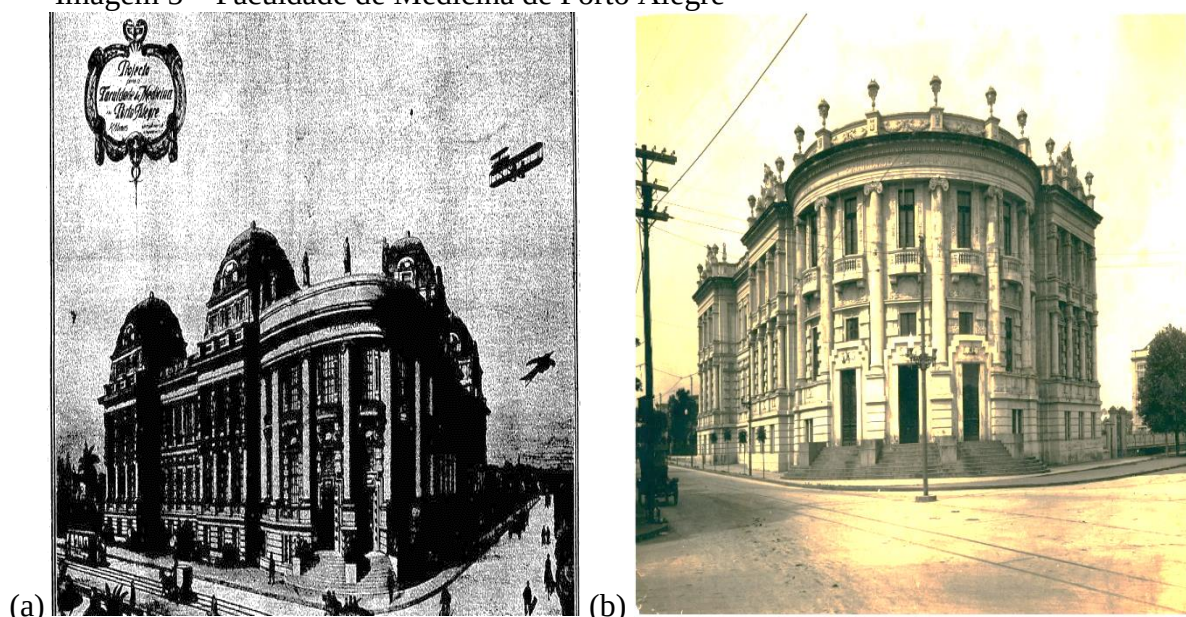
Imagem 4 - Olinto de Oliveira e Carlos Barbosa Gonçalves no lançamento da pedra fundamental da nova propriedade da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia - 1911



Fonte: Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, v.8, 1948, p.13

A pedra fundamental com vistas à construção das futuras instalações, na nova propriedade da Faculdade de Medicina e Farmácia, ocorreu em 21 de setembro de 1911. As construções tiveram início, mas como os recursos eram escassos, adicionado o advento da Primeira Guerra, houve um arrefecimento dos ímpetus da construção, mas não do sonho de uma Instituição condigna da nobreza e da dedicação à ciência. Este foi um momento difícil na história da Faculdade, pois não faltava apenas verbas para se levarem adiante os projetos de construção das novas instalações, mas também meios financeiros para manutenção da instituição e para o pagamento do soldo dos docentes (BOTTINI, 1948, p.65).

Imagem 5 – Faculdade de Medicina de Porto Alegre



Legenda: (a) Projeto da fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre

(b) Faculdade de Medicina de Porto Alegre - 1924

Fonte: (a) Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS, n.106, 08/05/1913, p.1

(b) Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, v.8, p.70, 1948, p.70.

No tempo em que foi diretor, Olinto de Oliveira experimentou algumas dificuldades, como o descontentamento do corpo discente quanto à obrigatoriedade da presença em todas as aulas. Após três meses do ato da posse como diretor da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, precisou resolver uma situação de protesto dos alunos, num evento que anualmente ocorria no mês de junho, denominado *Parede*. Nesse evento, os discentes, fizeram um protesto, por um período de trinta dias, contra o ponto dado nas aulas, principalmente nas aulas de Clínica, em que era avaliada a frequência, que era obrigatória mesmo no ensino superior. A rusga dos discentes chamou a atenção do redator do jornal *A Federação*, ao manifestar-se favorável aos alunos, mencionando que, no Brasil, pairava uma falsa liberdade na educação, enquanto nas universidades de países como Alemanha, Áustria, Estados Unidos

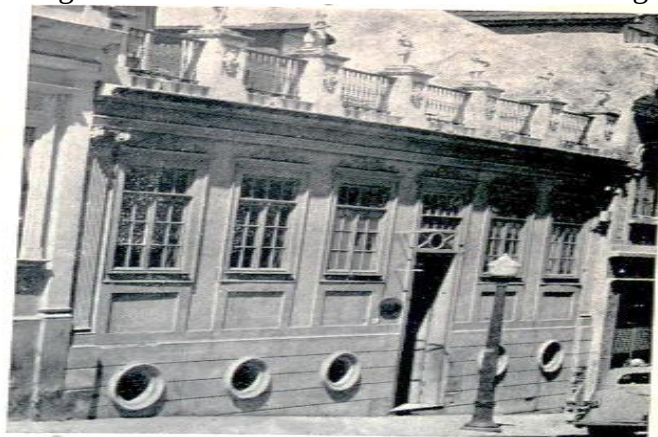
da América do Norte, e mesmo França, havia liberdade ampla do ensino superior, que, desde muito, era triunfante. No Brasil, o estudante do ensino superior era obrigado a assinar o ponto para poder receber o certificado de comparecimento às aulas (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.126, 02/06/1908, p.1).

Entre 1910 e 1911, foi diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, entre 1908 e 1919, atuou como diretor do Instituto de Bellas Artes de Porto Alegre, sendo associado e diretor da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1908-1922). Assim a vida deste intelectual pode ser dividida em dois momentos distintos, por conta de dois espaços geográficos específicos, Rio Grande do Sul (1887-1919) e Rio de Janeiro (1919-1945), Olinto de Oliveira, o homem dos Rios's.

Para o tratamento preventivo da raiva, evitando o deslocamento de pacientes atacados por cães raivosos para o Rio de Janeiro, Olímpio Olinto de Oliveira criou o Instituto *Pasteur* de Porto Alegre, procurando acompanhar os moldes do instituto carioca. A criação do Instituto *Pasteur*, em 1 de setembro de 1910, foi uma outra obra importante no meio científico, que teve, em sua dianteira, o espírito empreendedor de Olinto de Oliveira. O Instituto *Pasteur* foi erigido no edifício da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, à rua da Independência, n.6, anexo à Faculdade de Medicina e Farmácia. O Instituto contava com seis salas, sendo a de espera, a de inoculação dos coelhos com seus aparelhos, a do registro de doentes, a de tratamento, a de esterilização que contava com duas estufas e um forno *Pasteur*. O espaço era composto ainda com um pátio onde havia seis alojamentos para os animais em observação (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.204, 02/09/1910, p.2). Na mesma instituição que ajudou a fundar, em 1913, veio a ocupar o cargo de diretor e tinha como chefe de serviço Guerra Blessmann. As fontes deixam explícito que a questão de espaço parecia ser um problema crônico para o Instituto *Pasteur*.

Outra instituição, em cuja criação Olinto de Oliveira atuou, foi Instituto Oswaldo Cruz de Porto Alegre, anexo à Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, inaugurado em 25 de julho de 1911, sendo seu presidente entre 1916-1919.

Imagem 6 - Instituto Oswaldo Cruz de Porto Alegre - 1911



Prédio situado na rua Gal. Vitorino, para onde foram, ao depois, transportados os cursos médico-cirúrgicos. Durante muitos anos, nele esteve instalado o Laboratório Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina.

Fonte: Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, v.8, 1948, p.169

A Instituição era dotada de vários aparelhos, entre os quais dois ultramicroscópicos, duas estufas para a cultura de bactérias, além de serem feitas ali experiências de inoculação em coelhos, cobaias e verificação de reações de Wassermann (*A Opinião Pública* – RS, n.171, 29/07/1911, p.1).

A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia e seus Institutos eram auxiliados através dos governos municipais e estadual, através de subvenções pecuniárias e concessões de propriedades e terrenos para suas edificações e subsequente instalação. As receitas da Faculdade para o ano de 1914 estavam orçadas em 310 contos de réis, destes esperava-se que 145 fossem oferecidos por governos federal, estadual e municipal. O valor que se imaginava arrecadar com as taxas de matrículas girava em torno de 45 contos de réis e o restante estava sendo aguardado por meio de doações. A frequência, no ano de 1913, de alunos matriculados e ouvintes, da Faculdade de Medicina e Farmácia contou com 61 alunos na 1ª série médica (sendo 14 de ouvintes); na 2ª série havia 44 alunos matriculados; na 3ª série contaram com 29 alunos matriculados; na 4ª série, com 22 alunos, destes dois eram ouvintes; na 5ª série havia 18 alunos matriculados e na 6ª série fecharam o ano com 15 alunos matriculados no curso de medicina. No curso de Odontologia, em sua 1ª série, havia 4, sendo 1 ouvinte; na 2ª série tinham 7 alunos. O curso de Farmácia contou com 4 alunos, sendo 2 ouvintes; na 2ª série, com 3 alunos matriculados. Os três cursos perfizeram um total de 296 alunos, dos quais 19 eram ouvintes (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.106, 08/05/1913, p.1).

Com as reformas determinadas por meio do governo federal para o ensino superior, em 1911, a cadeira de Pediatria passou a denominar-se Clínica Pediátrica Médica. Em 1917, a cadeira Clínica de Noções de Ortopedia vagou, por conta do falecimento de Nogueira Flores. Olímpio Olinto de Oliveira desejava ser lente dessa cadeira, aglutinando-a a de Clínica

Pediátrica Médica, considerava estar habilitado para circular por entre as duas cadeiras. No pleito para ocupar a referida cadeira foi voto vencido. As fontes indiciam o médico, depois de mais de uma década de serviços prestados a Faculdade, sentiu-se pouco valorizado e desgostoso, e dois dias depois renunciou a cadeira de Clínica Pediátrica Médica. A Congregação de professores da Faculdade de Medicina e Farmácia, em sessão especial, não aceitou o pedido de demissão de Olímpio Olinto de Oliveira, na tentativa de demovê-lo de sua decisão. Porém não houve mudança de posição do professor e, como prêmio de consolação, a Congregação conferiu a Olímpio Olinto de Oliveira o título de Professor Honorário, inaugurando seu retrato com sua assistência no Salão Nobre, em 25 de julho de 1917, (MOREIRA, 1956, p.193).

Imagem 7- Homenagem prestada a Olinto de Oliveira, professor Honorário da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre -1918



FONTE: *Mascara* - RS, ano 1, n.30, 31/08/1918, p.24

No início do segundo semestre de 1917, Olinto de Oliveira solicitou o declínio de seu cargo de professor catedrático da Clínica de Pediatria da Faculdade de Medicina e Farmácia. Em mesma ocasião, no 19º aniversário de fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia, foi eleito professor honorário da instituição e teve afixado na parede da instituição um quadro com sua foto (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.171, 25/07/1917, p.6). O fato de não ter sido atendido em seu requerimento o deixou desgostoso. Assim, deixou Porto Alegre, e com toda a sua família, se mudou para o Rio de Janeiro.

Em 1919, já se encontrava no Rio de Janeiro ministrando, nesse período, palestras para os alunos da faculdade de medicina. Em sua instalação inicial no Distrito Federal, para escapar do ostracismo, divulgou atendimento em seu consultório que inicialmente funcionou em sua casa, rua Almirante Tamandaré, 41, no bairro do Flamengo e, depois, num espaço destinando aos fins comerciais, no centro da cidade, Avenida Rio Branco, 157. Seu nome constava nos jornais da época, como médico e professor da Faculdade de Porto Alegre (*O Paiz*, 11/10/ 1919, p.10; *Jornal do Comercio*, 24/10/1919, p.16), com publicações quase diárias de anúncios no *Jornal do Comércio*, de setembro de 1919 a 1921. Depois seus anúncios foram retirados e deram lugar aos anúncios de seu filho, Mário Olinto de Oliveira, como médico pediatra.

No Rio de Janeiro, os primeiros vestígios do envolvimento de Olímpio Olinto de Oliveira com a infância e seus problemas ocorreu por ocasião da criação do Conselho de Assistência de Proteção aos Menores, que se constituiu numa federação dos amigos e defensores da criança, dos institutos e associações, oficiais e particulares, que se ocupou da criação, beneficência, educação, asilamento, assistência moral, material e médica dos “menores”. O governo convidou para formar o Conselho diversos representantes de corporações⁶³ da sociedade, pois se compreendia que o problema dos “menores” desvalidos não deveria ficar somente a cargo do Estado, mas competia a iniciativa particular o apoio nas deficiências da organização oficial (*O Imparcial*, 19/05/1924, ano XIII, n.4168, p.1).

Os sinais da inquietação de intelectuais e do governo, quanto a temática da infância podia ser apreendida na criação do Conselho de Assistência e Proteção à Menores⁶⁴, em 1924,

⁶³ Entre os representantes convidados por intermédio do governo esteve o Conde Carlos de Laet do Collegio Pedro II; Eduardo Vasconcellos do Instituto Benjamin Constant; Custodio Martins do Instituto dos Surdos-Mudos; Juliano Moreira da Assistência a Alienados; Antônio Fernandes Figueira do Departamento Nacional de Saúde Pública; Alfredo Balthazar da Silveira da Prefeitura Municipal; Zeferino de Faria da Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; Ernesto do Nascimento Silva da Academia Nacional de Medicina; Desembargador Nabuco de Abreu do Patronato de Menores; Moncorvo Filho do Instituto de Proteção e Assistência à Infância; Desembargador Ataúpho de Paiva da Liga Brasileira Contra a Tuberculose; Raul Pederneiras da Associação Brasileira de Imprensa; Cumplido Sant’Ana do Círculo da Imprensa; Desembargador Alfredo Russell do Orphanato Agrícola Profissional Sete de Setembro; Senador Miguel de Carvalho da Santa Casa de Misericórdia; Theodoro Machado da Silva da Sociedade São Vicente de Paula; Pedro F. Vianna da Silva da Confederação Católica; Deputado Bithencourt Filho do Lyceu de Artes e Offícios; João Alves Afonso Filho da Sociedade Amante da Instrução; Moretohn Barbosa do Instituto Médico-legal do Rio de Janeiro; Nascimento Gurgel da Sociedade de Medicina e Cirurgia; Olímpio Olinto de Oliveira da Sociedade Brasileira de Pediatria; Henrique Roxo da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Psychiatria e Medicina Legal; Gustavo Ridel da Liga de Higiene Mental; senhora Stella de Carvalho Duval da Sociedade Pró-Matre; senhora Stella de Faro Associação das Senhoras Brasileiras; senhora Jeronyma Mesquita da Federação Brasileira das Liga pelo Progresso Feminino; senhora Anna Cesar da Legião da Mulher Brasileira (*O Imparcial*, 19/05/1924, ano XIII, n.4168, p.1).

⁶⁴ Naquele momento enquanto não havia sido votado o Regimento Interno, foi constituída a diretoria do Conselho de Assistência e Proteção à Menores, e, tinha como presidente Zeferino de Faria; o 1º vice-presidente Fernandes Figueira; o 2º vice-presidente Nascimento Silva; 1ª secretária Jeronyma Mesquita; 2º secretário Balthazar da Silveira; tesoureiro João Alves Affonso Filho (*O Paiz*, 10/08/1924, ano XL, n.14539, p.4).

que tinha a função de auxiliar a ação do Juiz de Menores, sem deixar de vigiar e proteger a infância. O Conselho tinha a responsabilidade de efetuar a visitação e a fiscalização de estabelecimentos de educação de menores e aqueles onde estes pudessem exercer algum tipo de trabalho, como fábricas e oficinas. Cabia ao Conselho de Assistência e Proteção à Menores promover propaganda com uma dupla função, a assistencial e a jurídica. A função de natureza assistencial buscava prevenir os males sociais que comprometessem a saúde infantil e a outra de perspectiva jurídica, tinha a intenção de evitar o abandono, o crime e a perversão da infância (CAMARA, 2010, p.314). Segundo Melo Matos a “formação cívica da infância será garantia do Brasil de amanhã – contra inimigos internos e os externos”. No entendimento do primeiro juiz de menores do Brasil o Conselho não deveria se restringir a condição de um órgão de consulta, mas deveria ser aparelhado para atender a todas as modalidades da assistência e proteção à infância, envolvendo a divulgação de medidas de natureza higiênica (*O Paiz*, 10/08/1924, ano XL, n.14539, p.4).

O Conselho de Assistência e Proteção à Menores foi órgão do Estado encarregado de estudar os problemas da infância abandonada e oferecia esclarecimentos e auxílio as autoridades, afora o intuito de chamar a atenção do público. O Conselho de Assistência e Proteção à Menores em seu conjunto de funções estava responsável por oferecer orientação e uniformização na busca da maximização da eficiência das iniciativas em favor da criança (OLIVEIRA, 1928, p.4).

O Conselho de Assistência e Proteção à Menores⁶⁵, em 1928, na pessoa do seu presidente, Zeferino de Faria, nomeou Olímpio Olinto de Oliveira como responsável da Comissão de Estudos e de Propaganda, constituída por Moncorvo Filho, Levi Carneiro, Humberto Gotuzzo, Renato Kehl e o desembargador Cesario Alvim. A Comissão do Conselho de Assistência e Proteção à Menores intencionou publicar uma revista ou boletim destinado a dar publicidade ao movimento mobilizando artigos de estudos, resenhas do movimento nacional de proteção e assistência à infância, inclusive do Juízo de Menores. A ideia foi efetuar a exposição, o estudo e a discussão dessas questões analisadas sob a perspectiva científica, prática, educacional, higiênica, psicológica, legislativa e assistencial (OLIVEIRA, 1928, p.4). A atuação de Olímpio Olinto de Oliveira no Conselho de Assistência e Proteção à Menores, no Brasil, em 1929, constou entre as notas do *Archives de Médecine des Enfants*

⁶⁵ A diretoria do Conselho de Assistência e Proteção à Menores, em 1928, foi constituída por Zeferino de Faria, como presidente, Jeronyma Mesquita e Bernardo Praslye como vice-presidentes; Maria Luiza de Camargo Azevedo, 1ª secretária; Stella Faro, 2ª secretária; Olinto de Oliveira, relator; Pereira Junior, tesoureiro e Stella Duval como bibliotecária (*O Jornal*, 12/10/1928, ano X, n.3030, p.5).

(1929, Tome XXXII, Janvier, p.558) sobre o que vinha sendo produzido nos países em prol da infância.

Olímpio Olinto de Oliveira, com uma vida devota a questão da infância tinha como desejo contribuir com o crescimento da nação, partilhando a ideia com outros médicos de seu tempo, de que boa parte dos problemas adivinham da precariedade, quando não da miséria em que estava mergulhada a população. O itinerário profissional e o pensamento desse intelectual, inseridos na corrente defensora da ciência e da ação política a serviço da questão da infância, ajudaram a perceber a importância das ações de filantropia nesse contexto.

1.3 A questão da infância e a filantropia no pensamento do intelectual

Em 1937, o escritor e romancista brasileiro Jorge Amado, em *Capitães da Areia*, escrevendo acerca da infância da sociedade baiana do início do século XX, apresentou a condição aviltante a que as crianças estavam submetidas. Em tom de descontentamento, registrou o habitat das crianças e de outros enjeitados. Para as crianças restava, por condenação social, um espaço semidestruído, insalubre, um velho casarão; o trapiche que, no passado, recebera veleiros carregados de diferentes portes e agora estava resignado à condição de abrigo aos mais indignos da sociedade, entre os ratos e cães desprezados. Desnudando a realidade, a pousada das crianças era delineada

Sob a lua, num velho trapiche abandonado, as crianças dormem. [...] Durante anos foi povoado exclusivamente pelos ratos que aí atravessavam em corridas brincalhonas, que roíam a madeira das portas monumentais, que o habitavam como senhores exclusivos. Em certa época um cachorro vagabundo o procurou como refúgio contra o vento e contra a chuva. [...] grande parte do teto já ruína e os raios da lua penetravam livremente, iluminando o assoalho de tábuas grossas (AMADO, 1998, p.25).

O escritor Jorge Amado efetua a leitura de sua realidade diante do que via, e do que lia nos artigos e reportagens publicados nos jornais daquele tempo. Havia uma dura realidade que parecia ainda persistir, a questão da infância na capital baiana, Salvador, mas que espelhava a realidade de tantas outras cidades brasileiras. Assim, Jorge Amado descreve que aquelas crianças

[...] roubavam e furtavam, brigavam nas ruas, xingavam nomes, derrubavam negrinhas no areal, por vezes feriam com navalhas ou punhal homens e policiaes. Mas, no entanto, eram bons, uns eram amigos dos outros. Se fazia tudo aquilo é que não tinham casa, nem pai, nem mãe, a vida deles era uma vida sem ter comida certa e dormindo num casarão quase sem teto. Se não fizessem aquilo morreriam de fome por que eram raras as casas que davam de comer a um, de vestir o outro (AMADO, 1998, p.100).

O excerto traduz a reflexão de um dos personagens do enredo de Jorge Amado, Pirulito, sobre o sentido de sua existência e dos demais camaradas, apontando que aquela não era uma escola de vida, mas constituía-se, acima de tudo, em forma de se manter vivo frente ao desamparo da existência. A narrativa proposta por Amado procura efetuar um registro recheado de movimentos, mas que se constitui também num drama, denunciando, em seu texto, a realidade social brasileira vivenciada através da infância.

Este autor, muito embora não tivesse como centralidade a infância, não deixava de enunciá-la e, por vezes, deixava escapar imagens da sociedade baiana, onde as crianças que ali existiam circulavam às margens, aviltadas, degeneradas, arrastando-se como uma chaga social e expondo o horror do desamparo e da falta de políticas sociais adequadas no país. Certamente que esses escritos manifestam um olhar irrequieto, a despeito de diferenças de interpretação, e deixa explícito a preocupação com os elevados índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nos espaços urbanos da Bahia.

Segundo Alvim e Valladares (1988, p.3), o tema da infância vem mobilizando em seu entorno, a preocupação e a atenção de intelectuais de diferentes matizes no Brasil e no exterior. Entre os séculos XIX e XX, a sociedade brasileira experimentou variações nas áreas econômicas, políticas e sociais, entre as quais se destacou o debate em torno do cuidado, preservação e proteção da infância, que deixava de ser objeto de análise e investigação policial, para constituir-se em pauta de discussões da agenda política (PEREIRA NETO, 2001, p.28). A liderança do Brasil na América Latina, com Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, nas duas primeiras décadas do século XX, no campo das ciências biomédicas e do saneamento, não resolvera e nem arrefecera os debates em torno dos aspectos provocadores de enfermidades, entre as camadas empobrecidas do país, e das políticas a serem adotadas na resolução de tais dificuldades, considerando que a população brasileira, em sua constituição social, era racialmente mista, analfabeta e pobre (STEPAN, 2005, p.20).

Para Olímpio Olinto de Oliveira a questão da infância, possui múltiplos fatores que resultavam basicamente de dois problemas candentes, sobrelevando-os a todos os outros em extensão de perniciosidade, a miséria e a ignorância, que estariam intrincadas e mutuamente se agravando. Em parceria, essas duas causas sociais condicionavam outros agentes, como as habitações insalubres, a ausência de higiene e da moral, a aglomeração e a promiscuidade, a falta de cuidados adequados com a criança, a falta de assistência médica e a má qualidade e insuficiência da alimentação (*Correio da Manhã* - RJ, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3).

O papel social desenvolvido por Olímpio Olinto de Oliveira junto à infância, processualmente, foi ganhando adição de novos contornos, procurando entrecruzar filantropia

e assistência, com vistas a mitigar a precariedade das camadas desfavorecidas da população. Segundo Sanglard (2008, p.25) os filantropos geralmente eram pessoas pertencentes as classes abastadas da sociedade. Eles participavam ativamente da manutenção e subsistência de instituições hospitalares, asilares, associações e outras, através de doações, loterias, bailes beneficentes, quermesses e quaisquer outras formas de granjear recursos, com o fim precípua de socorrer os pobres e doentes da sociedade. As discussões desenvolvidas por médicos, higienistas, filantropos, pedagogos e poderes públicos em torno da infância tiveram como combustível o problema da crescente pobreza e dos quadros de mortalidade infantil. Esses problemas junto aos constantes apelos desses intelectuais serviram de fundamentação na ação pública do Estado, na criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940.

Diante desse quadro urgiam esforços na aplicação ativa da alteração de hábitos de assistência e educação, considerados equivocados ou errôneos. A alteração efetiva da maneira e dos costumes como a criança era assistida e educada estava assentada em aspectos da higiene, o que possibilitaria à regeneração moral, física e intelectual da infância. Importa considerar que a confluência de mazelas a afetar a infância brasileira implicou na arregimentação de ações inicialmente de caráter benemérito, através de instituições de caridade privadas religiosas e não religiosas. Tratou-se de um período tangenciado por meio da mudança paulatina dos preceitos caritativos e a introdução de um receituário racional, difusor do higienismo de feições eugênicas, destinado a modificar os hábitos na assistência e na educação da infância. O resultado foi a presença de uma “[...] filantropia mais racional convivendo com as práticas de caridade renovadas [...]” (SANGULARD et al., 2015, p.15).

Olímpio Olinto de Oliveira, como outros filantropos, atuou na modificação das questões de saúde em questões sociopolíticas em busca de melhores condições de vida do público infantil. Assim, colaborou na fundação de uma sociedade destinada à proteção e assistência da infância doente e desnutrida, a Associação Protetora da Infância, em abril de 1905, como laborou por sua sobrevivência e manutenção, como seu primeiro diretor. A Associação, além de tê-lo como diretor geral, contava com a ajuda e auxílio das damas⁶⁶ da sociedade porto-alegrense (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, n.266, 19/11/1904, p.2). A criação da Associação Protetora da Infância foi notícia promovida através do Relatório do IPAI

⁶⁶ Assim, as damas da sociedade porto-alegrense, o braço feminino da Associação Protetora da Infância, era presidido pela dona Maria da Glória Py que contava com o auxílio de Isabel Freire de Figueiredo, Marinha Pinto Noronha, Arminda Correa, Alice do Nascimento Souza, Henriqueta Martins Pereira e Souza, Ilsa Pinto Chaves Barcellos entre outras mulheres da sociedade envolvidas com a causa da infância. Importa dizer, que a referida Associação contava com o assentimento de médicos como Eduardo Sarmento Leite e Manoel Gonçalves Carneiro (*A Federação: Orgam do Partido Republicano -RS*, n.266, 19/11/1904, p.2).

(MONCORVO FILHO, 1908, p.15) que se constituía em obra que completava o Dispensário de Crianças da cidade de Porto Alegre.

Segundo Camara (2017, p.201), a presença das mulheres nos movimentos de filantropia, encetados através dos médicos, era uma forma de afiançar a atenção às normas higiênicas elementares, constituindo o amparo à pobreza, o abrandamento da ignorância e a cura das doenças como problemas que careciam de soluções. As mulheres, “mensageiras do bem”, atuaram ao lado dos filantropos, na batalha a favor da proteção e amparo à infância em nome do bem do país. As damas da sociedade se constituíam em importantes aliadas dos filantropos na divulgação de princípios de educação higiênica às mães das classes populares. As damas, ao apoiarem as ideias de intelectuais e filantropos, contribuíam para a afirmação e execução de seus projetos de minorar as moléstias que enfraqueciam e matavam à infância.

Com a intenção de garantir o custeio da Associação Protetora da Infância, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Olinto de Oliveira, contando com o apoio das damas da sociedade porto-alegrense, promoveu a realização de diversas quermesses, festas beneficentes, aos finais de semana, na cidade de Porto Alegre, objetivando angariar fundos para a instituição (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.266, 19/11/1904, p.2), bem como conferencias literárias e palestras aludindo o problema da infância.

Os eventos promovidos por meio da Associação Protetora da Infância contavam com números musicais, entre os quais o da cantora Olinda Braga que atuou acompanhada de violinos e piano (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.104, 05/05/1906, p.2). Em outros momentos mobilizou as damas da sociedade e as próprias crianças da Associação, caminhando ao lado destas pelas principais ruas de Porto Alegre, junto de uma banda musical, procurando sensibilizar a população quanto ao valor social da criança e ao mesmo arrecadar recursos em favor da Associação Protetora da Infância (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* - RS, n.298, 26/12/1906, p.1). Em 1908, sentindo que não havia mais condições de manter a Associação, optou por entregar as crianças à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e os recursos, cerca de 38 contos de reis, que havia sido acumulado com a intenção de aquisição de propriedade e poder erguer prédio próprio, o que significou o fim da Associação Protetora da Infância.

Olímpio Olinto de Oliveira não foi o único a contar com o auxílio das mulheres, das damas da sociedade na implementação práticas de higiene e de seus projetos dirigidos à infância. O apoio das mulheres foi motivo de festejo na Liga Brasileira de Higiene Mental, que

contou com o apoio das “damas beneficentes”⁶⁷, com patronatos para crianças pobres, para tuberculosos, para cegos e para correções” combatendo o flagelo da enfermidade no país (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1930, julho, ano III, n.7, p.256).

Segundo Variot (1910, p.10), a higiene infantil não estava relacionada apenas com a pediatria, ela era o resultado conjunto de práticas, de dados científicos emprestados da demografia (dados estatísticos da mortalidade infantil), a zootecnia (estudo da produção do leite de animais), a química e a fisiologia (a composição e o valor do leite na alimentação), e mesmo a sociologia e a filantropia (instituições beneficentes, Gotas de Leites, maternidades, etc.) e da pedagogia (vulgarização de princípios da puericultura).

Segundo Camara (2017, p.202) o médico e filantropo Moncorvo Filho, para dar andamento aos seus ideais, contou com ampla ajuda das “Damas da Assistência à Infância”. Estas seriam fiel arrimo na materialização de projetos desses filantropos, além de poderem estabelecer a difusão dos princípios da puericultura e da higiene infantil, por meio de campanhas, cursos e folhetins destinados à educação das mães no cuidado com a infância. Moncorvo Filho incentivou a criação de associações destinadas a reunir as damas da sociedade em torno dos problemas da infância. Estas eram percebidas através do médico como braços hábeis na “correção dos maus hábitos” por ele defendidos.

A ação combinada da ciência e da caridade, eram os dois pilares do IPAI de Moncorvo Filho. A primeira era desempenhada por um grupo de profissionais, os médicos pediatras que se “entregam ao estudo dos magnos problemas da Pediatria”. A caridade, no entendimento de Moncorvo Filho era posta em prática por todas as pessoas, mas com destaque por meio das comissões de senhoras da sociedade “afagando em seu seio a criança andrajosa e miserável, dão público testemunho do magnânimo tesouro que possui o coração da mulher brasileira” (*Archivos de Assistência à Infância* - RJ, 1902, novembro, ano I, n.1, p.4). Por ocasião da construção do prédio para sediar a Gota de Leite Moncorvo Filho se dirigiu às “senhoras brasileiras que tão elevados sentimentos têm revelado todas as vezes que necessário se torna amparar os deserdados, mormente quando se trata de criancinhas” (*Archivos de Assistência à Infância* - RJ, 1907, março a junho, ano V, n.3, 4, 5 e 6, p.4).

Moncorvo Filho ao fazer alusão à sua cruzada em prol da infância para preparar o futuro, num empenho que vinha sendo desenvolvido, através do Dispensário do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, salientava que o trabalho ganhava fôlego em parte

⁶⁷ Entre as mulheres que apoiavam a Liga Brasileira de Higiene mental estava a comissão constituída de damas como Porto Carrero, Ainda Collares Moreira, Carlinda Andréa Kahlert, Consuelo Pinheiro e Maria W. Castro (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1930, outubro - dezembro, ano VI, n.4, p.346).

por meio da “criação da benemerita Associação das Damas da Assistência à Infância. Esta era levada a efeito por um numeroso grupo de senhoras do mais fino da nossa sociedade e que, de há muito, vinha trazendo ao desempenho a missão a que o Instituto se propôs, o melhor concurso” (MONOCORVO FILHO, 1913, p.24).

A reunião das damas da sociedade, vistas sob a perspectiva social, possibilitou a construção de uma tessitura social, colaborando na produção de uma identidade comum daquelas que ali estavam congregadas em favor da caridade. A vivencia com realidades por meio das quais, atravessavam a sociedade e o desejo de superação das mazelas sociais, quando possível, senão o seu minoramento, podem ter sido outro aspecto que as uniu, num movimento crescente de sensibilização em favor da infância. As damas da sociedade foram imprescindíveis ao movimento de filantropia em curso à afirmação dos projetos dos intelectuais. A partir do espaço de operação, as mulheres, em suas redes próprias de sociabilidade tiveram condições de empreender intercâmbios, interações que resultavam na organização de acontecimentos. Os acontecimentos poderiam significar a produção de festejos, quermesses bailes como maneira de angariar recursos e, ao mesmo tempo, de promover a sensibilização da sociedade local, para o apoio na distribuição de roupas e alimentos, no socorro às mães e suas crianças (CAMARA, 2017, p.207).

Olímpio Olinto de Oliveira buscou o apoio das damas da sociedade desde a sua atuação no Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro manteve a mesma diretriz e contou com o auxílio das mulheres nas atividades de assistência infantil foi celebrado por meio da imprensa. Nessa direção, o *Jornal do Brasil* (21/07/1931, p.8) noticiava a realização da reunião de fundação da Associação de Maternidade e Infância, uma instituição humanitária. A essa reunião compareceu e presidiu a Senhora Getúlio Vargas e do secretariado a Srta. Yola Campos, filha do Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Olímpio Olinto de Oliveira pronunciou um discurso, chamando a atenção para a necessidade de um combate urgente e mais eficaz contra a mortalidade infantil no país. Procederam à leitura dos estatutos e foi proclamada uma diretoria de honra e uma outra efetiva da Associação de Maternidade e Infância ⁶⁸. Essa reunião, concorrida computou grande número de senhoras da sociedade que a ela comparecera.

⁶⁸ A Associação de Maternidade e Infância teve como diretoria a senhora Darcy Vargas, presidente, Sr^a. Baroneza de Bonfim- vice-presidente, Sr^a. Condessa Pereira Carneiro; Sr^a. Linneu de Paula Machado; Srt^a. Yola Campos. A Comissão de honra: Sr^{as}. Oswaldo Aranha, Lindolpho Collor, A. Bergamin, Baptista Luzardo, Belisario Penna, Pedro Ernesto, Fernando Magalhães, Miguel Couto, Mello Mattos, General A. Tourinho, Zeferinho de Faria, Muniz Peixoto, Herbert Moses, Olinto Oliveira, Jeronimo de Mesquita. A diretoria efetiva foi assim constituída: Presidente: Sr^a Mario Frias (Zeide); Vice-presidente, Sr^a. Franklin Sampaio e Sr^a Idelfonso Dutra; secretárias, 1^a, Sr^a Decio Olinto (Lydia); 2^a Sr^a Barbosa Lima (Helena); tesoureira, Sr^a. Jorge Monteiro de Castro. Diretoras: Sr^{as}. Franklim Sampaio, Silvino Freire, A Burlamaqui, Frank Hime, Emillie Grandmasson e Collares Moreira (*Jornal do Brasil*, 27/08/1931, p.10).

A proposta de criação da Associação de Maternidade e Infância, lançada por Olímpio Olinto de Oliveira foi obtendo o acolhimento entre as senhoras da sociedade. Essa Associação destinada a cooperar com o Departamento de Saúde Pública atou na defesa da criança, completando com a assistência a domicilio a ação dos consultórios de higiene infantil. Nos bairros de Botafogo e São Cristóvão houve propaganda com intensa atividade dos organizadores, envolvendo reuniões preparatórias levadas a efeito por diversas senhoras, entre elas Darcy Sarmiento Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas (*Correio da Manhã*, 11/07/1931, ano XXXI, n. 11217, p.9).

Na Associação de Maternidade e Infância, no Rio de Janeiro, foi instalado o Curso da Escola de Assistência Social⁶⁹, com Olímpio Olinto de Oliveira, como idealizador e orientador da mesma associação. O evento contou com a presença do diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Belisário Penna. Por ocasião foi feito um apelo as mulheres, esperando que as distintas damas, membros da novel associação, não esmorecessem na campanha patriótica em prol da infância. A Escola de Assistência Social, como parte do plano de ações da Associação de Maternidade e Infância tinha seu curso oferecido as moças e senhoras. A inauguração ocorreu com a assistência de damas da sociedade. Na concepção da redação do *Jornal do Brasil* a Associação era uma demonstração de quanto valiam a vontade e o esforço persistente de pessoas comprometidas com a infância (*Jornal do Brasil*, 27/08/1931, p.10).

A Sociedade Carioca recebia, com carinho e apreço, a ideia de Olímpio de Oliveira de fundar a Associação de Maternidade e Infância, uma obra de caridade, no bairro de São Cristóvão, destinada ao auxílio da Inspetoria de Higiene Infantil, com o intuito de combater a nati-mortalidade, que atingia cifras desoladoras. Sendo este um bairro populoso, São Cristóvão, onde já funciona a creche, o ambulatório de higiene Infantil e o consultório de pre-natalidade. Olímpio de Oliveira conclamava a todas as mães para o referido encontro, afim de serem lançados os fundamentos da Associação de Maternidade e Infância de São Cristóvão (*Correio da Manhã*, 25/07/1931, p.5).

A análise comparativa entre os gastos de países europeus, considerados civilizados, e os do governo brasileiro propostos por homens da ciência, como João Camargo e Moura Coutinho, objetivava frisar a necessidade da existência de maior número de maternidades e hospitais infantis, com o propósito de ministrar os tratamentos e ensinamentos às mães, antes e após a

⁶⁹ O Curso da Escola de Assistência Social teve suas aulas às 2ª, 3ª, 6ª, e sábados às 15hs, na sala de conferencia do Sindicato Médico, na Avenida Rio Branco 106, 2º andar. A aula inaugural do curso contou com a presença do higienista J. P. Fontenele, que discorreu sobre higiene infantil (*Jornal do Brasil*, 27/08/1931, p.10).

natalidade. A proposta envolvia a criação de uma maternidade para cada grande bairro. Sob essa lógica, a primeira maternidade deveria ser construída no bairro de São Cristóvão, com uma creche, um ambulatório de higiene infantil e o consultório de pré-natalidade, na rua José Cristiano, número 34. Logo, no Clube de São Cristóvão ocorreu a reunião com as senhoras daquele bairro e foi efetuado o lançamento das bases da Associação de Maternidade e Infância de São Cristóvão (*Correio da Manhã*, 25/07/1931, ano XXXI, n.11220, p.5).

Esse quadro permite observar como a racionalidade médica, explicitada por meio do higienismo difundido e absorvido por meio da sociedade civil, encampou tais ideias, com o apoio e manutenção de instituições privadas de assistência à infância, alterando a forma de assistir e educar a infância. A assistência implementada e desenvolvida pelas instituições privadas, em especial as de natureza filantrópica e assistencial, por si só não teriam condições suficientes para estancar o problema da infância e dos altos índices de mortalidade infantil. Esses aspectos estavam na base das solicitações dos intelectuais ligados à causa da infância, os quais queixavam-se do distanciamento do Estado, solicitando medidas de intervenção, deste que se fizesse frente à problemática da infância desvalida, desnutrida, adoecida e desamparada. Tal cenário acabou por propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento da ação pública. (SANGLARD, 2015, p.145).

Olinto de Oliveira, em reunião promovida no Rotary Clube do Rio de Janeiro, asseverou que o Brasil, sobre a questão da mortalidade infantil, competia com o Egito, a Índia e o Afeganistão vendo quem mantinha os maiores índices do mundo. No Distrito Federal, a cada ano seis mil das 36.000 crianças que nasceram vivas eram enterradas, indicando que o coeficiente de mortalidade no Brasil circulou entre a proporção de 160 em cada mil, e nas capitais do nordeste sucumbiam a 200, 300 e até mais crianças entre mil nascidas vivas. Em Buenos Aires há 40 anos o seu passivo era 135 crianças mortas em cada mil nascidas vivas, mas com esforços governamentais esses números haviam declinado a uma cifra de 72 mortes a cada mil. A cidade de Nova York inscrevia há 40 anos um passivo de 135 mortes a cada mil crianças nascidas viva, e conseguiu alterar a curva da morte, descendo ao patamar de 57 por mil, resultado de um campanha pública e particular que buscou valorizar a criança, sem descuidar da higiene e de sua proteção (*Correio da Manhã*, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3).

A percepção do valor social da criança foi capaz de mobilizar intelectuais, que no privado e no público, encararam a questão social da infância, ainda que vasto e complexo. Ergueram unânimes, a par de suas diferenças políticas e ideológicas, a infância como bandeira, como uma “obrigação da mais alta ordem e um trabalho a ser executado unitariamente por

instrumentos adequados aos vários aspectos da realidade infantil” (COSTA, 1942, p.8). Foi nessa direção, que a ideia de amparo significou proteger a saúde da criança, favorecendo o físico, assegurando-lhe o fortalecimento progressivo do espírito, com “*mens sana in corpore puro*”, ela podia ter saúde moral e continuidade da felicidade sob o viés da educação higiênica.

A inquietação de Olinto de Oliveira, quanto à infância caminhava em consonância com o pensamento médico de seu tempo. Como filantropo, oferecia consultas gratuitas e procurava difundir princípios de fundamentação higienista às mães, ou seja, as mulheres, com dois intentos. Primeiro o de mobilizar o projeto de melhoramento da infância, o dever da sociedade brasileira, e segundo como artifício para chamar a atenção e atrair a confiança da população para as práticas médicas, em franca oposição ao charlatanismo e curandeirismo que grassava através do país. Em suas considerações sobre aspectos da saúde infantil estava a proliferação das mazelas, como as afecções gastrointestinais e pulmonares, que acometiam as crianças. Os altos índices de incidência dessas moléstias, segundo o médico, estavam estreitamente ligados ao desconhecimento dos adultos e o não uso de procedimentos de base higiênica. Sob essa lógica, boa parte das doenças infantis poderia apresentar um quadro atenuado, se houvesse clareza pela sociedade brasileira da importância da “influência dos cuidados prévios, da profilaxia, da boa higiene [...]” (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.37, 01/09/1901, p.362).

Segundo Olímpio Olinto de Oliveira, os países adiantados, como na Europa, atuavam, intervindo contra as influências perniciosas da ignorância e da miséria. Ele compreendia a importância de se criarem espaços que não só servissem de recolhimento da infância órfã, onde se pudesse instruir a sociedade quanto às noções de puericultura e defendia a criação de hospitais especiais, creches, dispensários, sociedades protetoras de infância. Porém todos esses ambientes destinados à infância, além de oferecerem cuidados médicos e alimentação gratuita ou a preços módicos à sociedade, deveriam incluir, em suas iniciativas, noções de higiene doméstica, nos colégios destinados às meninas, e cursos de higiene popular entre as senhoras e demais pessoas interessadas (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.37, 01/09/1901, p.362). De outro lado Olímpio Olinto de Oliveira fazia analogia com países europeus. Enquanto lá o caminho no enfrentamento das moléstias infantis estava delineado e posto em prática, aqui, com certo desalento, ele apontava que muito pouco ou nada havia sido feito.

A preocupação quanto aos aspectos higiênicos apresentados por intermédio do médico permeou toda a sua trajetória profissional e, no decurso dos anos, procurou acompanhar o movimento das ciências médicas, adotando medidas de difusão de conhecimentos higiênicos.

No itinerário desse médico vislumbrava sua preocupação com a medicina higienista através de uma ação programática preventiva de utilidade social, marcada por meio do desejo de contribuir para o crescimento da nação. Exercia sua atividade sem remuneração, por meio de trabalho voluntário. A exemplo disso foi sua atuação como diretor-médico do Dispensário de Crianças da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, ano XV, n.32, 22/08/1901, p.312). Atuações desse gênero estavam firmadas na busca da eficácia na intervenção e modificação do, quadro de saúde existente, vindo a figurar na galeria dos “filantropos da nação” (SANGLARD et al., 2015, p.14).

A caridade considerada como favor dos Céus, de consequência divina, foi assumida por leigos sensibilizados com os degenerados da sociedade, sem fazerem qualquer acepção entre as necessidades do plano espiritual e as sociais, transformando o simples amor ao Deus dos Céus em forma materializada na assistência aos pobres e deserdados da sorte (MARCÍLIO, 1998, p.48). O termo filantropia remonta ao séc. XVIII e conserva significado ambíguo. Utilizado numa perspectiva genérica, designa o grupo de obras sociais, caritativas e humanitárias, desenvolvidas por meio da iniciativa privada, de caráter religioso ou não. Em outro sentido, as obras de natureza “filantrópicas” emergem em franca oposição àquelas assumidas por instituições de viés religioso (1988, p.73).

Marcílio (1998, p.75) considera a filantropia filha do iluminismo, daí a prática racionalizada de formas assentadas em balizes científicas, fazendo uso de estratégias pedagógicas. Estas eram de natureza investigativa, preocupada com a ordem e a melhoria social, especulando os prós e os contras das práticas consideradas ultrapassadas (caridade) dirigidas à infância. As políticas empreendidas incidiam no planejamento oficial, organizando e aglutinando as ações da sociedade civil, que há muito se mostravam esparsas, descontinuas e de parco alcance. Essas políticas públicas sociais, ainda que diminutas, estavam contíguas em seus propósitos aos ideais de progresso com práticas fundamentadas na ciência, na medicina de feições higiênicas. Assim, a conjugação entre caridade, filantropia, assistência e pobreza no Brasil adquiriu notoriedade com a eclosão da questão social (1998, p.132).

A filantropia relaciona-se diretamente a qualquer prática ou ação intencionada a minimizar o sofrimento das classes desfavorecidas, podendo ser de natureza religiosa ou não. Em perspectiva generalizada, a filantropia, concebida a partir do viés religioso cristão, relaciona-se à redenção do indivíduo através prática das boas obras aos desafortunados da vida, “ou ainda como uma política dos ricos e como uma forma de poder” (SANGLARD, 2008, p.25). Muito embora as ações de filantropia pudessem assumir caráter individualizado, dependendo da atitude intelectual que dela estivesse à frente, seus desígnios sempre procuravam ter

espessura e largura nacional. O exercício da filantropia, fruto de mentes iluminadas, transformaram questões de saúde em matéria sociopolíticas, preparando o caminho para a criação de instituições que permitissem a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos.

Segundo Chaloub (1996 apud SANGULARD, 2015, p.135), o enfrentamento da questão social causou a modificação do entendimento da higiene de tal forma, que o ambiente intelectual se viu impregnado dessas ideias, desde a virada do século XIX. Foi inaugurado um tempo de “ações saneadoras” promovidas por médicos, engenheiros e educadores, criando terreno para a ação da administração pública. Acompanhado esse contingente de alterações, a questão da infância não ficou descolada desses fatos, antes experimentou transformações, principalmente com o desenvolvimento dos estudos médicos, em especial com o aparecimento de especialidades “como a puericultura (1863) e a pediatria (1872)” (2015, p.135).

A pediatria como especialidade caminhou processualmente consolidando a ideia no Brasil da medicina social. Moreira (1930, p.47), ex-aluno de Olímpio Olinto de Oliveira na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre e, que em 1918, havia assumido a cadeira de Pediatria nesta instituição deixada pelo seu mestre. Ele considerava que a pediatria como especialidade nascia em função de gravidades sociais, e que o saber diante de problemas como a persistência dos altos índices de doenças e da mortalidade infantil a se tornar apurado. A pediatria como uma especialidade médica, nascia tendo diante de si, justificando sua existência e pertinência, os problemas infantis, mormente às mazelas e a desnutrição que acometiam à infância ocasionando altos índices de mortalidade infantil. Sob esse aspecto, a pediatria fazia inscrever uma concepção de infância frágil, que carecia de ser tratada, posto que era o devir da nação. Pois, as moléstias infantis que se espalhavam através do país desafiavam, em demasia, a inteligência, exigindo não só conhecimento, mas sensibilidade. Em alusão a emergência da Pediatria, como especialidade médica, Moreira relatou na *Revista dos Cursos* da Faculdade de Medicina de Porto Alegre “assim, fatalmente, a Pediatria tornava-se ciência especial” (1930, p.47).

A medicina social, de raízes francesas, com Jules Guérin, em 1948, emergiu num contexto de profunda degradação das condições sociais de vida e trabalho experimentadas no período de transformações industriais em curso na França, no final do século XVIII. O termo busca resumir as novas relações estabelecidas entre saúde e sociedade, preocupando-se com os problemas sociais por meio do binômio saúde e doença. A medicina, nesse contexto, passa a ser entendida como chave mestra no enfrentamento de assuntos relacionados a necessidade regeneração voltando seus olhares para as condições físicas e mentais da população. Para tanto,

buscava empreender estudos conduzidos na direção dos problemas sociais em relação a saúde e doença, determinando as formas de promoção e prevenção de doenças, buscando fornecer meios médicos para cuidar da desintegração social (FONSECA, 1990, p.22).

O deslocamento espacial, de Olímpio Olinto de Oliveira, do Sul para o Sudeste do Brasil, com a família possibilitou a construção e o estabelecimento de novas redes de sociabilidade. No Rio de Janeiro atuou como professor, palestrante e médico, participando de vários eventos relacionados a saúde e infância como os diversos “Concursos de Robustez”, promovidos por meio da municipalidade, em que atuou como jurado nos anos de 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927 e 1928.

Olímpio Olinto de Oliveira participou da comissão julgadora do “Concurso de Robustez” promovida por intermédio da Prefeitura do Rio de Janeiro, com representantes de várias associações de beneficência e de senhoras. Após o início da celebração Olímpio Olinto de Oliveira usou da palavra indicando que houve dificuldades na realização do evento impedindo de levar a bom termo a sua tarefa de avaliar as crianças presentes por conta do regulamento municipal e das verbas escassas (*O Imparcial*, 19/07/1923, ano IX, n.3866, p.2).

Imagem 8 - Cerimônia do “Concurso de Robustez” promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro -1923



Fonte: *Fon Fon*: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfuziante -RJ, 28/07/1923, ano XVII, n.30, p.43

As opiniões de Olinto de Oliveira acerca dos “Concursos de Robustez” parecem que foram se alterando no decurso do tempo. Em cerimônia promovida através da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, em parceria com o Patronato de Menores, com a presença de representantes de todas as Associações de Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Entre a plateia, Waldemar Tavares, que falou em nome das Associações presentes, o Prefeito Alaor Prata, e o desembargador Nabuco de Abreu, presidente do Patronato de Menores. Compondo a mesa do júri, Olímpio Olinto de Oliveira e outras autoridades como Francisco Jardim, Alfredo Russell e Souza Gomes, Juízes da 1ª e 2ª Vara de Órfãos; Cesário Alvim, juiz da 5ª Vara Cível; Mello Mattos, Diretor do Instituto Benjamim Constant, e outras pessoas (*Jornal do Comércio* - RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3).

Na abertura da seção foi dada a palavra a Olinto de Oliveira, relator do “Concurso de Robustez” de 1923, que, depois de agradecer a presença de todos, disse que, num primeiro movimento, desejou declinar do convite, não por falsa modéstia, nem por temor da responsabilidade ou de ônus de trabalho. Mas porque tinha entendimento diverso das demais autoridades ali presentes acerca do assunto e discordava da própria denominação dada ao evento. Na concepção de Olímpio Olinto de Oliveira a criança gorda era tomada como o modelo ideal a ser alcançado no imaginário da população e de boa parte da imprensa. O seu parecer ia na contramão da informação divulgada, como resultado, do “Concurso de Robustez”, que as crianças premiadas eram as mais belas, sadias e gordas. Com posicionamento contrário, sempre que podia, nos eventos, asseverava para o entendimento equivocado das pessoas, aludindo que a criança gorda necessariamente não era hígida (*O Imparcial*, 20/07/1923, ano IX, n.3867, p.1).

Imagem 9 – Olinto de Oliveira, o jurado e as crianças vencedoras do “Concurso de Robustez”, promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro - 1923



Fonte: *Revista da Semana* –RJ, 28/07/1923, ano XXIV, n.31, p.19

Após a realização do “Concurso de Robustez” promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e a observação que havia declinado o número de crianças aptas a participarem do evento. A redação asseverou

Se isto não é um indício alarmante de degeneração da raça, é, pelo menos, um sinal incontestável do pouco zelo que, entre nós, se vota à infância. Como quer que seja, entretanto, urge medidas tendentes a reparar o mal, afim de que o Brasil de amanhã deixe de continuar a ser eterno o ‘vasto hospital’ de Jéca Tatú (*O Imparcial*, 20/07/1923, ano IX, n.3867, p.1).

Muito embora manifestasse opinião contrária à denominação do evento, considerando o título inadequado, por entender que a robustez não era sinônimo de saúde. Por vezes, ele observava que tais eventos serviam de estímulo e apologia à obesidade infantil (*Jornal do Comercio* - RJ, 13/10/1923, p.3). Em Porto Alegre, em 1917, Olímpio Olinto de Oliveira já havia participado da comissão julgadora, formada por Ramiro d’Avilla e Mario Totta, do “Concurso de Robustez” de Crianças até dois anos de idade, uma iniciativa de Dario Totta (*O Exemplo* - RS, n.47, 11/11/1917, p.2).

Olímpio Olinto de Oliveira, firmado numa longa experiência profissional adquirida no exercício de seu ofício no Rio Grande do Sul, e escudado no conhecimento do parecer das autoridades da moderna Pediatria, havia se afastado destes chamados “Concursos de Robustez”. Salientou que parecia proveitoso, num primeiro momento, convocar os pais e seus filhinhos ao concurso, havendo aí a possibilidade da adoção de instruções acerca das condições de saúde e

do florescimento infantil, sob a influência das normas higiênicas de criação destas. Até aí o certame parecia uma ideia boa e nobre. Porém, o anúncio do “Concurso de Robustez”, com prêmios aliantes, se constituía numa armadilha perigosa, pois a maioria dos pais cientes do certame, procedia a faze de engorda de suas crianças, uma espécie de “ceva” de crianças. Eles estavam destinados a impressionar o júri, por aquilo que a opinião popular entendia ser a robustez, isto é, “o excesso de proporções, a corpulência, a exuberância, a obesidade anormais, em quem a balança acusa 1/4 e 1/3 a mais do que deveriam ter” (*Jornal do Comércio*-RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3). A produção da engorda das crianças, sinalizava que estas não estavam saudáveis trazendo indicativos de ruptura nutricional, além de outros complicadores, que provocavam estragos, restando a procura de consultórios na intenção de poder rebelar-lhes os estragos. Olímpio Olinto de Oliveira ao se dirigir as autoridades presentes em seu discurso, disse:

Exmo. Senhor, prefeito. Em nome dos meus colegas de júri, em nome da ciência, em nome das mães, que ingênua e inconscientemente podem prejudicar seus filhos na interpretação errônea de uma expressão menos feliz, eu vos peço que os termos do decreto do Concurso de Robustez, sejam modificados, no sentido de ser posto em plena evidencia, o intuito capital de animar e estimular a prática do aleitamento materno na primeira infância (*Jornal do Comércio*-RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3).

Olímpio Olinto de Oliveira enaltecia a alimentação natural, por meio do aleitamento materno. Considerou prudente a cláusula estabelecida no edital do concurso exigindo que as crianças houvessem sido submetidas ao aleitamento materno exclusivo. Mas, diante da corrida desenfreada por ganhar o prêmio, asseverou para a necessidade inadiável de animar e estimular a prática do aleitamento materno. Ao término do discurso, Olinto de Oliveira, como relator, procedeu a leitura do relatório do “Concurso de Robustez”. Na elaboração do relatório, diversos aspectos foram levados em conta. como a vacinação das crianças, a análise dos exames clínicos de ouvido, nariz, garganta e de laboratório. Foi organizada a ficha de cada criança, em que seria registrado, além das suas características pessoais, todos os dados que pudessem servir para um conhecimento exato das suas condições de saúde e desenvolvimento, tomando as diferentes dimensões: estudo de nutrição, tecidos e órgãos acessíveis, conformação da cabeça, condições de sistema nervoso e dos aparelhos digestivo, circulatório, respiratório, linfático e dos órgãos dos sentidos, e finalmente o estudo do sangue e das fazes. Entre as trinta crianças examinadas, muitas não puderam pleitear a classificação, atingindo dezenove candidatos, restando apenas onze crianças, que entraram em julgamento. Segundo o relatório, entre as onze crianças apenas cinco estavam aptas a continuarem na classificação para o Concurso ocupando os cinco primeiros lugares. É válido ressaltar que, ao terminar toda a avaliação das crianças, o relatório

apontou a inexistência de crianças em condições satisfatórias de decisiva superioridade em relação as demais (*Jornal do Comércio*-RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3).

O entendimento de Olímpio Olinto de Oliveira, quanto ao aleitamento materno, era concorde com a proposta defendida por médicos franceses como Gaston Variot, Pierre Nobécourt e Léon Dufour. O aleitamento materno deveria ser aconselhado pelos higienistas às mães pobres estimulando-as a realizarem o seu dever natural - a amamentação. Tal aspecto devia ser apoiado pelas instituições filantrópicas na reafirmação da puericultura (VARIOT, 1910, p.11).

Segundo Olinto de Oliveira, estava em curso um movimento universal cada vez mais intenso e generalizado em prol do robustecimento da raça. A sua preocupação residia na nomenclatura do certame, “Concurso de Robustez”. Não considerava a denominação apropriada para o evento, pois, segundo o intelectual, qualquer dicionário elucidaria o termo assinalando que era robusto o que tinha força, vigor, sendo poderoso, enérgico, corpulento (*Jornal do Comércio*-RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3).

A robustez significava o ato de tornar robusto e avigorar; a noção, aplicada ao adulto, sugeria logo o espírito dos atletas. Ele não se opunha ao fato de que os brasileiros e suas crianças precisavam ser fortes. Entretanto, Olinto de Oliveira asseverou que o termo aplicado à “infância se constituía em erro grave! Os pais e responsáveis, no empenho de dar às crianças a ambicionada robustez, arrastam-nas ao limiar da patologia, com sério risco para a sua saúde e vida” (*Jornal do Comércio* - RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3). Segundo Olinto de Oliveira, os modernos especialistas da Pediatria insistiam, unânimes, sobre os perigos da superalimentação na primeira infância. Para tanto, evocou a voz autorizada de um especialista da pediatria brasileira, Fernandes Figueira, que dizia: “O conceito de sanidade e vício de um lactante anda, por vezes e até entre gente esclarecida, desviado deveras do verdadeiro. A abundância de tecido gorduroso não é absolutamente o sinônimo de saúde. Isto para referir-me apenas a um dos componentes da boa aparência dos lactantes” (*Jornal do Comércio* - RJ, ano XCVII, n.196, 19/07/1923, p.3).

Após três meses, em Niterói, foi celebrada a festa da criança e da árvore, em acordo com o voto, aprovado no Terceiro Congresso Americano da Criança e no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, no Rio de Janeiro, de que o dia 12 de outubro seria destinado à infância. Na sede do Instituto de Assistência e Proteção à Infância (IPAI) em Niterói deu andamento ao “Concurso de Robustez”. Presidiu os trabalhos do evento, Manoel Ferreira, Inspetor de Higiene do Estado, Almir Madeira e Benevuto Soares. Após a abertura da

seção, o Almir Madeira⁷⁰, Diretor do Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Niterói, proferiu um discurso:

Vai para três meses, num dia sem a significação histórica ou social do de hoje e no qual oficialmente se celebra na Capital da República a “Festa da Criança”, o professor Olinto de Oliveira, com a sua autoridade de acatado pediatra, houve por bem estigmatizar os “Concursos de Robustez”, muito embora acabasse, naquele momento, de presidir a um deles de cuja organização também discordavam os seus ilustrados companheiros de julgamento. E a discordância residia essencialmente na denominação que lhe parecia “infeliz”, mas, como julgá-la desta forma, se no próprio dizer do distinto pediatra robustecer é tornar robusto e avigorar, é fortalecer, exaltar, engrandecer? (*Jornal do Comércio* - RJ, ano XCVII, n.282, 13/10/1923, p.3)

O discurso de Almir Madeira deixava explícito certo descontentamento com o posicionamento de Olinto de Oliveira. A sua fala indicou uma certa rusga estabelecida por conta da nomenclatura do concurso. Mas talvez possível que Almir Madeira falasse não apenas em defesa de suas convicções pessoais, mas em defesa do Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Moncorvo Filho e de seus “Concursos de Robustez”.

Almir Madeira assinalou que, se andou errado o conceito utilizado, competia aos cultuadores da medicina infantil e da língua vernácula ensinar o verdadeiro entendimento da expressão. Almir Madeira asseverou que, no Instituto de Assistência e Proteção à Infância, a linguagem usada estava ao alcance de todas as inteligências. Apesar de seus descontentamentos com o discurso do colega, endossou ao público presente, em especial às mães, que a robustez não era abundância de gordura ou excesso de carnes. A criança robusta não era obesa, não era esse estado doentio de demasiado aumento de peso. Considerava que havia pais ignorantes, particularmente no que se referia ao desenvolvimento exagerado do tecido adiposo como índice de saúde da infância (*Jornal do Comércio* - RJ, ano XCVII, n.282, 13/10/1923, p.3).

Em 1925, Olímpio Olinto de Oliveira em uma espécie de tréplica, ao discurso de Almir Madeira, quando atuou como presidente do jurado do “Concurso de Robustez”, promovido através da Prefeitura do Rio de Janeiro, não recuou diante do ataque de Almir Madeira realizado em 1923. Olinto de Oliveira reafirmou que certames como aquele deveriam servir de estímulo a prática do aleitamento materno. A sua percepção era de que no imaginário social para manter as crianças robustas, as mães e responsáveis estavam submetendo as crianças a excessos de alimentação “seja por amamentação natural, seja, o que é pior, por sobrecarga de alimentos artificiais” (*Jornal do Brasil*, 21/07/1925, ano XXXV, n.173, p.18). O modelo de robustez que figurava na representação elaborada por autoridades e por seguimentos sociais fazia oposição a

⁷⁰ Maiores detalhes quanto a atuação de Almir Madeira pode ser conferida na dissertação “Entre a assistência médica infantil e a preservação da infância pobre escolar: a atuação do médico Almir Madeira a partir do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói de 1914 1929”, de Alessandra Moura da Silva.

ideia de saúde e robustez encontrada nos estatutos higiênicos da ciência da puericultura. Assim, as crianças eram submetidas à dietas empobrecidas favorecendo anomalias, o adoecimento e a desnutrição, ainda que conservassem a aparência de “gordinhas”.

Olímpio Olinto de Oliveira no relatório produzido acerca do “Concurso de Robustez”, de 1925, alertava a Prefeitura do Rio de Janeiro, que os propósitos reais do concurso não estavam sendo atingidos e havia um desvirtuamento dos intuitos do certame, que deveria ser o estímulo a adoção de práticas higiênicas e o estímulo ao aleitamento considerado natural. Olinto de Oliveira observava que

A palavra robustez no conceito popular pressupõe um certo excesso de forças e de peso, um conjunto de condições acima do normal. Segundo este conceito, o concurso de robustez deve premiar a criança mais forte, mais gorda, mais pesada, dentre as que se apresentam ao torneio. Ora, deste ponto de partida assim errôneo decorre não poucos inconvenientes. Alguns dos quais bastante graves (*Jornal do Brasil*, 21/07/1925, ano XXXV, n.173, p.18).

No relatório enviado ao Prefeito Alaor Prata sugeriu a modificação dos decretos legislativos e a mudança de nomenclatura do certame que deveria se denominar “aleitamento materno ou de maternidade”. Sob essa lógica, com a possível alteração da legislação correspondente aos concursos só poderiam participar crianças amamentadas ao seio materno até os oito meses completos (*Jornal do Brasil*, 21/07/1925, ano XXXV, n.173, p.18).

No decurso dos anos a posição de Olinto de Oliveira se consolidou, e acabou por fazer oposição clara e franca a proposta dos concursos de robustez, mesmo quando, em 1940, veio a atuar como diretor do Departamento Nacional da Criança. Por essa ocasião, o presidente Getúlio Vargas anunciava a necessidade e o dever peremptório de na assistência à infância pobre “preparar brasileiros robustos e animosos a exploração da nossa riqueza potencial” (*Correio do Povo*, ano XXI, n.1012, 30/12/1939, p.1). O Departamento Nacional da Criança, apesar de ser um órgão do governo do Estado Novo, não seguiu à risca as propostas de seu governante, antes se posicionou contrariamente quanto a ideia de uma infância robusta. O Departamento e seu diretor consideravam um equívoco os denominados “Concursos de Robustez” e propunham em contrapartida a celebração de “Concursos de Saúde Infantil” (BTDNcr, 1942, ano II, n.9, junho, p.7).

Segundo Olímpio Olinto de Oliveira à infância deveria ser cercada de cuidados e criada de forma íntegra mediante o “concurso do aproveitamento celebrado entre as crianças sadias”, como recurso de maior valia à redenção e o fortalecimento de sua saúde da infância para enriquecer a pátria do amanhã (BTDNcr, 1942, ano II, n.8, março, p.24). Na verdade, não havia consenso no interior do Departamento Nacional da Criança quanto a denominação mais adequada para o referido concurso, algumas vezes ele era chamado de “Concurso de Higiene

Infantil”. O Departamento e o seu conjunto de técnicos operavam afim de promover uma assistência que assegurasse não só o bem-estar da infância, mas a sua saúde através de medidas adequadas da higiene (BTDNCr, 1943, ano III, n.9, dezembro, p.45).

A hermenêutica efetuada acerca da questão social atravessou o conjunto de operações opostas chegando às habitações populares, como os cortiços e casas de cômodos, implicando em medidas higienizadoras dos espaços e dos indivíduos que compunham tais lugares, como forma de contingenciamento da difusão das doenças, que se espalhavam no perímetro urbano. Desde os oitocentos, sob a batuta da racionalidade científica, os propósitos civilizatórios vinham sendo amplamente divulgados, a isso se acrescentava o intento da ciência de atuar a serviço da modernização do país, auxiliando os governos em vários certames, ensinando e conferindo a aura higienizadora à sociedade brasileira. A ciência, ao hastejar a bandeira do higienismo, do ponto de vista político, constituía a consciência necessária para transformar as questões relativas à saúde em elemento de amplitude e interesse público, administrado sob a competência oficial do Estado (FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, 1998, p.477).

Os debates relacionados à preservação, à manutenção da infância e ao incremento de políticas públicas, no âmbito assistencialista e educacional, vinham ocorrendo, desde o final do Império. Esses debates estavam sustentados sob a égide da racionalidade das ciências, envolvendo médicos, juristas, engenheiros e pedagogos, e ganhavam cada vez mais força entre os intelectuais. Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p.28), o país acumulava algum volume de experiência na assistência, em especial a de caráter privado, com ações de natureza educacional e de instrução. Durante o período republicano, as questões relativas à infância não estavam circunscritas à proteção, mas apontavam para a necessidade de identificação e desenvolvimento de estudos capazes de oferecer formas de proteção e para a reforma institucional, visando “salvar” a infância brasileira, assegurando o projeto de construção da nação. Os debates estavam ancorados na necessidade da institucionalização da assistência e da educação, que deveria ocupar a agenda das políticas de Estado, além de ser subvencionada e promovida por intermédio do governo, como meio de garantir o desenvolvimento de processos de proteção à infância nas sociedades ocidentais.

A partir de 1930, aos 64 anos de idade, Olinto de Oliveira foi incorporado aos quadros do Estado, no Distrito Federal, circulando através da Inspetoria de Higiene Infantil (IHI)(1930-1934), passando na Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI)(1934-1937), pela Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI)(1937-1940), aos 74 anos, assumiu a diretoria do Departamento Nacional da Criança (DNCr)(1940-1945). E, a partir da sua mudança definitiva para o Distrito Federal, procurou aproximar-se de diferentes organizações médicas, como a Sociedade de Medicina e Cirurgia, colaborou na organização e fundação da Sociedade Brasileira de Pediatria compondo o corpo do Conselho Nacional de Serviço Social.

2 DA INSPETORIA DE HIGIENE À DIVISÃO DE AMPARO À INFÂNCIA

2.1 A Inspetoria de Higiene Infantil

O ato a que assistimos – acentua - é a semente desse movimento grandioso que há de meter raízes em toda parte e há de florescer quando reconhecerem, enfim, que o futuro da humanidade está todo no modo pelo qual nos dispusermos a cuidar, tratar, educar a infância

O Jornal, 21/07/1925, ano VII, n. 2020, p.1571.

Em 1923, de acordo com Ferreira e Ribeiro (2015, p.250), foi impulsionado à criação do projeto do primeiro organismo de caráter oficial, a Inspetoria de Higiene Infantil (IHI), conduzido sob a batuta de Antônio Fernandes Figueira, destinado a assistir e elaborar políticas públicas à população materno-infantil no Brasil preconizando a atuação em parceria com as instituições privadas voltadas à filantropia. Subordinada ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), era parte da Reforma da Saúde Pública gerida por Carlos Chagas. A Inspetoria de Higiene Infantil, com sede Rio de Janeiro, chefiada inicialmente por Antônio Fernandes Figueira (1924-1928), objetivava instituir um órgão a ser responsável por fiscalizar e prestar serviços de higiene infantil na capital e nas demais estados do país. As ações desse novo órgão estavam centralizadas no Hospital-Abrigo Arthur Bernardes, em funcionamento desde 1924, no Distrito Federal, Rio de Janeiro.

A criação da Inspetoria de Higiene Infantil veio na esteira das reformas sanitárias promovidas por Carlos Chagas, a partir de 1923, no Departamento Nacional de Saúde Pública⁷².

⁷¹ No discurso proferido por Olímpio Olinto de Oliveira, por ocasião da premiação das crianças vencedoras do “Concurso de Robustez”, no Distrito Federal, Rio de Janeiro. Ele ressaltava que resultados promissores poderiam ser obtidos quando a sociedade estivesse disposta a destinar à infância o cuidado, a assistência e a educação. Assim, essa fala foi ocorreu na presença do desembargador Nabuco de Abreu, juiz Mello Mattos, intendente Felisdoro Gaia, representando o presidente do Conselho Municipal, doutor Carneiro Leão, diretor da Instrução Pública, Oliveira Coutinho. O “Concurso de Robustez” teve como membros do júri Olímpio Olinto de Oliveira, Américo da Silva Pinto, Joaquim Nicolao Filho e Mario Olinto de Oliveira (*O Jornal*, 21/07/1925, ano VII, n. 2020, p.15).

⁷² O Departamento Nacional de Saúde Pública compreendeu, três diretorias: Defesa Sanitária Marítima e Fluvial, Saneamento Rural e Serviços Sanitários Terrestres, tendo como nova nomenclatura – Serviços Sanitários do Distrito Federal. Entre as modificações realizadas pode-se destacar: o serviço de propaganda e educação sanitária desconectando-se da Inspetoria de Demografia, subordinando-se ao Diretor Geral, com mais autonomia e amplitude. Serviço de enfermeiras, pois, estas eram de grande valia com seus serviços em saúde pública, sendo estas vistas como o que será de melhor no futuro para auxiliar na administração sanitária. Educadas dentro das normas as enfermeiras visitadoras, defenderão os créditos sanitários, auxiliando os médicos do Departamento e muitas vezes até mesmo substituindo-os diante de dura tarefa. Diante desta realidade e necessidade premente das enfermeiras, regulamenta-se a escola de Enfermeiras e o

Todavia é preciso asseverar que a pedra fundamental da Reforma da Saúde Pública⁷³ havia sido posta em 1920 por Carlos Chagas. Diante de uma infinidade de problemas sanitários, por meio de autorização do Congresso, o governo reformulou todos os serviços sanitários, ampliando e alterando diversos dispositivos da sua organização. Entre as mudanças estavam a do Serviço de Higiene Infantil, que foi elevado a condição de Inspetoria de Higiene Infantil, completamente refundido, instalando-se creches, maternidades, recolhimento de expostos, hospitais e consultórios de crianças, a inspeção de amas de leite e assistência à mulher grávida, e assistência à gestante. O Departamento auxiliaria às instituições privadas que abrigavam a mulher-mãe. Segundo o novo regulamento da Reforma Sanitário, não seria permitido o funcionamento de rodas dos enjeitados, que só poderiam acolher crianças, desde que identificadas a sua procedência, em conformidade com as orientações da Inspetoria de Higiene Infantil (*Correio da Manhã*, 07/02/1924, p.9).

A Inspetoria de Higiene Infantil, foi dirigida por Fernandes Figueira, de 1924 a 1928, quando veio a falecer. Fernandes Figueira organizou todos os trabalhos que dizem respeito às atividades de saúde e higiene da criança. Os serviços técnicos desta repartição que estavam a seu cargo, como a organização dos consultórios de higiene infantil, as câmaras de amamentação, a promoção de exames das crianças de peito (lactantes), dos meninos de idade pré-escolar e das gestantes; nos domicílios, isolamentos de crianças acometidas de moléstias intestinais e fiscalização efetiva das fábricas, oficinas, creches, colégios, asilos e etc. Fernandes Figueira, na Inspetoria de Higiene Infantil, atuou na organização das atividades de hospitais, consultórios, creches, maternidades e estabelecimentos fabris, circulares sobre o funcionamento destas. A Inspetoria de Higiene Infantil foi responsável pelo Abrigo-Hospital Arthur Bernardes para lactantes, em promover a vigilância higiênica das primeiras idades, os cursos de puericultura, a fiscalização de consultórios de crianças, de verificar a situação de recolhimentos

Serviço de Higiene Infantil que foi transformado em Inspetoria de Higiene Infantil. De acordo com a Reforma Sanitária, proposta por Carlos Chagas, outras Inspetorias foram criadas no corpo do Departamento Nacional de Saúde Pública, como a Inspetoria Especial para Assistência aos hospitais, maternidades e casas de saúde. A Inspetoria coube realizar a fiscalização junto às Indústrias para melhor qualidade da saúde higiênica de seus funcionários (*Correio da Manhã*, 07/02/1924, p.9).

⁷³ A Reforma de Saúde Pública foi sancionada sob o Decreto Lei de n. 3.987, em 1920, que reorganizou os serviços da saúde pública e criou o Departamento Nacional de Saúde Pública, inicialmente subordinado ao Ministério da Justiça. As atividades promovidas na Reforma da Saúde Pública, e levadas a cabo por Carlos Chagas, envolviam um amplo serviço sanitário e de higiene nas mais diferentes instâncias da sociedade, transitando desde serviços de higiene relacionados a profilaxia geral e específica de doenças em ambientes públicos até espaços privados, como a casa. Estudos e pesquisas de interesse público, o fabrico e fornecimento de soros, vacinas e outros produtos etiológicos destinados ao combate de epidemias em qualquer região do país eram tarefas desse Departamento. No amplo aspecto da Reforma da Saúde Pública fazia parte da constelação de atividades do Departamento a profilaxia rural e a promoção de obras de saneamento do interior do Brasil (*O Jornal* – RJ, 08/01/1920, ano II, n. 206, p.2).

de expostos, em maternidades e demais estabelecimentos de assistência a infância (*O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, março de 1927, ano XLII, n. 11, p.311).

Na gestão de Fernandes Figueira, na defesa sanitária da infância, a Inspetoria de Higiene Infantil, quanto às atividades de saúde e higiene, organizou consultórios para o exame das crianças de peito, em instâncias de isolamentos de crianças acometidas de moléstias intestinais e na fiscalização do trabalho infantil e de mulheres nas fábricas. Fernandes Figueira se queixava do quantitativo irrisório destinado à atender à maternidade e a infância. Para tanto, apresentou os últimos dados relativos à França⁷⁴. A preocupação da França era materializada em investimentos na questão da infância, os dados levantados por ele, evidenciavam a aplicação de uma quantia superior a cinco mil contos de réis, em serviços de proteção a assistência à infância, num país de recursos limitados ao extremo. Segundo Fernandes Figueira o Brasil não possuía motivos razoáveis para o baixo investimento na questão da infância. Pois, “nós que possuímos riquezas inesgotáveis e que não nos empenhamos em guerras de espécie alguma, deixamos ao desamparo os pequenos compatriotas, isto é, o futuro desta grande nacionalidade!” (*O Tico-Tico: Jornal das crianças*, 26/12/1923, p.10).

Em tom de crítica, Fernandes Figueira denunciava o desprezo dos governantes quanto ao problema de proteção à infância na ausência de dotação de recursos, ficando a infância à mercê de subvenções de sociedades religiosas. O valor que o governo federal gastava com os institutos de puericultura e policlínicas infantis não chegava a 130 contos de reis, por ano, e, assim, ia executando “à moda brasileira, os encargos de defesa sanitária da infância” (*O Tico-Tico: Jornal das crianças*, 26/12/1923, p.10). A redação do jornal *O Tico-Tico* recomendava a seus leitores a prestarem atenção ao modelo europeu de assistência infantil, como da Bélgica, um minúsculo país europeu, o Instituto de Enfermagem de Proteção à Infância, ao qual pertencem diversas nações. O país da Bélgica possuía inúmeras corporações religiosas e leigas, destinadas a amparar e defender crianças, formando uma confederação que fiscalizada através do Conselho Superior dos Estabelecimentos de Assistência Infantil. Para demonstrar o esforço patriótico de semelhantes instituições, tomou-se, como exemplo, o orçamento destinado, pela *L'Oeuvre Nationale de l'Enfance*, Obra Nacional da Infância, à execução de seus encargos, durante o ano de 1922 que somaram mais de 5 mil contos de réis.

⁷⁴ Os investimentos da França, em francos nos Consultórios de lactantes, 2.039.517,78; em Gotas de Leite, 3.431.491,14; nas Cantinas Maternas, 1.250, 606,54; em refeições nos colégios, 340.416,13; nas cantinas, para crianças débeis, 1.114.803,90, e nas colônias para crianças débeis, 3.840.378,50. No total, havia sido investido, em francos, 12.017,221,99 (*O Tico-Tico: Jornal das crianças*, 26/12/1923, p.10).

A questão do alcoolismo infantil foi problema enfrentado através da Inspetoria de Higiene Infantil, na gestão de Fernandes Figueira e na de Olímpio Olinto de Oliveira. A preocupação com o uso do álcool na infância não era exclusividade da Inspetoria de Higiene Infantil, mas o era da Liga Brasileira de Higiene Mental, criada em 1923, no Rio de Janeiro, por Gustavo Ridell, de que faziam parte. O alcoolismo infantil era considerado uma das causas do aumento de enfermidades e de mortalidade, conforme estudos de pediatras sobre os males que o álcool podia produzir, fosse por meio de maneiras terapêuticas ou do aleitamento materno. Havia preocupação e ressalva quanto o uso terapêutico do álcool no tratamento infantil, que poderia ser um aliado perigoso no ambiente médico. Para tanto, nas reuniões promovidas através da Liga Brasileira de Higiene Mental, com a presença de Nascimento Gurgel, Fernandes Figueira, Olinto de Oliveira, Moncorvo Filho, Pedro da Cunha, Mello Leitão, Alcino Rangel, J.P. Fontenelle, Queiroz Barros e Jorge Sant'Anna, em torno de estudos de puericultura e higiene infantil se alertava para a necessidade de reconsiderar o uso do álcool em terapias infantis (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental: órgão oficial da liga brasileira de higiene mental*, 1925, ano I, n.2, p.142).

Sob o título “Um belo capítulo da medicina Social”, o impresso escrito *O Paiz* (15/05/1929, p.6) apregoava os feitos da Liga Brasileira de Higiene Mental que tinha, entre as suas campanhas, a luta contra o alcoolismo infantil. A Liga Brasileira de Higiene Mental, em seus esforços de saneamento social, havia sido provocada através do *Child Guidance Clinics*, dirigida por Clifford Beers, secretário geral da Liga Higiene Mental dos Estados Unidos, a dirigir forças para a questão das neuroses entre as crianças e adolescentes. A Liga Brasileira de Higiene Mental, considerando a relevância da matéria e procurando acatar a sugestão norte americana convidou dois renomados especialistas da pediatria e da psicologia, Olinto de Oliveira⁷⁵ e Manoel Bomfim. Ademais procurou envolver as associações médicas, educadores e o movimento feminista do país.

Para Olímpio Olinto de Oliveira o propósito da iniciativa da Liga Brasileira de Higiene Mental⁷⁶ e a criação de uma Clínica de Eufrenia, conforme modelo promovido no *Children's*

⁷⁵ A Campanha Pró-Higiene Mental foi transmitida por meio do microfone da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1933. Nessa ocasião o Olímpio Olinto de Oliveira proferiu uma palestra sobre o tema: “A higiene mental da criança”. A redação do *Jornal do Brasil* indicava que o pediatra era um dos patronos da Clínica de Eufrenia da Liga Brasileira de Higiene Mental, e havia contribuído para a campanha realizada por esta instituição, no objetivo de ampliar os seus serviços de assistência às crianças nervosas (*Jornal do Brasil*, 27/07/1933, p.8).

⁷⁶ A Liga Brasileira de Higiene Mental, empreendeu uma luta contra o alcoolismo divulgada por intermédio da imprensa, conduzida por Hernani Lopes e outros médicos dedicados à psiquiatria nacional, como Julianio Moreira, Henrique Roxo, Renato Kehl, Olímpio Olinto Oliveira, Porto Carrero, Mirandolino Caldas e outros expoentes que se esforçavam na salutar campanha de profilaxia mental (*Correio da Manhã*, 25/10/1931, p.7).

Bureau, que contabilizava cerca de quintas Clínicas do gênero nos Estados Unidos da América. A Clínica de Eufrenia foi considerada como maneira de “se corrigirem as anomalias tão frequentes no período do desenvolvimento da psique infantil, nos Estados Unidos da América denominada de Clínicas de Comportamento e no Brasil nomeada através da Liga Brasileira de Higiene Mental de Clínica de Eufrenia. Ambas eram instituições dirigidas ao público infantil em idade escolar para o melhor desenvolvimento da raça (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*: órgão oficial da liga brasileira de higiene mental, 1932, outubro – dezembro, ano V, n.2, p.94).

De acordo com Olímpio Olinto de Oliveira, as bases do plano de Fernandes Figueira, na Inspetoria de Higiene Infantil, na proteção e higiene infantil, identificadas com a experiência de países civilizados estavam consubstanciadas em duas palavras: “difundir o mais possível entre o povo a educação sanitária relativa a puericultura e colocar ao alcance dos necessitados recursos de assistência, tendentes a minorar os efeitos das influências nocivas à saúde da criança” (*Correio da Manhã* - RJ, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3).

A Inspetoria de Higiene Infantil iniciou seus trabalhos nos lugares onde havia maior índice de mortalidade populacional, nos centros mais populosos. O problema de mortalidade infantil exigiu da Inspetoria atenção redobrada e uma campanha sanitária de alcance social e humanitário entre a população desfavorecida economicamente. Um dos aspectos que influenciavam nos elevados algarismos que enchiam os boletins e jornais semanais das estatísticas demógrafo-sanitárias, não apenas referentes a capital do Rio de Janeiro, mas nas principais cidades do Brasil, consistia na questão da subnutrição nutrição. A Inspetoria de Higiene Infantil cogitou, em 1924, medidas para dar limites aos crescentes índices de mortalidade. Entre essas medidas estavam às visitas domiciliares, a fim de instruir as mães de família, no tratamento da infância acometida de enfermidades intestinais. Pois os dados fornecidos através da demografia sanitária, dos obituários infantis assinalavam exatamente esse problema crítico. O problema da mortalidade infantil era complexo e exige um desdobramento da assistência, iniciada parceladamente por meio da Inspetoria de Higiene (*Correio da Manhã*, 09/03/1924, p.4).

Em 1924, conforme matéria, “Sobre o trabalho estatístico da Inspetoria de Higiene Infantil” publicada no *Correio da Manhã*, a Inspetoria de Higiene Infantil, sob a direção de Fernandes Figueira, havia dirigido ofício ao diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), Arthur Moncorvo Filho. O ofício notificava que força dos prementes encargos da Organização dos serviços da Inspetoria de Higiene Infantil, primeiro, lamentava não ter respondido há mais tempo, o relatório e ao mesmo tempo agradeceu as informações enviadas e

as diversas publicações em periódicos impressos, sobre o referido relatório enviado a Inspetoria de Higiene Infantil. Apesar de ter recebido um conjunto de informações no relatório, Fernandes Figueira em ofício dirigido à Moncorvo Filho, dizia carecer de maiores esclarecimentos acerca da benemerência do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, especialmente quanto aos serviços de suas filiais nos diferentes Estados do Brasil. No relatório constava que o IPAI havia atendido a mais de 410 mil crianças desamparadas com socorros, em um cálculo mínimo avaliado em mais de 16 mil contos de réis. As minúcias da aplicação dos recursos, nas diversas filiais do IPAI e sua gestão, na concepção de Fernandes Figueira seriam úteis à Inspetoria de Higiene Infantil, para disciplinar e instruir instituições congêneres, nos meios de bem aproveitarem as subvenções do governo. Afora esses dados, Fernandes Figueira pediu a Moncorvo Filho, melhor detalhamento do dispensário pré-natal, que constituía em matéria de profilaxia ante e pós-natal, uma novidade, que provida de boas elucidações, poderia ser multiplicado através do país (*Correio da Manhã*, 25/07/1924, p.2).

Fernandes Figueira solicitou maiores detalhes da benemerência prestada através do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, por três motivos: para empreender uma melhor gestão da Inspetoria, obter informações com maiores minúcias oferecendo respaldo na utilização e aplicação em outras instituições de assistência e proteção à infância, e por fim, em razão das funções do cargo. Fernandes Figueira explicou a Moncorvo Filho a situação, não se tratava de uma particularidade, mas ele se encontrava premido por força do Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923 (*Correio da Manhã*, 25/07/1924, p.2). Este Decreto, ao regulamentar o Departamento Nacional da Saúde Pública, definia entre as atribuições da Inspetoria de Higiene Infantil, conforme o Capítulo XI, a fiscalização dos estabelecimentos de assistência à infância e o envio regular de relatórios:

Art. 377- A Inspetoria fornecerá anualmente ao governo informação do número, da qualidade e da eficiência dos socorros prestados à infância pelos estabelecimentos do Distrito Federal, auxiliados pelo orçamento da República.

Art. 378- Esses estabelecimentos enviarão mensalmente à Inspetoria quadros dos socorros prestados à infância (BRASIL, 1923, s.p.).

Dessa forma Fernandes Figueira mostrou a Moncorvo Filho que o envio dos relatórios não deveria ser um evento esporádico, antes conforme disciplinava o Decreto, era de periodicidade mensal, contemplando o mapa dos socorros prestados à infância. Fernandes Figueira considerava relevante o papel desempenhado através do IPAI, mas precisava de dados mais generosos das suas atividades para que as outras instituições do gênero pudessem ser mais bem fiscalizadas e servirem como guia para as instituições particulares de assistência à infância e cumprirem com êxito sua tarefa.

A criação da Inspetoria de Higiene Infantil serviu de ambiência fermentadora, acolhendo alguns dos médicos pediatras e puericultores que haveriam de se projetar entre os mais destacados das décadas vindouras. Esse órgão foi capaz não só de proporcionar as condições para o exercício da prática, mas configurou-se como instância promotora de pesquisas, com observações e estudos acerca da mortalidade infantil e materna. Entre o seleto grupo de médicos que perfilaram por seus quadros está Olímpio Olinto de Oliveira e Clovis Correa da Costa, que principiaram sua prática médica nos quadros da Inspetoria, sendo um dos primeiros a formular proposta de políticas públicas efetivas, destinadas, com centralidade, aos problemas de saúde e de assistência social pertinentes à maternidade e à infância (MARTINS, 2010, p.114).

De todas as transformações verificadas, desde a Reforma da Saúde Pública de Carlos Chagas, em 1920, era no plano técnico em que se viam os avanços mais notórios. A ausência de dotação orçamentaria era um problema antigo, remontando à época da gestão de Fernandes Figueira, à frente da Inspetoria de Higiene Infantil (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.86). Os recorrentes cortes orçamentários inviabilizavam a realização de obras destinadas à infância e, portanto, através da Inspetoria de Higiene Infantil, dirigida por Olímpio Olinto de Oliveira. Contra os serviços de assistência e profilaxia houve certa indisposição do governo, conforme denunciava Costa Rego, o que comprometia a ideia de se remodelar o país, por meio da valorização da sua infância. Segundo Costa Rego, Olímpio Olinto Oliveira, pediatra e higienista de nota, responsável pela direção de um departamento oficial, a Inspetoria de Higiene Infantil, o havia informado de que o órgão estava sem recursos. A ausência de recursos na Inspetoria vinha nutrindo os dados estatísticos de mortalidade infantil: cada 10 ou 15 crianças que morriam eram de famílias remediadas, ao passo que a realidade das famílias pobres era muito pior, levando ao óbito de 85 e 90 crianças por falta de assistência, não podendo a Instituição servir-lhes pois o Estado a tinha privado de verbas, sem as quais deixaram, de ter eficiência. Costa Rego conclamava seus leitores a mudarem de mentalidade e asseverava sobre a necessidade de se prestar atenção à causa da infância no país, pois, segundo ele: “Tratar hoje da infância é qualquer coisa de equivalente a plantar para o dia de amanhã” (*Correio da Manhã*, 27/06/1931, p.2).

Aliada ao surgimento de Associações de Assistência à Infância de caráter privado, criaram-se órgãos oficiais destinados a amparar higienicamente a infância do país. *O Tico-Tico*, de 19 de dezembro de 1923, em matéria denominada “Defesa sanitária da infância”, anunciava que a reforma dos serviços de sanidade acrescentou ao Departamento Nacional de Saúde Pública a Inspetoria de Higiene Infantil, alimentando as esperanças da resolução do problema

da infância no país, com medidas baseadas na puericultura, o que possibilitaria o nascimento de uma geração infantil forte, substituindo a esgotada e raquítica daqueles tempos. Em paralelo, o periódico desdenhou a criação da nova Inspetoria de Higiene Infantil, considerando aquele órgão mais uma imagem a desvanecer, uma sedutora miragem. Julgava que a Inspetoria talvez conseguisse fiscalizar, nas fábricas e nas oficinas, o esforço da pobre infância operária. Em seu arrazoado acerca da criação da Inspetoria de Higiene Infantil, indagou se a natureza dos serviços exercidos por meio da infância correspondia à exiguidade de sua força muscular. Alegava que continuava insolúvel a questão do arejamento, da penetração da luz solar, da ausência de umidade e de outros requisitos indispensáveis ao rigoroso saneamento das oficinas, onde os pequenos operários, à mingua de eficazes cuidados higiênicos, adoeciam e desfaleciam. Apontava que, entre a infância, havia a iminência de graves afecções através da franca predisposição para se contrair a tuberculose, afora os perigos de intoxicação (*O Tico-Tico: Jornal das crianças*, 19/12/1923, p.20).

Com o falecimento de Antônio Fernandes Figueira, em 1928, Olímpio Olinto de Oliveira veio a ser nomeado, em 1930, por Belisário Penna para o cargo de Diretor da Inspetoria de Higiene Infantil órgão do Departamento Nacional de Saúde Pública. De acordo com a redação do jornal *Correio da Manhã*, Fernandes Figueira e Olinto de Oliveira estavam entre os maiores nomes da pediatria, “a fama de um e de outro transpôs as fronteiras do Brasil” (*Correio da Manhã*, 18/11/1930, ano XXX, n.11016, p.4). Em 1923, foi possível enunciar, ainda de forma acanhada, a criação do Decreto-Lei n.16.300⁷⁷, aprovando e regulamentando o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e abordando o assunto materno-infantil, ou seja, a instituição de maternidades, o trabalho feminino e a questão da amamentação mercenária. Essa legislação significou, da parte do Estado, a criação do primeiro órgão estatal dirigido para cuidar do problema da maternidade e da infância, a Inspetoria de Higiene Infantil, perdurando até 1934.

Na cerimônia de posse, Belisário Penna, em seu discurso recomendou a Olinto de Oliveira a continuidade da obra desenhada e iniciada por Fernandes Figueira como forma de atacar e resolver o problema da infância, para que fosse retomada as diretrizes, desenvolvida com maior amplitude e completada na proporção dos progressos da ciência e dos recursos que houvesse. A execução das tarefas na Inspetoria de Higiene Infantil foi “apoiada na higiene e na eugenia”, com apelo principalmente para a educação e a assistência, a educação sanitária, com uma ativa propaganda do valor da saúde da mãe e da criança e dos “meios de conservá-la e

⁷⁷ Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, artigo 1º e artigo 317. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

aperfeiçoá-la; e o ensino da puericultura intensificado até à sociedade, na família, na escola, nos agrupamentos, na imprensa, em toda parte” (*Correio da Manhã*, 26/11/1930, ano XXX, n.11023, p.2). A assistência de acordo com Belisário Penna deveria caminhar de mãos combinadas com a higiene.

Em almoço promovido através do Rotary Club do Rio de Janeiro, Olímpio Olinto de Oliveira, por ocasião da “Semana da Criança”, manifestou descontentamento quanto a denominação do órgão que fazia parte, a Inspetoria de Higiene Infantil. Olinto de Oliveira considerou que o nome do órgão, em que era diretor, não correspondia aos graves fins a que se destinava, a proteção e higiene da infância, e que de alguma forma acabava por apear a sua real missão.

Quando dizemos Ministério da Educação e Saúde Pública, Departamento Nacional da Saúde Pública, diretoria dos Serviços Sanitários, pronunciamos palavras bonitas, que não somente repercutem com certa pompa, mas parecem sugestivas, cheias de significação, despertando ideias grandiosas, características dos altos instintos que ali se tem em mira. Mas...Inspetoria de Higiene Infantil? O Inspetor, um cavalheiro que inspeciona, vigia, examina, indaga, verifica...Higiene Infantil? Coisas caseiras, uns bebés gordinhos, sadios, bem-criados, mamadeiras, uma fralda mais ou menos limpas (*Correio da Manhã* - RJ, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3).

Para Olinto de Oliveira os problemas relacionados à infância não eram simples e careciam de imediata atenção com urgência, pois diziam respeito ao “preparo do futuro da nacionalidade como raça e como povo, que se quer numeroso, sadio, forte, eficiente e idôneo para o serviço da pátria” (*Correio da Manhã* - RJ, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3).

A legislação propiciara o estabelecimento do primeiro órgão público, a Inspetoria de Higiene Infantil, destinado a tratar especificamente do problema da maternidade e da infância. Cabia, pois, à Inspetoria de Higiene Infantil a “organização, orientação e execução dos serviços de higiene infantil no Distrito Federal e nos Estados, estando incumbida de estimular iniciativas e orientar formas de providências que atendam aos interesses da vida e da saúde das primeiras idades” (MARTINS, 2010, p.113). Importa considerar que o Departamento Nacional de Saúde Pública e a Inspetoria de Higiene Infantil estavam na posição de subalternos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Para Martins (2010, p.114), as discussões centradas nas políticas sociais de proteção à maternidade e à infância, bem como na legislação pertinente ao assunto, rigorosamente aparecem entre as décadas de 1930 e 1940. Esse período foi caracterizado por meio da ascensão de Getúlio Vargas ao poder com a anuência de médicos e intelectuais, defensores de um Estado presente, interventor, cooperando na fundação de aparatos governamentais e na construção de políticas dirigidas ao atendimento à maternidade e à infância, salvaguardados por uma legislação menos propositiva e mais reguladora. O momento político fora tão singular, que

havia uma convergência de interesses voltados à infância, congregando interesses do Estado e de intelectuais, homens de bem da sociedade e médicos. Entre esses médicos destacava Belisário Penna - que atuou como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública - Clovis Correia da Costa - que atuou no Hospital Artur Bernardes e no Departamento Nacional da Criança - e Olinto de Oliveira, que assumira a Inspetoria de Higiene Infantil. Posteriormente ocuparia cargos de direção nos órgãos de proteção à maternidade e à infância até que, em 1940, fora empossado como diretor do DNCR.

De acordo com Martins (2010, p.114), Olímpio Olinto de Oliveira vinha atuando na causa da infância desde a criação da Inspetoria de Higiene Infantil, em 1923, espaço que favorecera a presença de um ambiente propício não só para a prática da clínica, como fora útil também na realização de investigações e estudos sobre a mortalidade infantil e materna. Esta Inspetoria servira para atender as demandas sociais por consultórios nos bairros mais pobres, lactários e maternidades. A Inspetoria de Higiene Infantil acomodou, em seu interior, alguns médicos pediatras e puericultores, entre os quais Olinto de Oliveira, de grande destaque nas décadas vindouras, posicionando-se no *front* contra a mortalidade infantil e ganhando notoriedade na administração pública, na assistência e na saúde da infância.

Conforme registro do Periódico *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* de seu número de lançamento, em 1940, os serviços de assistência à maternidade e à infância, articulados no Decreto da criação do Departamento Nacional da Criança, tiveram seus fundamentos lançados em 1920, por ocasião da grande reforma por que passou a antiga Diretoria Geral de Saúde Pública, de autoria do cientista prof. Carlos Chagas. Essa Diretoria, então foi elevada à categoria de Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1930, quando havia sido designado para a diretoria da Inspetoria de Higiene Infantil. Durante os anos de 1920

[...] se criou a Secção Infantil, com o seu raio de atividade limitado no Distrito Federal, sendo entregue a sua direção à capacidade do eminente e saudoso pediatra Fernandes Figueira. Em 1923, ao ser reformado o Departamento Nacional de Saúde Pública, [...] a Secção de Higiene Infantil passou à Inspetoria de Higiene Infantil, continuando a sua frente o dr. Fernando Figueira, até março de 1928. [...] sendo fundado em 1926, o hospital Arthur Bernardes, que, desde logo, passou a ser acatado como a principal escola de pediatria no Brasil. Afastado do cargo, em 1928 [...] foi designado para substituir [...] o inspetor do Departamento Nacional de Saúde Pública, dr. Emídio de Matos, até fins de 1930. Em novembro de 1930 foi nomeado Inspetor de Higiene Infantil o prof. Olinto de Oliveira, que estava naturalmente indicado para continuar a grandiosa obra da assistência à infância, dadas as credenciais de ciência e trabalho deste professor. Apenas empossado na direção da Inspetoria da Higiene Infantil, começou o prof. Olinto de Oliveira [...] organizando um programa de assistência à infância. Esse programa, vasto e bem elaborado, foi primeiramente consubstanciado no Decreto n. 24.278, de 22 de maio de 1934, criando a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, com ação em todo o território nacional. Entretanto, a execução dessa reforma foi sendo adiada, por uma série de óbices de natureza administrativa, apesar do esforço e da tenacidade do autor da reforma, até que, em

1937, com a lei 378, em que dada a nova organização a Ministério da Educação e Saúde, foi extinta a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, passando os seus serviços a constituir uma das divisões do Departamento Nacional da Saúde, sob o título da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, p.10).

O *Boletim*, por meio dos seus redatores, Mario Pereira de Vasconcellos e Dante Costa, instauraram o nascedouro do Departamento Nacional da Criança que, diferente daquilo que o próprio decreto enuncia, remonta aos anos de 1920, quando Olinto de Oliveira assumia, junto ao serviço público no Distrito Federal, suas primeiras atividades em prol da infância. Sob essa lógica, estabeleceram a trajetória desde a idealização até a concretização do sonho de Olinto Oliveira, que mantém íntima proximidade com o seu percurso como médico pediatra a serviço do Estado, na atuação em diversas instâncias, junto à causa da infância.

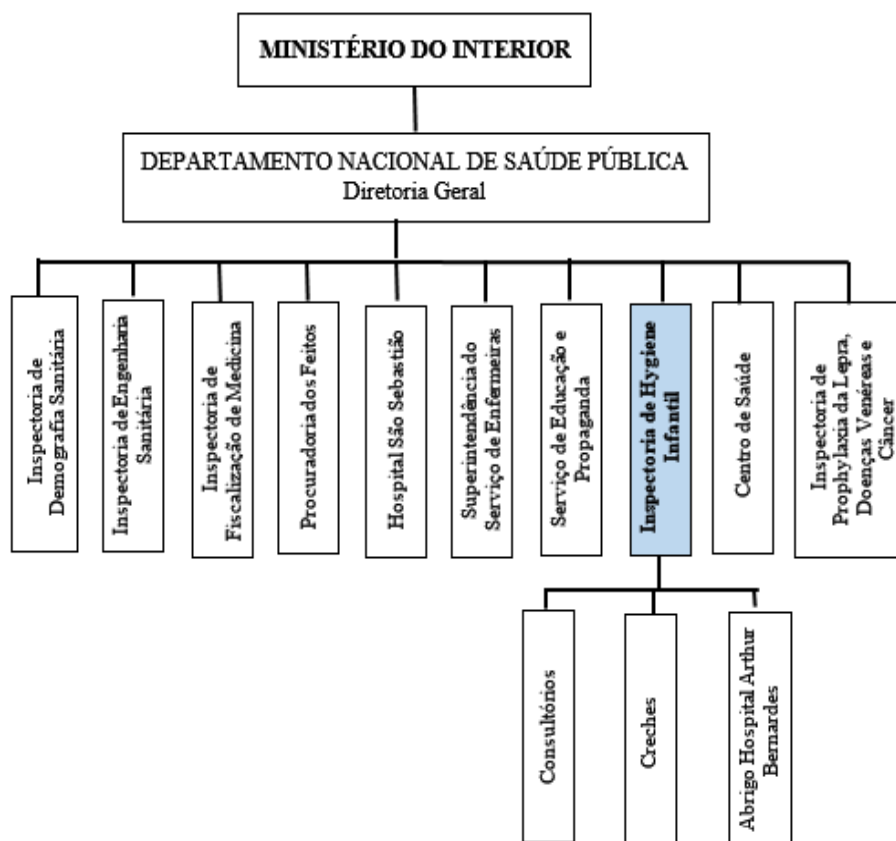
A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e da Inspetoria de Higiene Infantil deixava despontar a intenção intervencionista estatal, de dimensão nacional, que regulava a saúde e a vida higiênica da população, por meio da medicina preventiva e assistencial. Pereira Neto (2001, p.28) indica que, de forma lenta e progressiva, se percebia a modificação do papel do Estado em relação à coisa pública. Os médicos desse período atuaram nas esferas política e pública do Estado, dirigindo suas ações à saúde e à higiene, podendo dirigir ou clinicar em instituições públicas ou filantrópicas.

Os serviços dirigidos para a infância, que foram criados e executados nos anos de 1930, refletem, como espelho, a influência concreta das ideias de nacionalismo. Assim, desde os últimos anos de funcionamento da Inspetoria de Higiene Infantil, e, de maneira acentuada, com a criação do Departamento Nacional da Criança, percebemos a valorização da infância nas políticas sociais. Ressalte-se que a assistência social à infância sobressaiu como uma das grandes questões da sociedade da época, que "impressiona os homens de governo, porque eles sabem que é do problema da assistência social à infância [...] que dependem fundamentalmente todos os demais problemas sociais da atualidades" (GUSMÃO⁷⁸, 1942, p.225 apud FONSECA, 1999, p.100). No período antecedente a 1930, os serviços destinados aos cuidados materno-infantil eram, em boa medida, caracterizados por uma prática assistencialista, de natureza filantrópica, e "contaram basicamente com a iniciativa de médicos como Moncorvo Filho, Fernandes Figueira, Olinto de Oliveira e Martagão Gesteira" (FONSECA, 1999, p.101). Durante o início dessa mesma década, como não se havia verificado a operação sistemática do Estado em serviços de assistência à infância, eles foram desenvolvidos basicamente por instituições privadas. No Brasil, diferente dos outros países latino-americanos, a introdução de

⁷⁸ Saul Gusmão. *Assistência a Menores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1942, p. 225.

métodos modernos de proteção à infância aconteceu com maior força através de empreendimentos particulares, como é o caso do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado em 1901, por Moncorvo Filho, que em 1937 possuía 27 filiais no país (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.3).

Quadro 1- Organograma da Inspetoria de Higiene Infantil - 1928



Fonte: Fonseca, 2007, p.295

Entre as principais alterações sob a égide do Estado Novo estavam as de natureza político-institucional, modificando a própria concepção de Estado que, até então mostrara-se distante e pouco afeito às questões sociais, mas agora se rendia, apesar do autoritarismo, em grande aproximação da sociedade, em especial das classes desfavorecidas. O que ocorrera no Estado Novo resultara, em alguma medida também, de um processo lento e progressivo no curso dos anos de 1900, pleno de ações e reações, até que pudesse ser observada essa mudança de postura. O intenso debate que se arrastara, desde as décadas iniciais do século XX, acerca da atuação do Estado, tinham em vista não só a intervenção deste, como também a produção de bens e serviços, sobretudo na área da educação e da saúde. Importa dizer que, no campo de políticas sociais, tornava-se robusta entre os médicos as propostas oriundas da medicina social e preventiva, dirigidas às coletividades, que se constituíam em campo preferencial para as

primeiras experiências de interferência, gestão e produção de serviços estatais no Brasil (PEREIRA NETO, 2001, p.28).

Segundo Bomeny (2001, p.18), ao se dirigirem os olhos para a ciência, ter-se-ia a clareza de que intelectuais, como médicos e sanitaristas, vinham, desde a década de 1910, diagnosticando o fosso crescente no Brasil entre a enfermidade e a ignorância. Eles chamavam a atenção de governantes, da imprensa e da sociedade para intervir com medidas de melhoramento a serem experimentadas por conta da inclusão dos avanços científicos em prol da assistência à infância, considerando que não havia consistência no planejamento, na organização, e pouca regularidade nos projetos para o setor.

A intenção de erguer o Brasil à condição de nação moderna passava pela ideia da construção de um Estado que fosse capaz de incorporar e sustentar medidas sociais em ambientes entendidos como baldrames da convivência social, entre elas a de assistência à infância. Segundo Bomeny (2001, p.19), a presença do Estado como fiador e patrocinador de políticas sociais, entre elas as de assistência à infância, demarcou a ascensão do Estado protetor, emergindo como o maior mecenas e o avalista principal do desenvolvimento social.

Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.181) enunciam que o século XX apontava para a falência das práticas liberais, criando um ambiente próprio para o surgimento de um Estado autoritário, capaz de fazer interferências na área social, em substituição ao Estado liberal. Emergia, sob essa lógica, a construção do Estado forte, como a única maneira de construir a nação e atribuir à política uma feição pública, transpondo aspectos de caráter particularistas de setores privilegiados da sociedade civil. Assim, a oposição ao modelo liberal já trazia em seu interior substâncias de feições autoritárias e centralizadoras. A estas se junta a intenção de nacionalizar o país, procurando unificar o que estava decomposto, o que se desagregara em função de uma política regionalista com acentuados vícios oriundos da disputa por interesses de caráter particularista, que vinham sobrepondo-se aos benefícios à pátria.

Os impasses políticos e problemas sociais, como a pobreza, migração, imigração e desemprego, serviram de elementos que pavimentaram o caminho no país para um período de radicalização política, protestos e greves. Irrompia, entre os médicos, a percepção de que a eugenia se apresentava como uma proposta médica suprapartidária capaz de amenizar ou solver as tensões sociais existentes no país que se encontrava em franca expansão demográfica. No entendimento de Stepan (2005, p.48), os novos arranjos políticos, principiados no início do século XX, vinham indiciando a inaptidão do liberalismo em resolver distúrbios sociais. Médicos, entre outros intelectuais, e parte da elite, frente a um país em extrema pobreza social, eminentemente rural, analfabeto, doente e questionavam a eficiência do liberalismo, *laissez-*

faire à moda antiga, e sugeriam novos papéis para o Estado, defendendo uma postura capaz de instituir formas de regulação das relações sociais vigentes na sociedade brasileira, em processo de desenvolvimento urbano.

As condições de insalubridade presente nas cidades, resultado do processo acelerado e desordenado de crescimento, a falta de saneamento, a célere industrialização contribuía, entre outros fatores, na produção de um ambiente de enfermidade, perigoso para a saúde das pessoas, em especial dos mais frágeis, a infância. No enfrentamento desses elementos e na sua vigilância emergiu o direito e a medicina, instituindo formas de disciplinarização e prevenção exercendo papel importante para que o país pudesse se colocar nos trilhos a caminho do progresso. Dessa forma, segundo Schwarcz (1993, p.190), caberia à medicina “curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico”, tal prática de fundamentação científica, seria pautada no entendimento de que a higiene poderia contribuir coletivamente para a eficácia das transformações desejadas, a construção do novo homem. Para tanto, a medicina atuava, elegendo a adoção da prevenção antes de se proceder a cura, como forma de profilaxia, evitando a aparecimento do mal e ao mesmo tempo garantindo o seu aniquilamento.

Frente ao caos social estabelecido na sociedade brasileira, a medicina, em suas feições da higiene pública e do saneamento, compuseram medidas, fundadas na ciência, com o propósito de intervenção e transformação da realidade social. Essas medidas campeavam num movimento higienizador do país, com o propósito de educar o povo, procurando corrigir suas imperfeições e aperfeiçoando o homem. Nesse contexto, a higiene foi alçada à condição de peça fundamental, saneando os corpos e alterando hábitos que assegurassem o surgimento de uma raça forte, aspectos fundamentais para o alcance do progresso e do processo civilizacional da nação. Assim, o Brasil buscava projetar imagens de uma nação moderna e civilizada, contrária à ideia de um país de selvagens (SCHWARCZ, 1993, p.169).

Os anos de 1930 significaram, em termos econômicos para o país, a definição dos rumos do desenvolvimento, marcando a transição de seu eixo do polo agroexportador para o polo urbano-industrial. Para Diniz (1999, p.25) no plano político se verificou o esvaziamento do poder dos grupos oligárquicos, em paralelo a preponderância do setor interno no conjunto da economia, vislumbrando maior aumento do consumo. As mudanças empreendidas nesse período sinalizavam o desejo do governo em se distanciar da perspectiva liberal e do passado oligárquico. Em decorrência, houve a evolução de um sistema estatal híbrido, marcado através da conjugação entre aspectos do modelo racional-legal e do modelo clientelista. A nova engenharia institucional, fornecia os valores legitimadores apontando para o papel integrador e regenerador do Estado sobre a questão social.

Havia um anseio crescente, por parte de intelectuais, de organizar aparatos estatais interventores, consistentes e centralizados, não só na gestão, mas na produção de bens e serviços, que se tornassem vigorosos e exequíveis, e ganhassem concretude *a posteriori*, sendo executados, portanto, no alvorecer do Estado Novo.

Quanto às mudanças em curso, figuraram, num contexto mais amplo, aquelas que estavam sendo ensejadas, na conjuntura nacional, de institucionalização das medidas de assistência à infância, durante a Primeira República e o Estado Novo. São caracterizadas através da militância simultânea de médicos pediatras e puericultores no campo da filantropia social e das políticas públicas de saúde, atuando diretamente na assistência médica, na higiene e no saneamento (FERREIRA; RIBEIRO, 2015, p.245).

No entendimento de Hochman e Fonseca (2000, p.176), esses elementos foram corroborando estritamente, na perspectiva mais ampla, através da reforma administrativa dos serviços federais e da racionalização técnica científica, tendo, como lastro, os ideais que orientaram a política varguista, quais sejam, a formação de uma nova nação e de um homem higienizado, e a necessidade de consolidar a unidade nacional.

A Inspetoria de Higiene Infantil, instituição implementadora das políticas de saúde materno-infantil, funcionou até 1934, sendo extinta da pasta da Educação e Saúde Pública, dando lugar a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância.

2.2 A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância

No final do Governo Provisório, em 1934, foi criada a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, em substituição à Inspetoria de Higiene Infantil, por meio do Decreto n. 24.276, com o objetivo de promover em todo o país o bem da criança, assegurar a assistência e proteção e preservar a infância o desenvolvimento em âmbito nacional. Afora esse aspecto, cabia à Diretoria de Proteção À Maternidade e à Infância prestar assistência e proteção à infância, devendo, para melhor atingir seus fins, entrar em relações com os serviços federais e estaduais de saúde pública e do registro civil. Cabia a esse órgão estabelecer relações com todas as instituições privadas de assistência à mãe e à criança, existentes no país, registrando-as, orientando-as e promovendo a concessão de auxílios e subvenções às que necessitavam (Correio da Manhã – RJ, 24/05/1934, ano XXXIII, n. 12113, p.2).

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância no cumprimento de suas tarefas procurou articular-se com os governos locais sempre solicitando a cooperação na campanha popular das modernas noções de higiene infantil e pré-natal. A criação desse órgão foi traçada visando preliminarmente diminuir as cifras de mortalidade infantil tomando como ponto de partida a promoção da Campanha Nacional pela Alimentação Infantil. Apesar de haver muito entusiasmo quanto a promoção da proteção e assistência à infância, o órgão teve dificuldades de efetuar suas realizações, dada a deficiência das dotações orçamentárias (*Jornal do Commercio*, 04/05/1919, ano CVIII, n. 182, p.4).

A extinção da Inspetoria de Higiene Infantil e o estabelecimento da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância deixou descontente o diretor do Departamento Nacional da Saúde Pública, Raul Almeida de Magalhães, que se sentiu diminuído em sua autoridade e inibido de agir. O novo órgão, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, com seu regulamento, assinalavam uma relativa autonomia, em que seu diretor poderia nomear os chefes das quatro divisões, quando estivessem criados. Caberia ao diretor do novo órgão promover a seu critério os funcionários e requisitar os técnicos que julgasse necessário ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Ainda, o Diretor da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância poderia instalar, independentemente da consulta ao diretor do Departamento nacional de Saúde Pública, maternidades nos locais que considerasse conveniente. O conjunto desses elementos contribuiu para que o diretor do Departamento Nacional da Saúde Pública se sentisse contrariado. Diante disso, Raul Almeida de Magalhães resolveu fazer ciente o ministro Washington Pires o seu descontentamento. Solicitou alterações no regulamento e, caso não fosse atendido pediria demissão do cargo. Efetivamente não foi atendido em suas demandas e acabou prevalecendo a medida governamental que, positivamente, era contrária ao seu ponto de vista (*Diário da Noite* - RJ, 28/05/1934, ano VI, n. 3041, p.1).

A criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância tinha um amplo programa de ação nacional. Em matéria de assistência à infância procurou integrar a ação dos poderes públicos e educar as mães em princípios higiênicos. A instituição não considerava possível dotar o país de crianças fortes e saudáveis, sem ensinar à mulher brasileira a arte de criar crianças saudáveis por meio de hábitos higiênicos fundamentados na puericultura. Entre suas funções estava a:

A vigilância sanitária da mulher grávida, profilaxia das infecções, serviços estes feitos nos consultórios pré-natais localizados em diversos pontos da cidade; A Assistência ao parto da mulher necessitada, segundo um plano que consiste em promover a instalação em zonas adequadas, de pequenas maternidades regionais, com médicos, internos e parteiras (*Diário de Notícias*, 13/10/1934, n.2400, p.3).

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância esteve encarregada da vigilância sanitária das lactantes (crianças de peito) e dos pré-escolares, até idade de seis anos fornecendo-lhes também assistência médica em caso de doença, e assistência alimentar aos fracos e malnutridos. Estes serviços foram prestados nos Consultórios de Higiene Infantil disseminados através dos diversos bairros, hospitais, ambulatórios, preventórios, etc. O Consultório de Higiene Infantil tinha a finalidade de corrigir os erros de alimentação, aconselhar e traçar os novos regimes a seguir pela criança, envolvendo a aparte clínica e terapêutica (*Diário de Notícias*, 13/10/1934, n. 2400, p.3).

A Diretoria ainda mantinha uma seção de “fiscalização” encarregada de vigiar e orientar os estabelecimentos particulares de Assistência à mãe e à criança e uma outra de Assistência Social. Buscando dar a amplitude da atuação nacional, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, tinha uma seção que procurava estudar e resolver os principais problemas atinentes à infância no Brasil, compreendido por:

- a) Uma seção de “Estudos e Inquéritos”, que se ocupará principalmente de questões sociais, higiênicas e medicas.
- b) Uma seção de “Cooperação com os Estados” que procurará estimular, promover, uniformizar e orientar em todo o país os serviços de proteção à Infância, planejando e executando estes serviços.
- c) O “Instituto de Higiene e Medicina da Criança”, ampliação do atual Hospital Arthur Bernardes e destinado ao estudo e pesquisas sobre as particularidades e condições da vida da criança e sua patologia em nosso meio, e ao ensino e divulgação da puericultura da Higiene Infantil e da Pediatria (*Diário de Notícias*, 13/10/1934, n. 2400, p.6).

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância para dar andamento a estas seções manteve, além das enfermeiras e ambulatórios necessários, uma pequena maternidade para o estudo do recém-nascido, uma escola prática de puericultura para médicos e doutorandos, cursos de habilitação para o seu próprio pessoal, laboratório, museus, biblioteca, etc.

A realização da Conferencia Nacional de Higiene, reunida na capital do Rio de Janeiro, em 1934, trouxe, entre seus delegados estaduais, Peregrino Junior, representando o governo do Rio Grande do Norte. Peregrino Junior manifestou franco apoio à Campanha Nacional pela Criança, segundo ele,

O problema da criança, entre nós, é grave e urgente. E ele tendo um tríplice interesse eugênico, econômico e social, o problema da criança se relaciona intimamente com a vitalidade nacional e a grandeza do país. Sem crianças hígdas, de hábitos sadios e educação moderna e sã, não é possível construir uma pátria forte, grande e feliz (*Diário de Notícias*- 13/10/1934, n. 2400, p.3).

Peregrino Junior concordava Olinto de Oliveira acerca do problema nacional da criança. Considerava importante e patriótica a obra que estava em andamento, abrindo possibilidades

de tirar o país do nível de inferioridade em que se encontrava em matéria de assistência à infância, integrando a ação dos poderes públicos. Considerava que a educação e a saúde da mãe exerciam influência primordial sobre a vida do filho. Para Peregrino Junior não havia possibilidade de dotar o país de uma infância forte e saudável sem ensinar à mulher brasileira a arte de ser mãe. Na obra de proteção à infância não era recomendável separar o filho da mãe (*Diário de Notícias*- 13/10/1934, n. 2400, p.3).

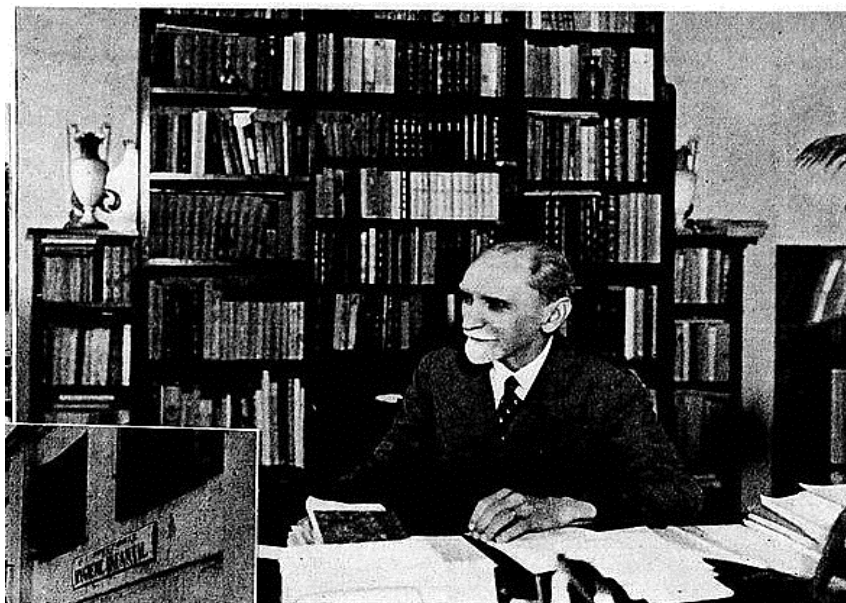
Visando principalmente à primeira infância, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância se preocupou com a incidência dos males que atingiam esta etapa da vida, com a higiene pré-natal, a Assistência ao Parto e a Higiene e Assistência à Criança. Assim, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância compreendia:

Uma seção de “Estudos e Inquéritos”, que se ocupará principalmente de questões sociais, higiênicas e medicas. Uma seção de “Cooperação com os Estados” que procurará estimular, promover, uniformizar e orientar em todo o país os serviços de proteção à Infância, planejando e executando estes serviços. O “Instituto de Higiene e Medicina da Criança”, ampliação do atual Hospital Arthur Bernardes e destinado ao estudo e pesquisas sobre as particularidades e condições da vida da criança e sua patologia em nosso meio, e ao ensino e divulgação da puericultura da Higiene Infantil e da Pediatria (*Diário de Notícias*- 13/10/1934, n. 2400, p.3).

Para a realização dessas atividades a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância manteve uma escola prática de puericultura para médicos e doutorandos, cursos de habilitação para o seu próprio pessoal, laboratório, museus, biblioteca, etc. Considerando a urgência do problema da infância no país, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, antes de qualquer outra coisa, entendeu que era preciso ensinar às mães brasileiras como deveriam alimentar os seus filhinhos. Disso resultava a primeira grande ofensiva da Diretoria de Maternidade e Infância; a Campanha Nacional da Alimentação da Criança.

A revista *Vida Doméstica* (fevereiro de 1935, p.23), em visita ao Hospital Arthur Bernardes, entrevistou Olímpio Olinto Oliveira, responsável da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, deu destaque a Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, que ia se fazendo num movimento organizado em prol da criança brasileira.

Imagem 10 - Olímpio Olinto de Oliveira à frente da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância-1935



Fonte: *Vida Doméstica*, fevereiro, 1935, p.23

Olímpio Olinto de Oliveira considerava um equívoco atribuir a proteção oficial da infância como se fosse uma simples caridade e beneficência e caberia o Estado socorrer a criança pobre, o órfão e o abandonado. Aos governos civilizados competia encarar a criança, fazendo dela objeto de um conjunto de leis, de organizações capazes de promover o seu bem-estar, preservar-lhe a vida e a saúde, assegurar-lhe o desenvolvimento normal, e prestar-lhe assistência e proteção. De acordo com Olinto de Oliveira competia ao Estado, como fazer a política da criança, atenuando ou eliminando a desigualdade das suas condições normais, protegendo-as diretamente por: medidas adequadas e indiretamente, amparando a família e a maternidade, e promovendo a assistência social. Repousava sobre o Estado o dever de velar da saúde, e educação da infância, como forma de garantir o progresso social e econômico da população, desenvolvendo-a e aperfeiçoando-a incessantemente (*Jornal do Brasil*, 08/10/1935, p.10).

Um relato do impresso *A Noite* (22/09/1940, p.3), com a matéria: “Assistência à infância”, anunciava que, em 1933, foi realizado no Brasil a Conferência Nacional de Proteção à Infância. O êxito alcançado com a Conferência Nacional de Proteção à Infância e a consequente divulgação e mobilização da sociedade levou o Estado, em 1934, a criar, com jurisdição em todo o território brasileiro, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, cujo primeiro trabalho de vulto foi a Campanha Nacional pela Alimentação da Infância sob a direção de Olímpio Olinto de Oliveira.

A Conferência Nacional de Proteção à Infância, presidida por Olímpio Olinto de Oliveira, a sessão preparatória, realizada no Automóvel Club, reuniu representantes de todos os

Estados. A Conferência contou com os trabalhos da comissão executiva⁷⁹. As seções de estudo as discussões foram as seguintes: Assistência, Educação, Higiene, Medicina, Legislação. A realização da Conferência em conjunto com a apreciação dos estudos e discussões serviu de respaldo para um programa consubstanciando das iniciativas mais urgentes e fundamentais da proteção à infância em no país. O resultado foi encaminhado as autoridades dos governos federais, estaduais e municipais. Assim, discutido e aprovado este programa foi sugerido o início nos Estados, onde nada houvesse sido feito, e serviria de orientação onde a obra de proteção à infância estivesse em andamento (*Jornal do Brasil*, 17/09/1933, ano XLIV, n.224, p.9).

Como resultado da realização da Conferência Nacional de Proteção à Infância, foi publicado os Anais do evento. Os Anais da Conferência Nacional de Proteção à Infância compreendiam cinco volumes. O primeiro versou sobre a parte geral dos trabalhos, o segundo tratou das questões de Assistência e Legislação; o terceiro sobre Educação; o quarto sobre Higiene e o quinto sobre a mortalidade infantil. Nesse conjunto de registro de governantes e estudiosos do assunto ocupou lugar a discussão acerca do “futuro da nossa raça, encontrado bases sólidas e bem estudadas para a elaboração do plano de assistência à infância no Brasil” (*Correio da Manhã* –RJ, ano XXXIV, n.12294, 21/12/1934, p.9).

A mobilização em torno da Conferência Nacional de Proteção à Infância de acordo com a imprensa recebia o apoio de todos aqueles que se interessavam por questões do amparo moral e material da criança brasileira. Meses antes da sua realização os jornais divulgavam notícias procurando lançar luzes sobre a questão da infância a patriótica convocando os interessados e alertando quanto a proximidade do evento, que ocorreu no mês de setembro de 1933, no Rio de Janeiro. Olímpio Olinto de Oliveira no desejo viabilizar a presença do maior número possível de conferencistas entrou em acordo com a Panair do Brasil S.A., angariando um abatimento nas passagens aéreas dos delegados e congressistas estaduais (*Jornal do Brasil*, 21/07/1933, p.10).

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância teve vida curta, e foi substituída por outro órgão, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, em 1937. O novo órgão oficial passou a desenvolver as atividades relativas ao amparo à infância e às mães brasileiras, foram contemplados todos os Estados brasileiros com assistência técnica orientação social e medica, e verbas para construção de Postos de Puericultura e Maternidades Municipais.

⁷⁹ A comissão executiva da Conferência Nacional de Proteção à Infância foi composta por Juiz Mello Mattos, vice-presidente; Maston Saboia, Secretário Geral; Sr.^a Stela Guerra Durval, tesoureira; João Carlos Bezerril, secretário das seções, Enéas Martins Filho, secretário Geral. Faziam parte da comissão de honra, o cardeal Arcebispo Sebastião Leme de Oliveira Cintra, todos os Ministros de Estado os Interventores Federais, bem como vários professores e outras autoridades (*Jornal do Brasil*, 17/09/1933, ano XLIV, n.224, p.9).

2.3 Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância

A ausência de recursos experimentados no decurso dos anos de 1930, para a proteção e o amparo da infância foi assunto na pauta da Camara dos Deputados em 1936 e serviu de ambiente fermentador ao surgimento da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. A Deputada Carlota de Queiroz, representante de São Paulo, na Camara dos Deputados, em alusão a realização da “Semana da Criança” fazia lembrar que o Conselho de Assistência e Proteção à Menores e a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, com dificuldades financeiras e atropelos vinham realizando no Distrito Federal a “Semana da Criança”, mas que este evento precisava alcançar amplitude nacional, com o apoio do Governo e de todas as associações de assistência públicas e privadas procurando fazer sentir a urgência do problema da criança (*Jornal do Commercio*, 22/10/1936, ano CX, n.19, p.3).

Muito embora, o apoio financeiro à realização da “Semana da Criança” tivesse sido objeto de voto na Camara dos Deputados, a destinação anual de cem contos de réis carecia de regulamentação através de decreto. Assim, a Deputada Carlota de Queiroz, naquele momento asseverava a necessidade de “gritar que esse problema existe, tão pouco é a compreensão que dele se tem aí”. Carlota Queiroz acenava que decorrido dois anos não houve regulamentação e nem destinação da verba. Considerando a necessidade de conceder maior liberdade e autonomia a assistência da infância considerava necessária a criação de um órgão com independência para agir e defendeu a criação da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, que deveria promover e orientar, no Distrito Federal e em todo país, medidas que atendiam os interesses da vida e da saúde da criança. Para Carlota Queiroz “criada essa Divisão, seguir-se-á um projeto de regulamentação para a mesma, procurando encarar as necessidades do problema no nosso país” (*Jornal do Commercio*, 22/10/1936, ano CX, n.19, p.3).

De acordo com a Constituição de 1934, no artigo 138, era atribuição da União, dos Estados e Municípios

o amparo à maternidade e à infância, o socorro às famílias de prole numerosa, o amparo aos desvalidos, proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual, e algumas outras dentre as quais a adoção de medidas legislativas tendentes a restringir a mortalidade infantil (*Jornal do Commercio*, 22/10/1936, ano CX, n.19, p.3).

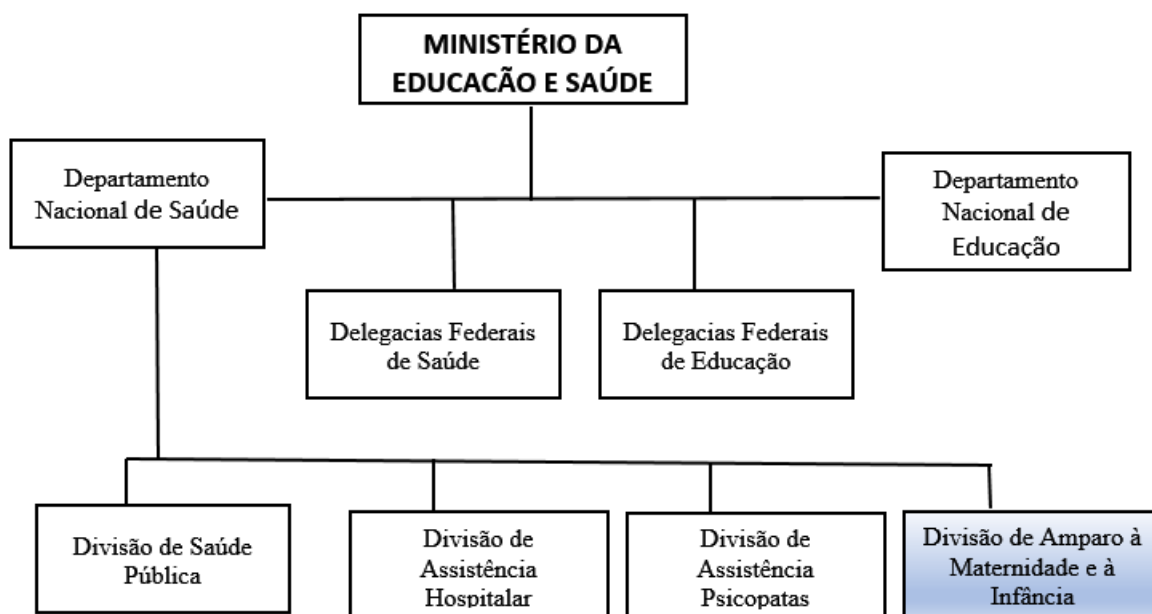
Segundo Carlota Queiroz o descaso dos governantes poderia oferecer sérios riscos ao país, pois havia pouca vontade em enfrentar a questão do amparo e proteção à infância. A indisposição da Camara dos Deputados e dos governantes, para Carlota Queiroz significava

deixar as crianças ao relento social, garantindo a matrícula em institutos disciplinares, em reformatórios onerando os cofres públicos, maculando a imagem da cidade, perturbando a ordem pública e condenando-os aos asilos fechados, sacrificando o futuro do país. Ela asseverava a necessidade premente de assegurar proteção à todas as crianças, com amparo, alimentação, abrigo e educação, pois havia o perigo em transformar as crianças pobres em desamparadas. De acordo com Carlota Queiroz “negar-lhes educação, negar-lhes saúde, negar-lhes assistência é desampara-las. Desamparo intelectual, desamparo físico, desamparo material, desamparo moral, pouco importa, é desamparo” (*Jornal do Commercio*, 22/10/1936, ano CX, n.19, p.3).

A mobilização em torno da proteção e à maternidade e à infância nem sempre foi vista como faces da mesma questão. De acordo com a redação da *Gazeta de Notícias* o amparo à mãe e à criança deveriam sempre andar juntos. Sob esse entendimento foi que nasceu a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, com a proposta de ampliar o número de maternidades municipais existentes no país e proteger a infância. Para levar a efeito o propósito da criação de maternidades, a Constituição de 1937 passou a determinar taxativamente, que um mínimo de 1% das rendas municipais fosse destinado a proteção da infância e a construção de maternidades (*Gazeta de Notícias*, 25/05/1937, ano LXIII, n.122, p.1).

Olímpio Olinto de Oliveira sentia de perto a conjugação de dois fatores, os de ordem burocrática e as limitações orçamentárias, dificultando a execução da assistência à infância. A Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância estava submetida ao Departamento Nacional de Saúde, somando prejuízos na execução de trabalhos e dificultando arcar com as responsabilidades da instituição. Esse quadro favoreceu a apresentação do parecer de Olímpio Olinto de Oliveira sobre o projeto de organização do Departamento Nacional da Criança ao presidente Vargas em 17 de janeiro de 1939 (OLIVEIRA, 1940). Apesar de haver uma legislação que previa orçamento para a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância existia dificuldades para o desenvolvimento de atividades concretas em torno do amparo da maternidade e da proteção da criança no Brasil. A forma como a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância estava disposta na hierarquia do Departamento Nacional da Saúde indiciava as dificuldades enfrentadas por Olímpio Olinto de Oliveira e os níveis de entraves burocráticos, que tornavam lentas ou paralisavam as atividades e os projetos destinados à infância.

Quadro 2- Organograma da Departamento Nacional de Saúde - 1937



Fonte: FONSECA, 2007, p.294

O diretor do Departamento Nacional de Saúde era João de Barros Barreto, sobre cujos ombros estava a responsabilidade da organização sanitária moderna no Brasil. O Departamento Nacional de Saúde⁸⁰ em seu funcionamento era constituído de instâncias de direção como: o Gabinete do Diretor Geral, com o secretariado, divisão do cotidiano de gabinete, e divisão de comunicações. Como primeiro órgão subordinado estava a Divisão de Saúde Pública, sob a responsabilidade de Ernani Agriola, a quem foi confiada a organização e direção dos serviços ante doenças endêmicas, afora a prevenção da malária e da peste bubônica, serviços de prevenção da hanseníase, nos Estados e no Distrito Federal. Em sequência, a Divisão de Assistência Hospitalar, sob a direção do Samuel Libâneo, responsável por todos os problemas do hospital assistencial em no país. Após vinha a Divisão de Assistência aos Psicopatas, sob a direção do Waldomiro Pires, com o dever de cuidar mentalmente dos considerados insanos e curá-los nos hospitais mentais. Por derradeiro, na hierarquia do organograma do Departamento Nacional de Saúde, vinha a Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, sob a direção de Olímpio Olinto de Oliveira, em cujos ombros estavam as atividades de amparo à maternidade e a proteção à infância no país (SOARES, 1939, p.347). A Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, com um amplo programa de pesquisa, desenvolvimento dos serviços de bem-estar

⁸⁰ Em paralelo ao Departamento Nacional da Saúde estava a Delegacia de Saúde Federal, órgão criado com a intenção de agir em colaboração com o Governo Federal e com os governos dos Estados, com escala respectivamente em Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG, e Porto Alegre (RS), tendo os seguintes doutores sanitaristas como encarregados: Mário Queiroz, Herbert Antunes, Luís Medeiros, Odorico Antunes, Garcia Rosa, Almir de Castro, Aureliano Brandão; Divisão de Estatísticas vitais, sob a direção do Eurico Rangel (SOARES, 1939, p.347).

infantil em vários Estados, e a fiscalização de grande variedade de atividades (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.3).

Em 1937, foi instituído o Plano Nacional de Saúde, por meio de lei federal, apontando para a centralidade que a saúde pública e a assistência assumiriam, com atenção privilegiada à questão materno-infantil. O surgimento do Plano Nacional de Saúde tinha como pano de fundo um conjunto de questões sociais que assolavam o país. Afora esses fatores, somava-se a abertura do país à imigração em larga escala, a chegada de imigrantes europeus, acompanhados de seus filhos, para suprirem e atenderem o setor agrário e as novas demandas do setor industrial, emergente no país. Surgia um considerável contingente de massa humana desocupada a circular através dos espaços urbanos, acentuando e agravando a situação da infância pobre, doente. Os problemas resultantes do agravamento social nas cidades proliferavam-se num ambiente insalubre, vicioso, favorecendo a difusão de doenças, epidemias diversas e dizimadoras, que resultavam em altas taxas de mortalidade infantil. Tais questões vinham se agravando no país e implicavam na elaboração de políticas públicas específicas.

O processo de intervenção do Estado em direção à questão da infância teve seus primeiros registros, entre o século XIX e princípios do XX. A partir desses primeiros movimentos na produção de políticas dirigidas à infância, a atenção à infância alcançou particular notoriedade nas políticas sociais, no período do Estado Novo (1937-1945). De acordo com Hochman (2001, p.142), a reforma no Ministério da Educação e Saúde Pública, promovida através do Ministro Gustavo Capanema, em 1937, deu origem a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância que substituiu a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. Ambas estavam subordinadas ao Departamento Nacional da Saúde. Pouco depois, em fevereiro de 1940, ela veio a ser extinta com a criação do Departamento Nacional da Criança, desvinculado do Departamento Nacional da Saúde. As três instituições estiveram sob a direção de Olinto de Oliveira (1940) que, recorrentemente em suas atividades e textos, acentuava a necessidade premente de que os problemas relacionados à infância se constituíam em matéria que não deveria estar sujeita à área da saúde pública, e sim deveria ser um órgão autônomo, capaz de gerir seus próprios negócios.

Dessa forma, o *Boletim* aludia às mudanças em curso, promovidas através do Presidente Getúlio Vargas, que na

[...] sua primeira mensagem de Natal, em 1932, salientava como problema que deveria constituir uma preocupação política da Nação, todo aquele que se prenda à proteção e a saúde da criança. Em 1933 não perdendo ele de vista esse objetivo, fez convocar a grande Conferencia Nacional de Proteção à Infância. Em 1941 criou, já com jurisdição em todo território brasileiro, a Diretoria de Proteção a Maternidade e a

Infância que começou promovendo a grande Campanha Nacional pela Alimentação da Criança. Em 1937, elevou-a à categoria de Divisão com maiores recursos e amplitude subordinada ao Departamento Nacional de Saúde e entregue já à direção do prof. Olinto de Oliveira, o grande paladino da assistência em nosso país, a cuja competência e ampla visão das questões médico sociais confiou a saúde físico e mental dos futuros cidadãos do Brasil (BTDNCr, 1942, Ano II, n.8, p.36).

A Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância e a posterior criação do Departamento Nacional da Criança constituíram-se em esforços caracteristicamente estatais, destinados aos serviços específicos à infância. Desse modo, ao longo da década de 1930, com maior intensidade entre os anos finais desse período e, essencialmente, nos primeiros cinco anos da década de 1940, o governo federal brasileiro aproximou-se da questão da infância que tinha o Ministério da Educação e Saúde sob a batuta de Gustavo Capanema e, subordinado a este, o Departamento Nacional da Criança, em cuja direção estava Olímpio Olinto de Oliveira. O DNCr, não só forneceria algum auxílio pecuniário, conforme preconizado por lei, às instituições privadas de assistência à infância, como também sua existência representaria o esforço governamental em seu auto aparelhamento, para atender tal demanda.

O Departamento Nacional da Criança, alinhado aos ideais do Ministério da Educação e Saúde, pretendia articular a saúde e a educação na forja de uma população afinada aos propósitos civilizacionais da nação, que em certa medida, em seu projeto de assistência à infância caminhou entre o modelo europeu e a influência norte-americana.

2.4 Projeto de assistência à infância, questão de caráter internacional, o modelo europeu e a influência norte-americana

A agenda de questões relativas à infância, urgente desde o final do século XIX, foi fruto do processo acelerado de mudanças sociais experimentadas no país, oriundas das modificações das relações trabalhistas e das novas condições de vida no ambiente urbano. Tais elementos contribuíram na propagação de endemias entre as populações empobrecidas, em especial entre a infância, favorecendo o crescimento da mortalidade infantil. Esses aspectos foram observados não só no Brasil, mas na América Latina, América do Norte e na Europa, suscitando estudos históricos acerca da infância. A educação e a saúde tornaram-se pontos de partida de processos de inspeção entre 1920 e 1930, envolvendo não só a infância, mas a família (BIRN, 2007, p.678).

Assistir a infância e protegê-la significava conduzir o país nos trilhos da modernidade, em analogia com países europeus e América do Norte. Esse aspecto assinalava que a realidade

vivenciada no país, com a criação do Departamento Nacional da Criança, não compreenda uma particularidade brasileira, antes era parte das questões sociais de políticas públicas, um amplo movimento em curso, “mobilizavam para melhorar e regular as condições sociais” de assistência internacional à infância e às mães (BIRN, 2007, p.683). Vale ressaltar que o flagelo da mortalidade infantil vinha impulsionando um movimento que percorreu diversos países, com experiências na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos, promovendo a organização e remodelação dos seus serviços de assistência infantil (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.3).

A assistência à criança foi destinada a se constituir o dever de garantir a vida em suas diferentes facetas, como educacional, médica, estética e moral (COSTA, 1942, p.8). Sob essa lógica, ocorreram movimentos internacionais em favor da proteção da criança. Entre os países envolvidos estava a França, onde foi criado, em 1833, a inspeção obrigatória da escola médica, e em 1842 o primeiro dispensário público foi inaugurado em Havre, destinado exclusivamente para crianças. A preocupação com o valor da vida social da criança foi para além da assistência encampou assuntos relacionados aos aspectos educacionais da pré-escolar e da educação física, que tiveram na Alemanha os primeiros precursores desde meados do século XIX. A Suécia, Bélgica, Dinamarca, Áustria, e outros países europeus também estiveram destinando atenção à causa da infância. Em 1902, a Inglaterra aprimorou seus métodos de ação, forçados através da guerra dos *Boers*; em que a maioria dos recrutas acabava sendo impedido de participar do exército por questões de incapacidade física.

Nesse contexto a criança emergiu como possível solução e foi conferida a ela o valor social. Sobre a criança foi projetado o sonho de alcance de uma sociedade sadia, e ela passou a representar o futuro. A solução encontrada, na ocasião, teve como ponto de partida assistir a infância a partir da educação higiênica. O Brasil estava encorajado a buscar meios que o pusessem em posição de similaridade com os patamares de civilidade. Assim, por meio da ciência, eram urdidas formas de instituir novo modelo de organização familiar e social no fabrico da brasilidade.

Os médicos brasileiros envolvidos com a questão da proteção à maternidade e à infância, utilizaram-se da racionalidade e da ciência, para implementarem ações de forma mais organizada e sistemática a partir da primeira década do século XX, acompanhando a tendência do movimento pan-americano de debate e de problematização médico-social da questão. Logo, para Martins (2010, p.112) ganha destaque o desempenho de “médicos como o obstetra Fernando Magalhães, os pediatras Arthur Moncorvo Filho e Fernandes Figueira, o obstetra argentino Eliseo Canton e os uruguaios Luís Morquio (pediatra) e Augusto Turenne (obstetra)”.

Esses figuravam na constelação daqueles cujos discursos médicos eram os mais conhecidos e representativos da época, propugnando a ação política e interventora, organizada através do Estado e dirigida à maternidade e à infância. Esses profissionais ilustres e ligados à questão da proteção à infância e à maternidade compreendiam a necessidade da atuação do poder do Estado. Também solicitavam o envolvimento do Estado por meio de instâncias promotoras de serviços públicos de assistência materno-infantil, acompanhada da produção de leis relacionais, afetas à matéria em questão, semelhante ao que estava em curso na Europa e nos Estados Unidos.

Na condição de Diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, Olímpio Olinto de Oliveira, empreendeu viagem à Europa, em 1937, além de ter participado no Congresso de Roma como representante brasileiro, efetuou uma série de estudos sobre a organização da assistência materna e à infância, no desejo de poder avaliar e apreender o que vinha sendo desenvolvido acerca dessa questão no continente. Visitou grande número de estabelecimentos públicos e particulares em países europeus, como Inglaterra, França, Bélgica, Áustria, Itália e a Liga das Nações na Suíça⁸¹ procurando conhecer o funcionamento e os resultados obtidos nesses países, como possíveis modificações daquelas experiências poderiam contribuir na proteção à infância. O resultado da viagem foi transformado num relatório remetido ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema e ao Presidente da República, Getúlio Vargas (OLIVEIRA, 1938, p.1).

As apreciações elaboradas em torno da viagem de 1937 à Europa, levaram Olímpio Olinto de Oliveira, quando era Diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, a entender que a questão da proteção da infância e a assistência às mães eram “cada vez mais por toda parte objeto da preocupação dos Governos⁸²” europeus, e estes fatos o mobilizavam a insistir em uma nova correspondência dirigida ao Presidente da República Getúlio Vargas, em 1938. Na correspondência, Olinto de Oliveira, salientava que apesar da manifestação de apoio do Presidente Getúlio Vargas, os serviços na Capital Federal da República permaneciam precários e se arrastando, “não tendo conseguido até hoje instalar si quer uma instituição modelo que possa ser mostrada como padrão” (OLIVEIRA, 1938, p.1). Além disso,

⁸¹ Muito embora, houvesse a menção a visita a cerca de sete países europeus, como se tratava de um relatório, este era uma versão resumida, e por conseguinte, não continha muitos detalhes acerca da viagem. Relatório da viagem à Europa de Olímpio Olinto de Oliveira - Diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, 1937, Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV

⁸² Correspondência de Olímpio Olinto de Oliveira - Diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, dirigida ao Presidente Getúlio Vargas em 27 de janeiro de 1938. Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

considerava insuficiente o número de instituições, quanto ao número, em relação à cifra da população.

As realizações internacionais em torno da questão da infância eram acompanhadas como forma de se obter parâmetros na elaboração das políticas públicas e na construção de instituições dirigidas ao público materno-infância. Dessa forma, o jornal católico *A Ordem*, promovido na França a assistência à criança ocorria antes do seu nascimento com os serviços de higiene pré-natal, com creches e pupileiras eram concedidos estímulos à natalidade e a amamentação com prêmios e abonos concedidos as famílias numerosas. Na Itália a proteção à infância contava com dois mil Institutos públicos de educação para órfãos e abandonados e de vinte seis mil postos de recolhimento. *A Opera Nazionale Maternità e Infanzia foi criada em 1928 e atuava regulamentando o amparo da infância (A Ordem, janeiro a junho de 1940, v. XXIII, p.536).*

Olinto de Oliveira observara, em sua viagem à Europa, em 1937, que a Itália vinha desenvolvendo assistência à infância por meio do esforço da *Opera Nazionale per la Protezione della Maternità e dell'Infanzia*. Este atuava com intensa propaganda e estudos na difusão de uma educação de base higiênica, capaz de penetrar na consciência do povo italiano e influenciar a organização da obra em todas as províncias. Ao mesmo tempo, nas repartições centrais desse país, tratava-se de preparar o pessoal especializado necessário, sobretudo em matéria de puericultura (OLIVEIRA, 1940, p.3).

A Bélgica estava adiantada em matéria de proteção à criança, tendo regulamentado legislação própria desde 1912, a Lei de Proteção à Criança. Possuía um considerável número de instituições voltadas a proteção da criança, entre as quais ganhava destaque a Rayssele, uma escola profissional agrícola, a Casa Maternal em Uncle, a Escola de *Saint Servois*, a Bom Pastor, Pupileiras e Patronatos. A proteção da infância na Bélgica envolvia a primeira idade, a higiene social e questões ligadas à infância como o abandono e a criação de tribunais de menores. Em Portugal, através do Decreto de 10 de maio de 1911 foram criadas as seguintes instituições: a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. A Tutoria da Infância era um tribunal coletivo especial, essencialmente de equidade e se destina a guardar, defender e proteger a infância abandonada (*A Ordem, janeiro a junho de 1940, v. XXIII, p.536*).

Da França vinha a ideia de construir um corpo tecnicamente orientado de médicos pediatras e puericultores desenvolvendo com as enfermeiras visitadoras atividades educativas de orientação e mudança de hábitos, com postos de controle de vigilância médico-social da infância à guisa de Postos de Puericultura. Nos Estados Unidos da América na campanha de

amparo à criança foi desenvolvida através dos Postos de Puericultura como forma de mitigar a mortalidade infantil (*Boletim da LBA*, outubro-dezembro de 1949, ano II, n.8, p.4).

Olímpio Olinto de Oliveira conheceu de perto, nos países visitados, a organização, o aparelhamento e a maneira de funcionar de diversas unidades destinadas à execução dos serviços, em suas finalidades especiais. Intencionava concentrar a atenção nas ideias que serviam de diretrizes ao funcionamento das instituições visitadas, na organização geral, no plano de conjunto, e, sobretudo, no papel dos governos centrais e locais na orientação e na sistematização dos serviços. Grande parte das observações e do conhecimento adquiridos nessa viagem serviram como sementeira e fundamentação de projetos mais robustos, permitindo a elaboração, *à posteriori*, de um arrojado plano de proteção à infância, à maternidade e aos adolescentes, ou seja, o projeto que deu origem, em 1940, ao Departamento Nacional da Criança (OLIVEIRA, 1940, p.4).

Em documento nomeado de “Sugestão e plano”, produzido por Joaquim Martagão Gesteira, diretor do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, e enviado ao Presidente Getúlio Vargas e ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1939, salientava que o projeto de criação do Departamento Nacional da Criança proposto por Olímpio Olinto de Oliveira se constituía em ideia digna de apoio do governo e de todos os interessados na sorte da criança brasileira. Para Joaquim Martagão Gesteira o governo deveria acompanhar as tendências internacionais dos órgãos oficiais de assistência e amparo da infância de matiz Europeias, como o *Office de la Protection de la Maternité et de l'Enfance* na França, de *L'Œuvre Nationale de l'Enfance* na Bélgica, da *Opera Nazionale Maternità e Infanzia* na Itália, da *Reichsanstalt zur Bekämpfung der Säuglings und Kleinkinder - sterblichkeit* na Alemanha e do *Children's Bureau* nos Estados Unidos da América. Assim, o Departamento Nacional da Criança deveria, à semelhança dos países europeus e dos Estados Unidos da América, centralizar as atividades destinadas a assistência à maternidade e à infância no país. Segundo a sugestão de Joaquim Martagão Gesteira o Departamento Nacional da Criança associaria a orientação e a fiscalização das obras, padronizando as realizações e coordenando os esforços, de modo a assegurar a boa orientação, a útil aplicação de verbas e a eficiência das instituições privadas e públicas destinadas à infância. Além disso, a instituição atuaria no controle e na superintendência da Campanha de Defesa à Criança em todo o território nacional⁸³.

⁸³ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22 CPDOC-FGV.

A influência norte-americana, em especial àquelas emitidas por Washington, D.C., por meio do *Children's Bureau*, desde 1918, vinha gradualmente adquirindo tónus na elaboração de projetos e políticas destinadas a infância. A divulgação das propostas de cuidado à infância emitidas por meio dos EUA circulou no Brasil através da imprensa escrita, eram ideias relacionadas ao ensino da higiene e da puericultura. Exemplo dessas informações foi noticiado pelo semanário ilustrado *A Rua* (05/07/1918, n.182, p.4), sobre a questão da mortalidade infantil naquele país, que segundo estudos do *Children's Bureau*, tinha como uma das causas as baixas condições de higiene favorecendo a mortalidade por meio de infecções intestinais e respiratórias. Nessa direção, a diretora do Departamento Americano da Criança, Miss Julia C. Lathrop, considerava que ao se melhorar as condições de distribuição de água potável e distribuição do sistema de saneamento de esgoto implicando na adoção de hábitos saudáveis de higiene pessoal e da casa contribuíram significativamente na diminuição da mortalidade infantil.

A maneira como os Estados Unidos da América cuidava higienicamente da criança foi observada por Carlos Chagas, que trouxe um impresso sobre as atividades do *Children's Bureau*. Ademais, o impresso deixava transparecer a atenção à proteção à infância desde a sua fundação em 1912. Moncorvo Filho, buscava instituir maneiras de assistência privada nos moldes da instituição norte-americana, envolvido na sua cruzada nacional em prol da infância, fiou-se em medidas de caráter higienistas, com vistas a aprimorar e fortalecer a raça, que deveriam ser adotadas no viés civilizatório, similar às instituições estrangeiras, notoriamente o *Children's Bureau*, instituição oficial (MONCORVO FILHO, 1925, p.6).

Em outro artigo publicado na coluna Assuntos Científicos, com o título “As vantagens do ensino da higiene doméstica e da puericultura nas escolas”, salientava que através do *Children's Bureau* nos Estados Unidos da América o ensino de puericultura nas escolas havia se tornado elemento obrigatório. A proposta era fazer com que os discentes levassem o conhecimento apreendido para dentro de seus lares, especialmente os imigrantes, que

em geral eram ignorantes pelo descaso em que viviam no país de origem. De fato, é sabido que os hábitos bons ou maus se adquirem na mocidade antes da puberdade. Não há, portanto, melhor ocasião para ensinar estas noções do que na escola, onde passa ou deveria passar toda população infantil. Educar não é somente instruir, é fazer também adquirir bons hábitos de higiene, e a higiene está ligada intimamente à educação (*Jornal do Commercio* – RJ, 18/09/1919, ano XCIII, n. 259, p.5).

As orientações promovidas através do *Children's Bureau* nas escolas norte americanas começavam no jardim da infância, com as primeiras noções de higiene individual e limpeza, tornando-se pouco a pouco mais complexas, indo desde o cuidado com os alimentos, sua maneira de prepara-los, até com cuidados pessoais, como a limpeza dos dentes, exercícios, vida

ao ar livre, formas de evitar moléstias chegando a higiene social e às noções de puericultura. Caso modelar das influências do *Children's Bureau*, desde 1919, exercida sobre as formas de assistência à infância desenvolvidas no Brasil, estava na difusão de conselhos de puericultura utilizados por Moncorvo Filho, no Departamento da Criança (*Jornal do Commercio* - RJ, 20/07/1929, ano CII, n.172, p.4).

Importa considerar que o Departamento da Criança de Moncorvo Filho era uma instituição privada, ao passo que o *Children's Bureau* era de natureza pública. O que indica que havia diferenças a serem consideradas. Moncorvo Filho ressaltou, por diversas vezes, nas publicações internas do IPAI, o *Archivos de Assistência a Infância*, que o Departamento da Criança criado no país, por ele, havia sido erigido seguindo o exemplo de funcionamento do órgão norte americano, o *Children's Bureau* (*Archivos de Assistencia a Infancia: Órgão Official do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia* -RJ, 1925, janeiro-junho, n.1, p.22).

Moncorvo Filho enaltecia a preocupação da instituição norte americana com as questões da puericultura propondo, através de comissões que viajavam pelo mundo, receituários e medidas higiênicos a serem adotados nos países por onde passassem. Além de visitar países latinos, o *Children's Bureau*, havia visitado países europeus, como a França, sugerindo medidas de proteção e ensinando a importância da adoção da higiene no cuidado com a infância e com a mãe (MONCORVO FILHO, 1926, p.330).

Para Katharine F. Lenroot, a influência da forma de assistência infantil podia ser percebida em Moncorvo Filho, “que tem sempre demonstrado pelo trabalho do U.S. *Children's Bureau* e abriu em 1919 o Departamento da Criança do Brasil para o estudo e a organização do trabalho de assistência infantil em todo o país” (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.3).

Anos mais tarde, em 1939, Moncorvo Filho, procurou dar destaque a visita da Miss Julia C. Lathrop às instalações do Departamento da Criança no Brasil e as impressões deixada por esta no livro de visitantes da instituição: “É inspiradora e instrutiva a visita à esta notável instituição- inspiradora por ver este tão grande exemplo de animação espiritual pública, humana aplicação da mais moderna ciência médica e especialmente instrutiva para apreender” (*Archivos de Assistencia a Infancia: Órgão Official do Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia* - RJ, 1939, julho-dezembro, n.2, p.7).

Segundo Costa (1942, p.9) a criação do "Children's Bureau", em 1912, teve como motivação inicial a preocupação com os altos índices de mortalidade infantil nos Estados Unidos da América. As ações engendradas, ganharam musculatura em extensão e profundidade, tinham por intenção a proteção da infância e se constituíram inicialmente numa nova tomada de posição mundial em face do assunto. A defesa da criança ganhava corpo e complexidade,

considerando o valor que a infância adquiriu socialmente, uma engrenagem que congregava um corpo de técnicos atuou com o fim exclusivo de promover a proteção, a educação higiênica como forma de assegurar a vida das crianças. Em várias partes do mundo houve atenção intensa às maneiras de amparo da maternidade e da infância.

O poder de persuasão norte americano veio a ser experimentado em outros setores no Brasil relacionados com a infância, como o Serviço de Assistência ao Menor⁸⁴ (SAM), dirigido por Meton de Alencar Neto⁸⁵. Nesse caso, com o processo de aparelhamento do Estado e com vistas a oferecer maior racionalidade técnica às instituições que aqui funcionavam, o Departamento Administrativo do Serviço Público⁸⁶ (DASP), no Brasil, enviou a professora Gloria Fernandina Quintela para se informar melhor sobre “assistência e reeducação de menores nos Estados Unidos da América”, sob orientação e supervisão do *United States Childrens's Bureau, Inter American Cooperation Unit, Department of Labor* (Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, 1945, v. V, n.2, dezembro, p.128).

As redes de sociabilidade construídas por Olímpio Olinto de Oliveira em sua passagem no Departamento Nacional da Criança mantinham certa similaridade com aquelas idealizadas por Moncorvo Filho no Departamento da Criança. Todavia, é preciso asseverar que o Departamento Nacional da Criança era um órgão oficial do governo, aspecto que o distinguia

⁸⁴ O Serviço de Assistência a Menores (SAM) surge em substituição ao Instituto Sete de Setembro, através do Decreto-Lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019. O Serviço de Assistência a Menores, foi subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e incorporou o Instituto Profissional Quinze de Novembro, a Escola João Luís Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Brás. O Serviço de Assistência a Menores estava incumbido da organização e da orientação sistematizada da assistência a menores internados, atuando junto aos estabelecimentos oficiais e privados. Era órgão responsável no Estado Novo a “velar pela unidade e uniformidade de ação na prestação de proteção a menores, continuando a cargo do Juízo de Menores a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internatos” (BULCÃO, 2006, p.142). Informações mais aprofundadas podem ser encontradas em: BULCÃO, Irene. *Investigando as políticas de assistência e proteção à infância: psicologia e ações do Estado*. 2006 -Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2006.

⁸⁵ Meton Alencar Neto foi diretor do Laboratório de Biologia Infantil (1938), no setor do Juízo de Menores responsável pela avaliação da criança, atuou como diretor do Serviço de Assistência a Menores (SAM) em 1941. Maiores detalhes conferir em RIZZINI, Irma. Saberes psicológicos nas práticas jurídico-assistenciais dirigidas ao menor (1923-1941). *Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia*. *Mnemosine* V.3, n.1, p.136-155, 2007

⁸⁶ O DASP, órgão criado em 1938, na vigência do Estado Novo, de Getúlio Vargas, surgia com a missão de racionalizar as atividades do serviço público, ao mesmo tempo possibilitar acompanhava as medidas de aparelhamento do Estado. Dessa forma, o DASP atuou centralizando, sob o viés burocrático, o funcionalismo que estava a serviço do Estado. Afora isso, o Departamento Administrativo do Serviço Público foi peça fundamental em processos de planejamento, “organizando os orçamentos, classificando cargos do funcionalismo, introduzindo novos métodos e novas técnicas para os serviços burocráticos entre outros (RABELO, 2011, p.134). Maiores detalhes podem ser conferidos em: RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, V. 3, n. 6, dezembro, 2011.

do Departamento da Criança de Moncorvo Filho, instituição privada. A natureza, a origem e a estrutura do Departamento Nacional da Criança, de Olinto de Oliveira, eram próximos em seu funcionamento ao *Children's Bureau*, que era órgão técnico federal, com função determinada através do Congresso dos Estados Unidos na promoção da educação higiênica sem deixar de orientar as mães como criar seus filhos.

Quadro 3 - Semelhanças de funções entre o Children's Bureau e o Departamento Nacional da Criança

<i>Children's Bureau</i>	Departamento Nacional da Criança
<i>Organizar</i>	<i>Organizar</i> em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
<i>Informar e administrar,</i>	<i>Realizar</i> inquéritos e estudos; divulgar todas as modalidades de conhecimentos destinados a orientar a opinião pública e os convenientes ensinamentos desses assuntos;
<i>Auxiliando, Planejando e orientando</i> os serviços de assistência à infância e a adolescência, articulando-se com os diversos, serviços estaduais, municipais e distritais de amparo social, quer públicos ou privados, por meio de suas agências, localizadas em todo o país, havendo, pois, <i>centralização dos serviços</i>	<i>Estimular</i> e orientar a organização de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares; <i>Promover</i> a cooperação da União com os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, mediante a concessão do auxílio federal; <i>Promover</i> a cooperação da União com as instituições de caráter privado, mediante a concessão da subvenção federal destinada à manutenção e ao desenvolvimento dos seus serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; <i>Fiscalizar</i> , em todo o país, a realização das atividades que tenham por objetivo a proteção à maternidade, à infância e à adolescência

Fonte: Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, 1945, v. V, n.2, dezembro, p.134

Fonte: BRASIL, 17/02/1940, s.p.,

A prescrição das funções do *Children's Bureau* indicia, que apesar do modelo europeu de assistência à infância coexistir com o modelo norte americano, parece ter havido a predominância do modelo estadunidense sobre as políticas destinadas à infância encetadas no Brasil de 1940. As atribuições legais relativas as funções do Departamento Nacional da Criança convergiam na forma da organização institucional da assistência promovida. Os sujeitos alvo das atividades do Departamento era a infância, a adolescência e as mães. Enquanto, que o *Children's Bureau* tinha sua atenção voltada à infância e a adolescência. O Departamento Nacional da Criança mantinha uma divisão de pesquisas como uma de suas repartições aspecto coexistente no *Children's Bureau* (Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, 1945, v. V, n.2, dezembro, p.134).

O *Children's Bureau* mantinha diversas atividades, entre elas a

Divisão de pesquisas sobre o desenvolvimento da criança: faz estudos sobre o crescimento e a saúde da criança, desde o período pré-natal, até o fim da adolescência e investiga também sobre a saúde materna e infantil, incidência de moléstias e mortalidade. Realiza pesquisas em cooperação com centros científicos. Prepara e distribui boletins, com o fim de orientar os pais (Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, 1945, v. V, n.2, dezembro, p.135).

Atribuição semelhante era conferida ao Departamento Nacional da Criança por força da legislação, assinalava que entre suas atribuições estava o desenvolvimento de pesquisas científicas acerca da higiene e da medicina da criança tanto quanto os recursos permitissem. Deveria organizar institutos nas diferentes partes da federação voltados à realização das pesquisas (BRASIL, 17/02/1940, s.p.).

O *Children's Bureau* mantinha uma divisão editorial com a intenção de dar publicidade aos materiais expedidos em seu interior sobre diversos assuntos especializados destinado à orientação dos pais e demais interessados da sociedade norte americana, mantendo pra tanto um boletim, o *Child Welfare Monitoring Technical Bulletins* (Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, 1945, v. V, n.2, dezembro, p.135).

Em contrapartida, o Departamento Nacional da Criança publicava o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* como maneira de tornar público as pesquisas, os inquéritos, os levantamentos além de orientar acerca dos princípios de puericultura. A publicação desse *Boletim* do Departamento era destinada a um público diverso como médicos, professores, clérigos, mães e demais interessados. As funções do Departamento Nacional da Criança mantinham proximidade com aquelas propostas para o *Children's Bureau*. A comparação entre as atribuições do Departamento Americano da Criança e o Departamento Nacional da Criança deixa entrever que as funções parecem quase plasmadas. Por ocasião de visita da comitiva norte americana, do *Children's Bureau* ao Brasil, Olímpio Olinto de Oliveira enunciara que aquela

repartição era equivalente ao nosso Departamento Nacional da Criança [...] já há alguns anos mantemos relações e intercambio com o Children's Bureau dos EEUU. De lá nos vieram por diversas vezes emissários dessa notável instituição que se destinavam a conhecer de perto a nossa organização e a observar o nosso trabalho, ao mesmo tempo que colocavam à nossa disposição a sua colaboração. Um exemplo está nestas publicações, um trabalho sobre higiene pré-natal, outro sobre puericultura e um terceiro sobre cuidados ao pre-escolar (*Diário de Notícias-RJ*, 17/06/1943, p.1).

A relação mantida entre o Departamento Nacional da Criança e o *Children's Bureau*, conforme as fontes apontam, indiciavam um estreito diálogo que vinha sendo alimentado entre a liderança brasileira e a norte-americana, em correspondência recebida através do órgão brasileiro, enviada pela senhora Anna Kalet Smith, Associada em Investigações Estrangeiras, do *Children's Bureau*, ao diretor do DNCR e publicada no *Boletim* em 1941, em que dizia:

Acabo de ler o Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança de junho de 1940, número I e achei-o muito interessante. Contendo o Boletim informações que não podem ser obtidas em outra parte e estando eu grandemente interessada no progresso dos trabalhos do D.N.Cr., ficaria muito agradecida se V.S. pudesse enviar-

me os futuros números à medida que forem aparecendo e bem assim qualquer outra Literatura sobre trabalhos do Departamento. Nossa publicação, *The Child*, está sendo regularmente enviada para seu endereço e esperamos que chegue às suas mãos. Com os melhores desejos de contínuos sucessos em seu trabalho, sou sinceramente, Anna Kalet Smith – Associada em investigações estrangeiras. – *Children's Bureau* (BTDNcr, 1941, Ano II, n.5,6 e 7, p.6).

Katharine F. Lenroot teceu uma série de comentários em entrevista ao Jornal *À Noite*, versando acerca dos problemas brasileiros relacionados com infância e as suas instituições de assistência. Não deixou de explicitar que seu diálogo acerca da infância com Olímpio Olinto de Oliveira não era evento novo. Assim, afirma:

O Departamento em que trabalho nos Estados Unidos sempre manteve, e continua mantendo, estreito contato com o professor Olinto de Oliveira e, igualmente, com o Departamento Nacional da Criança. Estamos, assim, em completo nível de conhecimento, com a extraordinária evolução do programa carinhosamente dedicado pelo governo brasileiro aos problemas do mundo infantil deste grande país. Estive aqui há dezenove anos passado e basta uma ligeira análise para sentir a magnífica realidade desse programa e o seu invulgar desenvolvimento no Brasil, onde, como sempre e em todo mundo, a infância é tudo e tudo deve merecer. É com satisfação que assinalo a atuação do Departamento Nacional da Criança, cujos trabalhos correspondem amplamente aos objetivos previstos pela campanha que devemos manter com entusiasmo e continuamente em defesa da sua saúde e do bem-estar das gerações novas que surgem agora para constituírem as populações futuras de um mundo novo e baseado, principalmente, na sadia capacidade física e moral da sua gente [...] (*A Noite*, 09/06/1943, p.2, grifos do autor).

A própria Miss Katharine F. Lenroot deixava transparecer a interlocução estabelecida entre Washington, DC, e o Brasil assinalando que o contato estabelecido não era novo, mas conservava consistência, era estreito, especialmente com a pessoa do diretor do Departamento Nacional da Criança, Olímpio Olinto de Oliveira.

A preocupação com a aproximação e o fortalecimento dos laços entre a nação Norte-Americana se adensava a ponto do Governo Americano por meio do *Children's Bureau*, ter criado a Divisão de Cooperação Interamericana, que estava sob a liderança da Mrs. Elizabeth S. Enochs (*O Observador Economico e Financeiro*- RJ, 1944, n.102, julho, p.72). As atividades adotadas através do Departamento Nacional da Criança buscavam tomar como medida àquelas propostas no *Children's Bureau*, como as Campanhas de Alimentação como forma de vencer os problemas da nutrição infantil que, por sua vez, abrangem cuidados médicos, científicos e educativos. Estas ações implicaram na preparação pessoal técnico para cuidar dos diferentes problemas da infância possibilitando o conhecimento de causa, formando corpos especializados de médicos, visitadoras enfermeiras, etc. Afora isso, foram implementadas a assistência social e médica à infância e a mãe balizadas nos princípios da puericultura.

Miss Katharine F. Lenroot considerava que a visita ao Brasil havia sido proveitosa, por ter sido possível observar a expansão quanto a atenção do governo brasileiro à questão da

infância. Em 1945, a senhorita Rosa Alvenaz, assistente social do *Children's Bureau*, de Washington, mostrou familiaridade com o problema das populações infantis do Brasil destacando a “Campanha de Redenção da Criança” que vinha despertando o interesse dos técnicos norte-americanos. Considerava que a Campanha que estava em curso no Brasil chancelava o grande movimento, de amplitude nacional, em curso no país em prol da infância (*Correio da Manhã*, 02/10/1945, ano XLV, n.15.619, p.13).

Algumas posturas e medidas do Departamento da Criança e do Departamento Nacional da Criança foram muito similares. Poucos anos depois de fundado, o DNCR já dava amplas evidências da influência norte-americana em sua caminhada salvacionista da infância, apesar da existência de distintos modelos europeus. Dessa forma, o *Jornal A Noite*, paralelamente ao DNCR, noticiou a visita da educadora e assistente social, a senhora Katharine F. Lenroot, do *Children's Bureau*, ao órgão responsável pelo desenvolvimento dos cuidados à infância no Brasil, o Departamento Nacional da Criança. Em sua matéria longa alardeava que a norte-americana

Encontra-se nesta capital, procedente de Buenos Aires e de regresso aos Estados unidos, uma importante figura do mundo feminino norte-americano, a Sra. Katharine Lenroot, diretora do *Children's Bureau*, de Washington, que vem tomar parte na assembleia do Conselho do Instituto Internacional Pan-americano de Proteção à Infância realizada em Montevideu. Sua passagem pelo Rio será rápida. Pois a ilustre dama vem concluir um longo cruzeiro através de alguns dos mais importantes países da América Latina, onde observou várias organizações ligadas ao problema da educação e assistência infantil e antes de chegar aos Estados unidos visitará ainda a Bolívia (*A Noite*, 09/06/1943, p.2).

A senhora Katharine F. Lenroot referiu que a sua vinda à América Latina foi motivada através da reunião do Conselho do Instituto Internacional Pan-americano de Proteção à Infância, celebrada em Montevideu (1942). Katharine F. Lenroot foi chefe do 3º Departamento das Crianças, juntou-se ao *Children's Bureau*, em 1915, e assumiu a responsabilidade da execução das disposições relativas ao trabalho infantil, segundo a Lei Federal de trabalho justos (FLSA) de 1938. Ela esteve envolvida no Planejamento de ambas as Conferencias da Casa Branca sobre Crianças de 1940 e 1950. Katharine F. Lenroot tinha um grande interesse no bem-estar da criança. Em 1924, ela compareceu no Quarto Congresso Pan Americano de Criança no Chile. Fluente em espanhol, ela foi a Presidente da delegação Americana (USA) no Quinto, Sexto e Sétimo Congresso Pan Americano da Criança, e foi a presidente do Oitavo Congresso Pan Americano da Criança. Em 1946, ela ajudou a criar a UNICEF. A senhora Katharine F. Lenroot atuou e serviu como representante dos EUA na diretoria executiva da UNICEF de 1947 a 1951, e teve um papel significativo em estabelecer a direção da nova organização (UNITED STATES OF AMERICAN, 2012, p.34). Olímpio Olinto de Oliveira, desde o Governo

Provisório, vinha trabalhando firmemente em função da ideia de poder desempenhar as atividades em prol da criança de maneira autônoma, sem a intervenção da diretoria da Saúde Pública, mantendo semelhança com a forma administrativa do *Children's Bureau*.

Guy (1998, p.274) assinala que o *Children's Bureau*, criado em 1912, foi ativo nos Congressos Americanos da Criança, influenciando a formação e produção de legislações voltadas à proteção e ao bem-estar da infância, como também das famílias. Esses Congressos favoreceram a primeira fase da Campanha Pan Americana dos Direitos da Criança. Parece ter havido consenso entre os Congressos Americanos da Criança quanto ao papel da mulher. Estes espaços pressupunham que as mães deveriam assumir a primazia quanto à responsabilidade da criação dos filhos, bem como da sua educação. Era esperado que o Estado tomasse a dianteira nessas Campanhas, promovendo uma espécie de combinação de reeducação, ajuda direta e assistência médica subsidiada. Desde os seus primórdios, o Congresso Americano da Criança, abastecia de esperança e entusiasmo os congressistas em favor da infância, além de nutrir preocupação quanto à insegurança vivenciada por estes seres, havendo a necessidade de se educar as crianças, posto que essas eram consideradas o futuro das nações.

As influências norte-americanas exercidas por meio do *Children's Bureau* sobre as políticas de cuidado à infância na América Latina se tornaram mais notórias a partir de 1935, a exemplo do governo argentino que criou o Bureau da Maternidade e Infância e da promulgação de “Códigos das Crianças”, em 1938 e 1939, no Equador e na Venezuela, respectivamente. Além disso, houve um esforço verificado em vários países latinos no estabelecimento de escolas de serviço social, como no Brasil, procurando ampliar a autoridade governamental na intervenção e regulação de instituições destinadas ao amparo da maternidade e da proteção à infância. Assim, a América Latina procurava acirrar o envolvimento e a presença do Estado nas políticas de bem-estar infantil, implicando em medidas intervencionistas (GUY,1998, p.285).

Os Códigos da Criança passaram a vigorar na Constituição Nacional de diversos países latino-americanos, como no Peru, Cuba, Honduras, Uruguai, El Salvador, Nicarágua, Uruguai, Brasil e Bolívia, entre o período de 1933 a 1937. As Constituições Nacionais desses países passaram a prescrever os deveres do Estado para com as crianças, tendo em vista seu bem-estar conforme a recomendação do Sétimo Congresso Americano da Criança, em 1935, realizado na Cidade do México. Em paralelo as discussões e as resoluções resultantes dos congressos eram acompanhadas com atenção através do Instituto Internacional Americano de Proteção à Criança, com sede em Montevideú, que apesar de contar com poucos recursos, servia de centro de informações, planos e estudos (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.3).

O trabalho de assistência infantil nas Américas recebeu a cooperação, tanto por meio dos conselhos como por atuação prática da União Pan-Americana, que servia como órgão executivo das Conferências Internacionais Americanas, assim como de muitas conferências especializadas com a execução constante de trabalhos em variados campos. Algumas instituições de relevo internacional contribuíram no desenvolvimento de pesquisas, na promoção de sugestões a serem adotadas no campo de políticas públicas e no enfrentamento dos problemas relacionados à infância. Entre essas instituições, estava o Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, com sede no Uruguai, a Repartição Sanitária Pan-Americana, organizada em 1902, com sede no Palácio da União Pan-Americana, criado em 1890, e as Conferências Sanitárias Pan-Americana, que serviam de impulso ao desenvolvimento do trabalho de saúde pública na América Latina, tendo contribuído também as Conferências da Cruz Vermelha. Foi realizado em diversos países conferências nacionais de Assistência Infantil, de iniciativa dos governos de países como Costa Rica, em 1931, na Argentina em 1932 e 1933, no Brasil em 1933, buscando examinar questões de higiene infantil e higiene escolar (LENROOT, 1940, p.258).

O estudo promovido por Katharine F. Lenroot, diretora do *U.S Children's Bureau*, publicado no *The Child: Monthly News Summary* apontou o movimento de assistência, saúde e o desenvolvimento do bem-estar da criança na América Latina. De acordo com o artigo, a celebração dos Congressos Pan-Americanos da Criança influenciaram os países latinos a mudarem a forma de perceber a criança, que resultaram na elaboração de legislações adequadas e políticas públicas, que possibilitassem a construção de instituições públicas e privadas voltadas à assistência, saúde e educação das crianças no enfrentamento de um mal comum, a mortalidade infantil. Assim, os avanços experimentos na proteção e na assistência infantil nos países latino-americanos ocorreram em fins do segundo decênio do Século XX, como parte do impulso dado através da realização dos Congressos Pan-Americanos da Criança (LENROOT, 1940, p.257).

A realização do Primeiro Congresso Pan-Americano da Criança⁸⁷ foi na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em 1916. O Segundo Congresso Pan-Americano da Criança ocorreu em Montevideú, no Uruguai, em 1919. O Terceiro Congresso Pan-Americano da Criança foi celebrado no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1922, ocasião em que também ocorreu

⁸⁷ Houve mudança de nomenclatura depois da realização da terceira edição dos Congressos Americanos da Criança (*Congresos Americanos del Niño*), que em 1924, em Santiago do Chile, por ocasião da quarta edição recebeu a denominação de Congresso Pan-Americano da Criança (*Congresos Panamericanos del Niño*) (CORDEIRO, 2015, p.18).

o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. O Quarto Congresso foi sediado na cidade de Santiago, no Chile, em 1924. O Quinto foi sediado na cidade de Havana, em Cuba, em 1927. O Sexto Congresso Pan-Americano da Criança ocorreu em Lima, no Peru, em 1930. O Sétimo aconteceu na cidade na Cidade do México, no México, em 1935. O Oitavo Congresso Pan-Americano da Criança foi realizado em San José, Costa Rica, em 1940 (LENROOT, 1940, p.257).

As conferências promovidas nos Congressos Pan-Americanos da Criança abrangiam variada gama de assuntos, além de temas como assistência médica infantil, higiene infantil, educação, legislação e bem-estar social. As resoluções aprovadas nos Congressos serviam de bussola de orientação e aprendizado de práticas dirigidas às crianças e aos jovens. Nos anos pós Primeira Guerra Mundial houve uma mobilização das forças sociais percebida na realização dos Congressos com formulações de declarações de maior transcendência do que em outros períodos dos direitos da criança, como a Declaração de Genebra, aprovada em 1923 pela Assembleia da Liga das Nações. Foi adotado um Código Pan-Americano dos Direitos da Criança, pelo Primeiro Congresso Internacional de Economia Social, realizado em Buenos Aires, em 1924, e por meio do Terceiro Congresso Científico Pan-Americano reunido em Lima, no Peru, em 1924 (LENROOT, 1940, p.257).

O *Jornal do Commercio* traduziu um estudo de autoria de Katharine F. Lenroot, diretora do *U.S Children's Bureau*, originalmente publicado no *Bulletin of the Pan American Union*, oferecendo um panorama sobre o desenvolvimento da assistência à infância, acerca do trabalho nos países latino-americanos, como o Chile, México, Argentina, Uruguai, Peru e Equador. No Chile, em 1924, ocorreu o Quarto Congresso Americano da Criança evidenciando o desenvolvimento do trabalho de saúde e bem-estar da criança através da seção de assistência Maternal e Infantil e as atividades particulares por meio do Conselho de Defesa da Criança e o Patronato da Infância (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

No México, em 1921, foi celebrada a Primeira Conferência Mexicana da Criança, e em 1922 o Departamento Federal de Saúde organizou a primeira “Semana da Criança”, além de ter estabelecido centros de assistência infantil em alguns lugares do país. Em 1937, o Serviço Federal de Assistência Infantil foi transferido para o recém-fundado Departamento de Assistência Social Infantil, que fez parte da Secretaria de Assistência Pública atuando na organização e desenvolvimento do governo federal de serviços de previsão maternal e proteção à infância até a idade de seis anos, na superintendência da educação pré-escolar e trabalho de proteção maternal e infantil realizado nos Estados, municipalidades, indivíduos e organizações

particulares, e o estabelecimento de centros para educação pré-escolar (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

O Departamento de Assistência Social Infantil do México estava dividido em quatro seções: a Seção de Cooperação Particular e Trabalho Social encarregada de efetuar estudos especiais de problemas locais e gerais, organizar serviços novos, inspecionar as instituições e outras agências, e investigar determinados casos. A segunda Seção de Serviços médicos no Distrito Federal incumbida das clínicas, das maternidades, creches, orfanatos, serviço médico social, etc. A terceira Seção de Assistência médica nos Estados e territórios da Republica e a quarta Seção de Educação Pré-escolar. Até fins de 1938, essas instituições empregavam cerca de mil pessoas em clínicas pré-natais, maternidades, clínicas para crianças pré-escolares, creches, jardins da infância e orfanatos. As despesas eram divididas entre o Governo Federal, que pagava os ordenados dos empregados; os Estados que forneciam os edifícios e contribuições de particulares. Foi criada para cooperar com o Departamento público uma organização de voluntários, denominada “Associação Nacional de Assistência Infantil” com diversas comissões locais nas vilas e cidades do país (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

Na Argentina, como na maior parte dos países latino-americanos, as medidas higiênico-sociais dirigidas a proteger a saúde da mãe e da criança era realizado principalmente pelo governo. Em 1936, foi criada a *Direcion de Maternidad e Infância*, que estava subordinado ao Departamento Nacional de Higiene, que emergiu sob a necessidade inadiável de amparar a mulher em vias de ser mãe, estar os problemas de mortalidade infantil. A *Direcion de Maternidad e Infância*, como forma de garantir o fortalecimento das gerações futuras e dignificando e melhorando física, moralmente a mãe e a criança, estava organizada em seis divisões: a) Higiene Social e infância, b) Eugênia, maternidade e primeira infância, c) Idade Escolar, Escolar e adolescência, d) Infância abandonada, enfermos e anormais, e) Inspeção e legislação e f) Serviço Social (*Jornal de Pediatria*, ano IV, fascículo 8, agosto de 1937, p.362).

A *Direcion de Maternidad e Infância*, da Argentina, uma versão do Departamento Nacional da Criança, estava incumbida de estudar os problemas da saúde infantil, educar o público em assuntos de saúde maternal e infantil, fiscalizar os centros de saúde, maternidades, creches, refeitórios escolares, jardins de infância, acampamentos de férias, clínicas dentárias, centros e clínicas turísticas em distritos rurais. O programa incluía a fiscalização da saúde de recém-nascidos, serviço social prestado por pessoal especializado, o preparo em puericultura para médicos, enfermeiras de saúde pública e outros profissionais do bem-estar infantil. Em 1938, o trabalho de saúde escolar foi estendido a todas as partes do país e ampliado com serviços

de médicos, dentistas e inspetores de saúde em todas as províncias e territórios que se mostrassem especialmente interessados em serviços profiláticos (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

O Uruguai era a sede do Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, criado por Luis Morquio e mantida principalmente sob as expensas do governo. Esse país manteve durante algum tempo um Ministério Nacional de Previsão Infantil, único no gênero no hemisfério ocidental. Em 1934, entrou em vigor o Código da Criança que contou com o Conselho de Proteção Infantil funcionando como uma seção do Departamento Nacional de Saúde responsável em cuidar da saúde e do bem-estar infantil em todo o país, mantendo para isso filiais nas províncias, nas cidades e vilas do país. No Uruguai estava mais desenvolvido que os demais países latino-americanos o sistema de entregar crianças desvalidas aos cuidados adotivos. Outras instituições importantes foram a Comissão Nacional de Nutrição e a Associação de Assistência Infantil do Uruguai, organização particular, fundada em 1924, que atuou na difusão da instrução popular sobre saúde infantil com vários serviços prestados em prol do bem-estar infantil (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

No Peru, o trabalho de assistência infantil assumiu caráter nacional com a Constituição de 1920, em que o governo passou a velar pela proteção da criança. Em 1922 foi fundada, como extensão do governo executivo, a Junta de Defesa da Criança, que patrocinou a Conferência Nacional de Assistência Infantil. Em 1925 foi criado o Instituto nacional da Criança. Em 1930 emergiu a Comissão de Assistência Infantil subordinada ao Ministério da Saúde que veio a substituir o Conselho de 1922 (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

No Equador, o Código da Criança entrou em vigor e agosto de 1938, quando foi estabelecida uma escola de serviço social. Criou um Departamento da Criança que realizava diferentes tipos de serviços de proteção infantil. Na Venezuela acontia o serviço em favor da saúde e do bem-estar da criança que recebeu grande impulso depois do Primeiro Congresso Nacional da Criança, realizado em Caracas em 1938. Acompanhando o movimento de alguns países latino-americanos se desvencilhando de antigos métodos de socorrer as crianças desvalidas. A Associação Feminina Venezuelana e a Cruz Vermelha estabeleceram serviços de saúde, casa de maternidade, casa da criança, casa de observação para jovens delinquentes. O país não possuía um serviço de assistência de proporções nacionais destinado a infância (*Jornal do Commercio*, 09/02/1940, ano CXIII, n.109, p.4).

A atenção dispensada de Washington, D.C. a América Latina, e em destaque para o Brasil, podia ser observada no relatório emitido sobre as atividades dirigidas à infância no continente americano, intitulada “Crianças ao redor do mundo”. Assim, o *Children's Bureau*,

por meio do seu periódico, o *Monthly Bulletin with social-statistics supplement*, em seus dados e levantamentos estatísticos sobre o movimento em torno da infância nas américas, anunciou o processo de aposentadoria do primeiro Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança no Brasil, Olímpio Olinto de Oliveira. A matéria mencionou a atuação do intelectual na direção do Departamento, no decurso de cinco anos, e sua trajetória na missão de salvar a infância brasileira (*Monthly Bulletin with social-statistics supplement*, v.10, July 1945, p.195).

De acordo com Souza (2000, p.224), Olímpio Olinto de Oliveira, em meados de 1937, empreendera viagens a alguns países da Europa e à Liga das Nações como forma de observar e apreender novas experiências e, ao mesmo tomar, ciência do que vinha sendo realizado em instituições públicas e privadas em outras instâncias. Aspecto importante a ser considerado nos processos de assistência à infância e suas influências na consolidação de projetos elaborados através do intelectual Olinto de Oliveira foram os diversos eventos científicos de que participou, como os congressos⁸⁸, colóquios e seminários.

As viagens empreendidas por Olímpio Olinto de Oliveira para participar de congressos, colóquios e visitas científicas eram vestígios reveladores da construção e ampliação de redes de sociabilidade, da busca de apoio e prestígio. A atividade de viajar, praticada por intelectuais, quando sob as expensas do governo, se constituía numa oportunidade de apreender novos saberes, e era uma espécie de mostruário a divulgar a imagem do país e de seus avanços. Sob as custas do intelectual, a viagem, um empreendimento caro, resumia-se numa forma de investimento que buscava garantir a circulação e legitimação de suas ideias e projetos, em articulação e em disputa com os debates públicos na busca de condições de afirmação da imagem do intelectual entre seus pares e a nação que estava representando. Os espaços dos congressos, associações e colóquios científicos eram por excelência espaços oportunos para o debate público de determinado campo. Assim, estes campos de atuação do intelectual, espaços sociais, relativamente autônomos, em que os agentes (instituições, grupos, classes sociais) nesses lugares de relações de forças acabam por estabelecer disputas, controvérsias e conflitos (BOURDIEU, 2001b, p.20).

A participação de Olímpio Olinto de Oliveira em congressos e seminários, indica a importante de se entender a configuração do campo em que o intelectual se projeta e se estabelece. O trânsito do intelectual por esses ambientes era um dos elementos que possibilitava

⁸⁸ Em diversos momentos Olinto de Oliveira foi designado para constituir a delegação do Ministério da Educação e Saúde, como o Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar na cidade de São Paulo, ao lado de Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação; Lourenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Antônio Xavier de Oliveira, médico psiquiatra e Carlos Sá, médico sanitário (O *Brazil-Medico*: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia - RJ, 17/05/1941, ano LV, n.20, p.20).

a legitimação dos seus pares e o estabelecimento da sua autoridade como indivíduo competente no campo. Vale atentar para os congressos de infância nacionais e internacionais em que Olímpio Olinto de Oliveira participou, conferindo a ele, como intelectual de seu tempo, ser conhecido e reconhecido, no campo em que atuava.

Para Bourdieu (1968, p.105) o campo intelectual se constitui como um sistema de linha de forças, em que as relações também se estabelecem por um conjunto claro de lutas, de disputas, de tensões. No interior dele, do campo, há concepções distintas que estão em disputa pela hegemonia (projeto dos sanitaristas e dos puericultores). Mas o que poderia envolver intelectuais que atuassem e militassem com ideias distintas em torno de um mesmo projeto? A questão social da infância foi capaz de aproximar intelectuais, embora de matizes diferentes, em torno de um objeto comum, a salvação da infância como projeto de nação.

Olímpio Olinto de Oliveira, Fernandes Figueira e Moncorvo Filho participaram do Segundo Congresso Americano da Criança em Montevideo-Uruguai (1918), do Terceiro Congresso Americano da Criança no Rio de Janeiro (1922), e do Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene em São Paulo (1926). Foi representante na delegação brasileira no Quarto Congresso Americano da Criança, em Santiago do Chile (1924) e no Quinto Congresso Americano da Criança⁸⁹ em Havana, Cuba (1927) sendo responsável pela Comissão de Medicina, representou o Departamento Nacional de Saúde Pública na Conferência Internacional para revisão de Nomenclaturas Nosológicas, em Paris (1929). Esses eventos explicitam o esforço de Olímpio Olinto de Oliveira em conquistar o reconhecimento, a legitimação social e a autorização social.

A história dos intelectuais não deve prescindir do fato de que estes estão sempre mergulhados em espaços associativos, tais como congressos, agremiações, sociedades, academias, compondo uma espécie de redes de sociabilidade. As redes de sociabilidade atuam junto aos intelectuais e sua trajetória situando, inspirando, demarcando e ocasionando deslocamentos temporais e espaciais. Os espaços coletivos de intelectuais vistos sob a lógica de instâncias associativas, de contornos razoavelmente institucionalizados, congregam dimensões políticas e socioculturais, além de se resumirem numa forma de sociabilidade intelectual para operar por dentro das vísceras da sociedade, em seus contornos mais alargados (GOMES; HANSEN, 2016, p.24).

⁸⁹ O Quinto Congresso Americano da Criança contou em seu comitê com Nascimento Gurgel, Lemos Brito, Calazans Luz, senhora Junqueira Schimdt, Zeferino de Faria, Olímpio Olinto de Oliveira, Luiz Barbosa, Leonel Gonzaga, Fernandes Figueira, Moncorvo Filho, J.P. Fontenelle, Emygdio de Mattos, Martinho da Rocha Junior, Iracema Freitas, Mello Matos, Affonso Pena Junior, Nabuco Abreu, Carneiro Leão, Deodato de Moraes, senhora Jeronyma Mesquita, Stella Faro, Maria da Glória Ribeiro de Almeida, Carneiro Leão, Alice Sarthou, Roquete Pinto, Massilon Saboia, Eduardo Meirelles, Heloisa Torres, Lemos Brito, Evaristo de Moraes, Maria Junqueira Schimdt e Licínio Cardoso (*O Brasil-Médico*, setembro de 1927, ano XLI, n. 38, p.994).

Nesta direção, os congressos, exposições e eventos correlatos fundamentam-se, por excelência, em campos de atuação dos intelectuais. Nesses campos os intelectuais pleiteiam, rivalizam acerca do uso particular de uma categoria que pode se encontrar em disputa, com vistas a se produzirem determinados significados, afora o fato de serem instâncias afiançadoras e garantidoras da reputação e do prestígio social. Logo, encontram-se em disputa, no campo intelectual, interesses ligados ou diretamente vinculados ao campo de produção cultural, numa perspectiva mais ampliada, ao campo social, embates por instituição de acepção. Estes embates de ideias, elemento constante entre os intelectuais e, por conseguinte, em seus campos de atuação, tem em jogo a linguagem, sentidos, valores destinados a produzir a crença no valor de um projeto, produto econômico ou simbólico, implicando na utilização de estratégias e operações (BOURDIEU, 1989, p.69).

Aspecto relevante a ser considerado reside no fato de que os congressos, agremiações, sociedades e academias formavam espaços associativos e eram instâncias da prática de discursos através dos intelectuais. Os discursos assumiram desenhos estratégicos e operacionais, por vezes produzidos e pronunciados para auditório eclético, composto de grupo de especialistas, afora setores amplos da sociedade. Os intelectuais buscavam a afirmação e a divulgação de seus projetos, ainda que particulares, com a intenção última de alcançarem amplitude nacional. Os espaços de discussão, de debate de ideias, vistos sob a ótica do campo intelectual, permitiam entrever os enfrentamentos e arbitrariedades que se fundavam, sobretudo, como lugares de investimentos, constituindo-se em expedientes para dar inteligibilidade às suas ideias e projetos, além de poderem conferir forma e certa organicidade ao mundo social de que faziam parte. Nessa perspectiva Olímpio Olinto de Oliveira participou de diversos eventos no país e em congressos internacionais. *O Brasil-Médico* (1904, setembro, ano XVIII, n. 33, p.450), anunciou que Olímpio Olinto de Oliveira havia participado do XV Congresso Internacional de Medicina, em Lisboa, Portugal. Afora isso, a comissão encarregada de representar o país havia sido composta por Azevedo Sodré, presidente, Afrânio Peixoto, secretário, Miguel Couto, Paes Leme e Oswaldo Cruz.

De acordo com o *Jornal do Commercio* (25/03/1916, ano XC, n.84, p.3), no Primeiro Congresso Americano da Criança, em 1916, realizado em Buenos Aires, por ocasião do Centenário da Independência da Argentina, Olímpio Olinto de Oliveira se somava com Fernandes Figueira, Moncorvo Filho, Almir Madeira, L.H. Vieira Souto, Fernandes Magalhaes

entre outros⁹⁰ que representavam o país no evento. O jornal *O Paiz* (14/10/1918, ano XXXV, n.12422, p.4) fez referência ao Oitavo Congresso Médico Brasileiro, realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, indicando que Olímpio Olinto de Oliveira procurava estabelecer suas redes de sociabilidade junto de outros pediatras⁹¹ como Fernandes Figueira, G. Araoz Alfaro, Martagão Gesteira, Nogueira Flores, Nascimento Gurgel e Gonçalves Carneiro haviam atuado na seção de pediatria.

Guy (1998, p.272) observa que os Congressos Pan Americanos de Crianças, por vezes denominados de Congressos Americanos da Criança na América Latina, serviram como forma catalizadora na produção de políticas de bem-estar para a infância na América Latina. Originalmente os Congressos Pan Americanos tiveram seu nascedouro em movimentos feministas da Argentina. Os congressos eram atrativos para físicos, especialistas legais preocupados com a mortalidade infantil, o abandono infantil e a delinquência juvenil. Esses elementos compunham a questão social, sendo aspecto que frequentemente constava na agenda das reuniões, bem como na oratória dos congressistas durante os Congressos Pan-Americanos. A realização desses Congressos não transcorreu de forma independente, antes a partir de sua segunda edição, em Montevidéu, passou a ser acompanhado e supervisionado através do *Children's Bureau*, o Departamento Infantil Americano, criado em 1912.

A inquietação com as crianças levou os Estados Unidos da América a promover uma série de exposições, as "Conferências da Casa Branca sobre Crianças e Juventude". A cada década do século XX, os Estados Unidos realizaram uma grande conferência nacional dedicada à criança e à juventude. Estas conferências foram convocadas em Washington, capital da nação norte americana. As "Conferências da Casa Branca sobre Crianças e Juventude" foram realizadas praticamente a cada dez anos, em 1909, 1919, 1930, 1940, 1950, 1960, 1960. Em 1912, após a primeira conferência houve entendimento sobre a necessidade de se criar um Departamento próprio para estudar e promover o cuidado e proteção da Criança e do adolescente, o *Children's Bureau*. Cada uma dessas conferências exerceu uma influência direta

⁹⁰ Havia o registro de participação no Primeiro Congresso Americano da Criança de Joaquim Nogueira Paranaguá, Luiz Honorio Vieira Souto, Thomas Cunha, Deputado Vicente Piragibe, José de Carvalho Cardoso, Cunha Cruz, Comendador J.J. da S. Fernandes Couto, Senador Milciades Maria de Sá Freire, Virgílio Varzea, Affonso Mac Dowell e Lamertine Gontijo (*Jornal do Commercio* – RJ, 25/03/1916, ano XC, n.84, p.3).

⁹¹ Na ocasião do Oitavo Congresso de Medicina Brasileira, Olímpio Olinto de Oliveira representando a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre participou de um jantar com Pinto Portella, Ovidio Meira, Luiz Barbosa e Nascimento Gurgel, do Hospital S. Zacarias; Moncorvo Filho, Sylvio Rego e Pedro da Cunha, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância; Roquette Pinto, da Santa Casa de Misericórdia; Santos Moreira e Gustavo Rheingantz, da Casa dos Expostos; M. Leitão, da Faculdade de Belo Horizonte; Martagão Gesteira da Faculdade da Bahia, Fernandes Figueira, Alfredo Neves e Mario de Vasconcellos, da Policlínica de Crianças (*O Paiz*, 17/10/1918, p.5).

sobre o bem-estar das crianças dos Estados Unidos. As Conferências mantiveram tamanhos variados envolvendo médicos, assistentes sociais, educadores, líderes comunitários, membros de sindicatos e grupos cívicos, líderes religiosos, pais preocupados com a causa da infância (UNITED STATES OF AMERICAN, 1967, p.1).

O movimento em defesa da infância na América Latina, conforme assevera Guy (1998, p.276), não se tratou de uma questão regional isolada, mas era parte integrante de um fenômeno de amplitude mundial. Esse movimento internacional, em defesa dos direitos da criança, teve suas origens nas nações industrializadas do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. Esse movimento lutava contra a exploração da prática do trabalho infantil, buscava alternativas para os orfanatos, como a adoção de crianças por famílias, entre outras. Em todas essas atividades além da adesão sistemática das mulheres, houve forte apoio quanto a maior participação médica, considerando que o quesito mortalidade infantil assolava os países, ameaçando o seu futuro e enfraquecendo os trabalhadores que haveriam de vir.

Na Argentina, após a realização do Primeiro Congresso Americano da Criança, o governo, por meio de seu Congresso, deliberou a Lei Agote⁹², 1919, modelo que pode ter influenciado na criação do Código de Menores Mello Mattos de 1927, no Brasil. Outro aspecto a ser salientado, como resultado dos Congressos e do movimento americano dos direitos da criança foi a criação do Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia, o Instituto Interamericano del Niño, em Montevideu, conduzido por Luis Morquio, Roberto Berro e Victor Escardó y Anaya (GUY, 1998, p.277).

O Primeiro Congresso Americano da Criança, de 1916, na Argentina, tendo, entre as comissões em funcionamento no evento, a de Higiene, envolveu estudos relacionados a educação física e intelectual e maneiras de completar os métodos de cultura pedagógica e higiênica nas escolas primárias. Os médicos em suas alocações acerca da higiene envolviam reflexões sobre a escola, o mobiliário utilizado, a iluminação adequada para as salas. Estiveram preocupados com os espaços utilizados pelas crianças para estudar, se estes correspondiam aos parâmetros ideais de higiene e para tanto questões como a salubridade, a aplicação de práticas pedagógicas e dos exercícios físicos estiveram em discussão. Houve entendimento entre os médicos e demais congressistas que nas escolas primárias deveria ser ministrado o ensino da

⁹² A Lei Agote ou Lei de Patronato de Menores, Lei 10.903 de 1919, de autoria do deputado Luis Agote (1868-1954) na Argentina. Foi uma lei que trata do pátrio poder sobre o conjunto de direitos e obrigações correspondente aos pais sobre as pessoas, bens e seus filhos, desde a concepção destes. Maiores detalhes podem ser conferidos em: María Carolina Zapiola. La Ley de Patronato de Menores de 1919: ¿una bisagra histórica. En Lionetti, Lucía y Miguez, Daniel Las Infancias en la Historia Argentina. *Intersecciones entre Prácticas, Discursos e Instituciones (1890-1960)*. Buenos Aires (Argentina): Prohistoria. Buenos Air, p.117-132, 2010.

higiene e nas escolas normais e secundárias deveria haver não só o ensino da higiene e da puericultura, mas a inspeção higiênica de médicos (*Jornal do Commercio* – RJ, 17/02/1916, ano XC, n.48, p.4).

Vários estudos acerca da higiene escolar, da educação física, higiene intelectual (como promover a saúde mental da criança de acordo com sua idade), e programas de higiene social para prevenir a tuberculose foram promovidos por ocasião do Primeiro Congresso Americano da Criança. Entre os estudos da seção de Higiene, estava a preocupação em como ensinar noções claras de higiene à família proletária considerando a higiene social e a individual. Como havia muitos analfabetos nos países representados no Primeiro Congresso Americano da Criança houve reflexões em maneiras de promover entre eles a educação higiênica e quais formas de intervenção seriam mais adequadas. De outro lado, havia um alto índice de mortalidade infantil que assombrava os países e que esteve presente na pauta das discussões com análises de práticas de alimentação que pudessem mitigar o problema. Foi recomendação e consenso entre os médicos a necessidade da adoção de maneiras que resultassem na redução do consumo de álcool entre as crianças e adultos (*Jornal do Commercio* – RJ, 17/02/1916, ano XC, n.48, p.4).

Os congressos e as exposições serviam aos países como espécie de vitrine internacional, para mostrarem-se engajados na ideia de modernidade, cujas bases deveriam servir para modernização nacional, além de se constituírem em instâncias de ampla divulgação internacional e nacional de diferentes campanhas de antialcoolismo, anti tuberculose, hanseníase, lepra, alimentícia e de assistência infantil entre outras. Dessa forma, os congressos eram instâncias de laboração e difusão de ideias, concordes com as concepções de progresso que se queria instituir em dada região ou país. A circulação e a penetração de ideias nos congressos faziam ressaltar seu caráter influenciador na vida dos congressistas, legitimando personalidades intelectuais e desautorizando práticas consideradas ultrapassadas. Sob esse aspecto, o Segundo Congresso Americano da Criança, 1919, em Montevideu, por meio de seus interlocutores, os médicos, propalavam a percepção de que a infância ganhava novas explicações, através da ciência e das necessidades modernas. Tal percepção da infância, nas palavras de Luiz Morquio partia da ótica fisiologista e da psicologia, envolvendo a puericultura, implicando numa educação conduzida por “princípios científicos e morais, que visam à conservação integral, física e intelectual do indivíduo, um meio de ação e de defesa individual e coletiva” (MORQUIO, 1919 apud CORDEIRO, 2015, p.38).

Nos congressos, como instâncias de disputas de significados e jogos de forças sociais, foi possível se perceber o alcance do pensamento norte-americano, engendrando representações

e influenciando a produção de políticas na América Latina. Caso exemplar foi o discurso proferido por Luiz Morquio, presidente do II Congresso Americano da Criança, 1919, em Montevideu, na *Sessão Solene Inaugural*, em que ressaltava a importância modelar da instituição norte-americana, *Children's Bureau*, criada em 1912, destinada a amparar e proteger a infância, sendo responsável pelo controle e fiscalização das demais organizações e instituições espalhadas através dos Estados Unidos da América. Em seu relato, Morquio enaltecia as organizações sanitárias norte-americanas e seu desenvolvimento “pela perfeita harmonia e sentido prático de suas instituições infantis, estimando-se que tenham chegado a um grau de aperfeiçoamento insuperável e que eles mesmos consideram, a justo título, a força viva de sua nação” (MORQUIO, 1919 apud CORDEIRO, 2015, p.49).

Em 1919, Olinto Oliveira, comissionado por meio do governo federal, Fernandes Figueira e Moncorvo Filho, foram delegados representantes do Brasil no II Congresso Americano da Criança em Montevideu – Uruguai, durante a semana de 18 a 25 de maio. Na ocasião Olinto de Oliveira ministrou conferência intitulada: “Medicina Moderna”. Afora esses médicos, ainda que não estivessem sido convocados oficialmente, representaram o Brasil Aloysio de Castro, diretor da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro; Fernando de Magalhães; Nascimento Gurgel; Dutra e Silva, de Manguinhos; Martagão Gesteira, da Bahia. A presidência do Congresso ficou com Aloysio Castro e Fernandes Figueira. O evento terminou com a criação do Instituto Internacional Americano de Proteção à Criança, uma proposta de Luiz Morquio (*A Federação: Organ do Partido Republicano -RS*, n.131, 28/06/1919, p.5). Durante o II Congresso Americano da Criança em Montevideu, Olinto de Oliveira ficou responsável pela seção Medicina e Cirurgia.

Com o apoio da Liga das Nações, no Uruguai, foi fundado o Instituto Internacional Americano de Proteção à Criança, a primeira instituição do gênero no mundo. O instituto logrou êxito na coleta de informações e pesquisas acerca da infância e da proteção da mãe e na sua disseminação. Os Congressos Americanos da Criança serviram de base para a organização de uma potente reputação do Instituto, agregando em torno de si uma grande rede de informantes e colaboradores em toda a região latino-americana e no mundo (BIRN, 2007, 692).

Considerando a emergência dos problemas que tangenciavam a infância, os primeiros Congressos Americanos da Criança contaram com apoio e incentivo dos governos. Eram enviados representantes, delegados, sob as expensas dos governos que buscavam representar seus países nos eventos em busca de conhecimento e da indicação de possíveis caminhos a serem trilhados. Esse elemento reforça a ideia de que os Congressos tinham o reconhecimento político e eram espaços de trocas, encontros e produção de saberes (GUY, 1998, p.276). Ainda

em 1919, Olinto de Oliveira e Fernando de Magalhães participaram de Conferências médicas celebradas em Montevidéu, Uruguai. Olinto de Oliveira, na ocasião a convite de Luiz Morquio, realizou conferencias na Faculdade de Medicina de Montevidéu perante professores, diplomatas, inclusive o Ministro e o Consul do Brasil neste país (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, 09/06/1919, p.7).

Durante a realização do Segundo Congresso Americano da Criança, em Montevidéu, houve ali a deliberação de que o próximo evento, o Terceiro Congresso Americano da Criança, ocorreria no Rio de Janeiro, Brasil, em 1922, por ocasião do Centenário da Independência. A comissão organizadora do evento foi constituída por Olinto de Oliveira, Nascimento Gurgel, Fernando Magalhaes, Zeferino de Faria e Aloysio de Castro, tendo ficado a ideia de apresentar quatro grandes seções que norteariam o evento: Medicina, Educação, Higiene e Assistência, Legislação e Sociologia (*O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XXXI, n.52, dezembro de 1917, p.448).

No final do Segundo Congresso Americano de Crianças, em 1919, em Montevidéu, houve consenso entre os participantes de que algumas resoluções precisavam com urgência de serem adotadas, como a ajuda direta do Estado para mães com filhos pequenos: A criação de agências governamentais para ajudar crianças e proteger mães trabalhadoras e crianças; a oferta e inclusão da puericultura como disciplina de caráter obrigatório no processo de formação das professoras; providenciar facilidades educacionais para as crianças cegas; defender o cuidado pré-natal (GUY,1998, p.280).

Estava em curso, entre os países latino-americanos, a ideia de modernização, da necessidade do enfrentamento e da mitigação dos problemas sociais resultantes do crescimento urbano desordenado, das alterações nas relações trabalhistas, da insalubridade urbana, aspectos que tornavam caótico o convívio social, carecendo de ordem e intervenção racional de formas científicas que colaborassem, debelando as mazelas sociais e as enfermidades do corpo e da alma. Desde 1922, no andamento do Terceiro Congresso Americano da Criança, o *Children's Bureau*, Katharine F. Lenroot, subdiretora desse Departamento, indiciava que as iniciativas que viriam a ser adotadas nos países não obteriam êxito na promoção dos direitos das crianças se junto não fosse implementada a educação das mães (GUY,1998, p.281).

Os Congressos Americanos da Criança, eram a ocasião oportuna de se manifestarem, diante do público ali presente, aspectos relacionados às preocupações comuns entre as nações latinas, vinculadas à questão social que, amiúde, refletiam problemas da infância, expressando um corrente desejo de alcance de progresso. Assim, as nações, representadas nos congressos através dos seus delegados, atuavam em sincronia no esforço de elaborar projetos políticos e

científicos, objetivando, em última análise, a proteção, assistência e educação infantil (SOUZA; CORDEIRO, 2015, p.8).

O Terceiro Congresso Americano da Criança ocorreu concomitantemente ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, ambos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, por ocasião da celebração do jubileu do Centenário da Independência Brasil. A realização do Terceiro Congresso Americano da Criança nesse momento cívico e a maneira como os eventos foram organizados, sendo realizados em conjunto, favoreceram uma adesão significativa de congressistas, cerca de 2.700 pessoas de 16 países, conferindo aos eventos notoriedade internacional. Importa considerar que esteve presidindo o Terceiro Congresso Americano da Criança Olímpio Olinto de Oliveira, co-fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria (SOUZA; CORDEIRO, 2015, p.7).

Detalhe curioso estava no tipo social que participava dos Congressos Americanos da Criança, muito embora as primeiras edições dos congressos fossem conduzidas sob a direção de médicos. Julieta Lanteri (Primeiro Congresso Americano da Criança, Argentina, 1916) - a primeira e única mulher de que se tem registro nos primórdios desse evento, Luiz Morquio (Segundo Congresso Americano da Criança, Montevidéu, 1919) e Olímpio Olinto de Oliveira (Terceiro Congresso Americano da Criança, Rio de Janeiro, 1922). É salutar assinalar que esses primeiros presidentes, além do fato em comum de atuarem em ofício médico, operavam influenciando a produção de políticas públicas de seus países, e mantinham vinculação, em suas redes de sociabilidade, com grupos mobilizados em torno da temática da proteção e assistência à infância (SOUZA; CORDEIRO, 2015, p.8).

Esses Congressos contaram com a adesão de diferentes pessoas, de segmentos diversificados, da sociedade latino-americana. Eram inspetores de higiene, sanitaristas, pedagogos, psicólogos, puericultores, clérigos, feministas, damas da caridade, filantropos, militares e anarquistas. Todos, a par de suas diferenças políticas, religiosas ou ideológicas, estavam mobilizados em torno da questão social que atingia a infância, aspecto diretamente afeto ao vir a ser das nações, ou seja, o futuro dos países. Certamente que a efetivação dos Congressos ocorria sem qualquer linearidade, apesar da ampla circulação de propostas sobre a infância e em torno dela, se efetivando em espaços marcados por embates de representações “sobre projetos de Estado e ações de assistência e escolarização da infância” (SOUZA; CORDEIRO, 2015, p.10).

Olímpio Olinto de Oliveira compôs o grupo de médicos, Protásio Alves, Victor de Brito, Dioclecio Pereira, Nogueira Flores, Domingos Mascarenhas, Ricardo Machado, Jacintho Gomes, Berchon des Essart Dario Pederneiras, José Pereira Parobé e o farmacêutico Chirstiano

Fischer, do Rio Grande do Sul, que foram no mês de agosto de 1909 ao IV Congresso Médico Latino-Americano ocorrido no Rio de Janeiro. Nessa ocasião ele era o vice-presidente da 3ª seção - Medicina Interna, Pediatria Terapêutica e apresentou, entre seus relatórios, os trabalhos intitulados “Papel patogênico dos parasitas intestinais” e “Das osoninas e do índice opsonico” (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, 05/06/1909, n.129, p.1).

O Primeiro Congresso da *Association Internationale de Pediatrie*⁹³, em Paris, em 1912, e compôs a delegação brasileira ao lado de Clemente Ferreira, Fernandes Figueira, Moncorvo Filho, Pinto Portella entre outros. Ele participou do Oitavo Congresso Médico Brasileiro, no Teatro Municipal, Distrito Federal, Rio de Janeiro, em 1918, a convite de Eduardo Sarmento Leite, diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, como representante da instituição no evento. No Congresso Olinto de Oliveira participou da comissão de Pediatria, ao lado de Gregorio Aráoz Alfaro, Martagão Gesteira, Fernandes Figueira, Nogueira Flores, Nascimento Gurgel e Gonçalves Carneiro (*A Federação: Orgam do Partido Republicano* -RS, n.219, 14/09/1918, p.8).

Olímpio Olinto de Oliveira participou ativamente dos Congressos Americanos da Criança e se fez presente em vários outros encontros científicos no Brasil e fora deste. Assim, Olinto de Oliveira ao lado de Carneiro Leão estiveram inscritos no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em São Paulo, de 04 a 12 de novembro de 1926. Esse evento esteve dividido em dezoito (18) eixos⁹⁴. Olímpio Olinto de Oliveira, coerente com seu objeto de pesquisa e prática, esteve inscrito na temática do 12º eixo, “Formação de hábitos sadios nas crianças” (*O Jornal*, 27/10/1926, p.6).

⁹³ *Comptes-Rendu de L'Association Internationale de Pediatrie - Premier Congres* (7-9 octobre de 1912). Paris: G. STEinheil, Éditeur 2, 1913.

⁹⁴ Assim, foram apresentados 12 eixos: 1. A mosca em epidemiologia, Francisco Soares Senna, Vital Brasil e Arlindo de Assis; 2. Depuração da água de abastecimento – Cabral de Vasconcellos Filho e Severino Lessa; 3. O expurgo domiciliar na profilaxia da malária – João de Barros Barreto, Egydio Almeida e Almeida Mello; 4. Índices de infestação helmíntica – Adroaldo de Carvalho, Heraldo Maciel, Eder Jansem de Mello e J. de Barros Barreto; 5. Estudo epidemiológico dos hematófagos transmissores de doenças no Brasil, meios para combatê-los – A. Marques da Cunha; 6. Epidemiologia e profilaxia da malária no Brasil – Garcia Rosa, Serphim Junior, Egydio de Almeida, Souza Pinto, Decio Parreiras, Aleides Prados e Samuel Pessoa, Dei Negro, Ferreira Pinto; 7. Postos permanentes de higiene municipal, sua organização, seu funcionamento e sua fiscalização – Labatut Simões, Waldemar Luiz Rocha, Jayme Candelaria, Mario Pernanbuco, Rosaldo Salles, Humberto Gascale, Carlos Sá, Júlio Vergara e Ernani Agrícola; 8. Epidemiologia e profilaxia da febre tifoide no Brasil – Octavio Magalhães, Eduardo Vaz, Marques Lisboa, Alberto Santiago, Rubens Tavares, Werneck Genofre, Gustavo Lessa, Homero Carneiro e Nuno Guerreiro; 9. Epidemiologia e profilaxia da lepra no Brasil – Octavio Torres, J.M. Gomes, Aguiar Pupo e Antônio Aleixo; 10. O efeito das obras de saneamento urbano, água e esgotos, sobre a saúde pública- Paulo Sá; 11. A importância do leite em saúde pública: produção, transporte, conservação, melhoria e fiscalização – Nicolino Moreira e Santos Abreu, Dalmacio de Azevedo, Haroldo Reis, João Barros Barreto e M.J. Ferreira, N.J. Ferreira; 12. Formação de hábitos sadios nas crianças – Olinto de Oliveira, Ulysses Pernanbuco, Carneiro Leão, Faria Goés, Colombo Spinola. W. Radeck, Almeida Junior, Leal Ferreira, Carlos Sá, Waldemiro de Oliveira e L. Hermann (*O Jornal*, 27/10/1926, p.6).

Olinto de Oliveira, segundo o periódico especializado *O Brasil-Médico* (ano XVIII, n. 33, setembro, 1904, p.450), esteve arrolado entre os médicos que iriam participar do XV Congresso Internacional de Medicina, em Portugal. A comissão encarregada de divulgar e convidar médicos no Brasil eram composta por Azevedo Sodré, Afrânio Peixoto, Miguel Couto, Paes Leme e Oswaldo Cruz procurando alcançar a grande extensão territorial.

Segundo Camara (2010, p.168), afora os eventos políticos em curso, foi realizado o Primeiro Congresso de Proteção à Infância, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, idealizado como ocasião simbólica “de reflexão e validação de modelos civilizatórios e de políticas de assistência e proteção para o país [...] com o Terceiro Congresso Americano da Criança”. Os eventos configuraram-se para além dos avanços resultantes da confluência da racionalidade científica e técnica, significando um marco nos debates no âmbito internacional, o continente americano. Também tangenciavam formas estratégicas de manutenção do controle e da defesa social do país. Importa enunciar que o Primeiro Congresso de Proteção à Infância fora idealizado através do Departamento da Criança no Brasil e presidido por Arthur Moncorvo Filho. O Primeiro Congresso buscou capitanear os debates, do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, destacando as relações que envolviam a Família, o Estado e a Sociedade. Dividido em cinco seções temáticas- Sociologia e legislação; Assistência; Pedagogia; Medicina infantil; Higiene o Primeiro Congresso reuniu intelectuais oriundos dos diferentes campos de saberes, bem como associações, corporações e estabelecimentos de ensino envolvidos com a promoção de pesquisa e assistência à infância brasileira em todo o território nacional (CAMARA, 2010, p.168).

Entre os fomentadores de discussões, estava Moncorvo Filho e um elenco de intelectuais, mobilizando e organizando congressos brasileiros de proteção à infância, vinculados aos empreendimentos em curso, no cenário nacional e internacional, na formulação de políticas de assistência e proteção à infância pobre. Para Freire e Leony (2011, p.207), o advento das celebrações especiais alusivas à infância fora uma medida adotada por Moncorvo Filho, com a intenção de agrupar crianças e distribuir roupas, gêneros alimentícios e objetos lúdicos. Essas festividades especiais tinham consigo também o intento de, além de elas constituírem um socorro à infância, ofereciam uma oportunidade de congregar membros das elites e possibilitar a reflexão. Também compreendiam instâncias de modelagem à “cultura filantrópica da elite brasileira, e conferir visibilidade e publicidade à sua obra”.

Segundo Souza (2000, p.223), a realização, em 1922, do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância possibilitou intensos debates acerca da infância no decurso das décadas posteriores, culminando num novo momento experimentado na política nacional, empreendido

por Vargas, que ocorreu em 1933, a Conferência Nacional de Proteção à Infância. Esta teve como presidente da Comissão Permanente Olímpio Olinto de Oliveira, figura que ocuparia posição de proeminência durante o Estado Novo, no encaminhamento e na implementação da política de assistência infantil.

A participação de Olinto de Oliveira em congressos internacionais era acompanhada através da imprensa. O *Correio da Manhã* (19/08/1930, p.7) anunciava que chegava a bordo do transatlântico holandês, o “Flandria”, procedente de Amsterdam, Olinto de Oliveira, associado da Academia Nacional de Medicina e Conselho de Menores, e presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. O periódico informava que o intelectual brasileiro permaneceu por mais de um ano na Europa, tendo representado o Brasil, como seu delegado, no Congresso de Nosologia Médica, que se reuniu na Capital francesa em outubro do ano passado. O cientista brasileiro havia sido alvo, em Paris, de homenagens dos seus colegas franceses e, por proposta dos famosos pediatras Nobécourt, Marfan e Coneby, recebido como associado da Sociedade de Pediatria daquela capital. Pouco antes do seu regresso ao Brasil, Olinto Oliveira, a convite daquela sociedade, realizara, na sede da mesma, uma conferência sobre pediatria. Ao desembarcar no cais do Porto, Olímpio Olinto de Oliveira foi recebido por uma comissão da Sociedade Brasileira de Pediatria, que lhe apresentou votos de boas-vindas.

O *Jornal de Pediatria* (outubro, 1937, ano IV, Fasc.10) anunciava que o Brasil havia sido representado no Segundo Congresso Internacional de Proteção à Infância, realizado em Roma, no mês de outubro de 1937, através de Olinto de Oliveira, chefe da Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, no qual apresentou exposição das medidas já postas em prática no Brasil, visando a proteção à Infância. O evento, na seção Higiênico Sanitária, havia tratado de medidas preventivas contra a mortalidade dos lactantes por doenças de nutrição; das colônias climatoterápicas para pré-escolares; da assistência sanitária às crianças europeias nas colônias; da educação física na idade escolar e de medidas preventivas contra a inferioridade Sanitária dos filhos ilegítimos.

Durante a Campanha Nacional pela Criança, Olímpio Olinto de Oliveira, com o largo descortino social interessado no problema nacional da infância, ganhava as páginas dos impressos. Assim, o *Diário de Notícias* (13/10/1934, p.3) celebrava a realização, no Rio de Janeiro, da Primeira Conferência Nacional da Higiene e Proteção à Infância. Conforme dados do *Correio da Manhã* (19/07/1931, p.2), no andamento do Congresso Médico Brasileiro, Olinto de Oliveira, atento ao processo de sindicalização da classe médica, havia ministrado palestra para um grupo de médicos acerca do “Sindicalismo e as velhas ideais”.

Muitos médicos não estavam circunscritos ao ambiente do consultório particular, conforme moldes liberais, mas atuavam “nas esferas política e pública de saúde e higiene”, alimentando, cotidianamente, o debate relacionado com o tema da assistência abalizada na ciência por meio de congressos (PEREIRA NETO, 2001, p.31). Obviamente, ao conjugarem a atuação em setores privados e públicos, esses médicos procuravam garantir o prestígio, o reconhecimento e, por conseguinte, a clientela para o consultório privado. Congresso típico desse momento, ocorrido no país, fora o Congresso Nacional dos Práticos, que congregou médicos de vasta experiência profissional que ocupavam cargos de direção na área da saúde pública e da assistência médica pública e filantrópica. Esse congresso visava atender às necessidades mais diretas do país e do povo, além de analisar problemas prementes relacionados com a assistência pública, higiene, saneamento, medicina social, prática profissional e ensino médico.

Os congressos permaneceram nas décadas subsequentes à 1920, sendo celebrados em distintos países, afirmando-se como importantes arenas de discussões sobre a questão da infância. No Oitavo Congresso Pan-Americano da Criança, realizado em Washington, em 1941, houve a expressão do empenho e da participação da delegação brasileira, formada de intelectuais comprometidos com a infância. E entre os quais Adamastor Barbosa declara

[...] tive a honra de representar o Brasil, a de perdura como uma grata recordação na memória de todos os que o assistiram. É que não só a boa ordem dos trabalhos, dirigidos com incansável e admirável energia por Miss Katharina Lenhoot, a presidente da delegação dos Estados Unidos e chefe do Departamento da Criança da Secretaria do Trabalho dos Estados Unidos, e que por deliberação unanime dos delegados oficiais foi eleita na seção preliminar Presidente Permanente do Congresso, como ainda a presença de representantes de todos os países da América, e a elevada discussão com que foram debatidos todos os problemas referentes ao bem estar da criança, não podiam deixar de impressionar vivamente a todos os espíritos. Uma das maiores impressões, porém, foi a causada pelo interesse demonstrado pelo próprio governo americano, amparando e prestigiando o Congresso de maneira inequívoca (BTDNcr, 1942, ano II, n.9, p.36).

O conjunto desses eventos prepararam o caminho e fomentaram políticas sociais adotadas através do Estado, que foram ensejadas no decurso das décadas posteriores. Certamente que longa discussão estabelecida por meio dos congressos nacionais e internacionais, no decurso das décadas, serviram de base na pavimentação da chegada e consequente criação do Departamento Nacional da Criança.

A preocupação com a assistência e a proteção à infância pode ser observada através dos congressos nacionais e internacionais. Por meio de realizações de congressos dedicados à infância, como o da Bélgica em 1894, o de Bruxelas em 1895 e o de Liège em 1905, refletia-se sobre a questão da infância e a importância da adoção de novas medidas de assistência, apoiadas

nas ciências. Em Paris, também em 1905, ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de Gotas de Leite⁹⁵, o segundo do gênero teve lugar dois anos depois, em 1907, em Bruxelas, ocasião em que foi criada a União Internacional de Proteção à Infância da Primeira Idade. O Terceiro foi em Berlim, 1911. No início do segundo semestre de 1913, realizou-se na Bélgica o Primeiro Congresso de Proteção à Infância. O Continente Americano, acompanhando o movimento europeu pró-infância, procurou promover Congressos Americanos da Criança⁹⁶ com seu primeiro evento em 1916, Buenos Aires. O Segundo, em Montevideú, em 1919. O Terceiro, no Rio de Janeiro, em 1922, ocasião em que também ocorreu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

Os congressos ocorridos no Brasil serviram de chancela às propostas políticas que estavam sendo engendradas desde o início do século XX, procurando tratar de assuntos relacionados e correlacionados à infância sob o aspecto social, médico, pedagógico e higiênico (KUHLMANN JR., 1998, p.90). Em 1937, ocorreu o Segundo Congresso Internacional de Proteção à Infância, em Roma. Afora esses eventos, soma-se a criação do Juizado de Menores em 1924 e a elaboração do Código de menores em 1927, no Brasil. Esses elementos congregaram calorosos debates sobre as necessidades da criação de leis e de novas práticas de assistência à infância doente e desvalida, objetivando dar conta do seu futuro. As propostas de assistência, ancoradas em bases científicas, no início do século XX, estavam em consonância com as propostas difundidas nos congressos e nas exposições internacionais.

Destarte Kuhlmann Júnior (1998, p.47 apud CAMARA, 2010, p.181) assinala que circulava no país certa inquietação, mobilizando os intelectuais e demais setores da sociedade a se envolverem na produção de uma imagem de integração do país, concorde com as nações civilizadas. No intento de resolver as preocupações e instituir uma nova imagem do país, constituíram-se, desde a década de 1920, congressos e exposições, parte do movimento de adequar e construir a representação do país apropriada aos protótipos do mundo moderno, ou seja, de fundamentação científica e com intensa atividade industrial.

Além dos eventos de natureza científica, os intelectuais circulavam por outros eventos, como as exposições. As exposições foram consideradas propostas de demonstração de

⁹⁵ O *Congrès International des Gouttes de Lait*, em Paris, em 1905, contou com a participação de Moncorvo Filho, Fernandes Figueira e Araoz Alfaro (*Congrès International des Gouttes de Lait*, 1905, p.8).

⁹⁶ Maiores informações podem ser obtidas através da investigação desenvolvida acerca dos três primeiros Congressos Americanos da Criança em: CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Luz e caminho aos pequenos: os primeiros Congressos Americanos da Criança e a Pan-Americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922)*. Programa de Pós-Graduação em Educação Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

modernidade e desenvolvimento científico por parte da região ou nação que os promovia. Elas conservavam forte apelo ao público que as visitava constituindo-se numa espécie de vitrine portadora de símbolos a representarem a região, a pátria e o progresso. As exposições, uma espécie de palco, serviam de mostruário das mercadorias, da técnica e da ciência, congregavam o que havia de melhor, de exótico em cada região ou país. Certamente as exposições conservavam fins didáticos, eram demonstrações espetaculares da arquitetura e da organização com vistas a se construir, no imaginário social, representações modelares da vida social. As exposições eram espaços de concertos das nações em demonstração de civilidade (KUHLMANN JUNIOR, 1996, p. 26). Geralmente as exposições, na promoção de seus diferentes concursos, aglutinavam corpos de jurados, quase sempre membros da elite, intelectuais e demais autoridades.

As exposições eram espaços de sociabilidade ideais para a afirmação da imagem do intelectual e do seu prestígio. Foi com essa ideia em mente que Olinto de Oliveira participou da Exposição Estadual do Rio Grande do Sul. Assim, em 1901, ocorreu a Exposição Estadual do Rio Grande do Sul para demonstração do desenvolvimento das artes, da indústria, do comércio e das riquezas naturais da região. Esse evento veio a contar com a assistência de mais de 40.000 mil pessoas. Houve a montagem de uma série de espaços, em que se avaliavam produções artísticas, industriais, comerciais e riquezas naturais do Rio Grande. Em alguns desses espaços Olinto de Oliveira participou como jurado, na avaliação de produtos naturais da região ao lado de Carlos Wallau e Serafim Terra na 3ª Classe. Em outra seção Olinto de Oliveira, apreciador das letras e das artes, participou da comissão de julgamento com os senhores doutores Montauray e Affonso Hebert no julgamento de trabalhos de pintura a óleo, aquarela, crayon, e outros do grupo afeto às belas artes (*Catálogo da Exposição Estadual*, Oficina Typografica de Gundlach e Becker, Porto Alegre, 1901, p.467; *A Federação: Organ do Partido Republicano -RS*, n.124, 28/05/1901, p.1).

A implementação de políticas públicas de bem-estar dirigidos à infância no Brasil, explicitaram estar em sincronia com o movimento internacional de proteção à infância. Os diversos congressos e as exposições nacionais e internacionais, aludiam para a necessidade de maior atenção ao público infantil e a consequente elaboração, por parte das nações, de políticas adequadas a assegurar, àquela que era considerada por todos os países a esperança vinda, a infância. A elaboração dessas políticas no Brasil, esteve caminhando entre a articulação do modelo europeu e as influências norte americanas de Washington. Essas influências foram sentidas na forma de se conceber a educação higiênica, que objetivou elevar a qualidade de vida dos cidadãos e reduzir, potencialmente, as possibilidades de adoecimento da infância. Em

contrapartida, observou-se uma participação lenta e progressiva do Estado na produção de políticas dirigidas à infância. Entre as medidas, que compunham um elenco de políticas sociais destinadas à efetivação do progresso do país, como o aparelhamento racional do Estado. Entre essas medidas, estava a construção de órgãos no Estado Novo, como o Departamento Nacional da Criança.

3 O PROJETO CRIADOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA E A QUESTÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL (1940- 1945)

3.1 O projeto criador do DNCr: lócus de racionalidade científica

A proteção à infância é um serviço nacional, tão essencial, tão imprescindível quanto o das forças militares. Este organiza as forças do país; aquele as forças da raça. Um faz soldados, o outro cidadãos. A Constituição exige de todo brasileiro o serviço militar. A Pátria exige de todo brasileiro a formação de sua própria personalidade e a apuração do seu valor econômico e social. Não se organiza um Estado sem a defesa do seu território; não se organiza um Estado sem a defesa da raça e o aperfeiçoamento das suas qualidades, o que só se pode fazer eficazmente através da infância

BTDNcr, 1940, ano I, n.1, junho, p.5

O introito escrito por Olímpio Olinto de Oliveira no *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* explicitou a importância à que a infância havia alcançado na década de 1940. O objeto de atenção do Departamento Nacional da Criança seriam todas as infâncias do país conforme orientações enunciadas no *Boletim*. A proposta seria oferecer a infância a proteção e os cuidados necessários. Residia a preocupação com a infância “sadia e forte, desenvolve-la, prepara-la para a vida, para que dela se venha compor a nacionalidade” (BTDNcr, 1940, ano I, n.1, junho, p.7). Todavia, as fontes indicaram que efetivamente os esforços do Departamento se dirigiram à uma infância específica, a pobre e doente. No plano das intenções, o Departamento desejava promover à infância brasileira orientações de boas normas da higiene corroborando com o padrão ideal de formação de futuros cidadãos que a Pátria reclamava para bem servi-la (*Gazeta de Notícias*, 28/02/1940, p.7; *Correio da Manhã*, 08/10/1939, p.12; *A Ordem*, 12/04/1940, p.2, *O Brasil-Médico*: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia - RJ, 29/03/1941, ano LV, n.13, p.72).

Para além, de aspectos de saúde pública e assistência, como socorrer a infância pobre ou a mãe necessitada, o Departamento intencionava favorecer meios para que a infância, germe precioso e fecundo do futuro, pudesse encontrar terreno apropriado para o seu desenvolvimento pleno. Nessa direção, Olímpio Olinto de Oliveira, em discurso pronunciado no rádio, “Na Hora do Brasil”, em 25 de março de 1940, e publicado na primeira edição do *Boletim Trimensal do*

Departamento Nacional da Criança, que a criação do Departamento, conforme diretrizes legais, buscava propiciar a “toda a infância brasileira” maneiras dessa “se desenvolver, crescer, tonar-se forte e sadia para bem servir a pátria e a humanidade” (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, junho, p.7).

O projeto original enviado à Câmara dos Deputados, para apreciação e votação, tinha em vista a fundação de um Instituto e não de um Departamento, o “Instituto Nacional da Criança”, com a finalidade de “estudar a criança sob todos os seus aspectos”, desde aspectos da saúde, o desenvolvimento corporal e mental, observando à proteção à maternidade e as condições de nascimento. A finalidade era não só beneficiar o Distrito Federal, mas estender as atividades aos demais estados brasileiros (*Correio da Manhã*, 02/10/1936, ano XXXVI, n. 12850, p.3).

Na elaboração da proposta dos fundamentos do Instituto Nacional da Criança, Olímpio Olinto de Oliveira aliou conhecimento, experiência e contou com apoio para esboçar o projeto criador daquele que viria a ser, quatro anos mais tarde, o Departamento Nacional da Criança. Em 1936, Martagão Gesteira, do Departamento da Criança na Bahia, foi convidado por Olinto de Oliveira, da Diretoria de Proteção à Infância, a se deslocar da Bahia e viajar para o Rio de Janeiro com a intenção de trocaram experiências e ideias sobre o projeto de organização de serviços federais em prol da criança, que circulava no Ministério da Educação e Saúde Pública. Segundo Martagão Gesteira, a sua viagem ao Rio de Janeiro tinha como justificativa “colaborar com Olímpio de Oliveira na organização do Instituto Nacional da Criança, o qual provavelmente constará de quatro seções: Puericultura; pediatria, inquérito e investigações e maternidade” (*O Jornal*, 08/07/1936, ano XVIII, n.5232, p.8).

De acordo com o projeto em tramitação, na Câmara dos Deputados, a nova instituição seria dotada também de consultórios de higiene pré-natal e infantil, creche, pupileira, lactário modelar, museu de higiene infantil entre outros elementos necessários ao ensino prático e eficiente da puericultura. Para Martagão Gesteira, a direção da instituição estaria em boas mãos, a de Olinto de Oliveira, pois ele era “um dos vultos mais proeminentes da puericultura no Brasil”, havia traçado um plano de “amparo às mães e crianças desvalidas, cuja execução está dependendo apenas da regulamentação de sua diretoria ou da aprovação do projeto, de autoria de Gustavo Capanema, para a reforma do Ministério a seu cargo” (*O Jornal*, 12/07/1936, ano XVIII, n.5236, p.6).

Como uma das ações do Estado Novo (1937-1945), a criação do Departamento Nacional da Criança (1940-1969), instituição oficial, emergiu nesse contexto assumindo a posição de órgão centralizador na coordenação e implementação de políticas públicas direcionadas ao

estabelecimento de formas de educar a infância, que resultavam na adoção de medidas higiênicas e sanitárias, com vistas a se modificarem os hábitos de assistência e proteção dirigidos à infância (BTDNcr, 1940, ano I, n.1, p.5). Há de se considerar, que estava em trâmite, desde o final do período imperial, a formulação de políticas de assistência à infância sob o aspecto médico-social. Ainda que em trânsito lento, as assistências caritativas foram cedendo espaço para as de natureza filantrópicas. As ações filantrópicas, hasteadas em bases esclarecidas, além de difundirem um alcance maior das ideias de atendimento e assistência às infâncias, serviram de embasamento em maneiras de educar a alma, curando o corpo, sob orientação da ciência, especialmente, a infância.

A Constituição de 1937 espelhava bem a preocupação desse momento, ao indicar que “a infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado” (BRASIL, 1937, Art. 127). Afora esse elemento, foi incluído, em seu texto, uma gama de prescrições conferindo ao Estado o dever categórico de envolver a infância de cuidados e garantias específicas.

Nenhuma obra patriótica intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país excede a esta, devendo constituir por isso preocupação verdadeiramente nacional. Os poderes públicos aliados à iniciativa particular e guiados pelo estudo atento e científico dos fatos, tem no amparo às crianças, sobretudo quanto à preservação da saúde e ao desenvolvimento cívico e mental, um problema da maior transcendência, chave da nossa opulência futura. A hora impõe-nos zelar pela nacionalidade, cuidando das crianças de hoje para transformá-las em cidadãos fortes e capazes (*Reação Brasileira*, novembro de 1942, n.37, p.40).

Fortalecia-se, assim, a proposta da construção do "homem novo", perspectivada na infância, o devir do futuro. Esses elementos forneciam as condições básicas para elaborações idealizadas de uma infância forte, que deveria ser tratada para se tornar higienicamente civilizada, originando uma nova nação. Cabia ao país assegurar os direitos da infância, por serem estes “indeclináveis que a nação não pode sem abdicar da sua autoridade e sem trair a sua missão, sacrificar aqueles, sem renunciar a este, porque se trata da salvação do povo e da raça” (MATOS⁹⁷, 1943, p.378 apud FONSECA, 1993, p. 102).

A atenção destinada à questão da infância e o conjunto de ações implementas por meio da produção da política social nos anos de 1930, especialmente no Estado Novo, não se tratou de uma peculiaridade brasileira. A política social compreendia o elenco de ações ou programas de natureza governamental, que regulamentavam a forma social, conduzidos a minorar

⁹⁷ MATTOS, José Cândido de Albuquerque Mello. O Trabalho dos Menores de 18 Anos. *Revista Trabalho Seguro Social*, setembro de 1943, p. 378.

distorções e déficits do sistema liberal, como o *laissez-faire*, significando tudo aquilo que tem por alvo problemas sociais (FONSECA, 1990, p.8).

As ações do Estado estavam caminhando em sincronia com um amplo movimento internacional em favor da infância, que estava acontecendo em vários países, havendo já algumas décadas. O problema dos altos índices de mortalidade, aprofundados no decorrer da Primeira Guerra Mundial, pela fome em diversos países europeus levou à construção de uma consistente rede de assistência social, que viu no Tratado de Versalhes, o momento ideal para o desenvolvimento da assistência infantil. Houve, assim, a concretização de ideias e projetos em favor da infância naquele momento, como “a regulamentação do trabalho infantil, a garantia de repouso à operária gestante antes e depois do parto, além de outras medidas para estimular a amamentação” (FONSECA, 1993, p.100).

O que acontecia no Brasil não se tratava de um fato isolado, mas fazia parte desse movimento amplo internacional. Não, pois, apenas no Brasil que surgiram órgãos destinados à assistência, materno infantil. Em 1940, um Centro de Saúde Materna e da Criança foi estabelecido pela primeira vez, na Argentina. Em várias partes do país se verificaram as condições de vida da infância pré-escolar e os serviços médico-sociais para elas. Muitas novas clínicas dentárias para a infância e as mães foram equipadas e preparadas para abrirem em 1940. A educação higiênica e sanitária (educação para saúde) foi conduzida através do rádio e por filmes (animatográficos) especialmente preparados, *posters* e folhetos; um estudo foi feito sobre a taxa de nascimento, sobre a Buenos Aires e outras partes do país (*Bulletin of the Pan American Union*, 1941, v.75, p.435).

Movimento semelhante pode ser percebido na Bolívia, com a criação, em 1937, do Departamento de Bem-Estar Materno e da Criança (Patronato Nacional de Menores), confrontando-se o problema da mortalidade infantil e materna. Para este fim, estabeleceram pequenas maternidades e centros de saúde para gestantes e crianças pequenas, com um pessoal treinado, enfocando exames médicos regulares, a instrução e orientação das mães, baseadas na puericultura, o cuidado higiênico de seus filhos e no cuidado pessoal, e a distribuição de leite para os bebês. Fundos para estes fins eram distribuídos por meio do Departamento para os municípios em 1940 e 1941 (*Bulletin of the Pan American Union*, 1941, v.75, p.436).

No Chile, o Departamento do Bem-Estar Materno e Infantil (Departamento Central de Madre e Niño) do Ministério da Saúde foi estabelecido em 1940, para coordenar o trabalho das agências públicas e privadas voltadas para o bem-estar materno e infantil e preparar o programa para o bem-estar infantil através do Estado (*Bulletin of the Pan American Union*, 1941, v.75, p.437).

No Brasil, a criação do Departamento Nacional da Criança, em suas ações dirigidas à infância, tinha a intenção de intervir sobre a infância, fazendo desta instância de cultivo o canteiro do porvir. Estas ações tinham como alvo a: “arte de cultivar a infância”, aquela que viria a ser o devir, contribuindo para o desenvolvimento e o enriquecimento da nação. As representações construídas em torno da infância, por meio do Departamento, no Estado Novo, a alçava como riqueza infinita a ser lavrada, exaltada e protegida, pois tratava-se da “sementeira da pátria, cujas almas cândidas guardam o mais puro amor e são a esperança do regime novo” (BTDNCR, 1942, ano II, n.10, p.7). O Departamento, ao proteger a infância, fez dela seu objeto de cultivo, por meio da ciência, e tomaria todas as medidas destinadas a assegurar-lhe condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades.

As demandas para uma melhor organização do trabalho de bem-estar da infância no Brasil resultaram na criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940. Segundo o *Bulletin of the Pan American Union* (1941, v.75, p.435) era o esforço inicial de fôlego experimentado no país que havia concedido a uma única Agência Governamental a tarefa de coordenar todas as atividades do bem-estar da criança e da mãe. O Departamento visava estimular a organização do trabalho em favor da saúde e bem-estar das mães e crianças, desde o nascimento até a adolescência. Diante dessa tarefa, tornada mais complicada por conta da diversidade das condições locais, por ser este um país grande, o Departamento começou, com a maior urgência, com um estudo de acompanhamento dos recém-nascidos. As instâncias responsáveis por realizarem a estatística vital enviavam, diariamente, as listas dos nascimentos registrados. As maternidades também enviavam seus relatórios. Os agentes sociais visitavam as casas das crianças, de modo a saber, a descobrir a condição econômica das famílias e o estado de saúde infantil; quando necessário, elas eram encaminhadas para uma das agências locais de bem-estar da infância.

Em 25 de março de 1941 foi celebrado, em todo o Brasil, o dia da criança, de acordo com o Decreto de lei n. 2024 de 17 de fevereiro de 1940. Essa medida criou, no Ministério de Educação e Saúde, o “Departamento Nacional da Criança” e estabeleceu as bases para organizações preocupadas com mães, crianças e adolescentes em todas as partes do país, para cooperação com os tribunais, por departamentos municipais e estaduais⁹⁸ preocupados com os

⁹⁸ O Departamento Estadual da Criança, uma instância regional do Departamento Nacional da Criança, carece de estudos aprofundados, por parte deste trabalho, em que se faça uma análise da recepção da política social implementada no Estado Novo, dirigida à proteção da maternidade e da infância. A concretização do Departamento Estadual como dos Postos de Puericultura implicou no agenciamento do apoio dos interventores dos Estados e da municipalidade. Por questões de tempo esta pesquisa não deu conta de analisar esse aspecto. Com relação ao tema podem ser consultados: BARBOSA, Michele Tupich. *Assistência e Maternalismo: As Articulações do Departamento Estadual da Criança (DECr) na Proteção à Maternidade e a Infância no Paraná (1940)*. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 126 - 144, jan. / jul. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8682/pdf7>>. Acesso em 10/01/2019

mesmos grupos; e para pesquisa Científica na pediatria. Olímpio Olinto de Oliveira foi nomeado chefe do Departamento. Em resposta a um apelo feito por meio do Presidente Vargas, convidando “aqueles que amam seu país e seu povo, os quais trabalharam e acumularam riqueza, a cooperarem com o governo na tarefa de preparar novas gerações, através da proteção de mães e crianças” (*Bulletin of the Pan American Union*, 1941, v.75, p.435).

Conforme levantamento das fontes, os indícios do primeiro aceno, na direção da criação do Departamento Nacional da Criança, possivelmente ocorreram durante a celebração da Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933, conforme indicou o jornal *A Batalha* (22/09/1933, p.7). Dessa forma, em ofício dirigido à Conferência Nacional de Proteção à Infância pela Confederação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitária Feminina, foi apresentada, por meio da professora Almerinda Farias Gama⁹⁹, sugestões na Seção de Assistência, sobre o tema 50 do seu programa, como a criação do Departamento da Criança, no Ministério da Educação e Saúde Pública. Essas sugestões foram amadurecidas e sua concretização se deu *a posteriori*, em 1940, quando veio a ser denominado, oficialmente, de Departamento Nacional da Criança.

Imagem 11- Almerinda Farias Gama, única mulher negra na eleição dos representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934

⁹⁹ Almerinda Farias Gama, presidente da Ala Moça do Brasil, candidata a Deputada Federal no Pleito de 1934, foi militante feminista ao de Bertha Lutz e Carmem Lutz da Confederação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitária Feminina (*Diário de Notícias*, 26/06/1931, p.4), atuou como sindicalista, sendo uma das poucas mulheres negras envolvidas na luta por direito ao voto feminino, sendo a única a votar como delegada na eleição para Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nasceu em Maceió, estudou datilografia e formou-se em direito, escreveu e publicou na imprensa paraense e carioca. No Rio de Janeiro foi presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e depois se firmou como cronista (*Diário de Notícias*, 16/06/1931, p.6).



Fonte: Arquivo Almerinda Farias Gama. CPDOC-FGV, AFG foto 004

A proposta era criar um Departamento que fosse de alcance nacional e que tivesse, em suas dependências, a “Casa da Criança”, destinada a prover a educação a todas as crianças sem lar. Essas ideias encontraram um terreno próprio para sua execução nos indos de 1940. Até meado de 1930, as fontes indicam certo protagonismo da professora Almerinda Farias Gama, depois de 1940, parece haver um arrefecimento do movimento feminista, com seu desaparecimento da cena política; mas a semente da ideia da criação do Departamento estava lançada no campo dos intelectuais.

As políticas sociais, em prol da infância no Brasil, ganharam mais consistência, segundo Aranha (1941, p.83), a partir de 1930. O agenciamento de homens da ciência, especialmente médicos, sanitaristas, juristas, engenheiros e educadores, se adicionavam às reformas sanitárias e educacionais empreendidas nesse período, indiciando a diligência do governo na instauração de novos hábitos e na criação da consciência higiênica. Movimento importante, no que tange a questão social da infância, havia sido empreendido desde a década de 1924, com a criação da Inspectoria de Higiene Infantil. Todavia, esforços mais concentrados foram percebidos desde o início do Governo Provisório, quando Olímpio Olinto de Oliveira havia sido chamado a comandar através da direção da Inspetoria de Higiene Infantil a luta contra a desnutrição e a mortalidade infantil. No início do Governo Constitucional, em 1934, houve a fundação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, com Olinto de Oliveira em sua direção, envolvendo um amplo programa de ação, encampando a antiga Inspectoria de Higiene Infantil.

Segundo Aranha (1941, p.83), em 1937, início do Estado Novo, uma nova reforma promovida por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, alargou o âmbito de atuação da antiga Diretoria, então elevada à condição de Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, que tinha em sua direção Olinto de Oliveira. Finalmente, para coroar as políticas sociais e a obra social empreendida em favor da infância, o Governo criou o Departamento Nacional da Criança, em 1940, órgão supervisor e orientador da cruzada em favor de uma infância mais

forte de corpo e espírito. O Departamento foi entregue à chefia do pediatra e puericultor, Olímpio Olinto de Oliveira. O Departamento Nacional da Criança foi criado para realizar uma campanha proveitosa visando salvar a infância brasileira.

Percepção semelhante era veiculada entre os impressos escritos, como o jornal *Nação Brasileira* (ano XX, n.228, agosto, 1942, p.7), ao noticiar o posicionamento do governo acerca do problema da assistência à criança, acenando que, o Brasil, enfim, acordou para a questão da infância. Sob essa lógica, o Departamento Nacional da Criança era criado na expectativa de atender e atacar a questão social da infância prestando assistência e, através de subvenções, caminharia, orientando e operando na fiscalização técnica.

Assentado sob a bandeira das concepções das ciências médicas, higiênicas e de puericultura, na vigência da Constituição de 1939, era criado, por meio do Decreto-Lei n. 2024, de 17 de fevereiro de 1940, o Departamento Nacional da Criança (DNCr). Para o cargo de Diretor Geral foi convidado Olímpio Olinto de Oliveira. Para Martins (2010), desde o início do regime Vargas, Olinto de Oliveira, já entre os anos de 1932 e 1934, atuou marcando presença constante, com esforços incessantes, no intento de resolver as dificuldades e os embaraços na implementação de ações destinadas à infância.

O documento institucional do Departamento, o *Boletim do Departamento Nacional da Criança*, continha um discurso apologético a favor do preito da infância e da liderança de Olímpio Olinto de Oliveira. Segundo o documento, desde 1930 que “esse indefesso batalhador se esforça por ser ouvido, com uma tenacidade insuplantável, como acontece com todos os espíritos iluminados por um ideal transcendente, infundindo entusiasmo e fé a todos que o rodeiam” (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, p.5). Logo, mesmo diante dos obstáculos constantes no decurso de sua missão em prol da infância, procurou manter-se decidido e confiante, não desanimando diante dos inúmeros obstáculos de ordem administrativa que vinham surgindo e que poderiam embaraçar a realização dos seus planos de ciência e trabalho dirigidos à infância.

Desde a Primeira República, processualmente o Estado dava indícios da alteração de seu papel frente às questões sociais, procurando estabelecer a ordem social e intervindo sobre “a desordem, a vadiagem, a prostituição, a vagabundagem, a mendicância e a criminalidade. Instituições foram criadas e acionadas com a perspectiva de assistir, sanear e recolher e os indesejáveis” (CAMARA, 2010, p.110).

Mobilizados por meio dos problemas sociais que assolavam o país, setores da intelectualidade procuravam compreender e elucidar o que era esse país chamado Brasil. Assim, compelidos a elaborar, racionalmente, estratégias embasadas na ciência, que resultassem na modificação da imagem de país doente e assolado, compuseram planos com a intenção de fazer

desse um laboratório de experimentação, como um imenso hospital. Estava em jogo um intenso debate sobre a intervenção estatal na gestão, na oferta de serviços sociais e sobretudo na assistência médica. Durante a década de 1920, a atuação do Estado, por meio das políticas de saúde pública, já tinha começado a ser sentida por meio das campanhas de saneamento e profilaxia. No entanto, foi no decurso de 1940, que o Estado brasileiro se municiou de instituições e pessoal especializado, atuando na projeção e execução de ações na área da saúde, educação, previdência e assistência (FONSECA, 2007).

Em boa medida, essas campanhas resultavam da injunção do poder científico e político que produziam estudos e conferências, com o propósito de localizarem o caminho para a ordem da salvação da infância e, por conseguinte, da salvação nacional. Fulgurava, no contexto social brasileiro, a figura da infância doente, maculando a imagem idílica que constituiria a representação da nação em progresso, civilizada (MOURA, 1999).

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, por ocasião de sua participação na “Semana Médica Carioca-Paulista”, no Rio de Janeiro, em 1939, fazia alusão às políticas públicas que seriam desenvolvidos através do Estado, destinadas à proteção da maternidade e da infância. Para Capanema essas políticas estavam entre as mais importantes no campo das políticas de saúde, e a realização do evento em curso era oportuno e poderia oferecer contribuições ao Estado no confronto com o problema da infância. Considerando que “a proteção à infância já não se limita, como antigamente, às questões de saúde, ela tinha, agora a seu cargo, a vigilância e a satisfação de todos os direitos da criança e, além da conservação da saúde, deveria promover a do seu bem-estar geral e a preservação moral” (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.5).

O Departamento Nacional da Criança, como parte da política nacional de amparo, assistência e proteção à maternidade e à infância, erigida no Governo de Getúlio Vargas, foi definindo a sua orientação, nos diversos problemas da infância, entre aspectos educacionais, econômicos e de saúde, sintetizando suas ações, na forma de um credo,

Cremos no futuro do Brasil, pela proteção integral da criança. Cremos que a base do bem-estar e do futuro da criança reside no lar e na família bem organizados. Cremos nos deveres do Estado para a criança em geral, mas principalmente a abandonada e a necessitada. Cremos na benéfica influência dos servidores de proteção á infância bem organizados e exercidos por pessoal competente e devoto. Cremos que na proteção à infância, é muito mais importante a influência da educação dos pais, e responsabilidade no futuro da criança. Cremos no papel imenso das instituições privadas, de proteção á infância, quando bem orientadas e harmonicamente coordenadas. Cremos nos melhores resultados da compreensão, da doçura e de uma disciplina equânime, do que no rigor e nas punições na reeducação dos menores transviados. Cremos que os direitos da criança não podem depender da forma pela qual, seus pais se tenham comportado. Cremos que, para o bem futuro da humanidade,

como para a família e do indivíduo, a proteção bem entendida, a criança é mais importante e essencial que qualquer outra das atividades dos governos (BTDNcr, outubro de 1943, ano III, n.14, p.21).

Na cooperação com o Estado, o DNCr acreditava que a educação dos pais e responsáveis seria benéfica para o futuro da criança. A defesa da criança envolvia um campo abrangente, a defesa contra as doenças, os males sociais, o perigo moral, o abandono, os fatores físicos, que poderiam servir de obstáculo no desenvolvimento normal e saudável da criança, como forma de “preparação da raça do futuro”.

Esses elementos indiciam um processo de ampliação da maneira de assistir à infância, acompanhando o movimento internacional em torno da ideia de não apenas cuidar, mas assegurar os direitos da criança, favorecendo o oferecimento de uma atenção holística, envolvendo a melhora das condições físicas, mentais e morais. Isso vinha da participação intensa dos intelectuais por dentro do Estado e nas suas franjas, numa espécie de inteligência. Para Camara (2010, p.122), esses intelectuais “partícipes da inteligência brasileira, buscaram fornecer uma visão compreensiva do mundo por suas atividades acadêmicas, políticas, sociais e culturais.” Eram considerados os faróis de seu tempo a iluminar o caminho para o progresso da nação, os guardiões das ideias civilizatórias.

Segundo Pandolfi (1999, p.10), este momento fora marcado por discussões centradas nas políticas sociais, mas na promoção e na produção de uma legislação pertinente ao assunto. Apareceram, entre as décadas de 1930 e 1940, período caracterizado através da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, defensores de um Estado, presente, os intelectuais. Os intelectuais atuaram nos quadros do Estado na produção de políticas públicas e na fundação de aparatos governamentais. Eles tinham como preocupação maior a consolidação da identidade nacional, na manutenção da raça, procurando garantir a sua higidez¹⁰⁰.

Dessa forma, no decurso de 1940, instituições e serviços sociais ofertados por meio do Estado brasileiro, dirigidos à infância ganharam maior expressão. Eram derivados de propostas de intelectuais, mas eram também o produto da influência, no aspecto tanto da organização, quanto do conteúdo e concepção, de experiências internacionais oriundas dos países capitalistas europeus. Entre os intelectuais, que atuavam em cargos proeminentes do aparelho estatal brasileiro e que teceram elogios e apreciações por meio de viagens ao continente europeu, estava Olímpio Olinto de Oliveira¹⁰¹.

¹⁰⁰ Termo médico muito utilizado nos boletins do Departamento Nacional da Criança sobre a infância saudável.

¹⁰¹ Esse fato pode ser depreendido nos relatos das viagens a esses países, tornados públicos por meio dos relatórios produzidos (VIEIRA, 1988, p.7).

A expansão industrial e seus aspectos negativos no país vinha sendo acompanhada por intelectuais devotados à causa da infância, entre os quais Olinto de Oliveira. O médico pediatra, em 1935, escrevera o documento¹⁰² intitulado “Justificação da criação do Conselho Nacional de Proteção à Maternidade e à Infância”, fazendo alusão à carta constitucional de 1934. Neste documento preconizava, taxativamente, o amparo à Maternidade e à Infância, acentuando o combate à mortalidade infantil, os socorros aos desvalidos e às famílias de prole numerosa, os serviços sociais, a proteção da juventude contra toda exploração e as situações de larga exploração ao trabalho, em que as mulheres e menores estavam submetidos. Ele propunha à instituição restrições da quantidade de horas despendidas em tais atividades, para preservação da vida desses e conservação da raça.

Segundo Olinto de Oliveira, o problema da assistência maternal e infantil constituiria, modernamente, uma expressão característica do grau de civilização e capacidade organizadora do Estado, enquanto outrora o médico só via a questão da mortalidade; o higienista, a profilaxia; o sociólogo, a questão dos ilegítimos; o jurista, a da delinquência infantil; e assim por diante. Havia a necessidade de se compreender a importância da questão da infância não numa perspectiva fragmentada e estanque, mas vista de forma inteira, e o atual governo encarou essa questão de maneira decisiva, inserindo-a no quadro geral da sua política social¹⁰³.

A disposição do Decreto, que dava organização ao Departamento Nacional da Criança e fixava as diretrizes de sua ação, havia sido publicado na íntegra, em mais de 12 periódicos impressos, entre os quais citamos alguns: o *Jornal do Comércio* (18/02/1940, p.8); *Diário de Notícias* (18/02/1940, p.5); o *Jornal do Brasil* (18/02/1940, p.6), todos usando o seguinte título “Proteção à maternidade, à infância e à adolescência” da chamada matéria. O *Correio da Manhã* (18/02/1940, p.3) usou a legenda “Cuidando do Brasil nas fontes da sua grandeza de amanhã”, a qual foi considerada as bases da organização da proteção à mãe e à infância, atendendo, dessa forma, a um alto imperativo de grande alcance para nossa pátria.

O Departamento Nacional da Criança apoiava suas ações em quatro pilares que davam sustentação à execução de suas atividades: o Instituto Nacional de Puericultura, a Divisão de Proteção Social da Criança, a Divisão de Cooperação Federal e o Serviço de Administração. As ações de políticas sociais, na construção do Estado Nacional, o *state building*, caminharam, desenhando novas formas de interação entre o governo e a sociedade, acentuando-se o poder

¹⁰² Documento enviado ao Ministro Gustavo Capanema, por Olinto de Oliveira, em 23 de setembro de 1935, como justificativa à criação do Conselho Nacional de Proteção à Maternidade e à Infância. Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. Pasta. CPDOC-FGV.

¹⁰³ Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

público. Para além das meras separações que se explicitaram com a demarcação e a divisão de funções do Ministério da Educação e Saúde, conforme a área de atuação de cada Departamento, “a separação definiu, naquele contexto de fundação e estruturação de políticas sociais, modelos diferenciados de reconhecimento de direitos sociais”. O Departamento, como instituição, mantinha vínculos diretos com o Ministério da Educação e Saúde, o que indiciava a relação estabelecida entre educação e saúde, como instrumento burocrático, de atuação nacional, que se adequava aos interesses do governo federal e atendia as expectativas voltadas à infância, para a consolidação de uma nova nação (FONSECA, 2007, p.52).

A palavra instituição possui significado polissêmico e ambíguo, conservando consigo três formas principais e distintas de significação. A primeira, tem origem na tradição antropológica, principalmente de Marcel Mauss, ao definir como instituições o conjunto de práticas sociais relacionadas, de certa forma, com aspectos rotineiros e ritualizados, os sistemas simbólicos, como as religiões e as línguas, que se impõem aos atores como feitos que antecedem suas ações. Nessa perspectiva a lista de instituições foi bem ampla: as maneiras, os costumes, os hábitos alimentícios, os códigos de cortesia. O segundo, entendimento provém da sociologia política em que as instituições compõem um elenco de marcos e procedimentos constituintes da soberania, tornando capaz a regulação dos conflitos e a tomada de decisões: as constituições políticas, os parlamentos, os processos de arbitragem, os sistemas políticos entre outros. O terceiro, significado desta noção aponta para as instituições com as organizações e agências beneficiárias e herdeiras de uma antiguidade legítima: as empresas e as administrações identificadas com interesses gerais e com a nação. A noção de instituição utilizada aqui tem em uma definição particular, a função de instituir e de socializar. Sob essa lógica, a instituição é compreendida por sua capacidade de fazer estabelecer uma ordem simbólica e uma cultura subjetiva na pessoa, pois esta atua institucionalizando, na natureza social, valores, símbolos, costumes e maneiras (DUBET, 2007, p.41).

O Departamento Nacional da Criança deve ser compreendido para além do tipo de aparato ou de organização, caracterizando uma forma específica de socialização e de trabalho sobre o outro, levando estes a internalizarem valores, modelos, sentimentos, atitudes típicas de uma dada cultura do *habitus*. Sob esse aspecto, o Departamento, uma instituição, podia ser visto como uma sociedade específica, isto é, como uma formação social que se define por seu caráter distinto e bem estruturado, junto de suas conexões existentes entre os sujeitos sociais que dela participam. Estes sujeitos não apenas atuavam no seio da instituição, mas estabeleciam nexos de dependências recíprocas, relacionando os indivíduos uns com os outros, com suas figurações compondo códigos e comportamentos inéditos (ELIAS, 1993; BOURDIEU, 1989).

Importa ressaltar que o surgimento desse Departamento estava conexo com as aspirações do Estado Nacional, do projeto de construção do Estado brasileiro através da institucionalização e da presença de serviços sociais de dimensão nacional. No entendimento de Fonseca (2007, p.10), a edificação do Estado Nacional passou pela recepção do apoio de intelectuais descontentes com o liberalismo, reforçando o papel coordenador do Estado na sociedade, nas políticas sociais, implicando na adoção de medidas centralizadoras, especialmente durante o Estado Novo. Esse elemento de um lado, foi assumido significativamente na edificação e modelamento do sujeito civilizado, intimamente afeto aos aspectos da configuração simbólica, e de outro lado, relacionava-se ao processo de institucionalização de serviços em âmbito nacional, na perspectiva de ampliação das capacidades materiais deste, no planejamento e execução do Estado de bem-estar¹⁰⁴.

O período republicano brasileiro teve como bandeira a ideia da modernização fundamentada em ideais positivistas, ainda que no decurso das décadas essa bandeira possa ter adquirido conotações distintas. Conforme estudos de Marcílio (1998, p.192), por longo espaço de tempo se acreditava que o progresso da humanidade seria infundável, graças à ciência e à adesão à civilização e à ordem. Todavia, a face nefasta desse progresso, no contexto brasileiro, pode também ser percebida através do agudo crescimento demográfico, o processo de urbanização avassaladora e do desenvolvimento da indústria, produzindo a riqueza, mas também contribuía na degeneração da espécie humana. O resultado era manifesto, habitações precárias compunham a paisagem insalubre dos espaços urbanos. A miséria, a deterioração de valores morais se espalhava por todos os recantos das cidades, deixando exalar o seu odor moribundo de moléstias.

Diante de um ambiente degradado, de degenerescência, se produzia a emergência da infância. E a importância imputada a esta desvelava-se uma função nova para o Estado: promover o bem-estar da infância por meio de políticas sociais. Esse era um dos desafios sociais do novo Estado Nacional, que deveria encarar a questão social não como uma demanda operária, mas como problema de todos os brasileiros e brasileiras de todas as classes. De acordo com Gomes (1999, p.59), o Estado deveria ver, no homem do povo, a pessoa humana, como

¹⁰⁴ O Estado de bem-estar, o *Welfare State*, relacionou-se as políticas sociais destinadas a incluir as parcelas empobrecidas da sociedade implantando não apenas políticas voltadas a mitigação da desigualdade, mas de ordenação das relações sociais. O funcionamento dos programas do *Welfare State* está sujeito às disputas de interesses, pressões de natureza orçamentária e as estruturas das instituições políticas (FONSECA, 2007, p.27). O Estado de bem-estar erguido no ambiente do Estado Nacional brasileiro significou o esforço do estabelecimento de políticas de proteção para os mais empobrecidos e desfavorecidos da sociedade. Essas políticas foram dirigidas para setores como: a educação, a saúde, o emprego, seguridade social etc. Tais medidas políticas tinham no Estado o seu maior afiançador e financiador, o avalista garantidor do desenvolvimento social (BOMENY, 2001, p.16).

célula *mater* do organismo pátrio. Sob essa perspectiva, o Estado Nacional, no enfrentamento das questões sociais, precisava amplificar sua ação, incluindo os problemas de feição econômica e social, afiançando o estabelecimento do bem-estar do povo.

Na década de 1940, após a crise provocada pela quebra do sistema capitalista mundial, com a Grande Depressão, numa perspectiva internacional, países como Alemanha, França, Itália, Suécia, como forma de encararem os graves problemas sociais e, ao mesmo tempo fazerem o contraponto ao modelo soviético socialista, propuseram políticas próprias de atenção ao bem-estar humano, dando origem ao que se convencionou denominar de Estado de Bem-estar, o *Welfare State*. A era de dificuldades e incertezas vivenciada na pós crise, serviram de caminho pavimentando à instituição do Estado de Bem-estar, que significava a instituição de governos centralizadores com amplas políticas de proteção social (HOBSBAWM, 1995, p.100). O enfrentamento das matérias de caráter social, no Brasil, levou o Estado Novo a instituir políticas sociais de emprego, seguridade social e de assistência que resultaram no *Welfare State*, ou seja, o Estado de Bem-Estar à moda brasileira, pois, diferente dos países em que se adotara amplas políticas de proteção social, o desenho das políticas aqui implementadas era menos ambicioso e mais tímido.

A instituição do Estado de bem-estar no Brasil, apesar de retraído em relação aos países europeus, desempenhara papel basilar no desenvolvimento tanto do pensamento do bem-estar social, quanto de políticas públicas sociais. Era a presença efetiva do Estado produzindo e executando medidas pontuais de legislação e regulando o trabalho de seguridade social e de assistência social. Conforme entendimento de Martins (2010, p.104), essas ações significaram, no Brasil, um Estado mais presente e atuante frente às ausências históricas e políticas na assistência e na proteção à infância. As políticas sociais desenvolvidas eram as primeiras manifestações explícitas, assinaladas pela ingerência do Estado, tendo ocorrido na França, na Suíça e na Alemanha, na intenção de proteger as mães pobres e de tutelar a infância. As políticas do *Welfare State*, destinadas à maternidade e à infância, no Brasil, vislumbraram sua regulamentação por meio de leis e tiveram sua vigência prática por meio de órgãos estatais, como o Departamento Nacional da Criança. A implementação das leis de proteção à maternidade e à infância, no país, tinham como desafio dirimir o embate de opiniões divergentes quanto às formas de proteção à infância e à maternidade, buscando instituir legislação capaz de regular o trabalho feminino e infantil, e diminuir a exploração, em especial, do último grupo.

Esse período sinalizava para mudanças consideráveis, para uma nova postura do Estado frente às demandas sociais. No princípio do Governo Provisório, o Ministério da Educação e da Saúde Pública, recém-criado, era revestido de formato padronizado e harmonioso,

objetivando a centralização dos serviços de saúde, assistência e educação. Nesse contexto a instituição do Ministério da Educação e da Saúde Pública relacionava-se ao projeto varguista que objetivava educar e curar a nação brasileira, livrando-a de suas enfermidades e propiciando-lhe um futuro promissor de pendoros modernos (GOMES, 2010, p.13).

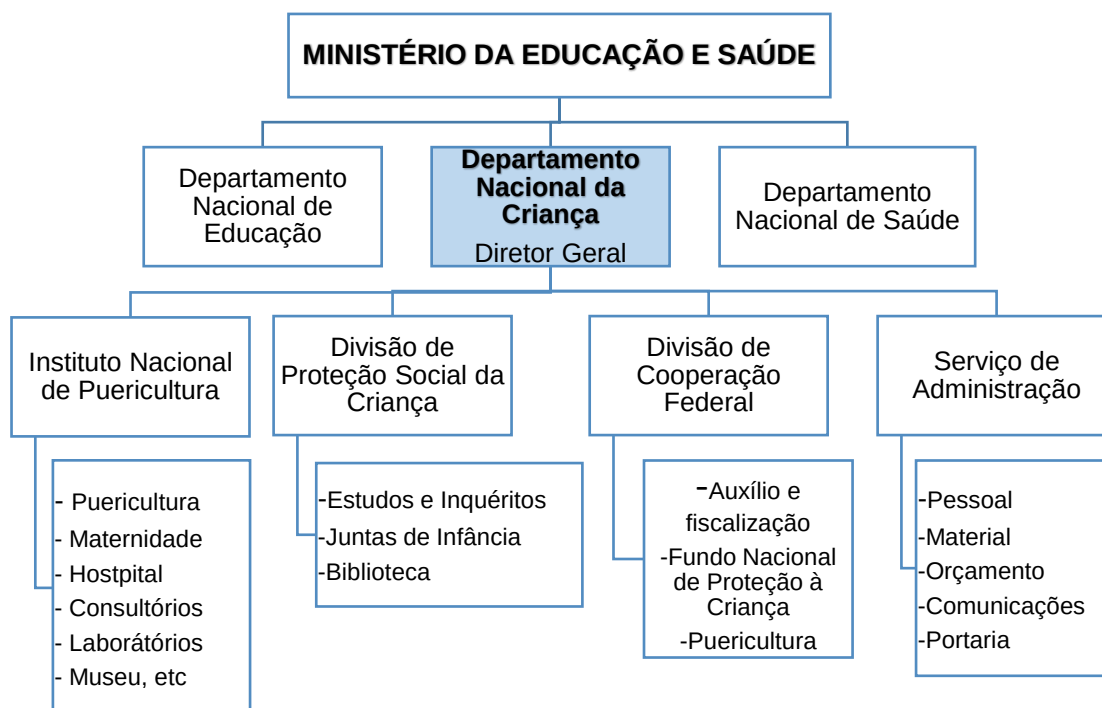
Desde o início do regime Vargas, Olímpio Olinto de Oliveira, já entre os anos de 1932 e 1934, atuara como figura de proa, marcando presença constante. Eram incessantes seus esforços incessantes no intento de solver as dificuldades e os embaraços na implementação de políticas específicas destinadas à infância. Maiores avanços foram experimentados anos mais tarde, na passagem do Estado Novo.

O Departamento Nacional da Criança estava diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema. Este Departamento tinha dois importantes braços, o Instituto Nacional de Puericultura (I.N.P.), dirigido por Mário Olinto, e a Divisão de Proteção Social da Infância (DSPI), coordenada por Gustavo de Sá Lessa (BTDNCr, 1943, n.14, p.2).

O *Jornal de Pediatria* (ano VIII, fascículos 9 e 10, setembro-outubro, 1942, p.105) mencionava a regulamentação do Departamento Nacional da Criança, celebrando a transformação do Hospital Arthur Bernardes no Instituto Nacional de Puericultura, que estava sob a direção de Mario Olinto. Em seu primeiro ano de existência apresentou o artigo sobre o raquitismo no Rio de Janeiro. Nessa mesma ocasião ocorreu a homenagem à Fernandes Figueira e Olinto de Oliveira, em sua 77ª reunião presidida por Mario Olinto que convidou, para compor a mesa, Luiz Barbosa e Martagão Gesteira. Na ocasião era presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria Adamastor Barbosa.

A organização do DNCr tinha o seguinte organograma:

Quadro 4 - Organograma do Departamento Nacional da Criança- 1940



Fonte: BTDNCr, 1940, ano I, n.1, p.8

O Instituto Nacional de Puericultura destinava-se ao estudo e a pesquisa de todos os problemas relativos à maternidade e à infância, não só no estado hígido como também na intercorrência de estados patológicos. O Departamento Nacional da Criança desejava construir em cada estado, um Instituto que deveria ser amplo e devidamente equipado, dispondo de diversos serviços especializados, como: ambulatórios, maternidade, fisiologia infantil, fisioterapia e eletricidade médica, dietética, serviço social, banco de leite humano, biblioteca, laboratórios, biotério, etc. (COSTA, 1940, p.8). Endossando essa perspectiva, o documento legislativo no Artigo 14 (BRASIL, 1940, p.3125) informava que “será organizado, como dependência do Ministério da Educação e Saúde e para cooperar com o Departamento Nacional da Criança, sob sua direção, um instituto científico destinado a promover pesquisas relativamente à higiene e à medicina da criança”. Segundo Marcílio (1998, p.221), caberia ao DNCr promover estudos acerca da natalidade, morbidade e mortalidade infantis, pois urgia a necessidade de se instituírem medidas de mitigação contra a crescente pobreza e as doenças que se espalhavam, inviabilizando o progresso e o processo de civilização desejados.

O Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde, compreendia duas divisões à época de sua criação: Proteção Social da Infância, dirigida por Flammarion Costa, e a Divisão de Cooperação Federal, conduzida por Gastão Figueiredo, subdividida em várias seções. O Departamento Nacional da Criança possuía um núcleo de observação, experiência e pesquisas, o Instituto Nacional de Puericultura, dirigido por Mário Olinto. Este

centro de estudos era dotado de hospital, maternidade e laboratórios de pesquisas clínicas e dietéticas. Segundo Meton de Alencar Neto. Olímpio Olinto de Oliveira foi um “homem de ciência, cuja obra, divulgada no estrangeiro e no Brasil, atestaram os méritos que o governo percebeu em seu espírito, em tê-lo escolhido para tão importante cargo” (*Arquivos do Serviço de Assistência ao Menor –RJ*, 1943, v. III, dezembro, p.223).

Olímpio Olinto de Oliveira, dotado de censo científico, orientou as pesquisas do Departamento Nacional da Criança; através dos técnicos, no território brasileiro. Com Flammarion Costa, Gastão de Figueiredo e Mário Olinto, assistidos por profissionais probos e competentes, constituíram uma equipe harmoniosa, que trabalhava silenciosa em prol da maternidade e da infância, concorrendo, destarte para levantar o teor da vida nacional. Secretariado por Alberto Cândido de Freitas, o Departamento Nacional da Criança realizou todos os anos um curso de Puericultura, com a alta finalidade de formar técnicos. Entre seus professores encontram-se nomes de expoentes nas especialidades que formavam cada cadeira. De todas as partes do Brasil vieram médicos, para usufruir das vantagens deste curso *post-doutorado*. Dentre os médicos que compunham o corpo especializado do Departamento se destacou os Drs. Silveira Sampaio, Orlando Seabra Lopes, Júlio Cavalcanti Lopes, Cleto Seabra Veloso, Antônio Filgueira Filho, João Tavares, Jacinto Cardoso e Naim Merched. Afora as duas divisões, do Instituto de Puericultura e do serviço administrativo, encontravam-se no Departamento Nacional da Criança uma biblioteca rica e valiosa e a seção de desenhos e cartazes, do serviço de divulgação (*Arquivos do Serviço de Assistência ao Menor –RJ*, 1943, v. III, dezembro, p.223).

Acompanhar a conjuntura da assistência, ministrada através das instituições, com a produção de relatórios específicos era assunto veiculado nas publicações internas do Departamento Nacional da Criança, enunciando a necessidade de que os seus médicos puericultores deveriam “percorrer constantemente o país, pregando a doutrina do Departamento, organizando, orientando e fiscalizando os serviços oficiais e particulares, consagrados à infância e à maternidade, e fazendo os estudos e inquéritos” (BTDNCR, 1942, Ano II, n.10, p.5). Exemplo desse tipo de estudo foi o documento produzido em 1946¹⁰⁵, relativo a pesquisas realizadas no decurso de 1943, intitulado “Um inquérito sobre quinhentos menores”, publicado por meio da Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, para o Departamento Nacional da Criança. Entre as instituições pesquisadas, elegera-se uma que ficava no Distrito

¹⁰⁵ Conduziram a elaboração desse levantamento, resultando num inquérito, Guerreiro Ramos, professor da cadeira de sociologia do Departamento e Flammarion Costa diretor da Divisão de Proteção Social da Infância (D.P.S.I.) do Departamento Nacional da Criança (BRASIL/DNCR, 1946, p.4).

Federal, Rio de Janeiro, o Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), registrado publicamente como Sociedade Civil de Amparo aos Necessitados. Esse inquérito retratava um levantamento de pesquisas empreendidas em vários pontos do território nacional, em 1943, sobre menores, suas famílias e a instituição que lhes atendiam, sendo uma amostra da realidade, que procurara tomar a:

Situação de desajustamento social apenas para descrevê-la, quisemos simplesmente expor fatos relativos a um grupo de pessoas, fatos que, considerados em bloco, indicam a natureza das dificuldades sociais que ameaçam os seres humanos [...] e os meios para a sua solução. Em 1943, o Departamento Nacional da Criança, por determinação do seu ilustre diretor, o Prof. Olinto de Oliveira, empreendeu a sondagem da situação em que se encontravam os menores desajustados no país, a fim de orientar racionalmente a administração de seus serviços e, para isto, procedeu a inquéritos em várias regiões, nos moldes deste. [...] Uma finalidade precisa tem, entretanto, esta publicação: caracterizar o espaço social em que se encontram as famílias dos menores assistidos pela S.O.S. e fornecer elementos para sua compreensão simpatética (BRASIL/DNCr, 1946, p.9).

No inquérito estudara-se a vida de quinhentas crianças, que passavam o dia na instituição. Seus pais ou responsáveis trabalhavam e não podiam prestar lhes a assistência necessária por estarem premidos por várias contingências. Os estudos produzidos por meio dos inquéritos poderiam possibilitar reflexões e tomadas de decisões posteriores, além de influenciar a produção de legislação relativa à proteção da infância. Eles encampavam a análise de tipos de organizações adaptáveis que poderiam ser adotadas no ambiente brasileiro e também possibilitavam a racionalização de empreendimentos orçamentários, viabilizando projetos em andamento ou vindouros.

O jornal *Mirim* (n.651, 26/04/1942, p.4), na coluna *De semana em semana*, trazia a apontamento que o Departamento Nacional da Criança vinha trabalhando, desde sua inauguração, realizando estudos sobre higiene e medicina da infância, em um instituto especializado, e mantinha intercâmbio com mais de 200 associações de proteção à maternidade e à infância, situadas no interior do país. O Departamento orientava a aplicação do auxílio financeiro que prestava a essas associações e que, em 1940, havia alcançado a cifra de sete mil e duzentos contos de reis. O Departamento, desde a sua criação até aqueles dias, havia publicado e distribuído mais de cem mil exemplares de folhetos explicativos para educar e orientar sobre os problemas de maternidade e da puericultura. O Departamento, por meio de seu pessoal, havia produzido levantamento que resultou na produção de inquéritos sobre a situação da infância nos abrigos, orfanatos e associações. Além de produzir levantamentos sobre a situação das instituições de acolhimento, havia feito incursões de fiscalização em mais de trezentos e cinquenta estabelecimentos de proteção à maternidade e à infância no Brasil.

Os inquéritos buscavam se constituir num espelho da situação da mortalidade e da morbidade infantil e maternas em seus contextos diversos. Levava-se em conta a situação da infância e das mães nas diversas classes, idades e raças. Procurava-se averiguar aspectos concernentes a vida, saúde, alimentação, habitação, ambiente físico e social, condições de exploração ou abandono em instituições oficiais e privadas, oferecendo sugestões para seu aperfeiçoamento. Estes inquéritos e estudos eram produzidos, em geral, na sede do Departamento, ou nos lugares próprios, por meio de delegados, com o pessoal necessário enviado ao local, como médicos, enfermeiros ou outros técnicos¹⁰⁶. A elaboração dos inquéritos não deveria tardar, sendo esta uma medida precípua no vislumbre da realidade social da infância no país, além de ser um indicador útil de que medidas deveriam ser adotadas para cada espaço social, implicando, portanto, num levantamento minucioso, nos moldes de um censo, dos estabelecimentos ou serviços públicos e particulares destinados à proteção a maternidade, infância e adolescência, em âmbito nacional. Não se constituiria num esforço isolado do Departamento Nacional da Criança, antes, como indicava a disposição do Decreto 2024, em seu Capítulo VIII, no Artigo 21, envolveria as autoridades estaduais e municipais na execução desse trabalho (BRASIL, 1940, p.3125).

A intenção de se produzirem estudos e inquéritos relativos a infância e a maneira como estava sendo assistida ganhava repercussão na imprensa, em que se noticiava a execução de interessantes trabalhos e pesquisas em todo o território nacional, para servirem de base à intervenção do DNCR. Em artigo intitulado “Assistência à infância: uma palestra com o diretor do Departamento Nacional da Criança” publicado no *Jornal À Noite*, em 22 de setembro de 1940, Olímpio Olinto de Oliveira, em entrevista, salientava que

O Departamento Nacional da Criança tem ao lado o dever de estimular e assistir técnica e economicamente todas as iniciativas que visem melhorar a situação da infância, a incumbência de pesquisar, de estudar, de esclarecer, enfim, através de inquéritos, todos os problemas inerentes à sua missão, e divulgar, por todos os meios, as noções indispensáveis ao conhecimento desses problemas e suas soluções (*A Noite*, 22/09/1940, p.3).

A entrevista Olinto de Oliveira indica que a produção de inquéritos relativos à condição da infância e dos estabelecimentos prestadores de assistência ocorreria naqueles próximos dias, nas cidades e também no campo, enfim em todo o país. O intento era levar em conta as diferentes situações sociais em que se encontravam, possibilitando refletir sobre possíveis soluções de ordem pública ou privada a serem postas em prática, bem como sobre outras

¹⁰⁶ Apresentação do parecer sobre o projeto de organização do Departamento Nacional da Criança ao presidente Vargas em 17-01-1939. Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

medidas a serem, no futuro, adotadas para corrigir os desajustamentos, favorecendo meios para uma vida normal e com bem estar.

Os inquéritos não apenas promoviam a divulgação dos conhecimentos destinados, mas orientavam a opinião pública, alimentando a consciência higiênica social e indicando formas de educação, proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência (BRASIL, 1940, p.3125). Assim a divulgação das informações e do conhecimento obtido por meio das pesquisas e dos inquéritos tinha a intenção não só de sensibilizar os “homens de bem” da sociedade, mas também de formar a opinião pública a favor da infância. Desejava-se inculcar e assegurar uma consciência social higienicamente educada.

Outra instância do Departamento Nacional da Criança, a Divisão de Cooperação Federal, cumpria estimular, organizar, fiscalizar e assistir tecnicamente, em todo o país, os estabelecimentos que tivessem como objetivo a higiene da maternidade, da infância e da adolescência, promovendo a cooperação da União com Estados, com o Distrito Federal e os Territórios, mediando a concessão de auxílios, e editando folhetos de divulgação técnica, ao Serviço de Administração competia a execução, coordenação e orientação das atividades de administração geral (COSTA, 1940, p.8).

Segundo informações do jornal *Gazeta de Notícias* ao Departamento havia sido destinado recursos ainda que insuficientes para a promoção da “Semana da Criança” e de outros eventos e instituições como a organização de associações de proteção à infância e às mães necessitadas, com o intuito de dar prosseguimento as suas atividades. Desde 1939 até dezembro de 1941, o Departamento Nacional da Criança havia recebido mais de 10 milhões de cruzeiros empenhados na construção de creches, casas da criança, postos e centros de puericultura, maternidades e hospitais infantis (*Gazeta de Notícias*, 1944, ano LXX, n.91, p.9).

Como forma de se obter um panorama das instituições privadas subvencionadas, em seus respectivos municípios, através do Departamento Nacional da Criança, efetuara-se um amplo levantamento do Estado do Rio de Janeiro, que teve grande parte do seu território visitado, nas seguintes localidades: Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Conservatória, Vassouras, Sacra Família, Juparanã, Valença, Paraíba do Sul, Entre Rios, Rio Bonito, Macaé, Campos, São Fidélis, Miracema, Itaperuna, São João da Barra, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Petrópolis, Teresópolis, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, São Gonçalo e Niterói (BTDNCR, 1944, ano IV, n. 16, p.15).

Quadro 5 - Distribuição de Auxílio Federal

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO FEDERAL
Distribuição de Auxílio Federal

Estado do Rio de Janeiro – 1944		
MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO DE AMPARO	VALOR
Barra do Pirai	Lactário Aluísio Costa	Cr\$ 8.400,00
	Maternidade São Vicente de Paulo	Cr\$ 3.600,00
	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
Campos	Centro de Puericultura	Cr\$ 60.000,00
	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
	Orfanato São José	Cr\$ 18.000,00
	Asilo Nossa Senhora da Lapa	
	Maternidade Pereira Nunes	Cr\$46.000,00
	Laboratório de Puericultura da Policlínica	
	Hospital Infantil	
Itaperuna		
Macaé	Serviço de Higiene da criança do Centro de Saúde	
	Maternidade da Santa casa de Caridade	Cr\$ 68.000,00
Miracema	Maternidade Alzira Vargas do Amaral Peixoto	
	Posto de Puericultura	Cr\$ 67.000,00
Niterói	Serviço de Higiene da Criança do centro de Saúde Modelo	
	Enfermaria de Crianças do Hospital São João Batista	
	Instituto de Proteção e Assistência À Infância	
	Casa Maternal 1º de Maio	
	Preventório Paula Cândido	
	Parque Infantil General Rondon	
	Asilo Divina Providência	Cr\$ 17.000,00
	Pensionato São José	Cr\$ 14.200,00
	Serviço de Clínica Obstetrícia do Hospital São João Batista	
Nova Friburgo	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
	Maternidade da Santa Casa de Misericórdia	
	Abrigo Amor a Jesus	Cr\$ 35.000,00
	Instituto de Proteção e Assistência à Infância	Cr\$ 50.000,00
Nova Iguaçu	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
	Maternidade do Hospital de Nova Iguaçu	Cr\$ 130.000,00
	Lar de Jesus	
Petrópolis	Instituto de Proteção e Assistência à Infância	Cr\$ 54.000,00
	Casa Providência (Hospital Infantil Alzira Vargas do Amaral Peixoto)	Cr\$ 69.000,00
	Maternidade e Enfermaria de Crianças do Hospital Santa Teresa	Cr\$ 88.000,00
	Maternidade do Sanatório São José	
	Orfanato Santa Isabel	Cr\$ 28.000,00
	Recolhimento dos Desvalidos	Cr\$ 54.000,00
	Sanatório Infantil de Nogueira	
Resende	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
	Maternidade e Enfermaria de Crianças da Santa Casa de Misericórdia	Cr\$ 3.600,00
São Fidélis	Serviço de Higiene da Criança do Centro de Saúde	
	Maternidade Teodoro Policarpo	
São Gonçalo	Centro de Puericultura	Cr\$ 40.000,00
	Núcleo Educacional	
	Patronato de Menores	
São João da Barra	Posto de Puericultura	
	Maternidade da Santa Casa	
Teresópolis	Serviço de Higiene da Criança do Posto de Higiene Estadual	
	Patronato Getúlio Vargas	
Valença	Hospital Alzira Vargas do Amaral Peixoto	Cr\$ 43.000,00
	Lar José Fonseca	
Juparanã	Asilo Agrícola Santa Isabel	
	Asilo Balbina Fonseca	
Vassouras	Hospital Eufrásia Teixeira Leite	
	Instituto e Orfanato Joaquim Teixeira Leite	
	Asilo Furquim	

Sacra Família (Distrito de Vassouras)	Aprendizado Agrícola	
Rio Bonito	Serviço de Higiene da Criança do Posto de Higiene Estadual	
Paraíba do Sul		
	Casa de Caridade	
	Dispensário Dr. Getúlio Vargas	

Fonte: BTDNCR, 1944, ano IV, n.16, p.15-28.

Nas cidades alistadas pode-se constatar a existência das instituições que efetivamente prestaram assistência ao problema básico do amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência. Esse levantamento servira para mostrar o campo de ação dos recursos fornecidos por meio da Divisão de Cooperação Federal do Departamento Nacional da Criança possibilitava direcionar os investimentos nos lugares e instituições com maiores problemas. Oferecia uma visão de cada localidade visitada, as instituições nela existentes e suas principais características, era um espelho da realidade da assistência e da proteção à infância no Estado do Rio de Janeiro. Todas as Instituições descritas prestavam seu serviço de assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência, algumas estando completamente aparelhadas para tal fim e outras menos, por não contarem com os recursos necessários, ou por questões de organização e administração.

O andamento da Segunda Guerra Mundial colaborava para o agravamento da provisão de recursos as diversas instâncias governamentais. E o Departamento Nacional da Criança não estava isento dos reflexos do contexto internacional, afora o fato de que não possuía dotação orçamentária específica dentro da pasta do Ministério de Educação e Saúde, até o ano de 1953, quando veio a ser incorporado, por conta de uma nova reforma ministerial ao Ministério da Saúde.

Vale salientar que a o aspecto financeiro era problema antigo na trajetória de Olinto de Oliveira. A assistência oficial à infância, apesar de ser parte importante do problema relativo ao futuro do país, nem sempre recebia a devida atenção. Olímpio de Oliveira, na Inspeção de Higiene Infantil se queixava do descaso dos poderes públicos “como funcionário, estou incorrendo talvez a uma infração, censurando o governo de que dependo, mas o desabafo impunha-se, e não o retirarei” (*Diário de Notícias*, 01/05/1932, ano III, p.15).

Havia anos que o Departamento não recebia dotação orçamentária adequada, e por vezes ficava sem qualquer espécie de recurso, inviabilizando a implantação ou manutenção de projetos em andamento, não podendo ajudar nenhum município e, por conseguinte, nenhuma instituição. Nessa direção, Olímpio Olinto de Oliveira asseverava que o problema da maternidade e infância era assunto que deveria merecer a atenção de todos os brasileiros através da vital importância que representava para o país.

Urge, portanto, congregar todos os esforços com a intenção de apressar a sua solução. Essa solução, porém, não pode oferecer resultados imediatos, por mais promissor que se patenteie os ritmos dos esforços postos em ação, ante a complexidade de que se reveste, oriunda de fatores diversos que rodeiam a criança, e que precisam ser considerados e atendidos, dentre os quais avulta, sem dúvida, o fator econômico, imprescindível a expansão de qualquer movimento nessa esfera de atendimento especializada (BTDNCR, 1942, ano II, n.9, p.34).

A questão financeira, por vezes se constituía num entrave no ambiente deflagrado da Segunda Guerra Mundial, em que os problemas internacionais acabaram por afetar o desenrolar de políticas sociais no país, impedindo a execução plena de atividades que significassem a proteção à infância. Naquele contexto havia legislação pertinente, acompanhada de uma regulação minuciosa e precisa. Havia pessoal técnico especializado, havia vontade e determinação, mas por vezes faltavam recursos, apesar da relevância manifesta da questão da proteção da infância. Era uma questão que deveria ser erguida à condição de segurança nacional, pois ali estava o futuro soldado, o trabalhador do país, a semente que conservava a possibilidade de riquezas nacionais.

Diante do declínio financeiro nacional, em função da Segunda Guerra Mundial, em 1943, por sugestão de Meton de Alencar Neto, do Serviço de Assistência ao Menor, o Departamento Nacional da Criança deveria atuar em parceria com o Conselho Nacional de Serviço Social¹⁰⁷. Por diversas vezes, Meton de Alencar Neto saiu em defesa do Governo alegando que a tarefa de proteger e cuidar da infância, por ser hercúlea e inesgotável, acabava sobrecarregando o Estado. Havia a intenção de isentar o governo de suas responsabilidades com a criança. Esse posicionamento foi assumido por considerar que não cabia ao Estado assumir o ônus da responsabilidade de cuidar e proteger a criança, pois o “Estado não tem elementos para, por si só, resolver o problema da criança, que é o problema da família; que o Estado não deve assumir essa exclusiva responsabilidade [...]”. Esse posicionamento de Meton de Alencar Neto se mostrava contrário ao que estava posto na Constituição de 1937, em seu artigo 127, quando previa que a infância e a juventude eram “objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado” (*Arquivos do Serviço de Assistência aos Menores* – RJ, dezembro de 1943, v. III,

¹⁰⁷ De acordo com o Decreto-Lei n.525, de 01 de julho de 1938, competia ao Conselho Nacional de Serviço Social delinear os tipos das instituições de caráter privado destinadas ao atendimento de qualquer espécie de serviço social e ao estudo da situação dessas instituições orientando as subvenções concedidas por meio do Governo Federal. O Conselho Nacional de Serviço Social tinha a função de estudar, em todos os seus aspectos, o problema do serviço social atuando como órgão consultivo dos poderes públicos e privados. O Conselho Nacional do Serviço Social incentivou e estimulou instituições privadas e no ano de seu surgimento, 1938, foram auxiliadas 1374 instituições de beneficência, em todo o país, num total de Cr\$ 17.727.000,00. E em 1945, o auxílio oferecido através do Conselho Nacional do Serviço Social foi para 1653 institutos, com a soma total de Cr\$ 28.319.000,00, o que significou um aumento de 279 novos institutos e um acréscimo de investimentos de Cr\$ 12.592.000,00, em relação ao primeiro ano de exercício (*Arquivos do Serviço de Assistência aos Menores* – RJ, junho de 1942, v. I, p.12).

p.107). Afora isso, fazia oposição as ideias de Olinto de Oliveira, que solicitava maior apoio e envolvimento do Estado para mitigar o problema da infância no país e ampliar a obra de proteção.

Além das mazelas internas, que o país estava mergulhado e se arrastando por anos, havia o problema externo, da Segunda Guerra Mundial, agravando as condições sociais. Nesse contexto propiciou-se a composição de um caldo complexo de fatores sociais, econômicos e políticos que, conjugados, suscitavam e nutriam a crise de emprego e a falta de condições adequadas de vida. As reflexões de Marcílio (1998, p.193) apontam que o crescimento demográfico desordenado, a urbanização acelerada, o surgimento de indústrias, os soldos aviltantes, com a exploração do trabalho infantil e de mulheres formavam o caldo ideal para fermentar o crescimento da pobreza e das doenças entre a infância nos centros urbanos.

A dura realidade da infância era projetada como num painel, com tintas fortes e cores sombrias, descrevendo que

Rara é a cidade do país em que não sejam encontradas crianças perambulando pelas ruas, corrompidas por todos os vícios, portadoras de doenças que reclamam tratamento imediato e muitas delas possuidoras de taras e vícios congênitos ou acentuados distúrbios endocrinológicos, os quais só o internamento, o tratamento médico e a *reeducação mental* poderão corrigir (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.38, grifos do autor).

Para Olinto de Oliveira os problemas eram múltiplos e complexos, havendo dificuldade de atacar a todos de uma vez. O que poderia ser feito era enfrentar os de caráter mais urgente. Entre estes, estava a questão materno-infantil, ou seja, a da maternidade. Para essa seriam criadas pequenas maternidades, com enfermarias de partos nos municípios, com a missão de orientar as mães e elevar a cultura profissional, além de assegurar a higiene pré-natal e a assistência ao parto (*A Noite*, 22/09/1940, p.3). Assim, entre os desígnios que levaram a criação do DNCr, estava a instituição do ensino de padrões higiênicos, por meio das noções de puericultura, para o cuidado e a assistência com à infância, às mulheres, quer fossem mães, damas da sociedade ou àquelas vocacionadas à docência, com vistas à vulgarização de ensinamentos, como conhecimento de notório saber, as ações higienizadoras e assistenciais junto às populações infantis (BTDNCR, 1940, ano I, n.2, p.2).

Olímpio Olinto de Oliveira via, nas ações políticas em curso no país, um aceno ao problema da infância, logo por ele considerado como “preocupação política verdadeiramente nacional e obra de salvação pública” (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.5). Afirmava que:

[...] vem de longe a tradição brasileira de amparo à infância trabalhadora. Em 1902 Lopes Trovão pedia, no Congresso, que se protegesse a criança contra sua admissão precoce no trabalho; em 1906 era a voz de Alcindo Guanabara que se levantava no

mesmo sentido; em 1919 novamente debatia-se o assunto. Mas, se a tradição brasileira propugnava pela proteção ao menos trabalhador, foi somente em 1932 que, graças ao grande amigo das crianças brasileiras, o Sr. Getúlio Vargas-tivemos uma lei cuidando real e especialmente do amparo aos pequeninos operários. O decreto sobre menores, de 1932, obedeceu às grandes linhas traçadas por mestres eminentes e já aprovadas em congressos internacionais. Cogitou de restringir a duração do trabalho, interditar o trabalho nas indústrias perigosas e fixar um limite para a duração dos serviços. Lei ditada pela inteligência, pela clarividência do futuro da Pátria, ela foi, sobretudo, uma lei Getúlio Vargas, uma lei de coração. Cuidando da criança o Sr. Getúlio Vargas demonstrava, mais uma vez, seu largo descortino político, sua visão de um Brasil futuro, imenso e forte, e protegia, desde os primeiros anos, na criança que trabalhava, o trabalhador maduro que nascia (BTDNcr, 1942, ano II, n.10, p.8).

O artigo, publicado por Olímpio Olinto de Oliveira no *Boletim*, buscava estabelecer uma linha contínua. Desde o início do século, medidas vinham sendo tomadas para mitigar e, se possível, solver a questão da infância. O posicionamento de Olinto evidenciava lucidez, ao rememorar que, antes de sua presença e atuação junto à infância, e mesmo anterior ao episódio de Getúlio Vargas tomar o poder, outras pessoas vinham arvorando a bandeira de proteção à infância. Esses elementos serviram de base para afirmar que o atual governo, de forma acentuada, havia elevado a infância à condição de defesa nacional, produzindo legislação pertinente ao assunto.

No que tange à legislação direcionada à proteção de trabalhadores, mulheres, idosos, incapacitados, mães e crianças, para Pandolfi (1999, p.10), um conjunto de políticas sociais, envolvendo diferentes setores da sociedade, acabou experimentando o braço diretivo de um Estado interventor por meio da regulação do trabalho, da previdência, da assistência social e da educação.

As ações desenvolvidas através do Departamento Nacional da Criança não se deram sem disputas, pois tratava-se de uma arena social na qual se travavam lutas pelo/de poder e se estabeleciam relações de poder, de forma clara ou implícita, e, até mesmo, impositiva. Isso pressupõe reconhecer que a instituição de políticas públicas, por uma instância como o DNcr, tinha diante de si a presença de disputas de poder.

A sinalização desse aspecto indica que o Departamento Nacional da Criança não funcionou apenas como local de assistência e educação, todavia era “espaço de manifestação do poder em instâncias hierárquicas, além de formas figuradas como o poder simbólico que é um poder invisível” (BOURDIEU, 1989 apud OVERNÉ, 2012, p.126). No contexto das arenas sociais percebe-se que há uma integração fictícia, que representa a desmobilização de determinado grupo dominado, promovendo a fortificação da cultura dominante, ou seja as concepções oriundas da ciência, como a puericultura. Bourdieu esclarece que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p.14).

O poder exercido nas arenas sociais do Departamento Nacional da Criança teve como eixo o poder simbólico, traduzido como poderes invisíveis, que só podiam se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele estão submetidos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico, de acordo com Bourdieu (1989 apud OVERNÉ, 2012, p.126), “é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”.

A investigação sobre o Departamento Nacional da Criança, e as maneiras educativas e assistenciais promulgados e orientados à infância, constitui-se num desafio, em que o historiador deve vislumbrar a intercorrência dos permanentes enfrentamentos de sentidos a serem tencionados, sem deixar de perceber as estratégias determinadoras, no ambiente do Estado Novo, de posições e relações na construção das representações de infâncias. O que implica a necessidade de considerar, deliberadamente, que as histórias acerca da infância constituir-se-iam em alvo de construção e de intervenção de grupos de interesse privado e público, particularmente podendo dissimular disputas de representações de infância que se queriam instituir na sociedade, por meio de uma instância específica, como o DNCr, objeto de análise aqui.

Certamente a infância, além de se tratar de instância de atuação médica e jurídica, elevada à condição de objeto de análise e produção de saber, visando serem sanadas as debilidades sociais vigentes, no período do Estado Novo (1937-1945), tornara-se *locus* de particular interesse do Estado. Na modelagem social, de uma forma ideal, foram empregados aparatos científicos largamente através do Departamento Nacional da Criança e criadas formas de mensuração das disposições da criança, caracterizando-as com a insígnia de normal ou anormal. Segundo Gondra (2003, p.27), “tratar-se-ia, portanto, nesta lógica, de se lapidar em uns e completar em os demais, de modo que se atingisse o modelo de homem civilizado que se pretendia impor”.

Revel (1991, p.169), ao versar sobre as alterações relacionadas a comportamentos e sensibilidades, indica que a civilidade é capaz de promover atitudes novas com relação ao corpo. A civilidade pode projetar o indivíduo para fora de si mesmo e o expor ao elogio ou à sanção do grupo. Assim, as regras de civilidade que se impõem, ou se desejam instituir, podem

ser compreendidas como uma manobra intencionada a limitar, ou mesmo negar, a vida privada, tornando reguláveis, publicamente, hábitos, valores e comportamentos do indivíduo.

O ato civilizador instituído por meio do Estado estabelece então mudanças no comportamento e nos sentimentos humanos, tendo, no processo de individualização da vida, as primeiras etapas de sua expressão. Ele pode ser visto sob a ótica das práticas de controle altamente sofisticadas e, debaixo destas, vê-se o seu refinamento estender-se e instituir-se sobre o corpo, modelando-o e tornando-se ele estável, uniforme e generalizado. Sob essa lógica, essas ações resultam de mecanismos de interiorização e reprodução das normas sociais no conjunto, como uma espécie de “processo de civilização” promovendo transformações da sociedade e dos comportamentos (ELIAS, 1993, p.193).

O Departamento Nacional da Criança, como arena social, manteve suas relações sociais marcadamente através da força civilizadora, que, por ser tão potente fora, capaz de “inculcar formas de aprendizado àqueles que dela participaram, ou por ela foram influenciados, como é o caso das crianças que adquiriam, por aprendizado, os modelos considerados cortesões” de comportamento que prevalecia na sociedade (ELIAS, 1993 apud OVERNÉ, 2012, p.31). As ações promulgadas por intermédio do Departamento Nacional da Criança, como a educação higiênica, atuaram no curso do processo civilizador, na inculcação de hábitos que normatizassem a vida da criança, fazendo-a adaptar-se às regras das relações sociais e incorporar hábitos higiênicos.

Esse processo de inculcamento foi descrito como o *habitus*.

O habitus se refere ao conjunto de conhecimentos obtidos, dispersos e pouco formalizados na aprendizagem de gestos sociais e de atitudes que foram incorporadas por meio da ação. O *habitus* pode ser considerado uma engenharia que abrange as exibições socialmente constituídas no conjunto de estruturas, mecanismos e composições que formam o início causador e unificador do sistema de valores, costumes e ideias característico de um grupo social (BOURDIEU, 1989 apud OVERNÉ, 2012, p.103).

Dessa forma, o *habitus* implica na aprendizagem pessoal de formas consideradas aceitas: regras, atitudes e usos que já existiam, ou foram criadas na sociedade. Essa aprendizagem não ocorre sem uma boa parcela de desenvolvimento próprio de maneiras refinadas, de controle pessoal, o autocontrole. A questão do autocontrole nas atividades humanas que participam da vida comunal, representa a sistematização de toda a vida instintiva e afetiva, no desejo de torná-la cada vez mais estável, uniforme e generalizada, ocorrendo por meio da educação que atua no processo de inculcação de modelos de autorregulação e autodisciplina na infância e nos adultos (ELIAS, 1993 apud OVERNÉ, 2012, p.110).

Trata-se de controles que intencionam, em última análise, a obtenção do autocontrole,

[...] censuras internalizadas e automação de gestos para o convívio público, de tal maneira que se passa a ensaiar um roteiro supostamente universal de como se comportar. São padrões da *corte* (cortesia), que preparam as regras de convívio das multidões das *ciudades* (urbanidade), que retomem a cordialidade da antiga *polis* (polidez), e que constituem feixes encadeados de conduta para com o outro específico da vida *civil* (civildade) (BOTO, 2002, p.22).

Partindo-se dessa compreensão, a civilidade está intimamente relacionada a hábitos que foram incorporados pela pessoa e que, num processo de autocontrole, subjuguem emoções, afeições, como a arte sempre controlada de representação de si mesmo para os outros. Os homens da modernidade emergente procuram ajustar-se a padrões de urbanidade orquestrados previamente afim de incorporar-se e adequar-se a um modelo de distinção. Esse conjunto de ações orquestradas, na concepção de Camara (2013, p.66), visava de instituir maneiras de civilizar caracterizadas por ideais, com vistas ao aprimoramento social e transformação da realidade, dentro da ordem instituída. Certamente essa concepção de civilidade, instituída no país, estava sob a chancela científica, objetivando produzir consideráveis mudanças sociais. Destarte a infância passa a ser concebida como espaço e lugar de ações de diferentes e saberes e atores sociais, alcançando a condição de instância privilegiada de intervenção estatal no entalhe não só do corpo como também da alma (GONDRA, 2003; CAMARA, 2010).

Segundo Camara (2010, p.118), apesar de as imagens da infância vigentes se constituírem em possível obstáculo ao moderno, eram elas, em contrapartida, elementos que congregavam intelectuais e serviam de combustível para aqueles que estavam imbuídos do poder científico na elaboração de estudos, debates e conferências, com o propósito de estabelecer a ordem e a salvação nacional. Segundo a autora (2010, p.156), esses elementos punham em curso um novo modelo de assistência, de bases científicas, fundamentados intencionalmente como forma de proteção essencial do Estado, na canalização e administração de políticas voltadas à proteção e assistência à infância. Tratava-se, portanto, de utilizar novas estratégias, ancoradas na ciência possibilitando assim o ingresso no mundo civilizado.

No projeto político de construção do Estado Nacional, ocupavam lugar de destaque as ciências médicas, jurídicas e pedagógicas, com vistas à proteção da infância e da juventude, cabendo ao Estado a responsabilidade de tutelar esses grupos sociais, modelando-os, preparando-os e ajustando-os aos ideais concordes com o nacionalismo (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.83). No Brasil, esse movimento direcionado à infância pode ser observado por meio da conjunção dessas ciências, na produção de saberes sobre a infância e na promoção de medidas normatizadoras, moralizantes, disciplinadoras e modeladoras.

Em diferentes oportunidades de publicação por intermédio dos jornais da época, foi possível perceber a vertente denunciativa da infância às margens, acometida das mazelas. Esses elementos indicavam riscos para o futuro e para progresso do país. Tal perspectiva fora alardeada através da imprensa, chamando a atenção do leitor, por meio de matéria extensa, de domingo, intitulada “Ampla proteção à infância e à maternidade”, enunciando, em 1940, que

A proteção à infância é no Brasil um problema recente, não obstante as tentativas dispersas anteriores, algumas excelentes, feitas em diversas épocas. Delas deve ser destacado, como de mais vasto alcance, o Código de Menores, do saudoso Mello Mattos. Foi, porém, somente o governo atual que compreendeu toda a importância nacional do problema e o incluiu entre as suas mais sérias preocupações. Um fato interessante e digno de nota: é ter tido o Presidente Vargas desde a primeira hora a intuição clara, não só dessa importância, mas da coerência e interdependência dos variados aspectos médicos, higiênicos, sociais ou humanos, que aí se nos oferecem, e da necessidade de serem eles encarados como um todo a ser atacado em conjunto. É o que está claramente expresso em uma das suas declarações sobre o assunto, quando fala ‘em promover o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança, desde antes do nascimento, pela assistência à maternidade, até à idade escolar e à adolescência’. Sem ser um especialista, compreendeu S. Exa. Imediatamente que todas estas questões estão intimamente ligadas entre si, e que uma solução satisfatória não lhes pôde ser dada subdividindo ou dispersando as atividades destinadas a solucioná-las. Não há muitos dias publicou o Desembargador Saboia Lima, antigo juiz de menores, sobre a Criança no Estado Nacional, as seguintes significativas palavras: ‘Autores vários abordando os problemas espiritual, econômico, sanitário e médico da criança, demonstraram até à sociedade o seu caráter unitário e o dever de cuidá-la de modo integral, sob todos os aspectos, pois que assisti-la unilateralmente, desta ou daquela forma, equivale a nada fazer’. Foi assim pensando, que o governo atual criou o Departamento Nacional da Criança, incumbindo-o de promover as condições necessárias para permitir as mães uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e às crianças a satisfação dos seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, e conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida (*A Noite*, 02/11/1940, p.6).

Sob essa lógica, a criação do Departamento Nacional da Criança inseriu-se no bojo dessas ações engendradas por intelectuais e por intermédio do Estado e constituiu uma posição de enfrentamento, ao assumir a linha de frente, utilizando formas de conscientizar a sociedade a trabalhar para alterar as representações de infância vigentes. A questão da infância, subsumida no Departamento Nacional da Criança, tornava-se o centro das preocupações, com vistas à implementação e à difusão de políticas públicas, destinadas a garantir formas de educá-la e assisti-la. Pretendia-se edificar um país moderno, cuja população adquirisse uma consciência higienizadora, passando pelo empenho centralizado de diferentes intelectuais em se estabelecer um país harmônico aos pressupostos científicos e racionais dos países civilizados.

A produção de medidas de proteção à infância configurou-se como resultado do pensamento científico, no desejo de estabelecer-se a hermenêutica da infância idílica que se comunga com os propósitos do futuro da nação. Nessa direção, Moura (1999, p.90) compreende que as imagens são construídas “a partir de elementos que incorporam o idílico e a relação com

o sagrado, a partir de características como temeridade, imprudência, fraqueza e fragilidade, bem como a partir da ideia do futuro da pátria em gestação”. Num apelo aos brasileiros, o Departamento Nacional da Criança, por meio de sua divulgação periódica, o *Boletim*, procurou chamar atenção para o grave problema da infância pobre, acometida da mortalidade infantil, sujeita, na maior parte das vezes, a uma alimentação defeituosa. Assim,

[...] nossas crianças com todas as suas consequências, o abandono em que se perdem tantas delas, trazendo-lhes sofrimento ou desviando-as para a vagabundagem e à delinquência, a exploração de inúmeras outras, condenadas a uma vida de privações, o doloroso desamparo de tantas mulheres na hora de darem à luz, com uma elevada mortalidade de mães e pequeninos, tais são alguns dos aspectos mais deploráveis da diferença com que de certo modo ainda veem sendo tratada a infância e a maternidade no Brasil. O Departamento Nacional da Criança quer interessar a população inteira do país afim de tomar parte neste movimento, que não é só um dever de patriotismo, mas também de humanidade e de comiserção pelos que sofrem. E, não podendo atacar, ao mesmo tempo todos aqueles problemas resolveu [...] em favor de uma melhor alimentação de nossas crianças, com o intuito de torná-las mais fortes, mais resistentes às doenças, mais capazes de se desenvolverem normalmente, permitindo-lhes assim, que venham a constituir amanhã as gerações a quem a pátria possa confiar sem temor os seus destinos (BTDNCr, 1942, ano II, n.9, p.2).

Diante do exposto, o *Boletim*, em sua matéria, procura descortinar os sofrimentos da infância deserdada da sorte e, portanto, sujeitas, ao declínio moral, comprometendo as gerações futuras do país. Considerando a gravidade e a extensão do problema da infância, o Departamento Nacional da Criança, em suas medidas de assistência, procura dar sustentação científica, para que, no conjunto de medidas adotadas em suas práticas, se posicione como instrumento útil a colaborar com a construção do país forte. Aponta para o desejo de superação de imagens da infância enferma, apostando no apoio da atuação da iniciativa privada e do Estado nas ações de atendimento à infância, como forma de desenhar e organizar as ações de assistência à infância.

Foi nesse contexto que o Departamento Nacional da Criança, sob o viés das ciências médicas, representadas por especialidades, como: ginecologia, obstetrícia, pediatria e puericultura, além de propor formas de elevar o nível de formação dos futuros médicos, incrementavam discursos em defesa da criação de maternidades. Seriam espaços hospitalares voltados a promoção do parto, de puerpério e do cuidado com a infância, ficando explícita a preocupação do Departamento Nacional da Criança quanto à maternidade, na higiene pré-natal e a assistência ao parto.

Percebe-se, gradativamente, a instituição de movimento em defesa da mulher e da infância inscrevendo-se no contexto de organização da assistência pública e na redefinição das ações privadas no Brasil. Especialmente entre juristas, intelectuais e médicos, nomes como Moncorvo Filho, Érico Coelho, Antônio Rodrigues Lima, Fernando Magalhães, Ataúlfo de

Paiva, Olinto de Oliveira (1867-1955), defenderam a necessidade de salvar o filho, amparar a mãe e, depois, formar o cidadão (BARRETO, 2015, p.200). Perante o aumento da demanda por serviços sociais, entre a população brasileira, de saúde e assistência, e a tímida disposição do poder público em responder a tais necessidades, organizou-se a associação entre medicina, filantropia e Estado em torno da luta contra um inimigo comum, o problema da infância.

Assim, a questão infantil constituiu-se num dos alvos da produção de extensa política produzida no período, surgindo uma espécie de ‘obsessão natalista’ que transformara a natalidade em questão de Estado. Leis e iniciativas de proteção social para mães e filhos ganharam força e conheceram amplo desenvolvido (FREIRE; LEONY, 2011, p.200). A mortalidade infantil, resultado da degenerescência social, que figurava como uma questão resistente, desde o final do século XIX, ainda não tinha sido debelada. Nesse contexto, foi instituído o Plano Nacional de Saúde, em 1937, por meio de lei federal, apontando para a centralidade que a saúde pública e a assistência assumiriam, com atenção privilegiada à questão materno-infantil, com vistas a redimi-la e regenerá-la.

Sob a égide da Constituição de 1937, a infância passava a ser alvo direto da atenção no período do Estado Novo com atenção diferenciada. Ela não esteve apartada das promulgações legais, entre os assuntos constituintes, no capítulo “Família”, em seus artigos, dois que buscavam preceituar a forma da educação e dos cuidados. Assim,

A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral (BRASIL, 1937, Art. 127, p. 22359).

O discurso da assistência à infância passava do plano das representações e se tornava objeto de atenção jurídica e institucional, na medida em que ela passava a ser responsabilidade do Estado. Para fazer frente as novas demandas assumidas, o Estado procurou se municiar institucionalmente de aparato estatal, criando órgão públicos, formalizando o reconhecimento de sua obrigação na prestação de serviços de proteção à infância (MARCÍLIO, 1998, p.222; FONSECA, 2007, p.40). Na esteira das ações estatais, erguidas como alvo do projeto de construção nacional, direcionadas a instituir medidas de assistência, proteção e educação que favorecessem o desenvolvimento saudável da infância, estava a criação do Departamento Nacional da Criança.

A questão social das infâncias pobres e miseráveis parece perpetuar-se no decorrer da história social da humanidade. No cenário brasileiro, circulava a figura da infância desvalida,

conspirando contra os ideais nacionalistas do Estado Novo e embotando a imagem idealizada de infâncias fortes, sadias que constituiriam a representação do futuro da nação civilizada. Imagem resistente, capaz de ser percebida nos anos da década de 1940, conforme registro da “[...] extraordinária quantidade de rapazes sem lar ou sem família que vagueiam desocupados por todo este país fazendo escola de vagabundagem, mendicância ou delinquência [...]” (BTDNcr, 1942, ano II, n.10, p.4). Dessa forma, as imagens das infâncias doentes constituíam um obstáculo a ser suplantado através da congregação de intelectuais no projeto construtor da nação moderna.

Acerca de aspectos semelhantes de uma infância às margens, abatida e anêmica, o Departamento Nacional da Criança vinha dedicando esforços para mobilizar a atenção de seus leitores, por meio de informações, em defesa da infância, proclamando

Como pode ser feliz, alegre e sadia uma criança que, não encontra em torno de si o carinho, conforto e beleza indispensáveis à sua sensibilidade? Até mesmo as escolas destas regiões residenciais, não oferecem, contudo, condições de higiene e de conforto capaz de trazer às crianças um pouco de bem-estar. O nosso caboclo cansado de espera dos governos passados um auxílio para as suas necessidades se deixou ficar em atitude contemplativa, entregando sua existência e a de sua família às contingências da sorte. Será preciso sacudi-lo desse marasmo, socorrê-lo em suas necessidades alimentando-o, curando-o das enfermidades, ministrando-lhe conhecimentos práticos para a exploração da terra, educando-lhe os filhos de maneira mais completa (BTDNcr, 1942, ano II, n.9, p.43).

Esse excerto do *Boletim* traduz a preocupação que circulava na sociedade brasileira quanto à infância. Era um importante fator que poderia provocar alterações nas representações e na forma prática de assistir, não somente na extensão, mas, principalmente, em sua natureza e complexidade, guindando, ao mesmo tempo, o problema à altura de categoria nacional e atendendo, sobretudo, à razão capital de que o valor da nacionalidade futura repousava nas condições físicas, mentais e morais da infância.

As representações das infâncias, conforme análise empreendida, possibilita produzir percepções do social, sem deixar de considerar seus modos constitutivos. Tal análise sugere considerar que as representações de infância, produzidas no seio do Departamento Nacional da Criança e que se desejava instituir na sociedade brasileira, não ocorreram sem disputas ou tensões. Compreender tal processo implica não assinalar o movimento das formas culturais como simples difusão. As representações das infâncias devem ser analisadas em constante tensão a ser espelhada entre, de um lado, o desenvolvimento de uma distinção pela diferença e, de outro lado, a sua apropriação por meio da imitação social ou através da imposição aculturante, conforme propugna Chartier (1990, p.223).

A difusão da ideia de salvação da infância estava estreitamente ligada à proposta redentora do país, identificando as crianças como possíveis de serem modificados e percebidos como massa mole e moldável. Nesses princípios residia um projeto político ambicioso de metamorfosear o Brasil à condição de nação moderna e civilizada. Isso acarretava na adoção e incorporação de instrumentos e de instituições técnicas adequadas, sob fundamentos sólidos das ciências, capaz de contribuir na elucidação dos aspectos determinantes e produtores de moléstias em que se encontrava a infância pobre (CAMARA, 2010, p.157).

As moléstias, a mortalidade e a pobreza infantil serviram de justificação para se vir a fundar um órgão específico estatal. No dia 24 de dezembro de 1939, em pronunciamento por meio do rádio, em discurso de Vargas, e, posteriormente, publicado no *Boletim*, aludia-se para o fato desta ser “[...] uma segunda mensagem em que chamava novamente a atenção pública para o amparo à infância e à maternidade, convidando a população a contribuir de todos os modos para a solução do problema” (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.36). Esses episódios de apoio manifesto do presidente Vargas serviram para que o ministro Gustavo Capanema¹⁰⁸, chefe do Ministério da Educação e Saúde, apresentasse o decreto que versava sobre a questão da proteção à infância, em que ele dizia:

Tenho a honra de apresentar a V. Excia. um projeto de decreto-lei em que se fixam as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Este assunto é dos que tem merecido de V. Excia. a mais vigilante atenção. Desde a mensagem, tão conhecida, mandada aos governos estaduais no Natal de 1932 até o notável discurso pronunciado no dia 24 de dezembro do ano passado, tem V. Excia. feito declarações em que parece cada vez mais vivo o seu interesse por tão importante matéria. [...] Sabemos que o principal fator de nossa deficiência demográfica é a mortalidade infantil, que entre nós atinge a cifras verdadeiramente pasmosas. A deficiência orgânica que aqui e ali se verifica em nossas populações é, por outro lado, consequência de uma infância que, criada defeituosamente, ora pela ignorância ou miséria dos pais, ora pela falta do lar e das condições essenciais que o lar proporciona (COSTA, 1940, p.3).

As justificativas apresentadas por intermédio do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Getúlio Vargas acerca da criação do Departamento Nacional da Criança indicavam que esse órgão estaria estreitamente ligado com os ímpetus da ciência, na elaboração de políticas públicas do Estado. O Departamento seria uma organização básica de assistência médico-higienista da infância, que desfalecia pelo país, vítima maior do problema da mortalidade, servindo de obstáculo à construção de uma nação de raça forte.

¹⁰⁸ Nomeado por Getúlio Vargas, esteve à frente do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1934, atravessando período de intensas mudanças, em 1937, quando o Ministério ganha nova denominação, Ministério da Educação e Saúde, permanecendo até o fim do Estado Novo, em 1945 (BOMENY, 2001, p.15).

O propósito de investimentos consistentes do Estado na proteção à infância e à maternidade fora renunciado em dezembro de 1939, através de discurso do Ministro Gustavo Capanema, por ocasião da abertura solene da Sessão Inaugural da Semana Médica Carioca-Paulista. O propósito do Ministro Gustavo Capanema era afirmar a ideia de que o governo havia tomado para si a causa da infância, procurando, desta forma, instrumentalizar o aparelho estatal no atendimento às necessidades essenciais das parturientes, com a criação das maternidades, e da higiene e da criação da infância, com os Postos de Puericultura, creches e lactários. Para tanto, estariam sendo movimentados numerosos recursos para o cumprimento de tal fim, tornando-se uma das preocupações do Departamento

o preparo do seu pessoal técnico, bem como o dos Estados. Nenhum passo decisivo poderá ser dado em matéria desta ordem sem uma suficiente e conscienciosa instrução desse pessoal. O Departamento pleiteia a declaração de uma carreira de Puericultores, que constituirão o corpo de oficiais do exército de campanha. Serão médicos de quem se exigirá a frequência de um curso especial onde serão estudadas pediatria, obstetrícia, puericultura em toda extensão da palavra, higiene pré-natal, higiene da infância nas diferentes idades, organização e administração dos serviços de assistência à maternidade e à infância, e o código de menores (BTDCr, 1942, ano II, n.10, p.5).

O preparo de pessoal através de cursos destinados para o desempenho de funções de direção, necessárias ao desenvolvimento do serviço de amparo à maternidade, à infância e à adolescência, para os quadros do Aparelho Estatal, vinham sob a regulamentação do Decreto-Lei n.4739, de 02 de março de 1942 (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 14/11/1942, ano LVI, n.45 e 46, p.25).

O processo de aparelhamento do estado-novista campeou o Departamento Nacional da Criança, que para melhor desenvolver suas atribuições junto as instituições privadas promotoras de assistência e amparo à infância, procurou preparar, adequadamente, os quadros de futuros médicos que volveriam suas atenções à questão materno-infantil.

Importa considerar que conforme as fontes indicam o Departamento Nacional da Criança atuou como espaço de formação através do Curso de Puericultura e Administração de Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência, sob a designação geral de Cursos do Departamento Nacional da Criança atendendo as seguintes finalidades:

- a) Formar pessoal habilitado a organizar e dirigir serviços de proteção à maternidade, à infância e adolescência;
- b) Promover o aperfeiçoamento ou a especialização de médicos para serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
- c) Formar pessoal habilitado a executar serviços técnicos auxiliares, referentes à finalidade do Departamento Nacional da Criança (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 13/11/1943, ano LVII, n.45 e 46, p.22).

O ensino para o aperfeiçoamento e especialização de médicos e o treinamento de pessoal auxiliar foi ministrado por professores e assistentes, designados pelo Ministro da Educação e Saúde, dentre especialistas, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não. Houve dotação orçamentaria para a concessão de bolsas de estudos e passagens para os candidatos que residiam fora do Distrito Federal.

Na exposição dos motivos que levaram à criação do Departamento, a *Gazeta de Notícias* conservou o registro de que “[...] ao criar-se o Departamento Nacional da Criança, verdadeiro farol de grande luminosidade, com que o país procura socorrer a mulher mãe e a infância, desvalidas e doentes, são expostos os altos propósitos governamentais [...]”, justificando a consubstanciação de tal legislação como forma de atender à assistência, à pesquisa, à justiça social, além de elemento útil no “[...] despertar de uma atmosfera de interesse no país por esses problemas vitais para o mesmo, bem como os recursos financeiros a colocar à disposição desse objetivo [...]” (*Gazeta de Notícias*, 18/02/1940, p.4).

Destarte as formas de assistência e educação acionadas para instituir a ordem e o progresso, no andamento do século XX, foram assumidas como necessárias, como forma de estabelecer-se a nação forte que se desejava. Para tanto, a ciência assumira a centralidade no projeto de instituição do novo Estado e poderia trazer a chave para os entraves sociais, com políticas sustentadas sob elementos de racionalidade não só na execução de procedimentos, mas também na promulgação de políticas sociais que resultassem na criação de equipamentos, em âmbito nacional, dirigidos às áreas sociais, como a saúde, educação, cultura, patrimônio, relações de trabalho, previdência (PANDOLFI, 1999, p.10).

Entre as medidas de caráter estatal, que visavam ter alcance nacional, direcionadas à infância, estavam a promulgação do Decreto-Lei n. 2024, de 17 de fevereiro de 1940, criando o Departamento Nacional da Criança. Em seu artigo 4º, concedia ampla autonomia ao referido órgão, não precisando prestar obediência a nenhuma outra instituição ou chefia, estando submisso diretamente ao Ministro de Estado, ou seja, o Ministro de Educação e Saúde (BRASIL, 1940, p.3125). Este decreto era a expressão clara da ação do Estado que objetivava, por meio do aparato legal, justificar e executar políticas públicas de amparo, assistência e educação de Estado à infância.

Imagem 12 - “A obra federal de proteção à infância” -
Prédio do Departamento Nacional da Criança -1942



Fonte: *À Noite*, 28/07/1942

O maior elemento utilizado, através do Estado para enfrentar o problema da proteção da infância foi o estabelecimento do Departamento Nacional da Criança, com sede na avenida Rui Barbosa, número 20, junto ao Antigo Hospital Arthur Bernardes, onde fora instalado o Instituto Nacional de Puericultura (BTDNCr, 1942, ano II, n.8, p.8).

Segundo o Olímpio Olinto de Oliveira, a questão da autonomia não poderia ter sido experimentada na situação em que se encontrava a antiga Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, pois se encontrava nos estreitos limites de uma simples Divisão submetida aos desígnios do Departamento Nacional da Saúde. Esse fato comprometia o problema da infância que encontrava-se

[...] asfixiado, sem possibilidades de solução razoável, não só pela escassez de recursos com que contava para a sua indispensável expansão, como ainda por se achar subordinado a apreciação de uma autoridade especializada em conhecimentos de ordem puramente sanitária [...] problema ao mesmo tempo sanitário, sociológico, político, jurídico, problema de segurança e defesa nacionais, não devia mais continuar na dependência da autoridade de Saúde Pública (BTDNCr, junho de 1940, ano I, n. 1, p.5).

A autonomia requerida para o bom funcionamento do Departamento Nacional da Criança, conforme intenção de Olinto de Oliveira, pode ser apreciada no modelo Italiano a seguir. Em 1937, em viagem através da Europa, passando pela Itália conheceu a *Opera Nazionale per la Protezione della Maternità e dell'Infanzia*, a Obra Nacional de Proteção à Maternidade e à Infância, fundada em 1925 por uma lei que lhe conferira, desde logo, larga autonomia. Assim os complexos e delicados propósitos inerentes à proteção e à assistência à maternidade e à infância puderam ser alcançados com plena liberdade de ação e iniciativa, livres do tradicional formalismo burocrático. Funcionando sob o controle do Estado, era dotada de

uma autonomia administrativa e funcional que lhe permitia resolver, de maneira expedita, os seus negócios, os quais, sendo relativos ao interesse nacional, entravam nas próprias finalidades do Estado. Cabia-lhe a incumbência de organizar, em todo o país, a proteção e a assistência às gestantes, às mães necessitadas ou abandonadas, aos lactentes e pré-escolares até o 5º ano¹⁰⁹.

Em ofício remetido ao presidente da República, Getúlio Vargas, em janeiro de 1938, Olímpio Olinto de Oliveira, explicando a situação da Divisão de Amparo à Maternidade, relatou que a atuação do referido órgão só lograria êxito caso lhe fossem concedidas a necessária autonomia e a dotação orçamentaria, para tanto, defendia sua desvinculação do Departamento Nacional da Saúde (OLIVEIRA, 1938, p.4). Ele indicava a necessidade da descontinuidade da pressão das instâncias superiores (Departamento Nacional da Saúde) que embaraçavam as iniciativas da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, além de lhe diminuïrem a expansão, compatível com a importância de seus objetivos no trato da questão social da infância pobre no país. Olímpio Olinto de Oliveira considerava que o problema da infância conservava aspectos de natureza “sanitário, sociológico, político, jurídico, de segurança e de defesa nacional” e não deveria, portanto permanecer subordinado a autoridade da Saúde Pública (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, p.5).

Segundo Guy (1998, p.274), os médicos brasileiros e os demais médicos latinos não procederam a uma *mimese* das propostas eugênicas francesas, antes estes agiram por dentro das engrenagens do Estado, ou seja, em seus quadros, convencidos da necessidade de partir da sua realidade. O resultado foi a produção de uma eugenia com feições próprias, de natureza moderada, muito próximo de uma perspectiva autóctone, que defendia o envolvimento forte do Estado na saúde pública e nos assuntos voltados ao bem estar da infância.

Stepan (2005, p.10) assinala que as ações, no campo da ciência, mesmo aquelas direcionadas à infância, não significaram que a América Latina era mera consumidora de ideias eugênicas oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Muito mais para além da *mimese* ou reprodução, os intelectuais operavam em elaborações e alterações criativas. Os países latinos americanos, não apenas instituíram maneiras de adaptações locais dos modelos de eugenia importados da Europa, mas construíram iniciativas singulares adequadas à sua realidade.

Como forma de proteger a infância em situação enferma, foram adotadas medidas com vistas a empreender-se o processo de saneamento, moralização e eugenia da família. Segundo Stepan (2005, p.52), as atenções de eugenia e moralizar recorrentemente recaiam sobre as mulheres e a infância, com vistas à robustez da raça, no esforço de se formar, em bases

¹⁰⁹ Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

eugênicas, o brasileiro de amanhã. Foi assim que, em discurso proferido no Palácio Guanabara, no Distrito Federal, em comemoração do natal, em 24 de dezembro de 1939, o presidente da República, Getúlio Vargas, em seu pronunciamento, apela aos mais profundos sentimentos religiosos e patrióticos da sociedade

Acudindo a este apelo em favor da maternidade e da infância, feito, deliberadamente, no dia de Natal, tereis, por certo, prestado homenagem bem grata Àquele que veio ao Mundo como símbolo da bondade, amparo dos fracos e das crianças, e contribuireis de maneira decisiva para o fortalecimento da juventude, garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira (BRASIL, 1939, p.160).

O discurso de Vargas significava um veemente apelo à sociedade brasileira para que destinassem a atenção à infância desvalida. Certamente o conjunto desses elementos favoreceram o alvorecer de um momento da política nacional, cuja esperança apontava para o desejo da irrupção daquilo que deveria ser o homem higiênico, saudável e forte para um Estado Novo e pujante, análogo ao modelo do homem europeu civilizado.

O Estado brasileiro, no período do Estado Novo, preocupado com os problemas de moléstias crescentes relacionadas à infância, procurara mobilizar a sociedade, no anseio de suscitar a consciência que envolvesse o uso de suas energias e atenção para este grupo. Para tanto, Getúlio Vargas conclamava a sociedade, dizendo que:

Nenhum momento me parece, por isso, mais próprio para falar aos vossos arraigados sentimento de solidariedade cristã e convocar-vos a colaborar ativamente na obra já iniciada em *favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças*. Pelo nosso vasto território, desde os centros urbanos aos pequenos núcleos de população, ainda não se conseguiu *instalar uma rede eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância*, de útil e patriótica finalidade. Todos sabem quanto é, entre nós, precário o tratamento das gestantes e elevado o coeficiente de mortalidade de recém-nascidos, sobretudo, nas classes menos protegidas da fortuna (BRASIL, 1939, p.157, grifos do autor).

O conjunto de medidas implementadas significava a atuação do Estado na instituição de políticas sociais que, em última análise, eram políticas de bem-estar. Sob todos os paradoxos e discrepâncias vislumbrados no período do Estado Novo, como a inexistência dos direitos políticos e do cerceamento da liberdade civil, fora nesse momento que se consolidara a ideia do Estado como agente fomentador e executor principal do desenvolvimento econômico e do bem-estar social (PANDOLFI, 1999, p.11). As políticas sociais de bem-estar social desenvolvidas no século XX, dirigidas à infância, no Estado Novo, sob um governo centralizador e despótico, conformaram medidas de tutela e proteção, vislumbradas sob a égide da criação e da regulamentação de instituições públicas relacionadas à infância (RIZZINI, 2008; SCHUELER, 2002).

A década de 1940 tornara-se paradigmática, quando analisada à luz dos avanços promovidos por intermédio do poder estatal. Nesse período se consolidara o conjunto de regras regulamentando o trabalho no Brasil. A Consolidação de Leis Trabalhistas, a CLT, procurava afirmar a ideia do Estado como fiel defensor dos menos favorecidos do país (PANDOLFI, 1999, p.11). Nessa ocasião o Estado não só se debruçava sobre a questão do trabalhador e das formas de se regularizar o seu trabalho, mas também via na infância o futuro trabalhador da pátria. Sob essa lógica, começava a projetar, com maior grau de atenção, suas ações sobre a questão da infância, criando órgãos que servissem equipamentos, com pessoal técnico especializado, centralizando a assistência, a proteção e a educação a este grupo.

Entre as instituições criadas nesse período, é de particular interesse o Departamento Nacional da Criança (DNCr) (1940-1970). A sua implantação estava inserida num contexto de diversas medidas propositivas emanadas do Estado que, num amplo espectro, compunham um elenco diverso de eventos políticos e de políticas públicas, sobretudo econômicas e sociais, que se vivenciaram entre os anos de 1930 e 1945 (VIEIRA, 1988, p.4). A criação do DNCr, no contexto do Estado Novo, significou o aparelhamento do Estado e a abertura de um espaço propício à instauração de serviços sanitários e educativos, dirigidos às infâncias depauperadas da sociedade brasileira.

Os Postos de Puericultura, os Centros de Puericultura, as Maternidades Municipais, os Hospitais Infantis, os Parques de Recreio, as Colônias de Férias, as unidades de defesa contra o perigo moral, as instituições de colocação familiar de menores, são entre outras, as instituições chamadas à ação, nessa grande luta pelo bem-estar da criança brasileira. Tudo isso ultrapassa os interesses exclusivamente sanitários, para constituir um conjunto de obrigações que exigem, como foi realizado no Uruguai, na Áustria, na Bélgica, na Itália, nos Estados Unidos, em parte na Suíça, no Brasil, e, em tantos outros países, direção autônoma e largos raios de ação (BTDNCr, 1941, ano II, n.5,6 e 7, p.12).

A proteção à infância e seu bem-estar era considerada, em vários países civilizados, o dever precípua do Estado, manifestando-se geralmente por organizações de grande amplitude, dotadas da maturidade e dos recursos necessários para se colocarem à altura da importância nacional do problema. Entre as características que legavam manifestas vantagens para o Departamento Nacional da Criança, mantendo semelhanças com as organizações gerais de proteção à infância espalhadas entre outros países, era a sua autonomia e independência em relação aos outros órgãos da administração pública. A autonomia era uma velha reivindicação de Olinto de Oliveira que, desde o seu embarque no Governo Provisório, início do Governo Vargas, em 1932, solicitava mais autonomia para as instituições de que estivera à frente. Entre elas estava a Inspeção da Higiene Infantil, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, meras divisões, repartições que acatavam

as orientações e diretrizes do Departamento Nacional da Saúde Pública, estando este, por sua vez, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.

Na vigência do Governo Provisório (1930-1934) foram instituídas diversas medidas, buscando minimizar os problemas de ordem social. Implementaram-se também políticas públicas de assistência, previdência, saúde e educação, por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (criado em 1930) e do Ministério da Educação e Saúde Pública (criado em 1934). Segundo Campos (2006, p.26), os primeiros anos do governo Vargas até 1937, foram caracterizados por muita instabilidade, recheados de disputas envolvendo o novo desenho institucional a ser estabelecido para o Estado e para a sociedade brasileira. Fora um tempo de criações de serviços sociais e de saúde, anunciados para atender a população empobrecida do país; tempo marcado por largo processo de institucionalização no país.

Nessa direção, Martins (2010, p.115) assinala que os anos de 1930 e 1940, foram um momento político singular, marcando a convergência de interesses voltados à infância, congregando interesses do Estado e de intelectuais da época, entre os quais médicos, sociólogos e pedagogos. Estes viam, no governo, a possibilidade de concretização do estabelecimento de medidas próprias aos empobrecidos, aos deserdados da sorte que estavam historicamente abandonados pelo Estado. No Brasil, o desejo de se construir uma nova concepção de nacionalidade serviu de elemento gregário ao projeto estado-novista, atraindo para si significativo número de intelectuais. Estes viam naquele novo governo a possibilidade para a instituição de políticas estatais dirigidas à infância. Esse período sinalizava mudanças consideráveis, em uma nova postura do Estado frente às demandas sociais.

A mortalidade infantil era problema que importunava os poderes constituídos e mobilizava a atenção dos intelectuais. As transformações sociais em curso traziam consigo a crescente depauperação da população, a exploração da mão-de-obra despreparada e enfermidades que solapavam crianças e adultos. Porém o caso da infância parecia ser mais assustador, pois a morte muito de perto a rodeava, fazendo naufragar a esperança do futuro promissor do país.

Para Stepan (2005, p.52), nas primeiras décadas do século XX, a mortalidade infantil por fraqueza e os natimortos respondiam por 70% da mortalidade de todos os recém-nascidos, mesmo na cidade de São Paulo, que contava com uma medicina considera avançada para aqueles tempos. Entre os grandes problemas que afetavam a infância na América Latina e, em especial, no Brasil relacionavam-se os altos índices de mortalidade. Diante do desejo do Brasil de alcançar a modernidade, à semelhança das nações civilizadas, implicava encarar com

seriedade as baixas infantis, que era questão premente a ser enfrentada com coragem e determinação, pois

A observação do progresso de várias nações tem levado os sociólogos a admitir como certa a asserção de que os ‘índices de mortalidade infantil reflete o grau de civilização de um povo’. De fato, se cotejarmos as estatísticas de mortalidade infantil de algumas cidades estrangeiras, constatamos a veracidade de tal afirmativa: pois enquanto Nova York, Londres, Washington exibem coeficientes menores de 8%, certas cidades da América do Sul, como Salto e Jujuí na Argentina, São Luíz e Manaus no Brasil, exibem índices girando em volta de 30%. [...] O fato de, nos países líderes da civilização industrial, a riqueza haver precedido e facilitado a campanha da saúde e da educação, não nos devem intimidar: se lá o homem tem a educação e a saúde, porque teve a riqueza, nós aqui temos que ter a saúde e a educação para possuímos a riqueza (BTDNCr, 1942, ano II, n.8, p.43).

A questão da mortalidade infantil não se constituiu em elemento paralisante das expectativas de se alcançarem patamares melhores para o país. Foi visível certa dose de otimismo que a elite intelectual brasileira nutria em relação à viabilidade do país. A criação do Departamento Nacional da Criança vinha na esteira de ações que, homeopaticamente, se processaram no andamento, entre os anos de 1920 e 1930, e que encontraram seu ápice de ação governamental no Estado Novo, na década de 1940, por meio de decreto governamental.

A implementação de políticas sociais específicas dirigidas à infância, havia muito, era esperada pela sociedade brasileira. De tal forma que, em vários momentos, se fizera alusão à fundação do DNCr, e este se tornara objeto de atenção e divulgação, ocupando espaço na imprensa, com matéria intitulada “Proteção à maternidade, à infância e à adolescência”, que informava a criação do Departamento Nacional da Criança, incorporado ao Ministério da Educação e Saúde, instituído um Fundo Nacional de Proteção à Criança (F.N.P.C.). Também os Estados e os Municípios cooperariam na grandiosa obra (*A Noite*, 18/02/1940, p.3).

Decorridos sete meses da inauguração do Departamento Nacional da Criança, fevereiro de 1940, e, no decurso de todo aquele ano, eram recorrentes as manchetes ou notícias aludindo a existência do novo órgão e afirmando os seus ideais relacionados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência. Segundo Olinto de Oliveira, em entrevista concedida ao *Jornal A Noite*, não deveria recair sobre o Departamento a responsabilidade de se criarem os diferentes estabelecimentos e instituições destinados a pôr em prática essa missão de proteger e amparar a infância. Esses “deveres incubem aos Estados, aos municípios e às instituições particulares” (*A Noite*, 22/09/1940, p.3). De acordo com Olinto de Oliveira a preocupação com a proteção da infância deveria tornar-se o elemento principal de atenção da pátria. Assim, a criação do Departamento Nacional da Criança significava, particularmente, a efetivação de tal proteção, orientando os serviços ligados à assistência e à educação da infância, por meio de medidas higienistas.

As ações políticas encetadas e instituídas através do Estado Novo não devem ser subsumidas como bloco homogêneo, sendo capaz de comportar manifestações distintas e diversas, e, por vezes incoerentes. Segundo Gomes (2013, p.27), ao contrário, o que se constata é a manifestação de mutações significativas, traduzindo, em seu conjunto, um certo ecletismo em suas propostas, o que não foi impedimento para que se encontre, em seu bojo, um conjunto de ideias centrais, capaz de configurar um determinado projeto político. Os problemas sociais relacionados à infância, e a necessidade de se dedicar maior atenção à questão tornaram-se alvo de diversas políticas específicas. Na prédica natalina, em 1939, ficara evidente este tipo de percepção e preocupação com a infância, em que segundo Vargas

Impunha-se, contudo, alargar a atuação do poder público, e diversas providências se adotaram nesse sentido. Já foi autorizado o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados. [...] Espero e recomendo, portanto, que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura, completando, assim, a estrutura governamental capaz de preparar brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial (BRASIL, 1939, p.158).

Entre as medidas de racionalidade médica, a puericultura, como medida de conformar à infância, figurava nas políticas de assistência, mas também de educação, compondo as ações engendradas por intermédio do Estado. Pode-se dizer que o Departamento Nacional da Criança, destinado a sistematizar os serviços relacionados ao problema da infância, representava o elo final de uma cadeia de medidas preparatórias na implantação de novas formas de assistência e educação à infância, um dos pontos básicos da larga política social do Estado Novo. O seu principal objetivo consistia em fixar e uniformizar os fundamentos do amparo à infância, à maternidade e à adolescência, em todo o território do país. Os órgãos criados nesse período eram fruto da montagem de uma rede de organizações no país, de representação de interesses, que afiançava maneiras do poder público controlar e regular prescrevendo normas e regras de funcionamento dessas instituições.

3.2 Normas e funcionamento do Departamento

O Departamento Nacional da Criança passava a ser, através do Artigo 5º, do Decreto 2.024, entre as instituições administrativas federais relativas à proteção, à maternidade e à infância, o soberano órgão responsável pela centralização, coordenação e apoio de todas as atividades nacionais conduzidas a efetivar a proteção à maternidade, à infância e à adolescência (BRASIL, 1940, p.3125). De forma determinante, o Estado dava indícios não apenas de que voltara a sua atenção à infância, mas de que se tratava de ocasião a serem implantadas formas

institucionais capazes de controlarem e coordenarem, no âmbito nacional, as ações relacionadas à infância, fossem elas promovidas por instituições privadas ou públicas.

Nutrido por meio do forte apelo ideológico de adesão ao projeto de construção do Estado Nacional e do avanço da centralização política empreendida, a oferta de serviços sociais e sua organização racionalizada acentuava o eminente desígnio do governo federal de se fazer presente em todo o território do país, procurando manter-se mais próximo dos estados e municípios, sendo capaz de estender sua influência a todas as unidades federadas em um projeto unificado (HOCHMAN; FONSECA, 1999, p.83). O período do Estado Novo significou, simultaneamente, o alargamento do controle social por meio das políticas públicas de assistência, previdência, educação e saúde pública. A Reforma Capanema, de 13 de janeiro de 1937, que ocorrera dez meses antes do Golpe de 1937, era o prenúncio das intenções do Estado varguista na edificação de um aparato institucional organizado e centralizado, municiado eficazmente e com a capacidade de coordenar, executar e fiscalizar, em diferentes instâncias, as ações sociais nos estados, empreendendo energia que resultasse, em última instância nas formas de uniformização das normas e dos serviços prestados à população brasileira.

Esses elementos indiciam a compreensão de que a implantação do Departamento Nacional da Criança e sua configuração não estavam dissociadas das diretrizes político-ideológicas e institucionais construídas e amplamente divulgadas através do regime varguista. O governo em curso, desde a Constituição de 1937, estava fartamente fundeado na centralização política, no intervencionismo estatal e na oposição ao modelo liberal como forma de organizar a sociedade. Os eventos que ocorreram não eram uma particularidade brasileira, pois, no mesmo período, experiências similares ocorriam no continente europeu: na Alemanha, na Itália e em Portugal. Desde o advento da Primeira Grande Guerra, ou Primeira Guerra Mundial, por conta das insatisfações e do questionamento do modelo liberal de organização da sociedade, paulatinamente se acomodava, nas mentes e corações, a instituição de governos com feições “totalitárias, autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas” (PANDOLFI, 1999, p.10).

A partir de 1937, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.84), o Estado passara a adotar meios que garantissem, no macro e no micro espaços, monitorar, disciplinar e inculcar na população uma mentalidade correspondente às concepções do novo Estado Nacional que se queria erguer. Para tanto, através de uma política agressiva de cunho caracteristicamente repressor, tornou a instrução primária e a educação cívica obrigatórias, estendendo seus tentáculos de ação dos espaços privados, instituindo a obrigatoriedade ao asseio, à higiene, à regeneração muscular e física.

Sob essa lógica, a criação do Departamento Nacional da Criança servia não só na utilização de maneiras de assistência à infância, mas, como órgão representativo do Estado, encampava um elenco de obrigatoriedades harmônicas aos ideais nacionalistas. Havia uma grande perspectiva patriótica a afirmação da construção e consolidação do Estado Nacional, que desejava constituir, por meio da sociedade brasileira como um laboratório higiênico de civismo à céu aberto. O DNCR vinha na esteira da institucionalização estatal de instrumentos capazes de promoverem aperfeiçoamento de pessoal especializado e os formava para atenção social, destinada à infância, corroborando a viabilização da implementação do projeto nacional.

O Departamento Nacional da Criança, de faceta predominantemente higienista, fora uma instituição multifacetada com múltiplos objetivos e finalidades que, por quase 30 anos, concentrou a política de assistência à mãe e à infância no Brasil (VIEIRA, 1988, p.4). As diferentes ações, dirigidas a este grupo, vinham diretamente do DNCR ou sofriam influências deste. As medidas promovidas por intermédio do DNCR, órgão normatizador das atividades e instituições, tinham em vista determinar e acompanhar o funcionamento das instituições públicas e particulares de caráter filantrópico, leigo ou confessional.

Para além de centralizar as atividades de assistência e educação destinadas ao amparo da infância, o Departamento Nacional da Criança tinha, como competência, a produção de inquéritos e estudos relativos à condição da infância e a forma como as instituições espalhadas através do país as assistiam, possibilitando ter um retrato da situação do problema social da maternidade, da infância e da adolescência.

Os estudos e inquéritos orientavam as ações no Departamento Nacional da Criança e serviam na consolidação da consciência social brasileira, acerca do cuidado da infância para possibilitar que essa mudança favorecesse ares higienizadores, foi preciso envolver e mobilizar os Estados e os Municípios na cooperação e na realização de serviços destinados à proteção da infância. A compreensão de que a questão da infância não poderia ser tratada de forma isolada por apenas um ente da federação, mas em parceria, tornara-se matéria de artigo publicada no *Jornal À Noite*, de 09 de setembro de 1940, portando a chamada “O Departamento Nacional da Criança e os municípios brasileiros”, e dizia:

Levando a cabo sua articulação com os municípios do interior, o Departamento Nacional da Criança vai conseguindo interessá-los na campanha nacional pela criança. Assim, já 60 dos municípios brasileiros estão articulados. Esta porcentagem mostra como a defesa das nossas populações infantis começa a ser encarada entre nós. A totalidade (100%) dos municípios do Acre, do Amazonas e do Paraná já estão articulados com o Departamento Nacional da Criança. Os Estados de Alagoas e Rio G. do Sul já articularam 85% dos seus por exemplo: o do Espírito Santo 81% os demais seguem-se em ordem decrescente, não havendo nenhum Estado que não tenha articulado pelo menos 40% dos seus municípios ao movimento daquele Departamento

do Ministro da Educação e Saúde. Dia virá em que 100% de todos os municípios brasileiros estarão a postos para o trabalho benemerente de salvar e valorizar as nossas futuras gerações (*À Noite*, 09/09/1940, p.4).

O envolvimento dos diversos municípios espalhados no país indicava o grau de adesão. Agindo desse modo, realizar-se-ia, num futuro próximo, a uniformização do serviço de assistência a maternidade, infância e adolescência no país, defendendo a saúde do povo e o melhoramento da raça. O Departamento ia, dia-a-dia, agregando e conscientizando os estados e os municípios na colaboração para o alto objetivo de preparação da raça no futuro. A energia empregada na sementeira, por meio da divulgação e interiorização, através do país, dos ideais do Departamento Nacional da Criança, evidenciava seus primeiros rebentos, apontando para a chegada dos frutos e, sobretudo, significava a colaboração das demais instâncias governamentais do país na questão da infância.

O nível elevado de mortalidade e de moléstias entre a infância no país tornava necessária a participação de todos no enfrentamento das necessidades da população infantil no país, implicando a intervenção dos municípios e das instituições de caráter privado que lá funcionavam. Segundo Olinto de Oliveira, em entrevista ao *Jornal À Noite*, de domingo, o município erguia-se como alvo das instâncias a se alcançar por intermédio da obra educacional, governada por meio do DNCR, na conscientização de autoridades e entidades particulares envolvidas com a questão. Esse órgão, além de destinado a sistematizar os serviços relacionados ao problema da infância, representava o elo final de uma cadeia de medidas preparatórias a partir da grande iniciativa do Estado. O seu principal objetivo consistia em fixar e uniformizar os fundamentos do amparo à infância, à maternidade e à adolescência, em todo o território do país (*A Noite*, 22/09/1940, p.3).

Essa tarefa hercúlea não cabia somente ao ente federal, mas era preciso unir forças em torno de um problema que fora elevado a condição e caráter de segurança nacional. Para tanto, no Decreto-Lei n. 2024, no Artigo 2º (BRASIL, 1940, p.3125), o Departamento Nacional da Criança era criado também na intenção de promover a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, garantindo a colaboração dos órgãos administrativos afetos ao problema. Vale considerar que esse mesmo decreto, instituía o DNCR como órgão centralizador e regulador de todas as atividades de assistência materno-infantil no país. Essas proposições legais acompanhavam a reorganização da estrutura, de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, e faziam parte da estratégia de balizar as medidas burocráticas vigentes no Estado Novo, dirigidas a consolidação de uma nova nação. Assim, a prestação de assistência à infância, além de normatizar as práticas de cuidado, por meio das “Juntas Municipais da Infância” ou “Juntas da Infância”, se constituía em maneira capaz de assegurar a presença do governo central nas regiões contíguas e nas mais retiradas do país. Nesta direção, mobilizava instituições de diferentes matizes, fossem particulares ou públicas, leigas ou religiosas, com a precípua

intenção de atuar na proteção à maternidade, à infância e à adolescência (*Jornal do Brasil*, 30/08/1940, ano L, n.204, p.10).

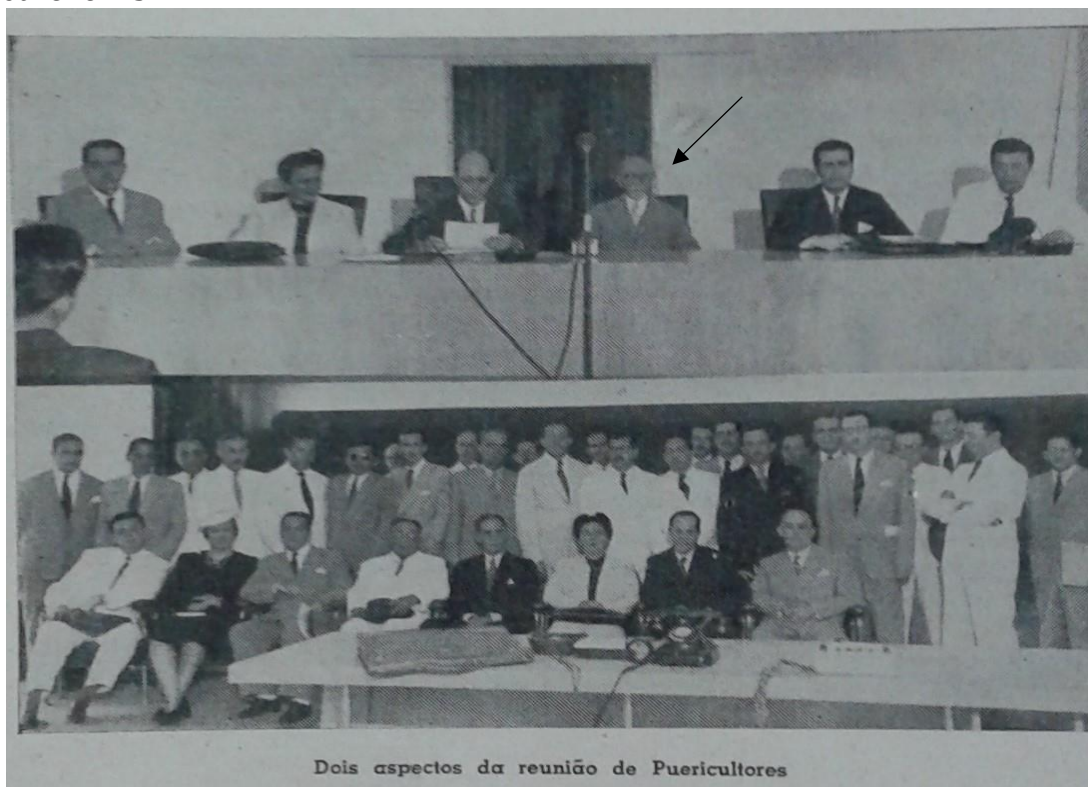
As Juntas da Infância contavam com a atuação de pessoas proeminentes da sociedade local e interessadas na sorte da criança, residentes da cidade, em geral nomeadas pelo Prefeito, tais como: as damas da sociedade, senhoras e homens que prestavam serviços de benemerência, reunindo-se em sessões periódicas para estudarem e resolverem o melhor modo de organizar no município o amparo à maternidade e à infância. As Juntas colaboram com os Prefeitos e os Juízes de Menores, e com as instituições oficiais e particulares locais. As Juntas da Infância tinham como atribuição prestar assistência aos menores órfãos, abandonados e ilegítimos, aos maltratados, explorados ou ameaçados na sua saúde e nos seus direitos sem deixar de amparar as mães miseráveis, sobretudo na ocorrência de parto. Era de responsabilidade das Juntas da Infância a organização das obras de assistência à maternidade e à infância, envolvendo atividades de fiscalização e promoção de auxílio oficial. Em paralelo as Juntas deveriam se municiar de meios de arrecadar fundos para suprir situações de emergência adolescência (*Jornal do Brasil*, 30/08/1940, ano L, n.204, p.10).

No desejo de envolver a municipalidade na empreitada contra os males que afligiam a infância e na guerra contra a mortalidade infantil, oferecendo assistência e educação à infância, o primeiro *Boletim* foi dedicado aos prefeitos, considerados não apenas meros mandatários, mas “o administrador consciente de uma comunidade autônoma que representa a célula da nacionalidade de cujos progressos dependem os da Pátria” (BTDNCr, 1940, ano I, n.1, p.4). Eram esses os prefeitos com os quais o Departamento Nacional da Criança contava desde os tempos de sua antecessora, a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, na obra de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Assim,

O Departamento Nacional da Criança, e mais que ele, a nossa infância, e os próprios interesses superiores da nacionalidade contam com o patriotismo e a visão esclarecida desse Departamento e dos Prefeitos brasileiros, na certeza da sua colaboração inteligente e enérgica nessa hora em que uma crise universal está exigindo o concurso decidido de todos os que estão investidos de responsabilidades públicas (BTDNCr, 1942, ano II, n.9, p.12).

A atuação do Departamento Nacional da Criança no país, para além de uma perspectiva macroscópica, preocupava-se com a maneira como o problema da infância estava sendo cuidado nos municípios. Ao atuar próximo da municipalidade, tinha-se a intenção de se criarem Juntas de Proteção à Infância, o que significava, antes de tudo, maneiras de se propagar os ideais de proteção do Departamento em prol da infância no país. Era uma forma de assegurar a difusão não apenas de conceitos higiênicos, mas de uma educação higiênica, cooperando no exercício de atividades para o desenvolvimento progressivo e útil, conforme preceituara o Artigo 3º, do Decreto de criação do Departamento (BRASIL, 1940, p.31).

Imagem 13 - Reunião de puericultores da Junta de Infância no Distrito Federal, Rio de Janeiro -1944



Fonte: BTDNCr, 1944, ano IV, n.19, p.3

A Junta de Proteção à Infância seria o braço do Departamento Nacional da Criança no município, realizando a proteção aos órfãos expostos, enfermos, malcuidados e transviados. Além disso, outra tarefa secundada à Junta por intermédio do Departamento relacionar-se-ia à fiscalização e à organização, procurando articular, entre si, as instituições particulares, para que não viessem a colidir em suas atividades, se auxiliadas mutuamente, e cobrindo o vasto campo das necessidades locais de assistência. Por outro lado, os Governos Federal e Estadual, assim como o Municipal, deveriam auxiliar as instituições particulares com subvenções e, eventualmente, com pessoal técnico, professoras, médicos e outros por meio dos especialistas. Os principais estabelecimentos destinados a atender aos casos desta categoria seriam as “Casas da Criança, Creches, Asilos, Patronatos Agrícolas, Institutos profissionais, e outros, de acordo com as exigências e as possibilidades do meio” (BTDNCr, 1941, ano II, n.5, 6 e 7, p.20).

A proposta de criação do Departamento e da “Casa da Criança”, conforme indícios da fonte, foram sugestões apresentadas na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933, através da professora Almerinda Farias Gama. A sementeira empreendida por meio da professora encontrou ambiente propício anos mais tarde, em 1940. De acordo com o plano sugerido pela Almerinda Farias Gama, a Casa da Criança, funcionaria em tantos edifícios

quantos se fizessem necessários, com administração interna, dentro dos moldes semelhantes aos de uma casa de família, de “modo a cultivar, na criança, os sentimentos de afetividade e de respeito devidos à família, e à pátria”. A “Casa da Criança” não teria o aspecto de asilo para indigentes, nem mesmo se assemelharia à uma prisão para a infância. O custeio da “Casa da Criança” seria feito, em parte, através do Ministério de Educação e Saúde Pública e de outra parte, contaria com a boa vontade da sociedade (*A Batalha*, 22/09/1933, p.7).

Os efeitos ocasionados e percebidos por espaços concebidos por meio do Departamento Nacional da Criança, como os Postos de Puericultura, as Creches, os Jardins de Infância e a Casa da Criança, estavam relacionados ao processo de institucionalização e atenção à educação a infância sob o viés higienizador, resultando no estabelecimento de um modelo assistencialista concorde com as concepções científicas, mas que estivesse a serviço e sob a intervenção do Estado. A “Casa da Criança”, dentre os organismos de assistência à maternidade e à infância, no plano nacional, elaborado através do Departamento Nacional da Criança, tinha a finalidade de receber crianças de todas as idades durante as horas em que as mães estivessem ocupadas com suas atividades laborais. A “Casa da Criança” mantinha várias seções, creche, escola maternal, jardim da infância, cursos primários e poderia comportar um Posto de Puericultura (BTDNCr, 1942, ano II, n.8, março, p.40). O *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* de número 8, ao longo de suas páginas informou a inauguração de várias Casas da Criança, como em Paranaguá-PR, Igarapava-SP, Ponta Grossa-PR e Curitiba-PR, Distrito Federal - RJ, Niterói - RJ, São Paulo - SP, como forma de melhorar a atendimento à infância pelo país.

Para Olinto de Oliveira, a creche destinava-se às crianças ainda em idade de colo, as lactentes. Ele não considerava conveniente a recepção de crianças muito pequenas, com menos de 3 ou 4 meses. Pois, nessa idade, a criança deveria estar junto da mãe, para usufruir da amamentação natural. A criação das creches foi entendida por meio do Departamento Nacional da Criança, primeiro como forma de assegurar à mulher pobre e trabalhadora um lugar para deixar seus filhos. Em segundo lugar, ainda que sob protesto de sanitaristas, era compreendida como espaço útil na luta contra a mortalidade infantil, pois ali se estabeleceria cuidados à infância sob orientação higiênica, em franca oposição ao exercício e a existência do comércio das criadeiras. As escolas maternais e os Jardins da Infância, compunham para o Departamento as instituições de educação pré-primária, teriam como preocupação a educação familiar e social das crianças, e atuariam como auxiliadoras das famílias na educação moral e higiênica das crianças em idade pré-escolar (OLIVEIRA, 1946, p.1).

Segundo Olinto de Oliveira havia na Itália, em cada Comuna, uma espécie de município, uma Junta (*Comitato de Patronato*), que ali representava e exercia as suas atribuições de proteção e assistência à mãe e à infância, mantendo-se em contato com as Federações Provinciais, que por sua vez permaneciam ligadas à direção central. O *Comitato de Patronato*, órgão subordinado à *Opera Nazionale per la Protezione della Maternità e dell'Infanzia*, atuava na defesa e no melhoramento físico e moral da raça. Para tanto fora organizada nas Comunas, como forma de afirmar a assistência à maternidade, a propaganda em favor da amamentação natural, a vigilância higiênica, educativa e moral pelos menores afastados da família ou abandonados, a assistência aos menores anormais desviados ou delinquentes, aos menores empregados, e a todos os que, de qualquer modo, necessitavam de proteção e assistência. A existência da Junta da Infância, o *Jugendart*, também fora percebida na Áustria e lá funcionara como instância encarregada na municipalidade da proteção jurídica da criança, incumbida, especialmente, da vigilância dos órfãos, enfermos e explorados¹¹⁰.

O estabelecimento das Juntas de Proteção à Infância nos municípios figurava entre os imperativos de atuação do Departamento, que poderia se constituir em benefício para a infância brasileira, promovendo a sua proteção. Deste modo, órgãos como as Juntas vinham, à guisa de experiências e observações de países europeus, que Olímpio Olinto de Oliveira havia efetuado em 1937. Conforme artigo escrito por Olinto de Oliveira e publicado no *Boletim*, a Junta de Proteção à Infância era um conselho local, deliberativo e executivo, imbuído de atribuições com vistas a:

promover no município a criação dos serviços a seu alcance para proteção das crianças e mães necessitadas, auxiliar e fiscalizar esses serviços, tudo de acordo com instruções apropriadas; vigiar e amparar crianças órfãs, abandonadas, ilegítimas, maltratadas ou necessitadas, cuja notificação lhe será fornecida por visitadoras próprias; cooperar com a justiça de menores e às autoridades policiais em tudo quanto disser respeito à infância; assumir tutela provisória ex-offício ou por determinação judiciária (BTDNCR, 1942, ano II, n.10, p.3).

A intenção de criar e instaurar em cada município do país, Juntas de Proteção à Infância significava uma forma de envolver, de forma direta, os mandatários da municipalidade na causa da infância. Era como se o próprio Departamento Nacional da Criança se fizesse presente em cada município, representando e afiançando a vigilância da infância adoecida, maltratada ou sob ameaça em seus direitos, a fim de poder socorrer-lhes sempre que possível, agenciando a organização dos recursos indispensáveis a esse grupo. Muito embora, figurasse na letra do decreto a criação das Juntas, a sua organização foi tímida nos municípios e não encontrou

¹¹⁰ Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

amparo pleno dos prefeitos e demais setores da sociedade na sua implementação, em função da dos poucos recursos econômicos (*Jornal do Brasil*, 30/08/1940, ano L, n.204, p.10).

A importância da criação das Juntas em cada município, como sugerido através do Departamento Nacional da Criança, e sua ação propriamente dita eram matéria também aludida por meio do jornal *A Noite*, no exemplar de domingo. Segundo o impresso, a Junta seria uma espécie de conselho local, estando intimamente ligada à Prefeitura e tinha, sob esse aspecto, como intenção, administrar todos os “assuntos locais relativos ao amparo da maternidade, da infância e da adolescência, investigando cada caso e promovendo os meios de remediá-los” (*A Noite*, 02/11/1940, p.6). Isto levou o Departamento Nacional da Criança a providenciar um canal de interlocução, que divulgasse a todas as pessoas, as ações e as ideias de assistência à infância, conduzida sob princípios higiênicos. A criação do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* atuou no incentivo de campanhas junto aos estados e municípios, foi instrumento de atualização de médicos e demais interessados na causa da infância.

3.3 O *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*

A imprensa, em suas versões variadas, servira de suporte para os intelectuais, criadores de bens culturais e mediadores de ações políticas, oferecendo condições de consagração desses no imaginário social. Importa não olvidar que os intelectuais, ao se servirem dos serviços úteis da imprensa, via importante de vulgarização das ciências, “certamente se inseriram e se beneficiaram de uma conjuntura de crescimento da leitura”. É o caso de alguns impressos, como jornais, revistas e boletins que, ao dedicarem espaços específicos em suas páginas à ciência e aos seus propósitos, fizeram uso de uma linguagem acessível a um público mais abrangente (GOMES; KODAMA; FONSECA, 2018, p.598).

Como maneira de se tornarem visíveis as atividades elaboradas através do Departamento Nacional da Criança, instituiu-se um importante canal de comunicação, criando-se desta maneira, um boletim interno, mas de circulação entre os municípios, que tornasse público os conhecimentos produzidos e as ideias acerca da infância, buscando a abrangência nacional. Nascia o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, em julho de 1940, cinco meses depois da criação do DNCR, conforme o jornal *A Noite* veio noticiar:

Acaba de aparecer o 1º número “Boletim Trimestral” do Departamento Nacional da Criança, dedicado aos prefeitos municipais de todo o Brasil. Com sua publicação o Departamento reforma a sua iniciativa de manter um órgão informativo de suas

atividades e capaz de servir também aos que se dedicam, em todo o país a causa da infância (*A Noite*, 20/08/1940, p.6).

A publicação do *Boletim* representava um importante canal de divulgação das atividades, e ideias dos princípios científicos acerca da assistência e da educação da infância, a serem devidamente difundidos. Afora isso, o periódico era ponte de interlocução com o poder público local e com a sociedade. Numa perspectiva da metalinguagem, o *Boletim* falou da importância da existência do próprio periódico

Era preciso levar a todo o país as ideias fundamentais do movimento, registrar os seus resultados à proporção que se iam verificando, despertar e estimular as colaborações, reconhecer e premiar as dedicações, estreitar as relações entre os cooperadores esparsos e distantes, manter viva enfim a chama sagrada em torno da qual reuniam-se tantos esforços beneméritos e cheios de boa vontade (BTDNcr, 1940, ano I, n.1, p.2).

O *Boletim* procurava mais do que difundir e propagar as informações resultantes das pesquisas e dos levantamentos produzidos no interior do Departamento. Estes deveriam ser utilizados no intento de suscitar uma consciência social, higienicamente educada, não só entre os municípios espalhados no país, mas também na iniciativa privada, na extensão de todo território nacional. A difusão dos conhecimentos, por meio do *Boletim*, além de procurar conformar, na sociedade, práticas enlaçadas na ciência, realizava a premente reformulação de práticas retrógradas de assistência, largamente utilizadas na sociedade brasileira.

O *Boletim* do Departamento Nacional da Criança era comparável ao modelo austríaco, a *Mutterschutz work*, na difusão das ideias de proteção à infância, uma revista que era distribuída em numerosas publicações, vertendo o ensino da puericultura e a propaganda de cursos de higiene para mães e moças, objetivando a adoção de formas adequadas de cuidar da infância e, portanto, a redução da mortalidade infantil. A revista destinava atenção a assuntos diversos sempre relacionados à proteção da mãe, da infância e da família, como o cuidado para com a mulher grávida, com a mãe que amamentava, e as orientações diversas para as mães que, com seus pequenos petizes, viessem a se achar em dificuldades para criá-los. Trazia matérias relativas aos asilos destinados a um público eclético, às mães à infância e às famílias. Falavam do funcionamento das creches e dos jardins de infância, das casas de recreio, das cantinas maternas e dos postos de distribuição de leite¹¹¹.

Os anos iniciais de sua publicação, a matriz do *Boletim* era datilografada e depois “mimeografada na seção de mecanografia do Departamento Nacional da Criança” (BTDNcr, 1940, ano I, n.1, p.2). Essa maneira de editar o *Boletim* vigorou até o n.7, que foi publicado em dezembro de 1941. Somente à *posteriore*, ou seja, a partir do n.8, publicado em março de 1942,

¹¹¹ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

foi que surgiam os primeiros boletins impressos nas oficinas da Imprensa Nacional, uma empresa do Estado.

Quadro 6 - Levantamento dos Redatores do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (1940-1945)

Redatores	Número e Ano
Drs. Mario Pereira de Vasconcelos e Dante Costa	n.1, ano I - junho-1940
Drs. Mario Pereira de Vasconcelos e Dante Costa	n.2, ano I - setembro-1940
Drs. Mario Pereira de Vasconcelos e Dante Costa	n.3, ano I - dezembro-1940
Drs. Silva Pinto e Dante Costa	n.4, ano I - março-1941
Drs. Silva Pinto e Dante Costa	n.5, 6 e 7, ano II - junho/dezembro -1941
Drs. Silva Pinto e Silveira Sampaio	n.8, ano II - março -1942
Dr. Silveira Sampaio	n.9, ano II - junho-1942 - 57p.
Dr. Silveira Sampaio	n.10, ano II - setembro-1942 - 68p.
Volume não encontrado	n.11
Volume não encontrado	n.12
Dr. Silveira Sampaio	n.13, ano III - Junho - 1943
Dr. Silveira Sampaio e Dr. Darcy Evangelista	n.14, ano, III -Outubro - 1943
Dr. Silveira Sampaio e Dr. Darcy Evangelista	n.15, ano III - dezembro - 1943
Dr. Darcy Evangelista	n.16, ano IV - Março - 1944
Dr. Darcy Evangelista	n.17, ano IV - Junho - 1944
Volume não encontrado	n.18
Dr. Darcy Evangelista	n.19, ano IV - Dezembro - 1944
Dr. Darcy Evangelista	n.20, ano V - Março - 1945
Dr. Darcy Evangelista	n.21 e 22, ano V - Setembro - 1945
Dr. A. Sousa Figueiredo	n.23, ano V - Dezembro - 1945

Fonte: OVERNÉ, 2018.

Observa-se que os sete (7) redatores do *Boletim* estiveram, por um tempo médio de 1 (um) ano, como responsáveis na redação do Periódico. Todos os redatores eram médicos pediatras que atuavam nos quadros do Departamento e contribuíram, também produzindo entrevistas e artigos publicados no *Boletim* e jornais e revistas de circulação da imprensa.

Os intelectuais, ao atuarem como “mediadores culturais”, não o faziam sem a imprensa escrita, antes está se mostrava aliada desses sujeitos que, guiados por projetos particulares, objetivavam resolver ou mitigarem problemas de alcance nacional. A categoria mediadora cultural é abrangente e aponta para o conjunto de práticas, posições, construções e maneiras de agir, que podem ter conotação social e política, em diferentes tempos e espaços realizadas por “sujeitos históricos identificados como intelectuais” (GOMES; HANSEN, 2016, p.9). A relação entre os intelectuais mediadores e a imprensa pode ser útil para compreensão dos procedimentos de produção e veiculação de ideias, valores e saberes no espaço e no tempo. A imprensa, além de operar na condição de sinalizadora de qualquer projeto político-cultural, era uma forma útil de publicidade e afirmação de representações produzidas em espaços intelectuais voltados aos

segmentos sociais especializados ou para camadas mais amplas da sociedade. Os intelectuais constantemente utilizavam a imprensa escrita como plataforma de dimensão político-pedagógica das suas *práxis*, sendo compreendida por estes em via democratizadora de saberes científicos, viam nesta um caminho de ingresso do público aos conhecimentos por eles produzidos, como a educação higiênica, podendo elevar “o “povo” de uma nação que desejasse ser moderna” (2018, p.597). Outro aspecto importante, a ser considerado acerca da imprensa escrita e sua relação estreita com os intelectuais, é que esta por vezes se constituía em lócus de debates, de disputas de ideias, da afirmação e do reconhecimento de projetos dos intelectuais.

Quadro 7 - Autores do Boletim do Departamento Nacional da Criança (1940-1945)

AUTOR	Artigos Escritos	Ano de Publicação
Adamastor Barbosa	2	1942
Adauto de Resende	1	1942
Abdgar Renault	1	1942
Álvaro Alves de Sá	1	1942
Cleto Seabra Veloso	1	1942
Caio Machado	1	1942
César B. Perneta	2	1942/1944/1944
Clóvis Correa da Costa	2	1942/1945
Carlos Flôrencio de Abreu	2	1943
Darcy Evangelista	1	1944
Elisa Dias Veloso	3	1945
Edelweiss Taccola	1	1943
Flammarion Costa	7	1941/1942/1943/1944/1945
Filgueira Filho	1	1944
Guilherme Dumont Villares	1	1944
Gustavo Lessa	2	1942/1945
Gastão de Figueiredo	8	1941/1942/1943/1944/1945
Guerreiro Ramos	1	1944
Getúlio Lima Júnior	1	1944
Henrique Duék	1	1943
Henrique Dodsworth	1	1942
Hermes A. Bartholomeu	2	1944/1945
Helena Antipoff	1	1945
Itagiba Barçante	1	1942
João Tavares	2	1941, 1942
Jorge Barata	1	1945
José Leme Lopes	1	1945
José Naegele	1	1942
Jaime Câmara	1	1943
Kathleen Nott	1	1944
Ladeira Marques	1	1942
Luiz Palmier	1	1942
Milton Cordovil	1	1943

Meton de Alencar Neto	2	1943
Mário Olinto de Oliveira	1	1942
Mário P. de Vasconcellos	1	1940
Olímpio Olinto de Oliveira	11	1940/1941/1942/1943
Orlando Seabra Lopes	1	1944
R. Almeida Gouvêa	1	1944
Roberto Erbert	2	1945
Rose Alvernaz	1	1945
Raul Leitão da Cunha	1	1945
Silveira Sampaio	4	1942/1944
Saboia Lima	1	1943
Taylor Vieira Schneider	1	1945
Wiberto Guedes Pereira	1	1945
Waldir de Abreu	1	1943

Fonte: OVERNÉ, 2018.

O Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança, em sua trajetória, contou com a participação diversificada de vários autores em suas publicações que sinalizava para a intensa atividade de intercâmbio intelectual, com atuação de pessoas de diferentes áreas. A diversidade de autores que apoiaram o projeto de Olímpio Olinto de Oliveira e do Departamento Nacional da Criança, participando da escrita e a divulgação de princípios assistenciais à infância fundados na ciência da puericultura, na campanha em defesa da criança, como maneira de assegurar o progresso da nação. Pois, de acordo com Olímpio Olinto de Oliveira “somente através da infância, dela cuidando com dedicação, educando-a, preparando-a para uma vida melhor, que poderemos ter a esperança de aperfeiçoar a humanidade” (BTDNCR, junho de 1940, ano I, n.1, p.6). Certamente que estes aspectos se somavam aos interesses do Estado Novo de compor um novo homem e, portanto, uma nova nação.

Entre os intelectuais que contribuíram na escrita de artigos, entrevistas ou no fornecimento de alguma informação relativa as atividades do Departamento Nacional da Criança, foram mais de 49 (quarenta e nove). As publicações do *Boletim* indiciavam o conagraamento de especialistas de instâncias do DNCr, como do Instituto Nacional de Puericultura, da Divisão de Proteção Social da Criança, da Divisão de Cooperação Federal e do Serviço de Administração, mas envolvia intelectuais de outros espaços do aparelho estatal, de áreas como a medicina, a educação, a sociologia, a psicologia, o direito e o apoio dos clérigos da Igreja, que haviam compreendido a necessidade, de por meio de seus escritos, de promover a assistência, a proteção, a educação em torno da questão social da infância.

Os intelectuais, que escreveram no decurso das publicações do *Boletim*, a par de suas diferenças ideológicas, eram concordes com a proposta do DNCr em projetar sobre a infância as expectativas do futuro do país, pois como Olinto de Oliveira, apoiavam a ideia de que “toda infância brasileira, no seu natural e veemente anseio de se desenvolver, crescer, tornar-se forte

e sadia para bem servir a pátria e a humanidade” (BTDNCr, junho de 1940, ano I, n.1, p.7). Os artigos divulgados no *Boletim*, serviram na afirmação, na concretização e divulgação dos princípios da puericultura e se constituíram em uma espécie de instrumento aglutinador de pessoas, procurando despertar e estimular a colaboração, mas também eram canal de comunicação e mediação, entre as diferentes regiões do país no movimento em defesa da infância. Assim, os articulistas por meio das publicações do *Boletim*, apresentavam aos seus leitores trabalhos de utilidade prática e de investigação científica sobre assuntos da pediatria e de higiene infantil, com vistas a modificar hábitos e instituir novas maneiras de assistência à infância.

O *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* foi instrumento utilizado pelo DNCr, para estreitar as relações entre os governos estaduais e a municipalidade, na campanha patriótica em torno da infância. Os artigos publicados objetivavam promover a organização e a uniformização de ideias e da maneira como a assistência e o cuidado ocorriam em instituições públicas e privadas no país. O Periódico exerceu importante papel na circulação de conceitos higiênicos, de puericultura e médico-pedagógicos, bem como atuou no fabrico de saberes pedagógicos (teorias, mas também ideias, modelos, práticas, experiências etc.). Sob essa perspectiva, o impresso foi utilizado como fonte documental, ou seja, o Periódico *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* foi empregado como veículo de propaganda das concepções científicas que balizavam as ações do Departamento Nacional da Criança, estando incumbido de vulgarizar as noções de puericultura acerca da infância pelo país. O *Boletim* era uma publicação que visava levar a todos os recantos do Brasil “[...] a pregação da boa nova, os princípios que nos hão de guiar, os ensinamentos do estudo e da experiência, as notícias dos resultados que iremos alcançando, e também as das bênçãos que forem recaindo nos que a ela se consagrarem de todo coração” (BTDNCr, 1940, ano I, n.1, p.2).

Este periódico não se circunscrevia a registros da memória em que descreveria distintas compreensões de um mesmo episódio. Tampouco se restringiu a elementos ingênuos dos acontecimentos, mas “[...] na qualidade de agente que intervêm, ele mesmo, nos processos e episódios” (NEVES, 2009, p.7). Os impressos atuaram como aparelhos na intervenção e transformação, assumindo papel de agentes fabricantes da nação. Os impressos constituíam-se em produtos de estratégias editoriais dirigidas à formação e conformação da identidade nacional, instrumentos de produção de novas culturas políticas e, dirigidos por intelectuais que manifestavam interesse na produção de medidas de educação, proteção e amparo à infância, realizadas no Brasil.

O *Boletim*, além de publicizar os feitos do Departamento Nacional da Criança, atuavam na promulgação da assistência à infância, fundamentada na racionalidade científica. Havia a necessidade de superação de comportamentos considerados tradicionais e atrasados no trato com a infância, implicando o assentamento de novas práticas e técnicas, cuja fundamentação se assentasse em bases racionais. Sob essa lógica, o DNCR

se ocupa dos meios de salvar os nossos petizes, assegurando-lhes saúde e robustez, purificando e valorizando desde o berço o patrimônio humano da nação. Acha que se devem estabelecer serviços médicos, quer da iniciativa do poder público, quer de iniciativa particular, destinados a preservar a criança e a curá-la quando se fizer necessário, com uma excelente aparelhagem e um corpo de profissionais-médicos e enfermeiras – que se dediquem à sua missão com proficiência e entusiasmo pela grande causa, pois qualquer serviço em proveito de infância, na frase feliz do cientista Gastão de Figueiredo, “há de ser executado com o cérebro e o coração” (*A Noite*, 29/09/1942, p.4).

De acordo com a entrevista fornecida por meio de Olinto de Oliveira, seria, por meio de medidas assentadas sob bases científicas sólidas, que se estabeleceria a assistência adequada. Não bastava a intenção de se querer ajudar, era preciso conjugar o amor à infância com maneiras técnicas promovidas por indivíduos devidamente preparados para tal. A propagação dos *Boletins* através do país significava uma forma de se tornarem públicas as atividades, conhecimentos, informações, recomendações e sugestões. Tratava-se de uma maneira de executar a orientação do Artigo 6º, do Decreto 2.024, cabendo ao Departamento Nacional da Criança promover todas as modalidades de conhecimentos, com o fim precípua de “orientar a opinião pública sobre o problema da proteção à maternidade, à infância e à adolescência, tendo como objetivo a formação de uma viva consciência social da necessidade dessa proteção” (BRASIL, 1940, p.3125).

Com estas medidas o Departamento ambicionava alterar profundamente a forma de perceber e assistir a infância nas instituições existentes no país. Considerando que a assistência implementada e desenvolvida por intermédio das instituições privadas, até aquele momento, fossem elas de caráter confessional ou laico, ainda que operosas, usassem ações consideradas antiquadas, segundo o entendimento dos intelectuais que serviam no DNCR, elas não foram suficientes para estancar o problema da mortalidade infantil e da infância, o que acabou por propiciar um ambiente favorável a ações estatais.

A postura do Departamento Nacional da Criança expressava uma clara oposição às maneiras de se cuidar da infância por meio da caridade, forma que vigorara por séculos no Brasil. Sob essa lógica,

A esmola e a caridade que honram e enobrecem indiscutivelmente a quem as distribuições e prodigaliza, costumam humilhar, por outro lado, àqueles que as

recebem. A criança, vida que apenas começa, força que surge, promissora, no seio da sociedade, precisa ser contemplada na sua verdadeira posição para que o Estado cumpra o seu dever apressando-se em lhe dar assistência condigna e instrução adequada. A grande obra de proteção à infância não pode e nem deve ter como principal escopo a fundação de centros de beneficência para socorrerem aflitos e moribundos. Muito mais alto é o seu objetivo visando, como visa, a preservação do futuro da nacionalidade guardando vidas que começam, para livra-las da fraqueza e aniquilamento. No desempenho de tão árdua incumbência, terá essa repartição de atuar no sentido de afastar o equívoco dominante de que assistência à infância é caridade (BTDNCR, 1940, ano I, n.2, p.6).

As propostas fundadas na caridade, como maneira de se cuidar da infância, resumiam-se em obras sem bases científicas, um erro de orientação a ser vencido. O Departamento Nacional da Criança entendia que, por falta da precisa compreensão do assunto, as instituições beneficentes não conseguiam solver os problemas, mesmo tentando proteger e guardar a infância. Havia, pois, a necessidade de se instituírem formas coordenadas dentro dos modernos princípios, ancorados numa lógica racional e científica, que fossem capazes de congregiar forças dispersas e descontroladas, canalizando o esforço máximo em proveito da campanha em defesa da infância.

Segundo Camara (2010, p.117), tal parecer tinha a intenção de alcançar a amplitude de ‘missão saneadora e civilizadora’, com vistas a retirar o Brasil do atraso, do desconhecimento e da condição de barbárie, para alavancá-lo ao patamar de nação ‘culto e civilizada’. Para tanto, era imprescindível a produção e consolidação de políticas sociais destinadas a assentar novos valores, novos hábitos. Tal tarefa não poderia ser desenvolvida por intermédio do Estado sem a colaboração acurada dos intelectuais, descobrindo-se maneiras de pôr o país em harmonia com os desígnios científicos e racionais. Isso demonstrava a superação de formas retrógradas e apontava para o estabelecimento de novos princípios, o que significava um ajuste de contas com o passado e o esforço para se projetar entre os países modernos.

As ações do Departamento Nacional da Criança se davam através de práticas que abrangiam desde a coordenação dos serviços prestados inclusive os objetivos das instituições filiadas. Tais práticas eram geridas sob a ótica sanitária e educativa, como forma de garantir o bom desenvolvimento da infância e suas necessidades, e chegavam até a particularidades, como a formação de pessoas e indicações de aspectos arquitetônicos das instalações. Entre as atribuições do DNCR, para além de coordenar, estava a orientação de todas as iniciativas e atividades públicas e privadas, de qualquer modalidade de instituições existentes no país, com o propósito de proteção à infância (BTDNCR, 1940, ano I, n.2, p.6).

Para Camara (2010, p.153), a proteção destinada à infância não apenas agrupava, em si, manifestações de caridade, antes significava a efetivação de medidas de base científica, que viessem tratar do seu desenvolvimento físico, moral e mental. As mutações vislumbradas no

trato com a questão da infância enferma, e nomeadamente no decurso do fortalecimento das relações capitalistas de produção, ganharam maior projeção no período republicano, pois então adquiriram, processualmente, características que visavam sistematizar as políticas públicas dirigidas aos menos favorecidos da sociedade, os pobres.

A construção institucional de assistência, do Departamento Nacional da Criança, vislumbrada por meio das Juntas e dos Postos de Puericultura, constituiu a concretização dos ideais de composição de um Estado forte e centralizado. Estes, devidamente instrumentalizados, com um aparato governamental capaz de estar presente e atuar na vasta extensão do território nacional, congregaram e conjugaram a ação governamental nas instâncias federal, estadual e municipal, em torno de um projeto padronizado. O Departamento Nacional da Criança, no bojo de suas ações, procurava coordenar as políticas destinadas à proteção da infância por meio das Juntas da Infância e dos Postos de Puericultura, na municipalidade. Tal feito só veio a ser concretizado por meio de subsídios federais.

Olinto de Oliveira considerava necessário modificar o poder concedido aos Estados efetuava uma crítica velada ao princípio da autonomia estadual, que se constituía em obstáculo a uma ação coordenada e centralizada, no nível federal, em favor da criança em âmbito nacional. Ele era a favor de uma reforma que viesse de baixo para cima, fortalecendo as raízes para que o tronco adquirisse a indispensável robustez. Havia apoio e adesão dos municípios em favor da criança e do seu bem-estar. Mas, quanto aos Governos dos Estados a percepção não era a mesma, pois “os Governos dos Estados foram, com raríssimas exceções, surdos ou indiferentes aos apelos reiteradamente feitos, para que se interessassem pela sorte da criança” (OLIVEIRA, 1938, p.3).

Olinto de Oliveira defendia a proposta de uma relação direta entre municípios e Governo Federal, o que daria celeridade as atividades em favor da criança no país. Em despacho¹¹² enviado ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1938, quando ainda se encontrara à frente da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, procurava informa-lo dos estudos que se gestavam no interior desse órgão visando a concepção da organização do novo Departamento, o Departamento Nacional da Criança. Asseverava a necessidade de maior autonomia em todos os procedimentos da Divisão. E de que a distribuição de auxílio federal aos municípios deveria ser efetuada possibilitando a liberdade como forma de garantir não só a

¹¹² Relatório da viagem à Europa do professor Olímpio Olinto de Oliveira - Diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, 1937, p.2. Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

economia dos recursos, mas a subtração dos inúmeros tropeços e complicações burocráticas¹¹³ (OLIVEIRA, 1940, p.5). Para tanto, cada município deveria ser dotado de um conjunto de equipamentos próprios, para realizar a proteção à maternidade, à infância e à juventude, ao lado de seu aparelho educacional, como:

- a) Uma Junta da Infância, isto, é um pequeno grupo de pessoas gradas que em caráter honorário assumam a incumbência de velar pelos interesses das crianças e mães desamparadas, tomando conhecimento e resolvendo todos os casos que lhes forem apresentados por uma ou mais investigadoras remuneradas, a quem competiria a indagação minuciosa desses casos.
- b) Um Centro de Puericultura com um consultório de higiene para crianças, um para gestantes, um lactário e, se possível, uma cantina maternal e um refeitório para escolares malnutridos, tudo feito em cooperação com uma associação de senhoras organizada segundo o tipo preconizado por esta Divisão.
- c) Uma pequena Maternidade Rural que nos núcleos municipais de menos de trinta mil habitantes poderá ser instalada no próprio Centro de Puericultura (até 10 ou 12 leitos), conforme plano já estudado.
- d) Um Parque de Recreio para atrair e disciplinar os pequenos ociosos ou os escolares nas horas desocupadas, combatendo assim a vagabundagem, o maior nocivo dos vícios da puerícia, iniciando a educação física e mesmo alimentando os malnutridos.
- e) uma organização baseada nos princípios do escotismo, com duas ou três categorias de rapazes e outras tatas de meninas, destinada a desenvolver a educação cívica, moral e especialmente a disciplina, a iniciativa, o sentimento de fraternidade e o devotamento patriótico (OLIVEIRA, 1938, p.3).

O teor das ideias de Olinto de Oliveira havia sido compartilhado de antemão com Francisco Luís da Silva Campos, Ministro da Justiça (1937-1941), que apoiou a proposta de reunir os prefeitos num Congresso e expor para estes em detalhes o plano e sua execução. A proteção e a assistência à criança não apenas nos grandes centros, mas deveria alcançar o interior do país que era considerado um problema vital para a nacionalidade, que não deveria ficar na dependência da vontade das autoridades estaduais, em razão do desconhecimento do assunto e da insuficiência de recursos.

Em cada município, criou-se uma Junta de Proteção à Infância, que era a extensão e os olhos do Departamento, e englobava os serviços de vigilância à infância, mães e adolescentes desamparados, acometidos de moléstias ou ameaçados em seus direitos, através de puericultores, enfermeiros e assistentes vigilantes. A execução de tal tarefa era empreendida por meio de aporte financeiro distribuído anualmente entre os Estados e municípios. “A extinta Divisão distribuiu o ano passado 3.200 contos e este ano o Departamento distribuirá 4.000 contos” (*À Noite*, 22/09/1940, p.3). No mês de novembro, 1940, o apoio financeiro volta a ser matéria promovida por meio da imprensa, no *Jornal À Noite*, de domingo, de 02 de novembro, indicando que já haviam sido doados aos Estados por intermédio do governo federal, em 1939

¹¹³ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

e 1940, para “a construção de Maternidades e Postos de Puericultura, 7.200 contos, tendo já subido este ano nova proposta de distribuição de 2.500 contos, dependendo ainda de autorização” (*À Noite*, 02/11/1940, p.6).

A precariedade em que se encontravam muitas instituições particulares de assistência à infância espalhadas no país, a penúria dos municípios, principalmente no interior, e as permanentes solicitações de ajuda ao Departamento, que nem sempre tinha dotação orçamentária capaz de prover meios de subsidiar e ajudar a quem o solicitasse, levou à criação do “Fundo Nacional de Proteção à Criança”. Este Fundo

Será formado por donativos especiais e por contribuições regulares anuais de quantos (pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado) queiram cooperar na obra de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, e bem assim pelos legados que forem instituídos a essa finalidade e por quaisquer outros recursos de proveniência particular (BTDNCr, 1942, ano II, n.9, p.35).

O Fundo Nacional de Proteção à Criança vinha para estimular a cooperação social com a administração pública, envolvendo a sociedade civil nos problemas da infância, desafiando a colaboração de todos os brasileiros na redenção da raça. Assim os municípios deveriam, com os seus recursos próprios e com o auxílio federal, erguer um sistema de serviços destinados à realização das diferentes modalidades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Sob essa lógica, o Departamento Nacional da Criança, dentro de seus limites orçamentários, tornara-se um distribuidor de recursos que tinham, como propósito, atender às despesas de reforma, melhoramento ou ampliação, e de construção e instalação de novos estabelecimentos particulares de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, que seriam acompanhados através da municipalidade, em sua manutenção de funcionamento cotidiano (BTDNCr, abril a setembro de 1945, ano V, n. 21 e 22, p.35). Tais responsabilidades não poderiam ser realizadas contando apenas com recursos do governo. Estabelecia-se, portanto, um tipo de ‘parceria público-privado’, em que o DNCr recebia do governo parte dos recursos para fazer frentes às despesas e estava autorizado a receber doações de pessoas particulares ou empresas, garantindo a execução de suas tarefas em defesa da infância.

Na campanha pela defesa da maternidade, da infância e da adolescência, o Departamento Nacional da Criança, por meio do Fundo Nacional de Proteção à Criança, aplicou sete mil e duzentos contos de réis em municípios do interior, com a finalidade de construir Postos de Puericultura e Maternidades municipais. Em paralelo ao movimento de distribuição de verbas desenvolvido através do governo houve junto entre os interessados pela causa da infância a mobilização em torno da cooperação, com doações ao Fundo Nacional de Proteção

à Criança, que contava com dez contos de réis (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 13/12/1941, ano LV, n.50, p.22).

As instituições de assistência e serviço social podiam solicitar ajuda financeira ao Fundo Nacional de Proteção à Criança, para tanto deveriam remeter carta registrada e acompanhada de documentos que comprovassem a situação e a necessidade. Esses documentos eram os seguintes:

- a) Certidão de que a instituição se acha legalmente constituída, com personalidade jurídica.
- b) Três exemplares dos Estatutos, impressos ou em cópia autenticada pelo presidente e outro membro da diretoria.
- c) Uma planta, desenho ou risco da casa ou salas onde funciona a instituição e algumas fotografias de aspectos do serviço, fachada, salas, etc.
- d) Atestado de autoridade federal ou estadual afirmando o seu funcionamento contínuo e regular, que é destinada a fins de beneficência, que presta serviços gratuitos a necessitados, que tem uma renda qualquer para manter e desenvolver as suas atividades; que não recebe outro qualquer auxílio financeiro do Governo Federal (a não ser uma eventual subvenção extraordinária em tal data).
- e) Balanço da receita e despesa do último ano. Não há inconveniente em mencionar o saldo. O balanço deve ser assinado pelo presidente ou diretor e pelo tesoureiro, se possível por um guarda livros.
- f) Relatório dos serviços prestados pela instituição durante o ano civil anterior, dando um pequeno histórico de sua vida, os serviços prestados, as pessoas a quem aproveitaram, com estatísticas minuciosas referindo idades, sexo, condições dos beneficiados, descrição dos locais e aparelhamentos dos serviços, assistência médica, social ou outra, quais serviços gratuitos e quais os de contribuintes, quando houver; pessoal, da diretoria, pessoal técnico e pessoal de serviço e sua remuneração, e todas as informações necessárias para se ter uma ideia completa da instituição e dos serviços que presta (BTDNcr, setembro de 1940, ano I, n.2, p.17; *Jornal do Brasil*, 10/12/1940, ano L, n.290, p.10).

O Departamento Nacional da Criança, como instituição de um sistema burocrático e centralizado do Estado Novo, por meio do Fundo Nacional de Proteção à Criança, além de possuir parca dotação orçamentaria, as regras de apoio e distribuição financeira às instituições de assistência à infância privada no país, em alguma medida cerceavam ou limitavam o acesso aos recursos econômicos oficiais. A imprensa acompanhava as dificuldades financeiras do DNcr e denunciava o silêncio estabelecido no interior do DNcr, quanto ao problema assinalando a falta de vontade política, em dar andamento aos projetos que careciam de recursos econômicos. Assim, os recursos financeiros para a obra do Departamento Nacional da Criança proviriam de duas fontes: verbas orçamentárias reservadas nos orçamentos federais, estaduais e municipais e o Fundo Nacional de Proteção à Criança, constituído por contribuição e donativos. Em tom de crítica e preocupação, o *Jornal do Brasil* asseverava “já se vê que essa arregimentação de elementos esparsos por todo o país demanda tempo e um trabalho preliminar de investigação, diligências e esforços continuados. Seria razoável que a inauguração dos

serviços fosse marcada para o ano imediato quando seriam incluídas nos orçamentos as verbas respectivas” (*Jornal do Brasil*, 17/08/1940, ano L, n.193, p.12).

Gastão de Figueiredo, diretor da Divisão de Cooperação Federal do Departamento Nacional da Criança, ao escrever sobre o Fundo Nacional de Proteção à Criança que era da competência de sua diretoria, indicou que o problema da proteção à maternidade e à infância careciam de amplos recursos na implementação de redes de socorro médico-social. No entendimento de Gastão de Figueiredo a adoção e o apoio de medidas privadas, no enfrentamento da mortalidade infantil, passavam por aspectos de ordem financeira. “Esse fator constitui, então, a base do movimento que possibilitará os meios de promover gradativamente a melhoria e o aumento consequente da população” e por conseguinte de sua riqueza (*Diretrizes: Política, Economia, Cultura* – RJ, 28/05/1945, ano V, n.100, p.20. O apoio financeiro, dos diferentes seguimentos da sociedade, seria elemento essencial convergindo na direção do Fundo Nacional de Proteção à Criança, como forma de garantir a continuidade das atividades de proteção à maternidade e a à infância no país.

Longe da solução, o imbróglio econômico, foi somente depois de sete anos da fundação do Departamento Nacional da Criança e a permanência de altos índices de mortalidade infantil no país, que a Câmara dos Deputados apresentou projetos relativos ao problema. Assim, na pessoa de Rui Santos, da União Democrática Nacional (UDN), da Bahia, da Comissão de Saúde Pública da Câmara, houve a proposta de alteração do Decreto-Lei de 2.024 de fevereiro de 1940, que regulava a recepção dos recursos e sua administração por parte do Fundo Nacional de Proteção à Criança do DNCR. Os recursos segundo o Decreto eram constituídos essencialmente de donativos especiais e por contribuições regulares anuais de pessoas recolhidos através do Banco do Brasil. A proposta substitutiva, de Rui Santos, ao Decreto original sugeria que além das ofertas angariadas por meio de doações, o Fundo Nacional de Proteção à Criança passaria a ser alimentado com recursos constituídos da receita oficial, com cinquenta por cento da arrecadação de impostos advindos das loterias federal e estaduais. Fazia parte de proposta substitutiva a transferência e a diluição do patrimônio da LBA, instituição semioficial, para o Departamento Nacional da Criança, instituição oficial, que se encontrava à mingua, desde a sua criação (*Correio da Manhã*, 25/05/1947, ano XLVI, n.16120, p.1).

O Deputado Federal José Janduí Carneiro, do Partido Social Democrático (PSD), da Paraíba, da Comissão de Saúde Pública da Câmara, favorável à campanha nacional em favor da infância, com clareza do problema financeiro, enfrentado por anos, no Fundo Nacional de Proteção à Criança, mas de posição contrária a proposta apresentada por Rui Santos, de extinguir a LBA, remeteu um substitutivo para apreciação na Comissão de Saúde Pública da

Câmara dos Deputados. O projeto substitutivo de Janduí Carneiro alterava o Fundo Nacional de Proteção à Criança e dava outras providências, em que o Fundo passou a ser composto de doações e legados, de verbas orçamentárias destinadas a esse fim, de cinquenta por cento da arrecadação do imposto de loterias federais e estais, de cinquenta por cento da arrecadação do Selo de Rádio cobrado sobre o registro de aparelhos receptores de rádio difusão, da arrecadação adicional sobre as taxas e emolumentos de patentes de registro do Imposto de Consumo que incidia sobre as mercadorias (*O Jornal*, 22/06/1947, ano XXIX, n.8326, p.3).

De acordo com José Janduí Carneiro, experimentava aumento de impostos, em favor da criança brasileira, o jogo, o fumo e os perfumes.

O jogo, sob a forma de bilhetes emitidos para loterias. O fumo e as cartas de jogar que destinam-se a vícios chamados sociais ou melhor, antissociais, cujo uso é feito por um grupo da população que em sã consciência, não pode se escusar do concurso generoso em benefício do futuro da Pátria Nada mais justo e compreensivo que os remédios para os grandes males sociais sejam manipulados dentro dos próprios erros da sociedade. Quanto aos perfumes, artigos de luxo, quem os pode utilizar jamais negará à criança brasileira o direito à felicidade e à vida (*A Noite*, 20/06/1947, ano XXXVI, n.12596, p.2).

O Deputado Janduí Carneiro defendia ainda a custeamento das trezentos e sessenta e seis obras de amparo à maternidade e à infância mantidas pela LBA. Ele estava a favor dos cerca de cento e cinquenta Postos de Puericultura construídos para assegurar a instrução das mães, na arte de cuidar da criança. Janduí Carneiro considerava ampla a recompensa patriótica, em troca do pequeno aumento da tributação como forma de manter a Campanha de Redenção da Criança, que competia ao Departamento Nacional da Criança. Assim era a favor da manutenção da LBA, e com ela, cerca de mil e duzentos Centros Municipais dentre os mil seiscentos e setenta e nove municípios brasileiros que engrossavam as fileiras na luta da causa da Criança (*Jornal do Brasil*, 22/06/1947, ano LVII, n.144, p.8).

Esses elementos indiciam, que depois de muitos anos, houve apoio de Deputados Federais, aos trabalhos desenvolvidos através do Departamento Nacional da Criança em favor da assistência e proteção da criança. Assim, o Fundo Nacional de Proteção à Criança podia exercer a sua função e contribuir com os serviços de defesa e amparo à maternidade à infância e à adolescência no território nacional, através de convênios estabelecidos com os Estados, Municípios, Territórios e o Distrito Federal, com entidades particulares conforme aprovação e entendimento do DNCR.

Marcílio (1998, p.222) lembra que era competência do Departamento Nacional da Criança recolher doações e proventos do governo e de particulares para promover o estabelecimento e a manutenção de associações ou de ligas de beneficência, direcionadas a atender às mães e à infância enferma e desnutrida. O recebimento de doações de particulares

era uma espécie de consórcio estabelecido com a sociedade em prol da infância. Sob essa lógica, o DNCr atuava como um distribuidor de aportes financeiros às instituições assistenciais, geridas sob a lógica privada e religiosa, imprimindo normas e preceitos para o seu bom funcionamento, estando ancoradas nas concepções da puericultura e de propostas educativas higienistas destinadas à infância pequena.

De acordo com Vieira (1988, p.6), a demarcação das prioridades e dos programas agenciados através do Departamento Nacional da Criança estavam divididos em: assistência técnica às instituições privadas, subsídios econômicos às obras médicos-assistenciais, consolidação da família, educação higiênica e sanitária, amparo à criança pré-escolar, desenvolvimento de estudos e pesquisas por meio de inquéritos, campanhas de alimentação no enfrentamento à desnutrição e mitigação da mortalidade infantil.

Entre os grandes males sociais de nosso povo, avulta na sua proporção espetacular, a mortalidade infantil. O seu coeficiente alarmante, entre nós, nos dá convicção de que representa uma chaga aberta e sangrenta no seio da sociedade brasileira. Infelizmente, a despeito das medidas já adotadas, o nosso país ainda ocupa lugar proeminente entre os de coeficiente muito alto de mortalidade infantil. Se é sabido que entre as causas dessa mortalidade destacam-se os perigos infecciosos, alimentar e congênito, não menos sabido é, também, e, principalmente entre nós, que existem muitas outras causas e concausas que formam um verdadeiro conjugado de forças em auxílio dessa mortalidade. Para não irmos longe, citemos somente dois fatores fundamentais: o fator educacional e o fator econômico (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.37).

A mortalidade infantil despertava a atenção de setores preocupados com a infância, como os médicos. Tratava-se de uma demanda que, não tendo sido revolvida, tornara-se uma questão resistente e carente de ser contida. A persistência de altas taxas de mortalidade entre os pobres, especialmente a infância, não era um problema peculiar brasileiro, mas desafiava a competência das nações latino-americanas em empregar medidas não só de proteção, mas moralizadoras e saneadoras dirigidas à infância e à família, o que parece ter sido uma iniciativa do Departamento da Criança de Moncorvo Filho, mas também do Departamento Nacional da Criança.

No enfrentamento da desnutrição e da mortalidade infantil o Departamento por intermédio da “Semana da Criança” empreendeu uma ampla Campanha Nacional de Alimentação Infantil. Para alterar hábitos espúrios de cuidado à infância, promoveu cursos de puericultura, entre as mães e as damas da sociedade. O Departamento considerava que a questão da mortalidade infantil e da má alimentação, mantinham relação direta com o quadro de pobreza vivenciado através das populações desfavorecidas do país, conjugada com a ausência de orientações higiênicas daqueles que cuidavam da infância. Eram aspectos que carecia, com

urgência, de socorro e solicitavam do Departamento Nacional da Criança medidas educativas expressas, capazes de criarem maneiras eficazes de modelar a infância, para o bem da nação.

4 A PUERICULTURA NO DNCr, “EDUCAR PARA MODELAR A ALMA DA INFÂNCIA”

4.1 O Departamento da Criança e o Departamento Nacional da Criança: similitudes e distanciamentos

Desde os meados do século XIX, instituições assistenciais, médico-higienistas, públicas e privadas foram arquitetadas e fundadas, com base nas proposições, “exemplo da Junta Central de Higiene Pública, de 1850; da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, de 1893; do Instituto Sanitário Federal, de 1894 e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, de 1899” (CAMARA, 2010, p.110).

Para Sanglard (2015, p.133), na guinada do século XIX para o XX, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, as instituições erguidas com a intenção de promover assistência e mitigação do problema da infância estavam circunscritas a cinco na Primeira República. Entre elas estava o Instituto de Assistência e Proteção à Infância (1899), a Policlínica de Botafogo (1899), a Policlínica das Crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1909), o Hospital São Zaccharias da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1914) e o Hospital-Abrigo Arthur Bernardes, do Departamento Nacional de Saúde Pública (1924).

Barreto (2015, p.186) assevera que a assessoria em defesa da assistência materno-infantil foi foco de atenção, primeiramente de médicos e depois da filantropia laica. Entre os primeiros se destaca a primazia de Moncorvo Filho, junto à infância. Tratava-se de momento assinalado através da atuação de técnicos e especialistas, como em ginecologia, obstetrícia, pediatria e puericultura, concedendo a chancela científica de embasamento, em apologia discursiva à fundação de instituições próprias para o parto, o cuidado com as puérperas e as crianças - as maternidades. Anexo ao discurso de apoio à construção destas instituições, o discurso científico procurou resguardar a proteção e amparo à mulher pobre-branca, negra ou mestiça-escrava, ex-escrava, camponesa, operária ou imigrante.

Entre os intelectuais das primeiras décadas do século XX, atuantes na promoção de medidas assistencialistas privada e destaca-se a figura de Carlos Arthur Moncorvo Filho, médico especializado em pediatria, fundador do Instituto de Proteção à Infância e pioneiro na bandeira de luta pela assistência médico-social da infância brasileira (FREIRE; LEONY, 2011, p.206).

A ação de Moncorvo Filho não se restringia somente em cuidar da saúde do corpo da infância, mas procurava destinar atenção à educação da infância no processo de conformação

de uma nação moderna, com vistas a criar, no espírito da infância, o sentimento nacional. Para tanto, mobilizara iniciativas de bases científicas capazes de instruí-la sem o uso de castigos ou punições, assegurando uma educação mais eficiente e duradoura. Empreendera-se o ideal de que, educando-se a infância, o país se salvaria do atraso, da ignorância e da barbárie, para ser transformado em país civilizado (CAMARA, 2010, p.124).

As atividades de assistência promovidas por intermédio do poder público não significaram a extenuação das formas privadas. Antes, o que se observa foi a coexistência da assistência privada e da pública, podendo, em alguns momentos, haver preponderância de uma sobre a outra. E em ambos os casos, tais medidas foram levadas a cabo, sempre amparadas através dos modelos científicos e racionais, constituindo uma forma distinta de compreender e intervir sobre a organização social. Assim, o ideário cientificista se fez sentir, particularmente, pela intenção de se adotarem programas de higienização e de saneamento, bem como de projetos de cunho eugênico que pretendiam “eliminar a doença, interditar a loucura e separar a pobreza”. No intento de se ordenar o caos e se instituírem formas de ingerência para estrangular manifestações de desatino social que solapavam a sociedade brasileira, como “a desordem, a vadiagem, a prostituição, a vagabundagem, a mendicância, e a criminalidade, instituições foram criadas e acionadas com a perspectiva de ‘assistir’, ‘sanear’ e ‘recolher’ os ‘indesejáveis’” (CAMARA, 2010, p.110).

Para Pereira Neto (2001, p.124), Moncorvo Filho foi pediatra na Policlínica do Rio de Janeiro, fundou e dirigiu o Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI), espaço em que desenvolvia um elenco de atividades relacionadas à educação higiênica da infância e da mãe. Entre as dificuldades encontradas pelo pediatra, no IPAI, na execução dos planos de assistência à infância, estava a carência de recursos que impedia a ampliação de medidas preventivas, higiênicas e assistenciais. Era intenção de Moncorvo Filho persuadir as autoridades estatais a aumentarem o volume de verbas destinados à assistência, à medicina preventiva e à educação higiênica. Ele considerava que havia diversos benefícios para a sociedade, sobretudo ao ativar o trabalho, ou seja, ao habilitar um trabalhador a ingressar no sistema produtivo.

Entre as diversas associações científicas, de que Moncorvo Filho fora membro-fundador, destaca-se a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Sociedade Brasileira de Pediatria (1933-1934), espaço em que as concepções científicas de caráter eugênico parecem ter influenciado toda sua concepção de assistência e proteção à infância, e onde militou deliberadamente junto à infância sob o viés da puericultura. Segundo Freire e Leony (2011, p.207), Moncorvo Filho esforçou-se por estabelecer diálogo paralelamente junto às elites e ao Estado, como forma de angariar apoio na execução de seu projeto de institucionalização de um

novo modelo de assistência e cuidado com a infância. As múltiplas e diversificadas instâncias direcionadas à infância vinham sendo praticadas no Instituto de Proteção e Assistência à Infância, desde 1899, por Arthur Moncorvo Filho, que procuravam estabelecer a conjunção entre a higiene infantil e a constituição da nação brasileira.

Camara (2010, p.177) assinala que Moncorvo Filho estabelecera a conjunção entre a higiene infantil e a preocupação em erguer a nação brasileira, num movimento que adquiriu um duplo significado, o ideológico e o institucional, de proteção à infância. Essa concepção fundamentava o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI). Entre as atividades científicas desenvolvidas por intermédio do IPAI, estava o fórum de discussão sobre clínica, terapêutica e higiene infantis, cujos resultados eram publicados por meio dos *Archivos de Assistência à Infância*, boletim de publicação trimestral, em circulação desde 1902, que buscava difundir princípios de prevenção, educação e regeneração da infância.

Importa, contudo, salientar que as ações de assistência à infância engendradas através do Estado, durante e após os anos 30 do século XX, não estavam descoladas daquelas que foram ensejadas no decurso da década de 1920. Eram a expressão do esforço de intelectuais brasileiros em levar adiante a atenção e o cuidado à infância. Em alguma medida, constituíra-se como resultado das pressões dos médicos e da elite, vindo a influenciar os governos de então na elaboração de políticas anunciadas à infância. Todo o esforço dos médicos pediatras, puericultores e da sociedade em prol da infância, durante a década de 1920. Contudo, efetivamente, veio a lograr melhor êxito nos anos de 1930, na vigência do governo Vargas (FERREIRA; RIBEIRO, 2015, p.245).

O Departamento Nacional da Criança se constituiu, portanto, numa ação no vácuo do Estado, ou de interesse singular pela infância, mas comportou muitas similitudes com o Departamento da Criança do Brasil, criado por Moncorvo Filho, em 1919. Não foram instituições contemporâneas, mas cada uma dessas conservava, em si e no seu idealizador, o ardente desejo de assistir, proteger e educar a infância. Também não seria correto afirmar que uma sucedeu a outra. Entretanto, foi possível perceber indícios de elementos que as assemelhavam.

Ao consultar o regulamento do Departamento da Criança, de 1919, reeditado na integra nos *Arquivos de Assistência à Infância*, de 1939, o Decreto-Lei 2.024, de 1940, que oferece as diretrizes do Departamento Nacional da Criança, foi possível estabelecerem-se analogias entre essas duas instituições. Entre os elementos motivadores da criação do Departamento da Criança

no Brasil, em 1 de março de 1919, por Carlos Arthur Moncorvo Filho, em seu livro, “Histórico da Proteção à Infância no Brasil 1500-1922¹¹⁴”, de 1927, menciona que

O Departamento da Criança no Brasil, tem por especial missão cuidar interessadamente do problema da infância, sob todas as suas faces, graças a um trabalho sistemático e metodicamente organizado, proporcionando, destarte, a sociedade brasileira e aos Poderes Públicos os mais eficazes elementos para uma ação decisiva e permanente em prol do beneficiamento, nesse sentido, de nossas condições sociais (MONCORVO FILHO, 1927, p.283).

O Departamento da Criança no Brasil, segundo Moncorvo Filho, fora criado com a finalidade precípua de cuidar dos problemas da infância do Brasil, através de um trabalho organizado sistematicamente e metodicamente, capaz de proporcionar aos Poderes Públicos e à sociedade estudos e análises acerca das condições sociais da infância que favorecessem a ação permanente a estas.

No *Arquivos de Assistência à Infância*, de 1939, Moncorvo Filho observa a ausência no país de uma Obra Social que se dedicasse seriamente ao problema da infância. Portanto, o Departamento da Criança no Brasil tinha, entre as 24 finalidades anunciadas:

Proceder ao histórico da assistência à infância no Brasil, seu aspecto nos diferentes períodos da civilização do nosso país. O estudo geral da situação do Brasil em matéria de proteção direta e indireta à infância. Ter o registro minucioso de todas as instituições privadas e oficiais da Capital da República e de todos os Estados, com inscrição de dados históricos, estatísticos e serviços prestados à elas referentes, etc. Estabelecer um serviço perfeito de informações e dados completos a esse respeito (*Arquivos de Assistência à Infância*, julho a dezembro, 1939, ano XVI, n.2, p.14).

A preocupação do Departamento da Criança do Brasil em efetuar o histórico das instituições que assistiam a infância no país era uma forma de se poder saber, pormenorizadamente, minimamente, o que estava sendo realizado e de se racionalizarem as forças. Os estudos promovidos estavam intimamente ligados com o esforço de fomentar e intensificar, permanentemente, as discussões na sociedade relativas à infância, como forma de combater os males produzidos através da mortalidade infantil.

Moncorvo acreditava que um órgão destinado à infância serviria de catalizador das ideias e para captação de todas as formas de apoio da sociedade, podendo vir ao mesmo tempo, a sensibilizar o Estado quanto à questão da infância (LEVY, 1996). Em Montevidéu, por ocasião do Segundo Congresso Americano de Proteção à Infância, em 1919, Moncorvo teve a oportunidade de discursar aos congressistas, por meio da apresentação de sua comunicação, intitulada “Em prol da geração de amanhã – utilidade da criação do Departamento da Criança

¹¹⁴ Transcrições retiradas da ficha de leitura de textos dos Arquivos de Assistência à Infância produzida por Thais Rosa dos Santos Lopes, para o arquivo de pesquisa do NIPHEI/UERJ.

no Brasil”, conforme apontamentos de Levy (1996, p.157), onde fez alusão aos presentes sobre a criação, no Brasil, de um Departamento Oficial de Proteção à Infância, o Departamento da Criança no Brasil. Era corrente, em seus pronunciamentos, requerer a adesão do Estado aos seus projetos, solicitando, através de subvenções e de outras formas, o que foi feito por ocasião do Congresso de Montevidéu, pois o Estado brasileiro se mantinha em boa parte das vezes apático quanto às questões sociais, em especial àquelas relacionadas à infância, negando os recursos e apoio necessário para tal empreendimento. Assim se expressou:

Confio também que os Governos e as Altas Autoridades nos Estados não me neguem o precioso apoio à consecução do meu patriótico ‘*desideratum*’. Si como espero, não me faltarem as forças, penso que dentro de pouco tempo o ‘Departamento da Criança’ estará aparelhado para prestar preciosos informes até hoje ignorados por toda a gente em matéria de proteção às crianças em nosso país (MONCORVO FILHO, 1927, p.331).

A instituição surge por iniciativa exclusiva do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e, à semelhança do IPAI, a manutenção foi realizada por meio de próprios recursos financeiros de seu idealizador, Moncorvo Filho. O desejo de Moncorvo Filho era que o nascimento do Departamento da Criança resultasse do apoio dos múltiplos setores sociais e dos governantes. Para tanto ele não medira esforços, tentou sensibilizá-los e unir meios para a fundação do Departamento mas, não obtendo o resultado desejado, o fez por conta própria.

A questão da infância era premente. Urgia, portanto, dar funcionamento ao novo órgão. Assim, o "Departamento entrou logo a funcionar sob nossa direção e a nossas expensas, tendo prestado no início algum auxílio à sua organização os Drs. Eurico e Orlando Góes, Heitor Telles e J.de Azevedo" (MONCORVO FILHO, 1927, p.287). Ainda, em outra ocasião, em discurso proferido por ocasião do 2º Congresso Americano da Criança, o médico desabafou, e reclamou da parca ajuda recebida do poder estatal em seu país,

Nunca havendo, porém, a minha palavra conseguido despertar o interesse dos nossos administradores, querendo prestar algum serviço aos meu país, disposto ainda uma vez a sorte de sacrifícios, propus-me, até segunda ordem e que melhor se faça, a criar, sob a minha exclusiva iniciativa e responsabilidade, o “Departamento da Criança no Brasil”, cujo programa está sendo executado desde 1º de março do corrente ano, com a distinta colaboração dos Drs. Orlando Góes e Octavio de Barros, médicos, e Heitor Telles, advogado, achando-se em via de organização” (MONCORVO FILHO, 1927, p.331).

Moncorvo Filho se ressentia da ausência de apoio na criação e manutenção do Departamento da Criança do Brasil, fazia questão de assinalar, sempre que possível, que essa iniciativa foi primeiro uma iniciativa exclusiva do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, do Rio de Janeiro, mantido sob as expensas próprias do médico, que contara com a colaboração

de algumas poucas pessoas que acreditavam em seus projetos, sensibilizadas por meio dos problemas da infância.

Para Freire e Leony (2011, p.208), muito embora o Estado houvesse e forma acanhada e esparsa, contribuído para a manutenção do Departamento, efetivamente fora por esforços do próprio médico e com recursos privados que subsistira até 1938. O Departamento da Criança, originalmente denominado, nos *Arquivos de Assistência à Infância*, de “Departamento da Criança no Brasil”, ganhara notoriedade e reconhecimento como de utilidade Pública Municipal, por meio do Decreto n. 2340, de 18 de novembro de 1920 (MONCORVO FILHO, 1927, p.283).

O Departamento da Criança estava intimamente relacionado com as intenções que fundamentavam o estabelecendo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), pois o Departamento nascera no seio do IPAI. Segundo Freire e Leony (2011, p.208), o IPAI fora o baldrame do Departamento da Criança, instituição criada por Moncorvo Filho com a finalidade de centralizar informações a respeito da situação da infância brasileira, no intento de subsidiar e estimular a produção de políticas sociais do Estado no país.

A atuação do Departamento da Criança relacionava-se à difusão de formas de se cuidar da infância, estribadas na ciência e protagonizadas por médicos. Tratava-se de um consistente sistema de higienização, com a intenção de que se espraiasse por todo país. Essa perspectiva veio a lume, em junho de 1919, momento em que Moncorvo Filho foi recebido na qualidade de Membro Honorário da "Academia Nacional de Medicina", em sessão solene. Por meio de discurso então diz da necessidade de “cuidar da semente donde surge o homem do futuro, e foi sem dúvida por isto que a ciência com tanto carinho, guardou, em seu escrínio, o brilhante aforismo de Adolphe Pinard¹¹⁵: *‘L’avenir du pays, celui de race et d’humanité tout entier est dans la Puericulture’*”, ou seja, o futuro do país, em termos de raça e de humanidade inteira está todo inteiro na Puericultura (MONCORVO FILHO, 1927, p.309).

A perspectiva higienizadora era uma das facetas que se tinha em vista para redimir, e regenerar as pessoas. Os males que afligiam o país e seu povo junto com a condição de inferioridade imputada a estes não foram obstáculos para a inovação e nem para a inércia no enfrentamento de tais questões. Para Carrara (1996, p.59), a conservação da espécie era entendida como dimensão da redenção da raça, como face ‘nacionalista’ recheada de ideias

¹¹⁵ Adolphe Pinard defendia a proposta de que a puericultura como uma forma de pesquisa do conhecimento concernente à reprodução e à conservação na garantia do melhoramento da espécie humana, favorecendo emergir uma raça forte (STEPAN, 2005, p.85).

cientificistas, procurando transformar as fraquezas do país na fonte de sua força, por meio da intervenção esclarecida e objetiva, estribada na profunda crença salvacionista da ciência.

Freire e Leony (2011, p.208) propugnam que Moncorvo Filho, ao fundar o Departamento da Criança, muito além de criar mais uma instituição para a infância, ambicionava uma virada na forma de conceber e assistir a infância. Tratava-se de se instituir um divisor de águas, em que a infância seria alçada à altura da esperança da nação. Também as ações estariam apoiadas na ciência como fundamental instrumento para preservá-la e garantir o papel transformador da educação aliada à higiene. Moncorvo Filho, através do Departamento da Criança, fizera clara oposição ao modelo de caridade coexistente, a Roda dos Expostos, adjetivado de obsoleto e sem amparo científico.

Marcílio aponta que o modelo de assistência do tipo caritativo vigorou:

Do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase que aqui denominaremos caritativa. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua ação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio das esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais (MARCÍLIO, 1998, p.134).

O contexto da história social da infância indica que as atenções direcionadas a este grupo circularam entre o caráter caritativo, evoluindo até o científico, sem que o aparecimento de uma forma de assistência significasse a aniquilação da outra e, por fim, culminou com a atuação do Estado de forma processual como agente de tutela, assistência e proteção da infância doente e desnutrida. Estes elementos combinados maculavam e inviabilizam o ideal de modernização ensejado no país de ideias positivistas, que ansiava o progresso.

O padrão de caridade, em geral exercido por meio das Santas Casas da Misericórdia, era percebido por Moncorvo como superado, ainda que, em tempos passados, houvesse dado a sua contribuição à infância. Em seus dias, essas instituições tornaram-se em “matadouro de inocentes”, de tal forma que o médico insistia: “Não é de estranhar que a mortalidade infantil, sobretudo nos primeiros meses de vida, fosse ali excessiva como sempre vinham afirmando, desde quase dois séculos, administradores e médicos a ela pertencentes” (MONCORVO FILHO, 1926, p.44 apud FREIRE; LEONY, 2011, p.208).

Entre os elementos motivadores para a criação do Departamento Nacional da Criança, por Olímpio Olinto de Oliveira, em 17 de fevereiro de 1940, apesar de ser num outro momento sócio-político e econômico do país, percebe-se a existência de similaridade entre os fatores que serviram de pivô para fundação do primeiro, o Departamento da Criança, e que foram utilizados

como justificativa para a criação do segundo, o DNCr. Entre os elementos aludidos estava o combate às práticas de assistência à infância apoiada na caridade, sem amparo científico e exercidas por boa parte das instituições.

O Decreto-lei, ao instituir a criação do Departamento Nacional da Criança, versou também sobre os parâmetros institucionais e seus objetivos. No dia seguinte da publicação, em diário oficial, do referido Decreto, oficializava-se a criação do Departamento. O assunto ocupou a extensão da página do Jornal *A Noite*, no dia de domingo, quase em sua completitude, enunciando, com letras em negrito, sua chamada: “Proteção à maternidade, à infância e à adolescência” e publicando o Decreto na íntegra.

Capítulo I- Da coordenação das atividades nacionais relativas a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Art. 1. Será organizada, em todo o país a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, a conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preservação para a vida (*A Noite*, 18/02/1940, p.3).

Estava posto um novo paradigma. A atuação do Estado Novo acabara por impetrar “proteção de Estado” à infância, ao mesmo tempo que esta era alçada à condição de assunto de interesse nacional, o que ficou explícito com a organização do Departamento Nacional da Criança. Para Souza (2000, p.221), as mais intensas mudanças, no que tange à legislação social no Brasil, constatarem-se nos anos de 1930. Assinalava-se um novo e definitivo posicionamento do Estado em face da questão social, que acabou por conduzi-lo a uma intervenção regulatória crescente e não mais interrompida no tempo, resultando na criação de instituições e órgãos, com pessoal técnico, evidências do aparelhamento estatal.

A missão do Departamento Nacional da Criança, segundo preceituava o Artigo 6º do Decreto de sua criação, implicava a coordenação e também a implantação de instâncias de assistência à infância nos diversos municípios brasileiros, a organização dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, observando a especificidade de cada localidade, sua situação, população, densidade e recursos econômicos disponíveis. Processualmente o Estado tomava para si o quinhão da assistência e proteção infantil e procurava construir um aparato governamental capaz de atender e instituir formas de controle desse grupo social (BRASIL, 1940, p.3125).

O caminho trilhado através do Estado na assistência aos despossuídos da sorte estava fundamentado em diretrizes legais objetivando tornar estes em seres saudáveis. Tratando dessa questão, Camara (2010, p.147) assinala que a interposição de medidas conjugadas

processualmente almejou suplantar “o poder de alcance das iniciativas caritativas e filantrópicas, levadas a efeito pelos setores privado e religioso”, revestindo-lhes de uma roupagem típica das políticas públicas assistenciais conduzidas sob a supervisão “do Estado do bem-estar social”.

Os apontamentos de Wadsworth (1999, p.5) ponderam que as alusões iniciais favoráveis à intervenção do Estado para proteger as mães e a infância se originaram no século XIX. Muito embora pudessem se notar parcas manifestações de interesses das autoridades republicanas acerca do assunto da infância e da maternidade, havia um movimento social de intelectuais, como as Damas da Sociedade. Essas, sensibilizadas pela questão, atuaram em instituições filantrópicas como o IPAI, como voluntárias, ajudando e fundando instituições próprias para atender às mães e a seus filhos. Assim, criaram-se organizações filantrópicas, no Brasil, mobilizadas em torno do problema da infância, das altas taxas de mortalidade infantil. A presença de organizações femininas, como as Damas da Sociedade, reforçava o papel feminino no movimento de assistência à infância e o discurso sobre o papel sagrado da mulher bem como sua vocação biológica para a maternidade. A obra de caridade das Damas propiciava, respectivamente, um momento oportuno para que as mulheres da elite exercessem seu talento, fazendo com que se sentissem úteis, significando uma abertura para a iniciação legítima na vida pública. Tal sistema servia de condutor das energias femininas às atividades percebidas como extensões naturais da maternidade e da esfera doméstica.

De acordo com o Departamento Nacional da Criança a mulher foi orientada para a missão sublime de modelar corpos e almas das crianças. A sua responsabilidade era

[...] para o progresso e perfeição dos entes confiados à sua guarda que ela deve trabalhar. É nesse campo que ela deve moldar a sua obra prima, e essa só se fará no mármore vivo, aí é que lhe será preciso talhar. A elevação, a nobreza e valor da mulher, está em formar e modelar a alma do homem, está em guardar e transmitir fielmente as tradições que nos livram da pura animalidade, está em amainar o homem, reprimir lhe o egoísmo, abrandar-lhe, as rusticidades, conter-lhe o orgulho e leva-lo, a tornar-se melhor (BTDNCR, outubro de 1943, ano III, n.14, p.13).

O DNCr entendia a importância do papel da figura feminina, acerca do cuidado com a criança. Pois, o socorro às crianças envolvia a promoção do amparo às mães, que instruídas quanto as maneiras cotidianas de proteger à criança. Sob essa lógica, o DNCr procurou modernizar, orientar e amparar a organização de associações de proteção à infância e às mães, creches, casas da criança, patronos agrícolas e profissionais, parques de recreio infantil, existentes como via de formar crianças fortes, desenvolver o escotismo, patrocinar a frequência à escola, o aprendizado profissional, com vistas a edificar o futuro da nação.

Dessa forma, a mulher processualmente veio ganhando a atenção dos médicos, como aliada e promotora de formas higiênicas adequadas de cuidar da criança. Além de se vislumbrar o seu papel como, mãe de família, passou a ser compreendida como parceira na divulgação das noções elementares da puericultura. Vinha sendo defendido a importância de que a mulher apreendesse a educação higiênica. Pois,

o conhecimento completo da criança exige o dos procriadores. Porque duvidar de que o grão de cultura geral dos pais influi sobre a maior ou menor elevação do filho? E porque acreditar que basta ao preparo do pai, quando a mãe é coparticipe na feitura do filho e, além disto, sua depositária, nutriz e educadora? (Archivos de Assistência a Infância - RJ, 1932, janeiro – julho, ano XVI, n.1 p.18).

Circulava na sociedade a ideia de que a proteção à criança constituiria elemento assegurar as novas gerações, resguardando a raça que estava em preparo e garantindo “um Brasil mais forte, mais sadio, mais apto, para assumir as responsabilidades que em breve lhe serão conferidas” (*Brasil Revista* -RJ, junho de 1941, n.11, p.43). Havia o anseio, que no território nacional, estivesse assegurada a defesa da maternidade e da criança, sob a bandeira de ações uniformes visando alcançar diferentes instâncias do país. Considerava-se que “a mãe e à criança, como os pilares mais sólidos sobre os quais descansa o porvir eugênico da raça brasileira”. A defesa da raça deveria ser exercida através da higiene doméstica e escolar, por meio da alimentação racional com instruções dirigidas às mulheres.

Situação similar pode ser observada nas atividades de assistência nas primeiras décadas do século XX, desenvolvidas através do filantropismo europeu, em que médicos e mulheres, em geral afetos e militantes da benemerência, defendiam uma presença mais forte do Estado nas questões sociais, planejando e executando políticas sociais, com especial atenção aos problemas da maternidade e da infância. Assim, médicos pediatras e puericultores, intelectuais de seu tempo, filantropos e higienistas, considerando os constantes problemas verificados na assistência à infância, reclamavam a presença, atuação, investimentos consistentes e a interferência do Estado nas medidas de proteção à maternidade e à infância (MARTINS, 2010, p.112).

Ao intuir a concepção do Departamento da Criança, Moncorvo Filho objetivava dentre outras coisas, sobrepujar o antigo modelo de assistência, estribado na caridade cristã. Foi preciso considerar que aquele momento se constituía em ocasião propensa à defesa da mulher, da mãe e da infância com vistas a se formar o cidadão. Há uma redefinição, entre as obras de assistência pública e privada, em que representantes da sociedade passam a servir nos quadros do aparelho do Estado e empreendem ações afinadas com as demandas oficiais (BARRETO, 2015, p.200). As entidades filantrópicas, criadas no início do século XX, emergiam como

contraponto ao modelo de assistência caritativa, que vigorava desde meados de 1700, como nas cidades de Recife, Bahia e Rio de Janeiro, fundamentado nas esmolas, na caridade praticada fundamentalmente por entidades religiosas. Vale considerar que, para minimizar os resultados dos males advindos com a pobreza e sua marginalização, durante muito tempo a caridade e posteriormente, a filantropia e a assistência significaram facetas de um discurso cujo alvo nem sempre foi atingido, mas que atenuara as causas. De acordo com Camara (2010, p.152), “circunscreveram-se, assim, os territórios de atuação e de competência do Estado e das associações de socorro na esfera privada e religiosa”. Muito embora o modelo de filantropia tenha se estruturado, a sua atuação ficou marcada por uma perspectiva híbrida que mantinha, então, subvenção astuciosa entre as iniciativas de cunho religioso, privado e estatal, por meio da subvenção religiosa e estatal.

Nesta direção, Ferreira e Ribeiro (2015, p.248) afiançam que as décadas de 1920 e 1930 destacam-se por transformações ocorridas nos modelos de assistência à infância e através do empenho de médicos pediatras e puericultores em fazer instituir-se um modelo de assistência à infância distinto daquele que vigorara durante três séculos de existência, o Asilo dos Expostos. Houve uma propagação de novas concepções que circundavam a ideia de atendimento à infância e, paulatinamente, por meio da filantropia ou da assistência, intencionaram modificar os caminhos das políticas destinadas a esse segmento.

Estava em curso mudanças no papel do Estado, em países europeus e no Brasil. Aqui, tratava-se de uma demanda antiga de médicos e intelectuais que solicitavam um aparato estatal forte e centralizado, tido como pré-requisito para a estabilidade política e o desenvolvimento industrial (PEREIRA NETO, 2001, p.27). A política social brasileira experimentara uma fase sem precedentes no pós-1930, pois a questão social passara a ocupar o cenário das atenções, tornando-se um imperativo iniludível de prioridade nacional nos negócios do governo getulista, significando uma posição de considerável distinção em relação ao momento da Primeira República. O pensamento historiográfico contemporâneo aponta que, desde a Primeira República, havia indícios de manifestações da modificação do papel do Estado em relação à coisa pública, em especial a questão da educação e da saúde.

Nos anos de 1930 aumentou a crença da eficiência de um modelo de Estado capaz de resolver os problemas sociais, atuando como promotor de políticas sociais (BOMENY, 2001, p.19). A emergência da construção do Estado Nacional não se fez, sem antes demonizar através de severas críticas a Primeira República (1889-1930) nos discursos dos intelectuais e nas publicações do Estado Novo. Muito embora, tais mudanças estivessem sendo largamente alardeadas através da imprensa, alguns setores permaneciam descontentes, especialmente

aqueles ligados a questão da infância. Entre os queixosos se encontrava Olímpio Olinto de Oliveira, que solicitava nas reuniões e congressos médicos não só a presença de um Estado efetivamente forte, mas de um Estado que abrisse os cofres à causa da infância, que parecia cotidianamente, cada vez mais angustiosa e degradada. Algumas instituições, em meados de 1931, como a Policlínica de Botafogo e em situação análoga uma outra instituição oficial, a Inspetoria de Higiene Infantil, viviam em situação de penúria extrema, estando impossibilitadas de exercer suas funções por não dispor de recursos financeiros se vendo obrigadas a apelarem a caridade social. Tal situação de desprezo dirigida à infância era recorrente desde os fins do século XIX, com muitas promessas, mas poucos compromissos assumidos efetivamente (*Correio da Manhã*, 27/06/1931, p.2).

O tema da infância não tratava de uma questão peculiar da América Latina, mas, paralelamente, vinham sendo engendradas discussões em todo mundo ocidental, corroborando o surgimento de associações e instituições, apoiadas em modernos princípios da ciência, de diferentes matizes, para assistir a infância, desde nascituro, com os cuidados mais elementares. Camara (2010, p.154) assevera que as medidas filantrópicas e de assistência que apareceram não mais se arrimaram nas esmolas que humilhavam. Eram, entretanto, iniciativas que destinavam suas energias aos desfavorecidos, àqueles que socialmente estavam deserdados de tudo, as crianças eternas carecedoras do cuidado e da atenção benemérita de iniciativas pública ou privada.

Os modernos métodos do serviço social mostram que é possível alcançar por *processos educativos hábeis* e convincentes, aliados à brandura e ao devotamento. E a caridade cristã guiada pela ciência. E os seus resultados não serão espetaculosos, para o aplauso das galerias; mas lentos e seguros, hão de penetrar até o cerne da população para sua transformação e seu aperfeiçoamento (BTDNCr, 1940, ano I, n.1, p.8, grifos do autor).

A adoção da ciência como norteadora dos projetos assistencialistas resultaria não só na proteção à infância, mas em processos educacionais higiênicos. Essas instituições, sob a égide da ciência, deveriam contar com legislação adequada e se constituíam em polos difusores, em todo o país, dos princípios higiênicos, regenerando a infância, guiando o povo e garantindo seu vigor físico e moral. No entendimento de Olinto de Oliveira, muito embora o Departamento Nacional da Criança e suas ações estivessem assentados sobre bases científicas, ele olhava para as instituições de caridade não como forma de permanecerem provendo cuidado à infância, mas como possíveis mantenedoras de seu projeto de assistência.

As ações do Estado Novo, na direção da infância, em alguma medida, resultavam de antigas demandas sociais reivindicadas e reclamadas por médicos, filantropos e puericultores.

As medidas de assistência destinadas à infância, implementadas nesse período, não se constituíam, portanto, numa ação no vácuo, ou de interesse particular do Estado dirigida à infância, mas foram premidas por intelectuais objetivando modelar e conformar os novos cidadãos de forma a suscitar a brasilidade.

O Estado não só confabulou sobre a produção de políticas sociais destinadas ao amparo e assistência da infância, mas fora capaz de criar formas de modelar a cera virgem da sociedade, a infância, por intermédio de instituições e com o aval de médicos pediatras, puericultores, higienistas, sanitaristas e filantropos, como Moncorvo Filho. Sob essa lógica, o Departamento Nacional da Criança assume sua especificidade, sua peculiaridade em relação ao Departamento da Criança, porque, no primeiro, as ideias, os projetos e as políticas sociais de interesses estatais circularam entre o desejo e a concretude, e o segundo foi expressão viva de um organismo que espelhava a capacidade centralizadora, coordenadora, fiscalizadora, higienizadora e educadora do Estado (FREIRE; LEONY, 2011, p.208).

Diante desses fatos, na história das políticas públicas de assistência e proteção à infância, o Estado brasileiro, no decurso do Estado Novo, tomava para si, efetivamente, a questão da infância, assumindo a posição simbólica de pai, protetor da infância. Esta posição, de forma pública e oficial, ocorria por meio do Departamento Nacional da Criança e de suas medidas. Ficava explícito o papel do Estado na intervenção, conformação, modelação e higienização da infância. A construção do Departamento da Criança não poderia ser dissociada das ações e políticas que vinham sendo promulgadas através das instâncias caritativas e filantrópicas no decurso das primeiras décadas do século XX, nem das diretrizes político-ideológicas e institucionais, construídas e amplamente divulgadas através do regime varguista, no Estado Novo.

O Departamento Nacional da Criança, somado a outras instituições da época, constituiu-se num conjunto de “novos aparatos estatais”, projetados intencionalmente para corroborar a brasilidade, para promover o patriotismo e gerar um sentimento de unidade nacional. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.136), o DNCr, órgão da burocracia federal, que tinha como objetivo, ao menos em intenção, a obra assistencial a ser realizada por meio dos institutos previdenciários e outras agências governamentais, além de coordenar as ações de proteção destinadas à infância, à maternidade e à adolescência complementar.

A concepção do Departamento Nacional da Criança estava inserida num contexto de diversas medidas propositivas emanadas do Estado que, num amplo aspecto, compunham um elenco diverso de eventos políticos e de políticas públicas, sobretudo econômicas e sociais, que se vivenciaram entre 1930 e 1945. Assim, no entendimento de Gomes (2013, p.27), esse

momento pode ser caracterizado por uma chave de leitura que possibilite vê-lo através de “continuidade e de descontinuidade, desnaturalizando os eventos revolucionários que foram proclamados - não por acaso por quem os promoveu –, como consequência, inevitáveis de um processo político anterior”. Um elenco considerável de medidas e ideias acerca da infância que, agora, eram arvoradas como questão estratégica de Estado, conforme relato do médico pediatra Olímpio Olinto de Oliveira

Definindo o programa do Departamento, aliás de acordo com o pensamento do Sr. Presidente da República desde os seus primeiros pronunciamentos sobre a matéria, guindou o legislador imediatamente o problema brasileiro da criança à altura de um dos mais importantes da administração pública [...] (BTDNCR, 1942, ano II, n.10, p.2).

O Departamento Nacional da Criança fazia parte da proposta e das ideias presentes no discurso de Vargas, editado no *Boletim*, acerca da infância, ideias estas arvoradas como bandeira. No princípio de 1940, no Estado Novo, essas proposições de caráter eminentemente estatal retumbaram de forma a mais vigorosa, manifestando a sua expressão mais pujante e acabada. O processo de criação do DNCR, numa perspectiva sociopolítica, tinha a intenção de projetar, sobre a infância, a proteção e o cuidado. Desejava, também, paulatinamente, alcançar adesão e apoio da sociedade, como médicos e filantropos.

Sob os auspícios de um Estado autoritário, marcado por um discurso nacionalista, instituía-se o processo de modernização e integração econômica do país, culminando com o agravamento do processo centralizador em curso, significando além da eliminação de partidos e das instituições representativas, a reforma administrativa no intuito de burocratizar a máquina pública (WARLICH, 1983 apud CAMPOS, 2006).

De acordo com Hochman e Fonseca (1999, p.190), o panorama centralizador da reforma administrativa dos anos de 1930 significou o crescimento da capacidade reguladora do governo central sobre os estados e estabelecia oposição à face “campanhista, voluntarista, fragmentada, politizada - romântica, dir-se-ia - dos anos de 1910 e 20”. Havia mudanças nas estruturas organizacionais, e os médicos sanitaristas ligados ao Estado, que emergiam desse processo, eram bastante distintos daqueles do período anterior. Tratava-se de uma geração criada e orientada no e para o serviço público, treinada em cursos específicos de saúde pública no Brasil e nos EUA. Essa nova geração de médicos nutria em comum a percepção de política social, que elevava a saúde, a higiene e a assistência à condição de molas propulsoras no fabrico da identidade nacional. Como parte, desse momento, o Departamento Nacional da Criança e seu corpo técnico, ao promoverem a Semana da Criança envidaram esforços em difundir a ampla Campanha Nacional de Alimentação Infantil. Tais ações, empreendidas através do DNCR

objetivavam atrair a atenção da sociedade e das autoridades, na luta contra a desnutrição, considerada um dos vetores da mortalidade infantil.

4.2 Ecos da “Semana da Criança” e da Campanha Nacional de Alimentação Infantil

Amparar, dirigir, educar a infância, mas principalmente higienizá-la, torna-la sadia e forte, evitar-lhe a pavorosa mortalidade atual, são o dever formal, inadiável, categórico das gerações presentes

BTDNCr, 1943, ano III, n.14, outubro, p.29.

Olímpio Olinto de Oliveira em suas cogitações científicas e socais, em torno da infância, para ampará-la e protege-la, para que não se perdesse no vácuo da inutilidade, se alistou nas fileiras institucionais do Estado, percebendo, através deste, uma instância útil e promissora na realização de seus projetos e ideais, no enfrentamento racional da questão social da infância. Naqueles tempos, era vívido, para Olímpio Olinto de Oliveira a urgente necessidade de amparar os primórdios da vida, a infância. Assim, por meio da imprensa, das sociedades científicas, continuaram a ser sustentadas as discussões em torno da eugenia, terreno fértil para discorrer acerca de questões da infância, a sementeira fecunda. Pois, os médicos, entre eles, Olímpio Olinto de Oliveira, consideravam o melhoramento da raça como oportunidade do desenvolvimento da infância. Conservar a raça era conservar os atributos da higidez da infância, afiançando, sob essa lógica, o futuro das gerações vindouras.

O grande contingente de pessoas originárias de outros países, em especial da Europa, que haviam imigrado para o Brasil na busca de melhores oportunidades, agregado ao aporte de pessoas desocupadas oriundas do processo de abolição da escravidão experimentado no país, que se voltava ao processo de desenvolvimento industrial, fez eclodir, no país, o crescimento acelerado da demografia e o processo de urbanização desenfreado. Esse ambiente se tornara favorável à propagação de habitações insalubres e problemáticas do ponto de vista da saúde, que propiciaram a expansão da pobreza, mais expressiva nos grandes centros urbanos, trazendo consigo uma malta de desocupados, acompanhados de um exército de crianças em farrapos, muitas doentes, quase sempre exploradas e por vezes sucumbindo à morte (MARCÍLIO, 1998, p.192).

O processo de industrialização e o crescimento urbano, qual o vislumbrado em países como a França e a Inglaterra do século XIX, e posteriormente no Brasil, as informações circulantes eram de crianças espoliadas, exploradas no trabalho industrial, chegando a trabalhar

mais de 12 horas no dia. No bojo desse quadro social, a infância empobrecida, desnutrida e enferma integrava o universo cruel das cidades e despontava como questão social a ser tratada numa fase turbulenta. As altas taxas de mortalidade infantil, junto a epidemias diversas e dizimadoras, eram motivo de preocupação de intelectuais (ALVIM; VALLADARES, 1988, p.4).

Os estudos de Camara (2010, p.42) assinalam que os jornais propalavam amplamente a situação de precariedade da infância, o descaso de famílias pauperizadas, o grande número de pessoas desempregadas. Entre elas, muitas crianças cooptadas por meio da violência, criminalidade, mendicância e vadiagem, estavam diante da plena ausência de instituições promotoras de educação, aptas a atendê-las. Suas condições sociais destituíam a possibilidade de sobrevivência. Sob esta lógica, o Jornal *À Noite*, de 09 de setembro de 1937, na edição da manhã, em seu artigo “O problema da proteção e assistência à infância” manifestara a preocupação com a infância que circulava desnutrida e desamparada.

Um dos problemas mais sérios que o Brasil enfrenta é o da proteção e assistência aos menores abandonados, como obra preventiva da sociedade de amanhã, que precisa ser caldeada para o trabalho e a construção moral do país. Os apelos à solução do problema da máxima relevância não se fazem ouvir apenas aqui, mas surgem de todo o Brasil, de toda parte onde a situação de abandono criminoso em que vive a criança é colocada em situação desprimorosa diante dos países que se voltam interessadamente para o problema, assistindo a mulher grávida, acompanhando-lhe a gestação, cuidando-lhe do filho, cercando-o de cuidados, instruindo-o de modo a que seja homem forte e apto para o serviço na pátria. Reconhecem esses países que abandonam a infância é decidida do próprio futuro da necessidade. Não pode haver nação forte com homens fracos. A medida que a sociedade progride, impõe-se o fortalecimento físico e moral do povo, a formação de seu caráter e aprimoramento de suas qualidades. E tudo isso tem de começar na infância (*À Noite*, 04/07/1937, ano XXVI, n.9121, p.5).

A matéria do jornal servia para chamar a atenção da população e dos poderes públicos. Procurava reforçar os apelos e argumentos para a ampliação da ação do Estado na proteção à infância. A proposta de proteção à criança relacionava-se com a percepção de que esta seria alçada à condição de corpo produtivo. Ela era o futuro trabalhador que, portanto, se encontrava em perigo, e seria aquele que proveria a riqueza da nação. Buscava-se alertar os governantes à triste realidade da infância, e ao envolvimento da mãe e o apoio dos médicos na prevenção e regeneração, adotando-se a instrução na promoção de valores morais, como forma de assegurar, para o futuro, a produção de trabalhadores viçosos, aptos ao serviço. Tratava-se de medidas preventivas, capazes de evitarem a formação de espíritos transviados, deformados, para conjurar os perigos inumeráveis que ameaçavam a infância, e ainda, principalmente, para abrir caminho à instrução e ofício útil a todos aqueles pequeninos de cuja sorte o Estado se tornara o maior responsável. Contudo, nenhum efeito haveria de ter tais medidas, caso não fosse encarado

o problema que cotidianamente enfraquecia as fileiras da infância e engrossava os dados obituários, a fome. A fome era inimigo comum de crianças e adultos pobres, uma das causadoras de moléstias e da debilitação dos corpos infantis. Foi vetor a contribuir no aniquilamento da infância, por subnutrição, doença e pôr fim a morte.

Diante desse contexto urgia a promoção de maior atenção à infância, aquela que era a sementeira fecunda dos brasileiros do amanhã. Assim, as transformações experimentadas no transcurso de 1930, promovidas por intermédio do Estado, no que tange a política social para a infância constituíram uma verdadeira cruzada pela infância. Nesse período foi organizada a “Semana da Criança”, que passou a ser celebrada anualmente, sob a direção de Olinto de Oliveira, através dos órgãos oficiais, como a Inspetoria de Higiene Infantil que ele dirigiu no início de 1930, até o início da década de 1940, quando foi criado o Departamento Nacional da Criança. A promoção da Semana da Criança objetivou lançar luzes sobre a questão da infância, chamando a atenção da sociedade e das autoridades políticas. O evento transitou entre o esforço de mobilizar o apoio dos intelectuais, a adesão das damas da sociedade e o agenciamento dos governantes na criação de políticas sociais em torno do projeto de salvar a infância da desnutrição e da mortalidade infantil (*Bulletin of the Pan American Union*, v.75, 1941, p.435).

Como resolver esses problemas que desde o final do século XIX maculavam a imagem do país? O que poderia fazer o Departamento Nacional da Criança? Para além do conjunto de leis que regulamentava e indicava suas atividades, o Departamento Nacional da Criança procurara promover nos seus cinco primeiros anos de existência, como forma de lançar sobre a questão da infância um canhão de luz, em comemorações anuais, a “Semana da Criança”, que tinham como porto de partida um vasto movimento nacional de divulgação da necessidade de se instituírem formas de amparo à maternidade e à infância. As justificativas acionadas para a promoção da “Semana da Criança” pareciam ser suficientes: o problema da mortalidade infantil, da alimentação precária dos petizes com suas consequências desastrosas, a exploração de inúmeras outras, condenadas a uma vida de privações, o doloroso desamparo de tantas mulheres na hora de darem à luz. A cruzada à favor da infância teve na “Semana da Criança” um ponto alto com amplo apoio de divulgação através da imprensa. A cruzada continuou seu trabalho com 687 demonstrações práticas, 21.659 consultas, 5.066 palestras e 6274 visitas domiciliares. Até 196.366 garrafas de leite foram distribuídas entre 3.507 bebês registrados na cruzada no decurso de 1940 (*Bulletin of the Pan American Union*, v.75, 1941, p.435).

A “Semana da Criança” inicialmente foi promovida por meio da Inspetoria de Higiene Infantil (1930), dirigida por meio de Olímpio Olinto de Oliveira e com a autorização expressa da Diretoria Nacional de Saúde Pública. A programação da “Semana da Criança” de 1931

buscou atrair por meio da imprensa a atenção pública com a finalidade de publicar diariamente em todos os jornais da capital, Distrito Federal, durante o período do evento, artigos de propaganda. Promover nos Consultórios de Higiene Infantil e pré-natal pequenas palestras populares sobre princípios da higiene e da medicina da infância, a puericultura, a educação, atentando para as condições sociais dada infância garantindo assim a vulgarização desses saberes. Era parte da programação, o oferecimento de sessões de cinema popular, com filme sobre a higiene infantil. Ao final de cada sessão de cinema seria promovida uma farta distribuição de impressos relativos também a higiene infantil e aos cuidados do pré-natal. Como forma de promover o evento deveria ser afixado nos bondes, nas vitrines de lojas, cartazes vistosos com informações sobre a saúde e o bem-estar da criança. A difusão das ideias da “Semana da Criança” deveria chegar até as estações de rádio, nos tetos e outros lugares públicos adequados, onde se faria pequenas alocações sobre o assunto (*Jornal do Brasil*- RJ, 08/10/1931, ano XLI, n.240, p.22). A Inspetoria de Higiene Infantil, na promoção da “Semana da Criança”, de 13 a 17 de outubro de 1931, convidou para participarem dos programas radiofônicos, promovendo discursos sobre a proteção e a saúde da infância, pediatras e higienistas¹¹⁶.

Em programa de Rádio, Olímpio Olinto de Oliveira, versou sobre os diversos problemas que afrontavam o país, como a descompensação financeira, a falta de empregos, de pão, de moradia inadequada e doenças sentidas por adultos e crianças. Mas quanto à infância, ele chamava atenção ao fato de que nelas estava depositado a esperança de dias melhores. Sem desmerecer as dificuldades enfrentadas por adultos, salientava que as atenções precisavam se voltar para a infância, posto que aqueles dias ruins haveriam de passar e era preciso assegurar que a geração do amanhã, a infância, poderia conduzir o país (*Correio da Manhã*, 15/10/1931, ano XXXI, n.11299, p.5). A “Semana da Criança” emergia diante desse caos social no Brasil como forma de conclamar a sociedade e seus dirigentes que a causa da infância não poderia passar incólume. De acordo com a palestra de Olímpio de Oliveira a infância

Ao penetrar na existência, frágeis e mal amparadas, elas sucumbem aos milhares, é a nossa mortalidade infantil, inquietante e ameaçadora. As que resistem e sobrevivem, acham-se logo a braços com mil doenças e outras causas de desânimo, de

¹¹⁶ A realização das palestras nas rádios teve a seguinte programação: no dia 13, na Rádio Educadora falou o Ministro Belisário Penna; na Rádio Club esteve Olímpio Olinto de Oliveira; na Rádio Sociedade, Zeferino de Faria. No dia 14, na Rádio Educadora, Martinho da Rocha; na Rádio Club, Edgar Filgueiras; na Rádio Sociedade, Arnaldo de Moraes. No dia 15, na Rádio Educadora, Barbosa Lima; na Rádio Club, Mário Ramos; na Rádio Sociedade, Adamastor Barbosa. No dia 16, na Rádio Educadora, Arnot Arnt; na Rádio Club, Jorge Sant’Anna; na Rádio Sociedade, Luiza Magalhães. No dia 17, na Rádio Educadora, Massilon Saboya; na Rádio Club, Octávio Veiga; na Rádio Sociedade, F. Moura Coutinho (*Jornal do Brasil*- RJ, 13/10/1931, Ano XLI, n.244, p.6).

enfraquecimento, de incapacidade. Demos, porém, que logrem criar-se fortes e sadias, vigorosas de membros, ativos, resolutos. O edifício da nacionalidade vai se construindo e levantando, fatalmente, de qualquer jeito. A nossa obrigação é preparar-lhe o material, para que se não prejudique irremediavelmente a solidez da grande construção (*Correio da Manhã*, 15/10/1931, ano XXXI, n.11299, p.5).

Segundo Olinto de Oliveira era preciso conjugar todos os esforços para tornar a infância sadia e educada, pois ali se encontravam as gerações vindouras. Considerava que a causa da infância no Brasil, deveria se tornar a causa do povo. Do contrário o Brasil corria sério perigo de ficar estagnado nas condições de penúria em que se encontrava, com “90% de pobres e incapazes, com os nossos milhões de opilados, de impaludados, de tuberculosos e de malnutridos, e ainda por cima analfabetos” (*Correio da Manhã*, 15/10/1931, ano XXXI, n.11299, p.5). A atenção à infância que se queria promover por intermédio da “Semana da Criança” buscava conferir à história do país, a caminhada no caminho do desenvolvimento, para que este se perdesse e nem sucumbisse diante de outros países, que poderiam estar se acautelando no cuidado da infância.

Afora os programas radiofônicos, a divulgação da “Semana da Criança” ocorreu através de duas sessões de cinema promovidas por meio do Departamento Nacional de Saúde Pública nos consultórios da Inspetoria de Higiene Infantil. As sessões de cinema eram dedicadas as crianças matriculadas nos ambulatórios da Inspetoria (*Correio da Manhã*, 09/10/1931, ano XXXI, n.11295, p.7).

As atividades da “Semana da Criança” contaram com o apoio da Diretoria Geral de Instrução Pública, que recomendou a realização de preleções por intermédio dos professores em sala de aula (*Jornal do Brasil*- RJ, 14/10/1931, ano XLI, n.245, p.19). As atividades eram promovidas através da Inspetoria da Higiene Infantil, na pessoa de seu diretor, Olímpio Olinto de Oliveira, encontraram apoio em Belisário Penna, que considerava a necessidade de se trabalhar em função da criança, amando-a e defendendo-a, como ato de patriotismo sadio. Belisário Penna, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, considerava que ninguém mais do que a criança tinha direito à civilização e as conquistas da ciência. Para ele, a infância era a esperança da “segurança da nacionalidade e do apuro da raça, quando bem gerada e convenientemente bem-educada, como é o desespero do futuro da nacionalidade e certeza da degeneração da raça, quando mal gerada e malcuidada”. Assim, Belisário Penna considerava que a infância era a “sementeira da sociedade, a seiva e a força da pátria” (*Jornal do Brasil*- RJ, 15/10/1931, ano XLI, n.246, p.6).

Belisário Penna considerava que os problemas sanitários e eugênicos, entre os quais se incluíam a higiene do matrimônio, maternologia, a higiene infantil e a puericultura, eram

político-sociais e deveriam ser de alçada concomitante dos poderes públicos e privados. Segundo Belisário Penna a iniciativa privada deveria contar com o apoio do poder público na criação e fundação de maternidades, creches, preventórios, Gotas de Leite, Escolas de Mãeszinhas, institutos de assistência e proteção à infância para socorro eficiente às mães e às crianças. Contudo, ele queixava-se, pois, a realidade concreta era outra, não havia espírito de associativismo de cooperação social esbarrando na indiferença, na ignorância e na suspeição dos próprios a serem beneficiados, que imaginavam ser tudo um embuste. Na entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, enalteceu a iniciativa da “Semana da Criança”, de Olinto de Oliveira, cujas “insígnias de cientista [...] é um nome nacional, um desses nomes que honrariam qualquer instituição estrangeira e cuja experiência esclarecida é uma garantia de vitória nessa cruzada em que se deve empenhar o Brasil inteiro!” (*Jornal do Brasil*- RJ, 15/10/1931, ano XLI, n.246, p.6).

A divulgação promovida através da Inspetoria de Higiene Infantil em torno da “Semana da Criança” envolveu os mais diferentes entes da sociedade, desde a imprensa até a mobilização de senhoras e autoridades interessadas no assunto. Assim, a Inspetoria havia submetido ao Departamento Nacional de Saúde Pública, o plano de divulgação das atividades em torno da “Semana da Criança”:

Publicar diariamente em todos os jornais da capital, durante aquela semana, artigos de propaganda e de vulgarização sobre higiene e medicina da infância, puericultura, educação, condições sociais da criança etc. artigos estes, na sua maior parte escrito pelo pessoal técnico desta repartição.

Fazer durante a semana nos Consultórios de Higiene Infantil e pré-natal pequenas palestras populares sobre os mesmos assuntos.

Reunir nos dois domingos ligados à semana, as mães e crianças frequentadoras dos mesmos e oferecer-lhes uma seção de cinema popular, com um filme de propaganda de higiene e distribuição de utilidades e prêmios de frequência, tudo com a cooperação da Associação de Maternidade e Infância.

Promover a distribuição nestes consultórios de impressos relativos à higiene infantil e pré-natal.

Convidar o diretor da Instrução Pública Municipal a fazer comemorar a semana nas escolas.

Convidar as famílias a submeterem seus filhos a exames mesmo que estejam aparentemente bem, como medida de medicina preventiva.

Dirigir-se ao chefe da Polícia, à direção da Light e ao Centro dos Chauffeurs, pedindo particular vigilância e atenção com as crianças na via pública, visto serem elas a maias frequentes vítimas dos acidentes que se verificam diariamente,

Telegrafar aos interventores nos Estados pedindo-lhes que se interessem pela “semana da Criança” (*Correio da Manhã* - RJ, 08/10/1931, ano XXXI, n.11293, p.2

As atividades objetivavam servir de propaganda em favor da criança e das necessidades sanitárias, como maneira de provocar na população um movimento maior de simpatia e ativa cooperação em direção as suas diligências, para melhorar a sua saúde e diminuir a sobrecarga da mortalidade infantil.

A realização da “Semana da Criança” obteve o apoio do Rotary Club do Rio de Janeiro, sob a presidência de Rodrigo Octávio Filho na promoção da higiene infantil. No Palace Hotel, em concorrido almoço seu almoço semana, o Rotary, promoveu a destruição de prêmios. Estiveram presente representantes do Rotary de outras partes, como Carlos Bushmann e Gabriel Botelho, de Petrópolis; Brasil Sefton e senhora A. J. Renner, de Porto Alegre; Joseph Arcelus de Belo Horizonte; Augusto Niklaus do Rio Grande do Sul (*Correio da Manhã* - RJ, 17/10/1931, ano XXXI, n.11301, p.3)

A realização da “Semana da Criança” encontrou ecos em diferentes Estados. Com o apoio do interventor Augusto Maynard ocorreu em Aracaju envolvendo representantes de todas as classes. Outra adesão sinalizada, foi em São Paulo, por meio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, promovido através da Cruzada Pró-Infância, que conclamou a todas as brasileiras a se envolverem com a causa da infância. Chegavam notícias da “Semana da Criança” na Bahia envolvendo festas infantis, distribuição de brinquedos e roupas e outros objetos (*Correio da Manhã*, 02/10/1931, ano XXXI, n.11288, p.7). Houve retorno de aderência do Rio Grande do Norte, do interventor Rafael Fernandes que havia recebido um telegrama enviado por Olinto de Oliveira convidando este a se engajar na empreitada da “Semana da Criança”.

Com artigo assinado por Rachel Prado, no jornal *Correio da Manhã*, aludia acerca da necessidade de salvar a raça, a favor da pátria e da humanidade. Usando não só os processos da eugenia de Francis Galton, como também contribuindo na diminuição do contingente de débeis, anêmicos, impaludicos, sífilíticos, neurastênicos e anormais. Segundo Rachel a celebração da “Semana da Criança” faria sentido caso fossem enfrentados os problemas que a impediam de ser feliz como a ausência de hospitais, os sanatórios, os ambulatórios, as creches e as escolas (*Correio da Manhã*, 13/10/1931, ano XXXI, n.11297, p.5).

Relatos da comemoração da “Semana da Criança”, em outubro de 1939, foram enviados do Maranhão. Nesse estado, que tinha como Interventor Federal Paulo Martins de Souza Ramos houve o esforço de se produzir um inquérito sobre as condições da infância maranhense. Para isso, foi organizado uma série de indagações sanitário-sociais, que a Diretoria Geral aprovou e distribuiu por intermédio dos 65 municípios do Estado. O Relatório do Maranhão apontava que o inquérito permitiu um raio x da realidade social da situação das crianças de seu estado. Assim, a relevância do assunto inquerido, possibilitou perceber através das indagações o contingente de problemas encontrados quanto a questão do registo civil das crianças, da mortalidade infantil, da nati-mortalidade, aprendizagem escolar e profissional, trabalho de menores nas indústrias e trabalho de gestantes (RAMOS, 1940, p.95). O Relatório de Atividades do Ceará

apontou a comemoração da “Semana da Criança” promovida por intermédio do Departamento Geral de Educação. Na ocasião foi apresentado filmes, na versão de película, no Cinema Educativo, que contou com a participação de um bom público infantil (PIMENTEL, 1940, p.48).

As atividades da “Semana da Criança”, sob a orientação de Olímpio Olinto de Oliveira, tiveram prosseguimento nos órgãos que sucederam a Inspetoria de Higiene Infantil, como a Diretoria de Proteção à Maternidade (1934) e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (1937). Assim, em 1940, quando Olinto de Oliveira assumiu a direção do Departamento Nacional da Criança forma mantidas as atividades anuais da “Semana da Criança”. O que significou a promoção da Semana da Criança no contexto do Departamento Nacional da Criança? A “Semana da Criança”, foi um evento cuidadosamente organizado e promovido por meio do Departamento Nacional da Criança, promovido anualmente, geralmente no mês de outubro, apresentou diferentes enfoques em cada edição. A sua realização era estimulada em toda extensão territorial do país, no intuito de despertar a atenção da sociedade e dos poderes públicos em favor da infância encontrada sem proteção. Para tanto, foi efetuado um plano de ação com instruções aos Estados e Municípios, e por conseguinte, aos Interventores e aos Prefeitos, a cada ano, com vistas a celebrarem a “Semana da Criança” (BTDNCr, 1943, ano III, n.14, outubro, p.2).

O evento da “Semana da Criança”, em 1942, tiveram em sua abertura, no Distrito Federal Carlos Drummond de Andrade, em nome do Ministro da Educação e Saúde, D. Jaime Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Anita Carpenter Ferreira, diretora do Serviço de Proteção a Menores da Legião de Assistência e Olinto de Oliveira, representado por Mario Olinto. As atividades da “Semana da Criança” envolviam Concursos da Infância Saudável e as vezes eram denominados de Concursos de Higiidez; a distribuição de presentes e roupas às crianças; exposições relacionadas ao Museu da Criança; palestras no rádio, entrevistas à jornais, inaugurações de obras do projeto do Departamento Nacional da Criança procurando atender as demandas relativas à maternidade e à infância, como escolas e colônias de férias estendendo as comemorações para o ambiente das escolas. A “Semana da Criança” se constituiu em um dos momentos mais importantes do Departamento. Além de chamar a atenção da sociedade e do poder público, foi um esforço em difundir medidas higiênicas de instrução no cuidado à infância, significando um empreendimento nacional de redenção, fortalecimento e instituição do novo cidadão do país (BTDNCr, 1945, ano III, n.14, outubro, p.9). Para tanto, no decurso do primeiro quinquênio, de existência, do Departamento diferentes temas relacionados a infância forma abordados em cada ano de celebração da “Semana da Criança”:

1942 – “A Alimentação da Criança”;

1943 – “A Infância Abandonada”;

1944 – “Proteção à Infância”;

1945 – “A criança, as atividades agrícolas e a alimentação”.

Como forma de garantir êxito na celebração da “Semana da Criança”, o Departamento Nacional da Criança procurava processualmente desenvolver formas que resultassem no aprofundamento e desenvolvimento da correspondência com seus interlocutores, como os Juízes privativos, ou não, de menores, aos diretores dos estabelecimentos de assistência e proteção à Maternidade, à Infância e a Adolescência, bem como aos diretores dos grupos escolares oficiais e particulares, estimulando-os a participarem ativamente do evento, por meio de ofícios-circulares às autoridades estaduais, municipais (BTDNCR, 1943, ano III, n.14, outubro, p.4).

O retorno das atividades desenvolvidas no território nacional chegava por meio de correspondência ao Departamento Nacional da Criança. De toda parte do país vinham notícias alvissareiras do andamento da “Semana da Criança”, inclusive dos Estados Unidos da América do Norte, do *Children's Bureau*. O Departamento Americano da Criança dos Estados Unidos, *U.S Children's Bureau*, dirigido por Katharine F. Lenroot, parabenizava o empenho do Departamento Nacional da Criança e de sua equipe no esforço de despertar o interesse nacional em relação a infância e aos problemas que a afligiam (BTDNCR, 1943, ano III, n.14, outubro, p.6).

Na divulgação dos princípios de puericultura e dos festejos da “Semana da Criança”, segundo *Jornal do Commercio* o melhor espaço era a escola primária. Ali, o professor e a professora exercem influência não só sobre a criança como sobre os pais ou responsáveis, e foi responsável na formação e na modelagem da infância. Segundo o Departamento Nacional da Criança à professora “cabe um papel em primeira ordem no amparo à maternidade e à infância. O apoio aos professores foi solicitado por meio do Boletim do Departamento. Assim, a “ação lenta da professora poderá servir de maneira incalculável ao aperfeiçoamento da criança, pela transmissão de hábitos higiênicos, pela correção de possíveis erros de criação, educação, alimentação, porventura existentes nas crianças”. A função dos professores ainda pode ser ampliada, pois é o professor quem com frequência organiza associações, reúne comissões para a fundação de Postos de Puericultura ou de outras instituições (*Jornal do Commercio-RJ*, 23/08/1940, ano CXIII, n. 275, p.5).

O clero da Igreja Católica amparou a ideia do Departamento Nacional da Criança em promover a “Semana da Criança” sendo incentivadores e auxiliando na promoção da campanha,

nas festividades religiosas, disseminando ensinamentos práticos a respeito de uma boa nutrição e dos meios adequados de obtê-la. A finalidade da “Semana da Criança” era despertar nos brasileiros o imperioso dever de amparar os recém-nascidos, das classes pobres, marcados pela falta de alimentação adequada e de cuidados profiláticos. Os dados estatísticos a cada ano além de mostrar os elevados índices de mortalidade infantil explicitavam em concomitância o decréscimo da natalidade. O plano geral da “Semana da Criança” teve no ano de 1942, como tema, a alimentação e resumia-se em incentivar a amamentação natural como base insubstituível de saúde da criança nos primeiros meses. O evento preocupava-se ainda que toda criança e suas mães viessem a receber alimentos apropriados e em quantidade suficiente (*A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista-RJ*, 11/10/1942, ano XXIV, n.41, p.1).

A sessão inaugural da “Semana da Criança”, de 1942, contou com o discurso do Juiz Saul Gusmão, juiz de menores, no Palácio Tiradentes, sob a presidência do Ministro da Educação Saúde Gustavo Capanema. Na ocasião ainda ministrou palestra de Olímpio Olinto de Oliveira e a senhora Lais Netto dos Reis, diretora da Escola de Enfermeiras Anna Nery. Em sua palestra Saul de Gusmão considerava que por meio de um sistema de assistência social à infância e à juventude brasileira bem organizado e dirigido favoreceria o surgimento de “homens fortes, e, por isso mais laboriosos, capazes de erguer mais alto o nome sagrado da Pátria”. O juiz Saul Gusmão considerava que as realizações de ordem-prática, desde a legislação protetora da infância até os serviços de assistência propriamente ditos seriam capazes de bem preparar as novas gerações para um futuro mais promissor (*Jornal do Commercio-RJ*, 14/10/1942, ano CXVI, n.12, p.3).

O programa da “Semana da Criança” de 1942 contou com a inauguração das exposições de Puericultura do Departamento, no Saguão da Estação Dom Pedro II, e do Departamento de Puericultura das Secretarias: de saúde e assistência, de Puericultura, da Prefeitura do Distrito Federal, sessão Inaugural no salão nobre do palácio Tiradentes, sessões solenes nas Sociedades de Puericultura do Brasil, Pediatria e no Instituto Nacional de Puericultura, inauguração da creches e dos Postos de Puericultura, do Departamento de Puericultura da Secretaria de Saúde e Assistência no Parque Proletário número 1 e 2. A sessão solene de encerramento da “Semana da Criança” foi no salão do Conselho Municipal, sob a presidência do Sr. Henrique Dodsworth, Prefeito da Capital (*O Radical -RJ*, 09/10/1942, p.2).

Na concepção do Departamento, “a criança representa o embrião do homem de amanhã, não se pode cuidar da eugenia de um povo, sem primeiro cuidar da criança”. Dessa forma, Olímpio Olinto de Oliveira considerava primordial o incentivo ao aleitamento materno, “como base insubstituível da saúde da criança nos primeiros meses” (*A Visão Brasileira -RJ*, 1942,

Ano V, n.52, novembro, p.6). Essa posição era sustentada desde atuação no Rio Grande do Sul, considerava que a alimentação dos lactantes deveria ocorrer por intermédio do aleitamento materno. Para o médico, boa parte das moléstias do aparelho digestivo na primeira infância, sobretudo na estação quente, eram ocasionados principalmente em situações de aleitamento artificial (*Boletim do Comitê Nacional Brasileiro do Primeiro Congresso Americano da Criança*, v. II, n. 4, julho e agosto, 1916, p.159).

A “Semana da Criança” contou com uma agenda de atividades envolvendo exposições, palestras, conferências e concursos. O Departamento Nacional da Criança como forma de estimular a amamentação materna e adoção de bons hábitos higiênicos promovia concursos de saúde infantil, com distribuição de prêmios, nos Consultórios do Departamento, localizados nos bairros do Distrito Federal, como Gamboa, Estrela, Santa Tereza, Botafogo e Copacabana, além de ser uma atividade cujo incentivo deveria se espalhar através dos Postos de Puericultura e consultórios de outros Estados e municípios do país (*A Visão Brasileira* -RJ, 1942, ano V, n.52, novembro, p.6).

O jornal Católico *A Ordem*, do Rio Grande do Norte, veiculava a informação de que as comemorações da “Semana da Criança” haviam envolvido comissões estaduais e municipais com articulações com Legião Brasileira de Assistência (*A Ordem*- RN, 02/10/1942, ano VIII, n. 2084, p.1). Segundo a redação do *Jornal do Commercio* o Departamento Nacional da Criança prosseguindo em sua tarefa de orientar, instruir e coordenar todas as atividades oficiais e particulares de proteção à maternidade e à infância do país lançou as bases para a realização de mais uma “Semana da Criança”. O convite do Departamento para colaborar com esse evento foi estendido ao Departamento de Puericultura da Secretaria de Saúde e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal (*Jornal do Commercio*-RJ, 23/09/1942, ano CXV, n. 302, p.5).

A maioria dos municípios brasileiros manifestou sua adesão a celebração da Semana da Criança, do Departamento Nacional da Criança, constituindo comissões municipais destinadas a orientar e a fazer executar o plano oficial para o ano de 1942. Houve a promoção de concurso de saúde infantil em cada um dos vinte e nove postos de Puericultura do Distrito Federal, com distribuição de prêmios aos dois primeiros colocados; conferências diárias sobre assuntos referentes a assistência alimentar à infância por técnicos nomeados por intermédio do Departamento (*Jornal do Commercio*-RJ, 10/10/1942, ano CXVI, n. 9, p.5).

Através do Relatório de Atividades enviado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, chegava a notícia da realização da “Semana da Criança” na Paraíba com o apoio do Interventor Federal Rui Carneiro. A comemoração da “Semana da Criança” foi promovida no Centro de Saúde de João Pessoa com a realização de “Concurso de Robustez”, entre as 300 crianças

matriculadas no Dispensário de Higiene Infantil, no serviço de Lactário e Dietética Infantil (CARNEIRO, 1943, p.83). A orientação do Departamento quanto a nomenclatura “Concurso de Robustez” e suas atenuantes eram claras, mas as fontes indicam um outro caminho adotado através dos estados e municípios, sinalizando que o Departamento Nacional da Criança foi voto vencido por várias vezes em suas recomendações, prevalecendo a ideia da Robustez. Apesar de haver uma legislação indicando que o Departamento era um órgão centralizador e regulador das atividades públicas e privadas de assistência, parece que o Departamento não exerceu todo o seu poder evocado por meio da letra da lei ou nos estados e municípios funcionava uma outra regra.

Notícias de apoio do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (S.E.R.A.S.), do Rio Grande do Norte à “Semana da Criança”, através da iniciativa do Departamento Nacional da Criança chegavam por intermédio do jornal *A Ordem*, cujo tema no ano de 1943, foi a Infância Abandonada. O apoio do Interventor do Rio Grande do Norte possibilitou que a “Semana da Criança” fosse comemorada não apenas em Natal, mas em Mossoró, Ceará Mirim, Seridó e Caicó (*A Ordem*- RN, 29/09/1943, ano VIII, n. 2374, p.1).

A adesão a proposta da “Semana da Criança”, no seio da Igreja, há levou a participar na distribuição de gêneros alimentícios e de roupas às crianças necessitas. A Igreja em seu jornal *A Cruz* indicava que não poderia ficar indiferente aos problemas da infância, que “em futuro próximo, serão o nosso povo e a nossa gente”, além disso haverão de defender os costumes e as tradições que constituíam a base da nacionalidade. “Aos católicos a Semana da Criança muito interessa” (*A Cruz*: Orgão da Parochia de S. João Baptista-RJ, 15/10/1944, ano XXV, n.42, p.1).

O Departamento Nacional da Criança enviava regularmente material impresso, entre o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* com a intenção de despertar o maior interesse dos brasileiros pela higiene infantil e comunicou a realização naquele ano de 1943 da “Semana da Criança”, cujo tema principal foi a Infância Abandonada. A “Semana da Criança” foi promovida nos trinta e dois Postos de Puericultura da Prefeitura do Distrito Federal (*A Cruz*: Orgão da Parochia de S. João Baptista-RJ, 25/07/1943, ano XXV, n.30, p.9).

As comemorações da “Semana da Criança” giravam sempre em torno de um tema palpitante, alguma questão que inquieta a sociedade brasileira no seu trato com a infância. A “Semana da Criança” de 1943 contou com apoio explícito do Serviço de Assistência ao Menor, de Meton de Alencar Neto. O assunto da Infância Abandonada nas palavras de Drummond de Andrade, chefe do gabinete do Sr. Ministro da Educação e Saúde:

Na Semana da Criança deste ano, pretendemos fixar a atenção em torno de um determinado tipo de infância: aquela que a chamam de abandonada, assinalando-se com esta denominação um dos aspectos mais cruéis do desajustamento social e econômico assistidos. Diante dele somos forçados a experimentar o sentimento incômodo de um erro a corrigir. Devemos-lhe alguma coisa, um direito essencial que lhe foi negado. Ele não é bastante esclarecido para reivindicar esse direito, mas isto não diminuiu, antes aumenta a nossa responsabilidade para com a criança e o jovem jogados na rua (*Arquivos do Serviço de Assistência ao Menor –RJ, 1943, v. III, dezembro, p.226*).

Na intenção de poder oferecer melhores esclarecimentos sobre a “Semana da Criança” de 1943 o prof. Olinto de Oliveira determinou a realização de um inquérito, para apurar a situação em que vivem, no Brasil, a chamada infância abandonada, para suplementar o estudo das causas que as afastam do lar e atraem grande parte delas, para a vadiagem e a delinquência. Com este intuito, o Departamento concedeu dotação especial à Divisão de Proteção Social à Infância e resolveu formar uma comissão para estabelecer a ficha de dados. Esta comissão ficou assim constituída: Flammarion Costa, do Departamento Nacional da Criança, bacharel Osmar da Cunha Melo, do Juízo de Menores e José Nava, do Serviço de Assistência a Menores, a primeira e a última, em conjunto com os técnicos e médicos do Departamento Nacional da Criança. Elaborou-se a ficha, procedeu-se sua impressão e remessa às cidades escaladas para objeto do inquérito: Rio de Janeiro (bairros de S. Cristóvão e Praia do Pinto); Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Niterói como forma de fortalecer o tema abraço na “Semana da Criança” (*Arquivos do Serviço de Assistência ao Menor –RJ, 1943, v. III, dezembro, p.226*).

No mês de outubro, com uma semana dedicada às crianças brasileiras, A “Semana da Criança”, assinalou mais uma etapa do programa de assistência à maternidade e à infância, que foi se desenvolvendo no país e para cuja execução se congregou a obra do governo e a iniciativa particular. Expressivas comemorações foram realizadas, durante esta semana, em todo o território nacional e várias instituições de puericultura foram entregues ao serviço público. Segundo o cronista do jornal *O Radical*, a “Semana da Criança”, não se tratou de uma jornada puramente simbólica, mas de grande significação, traduzida em uma série de melhoramentos positivaram o interesse das autoridades e o próprio povo brasileiro acerca do problema magno, a infância. Com o auxílio concedido através do Departamento Nacional da Criança, que representa o governo federal nesse setor da administração pública, vários estabelecimentos de assistência à maternidade e à infância foram inaugurados, não só na capital, mas também em vários Estados. No ano de 1943, as comemorações da “Semana da Criança” contaram com a colaboração da Legião Brasileira de Assistência, que contribuiu, para o sucesso do evento, com uma série de iniciativas patrióticas (*O Radical –RJ, 10/10/1943, p.2*).

Segundo Meton de Alencar Neto, uma das realizações importantes do Departamento Nacional da Criança, no que tange à divulgação de preceitos para proteção e assistência foi a “Semana da Criança”, realizada anualmente no mês de outubro. Esta comemoração anual foi sempre o ponto de partida de um vasto movimento que se irradiou da Capital da República, abrangendo toda a nação, das praias do atlântico às fronteiras ocidentais, das planícies do Norte às coxilhas gaúchas. A finalidade desse movimento foi a luta contra a mortalidade infantil, dotada de cifras extraordinárias, a alimentação defeituosa e insuficiente do povo, a luta contra o abandono criminoso e o descuido imprevidente em que vivem tantas crianças, contra a exploração do seu trabalho e o desamparo por ignorância, de inúmeras mulheres na hora do parto. Considerando a gravidade da questão social da infância no Brasil, Meton de Alencar Neto assinalou que muitos estavam se colocando à disposição do Departamento Nacional da Criança. Inspirada através da divulgação do Departamento Nacional da Criança, a população de todo o país aprendeu a finalidade da “Semana da Criança” e que está constituía não apenas um dever de patriotismo, mas, também, de humanidade e solidariedade pelos que sofrem (*Arquivos do Serviço de Assistência ao Menor –RJ*, 1943, v. III, dezembro, p.223).

As atividades da “Semana da Criança”, em 1942, serviram de base de lançamento da Campanha Nacional de Alimentação Infantil. Assim, por intermédio de palestras no rádio, entrevistas à jornais, inaugurações de obras do projeto do Departamento Nacional da Criança se procurou chamar a atenção da sociedade e das autoridades acerca do problema da desnutrição infantil e seus resultados nefastos. A ideia foi atender as demandas relativas a alimentação na maternidade e na infância. As instituições criadas através do Departamento Nacional da Criança eram promotoras da ação higienizadora, portanto, atuavam na prevenção, na mitigação dos problemas relacionados à infância, além de se constituírem em espaços de orientação de maneiras adequadas de alimentação para gestantes e puérperas, assistindo, orientando e educando a criança desde o nascimento até a condição de escolares. Dessa forma, o Departamento Nacional da Criança desejou instituir formas de congraçamento entre a ação oficial do Estado e a iniciativa particular na ampla Campanha de Alimentação Infantil (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.40).

Segundo Marcílio (1998, p.194), a infância havia feito seu *habitat* entre a vadiagem e a gatunice, vivia deserdada da sorte e doente, vítima da morte precoce, e atraía sobre si a atenção de intelectuais de plantão, os médicos higienistas. Os médicos vinham participando ativamente, desde a virada do século XIX para o XX, na instauração das bases que significassem a construção de uma nação forte e saudável. A questão do cuidado com o corpo por intermédio da prática de exercícios, as pesquisas e estudos, a adoção da Pediatria e da Puericultura, como

novas áreas de formação e de conhecimento, as campanhas de higiene e de saúde pública, as campanhas contra a má alimentação com estímulo à amamentação e o combate à mortalidade infantil vinham constituindo agenda dos médicos higienistas em prol da infância.

Alvim e Valladares (1988, p.4), enunciam que este quadro social urbano explicitava problemas como o surgimento de habitações bafientas, a alta taxa de mortalidade infantil, a circulação de epidemias diversas e dizimadoras, e o alastramento da pauperização de amplos segmentos da sociedade brasileira. Na envergadura desse quadro social figurava a infância deserdada da sorte, doente e malnutrida que precisava ser assistida. Acompanhando esse entendimento, a imprensa da época propalava em suas manchetes a urgência de se tomar o timão da assistência, pois

[...] o tema da defesa da criança no Brasil, mostrando quanto se impõe intensificar uma completa campanha de assistência infantil, da qual resulta a diminuição e anulação de uma mortalidade ‘que importa fora de dúvida, em sensível sangria nas preciosas reservas humanas da nacionalidade’ Afirmo que, em nosso país, o enorme sacrifício de pequeninas vidas, na maioria das vezes, está ligado à causas perfeitamente evitáveis. ‘Nas causas mortis’ de crianças até um ano de idade, por exemplo, dominam sempre as doenças do aparelho gastrointestinal e que se originam em mais de 90% dos casos da imprevidência e da ignorância das mães, às quais alimentam seus filhinhos em período tão delicado da sua existência desordenadamente e com falhas que determinam distúrbios fatais [...] (*A Noite*, 29/09/1942, p.4).

Segundo a entrevista concedida por Olímpio Olinto de Oliveira, a defesa da infância, uma questão nacional, seria um dos mais sérios e difíceis problemas sociais de demorada solução, pois era questão que já se arrastava por anos a fio no país. Carecendo de serem atacados com decisão e energia estavam a questão da mortalidade infantil, resultante das precárias condições de higiene em que se encontravam as camadas populares, e as moléstias da nutrição por deficiência, impropriedade e má qualidade da alimentação.

Muito embora houvesse uma mudança na percepção e na ação dos homens, dos intelectuais, da imprensa e, ‘às vezes’, do poder público, estas manifestações eram meros lampejos frente a real necessidade de enfrentamento da questão da infância. Pois,

Falar na causa da infância tem sido, até não muitos dias atrás, em nosso país, dura verdade, malhar no deserto! Raros, muito raros mesmo têm encarado o problema sob o seu aspecto profundamente civilizador e político – o da economia social. Não há, de fato, despesa mais compensadora do que aquela com a qual, mitigando-se as rudezas do grande assédio de males a infância, se prepara uma raça vigorosa, inteligente e adestrada para os embates da existência. É esse, evidentemente, o alicerce sobre o qual deve assentar a grandeza da pátria que tanto amamos (MONCORVO FILHO, 1924 apud CAMARA, 2010, p.115).

Nesse excerto ficam explícitas as dificuldades enfrentadas por aqueles que faziam da infância a sua causa, e nele também se alude à importância que ganhara como diante de olhares

atentos, como o de Moncorvo Filho. Pois, além de ser uma denúncia quanto o descaso notório, mostrava o ocaso da sociedade e do poder público, quanto a situação indigente da infância. A qualidade da alimentação e mesmo a sua ausência, exigia a execução de providências capazes de impedir o aniquilamento de gerações sucessivas em detrimento da prosperidade nacional.

As preocupações em torno da alimentação no Brasil acompanharam o movimento sincrônico em âmbito internacional. A movimentação em torno da alimentação, tinha na medicina o seu pilar que se orientava através da moderna fisiologia. No contexto internacional, segundo Escudeiro¹¹⁷ (1934 apud LIMA, 2000, p.46) houve avanço nos estudos da alimentação e da nutrição, em Paris, com a transformação do regulamento da Sociedade Científica de Higiene Alimentar; na Inglaterra, com as práticas do Conselho de pesquisas Médicas do Ministério da Agricultura; na Alemanha com empenhos destinados ao fabrico, organização e manuseio dos alimentos. Na Rússia, em 1930, com o primeiro Instituto de Nutrição, em Odessa.

Segundo Castro¹¹⁸ (1936 apud LIMA, 2000, p.48) havia um descaso quanto aos estudos sistemáticos relacionados a alimentação e à nutrição, entre os círculos de intelectuais e os governantes, considerando que a sociedade brasileira, em sua grande maioria, experimentava o mal da fome. Surgia no interior das ciências médicas, uma racionalidade de natureza instrumental para o enfrentamento do problema social da má nutrição em que a maioria da população vivia, em contrapartida uma minoria usava com pouco proveito os alimentos comprados. Nesse mesmo período, os estudos sobre a alimentação no Brasil estavam aquém daqueles experimentados na Europa. A saúde e a fome/subalimentação eram vetores que subtraíam vidas e tinha endereço certo, os empobrecidos da sociedade brasileira, não poupavam nem mesmo a infância, antes solapavam aquela que era considera o futuro do país.

No “Dia da Criança”, no salão da Associação Brasileira de Imprensa, ocorreu a sessão inaugural da Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, que a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância foi promovendo a todo o País, com o fito de melhorar a alimentação infantil, esclarecendo e orientando as mães. A Diretoria, por meio da Campanha, procurou divulgar as noções essenciais da puericultura, promovendo a formação de lactários e de associações de proteção à infância em todos os núcleos de população. A Campanha não se propôs a efetuar coletas ou contribuições, mas consistiu principalmente em uma vasta propaganda de intuítos educativos, doutrinários e de organização. Por intermédio da Campanha Nacional pela Alimentação da Criança se esperava que a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância fosse lançar as bases de um movimento nacional de interesse em favor da infância

¹¹⁷ ESCUDEIRO, Pedro. *Alimentação*. Trad. Hélio Póvoa e Waldemar Berardinelli. Rio de Janeiro, 1934.

¹¹⁸ CASTRO, J. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro.: Biblioteca de Divulgação Científica, 1936.

e seus problemas mais urgentes, procurando aliar à ação dos poderes públicos o sentimento e a cooperação do povo, sobretudo da mulher. Esta Campanha, capitaneada por Olinto de Oliveira, tinha o apoio do Cardeal D. Sebastião Leme¹¹⁹ e da Associação Brasileira de Imprensa (*Diário de Notícias*-10/10/1934, n. 2397, p.2).

Dante Costa¹²⁰ em artigo intitulado “Alimentação, política nacional” enunciava que o problema da alimentação deveria se constituir uma obrigação governamental, pois estava na raiz dos fenômenos biológicos, envolvendo diretamente o crescimento, o desenvolvimento e a reprodução humana. Costa compreendia que era preciso assegurar a população infantil uma alimentação racional, pois a má nutrição além de ocasionar óbitos resultava na má formação e por conseguinte em seres frágeis e suscetíveis à doenças. A necessidade da promoção da realização da Campanha Nacional pela Alimentação da Criança tinha um triplice aspecto: fisiológico, econômico e educacional. O apoio a Campanha tinha em vista “garantir para o país, uma população de homens fortes, aptos para o trabalho, saudáveis, livres das doenças carências ou dos estados debilitadores que a alimentação escassa provoca” (*Cultura Política*- RJ, maio de 1941, ano I, n. 3, p.54).

O problema da alimentação no país relacionava-se a dois aspectos, o principal de natureza econômica e o outro educacional. O esforço empreendido desde 1935, por Olinto de Oliveira segundo Dante Costa (*Cultura Política*- RJ, maio de 1941, ano I, n. 3, p.58) havia sido o primeiro passo na direção do encarar o problema da má alimentação infantil encampando essas duas frentes, a distribuição de alimentos destinados a população infantil atendida por meio da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância iniciativa educacional voltada às mães e demais mulheres envolvidas com a infância.

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, em suas atividades, em 1934, promoveu a “Campanha Nacional pela Alimentação da Criança”, motivada por meio da observação das condições de vida infantil no Brasil. Segundo Olímpio Olinto de Oliveira, a Campanha não havia nascido de livros, nem de compêndios, mas, compungida através da própria realidade, ela nasceu (*Vida Doméstica*, fevereiro de 1935, p.23).

A Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, promovida Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, se prolongou por um ano. Os seus preceitos essenciais eram:

¹¹⁹ A relação entre a Igreja e o Estado, mediado através do Departamento Nacional da Criança foi um aspecto que carece de aprofundamento. Por limitações do tempo não conseguimos nos debruçar sobre essa questão. Principalmente ao levarmos em conta a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, em que o papa Leão XIII se posiciona ao lado do trabalhador, num movimento de natureza social (SANGLARD, 2016, p.57).

¹²⁰ Chefe da seção de alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Médico do Departamento Nacional da Criança, clínico e especialista em nutrição; membro da *Société Scientifique d'hygiène Alimentaire* da *Société de Chimie Biologique* de Paris.

Incentivar a amamentação natural, como base insubstituível da saúde do lactante; Promover o uso do leite, como base da alimentação da criança precisando ser desmamado; Promover o uso habitual de alimentos contendo “vitaminas” às crianças de todas as idades; Diligenciar para que as crianças recebam “alimentos apropriados” e em que “quantidade suficiente”; Levar às mães nutrizes e às gestantes os benefícios de uma boa alimentação, no interesse dos filhos; Combater os erros, o pouco caso, e a incúria em matéria de alimentação (*Vida Doméstica*, fevereiro de 1935, p.23).

A Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância se dirigiu, em articulação com todo gênero de pessoas, a autoridades, damas da sociedade, intelectuais, interventores, autoridades eclesiásticas, chefes de serviços de Saúde Pública e imprensa, mobilizando-os na Campanha, ao alcance de toda infância brasileira. A “Campanha Nacional pela Alimentação da Criança” era uma iniciativa que nasceu da lógica dos fatos, “a criança, no Brasil, é geralmente mal alimentada, e sofre as graves consequências de uma alimentação deficiente em quantidade e qualidade” (*Vida Doméstica*, fevereiro de 1935, p.23).

A Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, promovida através da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e seus assistentes, em seu ritmo permanente de trabalho foi afirmando na sociedade brasileira a ideia da necessidade de socorrer a criança, principalmente do ponto de vista alimentar alcançando diferentes partes do país. A Campanha Nacional pela Alimentação da Criança conseguiu articular seus planos e em 1939, havia conseguido a adesão de 47 municípios¹²¹ de vários estados brasileiros. Em alguns desses municípios já existiam as Ligas de Proteção à Infância e os Lactário (*Rio Magazine* – mensário de luxo ilustrado, 1939, maio, ano II, n.2, p.52).

O problema da alimentação no Brasil era também um problema da criança, portanto foi alvo de preocupações do Departamento Nacional da Criança. A criança brasileira, como um futuro operário, soldado ou burguês, entre os mais de 27 milhões de brasileiros, era um ser desnutrido, a exigir da capacidade administrativa e técnica das organizações medidas de cuidadoso amparo alimentar. Assim, Olímpio Olinto de Oliveira conduziu a Campanha Nacional de Alimentação da Criança entre os anos de 1934 e 1935, e em outro momento, dirigindo o Departamento Nacional da Criança, no de 1942, quando veio chamar atenção naquele ano, da questão alimentar infantil. A Campanha desenvolvida em 1942 e conduzida por

¹²¹ Entre os municípios estavam: São José da Lage (Alagoas), Boa Vista do Rio Branco (Amazonas); Campo Formoso, Mutue, Encruzilhadas e Caetité (Bahia); Santa Tereza e Vitória (Espírito Santo); Burity Alegre, Hidrolândia, Christalina e Rio Branco (Goiás); São Bento (Maranhão); Caxambú, bom Sucesso, diamantina, Rio Espera, Araxá, Uberaba e Santos Dumont (Minas Gerais); Castanhal e Siqueira Campos (Pará); Colombo, Malé, Paranaguá e Piraquara (Paraná); Paranaíba (Piauí); Lages (Rio Grande do Norte); Rio Grande, Caxias, Guaporé, Prata, Estella e São Luiz de Gonzaga (Rio Grande do Sul); Barretos, Areias, Avaré, Campinas, Coroados, Cotia, Ibitinga, Mogy Mirim, Monte Mós, Juquery e Serra Negra (São Paulo e Itaporanga (Sergipe) (*Rio Magazine* – mensário de luxo ilustrado, 1939, maio, ano II, n.2, p.52).

intermédio do Departamento, compreendia que eram altos os índices de desnutrição entre a infância que resultavam em elevados níveis de mortalidade infantil incompatíveis com os parâmetros de países considerados modernos, a Europa (BTDNCR, 1942, ano II, n.9, junho, p.3). Sob essa lógica, o Departamento Nacional da Criança na luta contra a desnutrição infantil, em sua Campanha Nacional elegera alguns aspectos:

- a) A proteção alimentar ao lactante;
- b) A proteção alimentar ao pré-escolar;
- c) A proteção alimentar ao escolar;
- d) A proteção alimentar ao adolescente

Esses elementos apontavam para a perspectiva assistencialista, uteis a melhoria das condições alimentares da criança, mas o Departamento Nacional da Criança procurou dedicar esforços na educação alimentar, para tanto procurou angariar como aliada as escolas, as oficinas e os lares. A importância da educação alimentar à criança possui uma significação que não interessa a ela, individualmente, mas aos pais, a sociedade e ao país. A educação alimentar promovida durante a Campanha por meio do Departamento Nacional da Criança, viria a beneficiar o país na ereção de uma raça forte e saudável, pois crianças que aprenderam os preceitos básicos da ciência da nutrição, constituiriam, mais tarde, uma coletividade adulta livre dos erros e preconceitos, liberta da ignorância alimentar. A educação alimentar, diga-se, o estímulo a amamentação materna era uma bandeira da Campanha Nacional, erguida através do Departamento, tinha em vista suscitar na sociedade brasileira uma nova mentalidade, uma consciência alimentar capaz de corroborar com o destino nacional, na criação do homem apto a produção laboral (BTDNCR, 1942, ano II, n.9, junho, p.9).

A infância desnutrida e oprimida por meio de moléstias, em perigo moral era subsumida como realidade tomada através do Departamento Nacional da Criança, justificando sua existência, suas medidas de intervenção com vistas a assistir, proteger e educar. Costurada essencialmente num discurso de viés cientificista, a infância tornara-se *locus* de intervenção, uma vez já assinalada a necessidade de instituir a cura do corpo, por meio de uma educação higiênica da mente capaz de mudar hábitos e permitir a ordenação de valores moralizantes contribuindo na construção de uma nação civilizada.

A ideia defendida por Fernandes Figueira acerca da importância e do estímulo a amamentação materna, ao invés do leite de vaca, de acordo com o jornal *A Gazeta da Pharmacia* (1945, ano XIV, n.159, julho, p.6), com título curioso, “O autêntico leite de moça”, anunciava a criação do Banco de Leite, uma proposta encampada através do Departamento Nacional da Criança, por meio do seu órgão executivo, o Instituto Nacional de Puericultura. O

Banco de Leite foi uma instância responsável em acolher o leite materno doado, para que este fosse fornecido às crianças privadas da amamentação materna. Segundo o cronista do jornal, instituição semelhante havia sido adotada nas grandes cidades norte americanas. Assim, nos Estados Unidos, o *Children's Bureau*, por intermédio do *Children's Welfare Federation Milk Bureau*, de New Work, onde as mães podiam duas vezes ao dia entregar o leite materno. Os serviços das mães só eram aceitos quando seus filhos estivessem com peso e robustez adequados. As instituições norte-americanas pagavam pelo leite recebido às mães, o que dava condições a estas instituições, dessa maneira de compartilhar através de uma espécie de banco de leite materno adquirido à outras crianças.

A questão mortalidade infantil, no decurso dos anos de 1940, no Brasil, chegou a ser um dos assuntos mais presentes na imprensa brasileira, muito embora fosse um problema que remontava o meado do século XIX. Essa questão ganhou relevo, de acordo com impressos como *Correio da Manhã*, *A Gazeta da Pharmacia*, que publicaram os dados estatísticos demográficos-sanitária asseverando que o país não estava diante do problema de mortalidade infantil, mas de mortandade infantil. Esse jogo de palavras proposto por alguns jornais não foi por acaso, pois as cifras de mortalidade eram assustadoras. No curto espaço de tempo de sete dias, entre o dia 7 e 13 de setembro de 1941, entre as maiores capitais do país, incluindo o Distrito Federal e São Paulo, “nasceram 2.390 crianças vivas. No mesmo tempo, nasceram mortas 173. Na mesma semana, faleceram 372 crianças, entre recém-nascidos e até com menos de um ano de idade”. Isso sem contar o falecimento das mais de 212 crianças menores de dois anos. Nesse período de uma semana nas principais capitais do país, foi houve o registro de 2563 partos, ao passo que o número de óbitos infantis foi de 757, o que correspondia a cerca de um terço das crianças nascidas. O cronista do jornal quando analisou os dados dizia:

É curioso! No Brasil, tudo dá. Dá milho, feijão, a planta do açúcar, a do vinho, a de todas as utilidades na vida. [...] Tudo dá, no Brasil. Só não dá gente...Plantando, vingam todas as sementes. Só a semente das populações parece amaldiçoada: uma nona parte da seara, na hora do Fiat! (*A Gazeta da Pharmacia: Órgão Independente, Informativo e Defensivo dos Interesses da Pharmacia* – RJ, 1941, ano X, n.114, outubro, p.17).

Os dados sobre a mortalidade infantil no Brasil, nas grandes capitais, se constituíam em ameaça ao desenvolvimento da nação, de seu povo. A terra brasileira parecia prodiga na produção de frutos alimentícios viçosos, mas a mesma força e vigor não era percebido no fruto do ventre materno. A reportagem espelhava o desconforto experimentado por setores da sociedade brasileira, como a imprensa, os médicos, sanitaristas, educadores incomodados com

o acréscimo de números que mostravam o decréscimo de vidas infantis, depondo contra o progresso do país.

De acordo com Vieira (1988, p.6), a demarcação das prioridades e dos programas agenciados através do Departamento Nacional da Criança estavam divididos em: assistência técnica às instituições privadas, subsídios econômicos às obras médicos-assistenciais, consolidação da família, educação higiênica e sanitária, amparo à criança pré-escolar, desenvolvimento de estudos e pesquisas por meio de inquéritos, campanhas de alimentação no enfrentamento à desnutrição e mitigação da mortalidade infantil.

Entre os grandes males sociais de nosso povo, avulta na sua proporção espetacular, a mortalidade infantil. O seu coeficiente alarmante, entre nós, nos dá convicção de que representa uma chaga aberta e sangrenta no seio da sociedade brasileira. Infelizmente, a despeito das medidas já adotadas, o nosso país ainda ocupa lugar proeminente entre os de coeficiente muito alto de mortalidade infantil. Se é sabido que entre as causas dessa mortalidade destacam-se os perigos infecciosos, alimentar e congênito, não menos sabido é, também, e, principalmente entre nós, que existem muitas outras causas e concausas que formam um verdadeiro conjugado de forças em auxílio dessa mortalidade. Para não irmos longe, citemos somente dois fatores fundamentais: o fator educacional e o fator econômico (BTDNCr, 1942, ano II, n.8, março, p.37).

O problema da mortalidade infantil era uma demanda que, não havia sido revolvida desde o final do século XIX, no contexto da história da assistência à infância no Brasil. Tratava-se de questão resistente, seus resultados nefastos mobilizavam intelectuais de diferentes vertentes e campos, entre estes médicos pediatras, puericultores, sanitaristas no intuito de pensar maneiras de conter ou mitigá-la. A persistência de altas taxas de mortalidade entre os pobres, especialmente a infância, não era um problema peculiar brasileiro, mas desafiava a competência das nações latino-americanas em empregar medidas não só de proteção, mas moralizadoras e saneadoras dirigidas a infância e a família. A desnutrição e a mortalidade infantil mantinham relação direta com o quadro de pobreza vivenciado pelas populações desfavorecidas do país, conjugada com a ausência de orientações daqueles que cuidavam da infância. Eram aspectos que careciam e solicitavam do Departamento Nacional da Criança medidas expressas capazes de possibilitar formas que compusessem o melhor cuidado à infância.

As preocupações relacionadas ao crescimento da mortalidade infantil e a aspectos correlatos, como a má alimentação estavam manifestas em artigo do *Boletim*, celebrando o nascedouro do “Novo Departamento Nacional da Criança”, e, ao mesmo tempo pintando o quadro desalentador que a infância brasileira experimentava. Assim, entre os diversos problemas que afetavam a infância e que precisam de solução, na fala de Olinto de Oliveira o

novo órgão oficial, o Departamento Nacional da Criança tinha diante de si enfrentar os problemas mais urgentes.

O estudo e a experiência já os apontaram. São eles quanto à maternidade, a higiene pré-natal e a assistência ao parto; quanto às crianças, a mortalidade infantil e a questão correlata da alimentação; quanto ao adolescente, a proteção ao menor abandonado e a profilaxia da vagabundagem e da delinquência. Qualquer dos três propósitos é de per si uma grande tarefa. E nenhum poderá ser resolvido de um só ímpeto, ou por simples prescrição da lei. E não poderíamos tão pouco resolvê-los sem o concurso das instituições particulares cuja participação é indispensável. Trata-se de uma campanha lenta, penosa, tenaz, de base científica, tecnicamente assentadas, mas a serem aplicadas com cordura, dedicação, persuasão e constância. Nada de atitudes agressivas, de imposição ou constrangimento (BTDNCR, 1940, ano I, n.1, p.8).

O Estado Novo ao instituir o Departamento Nacional da Criança como órgão supremo na administração de amparo à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país, conforme registro do Decreto-Lei n. 2024, de feições eminentemente nacionalistas, intencionava-se, constituí-lo numa instituição capaz de desvelar novos horizontes e “desvendar aos olhos da sociedade brasileira perspectivas mais risonhas na luta contra a mortalidade infantil” (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.35). Tema caro ao país, a proteção da infância e o campo da higiene pública, com vistas a transcender problemas tais como a mortalidade infantil e alcançar os foros de civilização e progresso das nações desenvolvidas. Essas questões vinham, a décadas, ocupando a atenção de intelectuais, que, então, foram endossados, através da imprensa, na entrevista concedida por Olinto de Oliveira, ao jornal *A Noite*, ao enunciar a disposição do Departamento Nacional da Criança em enfrentar a

Mortalidade infantil, assistência à maternidade, educação das mães, deficiência alimentar nas diferentes idades, preservação da saúde, assistência médica aos doentes e aos empecados, proteção aos ilegítimos, aos abandonados e aos transviados tais são os assuntos que se impõe desde logo como inadiáveis. E se tomarmos, em consideração que eles devem ser atacados, não aqui ou ali, mas em todo território nacional ao mesmo tempo, vê-se bem que a prebenda não é fácil. Era necessário organizar um programa que ao mesmo tempo permitisse acudir a essas diversas exigências, fosse prático e coubesse dentro dos escassíssimos recursos em pessoal e numérico ao alcance da repartição (*A Noite*, 02/11/1940, p.6).

Esses eram alguns dos problemas sociais que vinham se arrastando pelo país, à décadas, e que ainda relutavam por permanecer, enfraquecendo a sociedade brasileira. Segundo Grotti (2016, p.71), as ações do Estado Novo em direção à infância sustentavam-se por meio do discurso “paternalista, autoritário e intervencionista”. Nestas residia o esforço de superar velhos hábitos e construir novos hábitos. Para tanto era imprescindível lançar mão do serviço da educação higiênica a fim de instruir adequadamente as mães e demais adultos na relação com a infância visando superar o quadro degradante e enfermo da infância e da mortalidade infantil.

O Departamento Nacional da Criança, na constelação de ações do Governo Vargas, atuara na finalidade de sanar e curar as debilidades que circundavam a infância doente e desnutrida.

Tal quadro patrocinava o desenvolvimento de políticas sociais abalizadas na racionalidade científica, com vistas ao enfrentamento dos diversos problemas relacionados à infância, como a mortalidade infantil e casos de desnutrição. Era uma moldura social em que as crianças das classes pauperizadas se encontravam reféns das doenças, desnutridas sentenciadas, portanto, à morte. Havia a necessidade urgente de adoção de medidas capazes de estancar essa sangria social, crescendo a emergência de um Estado essencialmente interventor, centralizador e capaz de prover meios de proteção à infância. Frente aos problemas sociais, vagarosamente e de forma processual, o atendimento à infância viera experimentando mudanças relacionadas às políticas sociais, fermentadas à luz de princípios higiênicos e sanitaristas. Urgia cultivar a infância sadia afim de garantir a sua regeneração por meio da ciência, como forma de salvaguardar o futuro do país.

A política de amparo à maternidade, à infância e à adolescência, empreendida através de Olinto de Oliveira no enfrentamento da má alimentação infantil, implicou na adoção de campanhas de alimentação, como a Campanha Nacional pela Alimentação da Criança. Uma Campanha desse gênero havia sido promovida por intermédio da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI), sob a gestão de Olinto de Oliveira, em 1934. O êxito da Campanha dependeria da adesão dos Interventores e prefeitos, além do apoio da imprensa, em especial da Imprensa Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) (*Diário de Notícias*, 22/07/1942, ano XIII, n.6055, p.3).

A promoção da Campanha de Alimentação Infantil, em âmbito nacional, através da assistência alimentar à infância, teve como ponto de partida a da “Semana da Criança”, em setembro de 1942, em prol da infância brasileira. Segundo Olinto de Oliveira a Campanha de Alimentação tinha como motivação questões como a mortalidade infantil, a alimentação inadequada com suas consequências, o abandono em que muitas se encontravam. Assim, o Departamento por meio de seus médicos e graças à intervenção do DIP, promoveu a propaganda necessária junto a imprensa, divulgando as preocupações do governo do Estado Novo com a questão da mortalidade infantil promovendo a Campanha da Alimentação. As informações difundidas por intermédio da imprensa escrita, pressionada através do DIP, ocorriam efetuando um apelo a todos os brasileiros a tomar parte no movimento, que não era apenas um dever patriótico, mas uma questão de natureza humanitária. A atitude autoritária estado-novista residia no emprego de maneiras de ação política, como forma de modelar e civilizar as faixas empobrecidas da sociedade, por intervenção de instrumentos dotados de grande poder de

difusão, esclarecimento através do DIP alcançando os meios de maior comunicação, o rádio e o cinema (ORTIZ, 1991).

Muito embora, existissem muitos problemas que afligissem a infância no país, o Departamento Nacional da Criança havia tomado como bandeira naquele ano de 1942, a Campanha em favor da boa alimentação infantil, com o intuito de torna-las fortes, mais resistentes as doenças, favorecendo o desenvolvimento harmônico que garantisse constituir as gerações do amanhã (*Diário de Notícias*, 22/07/1942, ano XIII, n.6055, p.3).

É preciso considerar que não havia uniformidade nos olhares projetados sobre o desempenho das funções exercidas por intermédio do Departamento Nacional da Criança e seus desdobramentos, em curso nesse período, acerca das atividades dirigidas à infância. Muito embora, houvesse clareza dos avanços experimentados em torno do processo civilizacional, sobretudo no que se referia à medicina. Ainda assim, segundo a denúncia do semanário *Fon Fon* (22/06/1946, ano XXXIX, n.25, p.16) a população infantil permanecia entre os altos índices de obituário infantil. O semanário considerava que apesar da complexidade do assunto, dois aspectos deveriam ser enfrentados, a alimentação e a educação. O periódico alertava que poderia fazer alusão a carestia dos alimentos, mas não o fazia. Suas críticas residiam no processo de adulteração de produtos alimentícios, entre eles o leite, que recebia acréscimo de água. Diante desse acontecimento, o *Fon Fon* questionava

Como é que podemos nutrir nossas crianças e desejar que sejam fortes e sadias dando-lhes estrado um alimento, que é, em certa fase da vida, o único e na outra o predominante? De nada adiantarão a fundação de novos Postos de Puericultura, a instituição da Semana da Criança, a doação de fortunas fabulosas afim de se reverterem em benefício de nossas crianças, a incentivo do estudo da puericultura para os médicos e para os leigos, os congressos científicos, a organização de hospitais infantis e tantas outras cousas que se fazem pensando beneficiar a nossa infância (*Fon Fon: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiente* - RJ, 22/06/1946, ano XXXIX, n.25, p.16)

O semanário *Fon Fon* questionava em que medida os avanços da medicina poderiam conter o avanço de espantosas cifras de mortalidade infantil, além da vergonha que se experimentava diante de outros países civilizados. Outro aspecto questionado por meio do semanário, era a questão do analfabetismo brasileiro. Como levar o povo a apreender a educação higiênica, se o problema do analfabetismo não fosse enfrentado? Entre as críticas propostas através do semanário estava o descaso da sociedade em geral e em especial dos governantes com esses assuntos.

Mobilizado por meio das preocupações em torno da questão social da infância, Olinto de Oliveira, asseverava acerca da necessidade urgente de se acudir a nova geração brasileira, indefesa diante dos ardis que levavam à morte, assistindo-a, cuidando dela, alimentando-a e

higienizando-a, para que ela se tornasse sã e feliz (BTDNCR, 1941, ano II, n.5,6 e 7, p.9). O plano de ação do Departamento Nacional da Criança, tinha como projeto, em linhas gerais, pontos importantes:

I-Despertar a atenção pública para os problemas da alimentação da criança, mostrando a sua proeminência sobre todos os outros, as suas péssimas condições atuais e a necessidade premente de serem tomadas providências para melhorar suas condições.

II-Disseminar por todos os modos as noções fundamentais de uma boa alimentação, que permita as nossas crianças um desenvolvimento normal e sadio, e as prepare para se tornarem-se um dia cidadãos capazes e uteis aos seus e ao país.

III- Promover em toda parte, na medida do possível, os meios de pôr ao alcance das crianças necessitadas e sem recursos a alimentação de que carecem (*Diário de Notícias*, 22/07/1942, ano XIII, n.6055, p.3).

O Departamento Nacional da Criança, ao insistir em chamar a atenção pública para o problema nacional da infância, estendia seu convite a todas as camadas sociais a fim de contribuírem para a solução da desnutrição. Colocava-se, assim, como arauto, sentinela, que buscava apontar para um dos fatores da mortalidade infantil no país. A proteção à infância, sob a lógica do Departamento, era então, posta não como serviço local, mas como um serviço nacional, do qual todos deveriam ativamente participar. O fornecimento dos alimentos à infância, era a parte mais difícil de se efetuar. Faltavam recursos governamentais por parte das instituições privadas, poucas pessoas se ofereciam para ajudar e, para agravar, havia uma grave crise internacional, motivada pela guerra em curso, a Segunda Guerra Mundial.

A disseminação das noções adequadas da boa alimentação constitui-a num projeto de reeducação alimentar. Os ensinamentos relativos às questões de alimentação da infância teriam, sob a orientação dos médicos pediatras e puericultores, o direcionamento acertado para se adquirirem novos hábitos que seriam propagados. Dar-se-ia a sua difusão e vulgarização na versão impressa, em jornais e revistas, além de se fazer uso de conferências em programas de rádio, lições e sessões públicas. Olinto de Oliveira asseverava que as diretrizes educacionais relativas à alimentação infantil e à higiene deveriam ser emitidas somente por técnicos e entendidos, ou seja, os médicos pediatras e puericultores que deveriam acompanhar os pareceres do Departamento Nacional da Criança quanto ao assunto exposto através de suas publicações, como o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (BTDNCR,1942, ano II, n.9, p.3).

Em paralelo a essas atividades, o Departamento Nacional da Criança intencionara realizar o que veio a chamar de ‘Missões da Infância Feliz’. Pois, “nenhuma criança poderá ser verdadeiramente feliz se estiver passando fome, se estiver privada dos alimentos necessários às funções do seu organismo e do seu desenvolvimento. Daí o nome dado a estas Missões [...]”

(BTDNCr,1942, ano II, n.9, p.4). Foi uma forma de reforçar a Campanha de Alimentação Infantil, destinada a despertar nos distritos e povoados um interesse maior pela infância, a favor da sua criação em boas formas e, sobretudo, por uma alimentação proporcional às suas necessidades.

Imagem 14 - Cartaz “Missões da Infância Feliz”



Fonte: BTDNCr, 1942, ano II, n.10, p.67.

Eram convidados participarem das campanhas promovidas por intermédio das Missões da Infância Feliz médicos, professores e pessoas capazes de se entusiasmar com a causa da infância. As Missões da Infância Feliz “se esforçarão por instruir com simplicidade e se possível, promover meios capazes de ir em auxílio da infância faminta ou mal alimentada” (BTDNCr,1942, ano II, n.9, p.4). Estas Missões, em parceria com a o poder municipal,

circulariam por todas as instâncias da municipalidade e estariam encarregadas de realizar a benemérita tarefa, visitando dominicalmente diversos lugares.

Nos municípios seriam organizadas comissões da “Semana da Criança” com vistas a promover as Missões da Infância Feliz, entendendo que tal felicidade infantil não poderia coabitar com a fome. Assim, nos distritos e povoados dos municípios se difundiriam as boas normas da alimentação e da higiene. Ainda que houvesse limitações econômicas nesses lugares, a proposta teria como resultado prático a difusão das ideias (*Diário de Notícias*, 22/07/1942, ano XIII, n.6055, p.3).

A má alimentação infantil, a mortalidade infantil e a de delinquência infantil eram aspectos que compunham o problema da infância, de acordo com Sanglard (2015, p.145). Implicaram em intensos debates que acaloraram, de um lado, os intelectuais, entre os quais médicos, higienistas, filantropos, e, de outro, os poderes públicos.

Para Aranha (1941, p.83), o Departamento Nacional da Criança, novo órgão de defesa da saúde, da infantil, iniciou um trabalho de educação das mães, visando reduzir o vulto das consequências das causas alimentar e infecciosa na mortalidade infantil no país. Sob orientação do Departamento, médicos puericultores percorriam o país, educando e recolhendo dados para um grande inquérito acerca da situação das instituições de acolhimento, assistência e proteção à infância. Aranha considerava que o declínio nos altos índices de mortalidade infantil no país seria uma das próximas vitórias da atual política de valorização da infância, a sementeira do celeiro profícuo do futuro nacional, como unidade de progresso.

Segundo Aranha (1941, p.82) as três grandes causas da mortalidade infantil no Brasil eram de natureza infecciosa, alimentar e a congênita. Os puericultores do país apontavam que entrava o “perigo” infectuoso com 50% na responsabilidade do obituário infantil; logo a seguir vinha o alimentar, com 32% e, em último, a causa congênita, com 10%. Aranha indicava em relatório da relação das condições geográficas, econômicas e sociais que o país procurava ativamente combater as causas da mortalidade infantil. No enfrentamento das causas, a infecciosa, se tratava de luta de longa data, com a criação de ambulatórios, hospitais especializados para crianças e, sobretudo, a instituição da vacinação preventiva contra várias doenças evitáveis. Essas ações significavam que os dirigentes do país sentiam nitidamente a importância da infância sadia, para o futuro da pátria, na construção da sua grandeza material e na manutenção da sua soberania.

O *Jornal de Pediatria* (ano IV, fascículos 2, 1939, p.88) em sessão presidida por Aduino Rezende na Sociedade Brasileira de Pediatria mencionou a Semana Nacional da Criança promovida por sugestão de Olímpio Olinto de Oliveira, diretor da Divisão de Proteção à

Maternidade e à Infância. No intuito de divulgar amplamente as noções de puericultura foi oferecido cursos práticos em higiene da criança, baseados na puericultura, ministrados na Escola Doméstica da Associação Cristã de Moços e na Escola Normal do Instituto de Educação do Distrito Federal.

A Associação Cristã de Moços manteve a parceria com o projeto de Olinto de Oliveira com a formação de pessoal especializado por meio do Curso de Puericultura. O curso foi promovido através da Divisão de Cooperação Federal do Departamento Nacional da Criança, conduzido por Gastão Figueiredo com duração de três meses. O curso foi ministrado às trinta e uma senhoras¹²² por Adauto Rezende, Flamarion Costa, Getúlio Lima Junior, Silveira Sampaio, Hélio Di Martino e Odilon de Andrade Filho (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 3 e 10/06/1944, ano LVIII, n.23 e 24, p.30).

Imagem 15 - “Associação Cristã de Moços – Aderindo às comemorações da Semana da Criança, realizou a entrega dos certificados às moças que terminaram o Curso de Puericultura de 1943. Aspecto das novas Puericultoras”.



Associação Cristã de Moços — Aderindo às comemorações da Semana da Criança, realizou a entrega dos certificados às moças que terminaram o Curso de Puericultura de 1943. Aspecto das novas puericultoras.

Fonte: BTDCr, 1943, ano III, n.15, p.9

O Curso de Puericultura da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro conferia diplomas às alunas que terminavam o curso anual de Puericultura. Este curso fazia parte da

¹²² Entre as senhoras alistadas que participaram do Curso de Puericultura estavam: Cecília Buarque de Holanda, Ana Maria de Castro Moreira da Silva, Maria de Lourdes Miranda Leal, Cacilda Fernandes Barbosa, Nely de Oliveira, Maria de Lourdes Queiroz, Maria Araújo de Luca, Silvia França Mendonça, Jacira Vaz Furtado, Isabel Gonçalves Bastos, Maria José Salazar Pessoa, Maria José Labandera Montarroyos, Maria Helena da Costa Rodrigues, Sofia Gomes da Costa, Berta Carvalho Santos, Ema Campos, Conceição Lucas, Maria Norma L. da Rocha, Mary Saldanha da Gama, Lisete Rezende de Amorim, Yolanda C. de Almeida, Ládice Aquino dos Santos, Guiomar Medeiros de Figueiredo, Maria Mendonça do Rego Barros, Maria José Carriga de Menezes, Yolanda da Silva Valle Moreira, Yolanda Ranzina e Myrian Sochazewski (*O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, 3 e 10/06/1944, ano LVIII, n.23 e 24, p.30).

campanha de maior difusão de conhecimentos de puericultura foi oferecido sem interrupção desde 1936 por intermédio do DNCR.

Quadro 8 - O número de alunos matriculados no Curso de Puericultura (1936-1941)

ANO	INSCRITOS	CONCLUINTES
1936	18	15
1937	21	18
1938	32	27
1939	35	28
1940	53	45
1941	73	61

Fonte: *Vida Doméstica -RJ*, dezembro de 1941, ano XXI, n.285, p.44

A promoção do Curso de Puericultura através do Departamento era um esforço em sua campanha em favor da criança, e tinha o intuito de despertar na mulher brasileira, a compreensão dos múltiplos problemas relativos à infância, mostrando-se lhe todas as suas faces, incentivando lhe de todas as formas, afim de que os lares se constituíssem em pequenas células de combate aos males que afetavam a criança. Afora disso, o curso tinha a intenção de constituir uma nova mentalidade no trato com a infância. Os cursos de puericultura objetivavam oferecer aos seus cursantes a aprendizagem da forma, considerada correta, de criar e educar os filhos ou as crianças que estivessem sob a responsabilidade de um adulto. Segundo Adauto de Resende a cada curso concluído “saldamos um sério compromisso para com as crianças desprotegidas, abandonadas, mal orientadas, mal compreendidas e infelizes!” (*Vida Doméstica -RJ*, dezembro de 1941, ano XXI, n.285, p.44).

A Divisão de Proteção Social da Infância, na direção de Olinto de Oliveira tinha por finalidade a promoção da solução dos problemas de assistência social relativos a maternidade, a infância e a adolescência. Colaborava na organização das associações e instituições públicas e privadas envolvidas com a proteção da maternidade e da infância orientando-as tecnicamente, realizando o seu cadastro e elaborando as normas de realização e organização da “Semana da Criança”, além de estimular a exposições de puericultura uma vez por ano (COSTA, 1940, p.8).

O Departamento Nacional da Criança, para tornar concreta a “Semana da Criança”, procurava efetuar um apelo aos brasileiros, a fim de que não se acostumassem com tais episódios, mas que unissem forças com o Departamento para modificar a situação da infância no país. Envolver-se na causa da infância era considerado, por meio do Departamento, um dever de patriotismo, mas também de humanidade e de comiseração pelos que sofrem (BTDNCR, 1942, ano II, n.9, p.2). Assim, a “Semana da Criança” elegia motes distintos para cada ano. Em

1942, o Departamento Nacional da Criança dirigia os seus olhares à questão da má alimentação, da desnutrição como provocadora de mortalidade infantil. Assim foi desenvolvida uma intensa Campanha de Alimentação, com propaganda em favor de uma melhor alimentação infância, para torna-las fortes e resistentes diante das doenças e constituírem, no porvir, gerações em quem a pátria confiassem seus destinos.

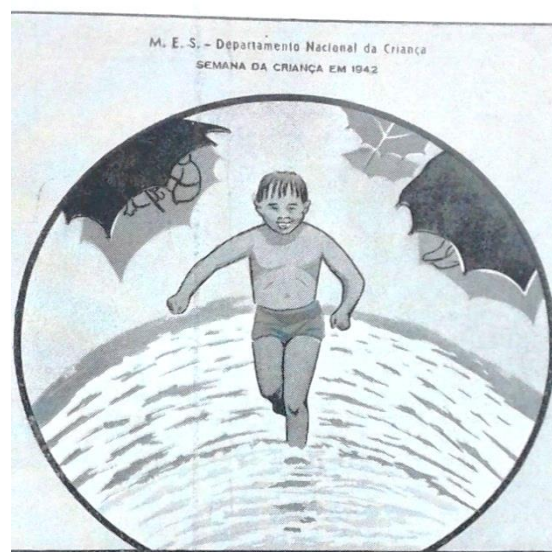
Para que a campanha tenha o desenvolvimento necessário e alcance a totalidade do território nacional o, Departamento conta com auxílio e colaboração de todas as autoridades, desde o patrocínio do Presidente da República e do ministro da Educação e Saúde e a proteção dos interventores; até a colaboração dos prefeitos, das diversas autoridades estaduais, do clero, das instituições particulares, dos professores, médicos e de todas as classes sociais, enfim. Do Sr. Diretor da Imprensa Nacional conseguimos a promessa da impressão rápida de grande número de publicações de *propaganda e ensinamentos*, que estamos preparando e assim vamos alcançando da boa vontade de todos a imprescindível cooperação sem a qual seriam improfícuos todos os esforços. Do próprio Sr. Diretor do DIP, obtivemos a promessa de valiosa colaboração (BTDNCr, 1942, ano II, n.9, p.3, grifos do autor).

Para lograr êxito em sua empreitada de alcançar as partes mais distintas do país, o Departamento Nacional da Criança procurou organizar, em cada Estado e Município, uma comissão especial que se encarregasse de desenvolver, em suas respectivas circunscrições, as atividades necessárias na divulgação da Campanha da Alimentação estimulando o aleitamento materno, em prol da infância, no contexto das celebrações da “Semana da Criança”. Evento dessa envergadura não poderia ser feito sem solicitar o auxílio da imprensa. As publicações dos boletins do DNCr intencionaram serem vulgarizadoras dos ensinamentos higiênicos, provindos da puericultura, sendo o objetivo a conformação da consciência social higienizada.

Imagem 16 - Cartazes de estímulo ao aleitamento materno e a adoção de prática ao ar livre com as crianças



Fonte: BTDCr, 1942, ano II, n.10, p.63 e 65



O ar é o primeiro dos alimentos; ele deve ser puro, fresco e abundante.

Esses cartazes compunham um elenco de anúncios publicado no *Boletim* com uma dupla função: divulgar os eventos da “Semana da Criança” de 1942 e estimular a adoção de hábitos que assegurassem uma vida saudável para a infância, como o aleitamento materno e a prática de atividades em ar livre, a praia. Entre os preceitos ensinados às mães estavam as orientações quanto ao cuidado com a alimentação, em especial o aleitamento materno que deveria ocorrer no mínimo até o sexto mês de vida da infância. Na ausência da enfermeira formada, o médico ensinava as mães noções de higiene relacionadas ao asseio das mãos, da mama ou da mamadeira. Ele ensinava à mãe como completar a alimentação da infância caso houvesse pouco leite na mama. Além disso, as mães eram orientadas quanto ao cuidado com o próprio corpo, a sua higiene e alimentação pessoal. Assim,

A todos os cantos do país vai chegando a voz do Departamento, por meio de publicações as mais variadas a título educativo das populações que, instruídas por meio de boletins e folhetos de propaganda, vão criando uma *consciência sanitária* dos seus deveres e obrigações em face da criança, cujo bom desenvolvimento depende dos cuidados a ela dispensados (BTDCr, 1942, ano II, n.8, p.37).

A sua prática relacionava-se a técnicas banhadas no higienismo científico e deveriam ser difundidas e absorvidas por meio da sociedade civil. No entendimento do Departamento Nacional da Criança, repousavam sobre a mãe privilégios e responsabilidades. Os privilégios

diziam respeito ao ato da maternidade, o papel social de mãe, mas também ao projeto de formar uma infância civilizada e forte em consonância com o projeto de Estado Nacional moderno.

Os médicos, entre eles, pediatras e puericultores, debruçados sobre a questão da mortalidade infantil e do manuseio inadequado dos poucos alimentos destinados a à infância, consideravam que entre os fatores agravantes residia o desconhecimento das mães, quanto as medidas higiênicas do cuidado às crianças balizados na ciência, portanto propunham cursos de puericultura para estas. O ensino da puericultura por meio do Departamento Nacional da Criança foi estendido às mulheres da sociedade, às enfermeiras e nos círculos femininos promovendo a pedagogia da maternidade balizada em princípios higienistas e da puericultura, incorporando novas formas de assistência e cuidado à infância, significando a melhora da saúde e da qualidade de vida desta (BTDNCR, 1944, ano IV, n.16, p.29).

Dessa forma, as práticas de puericultura deveriam ser ensinadas não só as mulheres mães, mas àquelas que no futuro se tornariam, ou seja, as moças. Sob essa lógica, o DNCr, compreendia a necessidade premente, de divulgar através dos cursos de puericultura, a educação higiênica nas escolas normalistas e contribuir não só na formação das futuras professoras, mas fazer destas difusoras da pedagogia profilática, multiplicadoras da educação higiênica, da forma considerada cientificamente adequada de cuidar das crianças.

4.3 Os cursos de Puericultura: formar a mulher que assiste e educa a infância do amanhã

Segundo Olinto de Oliveira, a obra da educação caminhava de mãos dadas com a obra da higiene, na parte, principalmente, que se referia à infância. O papel do médico como sentinela da saúde da criança era cada vez mais importante, pois ele preparava, com clarividência da sua ação, os próprios organismos que a família e a escola conduziam à conquista de uma personalidade útil. Considerava a pedagogia moderna uma consequência dessa visão, fazendo menção a Claperède, que admitia que a pedagogia sozinha pouco poderia na obra da educação à infância, mas, aliada à medicina, seus ganhos seriam consideráveis. De acordo com Olímpio Olinto de Oliveira, dentre os campos do saberem que a pedagogia poderia colaborar para a produção de um estado melhor da vida infantil, era a pediatria. Olinto de Oliveira indicava que a infância não necessitava da pediatria friamente experimental. Para ele o pediatra, como o professor, como a família, só possuía poder desejável de intervenção na infância, quando, afora os conhecimentos próprios, era detentor de espírito agudo e comovido,

capaz de atingir a essência íntima da vida infantil e de a interpretar, através, do conhecimento esclarecido da ciência médica, nos princípios da puericultura (*O Diário de Notícias*-RJ, ano II, n.253, 30/01/1931, p.7).

A puericultura pode ser entendida como a instância das ciências médicas preocupada com o crescimento e o desenvolvimento infantil, e o bem-estar da saúde física e emocional destes. Os primeiros registros relacionados a temática remontam o início do século XV com os escritos de Henri Lauffen (BARRAUD, 1941, p.18 apud FREIRE, 2006, p.12). O surgimento da puericultura como conjunto organizado de preceitos, expressando a arte da criação e do cultivo das crianças foi conferida ao francês Alfred Caron, em 1860. Os primeiros usos em solo brasileiro datam do final do século XIX. Nesse período, o significado do termo puericultura foi alargado passando a aludir o conjunto de normas relativas “a procriação, a conservação e à melhoria da espécie humana” (2006, p.12). Todavia, não se pode negar a influência exercida sobre o pensamento médico brasileiro, na puericultura praticada no Brasil, através da obra *Inquires to human faculties* (1883), de Francis Galton¹²³, apontando para o beneficiamento da raça humana sob o viés da reprodução seletiva.

Os progressos da Puericultura no Brasil foram celebrados entre os pediatras. Caso modelar foi mencionado por Moncorvo Filho acerca de Fernandes Figueira, com as “Gotas de Leite”, no Distrito Federal. Além da alusão a importância do uso da assistência médica à infância, sob o viés de princípios da puericultura, em que menciona o exemplo de Olímpio Olinto de Oliveira e a criação em Porto Alegre, do Dispensário Infantil, e do adiantado estado de obras correlacionados na campanha em prol das crianças (*Archivos de Assistência a Infância* - RJ, ano VI, n. 2, setembro a dezembro, 1913, p.5).

Essas instalações pormenorizadas dos Postos de Puericultura com consultórios de higiene pré-natal e infantil, lactários, cantinas maternas e lactários adotadas no DNCr advinham das observações e aprendizagem obtidas por Olímpio Olinto de Oliveira quando em viagem através da Europa, em 1937. Os seus aspectos e sua ideia de funcionamento mantinham íntima proximidade com o modelo de assistência praticado por meio dos países europeus. Resultaram, em certa medida, das influências motivadas no modelo francês de proteção à mãe e à infância. Segundo Olinto de Oliveira, as principais obras de proteção à infância tiveram a sua origem na França, fundamentas nos princípios da puericultura: a obra de São Vicente de Paulo, o dispensário para a infância (*Gilbert*), as creches (*Marbeau*), a lei Roussel, os

¹²³ Francis Galton (1822-1911), foi considerado o fundador da eugenia, que significa bem nascido. Desenvolveu uma ciência buscando entender os estruturas de transferência dos caracteres geracionais. Suas pesquisas contribuíram para a análise da hereditariedade humana (DEL CONT, 2008, p.202).

consultórios de lactentes (*M. Budin*), as Gotas de Leite (*Léon Dufour*), as pupileiras (*Mme. Charpentier*), a obra da preservação da tuberculose (*Grancher*), que estavam sob a coordenação, fiscalização, além de serem subvencionadas por meio do governo da França, da *Direction Générale de l'Hygiène et de l'Assistance Publique*. Todas as modalidades, matizes de proteção à mãe e à infância, foram visadas por essas instituições, no empenho patriótico de se lutar contra o flagelo da mortalidade infantil, e de onde obtiveram-se excelentes resultados por meio da instalação de Consultórios de Higiene Infantil. Segundo Olímpio Olinto de Oliveira, só em Paris havia mais de 400 do gênero, promovendo o ensino e a divulgação da puericultura, em consultas pré-natais e pré-nupciais, as maternidades e os abrigos para gestantes¹²⁴.

Um dos meios mais bem sucedidos de manter cuidado de crianças normais era o Centro de Bem-Estar Infantil ou Consultório Infantil. Primeiro estabelecido na França, o Consultório Infantil se espalhou para todos os países considerados civilizados. O Consultório infantil oferecia exames físicos para as crianças, efetuava pesagem, medição periódica com registros e oferecia às mães instruções especializadas sobre sua comida, roupas e cuidados diários. Além disso, boa parte dos Consultórios apresentam exposições de bem-estar infantil, cursos em costura e culinária, sem deixar de adotar medidas do ensino às mães acerca da maneira adequada de criar as crianças, a fim de mantê-los saudáveis e fortes (MCGILL, 1921, p.8).

Segundo Dufour¹²⁵ (1905, p.25), fundador da *Gouttes de Lait*, e presidente do Primeiro Congresso Internacional de Gotas de Leite, realizado na França, em 1905, a campanha em torno da questão da nutrição, como elemento capaz de conter a mortalidade infantil no mundo, havia conseguido mobilizar não apenas médicos, mas homens de negócios. Em 1894, foi organizado a *Fécamp*, isto é, a “Gotas de Leite”, onde havia a higienização e a prática da esterilização do leite, bem como a sua distribuição às mães pobres e mesmo para aquelas que eram nobres. Os filantropos e os pediatras, enfim, podiam atuar com vigor em torno de um problema comum, a tragédia da infância, a mortalidade. Entre os caminhos trilhados na contenção do mal que afligia a infância, e por conseguinte as nações, estava a envolvimento das mulheres, que com dever maternal, atendiam ao apelo de campanha de alimentação em favor da infância. A divulgação da campanha da alimentação, em favor do aleitamento materno e da higiene, teve como objetivo a instrução e a orientação das moças aptas ao casamento, e mesmo das mulheres quanto aos

¹²⁴ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

¹²⁵ Léon Adolphe Dufour era médico pediatra da Fécamp, Seine-Maritime foi criador da *Fondation "La Goutte de Lait"*.

perigos da alimentação artificial infantil, o que ressaltaria a importância no apoio e na criação “Gotas de Leite” em outros países além da Europa, como na América Latina e Estados Unidos.

De acordo com Gaston Variot¹²⁶ havia o entendimento que a alimentação artificial infantil era um perigo observado entre nas classes sociais, com risco de causar a mortalidade entre as crianças, por conta das desinterias e outros males digestivos ocasionados através da alimentação defeituosa. As “Gotas de Leite”, com a distribuição do bom leite, ou seja, o leite esterilizado, constitua em poderoso dispositivo para atenuar o perigo da mamadeira e da diminuição da mortalidade infantil. As primeiras distribuições de leite esterilizado, de forma organizada, na França, em 1892, que contaram com dois braços importantes, a ciência e a filantropia. A base científica das “Gotas de Leite”, residia no método de Pasteur, da pasteurização, por esterilização do leite, que teve os primeiros movimentos financiados essencialmente pela iniciativa privada, com apoio das damas da sociedade, ainda que não fossem elas as responsáveis pelo funcionamento, participaram da obra de beneficência. Assim, o braço filantrópico contou com a presença de mulheres na fundação e no funcionamento das “Gotas de Leite”. Assim, “as damas, com seu coração de mãe, participaram com suas obras de benfeitorias sociais” (VARIOT, 1905, p.38).

A instalação de consultórios de higiene era promovida na publicação do Departamento. Para tanto o *Boletim* expedia informações, servindo de apoio na implantação de instâncias de assistência e proteção à infância, como espaços de distribuição de leite materno denominadas de “Gotas de Leite”, dispensários, creches e escolas fundamentais, alicerçadas no firme fundamento da ciência que seriam espaços difusores da puericultura e de higiene infantil (MARCÍLIO, 1998, p.222).

Segundo Adauto de Rezende a Puericultura, médico do DNCr, não se constituía em ciência nova, mas remontava à 1865, na França, e tinha como criador o médico Alfred-Charles Caron¹²⁷. Todavia, o médico do Departamento Nacional da Criança asseverava que apenas em 1895, a puericultura, acabou se impondo definitivamente através dos estudos de Adolphe Pinard, ganhando outros países onde se estudava os problemas da criança (*Vida Doméstica* - RJ, janeiro de 1945, ano XXV, n.322, p.28).

Um importante exemplo da influência das noções de puericultura de Adolphe Pinard sobre o Brasil foi a América Latina estava a criação das denominadas *Gotas de Leche*, Gotas

¹²⁶ Gaston-Félix-Joseph Variot, médico pediatra, foi diretor *L'Hospice des Enfants Assistés* e fundador do *Dispensaire et de la Goutte de Lait de Belleville*.

¹²⁷ Alfred-Charles Caron fez uso do termo puericultura para “nomear o conjunto de medidas a serem tomadas do ponto de vista moral e higiênico nos cuidados infantis” (THOMAZ, 2014, p.56). A primeira obra do médico referente ao assunto foi publicada em 1865, “*Introduction à la puériculture et l'hygiène de la première enfance*”, e em 1866, *La Puericulture ou la Science d'élever hygieniquement et physiologiquement les enfants*.

de Leite, que, desde o início de 1900, foram estabelecidas por médicos no Uruguai, Argentina, Colômbia, Brasil e outros países, servindo como instância clínica comunitária na luta contra o problema da desnutrição infantil. Estas ações, com base na eugenia serviram como um ingrediente importante na região, como forma de intervenção e apoio à saúde materna e infantil. Vale salientar que a eugenia foi uma arena promissora em desentendimentos internacionais, sendo a eugenia latino-americana de contornos próprios, sem o radicalismo da pureza da raça, especialmente no Brasil, que era um país essencialmente constituído de mestiços (BIRN, 2007, p.690).

A consequência prática dos princípios de higiene se orientou na necessidade de ensinar as mães como formar os primeiros hábitos de seus filhos, adaptando-os da melhor maneira aos problemas iniciais da vida, como alimentação, o sono, o asseio, a disciplina, etc. Havia mães que legavam os cuidados educativos iniciais, por motivo de trabalho, a amas e criadas. Diante desse contexto, havia a necessidade do desenvolvimento e da criação das escolas maternais e jardins de infância, em número e qualidade, como forma de promover a educação dos sentidos e a adaptação das crianças visando o futuro econômico e escolar. As escolas maternais e os jardins da infância seriam importantes num sistema de “higiene da criança” e deveriam ter as seguintes funções: “1- regulamentar e padronizar os métodos obstétricos; 2- estabelecer o serviço pré-natal; 3-reduzir a mortalidade infantil; 4- fiscalizar e melhorar as crianças pré-escolares; 5-fiscalizar e melhorar as crianças das escolas” (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1925, ano I, n.1, p.8).

A preocupação com a formação das novas gerações se constituía em elemento antigo. Desde o ano de 1938 circulou em diferentes jornais (*O Estado de Florianópolis* -SC, 31/01/1938, ano XXIII, n.7378; *Jornal do Commercio* -RJ, 16/06/1942, ano CXV, n.217; *Diário Carioca*-RJ, 16/06/1942, ano XV, n.4.293; *O Radical* -RJ, 16/06/1942, ano XI, n.3.618) o artigo “Para formação de novas gerações” assinalando que não bastava a pessoa aprender a ler e escrever. Mas era necessário educar-se, sobretudo em questões condizentes à moral, a civilidade e a higiene. O artigo indicava que nas escolas modernas existia o esforço de ensinar as crianças noções gerais de higiene. As meninas maiores aprendiam, em cursos especiais, higiene do lar, e, sobretudo, puericultura, afim de melhor se conduzirem quando mães. A educação higiênica promovida através da assistência pública e com o apoio da ciência médica, promoveria a melhoria da situação da infância no país. A educação sanitária das mães deveria difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis e de palestras feitas por enfermeiras visitadoras. A propaganda sobre a melhor maneira de alimentar os bebês havia conseguido atingir grande número de mães, sobretudo das

que viviam nas capitais e cidades de maior população. Portanto era indispensável prosseguir na cruzada em prol da infância fazendo com que todas as mães aprendessem a evitar as diarreias responsáveis pela maioria dos óbitos dos lactantes.

O diretor do Departamento Nacionalidade Saúde Pública, Belisário Penna convidou Olímpio Olinto de Oliveira para assumir o posto de diretor da Inspetoria de Higiene Infantil. No discurso de sua posse, Olinto de Oliveira indiciava que daria prosseguimento ao projeto de Fernandes Figueira, posicionou-se como seu legítimo legatário de suas ideias de proteção à infância. Olinto de Oliveira afirmava que a obra sabiamente traçada por Fernandes Figueira, e por ele iniciada, não podia estacionar e era preciso continuar no ataque para resolver o urgente problema da infância. Para tanto, urgia retomar as diretrizes deixadas por Fernandes Figueira, desenvolvendo-a, completando-a, dando-lhe sempre maior amplitude, na proporção dos progressos das ciências e dos recursos de que estivessem disponíveis (*Diário de Notícias*- RJ, ano I, n.170, 26/11/1930, p.16). Segundo Olímpio Olinto de Oliveira, a obra de assistência infantil deveria ser

apoiada na higiene e na eugenia, continuará a apelar principalmente para a educação e assistência, educação sanitária, com uma ativa e interessante propaganda do valor de saúde da mãe e da criança e dos meios de conservá-la e aperfeiçoá-la; e o ensino da puericultura intensificado até a sociedade, na família, na escola, nos agrupamentos, na imprensa, em toda a parte. Assistência, indispensável e, no Brasil, inseparável da higiene [...]. Saliento aqui a higiene e assistência maternas, pois não se pode conceber sem elas a higiene e a assistência infantis (*Diário de Notícias*- RJ, ano I, n.170, 26/11/1930, p.16).

A disseminação e a instrução de novos hábitos, na assistência à infância, estariam amparadas na higiene e na eugenia, conforme proposto por Olinto de Oliveira. Dessa forma, o ensino da puericultura, sob a chancela da ciência, atendia na mudança de costumes e na luta contra o desconhecimento, tendo a mulher como parceira no processo de tornar a consciência da sociedade higienicamente educada. O desenvolvimento de uma consciência higiênica social reforçaria a representação de uma infância sadia e do progresso amplamente vinculado aos incrementos científicos. Sob essa lógica, as normas de higiene e as reformas sanitárias em andamento desde 1920, lograriam êxito na construção da infância higienicamente civilizada.

Almerinda Farias, Deputada Federal, apontava a relevância da mulher na promoção da educação social e doméstica sistemática, para repressão da embriaguez da infância e de adultos. Considerava que, entre a grande contribuição que estaria ao alcance da mulher, era a propaganda, por ser a mulher, mãe, educadora e parceira dos homens. Segundo a professora Almerinda Farias de Gama, era “a mulher quem poderá, como educadora, preparar esse alicerce. [...] transmitirá o seu hábito aos filhos, mas é preciso que essa educação não provenha

de um dogma de religião, nem de obediência a determinada lei, mas do conhecimento” (*O Jornal*, 25/10/1931, p.4).

A revista *Vida Doméstica* (1934, junho, n.195, p.75), em matéria sobre “Os cursos de puericultura realizados na Associação Brasileira de Educação”, promovidos através da Inspetoria de Higiene Infantil, informavam a sua intenção de fornecer as diretrizes para favorecer e auxiliar todas as instituições empenhadas na promoção do bem-estar, da saúde, do desenvolvimento e da educação da infância, desde antes do nascimento até a idade escolar e a adolescência. Vale considerar que matéria com teor semelhante foi publicada em outros impressos como *Gazeta de Notícias*, *O Imparcial*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, indicando a notoriedade dos cursos de puericultura agenciados por meio da Inspetoria de Higiene Infantil, dirigidos por Olinto de Oliveira vinha conquistando na sociedade carioca. Olímpio Olinto de Oliveira na Associação Brasileira de Educação, era presidente da seção de Educação Pré-escolar, que mensalmente mantinha reuniões (*Jornal do Brasil*, 17/08/1933, p.14).

A Diretoria Geral de Instrução Pública, na pessoa de seu diretor, Anísio Spínola Teixeira (1931-1935), apoiou Olinto de Oliveira ao divulgar o Curso de Puericultura. O convite de Anísio Teixeira para a conferência inaugural foi extensivo aos diretores e professores primários que fora ministrada por meio do Diretor da Inspetoria de Higiene Infantil, Olímpio Olinto de Oliveira, que se realizou no sábado, às 16hs, no Instituto de Educação. As aulas de puericultura teriam um cunho essencialmente prático, de grande utilidade para as alunas dos últimos anos do curso. A intenção era em breve iniciar os cursos nas escolas (*Jornal do Brasil*, 19/04/1933, p.22). Em outro momento, Anísio Spínola Teixeira, através de edital publicado no *Jornal do Brasil* (20/07/1933, p.21), convidou os professores para assistir à inauguração da seção de Educação Pré-Escolar, da Associação Brasileira de Educação, sob a presidência de Olímpio Olinto de Oliveira, na nova sede da Associação, à Avenida Rio Branco n. 91, decimo andar (Edifício São Francisco).

Imagem 17- Lourenço Filho, Olinto de Oliveira, Raul Leitão da Cunha e outros na Associação Brasileira de Educação - 1934



Legenda: Esq./dir.: (sentados) Lourenço Filho, Olinto de Oliveira, Fernando Azevedo, Raul Leitão, Mário Augusto(9º) e Mário Brito

Fonte: CPDOC-FGV, LF foto 025

Com matéria intitulada “O Brasil de amanhã” o impresso *A Noite* (ano XXIV, n.8029, 05/04/1934, p.2) anunciava que a Inspetoria de Higiene Infantil estava intensificando o ensino da puericultura, pois a infância representava o que a nação possuía de mais precioso, devendo para ela serem dirigidas todas as atenções. Olímpio Olinto de Oliveira, diretor da Inspetoria de Higiene Infantil, em entrevista, informou a promoção dos cursos de puericultura não se tratou de uma medida recente, mas que havia sido fundada, no período da gestão de Antônio Fernandes Figueira, com o nome de “Escola das Mãezinhas”.

Fernandes Figueira, através dos consultórios de lactantes, multiplicados em função do apoio da benemerência, conseguiu levar a cabo a difusão dos princípios da puericultura. Ela havia adotado, como estratégia, ensinar as mães a cuidarem de seus filhos e ajustarem as situações que poderiam propiciar o desenvolvimento de doenças, mesmo quando bem alimentadas. No entendimento de Fernandes Figueira, a infância como etapa frágil da vida, carecia de tutores, em especial as mães, higienicamente orientadas nos princípios da puericultura, para assisti-las. Dentro dessa perspectiva, o conceito de higiene infantil fundamentou a política de saúde pública da Inspetoria de Higiene Infantil. Assim, Fernandes Figueira ao fazer referência aos consultórios, aludia que era suficiente “uma sala, um médico, o mobiliário Pobre, a balança e o microscópio com os seus acessórios” (FIGUEIRA, 1919, p.206 apud SANGLARD, 2016, p.59).

Olímpio Olinto de Oliveira, herdeiro das ideias de assistência à infância de Fernandes Figueira, que na Associação Brasileira de Educação cuidava da seção de Educação pré-escolar, abriu espaço, convidando a senhora Conceição Calmon, professora concursada das Escolas Profissionais Femininas, para a promoção de cursos de puericultura às moças e damas da

sociedade, oferecidos e conduzidos através da Inspetoria de Higiene Infantil. Na Conferência Nacional de Proteção à Infância, a professora Conceição Calmon participou como debatedora da mesa do tema 9: “O ensino da puericultura nas escolas e agremiações femininas”. O projeto de infância e os ideais de Olímpio Olinto de Oliveira, à frente da Inspetoria de Higiene Infantil, explicitados na Conferência Nacional de Proteção à Infância seguidos pela professora Conceição Calmon que visavam hastear a puericultura e seus ensinamentos, como base destinada à proteção, amparo físico e moralmente à infância que se constituiria nos cidadãos de amanhã, num movimento alicerçado de “*mens sana in corpore sano*”¹²⁸ (*Vida Doméstica*, n.195, junho de 1934, p.75).

Em setembro, de 17 a 27 no ano de 1933, teve lugar a Conferência Nacional de Proteção à Infância, onde compareceram delegados de muitas partes do Brasil, no Rio de Janeiro. Segundo o *Bulletin of the Pan American Union* (1934, v.68, p.459), a Conferência resultou de sugestões dadas através do Presidente Getúlio Vargas, em sua mensagem aos Governadores dos Estados, no último dia de Natal de 1932. A Conferência foi convocada para estudar e discutir os principais problemas relacionados ao bem-estar da criança nos seus aspectos mais amplos e mais ainda especialmente, para dirigir o Governo na tomada de medidas que assegurassem um programa bem equilibrado, trazendo à luz as variadas condições em que se encontravam as crianças nos diferentes setores do Brasil. O presidente da Conferência foi o pediatra brasileiro, Olímpio Olinto de Oliveira, diretor da Inspetoria da Higiene da Infância. A Conferência foi dividida em 5 ações: Trabalho social, educação, higiene, medicina e legislação, respectivamente. Entre as contribuições mais valiosas estavam a de um trabalho sobre o ensino do cuidado da infância, nas escolas e instituições para educação avançada de mulheres em São Paulo, escrito por Maria Antonietta de Castro, tal como foi divulgado no Boletim do Instituto Internacional Americano de Proteção da Infância, em janeiro de 1934.

Por conta do novo momento experimentado na política nacional empreendida por Vargas, em 1933, ocorreu a Conferência Nacional de Proteção à Infância, que, segundo Souza (2000, p.223), teve, como presidente da Comissão Permanente, Olímpio Olinto de Oliveira, figura importante durante o Estado Novo no encaminhamento e na implementação da política de assistência infantil, parte da questão social brasileira. Os resultados da conferência animaram a Sra. Conceição Calmon a apoiar Olímpio de Oliveira na campanha patriótica dirigida à infância brasileira. Nas palavras da professora Conceição Calmon, a realização dos cursos de puericultura tinha como finalidade: “Ensinar às mães de hoje e, melhor ainda, às de amanhã, a

¹²⁸ Diversos jornais (*O Brasil Médico*, *A Ordem*, *Vida doméstica*, *Correio da Manhã*, *A Noite*, *A Manhã*) desde o final do século XIX ao fazerem alusão à importância de uma vida saudável, à adoção de práticas higiênicas na vida cotidiana, de esportes e de hábitos não viciosos sempre utilizam este termo, ou adágio, *mens sana corpore sano*.

criação racional e perfeita dos seus filhinhos. Combateremos o bom combate, pelo bem da raça e engrandecimento do Brasil” (*Vida Doméstica*, n.195, junho de 1934, p.75).

Nos anos seguintes, outros cursos de puericultura foram oferecidos em parceria com a Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, dedicados “as mães de família e principalmente às futuras mães”. O curso tratava da importância na formação da infância e deveria despertar a atenção e interesse de todos os setores da sociedade para formação de lares adequados aos preceitos de higiene e educação (*Diário Carioca*, ano VIII, n.2080, 04/05/1935, p.8).

Imagem 18- A professora Conceição Calmon e um grupo de alunas manuseando um bebê de celuloide na ABE -1934



Fonte: *Vida Doméstica*, n.195, junho de 1934, p.75

A professora Conceição Calmon fazia coro com Olímpio Olinto de Oliveira, compreendia que as estatísticas de mortalidade infantil não seriam alteradas enquanto houvesse desconhecimento e descuido dos bons e saudáveis costumes envolvidos na assistência à infância no país. Segundo a professora Conceição Calmon, “as estatísticas conscienciosas, no rigor das cifras, demonstram a influência da ignorância no elevado coeficiente da mortalidade infantil entre nós, mancha triste e humilhante para os nossos foros de povo culto”. Desta forma, considera urgente a divulgação e a realização dos cursos de puericultura, como forma de assegurar o preparo das mães na tarefa de criar e educar seus filhos (*Vida Doméstica*, n.195, junho de 1934, p.75).

Segundo a professora Conceição Calmon, era preciso “ensinar o brasileiro a viver, e sobretudo ensinar às brasileiras que, em suas mãos, está o futuro desta grande terra, pois como bem doutrinou Adolphe Pinard, ‘*l’avenir du pays, celui de la race et de l’humanité est dans la Puericulture*’¹²⁹” (*Vida Doméstica*, n.195, junho de 1934, p.76). Dessa forma, o vir a ser da

¹²⁹ “O futuro do país, o da raça e da humanidade está na puericultura”.

nação, da raça e da humanidade estariam (dependeriam) na (da) Puericultura e na defesa dos cursos de puericultura, para formar as damas da sociedade, que comporiam quadros de uma elite bem formada e culta, apta à formação das mulheres empobrecidas, que eram a grande maioria. Olinto de Oliveira considerava que a situação ideal seria que os governantes tornassem obrigatório o ensino de puericultura nas escolas públicas. Defendia que, nos estabelecimentos dos cursos secundários para meninas, fosse criada a disciplina de puericultura para as normalistas. Assim, através das futuras professoras, essas noções de puericultura seriam absorvidas e difundidas entre a sociedade civil, ensinadas, através do apoio e manutenção do projeto dos intelectuais, como o de Olinto de Oliveira e outros médicos, nas diferentes instituições de assistência à infância espalhadas no país (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p.74).

A intenção dos cursos de puericultura, promovidos pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, foi aglutinar, em torno de si, as mulheres, ministrando-lhes as noções uteis da puericultura. Como maneira de dar consistência aos seus planos, Olinto de Oliveira havia entrado em contato com a Diretoria de Instrução Municipal pedindo a permissão para ministrar aulas as meninas do último ano Primário. O empreendimento foi exitoso, e as lições de Puericultura eram fornecidas a algumas escolas que se encontravam próximo da Inspetoria. Dessa forma, as alunas podiam experimentar nos consultórios da Inspetoria as aulas apreendidas teoricamente utilizando como objeto de estudo a infância que frequentava aquele espaço (*A Noite*, ano XXIV, n.8.029, 05/04/1934, p.2). O resultado parecia promissor, e no intento de dar maior amplitude ao alcance e aos resultados, a Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância em acordo com a Associação Brasileira de Educação (ABE), com sede à avenida Rio Branco, n.91, promoveu cursos para professoras e moças da sociedade dirigidos, através da professora Conceição Calmon.

Ao final do curso de puericultura, promovido na Associação Brasileira de Educação, o relato da aluna, Maria Campos Góes, que foi oradora na formatura, deixou transparecer a mudança do imaginário quanto ao entendimento da criança e seus cuidados,

A criança não é para nós apenas uma bonequinha que nos encanta os olhos que nos distraí por momentos. A criança é o ente delicadíssimo que está nos pedindo cuidados especiais. E, conhecedoras de suas necessidades, cuidando do seu corpo sem nos esquecermos de sua alma, estaremos preparando, física e moralmente uma raça forte, que será a garantia das famílias, a felicidade e orgulho do Brasil (*Jornal do Commercio* – RJ, 14/10/1934, ano CVIII, n.12, p.20).

Conforme o discurso da oradora havia o sentimento de segurança nos conselhos e ensinamentos apreendidos no curso, o que dava condições na difusão dos conhecimentos entre

“tantas mãezinhas pobres que precisam de quem as oriente”. O propósito do curso de puericultura parecia alcançar seus objetivos, atingindo não apenas, mas alcançando as mães pobres e esclarecendo-as. No curso os conhecimentos de puericultura foram transmitidos fazendo com que as alunas não só refletissem sobre o papel de ser mãe, mas assumissem a postura na sociedade de “formadoras, modeladoras desses encantadores seres” (*Jornal do Commercio* – RJ, 14/10/1934, ano CVIII, n.12, p.20).

Na concepção de Olímpio Olinto de Oliveira: “as lições, essencialmente práticas, compreendem tudo o que é preciso saber para bem criar um bebezinho, os cuidados ao recém-nascido, a amamentação, o banho, as roupinhas, o preparo dos diversos alimentos- leite, mingaus, sopas as noções de higiene e de enfermagem, os princípios da educação, etc” (*A Noite*, ano XXIV, n.8.029, 05/04/1934, p.2). Tendo em vista que na Associação Brasileira de Educação não havia facilidade de se conseguirem petizes, se recorreu ao uso de bonecas, semelhante aos cursos promovidos na Alemanha. Eram bonecas produzidas para representarem bebês, com peso e tamanho semelhantes ao de um bebê. Segundo Olinto de Oliveira, as noções de puericultura “são tão pouco conhecidas entre a gente humilde, como entre as senhoras da alta sociedade, mesmo aquelas que receberam mais cuidada educação”. Em geral, as senhoras da alta sociedade estudam literatura francesa, a música, a história universal, mas seus pais e elas próprias, que um dia seriam mães e, por desconhecimento dos princípios elementares da puericultura, acabariam por enfrentar dificuldades no cuidado com os filhos. As mães desfavorecidas economicamente eram importantes integrantes do projeto educacional higienizador empreendido por Olinto de Oliveira. Nos vinte consultórios, mantidos através da Inspetoria de Higiene Infantil, as mães das classes baixas eram instruídas por médicos e enfermeiras sobre os cuidados que deviam ter para com os filhos, afim de ficarem fortes e não adoeceram (*A Noite*, ano XXIV, n.8.029, 05/04/1934, p.2).

O combate às endemias foi o primeiro passo para novos empreendimentos, no campo da profilaxia, como tratamento preventivo e de educação do povo. Entre os trabalhos deste último ramo dos serviços, figurava a assistência pré-natal, com resultados práticos e rápidos que é um verdadeiro crime não continuar e, mais do que isto, não a desenvolver. Em todo os países adiantados o socorro à criança era imediato, foi um princípio político social e começava antes do nascimento. Segundo Costa Rego, as ações governamentais deveriam principiar sob a forma de educação para as mães, de uma educação como maneira de preparar a mulher para a sua função natural, a de ser mãe da infância, a flor da vida. Essa educação não se aperfeiçoaria, “sem o concurso da boa vontade e do espírito de sacerdote de outras mulheres, mesmo à margem de providencias administrativas do poder público” (*Correio da Manhã*, 27/06/1931, p.2). Era

esperado que o poder público arcasse com o ônus da preparação, com a iniciativa e manutenção dos cursos de puericultura, que estava subordinada ao concurso financeiro do Estado, independentemente dos subsídios e adjutórios dos particulares.

Os cursos de puericultura aconteceram desde o princípio de 1930 e tiveram continuação nas instâncias que sucederam a Inspetoria de Higiene Infantil, permanecendo ativos até a fundação do Departamento Nacional da Criança, em 1940. O *Jornal de Pediatria* (ano VI, fascículos 2, 1939, p.88) anunciou o ensino de puericultura e sua influência na defesa da saúde da criança. A proposta tinha em vista formar auxiliares para os Postos de Puericultura e formar as mães. Para atingir estas finalidades, a Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância defendia a importância do conhecimento prático sobre o funcionamento do consultório de higiene pré-natal, que envolvia o preenchimento de fichas, a recepção de material para exame da lactante, a pesagem corporal e manterem viva as recomendações e prescrições médicas à paciente. As finalidades da Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, não só encontraram continuidade no Departamento Nacional, mas experimentaram ampliação em seu campo de atuação, ao se divulgar para outras partes do país, as práticas de assistência à infância ali desenvolvidas.

Segundo o jornal *O Sol*, a Infância era a preocupação central de quase todos os países civilizados. O médico francês, Adolphe Pinard, afirmava ser o século XX o “século da criança”, querendo dizer com isso que os interesses infantis iriam sobrepujar todos os demais, no interesse da própria humanidade. Havia-se iniciado um movimento no país, no sentido de se ampararem as populações infantis. Foram criados serviços de proteção à maternidade e à infância, os quais abrangiam: o Centro de Puericultura; a Maternidade Municipal; o lactário; o “Clube de Mães”; a associação local de Proteção à Infância e outros organismos como, por exemplo, um parque infantil. A proteção à infância precisava começar no município. O órgão federal destinado a orientá-la era a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, do Ministério da Educação e Saúde. Constituiu, portanto, “um dever de patriotismo arregimentar entusiasmo, esforços econômicos e interesse efetivo, afim de tudo empregar em obras dessa natureza, por isso que defender a infância é trabalhar pelo engrandecimento de nosso país” (*O Sol*, 26/04/1939, p.1).

O DNCr, promoveu o conhecimento prático do Consultório de Higiene infantil, em que eram realizadas pesagens infantis, e o aprendizado do preparo dos alimentos destinados ao público infantil nos espaços do lactário. O Consultório de Higiene Infantil entre os benefícios que oferecia, estava a conservação da vida e da saúde da criança, proporcionava meios de resistir às causas nocivas ao seu desenvolvimento sadio e saudável. Neste Consultório, as mães

aprendiam com os médicos medidas de higiene, desde de o pré-natal até o seu nascimento, com orientações acerca da higiene e da amamentação. Outra repartição era o Lactário, que funcionava como uma espécie de posto de distribuição de leite, farinhas e outros alimentos dietéticos com o propósito de favorecer e auxiliar a nutrição das crianças matriculadas no Posto de Puericultura. No Posto de Puericultura as mães e as moças da localidade eram instruídas com as mais elementares regras de puericultura, as formulas e a preparação dos alimentos próprios para a criança (*Jornal do Brasil*, 13/07/1941, ano LI, n.163, p.6).

Outro espaço utilizado na promoção de educação as mães, por meio do DNCr, foi o “Clube de Mães”, que congregava periodicamente as mães proletárias para reuniões conduzidas por senhoras da sociedade local, cultivando relações sociais, aprendendo medidas de higiene prática para a lida do cotidiano com a criança, a costura *tricot*, cozinha, economia e higiene doméstica e outros conhecimentos de utilidade prática. As mulheres eram orientadas acerca do funcionamento e organização do “Clube de Mães” e a participarem dos cursos. Os Cursos de Puericultura deveriam ser ministrados, de preferência, nos Postos de Puericultura, capacitados com todos os serviços essenciais ao seu funcionamento, como o Consultório de Higiene Infantil, consultório de higiene pré-natal, lactário, cantina, “Clube de Mães” e visitação domiciliária. A intenção dos cursos de puericultura era formar as mulheres em cursos práticos, para que aprendessem a desempenharem todas as tarefas que diziam respeito ao exercício materno, adotando medidas higienicamente orientadas na assistência de seus filhos. No ensino da Puericultura havia sempre a preocupação de frisar o dever moral que as mães tinham de amamentar seus filhos (*Jornal do Brasil*, 13/07/1941, ano LI, n.163, p.6).

A criação do “Clube das Mães” favoreceu a realização de palestras didáticas para mães que frequentavam os serviços de Puericultura, salientando-se também os conselhos de noções de coisas úteis para o lar. O curso de Puericultura para moças se fez normalmente com certificação às participantes. Neste curso, foram feitas palestras e aulas práticas de puericultura, higiene infantil e socorros de urgência, na prática da enfermagem. Prontificou-se a trabalhar gratuitamente a Exma. Sra. Myrthes Nunes Henriques, profissional especializada em odontopediatria. O “Clube das Mães” nasceu, devotado a causa da infância e da mortalidade infantil por miséria e carência alimentar (*O Sol*, 02/01/1944, p.3).

A proposta do “Clube das Mães” foi adotada nas ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA), conforme as orientações e instruções do Departamento Nacional da Criança, a partir do meado da década de 1940. O “Clube das Mães” promovido pela LBA, manteve o propósito de congregar as senhoras residentes da cidade, propalando os

ensinamentos sobre os cuidados relacionados aos cuidados higiênicos com a criação das crianças (*Jornal do Dia* -RS, ano I, n.105, p.5).

Segundo José Siquara da Rocha¹³⁰, o “Clube das Mães” era parte do Posto de Puericultura, que assistia as crianças matriculadas e as mães e se estendia por toda família, funcionava uma instituição de caráter social-educacional, que ministrava ensinamentos elementares de puericultura, de higiene geral, de economia doméstica. Era instância que exercia em suas ações influência considerável sobre as associadas, seus filhos e sobre o lar, possibilitando melhor aproveitamento das instruções oferecidas pelo médico na Clínica de Higiene Infantil e na Clínica Pediátrica resultando em melhor aproveitado dos serviços ofertados e a elevação do nível sanitário (*Boletim da LBA* – BA, abril-julho de 1949, ano II, n.6, p.11).

De Minas Gerais chegavam notícias do jornal *O Sol*, da realização do Curso de Puericultura, da forma como era ministrado e das razões de estudar a puericultura promovida por Guilherme de Castro, diretor da Liga Sandumonense de Proteção e Assistência à Infância. No ensino da puericultura às damas da sociedade, mães e demais mulheres, o conhecimento científico deveria caminhar ao lado da sensibilidade, observando-se os preceitos salutar da higiene, que têm contribuído, em grande parte para a diminuição da mortalidade infantil. Estimava-se que a adoção de princípios elementares de higiene poderia evitar no país a mortalidade de 40% de crianças de 0 a 1 ano de idade. Segundo Guilherme de Castro ninguém nascia um puericultor, as pessoas aprendiam sobre puericultura. Na fala do médico a puericultura deve ser aprendida como o agricultor, a agricultora, o apicultor, a apicultora, o horticultor e etc. É com o estudo e a experiência prática de muitos anos, que se aprende todos os detalhes para o cultivo de certas e determinadas plantas. Em paralelo Guilherme de Castro apontou a puericultura, como ciência do bem, “é a arte de se erguer um sólido pedestal para a criança” ensinando as mulheres, a serem boas mães de família para bem do país (*O Sol* - MG, ano XV, n. 873, 19/09/1943, p.3).

Segundo Guilherme de Castro, as damas da sociedade e as mães, no aprendizado da puericultura, deviam entender e “cultivar na criança, considerando que não é invulnerável, ela está sujeita a milhares de perigos, desde o terreno para a sua perfeita germinação, deve ser controlada e observada com todo o entusiasmo e a nobreza da nossa condição de ser pensante e intelectual” (*O Sol*-MG, ano XV, n. 873, 19/09/1943, p.3). A aprendizagem da puericultura por parte das damas da sociedade e das mães concorreria para a salvação de milhares de

¹³⁰ O médico José Siquara da Rocha era Chefe da Seção de Coordenação dos Municípios da LBA e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (*Boletim da LBA* – BA, abril-julho de 1949, ano II, n.6, p.11).

crianças, que se definham e morriam, devido a ignorância de certos e determinados princípios básicos da “arte de se bem criar”, envolvendo a criança num véu negro de sofrimentos e vícios perfeitamente evitáveis. A puericultura apontada por Guilherme de Castro, estava fundamentada nas ideias de Adolphe Pinard, considerando três conhecimentos essenciais que se deveria ter e saber para aplica-los em benefício da criança:

1º. Proteger a criança de todas as influencias exteriores nocivas, isto é, toda e qualquer influência que possa concorrer para perturbar a boa marcha natural da evolução da criança. Protegendo-a contra as influencias climatéricas, que lhes possam ser hostis, frio e calor exagerados. 2º. A alimentação e a nutrição do bebe que é uma das partes mais importantes da puericultura. 3º. A mortalidade infantil, suas causas diversas, as afecções patológicas, notadamente as perturbações do intercambio nutritivo, gastroenterites, o raquitismo (*O Sol-MG*, ano XV, n. 873, 19/09/1943, p.3).

Guilherme de Castro, em analogia com a atividade do agricultor que semeia, a escolha do bom terreno e o preparo do solo com adubos necessários para que a árvore produzisse um bom fruto, prefiguravam, os cuidados com a infância, caminhando na mesma direção, e garantindo uma infância saudável e forte. A mãe, como o agricultor, observaria diariamente, com ansiedade, a saída das primeiras folhas, cercá-la-ia logo depois, com mil cuidados, abrigando-a das intempéries, até que ela produzisse o bom fruto e boas sementes, sucessivamente observando, e participando das etapas de transformação da espécie em: semente, árvore, flores e frutos.

A proposta dos cursos de puericultura não se perdeu nos anos de 1930, conforme as fontes indicam, eles se consolidaram, no início de 1940, com a criação do Departamento Nacional da Criança. As ações do Estado, por meio do Departamento Nacional da Criança, vieram a atuar principalmente na mitigação dos fatores indiretos e predisponentes da mortalidade infantil, atacando o mal, assim, nas principais origens, instituindo práticas como:

Higiene pré-natal, assistência ao parto, higiene infantil (*educação às mães*), leis sociais cada vez mais aperfeiçoadas tendo como finalidade atenuar as dificuldades, das classes menos favorecidas, *educação e instrução* como coroamento final, são providenciais que o Estado não pode sub-estimar, tal a influência decisiva que terão sobre a infelicidade atual da criança brasileira. Será, portanto dentro da concepção de solução lógica e definitiva. Fora desta orientação em defesa da raça nunca poderá a criança brasileira sair da penúria e da miséria em que ora se debate (BTDNCr, 1940, ano I, n.2, p.7, grifos do autor).

O Departamento Nacional da Criança procurou infundir maneiras de propagar os preceitos higiênicos e da eugenia, no estabelecimento da consciência higiênica social necessária através de suas publicações, como o *Boletim*, livros e cartilhas que eram disponibilizadas às autoridades constituídas, aos setores especializados e de forma mais ampla, aos diversos setores sociais, assegurando que a sociedade estivesse higienicamente educada. A difusão dos preceitos

higiênicos e da eugenia através do Departamento Nacional da Criança, em geral, ocorria através dos cursos de puericultura. Importa dizer que a modalidade de cursos foi adotada por meio de Olímpio Olinto de Oliveira, desde seus tempos na Inspetoria de Higiene Infantil.

Segundo Olímpio Olinto de Oliveira, os altos índices de mortalidade infantil experimentados nas estatísticas brasileiras, em parte, resultavam do desconhecimento de regras práticas de higiene, no cuidado com as crianças, sobretudo as de tenra idade. Esse problema acontecia não apenas nas classes populares, mas nas classes remediadas e consideradas cultas. Nos dois casos havia ignorância de práticas comezinhas da puericultura. Olinto de Oliveira considerava as noções científicas acessíveis, claras e simples ao “alcance de qualquer inteligência, mas que devem ser aprendidas praticamente, isto é, vendo, executando, repetindo. Não basta ouvi-las num curso, ou lê-las em um guia!” (*Diário de Notícias*- RJ, 01/03/1931, ano II, n.261, p.6).

Em um contexto de desconhecimento dos princípios de puericultura, não bastava a jovem se informar, muito embora tal atitude fosse considerasse relevante, isto era insuficiente para a gravidade da responsabilidade – o exercício de ser mãe. Olinto de Oliveira asseverava que a moça, no curso, seria instruída com orientações de pessoas especializadas e experientes, fundamentadas na puericultura, que se encontravam na “Escola de Mãezinhas”, no Abrigo Hospital Arthur Bernardes, da Inspetoria de Higiene Infantil. Esse curso, foi destinado as moças que queriam aprender a “arte de cuidar de uma criança”, com diretrizes fundamentadas na ciência, a puericultura. As moças aprendiam sobre as crianças, o desenvolvimento físico e mental, suas funções orgânicas, a maneira de banhá-las, de vesti-las e fazê-las dormir, de alimentá-las, de educa-las desde os primeiros dias de vida. Em outro curso era ensinado as questões de alimentação ao peito, a artificial ou outros alimentos conforme à idade da criança. E por fim, as moças eram instruídas no modo de cuidar de uma criança doente, o tratamento adequado, a alimentação e as observações que devem ser feitas de forma a contribuir com uma boa anamnésia para o médico. De acordo, com Olinto de Oliveira, este curso era essencialmente de natureza prática e, o conhecimento ministrado ocorria em paralelo com exemplos concretos, com duração de três meses. Por ano, eram oferecidos três cursos que, começavam no outono, em março, no inverno, em junho e na primavera, em setembro (*Diário de Notícias*- RJ, 01/03/1931, ano II, n.261, p.6).

A bem da verdade, os Cursos de Puericultura descendiam da “Escola das Mãezinhas”, fundada por Antônio Fernandes Figueira, quando de sua gestão na Inspetoria de Higiene Infantil (*A Noite*, 05/04/1934, ano XXIV, n.8.029, p.2).

Imagem 19 - Solenidade de entrega de diplomas do curso da “Escola de Mãezinhas” - 1941



Legenda: Ao fundo Olímpio Olinto de Oliveira, de gravata listrada e terno claro, com Martagão Gesteira, de terno branco.

Fonte: *O Malho* - RJ, 1941, ano XL, fevereiro, n.13, p.18

A entrega de diplomas às alunas que completaram o curso da “Escola de Mãezinhas”, em Botafogo, dirigido pela senhora Adalgisa Bittencourt do Lar da Criança. O Lar da Criança, instituição privada, recebeu o apoio de Olímpio Olinto de Oliveira, do Departamento Nacional da Criança e de Martagão Gesteira, do Instituto Nacional de Puericultura da Universidade do Brasil, dirigido por Martagão Gesteira. Ambos eram concordes em considerar como importante o ensino e a observância dos preceitos da puericultura às jovens. A solenidade contou com a presença de Lemos Brito, Desembargador Saboia Lima, Clotilde Gonçalves, Therezita Porto da Silveira, Pio Duarte, Padre A.P. Soares e Alfredo Pinheiro (*O Malho* - RJ, 1941, ano XL, fevereiro, n.13, p.18).

Em 1940, Martagão Gesteira apoiando a ideia de “Escola de Mãezinhas” do DNCR, propôs a realização de uma versão desta junto ao Lar da Criança, coordenado pela senhora Adalgisa Bittencourt. A ideia era de uma forma lúdica ensinar as meninas o exercício futuro de “ser mãe brincando com bonecas de casinha”, com cozinha dietética, elaborando enxovais, dormitório de bonecas e aulas de costura. Sob a direção do Instituto Nacional de Puericultura usou a “Escola de Mãezinhas” como maneira de difundir os princípios básicos da puericultura. Segundo Martagão Gesteira “o ensino, aí, será feito sob a feição de brinquedo, exercitando-se as meninas com bonecas na prática das regras de higiene relativas ao asseio, vestuário, alimentação e dietética do bebe” (*A Noite*, 04/03/1940, ano XXIX, n.10080, p.2).

A proposta de uma Escola destinada às mães havia sido implementada na Inglaterra compondo as ações de educação higiênica adotada nas instituições particulares da Inglaterra no combate à mortalidade infantil, como uma das principais armas, os consultórios de higiene

infantil, embasados na puericultura, que funcionavam nos *Centres of Child Welfare*. Seu empenho especial era na educação das mães, tanto que alguns dos primeiros chamavam-se mesmo “Escola de Mães”, dando, além da educação sanitária, lições de economia doméstica, cozinha, costura, etc. O número destes consultórios possuía cantina maternal e outras seções especiais para benefício direto e instrução das mães. A ideia da palavra *Child Welfare* compreendia naquele espaço, não somente as questões de saúde da infância, mas também as condições sociais, econômicas e outras. A relevância dos consultórios de higiene residia na vitória obtida contra a mortalidade infantil que, na Londres do fim do século XIX, baixara de mais de 160 por mil para menos de 60 na década de 1940¹³¹.

A educação da mãe, em higiene, acerca dos cuidados com as crianças ocorria em alguns países no Centro de Bem-Estar Social ou na “Escola para Mães”, à exemplo da Inglaterra, como era chamado e realizava aulas regulares de costura, cozinha, e higiene infantil que recebia subsídios públicos do Conselho de Educação. Na Alemanha e Áustria, a instrução relativa aos cuidados da criança era oferecido pela saúde pública, através de uma série de palestras, para mães e meninas jovens. Na França, alguns cursos para mães e meninas jovens tinham sido aberto por sociedades privadas. Na Itália, a instrução no cuidado das crianças ocorria em algumas escolas normais, escolas de parteiras e escolas de ciências domésticas (MCGILL, 1921, p.11).

A “Escola de Mães”, em São Paulo, resultava da “Semana da Criança” difundida pelo DNCr e estava destinada a amparar, proteger, medicar e sobretudo orientar suas alunas- as mães desprovidas de recursos, contava com serviços e cursos, reunindo, as mães em aulas mensais, com assuntos de interesse geral. O serviço prestado era conduzido por senhoras da sociedade local, que apoiavam os médicos em seus afares de assistência e consultas à mães e crianças. A manutenção era feita por meio de contribuições mensais de sócios e de madrinhas em seu programa de amparo à maternidade e à infância (*Correio Paulistano*, 06/02/1944, ano XC, n.26964, p.8).

A “Escola de Mães”, organizada no Rio Grande do Sul através do Departamento Estadual de Saúde, tinha a intenção de transmitir às mulheres os conhecimentos para que as crianças pudessem ter uma criação em seus lares cientificamente orientada. O curso destinado às mães tinha como programa teórico:

- a) Puericultura, a importância de exames pré-nupcial, pré-natal e pós-natal.
- b) Mortalidade Infantil,
- c) O Recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Primeiros cuidados a prestar ao recém-nascido. Choro.

¹³¹ Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

- d) Alimentação natural, técnica, obstáculos e contraindicações e higiene da nutriz.
- e) A alimentação mista e alimentação artificial.
- f) O desmame. Alimentação da criança dos seis meses aos dois anos.
- g) A assistência materna à criança doente. Profilaxia de doenças infecciosas na infância.
- h) Abusões e preconceitos em Higiene infantil (*Diário de Notícias*- RS, 05/12/1940, ano XVI, n.264, p.7).

As mulheres, que recebiam conhecimentos de puericultura, eram consideradas como “educadora sanitária auxiliar”. As aulas práticas envolviam noções de banho, a desinfecção dos olhos, mudança dos curativos umbilical, o vestuário do recém-nascido. As mães eram orientadas quando a pesagem e mensuração do lactante, com verificação da temperatura, do pulso e dos movimentos respiratórios. Eram apresentadas no curso técnicas de amamentação do seio, orientações quanto a utilização de farináceos e do leite artificial e do de vaca, a utilização de suco e papas de frutas e de legumes. Recebiam orientações quanto a coleta de urina, envoltórios, compressas, ventosas, cataplasma, bolsas de gelo, botijas, injeções hipodérmicas (*Diário de Notícias*- RS, 05/12/1940, ano XVI, n.264, p.7). A “Escola das Mães”, se constituía numa miniatura das realidades práticas da vida, estava aparelhada com os dispositivos indispensáveis ao trato do recém-nascido com a utilização de banheiras, mamadeiras, balanças, termômetros, enfermaria e primeiros socorro (*Visão Brasileira*, outubro de 1941, ano IV, n.39, p.37).

Desde a sua concepção, o DNCr, nasceu incorporando o Instituto Nacional de Puericultura e o Abrigo Hospital Arthur Bernardes. O Instituto Nacional de Puericultura forneceria os elementos necessários ao ensino de puericultura e clínica da primeira infância, e realizando pesquisas de sua competência (*A Ordem* - RN, 04/11/1941, ano VII, n.1822, p.1). No entanto, somente depois de dois anos é que houve a efetiva regulamentação da referida legislação. Assim, a partir do Decreto-lei de n.4.730, de 23 de setembro de 1942, dispondo sobre a organização do Departamento Nacional da Criança, houve a ampliação dos serviços de amparo à maternidade, à infância e à adolescência. Esse alargamento das atividades pode ser melhor percebido no campo pedagógico, ou seja, na formação de médicos e de técnicos. Havia a preocupação de promover o aperfeiçoamento e a especialização de médicos e técnicos através do Curso de Puericultura e Administração. O DNCr afirmado na legislação procurou formar pessoal habilitado ao exercício de serviços técnicos auxiliares concernentes as atividades e finalidades da instituição, de acordo com o Art. 3º (*A Ordem*- RN, 28/10/1943, ano VIII, n.2400, p.1).

A primeira turma de médicos puericultores, composta por dezesseis jovens formandos, do Curso de Puericultura do Departamento Nacional da Criança, teve sua colação de grau no

auditório do Ministério da Educação e Saúde. Nesta ordem de ideias, os médicos puericultores recebiam ensinamentos não só das disciplinas básicas, mas de bioestatísticas, de higiene mental, de psicologia infantil, de sociologia e de serviço social (BTDNCR, abril a setembro de 1945, ano V, n. 21 e 22, p.27).

Com a formação obtida, os médicos, “pioneiros da patriótica cruzada em favor da criança”, poderiam dispensar seus serviços e cuidados à infância, em favor da pátria. Por ocasião, além do diretor do Departamento Olímpio Olinto de Oliveira, do Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a solenidade contou a presença do Presidente da República Getúlio Vargas (*A Ordem-RN*, 28/12/1944, ano IX, n.2733, p.2).

Imagem 20- Olinto de Oliveira, Gustavo Capanema e outros na cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança- 1944



Da direita para esquerda, Mario Olinto, Olímpio Olinto de Oliveira, Gustavo Capanema e outros
Fonte: Arquivo Gustavo Capanema GC foto 317- CPDOC

Os cursos de puericultura tinham duas modalidades, uma destinada à formação de médicos e estudantes, a título de especialização, e a outra destinada a formação das damas da sociedade e futuras mães, bem como as demais mulheres, para que pudessem desempenhar adequadamente o papel de criar eugenicamente seus filhos (BTDNCR, 1942, Ano II, n.8, p.37).

O progresso do povo era compreendido como aspecto condicionado à saúde de suas crianças e sua atenção era questão de patriotismo. Assim, “[...] ou cuidamos das crianças de hoje ou perderemos o Brasil de amanhã”. A formação de médicos puericultores era considerada passo seguro na solução do problema. A ação calculada dos médicos era traduzida como oportunidade de se impor uma nova mentalidade em favor da criança, e, por conseguinte da pátria (*Jornal do Brasil*, 27/12/1944, ano LIV, n.305, p.5).

Para ampla proteção à infância brasileira e garantia de seu futuro e o cuidado que carecia

[...] para nascer, crescer, sobreviver sadio, feliz e prosperar. Cumpre, então, a todo o homem esforçar-se para garantia de sua normal evolução. Insistente advertência deve, portanto, ser feita nesse sentido aos pais que são os responsáveis pelos filhos e sobretudo as mães, de quem os filhos dependem, principalmente nos primórdios da existência, no sentido de se familiarizarem com os preceitos da puericultura através da frequência assídua aos estabelecimentos onde se difundem tais preceitos. [...] estará assegurado o desenvolvimento hígido das crianças, conferindo a garantia de sua evolução até atingir a maturidade da vida. Para que isso aconteça, mister se torna cuidar paralelamente de outros fatores essenciais que conduzem a esse belo resultado: habitação higiênica em local salubre, alimentação racional abundante, vestuário adequado, uso sistemático de calçado e vida ao ar livre. Ao lado desses requisitos da alçada das administrações locais, permanente colaboração social com o poder público (BTDNCr, 1945, Ano V, n.21 e 22, p.3).

As propostas amplamente difundidas por meio do Departamento Nacional da Criança em defesa da infância, a fim de torná-la forte, traduzia-se no grande esforço que garantiria o seu bem-estar, pois esta era considerada o porvir das nações. Para tanto, estimulavam a mudança de hábitos e condutas na sociedade, considerando que a infância, um organismo frágil, exigia, por parte de todos, em especial da mãe, vigilância esclarecida.

Às mães era imputada a maior responsabilidade no ambiente familiar, era delas que dependia a infância, principalmente nos primórdios de sua existência. Portanto a mãe deveria aprender e se familiarizar com os preceitos da puericultura, através da frequência assídua aos Postos de Puericultura, o que seria a forma de garantir-se o desenvolvimento hígido da infância.

Imagem 21- Cartaz de divulgação do Posto de Puericultura



Fonte: BTDNCr, 1942, ano II, n.10, p.66.

Na disseminação das formas consideradas cientificamente adequadas de cuidar da infância, o Departamento Nacional da Criança se utilizara de cartazes que foram escolhidos com a intenção de tornar pública a existência do Posto de Puericultura nos municípios,

afiançando a importância de ensinamentos assentados na lógica higienista da puericultura com vistas a formar não só um homem higienizado, mas civilizado. Os cartazes tinham como público alvo não só as mães dos petizes, mas os pais e educadores que eram conclamados a se unirem no esforço de proteger a infância. Assim, notícias de novos Postos de Puericultura emergiam em periódicos especializados e da imprensa, como *O Brazil-Médico*, que informava a criação do Posto de Puericultura de Campo Largo, no Paraná, que se constituía em um dos elos da cadeia de instituições semelhantes a serem construídas em todo o Brasil (*O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* - RJ, 15/04/1941, ano LV, n.11, p.22).

Os Postos de Puericultura era espaço difusor da puericultura no país. Segundo Roberto Berro¹³², o vocábulo puericultura, em sua acepção envolvia a higiene preventiva e social, tinha a função transcendental de melhorar a raça, de prolongar a vida, de prevenir toda a desordem evitável da saúde individual e coletiva, não só no campo material, senão, também no mais amplo que se refere à salvaguarda moral da coletividade humana. Para que a puericultura fosse eficiente na forma prática, carecia de espaços próprios, como os Postos de Puericultura. Esses espaços atuavam como instância primeira, na higiene pré-natal, ou como puericultura intrauterina, a efenética proposta por Adolphe Pinard assinalando para a “arte da boa procriação”. Como espaço que agrupa a cantina maternal, o Clube de Mães e consultórios, em resumo o “Posto de Puericultura é elemento básico de educação, profilaxia e assistência, indispensável em todos os municípios brasileiros! O Posto de Puericultura educa o Povo, diminui a mortalidade infantil e prepara gerações sadias! (*Monitor Mineiro* - MG, 10/05/1942, ano XLII, n.1500, p.1).

Quadro 9 - Quadro demonstrativo de Postos de Puericultura no Brasil - 1940 e 1945

1940		1945	
ESTADO	CIDADE	ESTADO	CIDADE
Alagoas	Penedo		
Alagoas	Viçosa		
Baia	Santo Antônio de Jesus		
Distrito Federal	Rio de Janeiro	Distrito Federal	Rio de Janeiro
Goiás	Goiânia	Goiás	Goiandira
Mato Grosso	Cuiabá	Maranhão	Carolina
Mato Grosso	Campo Grande	Mato Grosso	Cuiabá
Minas Gerais	Pará de Minas	Minas Gerais	Itapecerica
Minas Gerais	Divinópolis		Manhumirim
Piauí	Parnaíba		São Gonçalo de Sapucaí
Piauí	Teresina		
Rio Grande do Sul	Porto Alegre		

¹³² O pediatra Roberto Berro, do Uruguai, foi Diretor do American International Institute for the Protection of Childhood (UNITED STATES OF AMERICAN, may, 1942, p.40).

Rio de Janeiro	São Gonçalo	Rio de Janeiro	Barra Mansa
Rio de Janeiro	Campos	Rio de Janeiro	Petrópolis
Rio de Janeiro	Entre Rios	Santa Catarina	São Francisco
Santa Catarina	Tubarão		
Sergipe	Maroim		
Sergipe	Itabaiana		
Sergipe	Anápolis		

Fonte: BTDCr, 1945, ano V, n.21 e 22, p.39-42.

O Posto de Puericultura era o tipo de obra preferencialmente recomendado por meio do Departamento Nacional da Criança para o amparo médico-social à maternidade e à infância, bem como uma maneira de assegurar o ensino de princípios higiênicos, fundamentados na ciência, para assistência da infância. O Posto de Puericultura era uma unidade assistencial materno-infantil básica, com finalidade preventiva de higiene da gestante e da infância. No Posto aconteciam atividades educativas e sociais, evidenciando os ângulos de alcance do problema da infância. As construções dos Postos de Puericultura não se findaram nesse período inicial da criação do Departamento, antes o que observamos conforme as fontes indicam, foi o adensamento do esforço de se construir mais unidades no país (*Jornal de Pediatria*, V. 17, Fasc. 1-2, julho –agosto, 1952, p.34).

Trabalhava com empenho o Departamento Nacional da Criança, na luta contra a mortalidade infantil e na diligência em aliciar todas as boas vontades para o serviço da causa da infância, e especialmente as que se organizavam em forma de associações e instituições. Com estas procurava articular-se estreitamente, considerando-as como fazendo parte de seu próprio exército no empenho de proteção à infância, fundamentada na ciência, por meio da instalação de Postos de Puericultura, que promoveriam novos hábitos adquiridos por meio dos cursos de puericultura.

Quadro 10 - Distribuição numérica de Postos de Puericultura pelas unidades da federação- 1952

ESTADOS	F	C	Total
Amazonas	3	-	3
Pará	5	13	18
Maranhão	8	3	11
Ceará	21	21	42
Piauí	7	3	10
Rio Grande do Norte	8	8	16
Paraíba	8	10	18
Pernambuco	27	8	35
Alagoas	5	6	11
Sergipe	12	4	16
Bahia	28	28	56
Rio de Janeiro	7	4	11
Espírito Santo	19	21	40
São Paulo	93	36	129

Paraná	62	19	81
Santa Catarina	6	-	6
Rio Grande do Sul	7	3	10
Minas Gerais	37	36	73
Goiás	8	6	14
Mato Grosso	9	1	10
Distrito Federal	39	-	39
Território do Acre	1	-	1
Território do Amapá	1	2	3
Território do Rio Branco	1	-	1
TOTAL	422	232	654

Legenda: F- Estão em funcionamento C - Estão em construção

Fonte: *Jornal de Pediatria*, V. 17, Fasc. 1-2, julho –agosto, 1952, p.34

Em 1952, havia no país, prontos em funcionamento, 422 Postos de Puericultura espalhados através das unidades da federação e 232 em processo de construção. A relevância médico-social que o Posto de Puericultura adquiriu, ao longo de sua existência, promovida através do Departamento Nacional da Criança e apoiada por sociedades médicas, como a Sociedade Brasileira de Pediatria, no esforço de se constituir em instância promotora de alterar os hábitos de assistência à infância, baseando-se na higiene, foi percebida mesmo em anos mais tarde.

O Posto de Puericultura era considerado a proposta de serviço social mais elementar de assistência à infância, empreendendo, entretanto, a maior tarefa de significação social, “porque aí as mães receberão conselhos e ensinamentos sobre a criação de seus filhos e aprenderão a cuidar da infância de modo que ela cresça sadia” (BTDNCr, 1943, ano III, n.13, p.7). As ideias reportadas no *Boletim* e no cartaz estavam intimamente vinculadas à forma como os países europeus e seus dirigentes, considerados através do Departamento Nacional da Criança como esclarecidos, vinham cuidando da sua infância. Também expressavam o nível de influência exercida sobre o Departamento e suas práticas.

A educação destinada às mães também era largamente utilizada na Áustria onde, segundo Olinto de Oliveira, era citada de longa data nas mais numerosas e excelentes instituições de proteção à infância, principalmente do ponto de vista médico e higiênico. Verdadeiros modelos com uma organização geral visando a proteção sistemática da mãe e da infância em todo o país. Fazia parte da grande organização política *Vaterlandische Front* (Frente Patriótica), com a denominação de *Mutterschutzwork* (Obra de proteção às mães), pois considerava a proteção à mãe a maneira de assegurar a da infância e, por extensão da família, repousando sobre ela a responsabilidade de uma geração futura, sadia e capaz. O esforço da *Mutterschutzwork* não se restringia à simples assistência a necessitados, mas o seu propósito mais alto, além de pôr a mãe em posição de honra no seio da família e da população, destinava-

se, antes de tudo, à sua educação, ancorada em noções da puericultura, instruindo-a e esclarecendo-a. O modelo austríaco de proteção à infância e à mãe, sob a égide do *Muttererchutzworck*, entendia que o melhor meio de proteger a infância estava na proteção às mães e, sobretudo, na sua educação, quer ensinando-lhes os princípios da puericultura e da higiene pré-natal e doméstica, quer, principalmente, despertando-lhes o sentimento da sua responsabilidade como mãe de família¹³³.

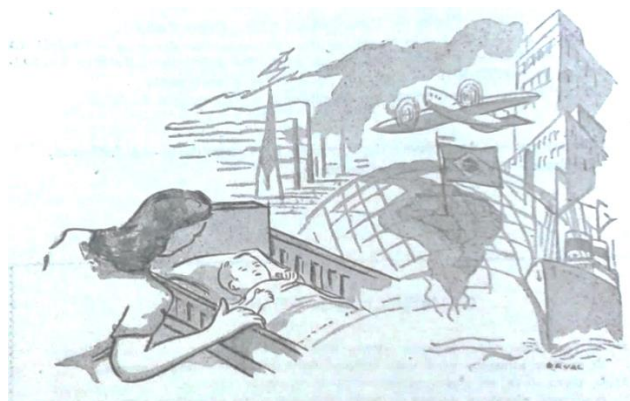
Em artigo publicado no mensário *Aspectos* (1938) e em 1941 no jornal *A Manhã*, com o título “A educação da mãe de família e a mortalidade infantil”, José Augusto Bezerra de Medeiros¹³⁴, observou que os problemas educacionais vinham ocupando a agenda e legislação das nações prosperas do globo. A educação era considerada por ele como instrumento político por excelência. Em seu artigo, asseverou sobre a preocupação em demasiada destinada a educação física e militar ou mesmo com a de natureza puramente intelectual e humanista. No desejo de alcançar a maior parcela da população a educação deveria ser destinada às donas de casa, às mães de família. Pois esta recebia nos educandários a instrução literária, a formação moral e social, mas nem sempre era preparada para a vida, para ser a “diretora de um lar, esposa e mãe” (*Aspectos: mensário de letras, artes, sciencias, política* – RJ, abril-maio, 1938, ano II, n. 8 e 9, p.27; *A Manhã*, ano I, n.1, 09/08/1941, p.20).

A configuração do Departamento Nacional da Criança projetada sobre a mãe no cuidado à infância era muito similar à proposta austríaca, a infância era amparada e tutelada através do coração materno. A mãe apreenderia os ensinamentos da puericultura e, com sua doçura, seria capaz de proteger a infância, cultivando bons hábitos, higienicamente disciplinados.

Imagem 22 - “A mão que embala o berço, governa o mundo”

¹³³ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

¹³⁴ José Augusto Bezerra de Medeiros, conhecido como José Augusto era formado na Faculdade de Direito de Recife, em 1905, desenvolveu sua trajetória na política como deputado federal por diversas vezes, foi governador do Rio Grande do Norte. Manteve foco nas questões educacionais, apresentando “um projeto de reforma do ensino para o país”. Foi membro da Liga Brasileira contra o Analfabetismo. Atuou como jornalista no *Correio do Seridó*, de Caicó, e no Rio de Janeiro escreveu para o *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *O Jornal* (*Aspectos: mensário de letras, artes, sciencias, política* – RJ, abril-maio, 1938, ano II, n. 8 e 9, p.27).



Fonte: BTDNCr, 1943, ano III, n.13, p.10.

A sentença “a mão que embala o berço, governa o mundo” constituía a importância dada à figura materna na proteção à infância por meio do Departamento Nacional da Criança. A figura da mãe vinha sendo exaltada, sendo a maternidade considerada uma dádiva que deveria ser protegida e admirada como exemplo, de abnegação e renúncia. A ideia que o DNCr desejava transmitir à sociedade subentendia que, para a infância, fossem prodigalizados todos os cuidados maternos, desde a proteção atenta e pautada na higiene, até a amamentação natural. Compreendia o Departamento Nacional da Criança que, para a efetivação da proteção à mãe e à infância, ou seja, à maternidade, seria mister proporcionar à pessoa habitação higiênica em local salubre, com proventos necessários à subsistência da família e uma educação adequada em proveito do ambiente moral, garantindo a perenidade da unidade familiar.

Esses elementos assinalam que as táticas acionadas na produção de políticas públicas, no Estado Novo (1937-1945), editadas por meio do Departamento Nacional da Criança, e alicerçadas na puericultura, eram dirigidas à infância para torná-la higienicamente educadas. Visavam criar e consolidar uma consciência social higiênica, considerando que eram uma iniciativa racionalmente produzida através da *intelligentsia* de feições científicas. Modificavam as concepções de caridade, beneficência e assistencialistas, instituindo e legitimando novas maneiras educativas à infância e à sociedade. A atuação dessa *intelligentsia* científica constituía na produção de um arcabouço racional voltado ao mundo social, sem os inconvenientes de práticas populares e obscuras comumente utilizadas através das instituições de caridade e a população de um modo geral, e veio a concretizar-se no erguimento dos Postos de Puericultura. O surgimento dos Postos de Puericultura foi amplamente registrado por meio de imagens que chegavam de todas as partes do país ao Departamento Nacional da Criança.

Imagem 23 - Posto de Puericultura em São João Del Rei- Minas Gerais



Fonte: BTNCr, 1943, ano III, n.15, p.40

Os Postos de Puericultura serviriam de polos irradiadores de conhecimentos, de base científica e eugênica, que deveriam ser vulgarizados na sociedade afim de garantirem os mais diferentes benefícios sociais. Sob essa lógica, cabia aos postos de puericultura “ensinar e ajudar a população a combater os males que a oprimem, a evitar doenças, a criar uma infância sadia e resistente. E isto se conseguiria com o Posto de Puericultura” (BTDCr, 1940, ano I, n.2, p.12). O Posto de Puericultura seria útil em múltiplas esferas sociais, em todas as formas, para a gestante, a infância e para a família, garantindo a educação higienizadora da sociedade. Sob essa lógica, a obra da puericultura cooperaria como medida profilática, na eliminação de alguns possíveis males orgânicos. A sua organização serviria a um duplo objetivo, atender a mãe e o filho. Pois,

O Posto de Puericultura é a célula *mater* da proteção à infância, particularmente proposto ao combate contra a mortalidade infantil, mas exercendo em torno a si uma porção de benefícios que vão alcançar a família em termos de saúde, de economia doméstica, de aperfeiçoamento moral e social. [...] pouco importa que se localizem num centro de saúde, nos fundos de uma igreja ou de um colégio, num barracão ou nos porões de um palácio (BTDCr, 1942, ano II, n.10, p.6).

Os Postos de Puericultura poderiam ser instalados em quaisquer instituições sensíveis à causa da infância, abrindo suas portas para que ali mães, crianças e demais mulheres aprendessem os princípios da puericultura. A finalidade do Posto de Puericultura relacionava-se com o dever primeiro de este ser um estabelecimento que, ao afiançar a proteção à infância, seria um remédio sábio na guerra contra a mortalidade infantil. Seria um espaço útil em que se manteria sadia a infância sadia, estendendo seus benefícios aos demais membros da família, por meio dos cursos de puericultura em que se lhes ministrava a educação higiênica: uma maneira útil de aquisição de novos hábitos higiênicos e alimentares mediante cuidados prodigalizados através dos médicos pediatras e puericultores.

A educação higiênica era difundida por meio de cursos de puericultura em associações e instituições privadas, nos Postos de Puericultura, nos Consultórios de Higiene, nos Clubes de Mães, devidamente instalados na municipalidade onde eram aconselhadas as medidas para a proteção às mães e à infância. A recomendação era instalar, melhorar e difundir amplamente os serviços de higiene pré-natal e infantil, intensificando, de outra parte, o serviço de profilaxia e saúde, especialmente quanto às moléstias contagiosas, ao tratamento antissifilítico durante a gravidez, à fiscalização dos produtos alimentícios, principalmente do leite, e à propagação do ensino higiênico às mães.

As associações e instituições seriam como valorosas guardas avançadas no porfiar do combate contra todos os obstáculos e perigos que ameaçavam a infância. Essas instituições de iniciativa particular estavam por todo o país e precederam de muito as oficiais. Interessava, pois, ao Departamento Nacional da Criança o conagraçamento entre a ação oficial e a iniciativa particular, pois, de acordo com o Olinto de Oliveira, o DNCR, mesmo com sua função de fiscalização, procurava se “integrar nos sentimentos populares de simpatia e caridade, que dão origem às obras privadas de beneficência” (BTDNCR, 1942, ano II, n.8, p.13).

Erguer Postos de Puericultura pelo país tratava-se de uma campanha em torno dos municípios, para que fossem instalados e mantidos, ou por iniciativa dos governos ou dos particulares. A prova da validade dos Postos de Puericultura vinha de exemplos fornecidos como o do Estado do Paraná, da cidade de Ponta Grossa, local em que “a mortalidade infantil desceu ali de 236,7, em 1937, para 162, em 1939, para apenas 135,2 em 1940” (*A Noite*, 29/09/1942, p.4). A construção de Postos de Puericultura era uma extensão prática do DNCR em cumprir sua missão de construir o Brasil de amanhã. Conforme matéria publicada no jornal *A Noite*, no domingo, a intenção seria de construir

Um posto de puericultura em cada povoação. Tornando mais concreta a sua ação, procura o Departamento, instalar em cada povoação um Posto de Puericultura, considerando a célula inicial e imprescindível do seu plano de ação. O Posto de Puericultura é um órgão muito simples destinado a promover em cada agrupamento humano um conjunto de medidas de finalidade prática imediata em favor do melhoramento das condições das crianças e mães da localidade. Dirigido por um médico auxiliado por um grupo de senhoras e se possível por uma enfermeira, nele funciona um consultório de higiene pré-natal, um outro de higiene infantil, um lactário e um Clube de Mães (*A Noite*, 02/11/1940, p.6).

A instalação dos Postos de Puericultura emergia como forma de proteção e defesa da infância, e deveria se espalhar através dos municípios, sob a insígnia da eugenia. Seria obra de preparação de uma raça forte, obra de patriotismo, portanto de preservação do patrimônio nacional, a infância, bastando um obstetra e um pediatra para prover a orientação científica.

Como forma de garantir a formação da consciência social higienizada, o Departamento Nacional da Criança veio, no decurso de sua existência, promovendo a multiplicação, no país, da instalação de Postos de Puericultura. Equipados com os consultórios de higiene pré-natal e infantil, lactários, cantinas maternas, visavam envolver os círculos sociais das mães, onde elas viriam a aprender princípios da puericultura, na intenção de aperfeiçoar a maneira de cuidar de seus filhos. Nos consultórios de higiene pré-natal eram atendidas as gestantes; os consultórios de higiene infantil eram destinados ao público infantil em diversas idades, mas preferencialmente às pequeninas cujas condições de saúde eram mais precárias. No lactário distribuíam-se, aos pequeninos, sob o conselho médico, rações de leite ou seus preparados, de acordo com a idade. Neste ambiente também instalar-se-ia uma cantina maternal para as gestantes e mães nutrízes mal alimentadas e, se não houvesse outra no lugar, uma cantina escolar para os alunos que dela pudessem necessitar (*A Noite*, 02/11/1940, p.6).

No “Clube de Mães” reuniam-se periodicamente as clientes do posto, sob a direção das senhoras da associação, apoiadoras do Posto de Puericultura, que poderia funcionar também junto às instituições privadas, mas sempre mantendo o princípio básico: ensinar as mães a coser, cortar e remendar, higiene e economia doméstica. Elas ouviam preleções, palestravam e poderiam se distrair, estabelecendo relações, e procurando melhorar os seus conhecimentos relacionados à maneira como deveriam cuidar dos filhos e da vida (*A Noite*, 02/11/1940, p.6).

Imagem 24- Clube das Mães - Departamento Nacional da Criança:
Brejões, BA- s.d.



Fonte: Acervo dos municípios brasileiros- IBGE - biblioteca.ibge.gov.br

A ideia de se instituírem, nos municípios, os Clubes de Mães era fortemente influenciada por observações de Olinto de Oliveira nas viagens que empreendera, em 1937, à Europa, em especial na Áustria. O modelo austríaco de proteção à infância e à mãe preconizava a instalação de Asilos, onde em cada um deles funciona o “Clube de Mães”, com cursos práticos diversos de puericultura, economia e higiene, com uma oficina de costuras, biblioteca e capela. No Clube um médico fazia diariamente visitas e dava-se consultas, sempre acompanhado de uma enfermeira. Havia, no próprio Asilo, um consultório de puericultura de frequência obrigatória das mães e seus filhos, um jardim de infância e um parque de recreio¹³⁵.

Os Postos de Puericultura, do DNCr, sob a égide da puericultura, possibilitavam o atendimento da mãe e criança dentro dos preceitos higiênicos. Na concepção de Aduauto Rezende, ao redigir o artigo acerca do ensino de puericultura nas escolas primárias, para o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, esclarece que o termo vem do latim

[...] *puer* (criança) *cultura* (cultivo). [...] O termo Puericultura conta cerca de 80 anos e sua primeira definição foi dada por Caron, em 1860, como sendo ‘a ciência que consiste na maneira de criar a criança higiênica e fisiologicamente [...] a puericultura é ciência que tem pôr fim a pesquisa, o estudo e a aplicação de todos os conhecimentos relativos à conservação e melhoria da raça humana (BTDNcr, 1943, ano III, n.13, p.25. Grifos do autor).

Os ensinamentos e as medidas adotadas através do Departamento Nacional da Criança direcionadas à infância, estavam balizadas nas ciências médicas da eugenia e da puericultura, com o intento de conformar práticas alicerçadas em bases higiênicas na assistência à infância. A puericultura constituía-se numa espécie de analogia humana à “agricultura”, pois assinalava a importância de se cultivar a infância, significando que os cuidados ministrados em suas

¹³⁵ Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Saúde e Serviço Social CG h 1935.06.22. CPDOC-FGV.

práticas mais comezinhas deveriam ser de caráter higiênico, garantindo uma infância forte e saudável (*Vida Doméstica* -RJ, janeiro de 1945, ano XXV, n.322, p.28).

De acordo com Stepan (2005, p.85), os médicos brasileiros, ao adotarem a perspectiva da puericultura na assistência à infância, o faziam sob a influência da medicina francesa, revelando a dívida para com Adolphe Pinard, em um dos maiores difusores da puericultura em meados da década de 1890 na Europa. Assim, na França muitos médicos brasileiros buscavam sua formação, sendo espaço promotor de novas ideias, a serem ensinadas no pensar e na prática do médico brasileiro.

Entre os médicos pediatras, como na medicina clínica em geral, houve uma predominância da influência das ideias francesas no processo de formação dos médicos e no exercício da prática médica. Os alunos que mais se destacavam, com fluência no idioma francês, frequentavam hospitais e institutos de pesquisa da Europa, e posteriormente, da América do Norte, com aqueles que eram considerados os “mestres”. A América Latina adotou a proposta francesa da puericultura de Adolphe Pinard (BIRN, 2007, p.688).

Sob a influência da puericultura, a infância veio a ocupar papel de destaque, sendo percebida como recurso biológico-político da nação a ser resguardada. Cabendo, pois, categoricamente, ao Estado atuar e intervir na regulação da saúde, da educação e da assistência oferecida a elas. Nas primeiras décadas do século XX, no cenário nacional, vislumbrava-se a urgência se comporem representações no imaginário social de uma infância saudável. As imagens da infância não se constituíam como ingênuo reflexo da estrutura social, antes significavam a elaboração por meio de textos históricos vinculados com uma história intimamente atrelada a aspectos sociais e culturais. Trata-se de uma representação dotada da capacidade de transformar a realidade que aparentava refletir. Em aspectos práticos, seria o esforço da elaboração de novos desenhos de atendimento à infância, modelando-a, pois, o país se encontrava premido, por meio do avanço escalonar da pobreza e da doença. Assim, parece que o Departamento Nacional da Criança contribui na elaboração de imagens sadias de crianças com a intenção de se criar o novo homem, de alcançar a civilidade como bem nacional. A infância, nesse contexto frequentemente foi perspectivada como sementeira do futuro, e sobre ela repousavam esperanças vívidas de dias melhores.

4.4 A construção de petizes hígidos, o *homo hygienicus civilizatus*

E quando nos lembrarmos que a criança de hoje é o homem de amanhã e que o feitiço da humanidade futura depende do modo pelo qual cuidarmos, orientarmos e educarmos a infância agora – então! – é força

confessar que a nossa responsabilidade é tremenda! Não se trata de piedade, nem de caridade, formulas cômodas de fundo um tanto egoístas e que nada obrigam. Trata-se de um dever, para nós, formal, imprescindível. Exigem-no – a criança para seu amparo e proteção; – a raça, para seu aperfeiçoamento; – a sociedade para sua defesa e sua melhor organização; – as três para um remoto ideal de humanidade feliz
OLIVEIRA, 1922 apud CORDEIRO, 2015, p.17.

O discurso de abertura dos trabalhos do Terceiro Congresso Americano da Criança, no Rio de Janeiro, por ocasião da celebração do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, proferido através do presidente do evento, o médico pediatra e puericultor, Olímpio Olinto de Oliveira, traduziu a imagem que esse intelectual projetava sobre a questão da social da infância no país. Ao mesmo tempo indiciou a maneira como este intelectual, no decurso de sua trajetória, em sua missão, cuidou e tratou da infância, sempre firmado em princípios da puericultura. Na sua concepção, a infância deveria ocupar o primeiro lugar dentre todas as preocupações do governo, estando depositadas, na infância, as mais vívidas esperanças do futuro da nação.

Importa, contudo, considerar o nacionalismo sob as lentes não das ideologias políticas racionalmente assumidas, mas analogamente aos grandes sistemas culturais (comunidade religiosa e o reino dinástico) que o antecederam, e a partir dos quais veio a existência, inclusive para enfrenta-los. A herança do iluminismo, da razão, do progresso se sobrepusera a ideia religiosa instituindo a comunidade imaginada, a nação. Certamente que o aparecimento do nacionalismo não foi produto do esgarçamento das convicções religiosas, nem seu substituto histórico. Há consenso entre os historiadores ao considerarem os estados nacionais como “novos” e “históricos”, à medida que as nações, fórmula política destes, remontam um passado longínquo de difícil datação e localização. A cidadania não foi elemento dado, nem herdado, mas fabricado por meio de um processo imaginário nacionalista operando aprendizagens, num sistema de regras e símbolos fincando suas raízes no fim da linha da existência, a morte. A nação vista como uma comunidade imaginada foi projeto de formação conscientemente desejada, se tornando a base em que repousava o significado de ligação à comunidade de iguais, dos cidadãos, dos nacionais (ANDERSON, 2008, p.36).

Diniz (1999, p.23) indica que o Presidente Getúlio Vargas com seu legado histórico, influenciara as diferentes áreas econômica, social, política e cultural por meio dos seus dois governos. O primeiro governo de Vargas (1930-1945), de aspecto mais autoritário e seu segundo governo, de feições democráticas (1951-1954). Interessa, contudo, o primeiro governo

de Vargas, caracteristicamente de aspecto dominador e centralizador, que pode ser dividido em três fases distintas. A primeira fase do governo Vargas, a do Governo Provisório (1930-1934), erguera a bandeira reformista que mantinha vínculos com a justiça social, tinha como principal desafio superar as desigualdades sociais em que se encontrava mergulhada a sociedade brasileira e instaurar um novo modelo de relacionamento entre as classes detentoras do capital e a classe trabalhadora. A segunda fase, sob o Governo Constitucional (1934-1937), foi tempo marcado por embates de tendências distintas e mesmo contraditórias, capaz de consagrar valores liberais e, em contrapartida, de ter manifestos processos intervencionistas sobre a ordem econômica e social. Por fim o período do Estado Novo (1937-1945), marcado pela continuação das reformas que estavam em curso desde 1932.

Na terceira fase, segundo Diniz (1999, p.23) há uma profícua produção da vasta legislação trabalhista e previdenciária, regulando o trabalho urbano, influenciando, por décadas, o desenvolvimento da industrialização como forma de refrear as importações. O Estado Novo fora por momento, assinalado por uma virada em oposição ao modelo liberal,¹³⁶ tornando-se depois explicitamente autoritário, centralizador, com o lançamento de uma série de transformações político-institucionais na produção de políticas sociais, resultando no alistamento de técnicos e intelectuais e no aparelhamento institucional capaz de atender às demandas da sociedade. Essas mudanças significaram a centralização dos novos equipamentos sociais nas mãos do Estado, conferindo a este o poder decisório, constituindo sobretudo o fortalecimento da burocracia estatal alicerçada na racionalidade das técnicas.

A demolição do liberalismo, segundo Fausto (1999, p.18), tem seus primeiros lampejos durante à época da I Guerra Mundial (1914-1918), momento de conflagração capaz de introduzir rupturas e instituir inovações, desde as técnicas de abordagem bélica até o envolvimento de exércitos dos vários países. Após a guerra, emergem, em boa parte da Europa, movimentos antiliberais e antidemocráticos, possibilitando a instauração de novos regimes, como na Itália e na Alemanha, influenciando países na América Latina, como o Brasil. O abandono da proposta liberal, no país, vinha sendo exercitada no decurso da Primeira República, a exemplo da política de valorização do café, da política imigratória e da política

¹³⁶ O liberalismo clássico de Stuart Mill, previa que o Estado deveria se eximir das questões sociais e econômicas, não intervindo, regulando, fiscalizando ou mesmo controlando, deveria ser instituído o *laissez-faire* e o *laissez-passer*, ou seja, deixai fazer e deixai passar. Instituído a ideia do Estado mínimo. No entanto, as extremas dificuldades surgidas após o *crash*, em 1929, da quebra da Bolsa de Nova Iorque, significaram uma crise mundial do sistema capitalista resultando no questionamento da capacidade do liberalismo resolver os grandes problemas sociais provocadas pela falência, desemprego, fome e graves crises sociais. Passou-se a admitir a necessidade da intervenção do Estado a fim de possibilitar a igualdade de oportunidades. A crise do modelo liberal capitalista desencadeou o aparecimento de experiências totalitárias como na Alemanha e na Itália (HOBSBAWAN, 1995, p.139).

tarifária e, em alguma medida, o liberalismo do Estado brasileiro manifestava-se sensível às demandas exercidas por setores privados, solicitando cada vez mais a intervenção e a regulação do poder público.

A partir de 1930, as mudanças em curso ocorreram principalmente quanto à política social, que o Estado foi incorporando como sua função em seu papel de Estado Nacional, como ente principal na promoção de políticas sociais. Alguns aspectos, corroboram esse pensamento como a criação do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a produção e execução da legislação pertinente à área social. Os novos ministérios, instrumentos do Estado, como forma de efetuar seu aparelhamento, eram marcas do seu fortalecimento, e estavam pautados através da centralização administrativa e o corporativismo. Esse aspecto foi acentuado em 1937, quando o Estado procurou se posicionar como ‘novo’ em oposição ao regime liberal característico da Primeira República (1889-1930), favorecendo, por meio de um golpe de estado, a instituição do que denominou de Estado Novo. O Estado, nesse período, por considerar-se na trilha do novo, estava preocupado com “a formação de um ‘novo homem’ e de uma ‘nova raça’ que, aliada aos princípios da eugenia [...] irão alimentar a ênfase na criança como futuro cidadão/trabalhador” (FONSECA, 1993, p.99).

Na concepção de Lacerda (2000, p.104) o novo regime, sob a pena dos intelectuais que o apoiaram, era apresentado também como ‘novo’ e de feição ‘nacional’, na medida em que procurara meios de modernizar o país. Acompanhando o pendor de características modernas, comum nos governos europeus, que apostavam numa reforma administrativa visando à racionalização dos serviços públicos, o regime estado-novista, como nenhum outro anteriormente no Brasil, soube dirigir uma política de comunicação eficiente e bem organizada, havendo a profusão de propagandas governamentais durante as décadas de 1930 e 40, caracterizada por uma acentuada modernização da máquina estatal.

Para Souza (2000, p.222) as mais intensas mudanças, no que tange à legislação social no Brasil, ocorreram nos anos de 1930, abalizando um novo e definitivo posicionamento do Estado em face da questão social, o qual assume a direção sob a batuta da intervenção regulatória e a crescente centralização das atividades promovidas por meio do Estado. Estava posto um divisor de águas. A atuação do regime varguista, em especial a partir do Estado Novo, procurara impetrar “proteção de Estado” à infância, ao mesmo tempo em que esta era alçada à condição de assunto de interesse nacional, o que ficou explícito com a organização do Departamento Nacional da Criança.

Sob os auspícios de um Estado autoritário, marcado por um discurso nacionalista, instituía-se o processo de modernização e integração econômica do país, culminando com o

agravamento do processo centralizador em curso, significando a eliminação de partidos e das instituições representativas, além da reforma administrativa, no intuito de burocratizar a máquina pública (WARLICH, 1983 apud CAMPOS, 2006).

O projeto de construção do Estado Nacional, segundo Bomeny (2001, p.17) atraiu para junto de si a intelectualidade brasileira, que atuou junto ao Estado e no aparelho estatal, “em sua complexa trama de ‘tradição’ e ‘modernização’”, elaborando políticas de proteção para importantes setores da vida social, como educação, saúde, trabalho, previdência social, cultura etc. Foi possível observar a adesão de personalidades advindas do movimento modernista¹³⁷, que teve seu marco na Semana de Arte Moderna, de 1922. Tratava-se de intelectuais oriundos de alas radicais da década de 1930, de espaços ligados aos partidos tradicionais, literatos, modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos e socialistas. Boa parte destes intelectuais trabalharam nas instâncias do aparelho governamental do Estado Novo.

Bomeny (2001, p.21) considera que fora consideravelmente extensa a lista de intelectuais que atuaram na concepção e instalação de planos de atuação política. Esses intelectuais, bastiões da ciência, corroboraram a edificação do Estado Nacional, na produção do receituário do universo doutrinário que serviu de chancela e afirmação do Estado Novo. Partindo-se dessa compreensão, a instituição do Estado Nacional não se constituía em caso isolado, mas era parte do influxo que circulava por toda América Latina. Desde as primeiras décadas do século XX, havia o desejo, entre os intelectuais da emergência, de um Estado capaz de intervir, que efetivamente planejasse e executasse ações de políticas públicas sociais, sem deixar de manter o financiamento de políticas que garantissem o acesso e os direitos sociais. Por isso era considerável o aceno de intelectuais ao governo de plantão, o que significara planejamento, organização e confiança em instituir certa regularidade de projetos sociais. Assim, o governo Vargas erguia-se como modelo capaz de determinar intervenções costuradas com propostas de racionalidade.

O entendimento acerca da assistência pública estava para além das fronteiras da assistência à saúde. A assistência, numa perspectiva mais amplo, encampava práticas destinadas à infância e à maternidade, mas também à velhice, à loucura, envolvendo um elenco de

¹³⁷ O movimento modernista significou a inconformação e a superação do passadismo e o academismo da literatura. Fora capaz de agregar em seu interior intelectuais de diferentes seguimentos: da educação, das artes, da música, da cultura, da política bem-informado sobre as novas tendências literárias e artísticas europeias, como o Futurismo, o Cubismo e o Surrealismo impactando a sociedade brasileira, desde 1920 até os anos de 1940 (CÁCERES, 1993, p.264). Foram os intelectuais do modernismo que consideraram e apoiaram a presença de um Estado mais interventor na articulação e moderação das forças sociais. Logo, eles assumiram a reinstauração da temática da brasilidade com feições militantes, ocupando cargos públicos no Estado Novo (BOMENY, 2001, p.20).

instituições públicas e privadas, laicas e religiosas – hospitais, asilos, orfanatos, colônias, creches, ligas, postos médicos, maternidades, hospícios, dispensários, policlínicas marcadas por um raio de ação tênue, permeável e contingente, na concepção de Sanglard e Silva (2010, p.66). Havia um claro distanciamento entre assistência e saúde promovidas através do setor público, em que a assistência pública estava dissociada das ações de saúde pública, relacionada diretamente à atuação do controle e ao combate às doenças infectocontagiosas, em circunstâncias endêmicas e na manutenção da saúde dos portos, instância de entrada de doenças. Nessa direção, Freire (2015, p.114), ao analisar o papel de Moncorvo Filho, como filantropo da nação defendia a ideia de que o significado da proteção à infância estava para além dos cuidados relacionados à conservação da vida, e deveria ser elevado à condição de aspecto vital garantidor do progresso coletivo e da harmonia social.

Com isto, o processo de intervenção sobre a infância vinha adquirindo centralidade, nos círculos médicos, agregando-se a eles o jurídico, não só por conta do elevado patamar de mortalidade, que teimava em crescer, desde o final do século XIX, chegando ao século XX sem decréscimo nos números, mas também através do aumento da criminalização e do abandono implicando na formulação de políticas públicas de proteção e assistência à infância (CAMARA, 2010, p.28).

Muito embora Camara (2010, p.33), em seus estudos, se detenha a um recorte temporal anterior, suas análises são uteis na compreensão dos problemas da infância que permaneceram no decurso dos anos de 1940, pois, apesar de datados, assinalam a preocupação destinada à infância e o imperativo premente de protegê-la, sustentando uma confluência de saberes como formas racionais de garantir o progresso numa “missão civilizadora para o país”. O que estava em processo era a instituição de novos tempos, com um novo olhar para a assistência, eram tempos de mudança no Brasil, assinalando para além disso, para tempos de criação não só de instituições, mas da possibilidade de se fundar efetivamente a nação. Em fins da década de 1920, o *Jornal Gazeta de Notícias*, de 17 de março de 1928, em seus noticiários, denunciava a situação da infância, indicando que

Um dos aspectos entristecedores de uma grande cidade é o quadro que nos oferece, no seu precoce sofrimento, a infância desvalida. Esfarrapados e maltrapilhos, perambulando pelas vias públicas, estendendo a mão aos transeuntes ou recostando a cabeça à pedra das calçadas, os menores abandonados passam diante de nossos olhos como uma visão de tristeza e de amargura. A esses entes desamparados pela sorte, órfãos ou enjeitados, sujeitos muitas vezes ao trabalho penoso na época em o organismo débil precisa de se fortalecer (*Gazeta de Notícias*, 17/03/1928 apud CAMARA, 2010, p.39).

Esse quadro era subsumido como promiscuidade prejudicial ao desenvolvimento moral das infâncias e da sociedade brasileira. Não se podia ignorar a necessidade de instaurarem novos tempos, ensejando consideráveis alterações nas concepções da assistência, pois tratava-se de problema resistentes à presença e ao aumento da infância enferma na sociedade brasileira.

A situação da infância ocupava o cenário central das divulgações do Departamento ao declarar que “entregue a si mesmo vive o menor pelas ruas, sofrendo todas as consequências do abandono” (BTDNCR, 1943, ano III, n.14, p.17). Entre as funções que repousaram sobre o Departamento Nacional da Criança estava o desenvolvimento de pesquisas e o arrolamento das instituições particulares ou oficiais, direcionadas à assistência da infância existente no país, e situadas na capital e mesmo aquelas em outros estados.

Esboçara-se, sob essa lógica, a necessidade de se entender o processo histórico, considerando as condutas tomadas na intervenção e controle da infância. Observa-se, no projeto intelectual, a crescente crença na capacidade de intervenção do Estado e a confiança no progresso da ciência, elementos que, juntos, serviram de cimento no base de parte significativa da geração do pós-1930, no Brasil, para a construção de políticas públicas em setores sociais desfavorecidos (BOMENY, 2001, p.20).

Estes elementos ensejam a compreensão de que as ideias e as políticas circulantes seguiam estribadas na crença salvífica da ciência, como guia capaz de orientar e fomentar o progresso (CAMARA, 2010, p.118). Os vestígios dessa concepção científica como remidora da sociedade remontam ao fim do século XIX, permanecendo em parte do século XX e corroborando para despertar a consciência da responsabilidade política do Estado no cuidado com a infância. Ao mesmo tempo encampava a concepção de formação do novo homem para elevar o país ao progresso, reafirmando-se como o futuro de uma pátria em gestação. O regime principiado com a Proclamação da República convocara, para o meio das discussões, a questão da infância e implicava na promoção de políticas públicas dirigidas para a construção de valores que viessem a convergir com a nova ordem social.

O ideal de formação do novo homem brasileiro se assentava como base constitutiva da nacionalidade ergueria a pátria e instituiria a brasilidade no Estado Novo. Esses propósitos estavam evidentes no discurso do presidente da república, enunciando a importância daquele que, sendo “problema de tamanha relevância, diretamente ligado ao progresso e ao futuro da nacionalidade, não poderia ser relegado a segundo plano”, a infância (BRASIL, 1939, p.157).

As imagens produzidas acerca da infância estiveram mormente atravessadas por abundantes formas nos imaginários sociais, apinhados de sentidos próprios ao sistema cultural que partilhavam. As representações que essa infância invocava mantinha-se na linha de

proximidade e distanciamento da ideia de infância ideal. Ela estava entre duas concepções distintas: a pobre, desnutrida, maltrapilha e doente em oposição a uma infância idealizada e considerada asseada, protegida, pura conservando semelhança aos ares angelicais (CAMARA, 2010, p.63). Assim, examinar a infância sob a ótica da história cultural é, pois, assumi-la como produto contingente de tempos e lugares, até mesmo do discurso científico.

Há de se considerar que como as imagens da infância enferma conspiravam contra os ideais nacionalistas do Estado Novo, deviam, portanto, sofrer intervenções e serem modificadas para o bem da nação, materializando-se na “representação de uma infância forte, saudável, bem-comportada e livre do estigma da pobreza e do atraso” (CAMARA, 2010, p.143). O retrato de uma paisagem social moribunda serviu de apoio, na vigência do segundo quarto do século XX, no Brasil, às manifestações da força da ingerência estatal, em seu papel de paternalismo e proteção. Alguns rudimentos do braço interventor do Estado figuraram na promulgação da Constituição de 1937 e de 1939, durante a Era Vargas, na instituição de um Estado caracterizado por meio do intervencionismo, amparo e proteção da saúde, com medidas direcionadas a atender as classes desfavorecidas. Os estudos de Marcílio (1998, p.224) indicam a existência, nesse momento, de uma infância caracteristicamente pauperizada, reduzida a objeto, a ser manipulada e disciplinada por intermédio do Estado e seus ordenamentos. Concorde com este pensamento Costa (2004 apud ARAUJO, 2013, p.82) garante que, através do controle, os indivíduos são moldados à resolução do poder, excluindo posturas e condutas consideradas rejeitáveis, mas, acima de tudo, impingindo na construção de novos atributos corporais, sentimentais e sociais.

Por meio da imprensa periódica, era recorrente a menção, em suas matérias, da percepção social e da preocupação de intelectuais acerca da importância do cuidado da infância, como em tópico publicado no jornal *A Noite*, de 29 de setembro de 1942, por ocasião do encontro semanal do Rotary Club realizado no Automóvel Club do Brasil, que tratava do problema da mortalidade infantil, procurando trazer a lume o tema da assistência à infância desenvolvido por meio da ciência. Assim Bianor Penalber,¹³⁸ em seu discurso, dizia que

[...] uma simples orientação médica bastaria para corrigir e evita esses males, decorrentes muitas vezes do desamparo em que se debatem as mães pobres e presas, por isso, da superstição do curandeirismo e da mistificação. Refere-se também o orador aos nati-mortos, aos abortos às crianças que sucumbem ao ciclo limitado de poucos meses ou mesmo dias e ainda as que subsistem com deformações físicas- tudo isso triste consequência de infecções como a sífilis, “o malfadado cupim da raça”, na expressão do eugenista Renato Khel. Em seguida se ocupa dos meios de salvar os

¹³⁸ Bianor Penalber era jornalista, professor de Higiene da Escola Normal de Belém do Pará, onde também era chefe da clínica cirúrgica da Santa Casa e dirigente do serviço pré-natal do Instituto de Assistência à Infância (*A Noite*, 29/09/1942, p.4).

nossos petizes, assegurando-lhes saúde e robustez, purificando e valorizando desde o berço o patrimônio humano da nação. Acha que se devem estabelecer serviços médicos, quer da iniciativa do poder público, quer de iniciativa particular, destinados a preservar a criança e a curá-la quando se fizer necessário, com uma excelente aparelhagem e um corpo de profissionais-médicos e enfermeiras – que se dediquem à sua missão com proficiência e entusiasmo pela grande causa, pois qualquer serviço em proveito de infância, na frase feliz do cientista Gastão de Figueiredo, “há de ser executado com o cérebro e o coração” (*A Noite*, 29/09/1942, p.4).

O discurso de Bianor Penalber possibilita observar em que medida a ciência não só projetava novas percepções acerca da infância, mas, em suas maneiras, procurava instituir formas de assistência e educação que estivessem sustentadas na racionalidade médica. Para tanto, o raio de ação proposto fora estendido, sendo capaz de mobilizar diferentes setores da sociedade no *front*, em defesa da herança nacional, a infância forte. Nessa direção, o Estado utilizava-se não só da proposta difundida através das ciências médicas, mas procuravam comungar com aspectos legais, subsidiando e chancelando sua empreitada protecionista à infância com vistas a alterar a imagem e condição de desnutrida e adoecida.

Vale considerar que as imagens que circulavam acerca da infância não eram naturais, nem dadas, mas produto da construção social e, sobretudo, eram fabricadas por meio do poder simbólico de nomeação atribuídos pelas formas de ser no mundo social e existência social, conforme enuncia Bourdieu (1989). Contribuindo nesta discussão, consideramos que a reflexão elaborada por Chartier (1990, p.23), em que as imagens sociais não se inscrevem em contexto de linearidade, mas de lutas por representações, “onde está em jogo a ordenação, logo a própria estrutura social”. Considerando que os objetos de natureza histórica, quaisquer que sejam, não se constituem em elementos naturais, em que apenas variariam as modalidades históricas da existência, mas trata-se em última análise de construções, produzidas por uma pessoa, um grupo, ou uma sociedade com uma intenção (CHARTIER, 1990, p.78).

As representações, em seu conjunto, almejam efetivamente proporcionar a coisa, que não tem existência, ser percebida a não ser na imagem exibida, possibilitando a representação de maneiras de dissimulação do real, ao invés de mostrar adequadamente o que é o seu referente. O exame das representações coletivas e das identidades sociais sugere uma forma diferente e dialógica que traz para a arena de seus estudos os recortes sociais e as práticas culturais e objetiva transpor a objeção existente no contexto das abordagens estruturalistas e dos procedimentos fenomenológicos. Para Chartier (2002, p.183) essas abordagens Propõe esquemas criadores de formas de classificação e de percepção de instituições sociais que encampam por meio de representações coletivas, as divisões da organização social. As análises efetuadas admitem que as representações se constituem nos fundamentos das técnicas

construtoras do próprio mundo social, ideia já amplamente defendida por antropólogos e sociólogos, como Marcel Mauss e Émile Durkheim.

De acordo com Chartier (1990, p.17), verificar as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e um espaço possibilitam a (re)construção do artefato histórico. O movimento sócio histórico das representações permite refletir sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais construíam seu entendimento sobre o significado das infâncias na sua vida. As representações habitam um campo de forças, de disputa de significados, e, portanto, não há neutralidade. Para ele as representações estão colocadas na arena social, concorrendo e competindo permanentemente a fim de garantirem a enunciação dos termos do poder e da dominação. Segundo Gondra (2004, p.118) as imagens de doença, endemias e pestes que assolavam o país encontrava-se junto de diferentes temas envolvidos na sociedade brasileira, tornando-se objeto de atenção e intervenção da racionalidade médica desde o século XIX. Vislumbrou-se nesse período o alargamento e a anexação da atuação do saber-poder médico que já ambicionava construir um novo homem devidamente higienizado.

No entendimento de Chartier (1990, p.83) as representações relacionam-se “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real”. Nunes e Carvalho (2005, p.50) acompanham as formulações de Chartier, ao enunciarem que a representação se apresenta como exercício de ordenação, hierarquizado, podendo atuar classificando as posições dos atores sociais. O sentido da representação, no entendimento de Nunes e Carvalho (2005, p.36), indica não apenas o ponto de chegada, mas essencialmente demarca o ponto principiador. Assim, as representações das infâncias promovidas através das estruturas de ensino e assistência nas instâncias como a Inspetoria de Higiene Infantil (IHI)(1930-1934), a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI)(1934-1937), a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI)(1937-1940) e essencialmente o Departamento Nacional da Criança (DNCr)(1940-1945) assinalam o processo de interiorização de formas esquemáticas atuando na criação e estruturação do mundo social, como forma de superação daquelas imagens de infâncias que vagavam nas ruas e figuravam no imaginário social e nos registros históricos, comprometendo as aspirações de avanço civilizatório do país. Dessa forma, a representação atua como resultante, em última instância, da criação mental de certo período, congregando determinadas categorias e grupos sociais.

Nessa mesma trilha de pensamento, Burke (2008, p.101) considera que a representação, e as imagens que dela advém em sua extensão e das maneiras por ela instituídas, são produto de intervenção efetuada por acadêmicos que atuam, construindo seus artefatos de estudo. Sob

esse aspecto, as representações de infâncias eram elaboradas com a intenção de refletir e plasmar na sociedade, via Departamento Nacional da Criança, a concepção de uma infância sadia e educada. Esses dados se constituem num desafio aos historiadores, que necessitam de maneiras de se auscultarem os limites da plasticidade das representações produzidas, carecendo serem analisadas não como estáveis, mas como sujeitas a alterações de determinantes de caráter econômico, político e por tradições culturais. Segundo Burke (1977, p.98) o exame historiográfico, depois da Escola dos *Annales* (1929), deve ser “culturalmente constituído ou construído”, enunciando que a representação não está dada, não é normal, trata-se de uma construção social e histórica, assim como o fato também é construído, pois não existe fato histórico por natureza. Deve-se considerar que a imagem não se estabelece de forma ingênua, mas trata-se do reflexo da estrutura social, portanto dotada da capacidade de transformar a realidade que aparenta refletir.

Os relatórios produzidos por meio da Inspetoria de Higiene Infantil, conduzida por Olímpio Olinto de Oliveira, intencionavam servirem de base na adoção e na produção de políticas sociais destinadas à infância. Assim, aguardavam a elaboração de uma legislação abrangente de bem-estar infantil no futuro próximo. Recomendava-se que tal legislação deveria ter como objetivo dar igual oportunidade a infância em geral, assegurando aos menos afortunados uma chance de ter saúde, educação e recreação (*Bulletin of the Pan American Union*, v.75, 1941, p.435).

Por influência do pensamento oriundo da Revolução Francesa, no Brasil, entre o século XIX e século XX, houve forte impacto das ideias de progresso e civilização que orientaram programas educacionais (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.24). Importa considerar que a assistência promovida por meio da via do poder público não só amparou, mas também visou ser uma forma de esculpir, tutelar e educar a infância desafortunada. Dessa maneira, verifica-se uma estreita articulação entre a *intelligentsia*¹³⁹ do Estado Novo e a racionalidade científica na concepção de estruturas modeladoras.

¹³⁹ Para Brandão (2010, p.81), *intelligentsia* denomina a classe de pessoas engajadas, como artistas, professores e médicos, reunidas em torno do “trabalho mental de caráter complexo e criativo” voltado ao incremento e divulgação da cultura. A *intelligentsia*, referia-se a certos intelectuais, portanto não eram todos os intelectuais, descontentes e mobilizados com a questão social. Os primeiros registros do termo ocorreram na Rússia, e posteriormente, na União Soviética, e tinha um significado específico, a identificação e definição de dada categoria de intelectuais. Segundo Oliveira (2001, p.38) o termo faz referência aos intelectuais brasileiros de diferentes matizes, médicos, engenheiros, arquitetos e educadores, que viram na instituição do Estado Novo a possibilidade de colaborarem na elaboração de políticas públicas fornecendo as bases racionais das políticas sociais implementadas nesse período, atuando em diferentes frentes dos quadros do aparelho estatal.

O conceito de *intelligentsia* não se aplica a todos os intelectuais, mas era característica específica daquele intelectual que na condição de ator político mobilizado através da emergência social, cultural e política atuavam nas engrenagens do Estado. Os anos de 1920 a 1940 favoreceram o surgimento desse ator social, de um tipo de *intelligentsia* à brasileira, em certa medida esses intelectuais estavam animados pela Academia Brasileira de Ciência, criada em 1922. Eram intelectuais sensibilizados com o quadro de miséria e atraso em que o país estava mergulhado. Houve um esforço da *intelligentsia* em estruturar o espaço cultural contribuindo para edificar “instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e de pesquisa; que fossem apropriados para retirar o país da condição de isolamento e atraso” (MARTINS, 1987, p.79).

A ideia de um país em melhores condições foi desejo projetado sobre a infância no Brasil, nas Américas e em países europeus. O cuidado destinado à infância mantinha relações com “a reflexão de uma raça nova”. O Departamento Nacional da Criança era considerado uma ação patriótica, em que era preciso “velar pela formação da nacionalidade cuidando das crianças de hoje para transformá-las em cidadãos fortes e capazes.” A imagem de que na criança se assentavam as esperanças do país tinham perspectiva transnacional, pois segundo Gregório Araóz Alfaro, “a salvação do maior número possível de crianças não é apenas uma obra da humanidade, mas, também um dever estrito de patriotismo e economia nacional” (*O Malho* – RJ, 1941, ano V, p.32).

Certamente que desde os fins do século XIX, a proposta civilizacional estava posta no país. Assim, o conceito de civilização, *civilization*, arrolava procedimentos de longo prazo e símbolos de um desenvolvimento social, enfeixando diversas nacionalidades e relacionava-se com um conjunto amplo de fatos, como nível tecnológico, formas de habitação, costumes, a natureza das maneiras, a visão de mundo, que eram descritas como formas civilizadas. O sentido francês e inglês de civilização podia fazer alusão a eventos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais (ELIAS, 2011, p.65).

Na visão de Elias nenhum ser humano surge civilizado, ainda que nasça dentro de uma sociedade civilizada, a pessoa apreende valores, códigos e regras na constituição social experimentando uma modelagem, que faz parte da *civilité*, ou seja, do comportamento civilizado apontando para um movimento sempre para frente, de progresso como parte do processo civilizador (ELIAS, 2011, p.24).

Reduzir a letalidade das doenças e da desnutrição das crianças era considerado um dever de humanidade e de patriotismo. A solução implicava a conjugação de esforços oficiais com instituições privadas, apoiados na ciência médica, envolvendo a mãe de família, professores e

o clero. Nesse contexto, às autoridades oficiais competiam os trabalhos de saneamento rural e urbano e a proteção higiênica das populações contra as endemias. Aos médicos cabia os esforços na assistência clínica às crianças doentes. As mães competiam os cuidados guiados pela ciência da higiene aos filhos. Aos professores era responsabilidade ministrar instruções práticas de higiene às crianças, fiscalizando a saúde e avisando às famílias. “Com um pouco de boa vontade, e apenas com o sacrifício de alguns minutos o médico, na sua faina diária, poderá prestar valioso auxílio onde não exista serviço oficial de proteção sanitária, concorrendo, assim, para o bem da infância e o progresso do país” (*Estrela do Minho*, 29/10/1944, ano L, n.2555, p.4).

Ao refletir sobre o futuro do Brasil, Afrânio Peixoto, enaltecia as terras brasileiras com suas riquezas, seu povo, suas reservas florestais e indicava que o progresso tinha um caminho a ser palmilhado, por meio da educação:

Uma nação já se disse, é uma grande solidariedade, constituída pelos conhecimentos dos sacrifícios feitos, dos sacrifícios ainda por fazer [...] o que nos cumpre é preparar hoje, o Brasil de amanhã. Educar o brasileiro de agora para lhe dar consciência de si e, portanto, dar a todos uma consciência nacional. Adquirir a soma de conhecimento próprio e conhecimento dos outros que nos permita preparar o nosso destino [...] (*Revista das Estradas de Ferro* -RJ, 15/10/1934, ano XI, n. 222, p.612).

O destino da nação, segundo Afrânio Peixoto poderia ser alterado, se a ignorância plasmada, em longa data, sobre o povo fosse superada por meio da educação. Tratava-se, portanto, de intervir moldando os desafortunados do conhecimento, da saúde, como forma de romper com as moléstias, que produziam morte, inviabilizando o futuro do país. Estava em curso ações racionalizadas dos médicos, em associação com as práticas educativas, que poderia servir como elemento na pavimentação de representações idealizadas, a ser projetada sobre a criança. Tais ações, objetivavam em seu conjunto, contribuir no desenvolvimento do corpo são e da mente boa, resultando em seres aptos ao cumprimento de seus deveres junto à família e na manutenção da ordem social. Pairava no imaginário social que o processo civilizacional do país se completaria após vencer obstáculos como a ignorância, como forma de aperfeiçoamento dos homens que compunham a pátria.

Entre os fatores sociais contribuintes para o aumento da tragédia da infância e o consequente aumento da mortalidade, estavam moradias insalubres, saneamento deficitário culminando em baixo grau de progresso social desfavorável à vida da criança. Certamente que o enfrentamento dessas questões junto aos grupos sociais não ocorreu de forma homogênea e sem efeitos colaterais. Esse ambiente, era responsável por um baixo nível de saúde e comprometia a vitalidade em todas as classes da população em uma nação. Além disso, a

existência de crianças com baixos níveis de saúde significava a chegada de uma geração com corpo e mente enferma, dificultando e atrasando o progresso da nação. Logo, os números de mortalidade infantil chegaram a ser chamados de "o índice mais sensível de bem-estar social", que nos países mais adiantados, como na Europa, essa questão foi encarada, por seus líderes, na reforma social (MCGILL, 1921, p.7).

De acordo com o Departamento Nacional da Criança para que a proteção à maternidade atingisse seu objetivo era mister proporcionar ao indivíduo habitação higiênica em local salubre, salário suficiente para prover a subsistência necessária da família e sua instrução adequada em proveito do ambiente moral, que assegurasse perene união do núcleo familiar (BTDNCR, junho de 1945, ano III, n. 13, p.11).

Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), existia um rastro devastador para a Europa, que não apenas destruíram muitas vidas no campo de batalha, com um alarmantemente declínio da taxa de natalidade, que parecia ameaçar a existência dos países (MCGILL, 1921, p.7). No Brasil, a guerra era outra, uma batalha vinha sendo travada desde o final do século XIX contra a miséria, as doenças, que sem piedade solapava a vida dos menos aquinhoados, em especial das crianças. Isso fez com os países se voltassem para a preservação urgente da vida de suas crianças, que se constituía em bem nacional do porvir.

Havia na América o sentimento de proteger e salvar suas crianças, visto que sobre elas repousava o desejo de dias melhores para as nações. Assim, houve a preocupação quanto aos problemas de higiene, com o firme propósito de diagnosticar e intervir sobre a infância, que constituía no máximo de seu desenvolvimento a "nova raça americana, bonita e vigorosa" (*Actas de la Sexta Conferencia Sanitária Internacional de las Repúblicas Americanas*, 1921, p.23).

Os médicos estavam empenhados em fazer com que seus países atingissem a condição de civilizados, e para tanto atuavam procurando decifrar os males, exercitar a capacidade de análise e prescrição de medidas às nações, mais urgentemente, cuidados para o saneamento, medidas práticas higiênicas em lugares que serviam para o estabelecimento, não só dos negócios, mas da vida, como condições indispensáveis para as relações das pessoas umas com as outras. Nesse contexto, o aspecto da profilaxia individual ganhou importância, envolvendo os diferentes setores da sociedade, pois era preciso proteger na coletividade a infância, como maneira de resguardar a nação e seu futuro. Constituídas nestes termos e inscrita no cotidiano, instituiu-se uma gramática médica com vistas a regular, preceituar e calcular o inventariado das práticas mais comezinhas, com vistas a torná-las higienicamente modificadas (*Actas de la Sexta Conferencia Sanitária Internacional de las Repúblicas Americanas*, 1921, p.28).

Em vertigem evolutiva, a humanidade atravessava a ponte da ciência, tateando princípios da puericultura, em busca do aprimoramento das condições de vida, como salvaguarda no processo do melhoramento da física humana, com métodos e práticas higiênicas. A escola passou ser alvo de intervenção da medicina, em especial da higiene, como maneira de formar e instruir a criança, para ser saudável e robusta à nação. Frente a esta realidade, o propósito de educar para prevenir passou a ser uma constante, como maneira de tentar combater doenças epidêmicas e a mortalidade infantil. Na Europa e nas Américas, sob a bandeira dos métodos higiênicos, arvorou-se a ideia da necessidade de “educar, de ilustrar o povo, como uma coisa essencial” (*Actas de la Sexta Conferencia Sanitária Internacional de las Repúblicas Americanas*, 1921, p.107).

A ascensão do povo brasileiro à condição de civilizado, poderia ocorrer por meio da educação higiênica, e para isso, não bastava ensinar a ler, escrever, era preciso instruir as pessoas a cumprir as prescrições higiênicas. Portanto, o país que desejasse alcançar o estágio de civilizado, deveria promover a educação higiênica, física, a intelectual, a ginástica e a estética. A segurança nacional passava por elementos de natureza higiênica, política, social, moral e econômica contribuindo em conjunto para a eficiência da defesa individual e coletiva (PENNA, 1923, p.15).

Em linhas gerais, Belisário Penna (1923, p.179) considerava como necessidade premente a instituição de medidas educativas, pois era “absoluta a ignorância do nosso povo, dos mais mezinhas preceitos de higiene, porque até agora não se instituiu nas escolas e colégios o ensino obrigatório da higiene elemental”. Ele asseverava, que mesmo entre os povos em estágio mais avançado, com a quase inexistência do analfabetismo, havia regras rígidas de higiene e todos estavam sujeitos as normas e sanções, caso houvesse infração.

Para fazer frente às demandas das áreas sociais era indispensável e urgente, a difusão ampla de noções práticas de higiene, como medida de profilaxia entre todas as camadas da sociedade, mesmo nas mais elevadas, que ocupavam cargos políticos e administrativos, para que não só servissem de exemplo aos desconhecidos dos preceitos higiênicos, como fossem capazes de valorar os conselhos técnicos dirigidos às práticas cotidianas de fábricas, empresas e fazendas, contribuindo para o enriquecimento da nação (PENNA, 1923, p.180).

Segundo Nobécourt¹⁴⁰ e Schreiber¹⁴¹ (1921, p.1) a higiene possuía um campo vasto de atuação, era parte da ciência médica, que se ocupava das regras a seguir com o propósito de conservar a saúde. Ela implicava em conhecimentos variados, não somente da medicina, mas de diversas ciências como: a bacteriológica, a química, a geologia entre outras. Os estudos relativos a higiene tinha a finalidade de poder se constituir em métodos profiláticos a serem postos em prática no cotidiano das pessoas. A higiene da infância objetivava assegurar o desenvolvimento normal e regular da saúde, sua preocupação passava por entre a proteção ou preservação pessoal da criança e pelo campo familiar, com a intenção de resolver problemas sociais.

A higiene infantil, como ramo da medicina, compreendia duas partes, a higiene individual e a social. A primeira estava interessada na infância, de maneira individual, se ocupando da alimentação, dos hábitos, da higiene pessoal, da habitação, do local em que dormia, dos passeios, da recreação, dos jogos, dos exercícios físicos, da educação, etc. A segunda, de natureza social, visava o bem-estar da criança e se ocupava em orientar os pais na realização da higiene individual das crianças. A higiene social estudava medidas destinadas a conservar a saúde das crianças e assegurar seu desenvolvimento normal, e instituíam regras, normas de comportamento social. Na manutenção e preservação da vida da criança, diante dos enormes desafios que a urbanização e a industrialização ofereciam, houve o estímulo ao aleitamento materno, como medida para tornar mais forte as crianças. Diante dos novos tempos, um velho problema se mantinha, a mortalidade infantil. No ímpeto de combater o inimigo, que dizimava vidas e comprometia o futuro das nações, instituições foram projetadas, para garantir coletivamente a distribuição de alimentos, como o leite esterilizado, os Consultórios Infantis, Gotas de Leite, creches, etc. (NOBÉCOURT; SCHREIBER, 1921, p.3).

A necessidade do aperfeiçoamento e a melhoria do ser humano estavam relacionados a “medidas de seleção, de adaptação, de higiene e profilaxia, que apuram as espécies e reforçam-lhes a vitalidade”, mas que era preciso romper com

[...] a ignorância de rudimentares preceitos de higiene e profilaxia, e o desconhecimento de simples noções de eugenia e de medicina social, não apenas entre as classes incultas ou pouco cultas, que constituem mais de 8/10 da população, como entre as cultas, inclusive, na sua maioria, a incumbida da instrução primária, limitada, de regra, a superficial ensino literário (*Hierarchia* - RJ, outubro de 1931, ano I, n.2, p.136).

¹⁴⁰ Pierre Nobécourt atuou como Professor de Clínica Médica da Infância na Faculté de Médecine de Paris, Médecin de l'Hôpital des Enfants Malades.

¹⁴¹ Georges Schreiber foi interno do Hôpitaux de Paris, Chef de Clinique Infantile adjunta da Faculté de Médecine de Paris.

A educação higiênica deveria ser ministrada desde a educação primária como maneira de formar a “consciência sanitária nacional” na escola, no lar, nas fábricas, nas casernas por meio de práticas de virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade e da laboriosidade. A inobservância dos preceitos da educação higiênica era considerada como acarretadora de males perigosos para o país, como: a indolência, a doença, o suicídio, o egoísmo, a degeneração da raça, a concupiscência, a o antipatriotismo, a corrupção e a mortalidade infantil (*Hierarchia* - RJ, outubro de 1931, ano I, n.2, p.136).

Na caminhada do Brasil em direção ao progresso a criança ocupou posição de destaque. Nessa empreitada a educação social e higiênica das populações, residia a necessidade imperiosa de ser cuidada “em bem da salvaguarda do físico, do moral e do intelecto da criança”. Pois, além de ser projetado sobre a criança a ideia de futuro, “da infância advirá a superioridade ou a inferioridade de uma raça, de uma nação” (*Archivos de Assistência a Infância* - RJ, 1932, janeiro - julho, ano XVI, n.1 p.3).

Como espaço de promoção da educação higiênica, a escola, assumia função primordial, não só de instrução formal, mas a incluir em seu currículo a educação higiênica, como instrumento útil para modificar os hábitos e o gosto da população, através de uma ação socializadora contínua (BTDNCR, abril a setembro de 1945, ano V, n. 21 e 22, p.11). As orientações do Departamento Nacional da Criança apontavam como imperativo o ensino da higiene, como forma de ajudar a população a combater os males que a oprimiam, para evitar as doenças e favorecer a criação da infância sadia e resistente com o apoio do Posto de Puericultura. Essas diretrizes tinham em vista servirem de subsídios no cuidado, passando por etapas como o nascimento, crescimento, na intenção de assegurar uma sobrevivência sadia, feliz e prospera da criança.

O DNCr indicava como primordial envolver os pais nos cuidados das crianças. Para tal, considerava a instrução higiênica, fundamentada nos preceitos da puericultura, como elemento para vencer a inconsistência e o desconhecimento de práticas cotidianas, que impediam o desenvolvimento hígido das crianças conferindo uma perspectiva risonha a sua evolução e ao futuro do país até atingir a maturidade da vida (BTDNCR, abril a setembro de 1945, ano V, n. 21 e 22, p.3). A educação higiênica, em curso, era parte do movimento esclarecido, com vistas ao aprimoramento da criança, das instituições no alcance do progresso da *civilization*. A civilização não se resumia a um estado, mas era um processo permanente que se devia dar andamento. Logo, entre as práticas do Departamento Nacional da Criança, estava em pauta a superação de velhos hábitos, considerados irracionais, em substituição a novos modos de cuidar da criança, como forma de alcance do refinamento típico das sociedades europeias.

Para o Departamento Nacional da Criança o alicerce da nacionalidade do Brasil se apoiava na extensa proteção à infância, baseada em princípios da puericultura, como maneira de assentar a garantia do futuro do país. Tal concepção implicava em cuidar paralelamente de outros fatores essenciais como: habitação higiênica em local salubre e alimentação racional da criança (BTDNCR, abril a setembro de 1945, ano V, n. 21 e 22, p.3).

A proposta de construção de um ideário, entre os intelectuais, de uma perspectiva moderna, encampava o discurso da necessidade imperativa de salvar a nação por meio de ações para intervir, sanear, higienizar e curar as crianças na marcha em direção ao progresso do país. Sob essa lógica,

Da criança de hoje sairá o homem de amanhã, por isso o Estado tem o dever de proteger os menores, dando-lhes assistência pré-natal, cultivando-os esmeradamente, educando-os, amparando-os, salvando-os da corrupção, do vício do crime, tornando-os fortes de corpo e equilibrados de espírito, de modo que possa fazer de cada geração nova uma geração melhor, e mais perfeita. Concorrendo para que a pátria de amanhã tenha filhos honestos e fortes, capazes de a defenderem e a honrarem com suas obras. ‘Salvando o corpo e o espírito da criança, disse Paulo Straus, é para a Pátria que se preparam cidadãos, soldados, uma reserva de força e vitalidade’. A necessidade da proteção aos menores tornou-se um gravíssimo problema social com a complicação contemporânea da vida e o desenvolvimento do urbanismo do industrialismo e pauperismo que a caracterizam (BTDNCR, outubro de 1943, ano III, n.14, p.39).

O entendimento de Olinto de Oliveira, como médico, indicava que o Departamento Nacional da Criança utilizava a adoção de estratégias normatizadoras e regeneradoras, fundamentadas em princípios da ciência, a puericultura, com vistas a produzir um corpo infantil sadio. Essas estratégias poderiam ser um instrumental a afiançar o salvo-conduto do país em direção ao mundo civilizado. Sobre a criança repousava representações do futuro da pátria, a ser salvaguardado, carregadas de expectativas, de esperança na construção da civilização brasileira.

O ideal de formação do novo homem brasileiro, promulgado por meio do Estado Novo, estava evidente no discurso do presidente da República, Getúlio Vargas, às vésperas do natal de 1939, que elegia a questão da criança, como problema de ordem nacional à experimentar a intervenção e a produção de perspectivas otimistas do país. Era enunciada a importância da criança, que estava “diretamente ligada ao progresso e ao futuro da nacionalidade, e não poderia ser relegada a segundo plano” (*Correio Paulistano*, 27/12/1939, ano LXXXVI, n.25709, p.5).

A sociedade em seus diversos segmentos era conclamada a participar da campanha em favor da redenção da criança, pois se tratava de um dever patriótico. Com as atenções voltadas a questão da criança, se desejava “[...] melhorar a raça, dar ao país gente forte e sadia, encontrar ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais” (BTDNCR, outubro de 1943,

ano III, n.14, p.44). A proposta era romper com o passado, marcado por um retrato de enfermidade e mortalidade infantil, e alimentar no imaginário a esperança de um futuro melhor, por meio do amparo à maternidade e à infância oferecendo à Pátria gerações vigorosas. Tais ideias, poderiam se constituir em maneira de se desvencilhar do quadro de barbárie, que impedia o desenvolvimento nacional e possibilitar a adoção de maneiras consideradas polidas e refinadas.

As representações, entendidas como espaço de construção e explicitação da compreensão múltipla acerca da realidade, deixavam entrever as discrepâncias sociais existentes, como a precariedade de maneiras e espaços próprios para o cuidado higiênico da criança, a pobreza e as endemias contrastavam com a opulência de recursos e do bem-estar da criança da elite brasileira. Ainda no Governo Provisório, Getúlio Vargas havia enviado telegrama aos Interventores dos Estados, em 1932, afim de mobilizá-los em torno de maior atenção “[...] aos problemas concernentes à proteção e à saúde da infância, pois nenhuma obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e do progresso do país, excede a esta” (*Revista Nacional de Educação*, 1933, ano I, n.4, p.93).

O Departamento Nacional da Criança, como espaço institucionalizado oficial, com táticas relacionadas ao imperativo nacional, implantava e divulgava ações na necessidade de aperfeiçoar a criança se punha no *front* de salvá-la, como maneira de construir novos homens, para o novo Brasil. A construção do ideário de uma nação moderna, insinuou a adoção, através de intelectuais e do Governo, de um repertório adequado a imagem que se queria produzir e afirmar na mente e no coração do brasileiro, como saúde, higiene, ordem, progresso e civilização. Sob essa insígnia, os poderes públicos, aliados à iniciativa particular e guiado pelo estudo científico dos fatos e ao desenvolvimento físico e mental, tinham no amparo à criança, sobretudo, quanto á preservação da saúde física e mental, a “chave da opulência futura”. A sociedade era conclamada a “zelar pela nacionalidade, cuidando das crianças de hoje, para transformá-las em cidadãos fortes amanhã. Contribuímos para a maior riqueza econômica da nação, fornecendo-lhes elementos úteis, educados e sadios” (BTDNCR, outubro de 1943, ano III, n.14, p.47).

Como forma de assegurar a produção de crianças fortes, o Estado, na pessoa do Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, conforme seu discurso, atuava conjugando os serviços de saúde e de educação, sob a égide da puericultura, com o firme propósito de ir “cuidando de fortalecer e tornar sadia a geração nova e bem integrada nas suas capacidades e possibilidades, é que se terá preparado para amanhã um povo capaz de se conduzir vitorioso” (*Diário Carioca* – RJ, 20/09/1933, ano VI, n.1573, p.1).

Washington Pires, em discurso, na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933, no Rio de Janeiro, entendia que o Estado precisava caminhar num crescente, assumindo a responsabilidade direta e imediata dos problemas atinentes a formação da raça e a orientação dos brasileiros. Do contrário ele asseverava que o país estaria sujeito aos imprevistos da anarquia da multidão de fatores retardando, prejudicando e até impedindo a formação do novo homem brasileiro. Segundo Washington Pires “um povo sadio e educado dificilmente será um povo pobre e sofredor, aí está o que nos cumpre realizar: proteger a saúde das gerações novas e educá-las, para que, fortes e bem orientadas, no futuro sejam condutores de si mesmos, na abundância e na paz” (*Diário Carioca* – RJ, 20/09/1933, ano VI, n.1573, p.1).

Augusto de Saboia Lima, Juiz de Menores, do Distrito Federal, em discurso de encerramento das atividades, na Escola Premonitória XV de Novembro, utilizando o pensamento de Alberto Torres, afirmava que era preciso “formar o homem nacional, que é o primeiro dever do Estado Moderno. Todo problema da vitalidade de uma nação depende do esforço por criar e cultivar o homem sã e o homem útil” (*Jornal do Commercio*, 29/12/1936, ano CX, n.76, p.4). Na educação para as crianças estava a chave para o alcance do futuro do país, posto que a “criança de hoje será o Brasil de amanhã”. Para tanto, ela precisava se tornar forte e capaz moral, física e intelectualmente para bem servir aos anseios de progresso e da civilização da nação brasileira.

O deputado Miguel Couto Filho compreendendo a importância da defesa da criança, chamava a atenção da sociedade para a patriótica campanha em favor da redenção da criança brasileira, sendo esta a “sementeira fiel que garante a continuidade da pátria” (*A Noite* – RJ, 16/10/1946, ano XXXVI, n.12.392, p.21). Miguel Couto salientou que o Brasil, ao se posicionar com medidas de proteção à infância se colocava na fileira ao lado dos países modernos e civilizados. Pois, “no Brasil a campanha em prol da infância sadia, educada e feliz está em marcha acelerada”.

A maternidade, a infância e a adolescência se constituíam em equação símbolo do futuro impondo deveres, que se anteporiam a qualquer outro, por isso constituíam a gênese e os sólidos alicerces da nacionalidade. Todos os demais problemas do Brasil estariam subordinados a valorização da infância. Sob esse aspecto, Miguel Couto asseverava que “quando uma criança cresce sadia e instruída, cria-se um estado de rigidez e resistência que a defende por toda a vida” (*A Noite* – RJ, 16/10/1946, ano XXXVI, n.12.392, p.21).

A produção da ideia da infância no Brasil, perspectivada como semente, foi alimentada e divulgada na imprensa, como instrumento que ambicionava criar no imaginário social a ideia, de que ali residia o futuro da nação. Dessa forma, nas palavras de Alceu de Souza Novais, era

preciso envidar esforços de “[...] proteção à sementeira do Brasil futuro” (*Lavoura e Commercio* –MG, 13/10/1943, ano XLV, n.10339, p.5).

Alexandre Marcondes Machado Filho, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1941-1945), em suas palestras semanais, dirigidas aos trabalhadores do país proferida no rádio, salientava que o Departamento Nacional da Criança havia levado aos mais distantes municípios do país, os preceitos de higiene, difundindo conceitos técnicos e levando ao conhecimento do povo, normas e instruções de higiênica, para bem cuidar das crianças. Endossando as palavras de Getúlio Vargas, definia a criança como “sementeira sagrada, cujas almas cândidas guardam o mais puro amor da Pátria e são esperanças do regime novo” (*Arquivos do Serviço de Assistência a Menores*, dezembro de 1943, v.2, p.9). Proteger a criança era proteger o futuro trabalhador, pois “as crianças do Brasil não se constituem uma riqueza infinita que deve ser cultivada, exaltada e protegida?” (*Arquivo do Serviço de Assistência a Menores*, dezembro de 1945, v. III, p.229). A sua fala estava fundamentada na proposta da Carta Constitucional de 1937, em que apontava a infância como objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado.

Amparar a criança era considerado dever da humanidade e de patriotismo. “As crianças formam o exército que marcha para a conquista do progresso. A criança, de hoje é o homem de amanhã, cujo valor social e cuja sorte depende do que por ela fizemos desde já. Amparar a maternidade e a infância é salvaguardar o futuro do Brasil” (BTDNCR, setembro de 1943, ano II, n. 10, p.51). Segundo o entendimento do Departamento Nacional da Criança o aperfeiçoamento do povo brasileiro deveria ocorrer por meio da intervenção na criança, ser que acumulava as reservas físicas e morais da nacionalidade.

A proteção efetiva e sistemática à criança eram consideradas condições essenciais de uma civilização que se impunha aos olhos do mundo. As crianças eram consideradas “flores em botão, ceras virgens, facilmente amoldáveis aos dedos que as vierem modelar, são facilmente educadas” (*A Ordem*-RN, 18/10/1943, ano VIII, n.2391, p.2).

A criança era anunciada como a ideia de futuro “[...] é a reserva das nações, o amanhã da sociedade”. Nessa direção, o Estado, na campanha de redenção da criança, que vinha sendo orientada e dirigida pelo Departamento Nacional da Criança, compreendia a importância da criança no desenvolvimento das nações, deveria zelar pelo seu patrimônio em potencial, amparava as próprias forças da nacionalidade (*Diário Carioca* -RJ, 23/07/1944, ano VII, n.4940, p.7).

O movimento de redenção da criança, a que se aliavam ao governo os elementos representativos da intelectualidade, como os médicos, que repousava a proposta de profilaxia

contra a sua alta mortalidade infantil. O desafio encontrava-se em instituir meios urgentes de poupar a vida das crianças, em benefício da pátria, com um contingente cada vez maior de indivíduos higienicamente civilizados, capazes de assegurarem o progresso do país (BTDNCR, dezembro de 1945, ano V, n.23, p.15).

Vale ressaltar que o papel dos intelectuais no período do Estado Novo, muito longe de ser homogêneo, representa diferentes círculos de teóricos, com ocupações variadas, como médicos, engenheiros, juristas, literatos, educadores etc. Eles operavam na criação e na mediação de bens simbólicos convencidos de que poderiam colaborar na transformação higiênica das estruturas sociais vigentes e encaminhar a nação aos processos de civilidade, na produção de um novo indivíduo. Esse novo indivíduo seria higienicamente civilizado, o *Homo Hygienicus Civilizatus*. Com a expressão *Homo Hygienicus Civilizatus*, pretendemos designar três categorias que foram fundamentais no decurso da existência do Departamento Nacional da Criança: infância, higiene e civilizado. Elas são essenciais, pois assinalam a preocupação última do DNCr na produção do modelo moderno de nação civilizada. Segundo Abbagnano (2007, p.514) o termo *homo*, do latim, indica as características ou capacidades de todo o ser humano, um animal racional, capaz de deliberações. Esse é um termo que indica as características comuns do ser racional, de base iluminista. Trata-se de um ser capaz de ciência, dotado da capacidade decisória entre o útil e o pernicioso, da fala, sendo por natureza um ser político e sociável (2007, p.515).

Tal formação produziu “sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores” culminando na procedência de um novo espécime: o *Homo hygienicus*¹⁴². Gondra ao versar sobre as artes de civilizar elenca a influência que a corrente higienista exerceu sobre a formação médica e nas proposições da formação de uma sociedade saudável. Sob esse aspecto conclui que o saber higienista articulando saberes como a medicina e a educação escolar no fabrico de novos indivíduos (GONDRA, 2004, 479).

O termo *hygienicus*, do grego, indica aquele que tem saúde, e, seu uso na medicina se relaciona aos cuidados e a preservação da saúde. E, o verbete *civilizatus*, do latim, segundo Abbagnano (2007, p.143) designa formas mais elevadas da vida, sendo aspecto indicador de avançado nível intelectual garantindo a preservação e o progresso do humano. Concorde com esse entendimento Lalande (1999, p.162) indica que o termo diz respeito ao conjunto complexo de fenômenos sociais, de natureza comunicável, imbuído de caráter “moral, estético, técnico ou científico”. Assim, a ideia de um ser civilizado faz oposição ao estado do ser que é selvagem

¹⁴² O termo *Homo hygienicus* foi utilizado por Gondra (2003, p.26), ao tratar da formação dos médicos oitocentistas sob balizas da doutrina higienista.

ou bárbaro. Portanto, o civilizado é considerado elevado, superior apontando para a Europa, é aquele que faz uso racional da técnica e da ciência. Vale considerar que a Europa havia se constituído até a primeira metade do século XX, em vetor do progresso da civilização.

Com isso compreendemos a necessidade de ampliação da perspectiva do *Homo Hygienicus*, conforme indicada por Gondra (2003), agregando a proposta da ideia de civilizatória. Assim, o Departamento Nacional da Criança na intenção de edificar a infância, o devir da nação, precisou fazer oposição a pobreza, a doença, a mortalidade, a desordem e a incivilidade marcavam as populações mais empobrecidas do país. Para tal, erguia-se a necessidade imperiosa da existência de instituições, como o DNCR, capazes de atuarem no projeto civilizatório de produzir um ser humano hígido, forte, higienizado e civilizado. Entendemos que tais ações do Departamento tinham como projeto o nascimento do novo homem, o *Homo Hygienicus Civilizatus* a contribuir na composição da nação moderna, análoga aos modelos dos países europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O desejo de progresso e civilidade nacionais estavam consubstanciados em duas vertentes, no plano abstrato e o concreto, que perpassavam através da construção da imagem da infância sadia. Atingir tal propósito significou a elaboração de representações idealizadas do homem, que sobre a infância foram projetadas. É bem verdade, que as representações elaboradas tinham a intenção de adquirir o *status* de realidade, por isso, era recorrente os intelectuais, entre eles Olímpio Olinto de Oliveira, propalarem a ideia da necessidade inadiável de se erguer o projeto de nação civilizada.

A vontade de concretização do sonho de alçar o país à condição de civilizado foi alimentada pelas preocupações e incertezas, que circundavam o futuro da nação, ocupando a agenda das ações governamentais, com programas capazes de intervir sobre o quadro caótico e mórbido, marcado por altos índices de mortalidade infantil no país. Para tanto, havia sido arregimentado no país, os homens da ciência, que atuaram, desde o final do século XIX, no esforço de contribuir na construção de seres fortes, devidamente higienizados, capazes de somarem com as riquezas da nação no alcance da civilidade. Dessa forma, o esforço empreendido por Olímpio Olinto de Oliveira, ao lado de outros médicos de seu tempo, na luta por superar os maus hábitos cotidianos da população no cuidado com a criança, não se deu sem resistência da população e de governantes, ainda que suas propostas figurassem como verdade inquestionável, por esta apoiada na ciência da puericultura.

A intervenção médica, com conselhos de viés higienista, operou na organização social ao lado do Estado, de forma a querer corrigir as imagens imperfeitas de crianças enfermas, e trabalhou por produzir novas representações que contribuiria no revigoramento da nação. Tal elemento, significou transformar hospitais, clínicas, dispensários, creches, asilos, casas em espaços privilegiados, de intervenção médica, tendo na infância a matéria prima a ser transformada, modelada conforme o processo civilizatório que se tinha em vista. Assim, a infância permaneceu na ordem das preocupações e em formas de intervenção, produzidas por espaços da racionalidade científica, que ambicionava instituir formas de higienização na sociedade.

Ao longo da vida de Olímpio Olinto de Oliveira foi possível observar uma inquietação em construir, ou melhor, em proteger a criança higienizando-a, que estava inserida num ambiente de atraso, insalubridade e enfermidades, como maneira de alcançar o corpo sadio, mormente na defesa nacional. Sob essa lógica, apontava para necessidade de organizar e difundir a educação higiênica dirigida à sociedade de maneira geral, mas em especial às mães

e as damas da sociedade. Estes eram elementos que garantiriam não só o bom andamento de um programa para proteger a criança, tornando-a um ser saudável e forte, mas se objetivava em última instância a defesa nacional.

Olinto de Oliveira em toda sua trajetória, nos quadros do Estado, desde a diretoria da Inspetoria de Higiene Infantil (1930), até direção do Departamento Nacional da Criança e sua aposentadoria (1945), enfrentou um inimigo duplo, silencioso, que por vezes atuava minando as suas forças e pondo em xeque o seu ímpeto missionário de salvar a criança. Precisou postergar, por diversas vezes seus sonhos e planos, em prol da criança, pois quase sempre não existia autonomia e nem recursos suficientes, para dar andamento aos projetos. Pleiteava, sob todos os aspectos a necessidade de autonomia plena e a dotação de recursos suficientes, na difusão dos princípios da higiene, por meio dos Postos de Puericultura, para que as crianças de todas as partes do país, de instituições oficiais ou privadas, fossem alcançadas na campanha de redenção. Olinto de Oliveira acreditava que, como agente da construção social, a educação higiênica e a campanha em favor de bons hábitos alimentares poderiam alterar a curva letal da mortalidade infantil no país, rompendo com a ignorância higiênica e favorecendo a mudança de hábitos, além de contribuir na higidez do corpo social da nação.

A atuação esclarecida de Olímpio Olinto de Oliveira como pediatra, higienista em seu exercício de assistência, proteção e educação teve na puericultura a sua bússola no *front* contra a desnutrição e a mortalidade infantil. O que serviu para caracterizar não só os ideais e projetos que pautaram a sua existência, mas também de pediatras, seus predecessores, com os quais estabeleceu redes, a exemplo de Antônio Fernandes Figueira, Moncorvo Filho e Martagão Gesteira. A vida e a obra de Olímpio Olinto de Oliveira foram marcadas por travessias em diferentes espaços, desde clubes, academia de letras e artes, conferindo a este intelectual a possibilidade de criar uma extensa rede de sociabilidade de apoio aos seus projetos, conduzidos em seu exercício de profissional no Sul e na capital do país, Rio de Janeiro.

Olímpio Olinto de Oliveira, desde o final do século XIX, no Rio Grande do Sul, e depois, no final de 1910, no Distrito Federal, Rio de Janeiro até meados de 1940, se encontrou envolvido nos debates relacionados a questão social da infância. Colaborou no planejamento e na produção de propostas possíveis de se constituírem em formas de intervenção do Estado, com a intenção de irradiar pelo país formas centralizadas, coordenadas resultando na criação de novas maneiras de assistência, proteção e educação da criança. Tais aspectos se configuravam intencionados na construção da consciência higiênica resultando na produção do homem higienicamente civilizado. Ele tinha a característica específica do intelectual que, na condição de ator político, mobilizado através da emergência social, cultural e política, atuava nas

engrenagens do Estado. Assumiu a posição de militância e engajamento ao influir sobre a sociedade. Foi capaz de defender, quando necessário, com sublimidade, os seus pensamentos em prol da infância, ainda que isto lhe custasse algumas rugas.

Com uma vasta folha de produção, Olinto de Oliveira sagrou-se como intelectual criador e mediador cultural, reconhecido entre seus pares, nacional e internacionalmente, como uma autoridade no campo da pediatria. Ávido escritor, seus pensamentos sempre fabulavam, auscultando as mazelas que importunavam a infância, a fim de favorecer o seu fortalecimento. Olinto de Oliveira também se destacou em suas lutas de frente contra a mortalidade infantil, nas campanhas pela alimentação e em sua presença nos Congressos Pan Americanos da Criança. O ponto mais alto de sua carreira deu-se com a criação do Departamento Nacional da Criança, em pleno Estado Novo, depois de muitos enfrentamentos em prol da infância.

A forma de cuidar das crianças, quase sempre ensinada de geração em geração, de mãe para filha, ou ensinadas por mulheres mais velhas às mais moças, sobre a forma de criação dos filhos e da maneira de alimentá-los, foi considerada através do Departamento e por sua equipe, como anticientífica. O Departamento Nacional da Criança pareceu entender a necessidade urgente de se pôr em prática a educação higiênica no país, formando as mães e ensinando-as a adotarem novas formas de cuidar, de alimentar e de criar os seus filhos. Sob essa lógica, o Departamento empreendeu esforços na modificação de costumes, princípios morais procurando influenciar a sociedade brasileira por intermédio da puericultura. O Departamento quis fazer da higiene o novo *habitat* da infância, incutindo nela e naqueles que estavam em seu entorno, hábitos civilizados para atingir o alvo colimado, em proveito da raça, dos princípios eugênicos, em favor daquela que representava as futuras gerações, a infância.

O Estado, em seu processo de aparelhamento, agenciou intelectuais que atuaram, conduzidos através da ciência da puericultura, na produção de políticas sociais, especialmente destinadas ao público infantil, percebido como sementeira do porvir. A criação de instituições destinadas a assistência à infância, na década de 1930, especialmente em seu final, no período do Estado Novo, serviu aos ideais de construção do Estado Nacional que projetava, sobre a infância, as mais vívidas expectativas de futuro, animando a construção de representações de uma infância forte e de uma nova nação civilizada.

A infância almejada por meio do Estado Novo era higienicamente civilizada e forte. Perspectivada como semente do porvir e o futuro da nação. Assim, o Departamento Nacional da Criança, por meio de princípios científicos da puericultura, procurou produzir representações de uma infância saudável, em consonância com a ideia de país moderno e civilizado. Por um lado, a proposta era romper com a ideia de retrocesso, adotando novas formas na assistência à

infância, assegurando o desenvolvimento nacional, afim de produzir o *homo hygienicus civilizatus*. Por outro lado, o governo queria estabelecer e divulgar uma nova imagem de uma infância saudável, cuidada através do Estado, salva da desnutrição e da mortalidade infantil. Para isso, instituições, como o Departamento Nacional da Criança, embasadas na ciência, com legislação adequada, vinculadas à forma como os países europeus cuidaram da sua infância. A política de saúde pública foi instituída, fundamentada na higiene infantil. As exigências de assistência à infância, requeridas por intelectuais médicos-filantrópicos, compromissados com a ciência e que reclamariam um Estado presente e interventor pareciam satisfeitas. O Estado lançou a pedra angular, edificou em uma educação higiênica, nos termos do poder e da dominação, com a intervenção da racionalidade médica, visando representar a si mesmo na nova imagem de infâncias saudáveis, a imagem de um país moderno, com uma população de consciência higienizada, em harmonia com os pressupostos científicos e racionais dos países civilizados.

A criação do Departamento Nacional da Criança serviu não só para assistir à infância, mas para representar o Estado em harmonia com os ideais nacionalistas, numa perspectiva patriótica de afirmação e consolidação do Estado Nacional, que tomara sobre si a incumbência de salvar a infância, numa proposta redentora do país. A imprensa parece ter servido de suporte para os mediadores das ações políticas consagrarem seus feitos no imaginário social e assim escreverem a história representada por imagens daquilo que queriam retratar, em seu favor. Publicavam o que estava sendo feito em prol das infâncias sadias e educadas visando apagar as imagens de infâncias empobrecidas e desnutridas, vagando nas ruas, integrantes da realidade social e dos registros históricos. Divulgavam atividades e princípios científicos acerca da educação da assistência à infância, suscitando e defendendo uma consciência e imagem social higienicamente educada no país, com vistas a mostrar o Brasil, para dentro e para fora de si, como nação culta e civilizada.

O Departamento Nacional da Criança no decurso de sua existência, produziu o *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, com o propósito de promover a educação higiênica. Essa publicação era recheada de informações sobre puericultura, noções de higiene, orientações sob comportamento e recreação, que eram dirigidos às professoras, às mulheres da sociedade, às enfermeiras, às assistentes sociais, aos dirigentes de instituições oficiais ou privadas e aos clérigos. Assim, essas publicações, geralmente fornecidas gratuitamente à quem solicitasse, constituíam um importante canal difusor dos princípios defendidos através da instituição, se tornando uma extensão à distância, do Departamento na defesa da visão

higienista, doutrinando, disciplinando e instruindo as instituições de assistência e proteção sobre a infância.

O Departamento buscou fornecer orientações quando à construção de maternidades, postos de puericultura, casas da criança, creches, norteadas por uma perspectiva pedagógica da higiene correspondente aos anseios médico-sanitarista de seu tempo, com base na puericultura, além de significar o esforço na qualificação e na instrução das pessoas diretamente envolvidas na educação das crianças, as normalistas e professoras. A defesa de uma presença mais forte do Estado, aliada aos movimentos em prol da infância e de uma raça forte, parecem ter tido caráter universal. Através dos intelectuais, chegaram, ganharam forma e se adaptaram à realidade brasileira, congregando parte da população numa mesma linha de pensamento. Mas uma nação como comunidade política, ainda que dirigida por ideologias, se sensibilizava diante da fragilidade dos de sua própria espécie, a saber, de uma infância doente, desnutrida e indefesa. Destarte, embora todo esse movimento nacional tenha tido o caráter político de fortalecimento da imagem do Estado Nacional, visava a nação.

Boa parte dos intelectuais, que compunham os quadros do Estado, em especial do Departamento Nacional da Criança, percebiam o valor social da infância e em sua causa militavam. Desejavam instaurar práticas de assistência e educação às mães, à luz de princípios higiênicos. A assistência conduzida por estes homens iluminados, tinha como sustentação o conhecimento especializado, a puericultura, com métodos e processos próprios da ciência higienizadora, tomando para si a missão de salvar a infância, e, pôr em ordem as suas demandas. Assim, diante de um contexto contrário e cheio de ambiguidades buscavam elucidar qual o projeto de nação lhes parecia o mais adequado, mas sempre depositando na criança, as mais vívidas esperanças de um amanhã melhor para a espécie humana.

A educação higiênica destinada às mães e demais mulheres da sociedade, se tornaram alvo da atenção do DNCR, como pessoas a divulgarem seus propósitos e projetos entre a sociedade. Entre os espaços eleitos para tal propósito, os Postos de Puericultura com seus cursos ganharam proeminência, atuando com o apoio feminino representado por meio do Clube das Mães, que as educava, nas noções da puericultura, retirando-as da obscuridade do desconhecimento e do aparente atraso. As publicações dos boletins do Departamento Nacional da Criança popularizaram os ensinamentos higiênicos da puericultura, visando a conformação da consciência higienizada. Cartazes como de amamentação ao peito estimulavam novos e necessários hábitos. Uma nova imagem se estabelecia, refletindo uma nova imagem da infância na sociedade, moldada por meio do governo do Estado Novo.

Durante o exame do “corpo documental” foi possível perceber que as práticas desenvolvidas pelo DNCR vinham acompanhadas recorrentemente da preocupação de se apresentarem como legítimas, como necessárias, para reverter o quadro alarmante em que a criança brasileira se encontrava contribuindo com o projeto de implementação da modernidade no país. O Departamento Nacional da Criança, como instância do Estado, evocou constantemente a ideia de proteção e amparo à criança como um imperativo nacional, procurando firmar no imaginário social a necessidade de mudanças de hábitos e instituir práticas condizentes com a racionalidade científica, a puericultura. É bem verdade, que a instituição de tais práticas e hábitos higiênicos não significou o aniquilamento de velhas formas de cuidar da criança. Antes assinalou um embate permanente e assimétrico de ideias novas em oposição ao que representava a tradição, o velho. Era o esforço por romper e obliterar o passado obscuro de doenças. A partir das ideias e das práticas higiênicas, o DNCR procurou introduzir novos valores, no sentido de introduzir o novo e o moderno em detrimento do antigo e ultrapassado, como caminho seguro para a redenção da criança e do país, na construção do novo homem higiênico civilizado.

As ideias promovidas através do Departamento, de fundamentação na puericultura, oriunda de países civilizados europeus, estavam associadas com o sucesso e se propunham como solução inadiável para o enfrentamento dos problemas sociais, em especial a questão social da criança. Sob essas condições, o DNCR se sentiu autorizado, em suas medidas de proteção e amparo à criança, com vistas a regenerá-la, a intervir para curar, higienizar e educar, com o propósito de alcançar tais objetivos, considerando que estas poderiam ser garantias afiançadoras para o alcance da condição de país civilizado.

As práticas encetadas por meio do Departamento Nacional da Criança, parecem ter envolvido um amplo conjunto de procedimentos higiênicos, não apenas com a intenção de modificar costumes e hábitos rotineiros na lida com as crianças, mas de internalizar valores e códigos sociais considerados esclarecidos. É bem verdade, que essas práticas como formas de instituir o moderno em oposição ao antigo, representavam um conjunto de valores e modelos encarados com admiração, mas também com resistência e desconfiança. Tais valores, conservavam a ideia de uma vida sóbria e disciplinada, com a intenção de aperfeiçoar a sementeira das almas dóceis e moldáveis, em favor da construção de seres higienicamente civilizados para o Estado. Assim, o DNCR, com suas ações de proteção à criança, sustentado na puericultura, pode ter contribuído na definição do perfil do bom cidadão, por meio de práticas cotidianas de uma vida civilizada.

O Departamento Nacional da Criança, como parte do projeto de modernização do país, orquestrado pelo Estado, parece que além de trabalhar em favor da criança, foi instituição com o propósito de civilizar. Tratava-se de uma instituição empenhada em afirmar o ideário de modernidade, na medida em que havia aceitação das propostas científicas, permitindo a inserção de modelos e representações como forma de figurar para além de meras sugestões, atingindo o *status* de normas, leis, enfim, em práticas médico-pedagógicas objetivando alterar o cuidado e o sentido da criança, identificada com a condição de ser higienicamente civilizada.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Fontes, 2007.

ACTAS DE LA SEXTA CONFERENCIA SANITARIA INTERNACIONAL DE LAS REPÚBLICAS AMERICANAS. Celebrada en Montevideo. Del 12 al 20 de diciembre de 1920. Publicadas bajo los auspicios de la Union Panamericana. Washington, D. C, E. U. A.: Press of Kohn a Pollock, Inc. Baltimore, 1921.

ARMANI, Carlos Henrique; RIBEIRO, Paula Vanessa Paz Ribeiro. *Discurso Político-Partidário*: o jornal *A Federação* no contexto da candidatura à reeleição de Borges de Medeiros. XI Encontro Estadual de História- História, memória e patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 23-27 julho de 2012.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Rio Grande do Sul. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1887-1923. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 03 set. 2018.

A MANHÃ, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1927-1945. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

A NOITE, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1940-1945. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

A ORDEM, Órgão do Centro Dom Vital. Rio Grande do Norte. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1940-1945. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALENCAR NETO, Meton de. *Semana da Criança de 1943. Arquivos do Serviço de Assistência a Menores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, V. III, dezembro, 1943.

ALMEIDA, Ana Nunes. *A Sociologia e a Descoberta da Infância: Contextos e Saberes*. Fórum Sociológico. Universidade Nova de Lisboa, 2000.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.26,1998.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNUARIO Médico Brasileiro: movimento científico médico brasileiro, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1883-1904. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ARANHA, Oswaldo. *Brasil 1940-41, relação das condições geográficas, econômicas e sociais*. Ministério das Relações Exteriores. Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941.

ARAÚJO, Anelise Rodrigues Machado de. As crianças estão nos noticiários: a imprensa escrita periódica na construção da História da Infância (Jornal *Diário Catarinense*, 1986-1990). *Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line]*, Florianópolis, n.22, p.74-90, 2013.

ARCHIVOS *Argentinos de Pediatría*. Turns 85 years old. *Archivos Argentinos de Pediatría*. v.113, n.2, p.98-100, april, 2015.

ARCHIVOS *Brasileiros de Higiene Mental*. 1925, ano I, n.1, p.8

ARCHIVES *de Médecine des Enfants*. Paris: Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs. 1^a Série, Tome cinquième, Avril, 1902.

ARCHIVES *de Médecine des Enfants*. Paris: Masson et Cie, Éditeurs Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs. Tome XXXII, Janvier, 1929.

ARQUIVO *Gustavo Capanema*. Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

ARQUIVOS *de Assistência à Infância*, ano XVI, n.2, junho a dezembro, 1939.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Dar à luz no Rio de Janeiro da belle époque: o nascimento das maternidades. In: SANGULAR, Gisele et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BIRN, Anne-Emanuelle. Child health in Latin America: historiographic perspectives and challenges. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.677-708, July-Sept. 2007.

BLESSMANN, Guerra. Sessão de Congregação, de 25 de julho de 1948, em homenagem aos fundadores da Faculdade. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.8, p.42-59, 1948.

BLESSMANN, Guerra; MOREIRA, Raul. Sessão em homenagem à memória do prof. Olinto de Oliveira. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.16, p.189-196, 1956.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 1, ano I, Rio de Janeiro, junho de 1940.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 2, ano I, junho de 1940.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 5, 6 e 7, ano II, dezembro de 1941.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 8, ano II, março de 1942.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 9, ano II, junho de 1942.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 10, ano II, setembro de 1942.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 13, ano III, outubro de 1943.

BOLETIM *Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, n. 14, ano III, outubro de 1943.

BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2001b.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção por Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOTTINI, Antônio. No cinquentenário da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, um pouco de História. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.8, p.61-73, 1948.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDÃO, Zaia. *Paschoal Lemme*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. (Coleção Educadores), 2010.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/11/1937, Página 22359. Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. *Getúlio Vargas: O bem-estar e a saúde das mães e das crianças* (Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em comemoração do natal, a 24 de dezembro de 1939), 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. *Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País* - Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/02/1940, 1940, p.3125

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. *Um inquérito sobre quinhentos menores*. Coleção n. 122. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BULCÃO, Irene. *Investigando as políticas de assistência e proteção à infância: psicologia e ações do Estado*. 2006 -Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2006.270 f.

BULLETIN of the Pan American Union by Pan American Union; Union of American Republics; International Union of American Republics, Washington, D.C.: The Union, Boston Library Consortium Member Libraries, v.68, June, 1934.

BULLETIN of the Pan American Union by Pan American Union; Union of American Republics; International Union of American Republics, Washington, D.C.: The Union, Boston Library Consortium Member Libraries, v.75, 1941.

BURKE, Peter. *A Revolução francesa da historiografia: a Escola do Annales 1929-1989*. São Paulo: Ed. Unesp, 1977.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMARA, Sônia. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 57-85, set./dez. 2013.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). *Revista História da Educação*, v. 21, núm. 53, p.199-218, septiembre-diciembre, 2017.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARNEIRO, Rui. *Relatório ao Exmo Senhor Presidente da República*. Atividades do governo da Paraíba em 1942. João Pessoa, 1943.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. As formas de privatização: introdução. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1991.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Luz e caminho aos pequenos: os primeiros Congressos Americanos da Criança e a Pan-Americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2015. 379 f.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1930-1945. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

COSTA, Dante. Alimentação, política nacional. *Cultura Política- RJ- Revista mensal de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p.52-60, maio de 1941.

COSTA, Dante. *A infância e a recreação*. Departamento Nacional da Criança. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

COSTA, Flammarion. *Departamento Nacional da Criança: Objetivos e realizações*. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de documentação. Folheto n. 16. Distrito Federal: Imprensa Nacional, 1940.

CHRISTOPHERSON, E.H. Child welfare work in Brazil. *The Journal of Pediatrics*. Volume 28, n. 3, p. 327-345, March, 1946.

D' ARAUJO, Maria Celina (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Ed. FGV, 1999.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiæ Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008, p.202

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUBET, François. El declive y las mutaciones de la institución. *Revista de Antropología Social*. 16, p.39-66, 2007.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Imprensa Universitária, 1982.

DUFOUR, Léon Adolphe. Discour de M. le Docteur Léon Dufour. *Congrès International des Gouttes de Lait*. 1.session, p.24-25. Paris, Fecámp. Imprimeries Réunies Brevetées, 20-21 octobre, 1905.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. V.1. Tradução de Ruy Jungmann. Rev. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. V.2. Tradução de Ruy Jungmann. Rev. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C.; AZEVEDO, N. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, IV(3), p.475-491, nov. 1997-fev. 1998.

FERREIRA, Luiz Otávio; RIBEIRO, Lidianne Monteiro. In: SANGLARD, Gisele et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Modelando a “cera virgem”*: a saúde da criança na política social de Vargas. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, V. 3, Número 2, 1993.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FRANCO, Renato. Prefácio. In: SANGLARD, Gisele (org.). *Amamentação e políticas para a infância no Brasil*: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

FRANÇOIS, Etienne. Os ‘Tesouros da Stasi’ ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos, campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920) Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, p.199-225, dez. 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo Filho. In: SANGLARD, Gisele et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FREITAS, Marcos Cezar Freitas; Moysés Kulman Junior (orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo, Cortez, 2002.

GALVÃO, Argymiro C. Prof. Olinto de Oliveira. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, v.9, n.3, p.1, março, 1930.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1930-1945. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro (1930-1964). Volume 4. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil nação:1808-2010*. Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfree e Editora Objetiva, 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela Maria de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Apresentação. Imprensa e mediadores culturais: ciência, história e literatura. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 66, p. 593-600, set/dez, 2018.

GONDRA, José Gonçalves; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. Maio /Jun /Jul /Ago, n. 26, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GROTTI, Giane Lucélia. *História da assistência à criança pobre em Rio Branco-Acre*. (Tese de Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GUEDES, Paulo Luiz Viana. Crônica musical da cidade de Porto Alegre. *Resenha Musical*, São Paulo, ano IV, n.41, janeiro, 1942.

GUY, Donna J. The Pan American Congresses, 1916 to 1942: Pan Americanism, Child Reform and the Welfare State in Latin America. *Journal of Family History*, v. 23, n.3, p. 272-291, 1998.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. Trad. Cid Kinipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santa Rita, Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M.O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HOCHMAN, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. In: BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19ªed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1919-1940. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. As exposições internacionais e a difusão das creches e jardins de infância (1867-1922). *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 7, n. 3 [21], p.24-35, novembro, 1996.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

LE GOFF, Jacques. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 7ª ed. revista, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LENROOT, Katharine F. Progress in Pan American Child-Welfare Work. *The Child: Monthly News Summary*. Washington, D.C.: Children's Bureau, U.S. Dept of Labor, v. 4, n.10, p.256-260, April 1940.

- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala da História. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LIMA, Eronides da Silva. *Mal de Fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e (m) História (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *Métis: história & cultura*. v.11, n.21, p.1-21, jan./jun. 2012.
- MACHADO, Michele Varotto. *A educação das crianças menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon de Andrade Filho: uma análise de suas ideias pedagógicas (1934-1971)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP: 2015,303 p.
- MANFROI, Waldomiro Carlos. A singular relação entre positivismo e medicina no Rio Grande do Sul. Edição Histórica. *Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS)*. Rio Grande do Sul, p.1-97, out. 2011.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História Social da criança abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: Os intelectuais e a política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, v. 2, p.165-187, junho de 1987.
- MCGILL, Nettie. *Infant-Welfare Work in Europe an account of recent experiences in Great Britian, Austria, Belgium, France, Germany, and Italy*. Community Child-Welfare Series n.1, Bureau Publication n.76, U. S. Department of Labor. Children's Bureau. Washington D.C.: Government Printing Office, 1921.
- MOLL, Aristides A.; O'LEARY, Shirley Baughman. Child nutrition in Latin American. Pan American Institute of Child Welfare. *Bulletin of the Pan American Union*. v.21, n.5, may, p.450-467, 1942.
- MOLL, Aristides A.; O'LEARY, Shirley Baughman. Child Nutrition in Latin American. *Pan American Sanitary Bureau*. Washington, D.C., V.21, n.5, p.1-21, 1943.
- MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. O alcoolismo infantil. Entrevista com o Dr. Moncorvo Filho. *Archivos de Assistência a Infância: Órgão Oficial do Instituto de Proteção e Assistência á Infância -RJ*, ano V, n. 7 e 8, julho e agosto, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Assistência à infância*. VI Relatório do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. Progressos da puericultura no Brasil. Conferência (resumida) realizada na Sociedade Científica Protetora da Infância em 30 de julho de 1911 pelo Dr. Moncorvo Filho. Instituto de Proteção e Assistência à infância do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tipografia Batista de Souza. *Archivos de Assistência a Infância: Órgão Oficial do Instituto de Proteção e Assistência á Infância -RJ*, ano VI, n.2, p.19-68, setembro-dezembro, 1913.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Relatório do Instituto de Proteção e Assistência à Infância*. Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro, 1925.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da Proteção à Infância no Brasil 1500-1922*. Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro, 1926.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. *Histórico da Proteção á Infância no Brasil 1500-1922*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti e Cia, 1927.

MOREIRA, Raul. Aula inaugural de Clínica Pediátrica Médica e Hygiene Infantil. *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*.v.16, n.16, p.46-53, 1930.

MOREIRA, Raul. Olinto de Oliveira. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*.v.6, p.191-196, junho, 1956.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NOBÉCOURT, Pierre; SCHREIBER, Georges. *Hygiene Sociale de L'Enfance*. Paris: Masson et Cie. Editeurs Libraires de Académie de Médecine, 1921.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

O BRAZIL-MÉDICO: *Revista Semanal de medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1887-1905. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena Maria Busquet (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro. Editora FGV/ Universidade de São Francisco, 2001.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Conselho de Assistência e Proteção aos Menores: organização, processos e objetivos. *O Jornal*. ano X, n.2817, p.4, 07 de fevereiro de 1928.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Escola de Mãezinhas- a utilidade do curso mantido pelo Abrigo Hospital Arthur Bernardes. *Diário de Notícias*- RJ, ano II, n.261, p.6, 01 de março de 1931.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. A Proteção à infância no Brasil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p.10, 08 de novembro de 1935.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. *Correspondência dirigida ao Presidente Getúlio Vargas em 27 de janeiro de 1938*. p.1-5, Arquivo Gustavo Capanema. GC h 1935.06.22. CPDOC-FGV. 1938.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. A proteção à infância em alguns países da Europa; relatório da viagem de estudos feito em 1937 pelo professor Olinto de Oliveira diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do ministério da Educação e Saúde, 1940. In: NOIA, Jhon. *A Guide to the Official Publications of the other American Republics lii Brazil*. Bibliography Of Official Publications Of The Other American Republics. Latin American Series. Washington: Library of Congress, n.35, 1948.

OLIVEIRA, Renato. A trajetória singular do ensino superior no RS. In: GUERRINI, Daniel; OLIVEIRA, Renato (Orgs.) *Universidades e desenvolvimento regional: experiências internacionais e o caso das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul*. Lajeado: Ed. da Univates, 2016.

ORTIZ, R. *A Moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. *A construção social da autoridade nos processos das relações de poder em sala de aula, sob o viés da análise do discurso*. 2012. (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 150p., 2012.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. Quadro 6 - Levantamento dos Redatores do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* (1940-1945), 2018.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. Quadro 7 - Autores do *Boletim do Departamento Nacional da Criança* (1940-1945), 2018.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAN AMERICA SANITARY BUREAU - Medical and Public Health Journals of Latin America. *Revistas de Medicina y Sanidad de la América Latina*, Whashington, D.C., n.152, august, 1940.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil: sanear o Brasil é povoá-lo; é enriquece-lo; é moralizá-lo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198. 1999.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PIMENTEL, Francisco de Menezes. *Relatório de 1939 apresentado ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República do Brasil* pelo Dr. Francisco de Menezes Pimentel, Interventor Federal no Estado do Ceará. Ceará, Fortaleza: Imprensa Oficial, 1940.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed.; 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil*. 2011. (Tese de Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011, 320p.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Interventor Federal no Maranhão*. Distrito Federal: Imprensa Nacional, 1940.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1991.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVISTA DA SEMANA-Edição semanal ilustrada do *Jornal do Brasil*, ano II, n.51, 05/05/1901. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

REVISTA DOS CURSOS PRÁTICOS E THEÓRICOS da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1887-1904. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR/Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Anais, 1997.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2ª Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas de para a infância no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROGERS, Frank B. Index-Catalogue of the Library of the Surgeon General's Office, National Library of Medicine. *U.S. Departamento of Helth, Education, and Welfare. Public Health Service*. Washington, United States: Government Printing Office, Subjets A-M, Series 5, Volume 2, 1961.

SAMPAIO, Francisco José Barcellos (org.). *Os Quadros da Academia Nacional de Medicina e suas Histórias*. Rio de Janeiro, RJ: Academia Nacional de Medicina, 2016.

SANGLARD, Gisele. *Entre salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da primeira República. *Varia História*, v.26, n.44, p.437-459, 2010.

SANGLARD, Gisele; SILVA, Renato Pereira da. A organização da assistência hospitalar no Distrito Federal entre a filantropia e a ação do estado (década de 1920). In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estudos de História*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, janeiro-junho de 2014.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: SANGLARD, Gisele et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANGLARD, Gisele et al. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANGLARD, Gisele (org.). *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto, CERISARA, Ana Beatriz. *Crianças e Miúdos*. Portugal: ASA, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simom; BOMENY, Helena Maria Busquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Trad. Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Sessão em homenagem à memória do prof. Olinto de Oliveira. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v.6, p.189-196, 22 de junho de 1956.

SILVA, De Plácido. *Vocabulário Jurídico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Brazil 1938. A New Survey of Brazilian Life Economic, Financial, Labour and Social Conditions From a General Point of View*. Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1939.

SOUZA, C. P. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, Gizele de; CORDEIRO, Andréa. Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan-americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n.14, p.05 - 28. jan./abr. 2015.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

The Child. *Monthly Bulletin with social-statistics supplement*. Children's Bureau. Federal Security Agency. Social Security Administration. V. 10, july 1945.

THOMAZ, Luciana Costa Lima. Puericultura: “cultivando” cidadãos mais aptos. *Circumscribere*. v.14, p.53-62, 2014.

UNIÃO MÉDICA, Rio de Janeiro. BNDigital, Biblioteca Nacional. 1887-1904. Disponível em: <<https://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

UNITED STATES OF AMERICAN. *Eight Pan America Child Congress*. Prepared in the Children's Bureau. Department of Labor. Department of State. United States Government Printing Office, Washington, D.C., may, p.40, 1942.

UNITED STATES OF AMERICAN. *Children's Bureau. The Story of The White House Conferences on Children and Youth*. U.S. Department of Health, Education, and Welfare Social and Rehabilitation Service, Children's Bureau, Washington, D.C., 1967.

UNITED STATES OF AMERICAN. *The Story of the CHILDREN'S BUREAU*. Published by the Children's Bureau, U.S. Department of Health & Human Services. Washington, DC, 2012.

VARIOT, Gaston-Félix-Joseph. Les Gouttes de lait considérées comme champs d'observation méthodique pour les pédiatres. *Congrès International des Gouttes de Lait*. 1. session, p.37-57. Paris, Fecamp. Imprimeries Réunies Brevetées, 20-21 octobre, 1905.

VARIOT, Gaston-Félix-Joseph. *Traité D' Hygiène Infantile*. Paris: Octave Idoin et Fils, Éditeurs 8, 1910.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo n.67, p. 3-16, nov. 1988.

VIÑAO FRAGO, A. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. *Areas. Revista de Ciencias Sociales*, Murcia (Espanha), n. 20, p. 9-24, 2000.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.19, n.37, Sept., 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, v.5, n.3, p.583-601, Fev. 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/11/2018.

WOLFF, Francis. Dilema dos intelectuais. In: NOVAES, A. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

APÊNDICE A - Artigos publicados por Olinto de Oliveira

No BRASIL:

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Das paralyrias na infância; formas clinicas e anátomo-pathológicas (These inaugural). *O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* - RJ, ano I, n.4, p.32, fevereiro de 1887.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Frequência da uncinaria americana em Porto Alegre. *O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XVIII, n. 9, p.101, março, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. A disenteria amébrica na infância. *O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XVIII, n. 33, p. 450, setembro, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Novos estudos sobre a gênese da icterícia nos recém nascidos. *O Brasil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XIX, n. 21, p.201, setembro, 1905.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Papel pathogênico dos parasitas intestinais. IV Congresso Médico Latino-Americano. 3ª Seção. Rio de Janeiro, 1909. In: *O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XXIII, n.2, p.13, janeiro de 1909.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Das opsoninas e suas aplicações à prática medica. Acta do IV Congresso Medico Latino-Americano. 3ª Seção, Tomo IV, fascículo 2. 1909. In: *O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XXV, n.2, p.19, janeiro de 1911.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Considerações Sobre um Caso de Grippe Asthmatica. *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, v. 1, n. 1, 1915.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Escorbuto infantil. *O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* -RJ, ano XXXVIII, v. II, n.16, p.227, outubro de 1924.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Moléstias do sangue. In: FIGUEIRA, Fernandes (org.). *Elementos de pathologia Infantil*. Rio de Janeiro: Briguiet e Cia, 1929.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. A higiene mental da criança. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, ano XI, n.1, maio de 1932.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Noticiário. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, v.16, n.4, abril, 1937.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. *A proteção à infância em alguns países da Europa; relatório da viagem de estudos feitos em 1937 pelo professor Olinto de Oliveira diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. *A casa da criança*. Imprensa Oficial. Rio de Janeiro, 1946.

Em periódicos internacionais:

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. *Statistique du dispensaire d'enfants de Porto Alegre pour l'année 1900*. Paris: Libraires de L'académie de Médecine Éditeurs. *Archives de Médecine des Enfants*.1^a Série, Tome cinquième, p.123, Avril, 1902.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. *Statistique du dispensaire des enfants de Porto Alegre*. Paris: Libraires de L'académie de Médecine Éditeurs. *Archives de Médecine des Enfants*.1^a Série, Tome sixième, Mémoires Originaux. 6^o année, n.5, Mai, 1903.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Dous casos de septicemia cryptogenica (Brasil Médico, p.91) *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.5, p.253, August, 1903.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Deux cas de septicémie cryptogénique. Paris: Masson et Cie, Éditeurs Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs. *Archives de Médecine des Enfants*.1^a Série, Tome sixième, Mémoires Originaux. 6^o année, n.8, p.509, Août, 1903.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Le syndrome asthmatique dans la grippe. Paris: Masson et Cie, Éditeurs Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs. *Archives de Médecine des Enfants*.1^a Série, Tome sixième, Mémoires Originaux. 6^o année, n.12, p.749, Décembre, 1903.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Dysentrische leberabszesse bei Säuglingen. *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.6, p.290-296, September, 1903.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Tuberculose généralisée apyrétique chez une enfant âgée de 4 mois. Rev. Mensuelle d. Malad. de L'enfance, XXI. Bd. S.33, 1903. In. *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.10, p.584, Januar, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Dysentrische leberebszesse bei Säugligen. Monatsschr. F. Kinderheilkunde. II. Bd., p.290, 1903. In: *Jahrbuch für Kinderheilkunde und Physische Erziehung*. Berlin: Verlag Von S. Karger, p.894, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Dysentrische leberebszesse bei Säugligen (Abcès dysentériques du foie chez le nourrisson). Paris: Masson et Cie, Éditeurs Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs. *Archives de Médecine des Enfants*. 1^a série, Tome septième, 7^o Année, n.11, p.689, novembre, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Le syndrome astmatique dans la grippe. (Semaine medicale, 13. Mai, 1903). In: *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.12, p.750, März, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Traitement des hémorrhagies gastro-intestinales des nouveau-nés. Pédiatrie Pratique I, S. 22., 1903. In: *Monatsschrift für Kinderheilkunde*, Leipzig und Wien, Band II, Nr.10, p.584, Januar, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. La disenteria amébrica em la infância. *Segundo Congresso Médico Latino- Americano*, Buenos Aires, Argentina, p.89, 8 de abril, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Nefritis micósica em la infância. *Segundo Congresso Médico Latino- Americano*, Buenos Aires, Argentina, p.89, 8 de abril, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. La anquilostomosis en Rio Grande del Sud. *Segundo Congresso Médico Latino- Americano*, Buenos Aires, Argentina, p.99, 8 de abril, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. L'hérédosyphilis Du Système Nerveux. *Archives de Médecine des Enfants Société de Pédiatrie de Paris*. (Gazette des Hôpitaux), Paris, p.168-170, 21 et 28 mai, 1904.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Etiologie et prophylaxie de la dysenterie des pays chauds. Boletim Officila do XV Congresso Internacional de Medicina. XVII Section coloniale et navale, Lisboa, 1906. In: *O Brazil-Medico*: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia -RJ, ano XIX, n.2, p.19, janeiro de 1905.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. La dysenterie amibiense chez l'enfant. *Archives de Médecine des Enfants*. Memoire Originaux. Paris: Masson et Cie, Éditeurs Libraires de L'Académie de Médecine Éditeurs, 1^a Série, Tome huitième, n.4, p.193-213, Avril, 1905.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Die Amöbenruhr im Kindlichen alter. *Archiv für Kinderheilkunde*. V. 44 -45, p.444, Stuttgart: Verlag von Ferdinand Enke, 1906.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Die Amöbenruhr im kindlichen Alter. (Arch. Des Enf. 1905, 6. April.) *Archiv für Kinderheilkunde*. Vierundvierzigster Band. Stuttgart: Verlag Von Ferdinand Enke, Mit 45, Abbildungen, 14 Tafeln und 7 curven im text. p.444, 1906.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. Das perturbações cardíacas ligadas à tuberculose pulmonar chronica esclerosa (coração pulmonar). Anales de la Facultad de Medicina. Montevideu, Tomo V, fascículo 7 e 8, julho e agosto de 1920. In: *O Brazil-Medico*: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia - RJ, ano XXXV, v. I, n.1, p.14, janeiro de 1921.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. L'hygiène Mentale L'informateur des alienistes et des neurologistes. *Journal de Psychiatrie Appliquée Ligue Française pour la santé*. Chronique. L'Hygiène Mentale, ano XXI, n.7, p.165-244, Juillet a Out, 1926.

OLIVEIRA, Olímpio Olinto de. D'un accident rare du diabete infantile. *Bulletins de la Société de Pédiatrie de Paris*. Société de Pédiatrie de Paris. Paris: Masson et Cie, Editeurs, Libraires de Académie de Médecine, Tome vingt-huitième, Séance du 8 juillet, p.406-410, 1930.